

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

OUTROS CANTEIROS

possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte

GISELLE OLIVEIRA MASCARENHAS



GISELLE OLIVEIRA MASCARENHAS

OUTROS CANTEIROS

possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos.

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

M395o

Mascarenhas, Giselle Oliveira.

Outros canteiros [manuscrito] : possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte / Giselle Oliveira Mascarenhas. - 2022.

599f. : il.

Orientador: Roberto Eustaáquio dos Santos.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Autonomia - Teses. 2. Políticas públicas - Teses. 3. Habitações - Construção - Teses. 4. Canteiro de obras - Teses. 5. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Santos, Roberto Eustaáquio dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Outros Canteiros: possibilidades e limites da produção de moradias
por autogestão de Belo Horizonte**

GISELLE OLIVEIRA MASCARENHAS

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 7 de outubro de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos - Orientador
EA-UFGM

Profa. Dra. Silke Kapp
EA-UFGM

Profa. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva
EA-UFGM

Profa. Dra. Ana Maria Fernandes
UFBA

Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes
IAU-USP

Belo Horizonte, 7 de outubro de 2022.

Agradecimentos

Embora o processo de escrita desta tese tenha se feito atterradoramente introspectivo e solitário, a pesquisa que a subsidiou foi felizmente largamente coletiva e compartilhada. São muitas as pessoas que se envolveram e me ajudaram na construção deste ambicioso projeto. Todas as colaborações foram sem dúvida imprescindíveis para viabilização do que aqui se apresenta. A todos aqueles que, mesmo indiretamente, foram apoio nesse difícil e longo percurso cabem não somente os meus devidos reconhecimentos e agradecimentos, mas também os créditos por aquilo de bom que daqui possivelmente se extraia.

Aos meus pais, por terem me dado base sólida para tornar sonhos improváveis em realidade.

Ao Érico, por muito, mas especialmente por ser incentivo cotidiano, por ser hoje amor ainda maior que ontem e por sempre me recordar que é necessário calma, afinal, só aos poucos o escuro fica claro.

Ao Dadá por seu meu companheiro mais fiel e por estar ao meu lado gratuitamente a todo o tempo.

Aos preciosos amigos de Ouro Preto pelos momentos felizes em meio a tempos difíceis. Ao Gui, em especial, por me acolher em sua casa, por compartilhar suas aflições e por me mostrar que a vida é bem maior do que o doutorado.

À UFOP, pelo auxílio à qualificação. Aos colegas do DEARQ, os meus sinceros agradecimentos por concederem um muito necessário período de afastamento para dedicação exclusiva às atividades de pesquisa e escrita.

Às queridas Josi, Cerena e Karlla e ao querido Tiago, pelas muitas discussões e pelas contribuições na elaboração conjunta de transcrições, mapas e desenhos técnicos tão fundamentais a esta tese. Aos voluntários e aos alunos das várias frentes de trabalho empreendidas durante esses quatro anos, por terem me ajudado a descortinar caminhos de pesquisa. Aos colegas do MOM, especialmente os que compuseram o grupo de leituras de Marx, por dividirem os estudos e suas importantes reflexões.

Ao movimento de luta por moradia de BH, sobretudo, às suas muitas mulheres aguerridas, e a todos aqueles que foram responsáveis pela produção autogestionária de moradias na cidade, agradeço por mostrarem ser possível a construção de outros (e melhores) canteiros.

A todos com quem conversei e entrevistei, mesmo aqueles que porventura aqui não sejam mencionados, agradeço por me concederem seu tempo, por dividirem seu cotidiano e suas ricas memórias impressas e faladas. Vocês são os responsáveis por ser possível rememorar esse potente processo que se fez muito mais do que produção de moradias.

À Mônica Bedê, por suas ponderações na qualificação e por ter sido aquela que me abriu os olhos para a invisibilidade da produção autogestionária investigada.

Ao João Marcos, por demonstrar, a partir de sua prática profissional e de suas reflexões teóricas, ser necessário e possível conciliar técnica e política no campo da arquitetura, por sua assertividade na qualificação e também por generosamente dividir valioso material para a pesquisa.

Silke, cuja obra é referência importante a este trabalho, por ser inspiração, um modelo de pesquisadora a seguir. Agradeço ainda por suas sempre precisas e pertinentes críticas ao trabalho e também por me abrir as portas do MOM.

À Leta, por ter sido a primeira incentivadora deste trabalho, por ser minha ponte com o universo da autogestão e, de longa data, minha referência de arquiteta e professora. Agradeço ainda por ter me emprestado sem ressalvas recordações de parte significativa de sua história profissional que se confunde com sua história de vida e por acreditar que eu seria capaz de tamanha responsabilidade.

Ao Ró, por sua longa amizade, pela inabalável disposição em discutir questões do trabalho, pela dedicação nas orientações, pelas leituras sempre cuidadosas e pelas justas considerações ao meu texto. Ró, desde aquela aula inaugural em 2008, passando pelo incentivo ao mestrado e aos inúmeros conselhos dados quando o caminho a seguir se fez incerto, até chegar nessa orientação de doutorado, você se fez guia fundamental.



Resumo

Esta tese trata da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte (BH) em dois momentos: o da primeira geração marcada pela insurgência do movimento dos sem-casa na cidade e pela construção de um programa municipal de habitação; e o da segunda geração viabilizada pela criação de um programa nacional, o Programa de Crédito Solidário. Buscando conferir as possibilidades e os limites dos intrincados e contraditórios arranjos produtivos envolvidos nas experiências resultantes da aqui denominada 'autogestão institucionalizada', parte-se de uma caracterização histórica do quadro geral da produção convencional de moradias dos pobres no país dividido entre 'produção de interesse social hegemônica' e 'autoprodução marginal(izada)'. Para evidenciar a importância do processo de conscientização histórica das possibilidades de 'outros canteiros' verifica-se a hipótese de que as experiências por autogestão realizadas em BH vêm sendo submetidas a um processo de invisibilidade e a um conseqüente apagamento. No intuito de denunciar e de combater a invisibilidade histórica que enreda e reduz as potências dessas e de outras experiências que contrariam os interesses hegemônicos do capital, a pesquisa que subsidia a tese se dedica a construir um método de levantamento de informações — que combina pesquisas documental, histórica e de campo — capaz de registrar as memórias e o estado atual dessa produção. A partir de dois estudos de caso, contemplam-se as narrativas dos principais grupos de agentes envolvidos na produção investigada. Na recuperação das fases de organização, projeto, obra e pós-ocupação, o estudo de caso do conjunto Villarégia, amparado pelas histórias dos conjuntos Urucuia e Fernão Dias, representa a primeira geração; enquanto o estudo empreendido no conjunto Mar Vermelho I, pontuado por referências ao conjunto Santa Rosa II, sintetiza a produção da segunda geração. Evidenciando os agentes; as relações e as forças de produção; assim como os desdobramentos sócio-espaciais, a tese rememora por meio de diferentes vozes o arranjo produtivo da autogestão de BH.

Palavras-chave: autogestão; política pública; produção de moradias; canteiro de obras; Belo Horizonte.



Abstract

This thesis deals with the production of autogestion housing in Belo Horizonte (BH) in two moments: the first generation marked by the insurgency of the 'sem-casa' movement in the city and the construction of a municipal housing program; and the second generation made possible by the creation of a national program, the Programa Crédito Solidário (PCS). Seeking to check the possibilities and limits of the intricate and contradictory productive arrangements involved in the experiences resulting from the so-called 'institutionalized autogestion', it starts with a historical characterization of the general picture of the conventional production of housing for the poor in the country divided between 'production of interest social hegemonic' and 'marginal(ized) autogestion'. To highlight the importance of the process of historical awareness of the possibilities of 'other construction sites', the hypothesis is verified that the autogestionary experiences carried out in BH have been subjected to a process of invisibility and a consequent erasure. In order to denounce and combat the historical invisibility that entangles and reduces the powers of these and other experiences that contradict the hegemonic interests of capital, the research that subsidizes the thesis is dedicated to building a method of gathering information - which combines documentary research, historical and field - capable of recording the memories and the current state of this production. From two case studies, the narratives of the main groups of agents involved in the investigated production are contemplated. In the recovery of the phases of organization, design, construction and post-occupancy, the case study of the Villarégia complex, supported by the stories of the Urucuia and Fernão Dias complexes, represents the first generation; while the study undertaken in the Mar Vermelho I complex, punctuated by references to the Santa Rosa II complex, summarizes the production of the second generation. Evidencing the agents; the relations and forces of production; as well as the socio-spatial developments, the thesis recalls through different voices the productive arrangement of autogestion in BH.

Keywords: autogestion; public policy; housing production; construction site; Belo Horizonte.



Lista de Figuras

Figura 1: Linha do tempo dos conjuntos da produção autogestionária de BH	24
Figura 2: Graus de abertura para participação popular na gestão e no planejamento urbanos ..	172
Figura 3: Sistema pré-fabricado composto por painéis de cerâmica vermelha armada	209
Figura 4: Oficina de Superadobe do X Canteiro em Obras do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas	212
Figura 5: Uso de esquadrias como gabarito incorporado durante a elevação da alvenaria	226
Figuras 6 e 7: Execução do sistema de alvenaria não armada no Mutirão Primeiro de Maio	226
Figuras 8 e 9: Presença de mão de obra feminina no Mutirão Primeiro de Maio.....	227
Figura 10: Ações para recuperação ambiental da nascente;	228
Figura 11: Sistema de captação d'água	228
Figura 12: Trabalhador na produção de estrutura de ferrocimento para caixa d'água no Mutirão Primeiro de Maio	229
Figuras 13 e 14: Fábrica de pré-moldados Primeiro de Maio	230
Figura 15 e 16: Horta do Mutirão Primeiro de Maio	231
Figura 17: Creche do Mutirão Primeiro de Maio	232
Figura 18: Entrega das (quase) 1 milhão de assinaturas para requerimento do FNMP	239
Figura 19: Quantitativo da produção de moradias de interesse social de pela PMH (1993-2018).	288
Figura 20: Comparativo entre a autoconstrução e a provisão de habitacional realizada pela PBH	289
Figura 21: Fases do método de levantamento de informações	298
Figuras 22 e 23: Apresentação do Rolezinho da Autogestão na Escola de Arquitetura da UFMG	310
Figuras 24 e 25: Rolezinho da Autogestão no conjunto Villarégia	311
Figuras 26 e 27: Rolezinho da Autogestão no conjunto Urucuia.....	312
Figuras 28 e 29: Rolezinho da Autogestão no conjunto Itatiaia-Serrano.....	313
Figuras 30 e 31: Rolezinho da Autogestão no conjunto Fernão Dias	314
Figuras 32 e 33: Exposição de fotos no IAB-MG	316
Figuras 34, 35 e 36: Oficina Coletiva no conjunto Villarégia- Fotos impressas.....	320
Figuras 37 e 38: Oficina Coletiva no conjunto Villarégia- Projeção.....	321
Figuras 39, 40 e 41: Oficina Coletiva no conjunto Mar Vermelho I.....	322

Figuras 42, 43 e 44: Exemplos de atividades financiadas pelo PRODECOM (esquerda: produção: artesanal de tijolos, acima à direita: revestimento da casa por um casal; abaixo à direita: construção de telhado cerâmico)	331
Figuras 45 e 46: Manifestações dos sem-casa em BH.....	337
Figuras 47 e 48: Acampamentos de lona em BH	341
Figuras 49 e 50: Bairro Novo Aarão Reis	341
Figura 51: Inserção dos conjuntos da produção autogestionária em Belo Horizonte.....	376
Figura 52: Célio de Castro no momento da assinatura dos contratos dos quatro primeiros conjuntos por autogestão do OPH (Havaí, Villarégia, Deuslene e Fernão Dias)	388
Figura 53: Síntese da Rede heterogênea responsável pela genealogia belo-horizontina na autogestão de moradias	391
Figuras 54 e 55: Conjuntos Urucuia e Villarégia em processo de finalização	393
Figura 56: Implantação do Villarégia I e II	394
Figuras 57 e 58: Mobilizações relativas ao terreno do Urucuia	399
Figura 59: Proximidade dos conjuntos Villarégia e Urucuia com a Vila Corumbiara	401
Figuras 60, 61 e 62: Implantação, salão de festas e elevação frontal do conjunto Villarégia	403
Figura 63: Plantas da unidade habitacional do Villarégia.....	405
Figuras 64 e 65: Serviços coletivos de preparação do terreno do Villarégia.....	411
Figura 66 e 67: Arco de alvenaria (à esquerda: Conjunto Villarégia; à direita: referência da obra visitada em Ipatinga)	414
Figura 68: Curso de instalações elétricas.....	417
Figuras 69, 70 e 71: Mulheres trabalhando nas obras do Urucuia e Villarégia	418
Figuras 72 e 73: Atividades coletivas nos mutirões do Villarégia e do Urucuia.....	421
Figura 74: Assembleia no Villarégia	423
Figuras 75 e 76: Churrasco no canteiro do Urucuia e missa no canteiro do Villarégia	424
Figura 77: Festa no Villarégia.....	425
Figuras 78 e 79: Produção de componentes metálicos para estrutura de cobertura do Urucuia	428
Figura 80: Trabalhadoras na bancada de armação do canteiro do Urucuia.....	432
Figura 81: Trabalhadoras das FTRs no preparo de alimentos.....	434
Figuras 82 e 83: Protótipos do Urucuia (na construção à esquerda o sistema da SICAL e à direita da Usimix-Valemix).....	437
Figura 84: Parte do Centro Comunitário do Villarégia.....	438
Figura 85: O "tijolo ideológico" - Bloco Usimix-Valemix encontrado na calçada durante o percurso da entrevista itinerante no Conjunto Urucuia	439
Figuras 86, 87 e 88 Inadequações do sistema Sical.....	440

Figuras 89, 90 e 91: Execução do aparelho de alvenaria Usimix-Valemix	442
Figura 92: Acompanhamento da execução dos protótipos do Urucuia	444
Figura 93: Moradores reunidos em frente à tela de projeção (tentativas de autoidentificação) durante a Oficina Coletiva	454
Figura 94: Villarégia I recém inaugurado	455
Figura 95: Mapa de inserção urbana do conjunto Villarégia	457
Figura 96: Localização do conjunto (imagem de satélite de 2002 e 2020)	458
Figuras 97 e 98: Mapas de equipamentos públicos e estrutura viária nas imediações dos conjuntos Villarégia e Urucuia	459
Figuras 99 e 100: Pátio interno em janeiro de 2019 e dezembro de 2019	466
Figura 101: Implantação original do Conjunto Urucuia	469
Figuras 102 e 103: Projeto; e construção das passagens de pedestre no Conjunto Urucuia.....	470
Figuras 104, 105 e 106: Passagens ainda preservadas no Conjunto Urucuia; e fechamento de uma das passagens.....	470
Figura 107: Casa de esquina expandida sobre área pública no Villarégia	471
Figura 108: Fechamento dos afastamentos frontais no Conjunto Villarégia.....	472
Figura 109: Rolezinho da Autogestão no Conjunto Villarégia	474
Figura 110: Diagrama da casa do Sr. Eliseu	476
Figura 111: Diagrama da Casa da Dona Inês	477
Figura 112: Diagrama da casa do Gustavo	478
Figura 113: Diagrama da Casa da Geralda	479
Figura 114: Mãe alimentando filho no canteiro do Villarégia	482
Figura 115: Crianças brincando nas valas de fundação do Urucuia.....	483
Figuras 116 e 117: Conjunto Mar Vermelho I	487
Figura 118: Conjunto União na época da conquista do terreno do Mar Vermelho I	499
Figura 119: Visita das famílias para reconhecimento da área.....	501
Figura 120: Publicação do DOM de Belo Horizonte sobre entrega das chaves do conjunto Mar Vermelho I	502
Figura 121 : Workshops de projeto e informática para o Residencial RSV	504
Figura 122: Oficina para discussão de layout da unidade habitacional do Mar Vermelho I.....	506
Figuras 123 e 124: Plantas do pavimento-tipo e da unidade habitacional do Mar Vermelho I	508
Figuras 125, 126, 127, 128 e 129: Seminários de discussão de projeto com famílias do Santa Rosa II.....	511
Figuras 130: Perspectiva em modelo digital do projeto do Santa Rosa II	514
Figura 131: Conjunto Santa Rosa II	515

Figuras 132 e 133 : Perspectiva em modelo digital e Implantação do conjunto Mar Vermelho I	517
Figura 134: Construção do muro para formação de mão de obra no conjunto Mar Vermelho I..	522
Figuras 135 e 136: Mutirões no Mar Vermelho I	525
Figura 137: Assembleia no mutirão do Mar Vermelho I	526
Figuras 138 e 139: Mutirão noturno com exibição de filmes e inauguração do forno de pizza ...	532
Figura 145: Visita das lideranças e beneficiários ao conjunto Itaipu	533
Figuras 141 e 142: Construção do edifício e revegetação dos taludes por autogestão	534
Figura 143: Canteiro com obras paralisadas	538
Figura 144: Mapa de inserção urbana do conjunto Mar Vermelho I	549
Figura 145: Localização do conjunto (imagem de satélite de 2008 e 2022).....	550
Figura 146: Proximidade do conjunto Mar Vermelho I com outros conjuntos habitacionais de interesse social.....	551
Figura 147 e 148: Mapas de equipamentos públicos e estrutura viária nas imediações do conjunto Mar Vermelho I.....	552
Figura 149: Quadra na área de uso comum.....	554
Figura 150: Apropriação de uma das lojas como espaço de confecção de roupas	554
Figura 151: Circulação externa aos apartamentos do Mar Vermelho I	556
Figura 152 e 153: Avisos e câmara de vigilância nas áreas comuns do Mar Vermelho I.....	557
Figura 154: Unidade habitacional sem modificações no Mar Vermelho	559
Figuras 155 e 156: Distribuição espacial do apartamento sugerida no manual de utilização do imóvel e planta da unidade habitacional do Mar Vermelho I com anotações realizadas pela moradora.....	560
Figura 157: Diagrama do apartamento de Rosana e Marcos	561
Figura 158: Diagrama do apartamento de Marlucia	562
Figura 159: Diagrama do apartamento de Rita	563
Figura 160: Apartamento sem uso no conjunto Mar Vermelho I	565

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
2	PRODUÇÃO CONVENCIONAL DE MORADIAS DOS POBRES NO BRASIL	33
2.1	PRODUÇÃO DE INTERESSE SOCIAL HEGEMÔNICA	34
2.1.1.	PROCESSOS DE TRABALHO SOB O CAPITAL.....	35
2.1.2.	ESPECIFICIDADES DO CANTEIRO MANUFATUREIRO	48
2.1.3.	TECNOLOGIA E TRABALHADORES EM TRANSFORMAÇÃO	59
2.1.4.	BNH, TRADIÇÃO E MUDANÇA	77
2.1.5.	PMCMV E A ÊNFASE EM RACIONALIZAÇÃO CONSTRUTIVA.....	92
2.2	AUTOPRODUÇÃO MARGINAL (IZADA).....	118
2.2.1.	VALOR DE USO E SOBRETALHO.....	119
2.2.2.	SABERES E POTÊNCIAS INVISÍVEIS	127
2.2.3.	AUTONOMIA DA PRECARIIDADE	133
3	AUTOGESTÃO INSTITUCIONALIZADA.....	141
3.1	POSIÇÕES E RECURSOS DOS AGENTES	142
3.1.1.	FAMÍLIAS (BENEFICIÁRIOS) E LIDERANÇAS.....	148
3.1.2.	SETOR PRIVADO (CAPITAIS).....	149
3.1.3.	ESTADO	151
3.1.4.	ASSESSORES TÉCNICOS	152
3.1.5.	ARRANJOS PRODUTIVOS NÃO-HEGEMÔNICOS COMO CAMPO DE BATALHA.....	154
3.2	AUTOGESTÃO, AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO	157
3.3	EXPERIÊNCIAS PRECURSORAS.....	176
3.3.1.	PRODUÇÃO "ALTERNATIVA" E ANTECEDENTES DOS MUTIRÕES AUTOGESTIONÁRIOS.....	177
3.3.2.	MUTIRÕES DE SÃO PAULO	198
3.3.3.	MUTIRÕES DE IPATINGA.....	218
3.4	MAIS AUTOGESTÃO E MENOS MUTIRÃO: POR UM PROGRAMA NACIONAL	236
3.4.1.	PCS.....	240
3.4.2.	APSM E PMCMV-E.....	256
3.5	ENTRE 'LABORATÓRIOS PARA EXERCÍCIOS DE AUTONOMIA' E 'COTAS APAZIGUADORAS'	264
4	OUTROS CANTEIROS DE BH: UMA COSTURA DE NARRATIVAS	
4.1	POR UMA CONSCIENTIZAÇÃO HISTÓRICA.....	274
4.1.1.	INVISIBILIDADE DA PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DE MORADIAS	276
4.1.2.	UM MÉTODO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES: REMEMORAÇÃO PARA REDENÇÃO.....	295

4.2	GENEALOGIA BELO-HORIZONTINA NA AUTOGESTÃO DE MORADIAS.....	329
4.2.1.	PRODECOM	329
4.2.2.	MOVIMENTO DOS SEM-CASA	333
4.2.3.	A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E A AGENDA DA AUTOGESTÃO.....	345
4.2.4.	OP E OPH	370
4.3	PRIMEIRA GERAÇÃO VIA CONJUNTOS VILLARÉGIA E URUCUIA.....	392
4.3.1.	ORGANIZAÇÃO COMO RESISTÊNCIA NA CONQUISTA DO SOLO URBANO.....	394
4.3.2.	PROJETO E CANTEIRO	402
4.3.2.1.	INÍCIO DAS OBRAS	410
4.3.2.2.	MUTIRÕES	415
4.3.2.3.	FTRs.....	425
4.3.2.4.	O TIJOLO IDEOLÓGICO E A ADEQUAÇÃO DO CANTEIRO À ESCALA HUMANA	436
4.3.2.5.	ENCAMINHAMENTO E CONCLUSÃO DAS OBRAS.....	446
4.3.3.	CONSOLIDAÇÃO NO PÓS-OCUPAÇÃO.....	452
4.3.3.1.	INSERÇÃO URBANA, PERMANÊNCIA E CONFLITOS	456
4.3.3.2.	CONQUISTAS E TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	465
4.3.3.3.	GANHOS SUBJETIVOS	481
4.4	SEGUNDA GERAÇÃO VIA CONJUNTO MAR VERMELHO I.....	486
4.4.1.	ORGANIZAÇÃO E PERCALÇOS NA COESÃO DAS FAMÍLIAS	488
4.4.2.	UM CONFLITUOSO PROCESSO PARTICIPATIVO DE PROJETO.....	503
4.4.3.	A OBRA E O ESVAZIAMENTO DO LEMA.....	520
4.4.4.	PÓS-OCUPAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DAS CONTRADIÇÕES	543
4.4.4.1.	ENTORNO, USOS E A GESTÃO DO COTIDIANO.....	548
4.4.4.2.	INTERVENÇÕES NA MORADIA FLEXÍVEL.....	559
4.4.4.3.	FRAGILIDADE DE PERMANÊNCIA E OUTRAS ADVERSIDADES.....	564
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES E LIMITES.....	570
	REFERÊNCIAS.....	584
	APÊNDICE A- SÍNTESE DAS DEMANDAS DE INFORMAÇÕES JUNTO À PBH.....	594
	APÊNDICE B- TABELA DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE 2019 E 2022	598



1 Introdução

[...] eu acho que é utopia pensar em experiências de liberdade participativa no meio da não-liberdade, no meio da sociedade em que a gente vive. Entretanto, eu acho que hoje em dia, em certos bolsões de liberdade que começam a se criar – junto ao Movimento Sem Terra, o Movimento Sem Teto ou da *autogestão participativa* etc. – muito mais do que no meu tempo, é possível avançar nessa experiência. *Aí há realmente um chão menos destruído, menos corrompido do que era o nosso chão, no nosso tempo.*¹

A pesquisa que orienta esta tese trata da produção autogestionária de moradias na perspectiva de Sérgio Ferro, ou o que aqui denomino *outros canteiros*. 'Outros Canteiros', que também é título desta tese, caracteriza o entendimento de que a produção de moradias por autogestão se distingue ao menos parcialmente dos canteiros tradicionais da produção de moradias dos pobres no país. Ademais, compreendo que os canteiros de obras da autogestão representam muito mais do que o lugar onde sucedem as operações de apoio e de execução de uma obra. Eles precisam também ser enxergados como síntese da organização dos movimentos de moradia; da conquista dos recursos públicos; da materialização do projeto em moradia; da transformação social e da constante reafirmação da comunidade no território urbano. Posicionados na contramão da produção empresarial de habitações, acredito que os processos por autogestão têm potencial para constituir outro tipo de canteiro. Pois, mesmo que muito combatidos, e por isso mesmo limitados, convertem-se em *laboratórios para exercício de autonomia* e apontam caminhos possíveis para reestruturação produtiva com vistas à democratização e emancipação coletiva de seus envolvidos.

Contudo, o termo *autogestão* é amplo e abrange complexidades e contradições. A produção de conjuntos habitacionais populares realizada por autogestão em Belo Horizonte (BH), é claro, também não escapou à condição plural do termo. Entre 1996 e 2012, em duas diferentes gerações, face suas diferentes estruturas organizacionais, momentos políticos, marcos regulatórios, experiências acumuladas, agentes operacionais e grupos sócio-espaciais envolvidos,² tal

¹ FERRO, Entrevista concedida a Daniela Colin, 2006, on-line. De maneira a diminuir as informações das notas de rodapé, esclareço que todos os grifos são realizados por mim e que todas as citações seguem a grafia original.

² A denominação sócio-espacial, com grafia hifenizada, tal como sugere Marcelo Lopes de Souza (Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 2013), exprime uma relação dialética entre o espaço e as pessoas que dele fazem parte. É uma abordagem que busca evidenciar que

produção articulou arranjos diversos, com distintos graus de participação e autonomia das associações e das famílias sem-casa do movimento de moradia que batalhou por essa proposta na cidade.

Ainda que tenha ocorrido sob várias formas organizativas, parto do entendimento que os processos que envolvem a construção de moradias por regime de autogestão podem representar, em alguma medida, *bolsões de liberdade* em meio a *não-liberdade* do modo de produção capitalista. Diante desse pressuposto, a tese tem por horizonte não apenas verificar o quão fértil, ou, nas palavras de Sérgio Ferro, o quão menos destruído, é o “chão” que ampara as experiências da autogestão de BH. Mas a tese também intenciona denunciar a invisibilidade dessa alternativa bem-sucedida, ainda que contraditória e permeada de limites, às práticas consolidadas, hegemônicas e heterônomas da produção de moradias sociais no país.

Adianto, contudo, que nunca me envolvi diretamente na produção por autogestão, objeto desta tese. O que me qualifica a tratar dessas experiências não é a vivência prévia e a proximidade com o objeto de estudo, mas, sobretudo, um interesse particular pelo tema, que resultou numa escuta ampliada e, acredito, apurada das narrativas daqueles que a viabilizaram, tendo em vista sua reconstrução histórica.

Ainda que eu não tenha me envolvido diretamente com a autogestão de BH, há de minha parte um grande esforço em compreender a produção de moradias no Brasil e em trabalhar propostas alternativas ao seu quadro consolidado. Isso surge ainda na graduação em Arquitetura e Urbanismo e perpassa toda a minha trajetória acadêmica e profissional. Hoje, como professora de arquitetura da UFOP procuro despertar nos meus alunos o mesmo senso crítico que no passado, de maneira sensível, alguns de meus professores fizeram. No Escritório de Integração da PUC Minas,³ participei como voluntária do “Curso Fundamentos da Construção” vinculado ao “Programa Construção e Cidadania”. Lá, fiz parte da equipe de alunos-monitores e de professores motivados pela intenção de romper o quadro

os problemas sociais e os problemas do espaço construído não estão dissociados, mas que se interferem mutuamente. Dessa maneira, grupo sócio-espacial diz respeito à um coletivo de pessoas que ao mesmo tempo que se organizam e se relacionam a partir do espaço também organiza esse espaço a partir das relações e interferências interpostas a ele. Ou na explicação de Silke Kapp: “grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele” (KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, p.223).

³ Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

generalizado de desqualificação da mão de obra da construção civil. Esse curso, em suas diversas modalidades, buscou trabalhar de maneira integrada o conceito de cidadania como inclusão social e esclarecer a necessidade de perceber criticamente o canteiro como espaço possível de qualificação da mão de obra. Ademais, a atividade favoreceu o diálogo direto entre os alunos de arquitetura e os do curso de formação de mão de obra. Nesse processo, coletivamente, construímos uma aproximação necessária, e há muito tempo perdida, entre os futuros profissionais da concepção de projetos e os da execução de obras. Distinto dos aspectos de fragmentação do trabalho e consequente alienação operária, do apartamento entre o desenho e o canteiro, do projeto e da obra ou do trabalho intelectual e do trabalho manual, as diversas intenções e ações do curso refletiram em alternativas aos processos de produção dos canteiros tradicionais, um primeiro contato com *outros canteiros* possíveis.

Ainda em formação, sob orientação da Professora Margarete Maria de Araújo Silva (Leta),⁴ desenvolvi um Trabalho Final de Graduação de uma Fábrica-Escola.⁵ O projeto, mesmo que bem justificado, admito, era um tanto pretencioso em sua intenção de enfrentamento e transformação das seguintes questões: (1) o espaço em desuso de uma fábrica bem inserida na cidade; (2) os violentos e desqualificantes processos de trabalho da construção civil em canteiros de obra majoritariamente masculinos; (3) e a exclusão social de mulheres em privação de liberdade. Inspirada pela 'Fábrica de Cidades' de Lelé [João Filgueiras Lima]⁶ e amparada pelos conceitos e práticas da racionalização de elementos construtivos, a proposta previu a produção de elementos leves para a recuperação e manutenção do edifício em etapas. Etapas essas conciliadoras à reinserção social e à qualificação das trabalhadoras (detentas do sistema prisional). Em uma

⁴ Leta é Arquiteta e Urbanista, Mestre em Engenharia, Doutora em Arquitetura e Urbanismo e tem Pós-doutorado no Departamento de Estudios Urbanos-FLACSO Ecuador. É também professora da Escola de Arquitetura da UFMG e atuou profissionalmente como parte do corpo de assessoria técnica de diversos conjuntos da autogestão em Ipatinga e Belo Horizonte.

⁵ O trabalho foi indicado ao 24º Ópera-Prima e ganhou o 2º lugar do 14º Concurso de Monografias do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP no ano de 2013. Mais informações sobre o projeto em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/issue/view/841>.

⁶ Dentre as contribuições do arquiteto Lelé, assinalo as fábricas de componentes leves em argamassa armada para diferentes finalidades: sistema de drenagem, saneamento e contenção; equipamentos urbanos; e edificações (escolares, hospitalares e outras). Desde a concepção do sistema o arquiteto considerou a condição dos trabalhadores, seja na proposta pré-fabricação de peças, seja na proposta de montagem manual. A busca por soluções construtivas com base em elementos leves, flexíveis e abertos, como a argamassa armada e o aço, traduzia a tentativa de Lelé em adaptar sua arquitetura às condições locais e às melhorias de trabalho nos canteiros.

tentativa de trabalhar conjuntamente arquitetura anti-prisional, a cidade e toda sua população, foi possível, mesmo que apenas em exercício, propor um arranjo conciliador entre projeto e seus processos produtivos.

Na pesquisa de Mestrado "Fragmentos do canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva", defendida por mim em 2015, também sob orientação do Professor Roberto Eustaáquio dos Santos, prossegui o estudo do tema em questão. Ainda cativada pelas possibilidades das fábricas de Lelé e também pela atuação do Grupo Arquitetura Nova,⁷ optei por investigar processos de construção de habitações populares com adoção de princípios da racionalização construtiva em canteiros de obras de construtoras convencionais. Mesmo em se tratando de empresas orientadas ao mercado, um tanto ingenuamente, acreditei poder encontrar nesse contexto, dentre outras questões, práticas de menor impacto ambiental, maior adequação dos processos de construção pelo viés de melhorias nas condições de trabalho e adaptação ao contexto de implantação das obras.⁸

Preliminarmente, imaginei que essa produção, amparada pela pré-fabricação e pelo uso de maquinários, poderia não apenas ter desdobramentos positivos no processo produtivo como também na qualidade de seus produtos. Contudo, ao analisar historicamente a produção habitacional brasileira pela perspectiva do desenvolvimento econômico, o cenário descortinado foi outro. A pesquisa enfatizou a correlação entre os programas e políticas públicas para a produção de moradias, o crescimento econômico e o emprego de tecnologias para o controle do processo de produção a partir da divisão e da desqualificação do trabalhador da construção civil no país. Além disso, com apoio dos dados coletados nos canteiros dessas empresas, ficou evidente a existência de uma ainda maior fragmentação das atividades e, por consequência, maior submissão do trabalhador da construção civil à lógica da racionalização construtiva alinhada à maximização

⁷ Nos anos 1960, Sérgio Ferro, Rodrigo Lèvefre e Flávio Império exploraram uma nova produção arquitetônica com base em organizações de trabalho mais livres nos canteiros de obra. As experiências desenvolvidas pelos arquitetos possibilitaram a introdução de elementos pré-fabricados e práticas construtivas alternativas com articulações de trabalho nas obras. Mesmo que não tenham chegado a realizar uma produção de cunho social, já que suas obras se restringiram às casas de classe média, essas tentativas serviram de exemplo à reestruturação pretendida nos mutirões autogeridos a partir dos anos 1980.

⁸ A pesquisa tratou de avaliar empresas construtoras atuantes no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) voltadas para Faixa 2 (naquele momento para famílias com renda de até R\$3.100,00) com emprego de tecnologias construtivas pré-fabricadas autoproclamadas "inovações construtivas".

dos lucros. Obviamente sempre orientada para a acumulação do capital, concluí que essa produção também não representou alteração efetiva à condição trabalho-intensiva da construção civil e, muito ao contrário, sequer gerou qualquer impacto relacionado à melhoria da qualidade das unidades habitacionais produzidas. Nem mesmo houve aí aumento significativo no emprego de mão de obra feminina, como apontavam com grande ênfase os discursos das construtoras, principalmente, os amparados pela justificativa de uso de elementos leves ou até mesmo de maquinários mais sofisticados.⁹ Diante do cenário de uma produção que não combate suas mazelas, muito ao contrário, que as reforça pela prática de incentivo à urbanização periférica, nas edificações de baixa qualidade espacial e construtiva e na heteronomia que perpassa todo o processo produtivo, busco agora, nos casos dos conjuntos habitacionais populares da produção autogestionária de Belo Horizonte, avaliar possibilidades de uma outra produção.

Adiante, já como arquiteta urbanista, atuei num programa para remoção e reassentamento de famílias ocupantes de áreas irregulares ao longo de um trecho da rodovia federal BR-381 no estado de Minas Gerais e do Anel Rodoviário de Belo Horizonte¹⁰. Contudo, não cabe aqui descrever toda a sua estrutura, apenas os pontos convergentes com a proposta desta tese. Sendo assim, chamo atenção para as duas modalidades possíveis de reassentamento do Programa: a compra assistida no valor de R\$40mil; e a indenização pelo valor do imóvel. A partir de um contato muito próximo com a realidade dos beneficiários e do diagnóstico do mercado de imóveis dos municípios do interior de Minas Gerais, identificamos, enquanto equipe multidisciplinar, a impossibilidade de reassentamento definitivo com o benefício da compra assistida. Naquela época, mesmo em assentamentos irregulares, em diferentes cidades, o valor disponível se mostrava completamente insuficiente para a aquisição de uma nova moradia. Situação em parte decorrente do fato de que nas remoções as indenizações não consideram o valor da terra, uma vez que se utiliza o argumento de ausência de título de propriedade, ignorando o direito de posse das famílias.¹¹ No entanto, verificamos que a mesma quantia era

⁹ A análise dessa produção será retomada no Capítulo 2.

¹⁰ A partir da demanda da Justiça Federal, a metodologia e as ações para remoção e reassentamento das famílias foram realizadas por um Instituto sem fins lucrativos. Tal Instituto contava com equipe multidisciplinar formada pelas áreas de arquitetura e urbanismo, engenharias, direito, geografia, biologia, psicologia e assistência social.

¹¹ Além disso, as indenizações eram realizadas a partir de uma avaliação da moradia feita pela equipe de arquitetos e engenheiros. Uma avaliação que considerava, por imposição do órgão fiscalizador, depreciação do imóvel. Dessa maneira, via de regra, os beneficiários que optavam por essa modalidade eram indenizados em valor inferior ao da compra assistida.

compatível com a compra de lotes e com a construção de casas por regime de autogestão com condução das obras por mão de obra remunerada dos próprios beneficiários, isto é, por mutirão autogestionário.¹² Para chegar a essa avaliação procuramos por terrenos em regiões próximas às moradias das famílias e o atendimento aos critérios de boa localização, priorizando sempre uma inserção urbana condizente com as demandas dos beneficiários. A partir desse entendimento, realizamos, com apoio das famílias assistidas,¹³ a proposta de nova modalidade de reassentamento.

No denominado Canteiro-Escola,¹⁴ consideramos a compra coletiva da terra, ou sua doação pelo município, e a construção das unidades habitacionais por meio de mutirão remunerado em canteiro de obras formativo. A estrutura proposta para sua viabilização era a de uma cooperativa constituída pelos beneficiários com a supervisão dos técnicos do Programa, que nem funcionam assessorias técnicas em programas habitacionais por autogestão.¹⁵ Nessa organização, todos os recursos destinados ao reassentamento das famílias seriam utilizados em seu proveito, não sendo, portanto, dissolvidos, por exemplo, para remunerar o lucro de empresas de financiamento ou construtoras. Naquele momento, entendíamos que na modalidade Canteiro-Escola seria possível a formação da mão de obra para atuar em mutirão, a remuneração pelo trabalho qualificado, a aproximação das famílias (futuras vizinhas) em relações cultivadas no canteiro e, por fim, a casa, produto de trabalho coletivo. Na proposta-piloto, negociamos com uma das prefeituras da região afetada pela obra de duplicação da rodovia, a doação de terreno já terraplanado para reassentamento de um número reduzido de famílias daquele município. As famílias beneficiárias, por sua vez, prontamente concordaram em participar do projeto como mutirantes e aprendizes de ofícios possíveis no contexto da obra. Na etapa de planejamento parecíamos dispor de tudo o que precisávamos para viabilizar um reassentamento compatível com a proposta de "humanização" do Programa: terreno, recursos, corpo técnico

¹² A partir da concepção de uma casa de dois quartos com admissão de uma futura expansão, todos os custos da produção foram amplamente detalhados e comparados com o modelo de moradia da Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-Minas), cogitado naquele momento pelo poder público como uma alternativa à nossa proposta.

¹³ "Assistência" e não "assessoria" era o termo adotado pelo Programa.

¹⁴ Nova modalidade de reassentamento proposta pela chamada 'equipe territorial' do Programa de remoção e reassentamento.

¹⁵ Dentre as modalidades possíveis de contratação dos beneficiários, a cooperativa foi apontada pelos advogados do Programa como o modelo de organização mais adequado, uma vez que a pessoa jurídica não teria fins lucrativos, mas teria a finalidade do desenvolvimento de uma atividade comercial de forma coletiva.

capacitado para formar assessoria e beneficiários motivados pela proposta. Na prática, o processo foi interrompido de maneira abrupta e nebulosa, técnicos demitidos, recursos congelados, famílias tiveram sua condição de vulnerabilidade ampliada pela transferência por tempo indefinido para o aluguel social, em suma, o programa foi desmantelado sem explicações objetivas. Toda a energia, tempo e dinheiro investidos para propor um modelo de reassentamento e produção de moradias alternativo ao hegemônico foram simplesmente esvaziados.

Diferente da Fábrica-Escola, um exercício projetual, o Canteiro-Escola, um plano consistente, dispunha de condições para sua efetiva materialização. No entanto, ambas as propostas não passaram de canteiros imaginários. Isoladamente, o relato pode não representar muito, no entanto, considero que aponta similaridade à uma condição previamente verificada na realidade em estudo, que é a do progressivo desmonte do campo da autogestão na produção de moradias no Brasil e que, no caso do Belo Horizonte, levou a sua invisibilidade histórica. Dessa maneira, é necessário indagar a que se deve a escassez, ou, o insucesso sistemático dessas experiências. Insucesso que é condição naturalizada, que tende a rechaçar e ocultar essas experiências e seus ganhos. É um fato que quantitativamente, a produção autogestionária de moradias não foi empregada expressivamente, principalmente, quando comparada a outras ações do Estado, a exemplo de grandes programas de provisão habitacional como os já muito criticados Banco Nacional de Habitação (BNH) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Qualitativamente, como já mencionado, são processos plurais, condicionados por diferentes estruturas organizativas, agentes, contextos políticos etc., portanto, merecem imersão cuidadosa, o que os métodos de pesquisa previstos por esta tese se propõem a dar conta. Muito ao contrário de entender esses aspectos como desqualificadores da autogestão, a intenção aqui é a de assumir o caráter de exceção que ela representa, admitindo que se faz no bojo de experiências estruturalmente contraditórias. Acredito, portanto, que o contraditório que estrutura tais experiências não deve rechaçá-las ou submetê-las ao fracasso e, por sua vez, ao esquecimento, pelo contrário, ele precisa ser celebrado e servir de referência para outras práticas. Afinal, a contradição aí contida aponta a construção de um outro caminho, sobretudo, um caminho que fere, ou ao menos se distancia, dos interesses capitalistas. É a partir disso que essa tese se propõe a ser veículo de visibilização desses *outros canteiros*.

A história da produção de moradias por autogestão de BH deixa nitidamente claro que outra produção de arquitetura para os pobres é possível. Mesmo que permeado por contradições, entraves e inúmeras dificuldades, o processo autogestionário busca em algum grau, e de diferentes maneiras, fazer frente às adversidades vistas nos canteiros e nos produtos da produção hegemônica de moradias de interesse social. O esforço da pesquisa que dá origem a esta tese é o de recuperar a história dessa produção que entendo ser alternativa àquela amplamente dominante, comumente caracterizada como heterônoma, desqualificante, excludente e separada. A partir do exercício de escuta dos diferentes agentes que constroem a autogestão de BH, intenciono dar visibilidade e, quem sabe, inspirar *outros canteiros*, isto é, outras experiências que carreguem princípios de autonomia.

Esta tese se concentra na produção de moradias realizadas por modelo de autogestão com recursos públicos, cujo recorte espacial é a cidade de Belo Horizonte.¹⁶ A autogestão, como programa ou política pública para viabilização de novas moradias, pode ser entendida como um modelo de produção autônoma – baseada na gestão de decisões compartilhadas – em que os recursos financeiros, assim como todas as etapas e processos inerentes à construção seriam destinados e geridos pelos beneficiários, por sua vez, organizados em associações, núcleos ou cooperativas vinculadas aos movimentos de moradia. Nessa produção por autogestão, os grupos contam ainda com assessorias técnicas por eles contratadas e com o poder público, a partir da estruturação de políticas públicas municipais como o Orçamento Participativo da Habitação (OPH) de Belo Horizonte (BH) ou federais, a exemplo, do Programa Crédito Solidário (PCS).

¹⁶ Excluem-se desta análise as práticas de autoprodução em ocupações, aglomerados, vilas ou favelas. Esse esclarecimento é necessário já que a pesquisa parte do entendimento de que a autoprodução, com ou sem autoconstrução, é conduzida por práticas autônomas de produção do espaço muito distintas daquelas possibilitadas por arranjos de autogestão vinculados ao Estado. Portanto, mesmo que orientadas pelo mesmo objetivo, o da conquista da moradia, dificilmente seria possível comparar pelos mesmos critérios de análise produções pautadas por diferentes organizações. Afinal, é pressuposto que a autoprodução, seja pela escassez de recursos, seja pela precariedade imposta pela realidade de seus moradores ou mesmo pela ausência de estruturas organizativas, dá margem a processos espontâneos e talvez até mais próximos à ideia de uma autogestão autêntica. Contudo, para não incorrer na romantização desses conceitos, a questão será aprofundada à frente, na Seção 2.2

Em BH, no período de 1997 a 2012, foram construídos na modalidade autogestão vinte conjuntos com cerca de 1.700 unidades habitacionais (Figura 1).¹⁷ Pode parecer pouco, e de fato é. Afinal, trata-se de uma cidade de 2,5 milhões de habitantes com déficit habitacional de mais de 70.000 domicílios.¹⁸ Ou seja, bem menos 1% dessa demanda teve como resposta a produção de novas moradias por autogestão, demonstrando, portanto, que a escala desses processos é muito pequena e não alcança efetivamente uma mudança estrutural nos modos de condução da produção de moradias populares. Como parte da política habitacional, concomitantemente à autogestão, foram construídos em Belo Horizonte, em maior e mais significativa proporção, outros conjuntos na modalidade gestão pública, na qual o poder público gerencia sem qualquer intervenção dos grupos beneficiados, ou melhor, heteronomamente, todo o processo de produção habitacional.

¹⁷ O período correspondente ao início das obras da autogestão de moradias, em 1997, até a conclusão dos últimos conjuntos habitacionais, em 2012. Contudo, há um intervalo entre 2006 e 2010 sem qualquer produção nesse sentido.

¹⁸ Os dados mais recentes sobre o déficit habitacional quantitativo na cidade são de 2010 e apontam o valor, já em muito defasado, de 78.340 unidades habitacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Déficit habitacional municipal no Brasil, 2013).

Figura 1: Linha do tempo dos conjuntos da produção autogestionária de BH

Fonte: elaborado por mim a partir de dados da pesquisa, 2022



Enquanto programa ou política habitacional, seja federal ou municipal, a autogestão empreendida na produção de moradias no Brasil pode apresentar semelhança aos arranjos da produção habitacional de interesse social hegemônica. Contudo, as experiências em análise parecem ter em comum, em maior ou menor medida, transformações em seus arranjos de produção por meio de ações inclusivas e democráticas no acesso à cidade e na construção de moradias dignas. Dessa maneira, proporcionam oportunidade de avaliar a proximidade aos ideais das experiências que, em algum grau, alinham-se ao combate da heteronomia, das desigualdades e mazelas retratadas tanto na produção habitacional de interesse social, quanto na autoprodução.

Apesar de pouco expressivas, essas experiências, pelo menos em teoria, encaminham-se por princípios e organizações distintas às das práticas hegemônicas de produção de moradias, o que faz com que a pesquisa que subsidia esta tese concentre esforços para sua compreensão e divulgação.

A intenção é, portanto, de evidenciar que outros exemplos de produção de arquitetura para os pobres são possíveis. Contudo, são exemplos forjados na resistência dos movimentos populares, por vezes, incitados por ideais em oposição à lógica capitalista de produção de moradias. Exatamente por não serem “úteis” ao capital ou por não corresponderem aos interesses políticos do Estado é que se veem numa condição de experiências constantemente ameaçadas, frágeis diante de um contexto que não lhes admite de fato. É essa conjuntura de forças que se opõem aquilo que confere às práticas não-hegemônicas, antisistêmicas ou “alternativas”, um caráter estruturalmente contraditório. São como enxertos equivocados no corpo de um Estado controlador e de um capitalismo que busca extrair a última gota de mais-valor. Mas que funcionam como válvulas de escape ciosamente colocadas justo ali onde os levantes populares se tornam mais concretos. Nesse sentido, acabam sendo sempre experiências contra revolucionárias e apaziguadoras.

Como exemplos que ameaçam, ou que ao menos se distanciam da lógica hegemônica, as contradições que moldam as práticas em autogestão são facilmente associadas ao fracasso, e, portanto, invariavelmente, essas propostas são entendidas como malsucedidas e postas de lado como opções não plausíveis. Não obstante, foram e ainda são facilmente obscurecidos todos e quaisquer aspectos virtuosos que elas possam ter suscitado. É baseada na compreensão de que a produção por autogestão de BH (assim como outras práticas alternativas à

produção hegemônica) é em si contraditória, que sustento a tese da sua invisibilidade, por isso, surge a questão: A quem interessaria a divulgação e o emprego de *outros canteiros*? O esquecimento dessas experiências, ao contrário do registro de suas memórias, parece-me ser mais útil à manutenção de um modelo que interessa exclusivamente ao capital. Buscando combater um possível processo de apagamento, interessa-me caracterizar essa produção a partir da compreensão das contradições inerentes aos processos descritos ao longo da tese.

Diante do cenário exposto, mais do que descrever e avaliar as experiências a partir de um ideal, talvez inalcançável, de autogestão, proponho uma análise qualitativa pela percepção crítica dos arranjos produtivos dos casos abordados. Portanto, a intenção é a de compreender as relações e as forças produtivas envolvidas nessas experiências. Nessa circunstância, o objeto de pesquisa é a produção autogestionária de BH, escrutinada pela tese a partir da análise histórica de estudos de caso que se concentram nos processos de produção, no espaço construído e nas relações dos grupos sócio-espaciais que fazem parte dessa realidade, não se limitando apenas aos seus produtos, isto é, às edificações executadas. Esse é o caminho para evidenciar as possibilidades e os limites do que considero como *outros canteiros*. Por possibilidades, entendo o aproveitamento das frestas entreabertas no enfrentamento das condições de heteronomia, ou seja, as ações, ainda que pequenas e a longo prazo, com ambições emancipatórias que visam à autonomia coletiva. Já os limites estão contidos na manutenção e no aprimoramento das relações de alienação e das contradições sócio-espaciais. Mesmo quando disfarçados de possibilidades, os limites representam entraves à "emancipação de relações sociais de dominação e a construção de relações sociais de cooperação".

¹⁹ Dessa maneira, a tese parte da necessidade de tentar esclarecer os seguintes questionamentos:

- Quando comparadas ao modelo hegemônico de produção de moradias interesse social, essas experiências contemplam alterações significativas em seus arranjos de produção? Ou ainda, quais as principais transformações contidas nas relações e nas forças produtivas da autogestão de moradias?

¹⁹ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S, 2013, p.97.

- O protagonismo feminino teve impacto na produção desses conjuntos? Isto é, a expressiva participação das mulheres contribuiu para que se alterassem arranjos produtivos no processo de construção desses conjuntos?
- Qual o impacto desse modelo, que envolve a participação popular e os mutirões autogeridos, na qualidade e na apropriação dos espaços coletivos e privados ao longo do tempo?
- Como estão esses conjuntos hoje e como os avaliam seus moradores?
- Qual a atualidade da autogestão ou das alternativas à produção de moradias de interesse social hegemônica no Brasil? Quais suas possibilidades e quais seus limites?
- A que se deve a invisibilidade da produção por autogestão de BH? Como ultrapassá-la?

Passados mais de 20 anos do início dessa produção, ainda não sistematicamente caracterizada, acredito ser necessário contrapor-la criticamente à produção convencional (empresarial) de habitações de interesse social, como a do PMCMV. Ademais, a “Resolução Nº LII do Conselho Municipal de Habitação”, de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura geral da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte, propõe: “*Estimular a adoção da autogestão em todas as linhas programáticas da PMH visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações, cooperativas habitacionais ou outras organizações da sociedade civil*”.²⁰ Perante esse novo marco regulatório, que reforça a autogestão enquanto uma das modalidades possíveis da política habitacional de Belo Horizonte, e do contexto nacional completamente adverso à abertura de processos populares, justifico a pesquisa pela pertinência em propor revisão de experiências já consolidadas a partir de uma perspectiva crítica.²¹ Otimistamente, o trabalho pode vir a constituir apontamentos úteis à construção de alternativas ao atual modelo de produção habitacional por gestão pública ou mesmo à novas possibilidades em autogestão.²²

²⁰ BELO HORIZONTE, Resolução n.º LII do conselho municipal de habitação, de 27 de dezembro de 2018, 2018.

²¹ O emprego do termo “reforça” se deve ao fato de que a Resolução LII substitui a Resolução II que originalmente trata da modalidade de autogestão para produção de habitações em Belo Horizonte.

²² Embora o contexto atual de um governo federal conservador e de extrema-direita não deixe margem para muitas expectativas nesse sentido.

Os principais objetivos aqui pretendidos são a recuperação e a conscientização históricas e a descrição crítica dos arranjos de produção das experiências autogestionárias de produção de moradias de BH, incluída a avaliação *in loco* para caracterizar o período pós-ocupação. Objetivos esses que são conduzidos num primeiro momento pelas inquietações relacionadas ao quadro desqualificante, heterônomo e nefasto da produção de moradias para os pobres que predomina no Brasil. Isto é, diante da realidade conformada, sobretudo, pela hegemonia das habitações de interesse social e pela marginalizada autoprodução, interessa-me evidenciar experiências alternativas. De outro lado, há uma inquietação relacionada ao reconhecimento de que muitos dos trabalhos que tratam do tema da autogestão em BH abordam, sobretudo, os discursos já consagrados. Nessas pesquisas por vezes são desconsideradas ou ocultadas as perspectivas daqueles grupos e comunidades que constroem e ocupam o território, o que em se tratando de autogestão representa um contrassenso. Em vista desse problema, este trabalho toma como necessária a tentativa de contemplar as perspectivas de vários dos agentes que participaram da produção dessas moradias em suas distintas fases – concepção, planejamento, projeto, gerenciamento e obra – incluindo aí seus atuais moradores. Sendo assim, também se constitui como um objetivo da pesquisa, ou um meio para se alcançar um fim, a construção de um método para registrar narrativas diversas. Parte da pesquisa que subsidia a tese trata, portanto, de conceber, testar e adaptar um instrumento capaz de registrar as memórias acerca da produção de moradias por autogestão histórica e atualmente, considerando seus diversos atores. Proponho, portanto, uma narrativa construída a partir da pluralidade de vozes. Em síntese, a tese busca contar a história da autogestão para além da narrativa dominante (oficial), de maneira a contrapor criticamente os discursos e a evidenciar os conflitos e os ganhos desse processo contraditório.

Buscando fortalecer o debate em torno da avaliação e da construção de *outros canteiros* para provisão de habitações de interesse social no país, a pesquisa que subsidia esta tese foi estruturada em diferentes estratégias de trabalho resumidas em: Revisão Bibliográfica, Pesquisa Documental e Histórica e Estudos de Caso múltiplos.

Privilegiando autores que investigam o campo de estudos da construção civil habitacional a partir de uma perspectiva crítica, a Revisão Bibliográfica trata de discutir conceitos, teorias e práticas que permitem caracterizar aspectos da história, da organização produtiva, dos processos de trabalho assim como dos

produtos envolvidos na produção de moradias dos pobres no Brasil, em especial, da autogestão.

Já as pesquisas Documental e Histórica e os Estudos de Caso múltiplos compõem o *método para levantamento de informações*,²³ cujo o intuito é o de duplamente denunciar e o de combater a invisibilidade histórica da produção autogestionária de moradias de BH. Em atendimento ao que foi colocado antes, esse método contempla narrativas dos principais grupos de agentes envolvidos na produção autogestionária protagonizada na cidade. Desse modo, possibilita recuperar processos de luta pela moradia, concepção, construção e gestão coletiva das duas gerações da autogestão. Em outras palavras, visa rememorar o arranjo produtivo da autogestão em diferentes momentos e por diferentes vozes.

Na tentativa de viabilizar a *recuperação histórica* dessa produção pela perspectiva das diversas pessoas que participaram do processo, os estudos de caso se inspiram no método da micro-história, como sintetizado pelo historiador Jacques Revel. Para Revel, a redução da escala de análise, aqui situada em conjuntos habitacionais da produção por autogestão, é útil para que sejam percebidas perspectivas dos acontecimentos que possivelmente seriam ignoradas por escalas mais abrangentes, sem, contudo, rejeitar a história geral dessa produção. Ademais, o trabalho de campo, comum a pesquisas de micro-história, possibilita "a valorização das expressões mais humildes, assim como das mais ostentatórias, de uma vida social".²⁴ É também nesse sentido que a pesquisa parte das considerações do sociólogo Michael Pollak sobre a construção da memória e da identidade social a partir da valorização da história oral, ou seja, dos relatos de vida. Para Pollak, a história escrita e a história oral são equiparáveis, dessa maneira, "se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral".²⁵ Portanto, a memória é aqui considerada aspecto fundamental à composição de uma narrativa plural.

Assim, as ações aqui descritas se inserem nisso que pode ser caracterizado como "História da Construção da Cidade",²⁶ cuja reconstituição historiográfica mobiliza

²³ Detalhado no Capítulo 4.

²⁴ REVEL, *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, 1998, p.45.

²⁵ POLLAK, *Memória e Identidade Social*, 1992, p.201.

²⁶ Desdobramento do Termo de Referência de Pesquisa "Arquitetura, Construção e Cultura Material" do orientador desta tese, o Prof. Roberto dos Santos.

tanto as ferramentas dos historiadores (especialmente as da micro-história) quanto as dos arquitetos urbanistas, para a busca de indícios e ampliação da capacidade de imaginação da cidade. A ênfase na dimensão empírica – sobretudo em sondagens, detecções, identificação e sistematização de fontes primárias potenciais – visa horizontalizar informações e fatos submersos na história, como ocorre com a produção autogestionária de BH, ampliando assim a capacidade de compreensão dos fenômenos sócio-espaciais para todos aqueles interessados.

A estrutura desta Tese, que se revela já nesta Introdução (*Capítulo 1*), está organizada em outros três capítulos mais Considerações Finais:

O *Capítulo 2* trata de discussões teóricas assim como de uma descrição histórica do quadro geral da produção de moradias dos pobres no país. Afinal, dado o recorte da Tese que se concentra em conjuntos executados por produção autogestionária e a tentativa de descrevê-la criticamente, importa também caracterizar a realidade das moradias da população desprovida. Assim, concentro-me aqui em três categorias da produção de moradias genericamente denominadas “populares”, sejam elas destinadas aos pobres ou ainda construídas pelos pobres.

A primeira dessas categorias trata da produção de interesse social dos programas e políticas públicas, na qual são comumente conferidos os adjetivos ‘oficial’ ou ‘formal’, o que trato aqui por *produção de interesse social hegemônica*. Já a segunda, denominada *autoprodução marginal(izada)* e definida comumente ‘extraoficial’ ou ‘informal’, norteia-se ao mesmo tempo pela escassez de recursos e pela autonomia de seus usuários na concepção e na execução de suas moradias. Considero que ambas são contrapontos necessários para enxergar as possibilidades e os limites de um terceiro tipo de produção de moradias populares, a *autogestão institucionalizada*, em que os estudos de caso desta tese se concentram.²⁷

A partir daquilo que aponta o segundo capítulo é possível afirmar com segurança que o cenário brasileiro reflete a ineficácia das políticas públicas de habitação. Um cenário cujas resistências, conhecimentos tradicionais e autonomia encontrados na autoprodução de moradias e nas diversas práticas insurgentes dos movimentos sociais, não são apenas potências subvalorizadas, mas, de fato,

²⁷ Também compreendida simplificadamente como autogestão ou autogestão via políticas públicas.

completamente sufocadas por programas de moradias pautados pela heteronomia e pelo atendimento aos interesses capitalistas.

Já o *Capítulo 3*, discorre sobre a *autogestão institucionalizada*, buscando sobretudo evidenciar a contradição estrutural explícita que permeia a produção autogestionária como programa ou como política pública habitacional para os pobres do país. Num primeiro momento, o capítulo caracteriza quem são os principais grupos de agentes, os recursos de que dispõem e as posições assumidas por eles no arranjo produtivo dessa complexa *rede heterogênea* que conforma os programas da autogestão, visando assim situar suas possíveis limitações e predisposições na condução dos processos envolvidos nas diferentes fases necessárias à viabilização da produção. Na sequência, de maneira a evidenciar a distância entre os preceitos teóricos e as práticas possíveis quando em consonância com o Estado, o capítulo traz uma discussão que articula os conceitos de *autogestão*, *autonomia*, e *participação* seguida da exposição da história da produção autogestionária do país, resumida num percurso de algumas experiências emblemáticas empreendidas pelos movimentos populares em escalas local e nacional. A partir dessas considerações, apresento a ideia de que essa produção está entremeada pelo que considero ser uma condição duplamente contraditória de *laboratório para exercício de autonomia* e *cota apaziguadora*.

Em síntese, o *Capítulo 4* versa sobre a autogestão de moradias de BH. Em um primeiro momento, impulsionada pela tentativa de evidenciar a importância de um processo de *conscientização histórica* dessa produção, o capítulo persegue a verificação da hipótese de que as experiências realizadas na cidade estão submetidas à um processo de invisibilidade e à um possível apagamento. Já no segundo momento, no entrelaçar de dados da revisão bibliográfica e das pesquisas de campo, situo aspectos do contexto que deu origem ao programa de autogestão no município. Finalmente, resultado do método para levantamento de informações, sobretudo, do diálogo estabelecido com diferentes agentes, faço uma costura de narrativas para a exposição dos estudos de caso. De maneira a evidenciar os atores; as relações e as forças de produção; assim como os desdobramentos sócio-espaciais da experiência autogestionária de BH a última parte do capítulo trata tanto da recuperação histórica quanto da avaliação *in loco* do arranjo produtivo envolvido na construção de dois principais conjuntos habitacionais. O conjunto Villarégia, amparado por alguns pontos das histórias dos conjuntos Urucuia e Fernão Dias traduz a primeira geração; enquanto o conjunto

Mar Vermelho I somado a pontuações do conjunto Santa Rosa II sintetiza a produção da segunda.

Por fim, como resposta aos questionamentos que impulsionam esta Tese, e síntese do que foi discutido, apresento alguns indicativos das possibilidades e dos limites da produção em análise.



2 Produção convencional de moradias dos pobres no Brasil

Num esquema publicado há cerca de 30 anos, o arquiteto argentino Victor Saúl Pelli revelava que, em maior ou menor medida, formalidade e informalidade são fruto da subordinação das culturas periféricas (países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) às culturas centrais (os países desenvolvidos).

¹ No início da década de 1990, ele expunha algo que ainda hoje é válido: a coexistência na América Latina do que ele chamou de tecnologias “formal periférica” e “informal”. A primeira diz respeito à situação preeminente ou hegemônica, ou seja, a de uma tecnologia engendrada pelo emprego de fragmentos materiais, técnicos, normativos e instrumentais das culturas centrais, que, por sua vez, são adaptadas e parcialmente incorporadas à realidade cultural periférica. Nessa “tecnologia formal adaptada” a “concepção de segurança, qualidade e comodidade [...] que nossa cultura formal desenvolveu está profundamente arraigada na estrutura da tecnologia que essa cultura utiliza”, fatores que determinam a qual campo cultural, social e político uma estratégia tecnológica é tratada como eficiente ou não. Já a segunda, a informal, estratégia denominada por Pelli como “a tecnologia dos limites da sobrevivência” se definiria, sobretudo, pela adequação dessa “tecnologia formal periférica”. ²

Ainda que o esquema de Pelli possa ser útil para demonstrar a subordinação e as adaptações dos conhecimentos envolvidos em ambas as produções, de saída, é necessário esclarecer que entendo que as fronteiras entre elas não são tão nítidas e estanques como o autor faz parecer. Não são como preto no branco, ao contrário, apresentam características indistintas que as pintam em diversos tons de cinza. Assim, proponho a descrição dessas realidades a partir de perspectiva alinhada à leitura que a socióloga argentina Verónica Gago faz da cidade,³ sumariamente, de

¹ PELLI, Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina, 1990.

² Ibidem, p.14,15.

³ A autora parte da descrição de três diferentes cenários em Buenos Aires: a feira popular urbana *La Salada*, o maior complexo comercial ilegal da América Latina; a *villa* 1-11-14, classificada como um dos bairros mais perigosos da cidade; e a Oficina, que compreende a reunião de espaços clandestinos de produção têxtil. A partir da descrição dos casos, a autora articula a noção de que os processos de produção e reprodução popular autogeridos que envolvem o saber-fazer comunitário, as “economias barrocas”, como ela os denomina, são parte de um neoliberalismo sustentado de baixo para cima e não apenas de cima para baixo (GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018).

uma trama de elementos heterogêneos. Para a autora, tanto a informalidade quanto a formalidade devem ser compreendidas como *ensamblagens concretas*, em suas palavras: “modalidades que hoje se contaminam mutuamente, se articulam e complementam”.⁴ Assim, este capítulo trata das particularidades da produção convencional de moradias dos pobres no Brasil e de suas possíveis sobreposições, ou melhor, de suas *zonas cinzentas*.

2.1 Produção de interesse social hegemônica

O conceito de hegemonia vem da tradição marxista. Suas origens são atribuídas à social-democracia russa e à Lênin, contudo, foi Gramsci que o consagrou e construiu uma noção “mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição”.⁵ No dicionário, em referência ao teórico sardo, hegemonia é caracterizada como o “poder político que se origina da liderança, da autoridade ou do consenso intelectual ou moral, que difere da superioridade decorrente do uso da violência”.⁶ De outro modo, uma classe pode ser considerada dominante se consegue a manutenção de uma conjuntura controlada mesmo que diante de interesses e forças divergentes em disputa. O sociólogo Edmundo Dias, um dos pioneiros na interpretação da obra de Gramsci no país, aponta que a construção da hegemonia depende da capacidade de articulação de uma classe, seja ela subalterna ou dominante, de impor sua compreensão de sociedade e de organizar o “campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar as frentes de intervenção e articular as alianças”.⁷ Assim, a partir das interpretações que o autor faz de Gramsci, uma nova hegemonia, ou a construção de uma nova civilização, como ele propõe, seria possível face uma reforma tanto intelectual quanto moral. Para tanto, deveria se caracterizar como mudança radical irrestritamente concreta, em outras palavras, ser capaz de elevar as ações do proletariado para a definição de um quadro social baseado em novas relações sociais de produção e outra compreensão de mundo abrangente às massas.

No campo habitacional, denomino a produção de interesse social como *hegemônica* pelo fato de ela representar o alinhamento de forças daqueles que estão ou detêm controle e poder. De um lado está o Estado, promotor e regulador

⁴ Ibidem, p.77.

⁵ ALVES, O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe, 2010, p.71.

⁶ DICIONÁRIO MICHAELIS, Hegemonia, 2022, on-line.

⁷ DIAS, Hegemonia: nova civilização ou domínio ideológico?, 2014, p. 88-89.

dessas políticas a partir de seu aparato burocrático controlador, de outro, estão os capitais representados pelas construtoras e incorporadoras, que não apenas executam, mas mais recentemente também determinam praticamente toda a sua estruturação. É, portanto, a parcela da produção de moradias populares conformada por agentes que ocupam posições privilegiadas e dispõem de recursos econômicos, culturais e políticos suficientes para estabelecer as regras que a adjetivam como 'oficial' e, em alguma medida, fazem-na exemplo e parâmetro de comparação aos demais modelos (autoprodução marginalizada e autogestão institucionalizada). Também é aquela que ao mesmo tempo representa uma produção hegemônica no sentido de estar orientada à lógica da acumulação de capital e de vantagem dos interesses e direitos privados em detrimento dos coletivos; e de interesse social, pois se orienta, aos pobres, ainda que não chegue efetivamente a suprir suas necessidades, muito antes pelo contrário.

Nesse sentido, é necessária uma caracterização histórica das relações e das forças produtivas envolvidas na execução dos conjuntos e dos empreendimentos habitacionais realizados a partir de programas ou políticas estatais ao longo do tempo. Portanto, sem pretensão de esgotar o tema, busco, a partir de revisão da literatura (Farah, Ferro, Vargas, Maricato e outros), expor aspectos relevantes do subsetor habitacional da construção civil, com ênfase nos produtos que origina, mas sobretudo, no trabalho que organiza. Afinal, "o produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção".⁸ Antes disso, contudo, esclareço aspectos gerais dos processos de trabalho inerentes ao modo de produção capitalista,⁹ aos quais todos os três tipos de produção de moradias dos pobres aqui considerados estão em certa medida submetidos.

2.1.1. Processos de trabalho sob o capital

Apesar de em sua origem não ser uma produção capitalista, ou seja, direcionada à valorização de capital,¹⁰ a produção de moradias pode ser descrita antes de tudo como mercadoria. Marx esclarece que na sociedade capitalista a forma social mais simples e elementar do produto do trabalho é a mercadoria. O objeto arquitetônico, mesmo que habitação social, não escapa à essa lógica. Para Ferro

⁸ MARX, *Manuscritos econômico-filosófico*, [1844] 2004, p.82.

⁹ Amparada principalmente pelas teorias marxianas expostas no "Livro I: Processo de produção do capital". MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011.

¹⁰ KAPP et al., *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação*, 2005.

“assim como a pá ou a arma, é fabricada, circula e é consumido, antes de mais nada, como mercadoria”.¹¹ Afinal, mesmo antes de serem produzidos, esses objetos já estão destinados à venda. Já em complemento, Kapp et al. esclarecem que, por sua vez, “não-capitalista” ou “não-comercial” compreenderia toda aquela produção em que o agente que nela investe “o faz para obter um valor de uso e não para obter suporte de mais-valia”, a exemplo da autoprodução ou da autogestão de moradias.¹²

A partir do exposto, importa dizer que o processo de trabalho tem finalidade única de produção de valor de uso, isto é, utilidade social que “se efetiva apenas no uso ou no consumo”.¹³ Contudo, no capitalismo, essa condição se expande. O produto do trabalho atende antes a outros interesses. Marx esclarece que para o capitalista a mercadoria não tem valor de uso em si, mas sim de suporte de valor de troca. Isto é, estabelece-se como meio de troca para que cumpra o valor de uso para outrem. Nesse processo, há restrição das qualidades do produto do trabalho. Como no valor de troca independem os valores de uso das mercadorias, o trabalho concreto cede lugar ao trabalho abstrato, isto é, trabalho como fonte de valor. Como explica Marx, desaparecem assim as “formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato [...] uma simples geleia [Gallert] de trabalho humano indiferenciado”.¹⁴

Muito antes de atender ao uso para o qual se destina, produção capitalista, seja lá de qual mercadoria se trate, é aquela que está orientada à valorização do capital, à circulação, à aferição de lucro e à extração de mais-valor.¹⁵ Em síntese, o objetivo do capitalista frente a qualquer mercadoria é:

Primeiramente, [...] produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, [...] produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer

¹¹ Ferro, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.105.

¹² KAPP et al., Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação, 2005, p.38.

¹³ MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011, p.97.

¹⁴ *Ibidem*, p.99.

¹⁵ O lucro é calculado em relação ao conjunto do capital total aplicado (constante e variável), enquanto a taxa de mais-valor (proporção entre o que se investe e o que se gera) será sempre maior e demonstra o grau de exploração ao qual o trabalhador está submetido.

produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.¹⁶

Mais-valor compreende, em última análise, o excedente do valor investido pelo capitalista na produção a partir de uma relação de exploração do trabalhador.¹⁷ Exploração essa resultante de uma remuneração infinitamente abaixo do valor que consegue produzir com seu trabalho.

Importa saber que, proposta pelo Estado, amparada por conhecimentos técnicos, mas dominada pelo 'mercado' da construção civil, a produção de interesse social hegemônica é marcada pela manufatura.¹⁸ Marx descreve manufatura como sendo um processo intermediário e incompleto, situado temporalmente entre o artesanato e a indústria na transição entre o feudalismo e capitalismo. Ele aponta que aquilo que a distingue da oficina artesanal não é apenas sua escala, ou a ampliação do número de trabalhadores, nesse caso, ocupados simultaneamente pelo comando de um mesmo capital; mas, é, sobretudo, o trabalho social médio movimentado por uma produção cooperada dos assalariados.¹⁹ Por isso, a cooperação se dá pela combinação de indivíduos "no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos".²⁰

No entanto, Marx esclarece que mais do que a reunião de forças individuais, a cooperação desenvolve potência, fazendo surgir assim uma nova força produtiva que é traduzida na capacidade genérica de superação das limitações verificadas em cada um dos trabalhadores separados. No âmbito da formação de um corpo denominado "trabalhador coletivo", que toma o lugar do artesão e de um trabalho com longo período de aprendizagem, a cooperação favorece o aumento de agilidade, de eficiência e de escala da produção. A combinação desses fatores

¹⁶ Ibidem, p.194.

¹⁷ Mais-valor absoluto e relativo são variações dessa exploração, sendo o primeiro referente ao prolongamento da jornada de trabalho sem o acréscimo correspondente do salário do trabalhador e o segundo à compressão do tempo de trabalho necessário, conseguida pelo aumento da produtividade, por sua vez, alcançada via emprego de maquinário mais avançado, em suma, produz-se mais em menos tempo.

¹⁸ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006. VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987. FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁹ Marx, contudo, explica que nos primórdios da manufatura são apenas os aspectos meramente quantitativos que a distanciam da produção artesanal. (MARX, *Manuscritos econômico-filosófico*, [1844] 2004).

²⁰ MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011, p.277.

resulta em maior produtividade, como ilustra a seguinte passagem a exemplo da construção:

Por exemplo, quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos da base até o alto do andaime, cada um deles realiza a mesma tarefa, mas as ações individuais constituem partes contínuas de uma ação conjunta, fases particulares que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho e mediante as quais, por exemplo, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam com mais rapidez do que o fariam as duas mãos de cada trabalhador individual que tivesse de subir e descer o andaime. O objeto de trabalho percorre o mesmo espaço em menos tempo. Por outro lado, uma combinação de trabalho ocorre quando, por exemplo, uma construção é executada simultaneamente por diferentes lados, embora também nesse caso os trabalhadores que cooperam realizem tarefas iguais ou da mesma espécie. [...] As partes do produto separadas no espaço amadurecem ao mesmo tempo.²¹

Aumento de produtividade e decorrente diminuição dos salários são mencionados por Sérgio Ferro como rebatimentos importantes da constituição desse "trabalhador coletivo", expressão do capital nos canteiros de obras cujo o objetivo é a comercialização do produto do trabalho humano. Como defende o autor:

A figura do "trabalhador coletivo" [...] é considerada pelo próprio trabalhador como emanção do capital, bem como todos os outros efeitos das "combinações sociais do trabalho". Mais ainda: o ganho que decorre da interação produtiva entre trabalhadores – que não é pouco – não somente não é pago pelo capital e parece emanção sua, mas se volta contra eles, aumentando a produtividade do trabalho com conseqüente diminuição de salários. [...] Nas obras comuns, o que Marx chama de "trabalhador coletivo" aparece aos trabalhadores como um efeito, uma exteriorização do capital. Na verdade, é efeito da totalização na ação das diversas competências produtivas dos próprios trabalhadores, o sujeito coletivo da produção.²²

A manufatura pressupõe avançada divisão social do trabalho. Isto é, uma produção baseada na fragmentação do processo de trabalho com designação de "ofícios distintos e independentes".²³ A partir do que expõe Marx, a divisão

²¹ Ibidem, p.278.

²² FERRO, "Trabalhador Coletivo" e autonomia, 2015, p.22.

²³ MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011, p.294.

manufatureira do trabalho reside exatamente na condição de um trabalhador parcial que isoladamente não consegue produzir mercadoria. É somente com a combinação das partes resultantes dessa divisão que se verifica a mercadoria de fato.

Na manufatura, diferente da grande indústria, o principal mecanismo de produção não é a maquinaria, mas sim o trabalhador coletivo, isto é, o ajuntamento de trabalhadores parciais, que, na sucessão infinita da execução de tarefas simplificadas, têm seus corpos moldados e levados à mera condição de "órgão automaticamente unilateral dessa operação". É a parcialização das tarefas expressa nessa divisão do trabalho manufatureiro que admite o emprego de uma classe de trabalhadores não qualificados, antes dispensados pelas oficinas artesanais. Marx aponta ainda que a falta de habilidades, cuja incorporação ao artesanato não pode ser imaginada, é atributo virtuoso à "especialidade totalmente uniteralizada" requerida na produção manufatureira e ela própria passa a constituir uma especialidade desse processo.²⁴

Mas a produção manufatureira exige também condições específicas a cada trabalhador na execução das muitas operações necessárias ao desenvolvimento da mercadoria. Marx explica: "numa ele tem de desenvolver mais força, noutra, mais destreza, numa terceira, mais concentração mental etc., e o mesmo indivíduo não dispõe dessas qualidades no mesmo grau".²⁵ Para isso, a produção dividida e reorganizada em estrutura de cooperação passa também pela hierarquização de novas atividades simplificadas e distribuídas segundo as habilidades individuais ou "qualidades predominantes" desses trabalhadores. Tal hierarquização leva à divisão básica entre trabalhadores não qualificados e qualificados. Isso, por sua vez, tem rebatimento na redução, ou mesmo na total subtração, dos custos relacionados à aprendizagem do trabalhador, significando economia com os custos de reprodução da força de trabalho. Assim, tanto aos operários qualificados quanto aos não-qualificados é imposta a diminuição do valor de sua força de trabalho com desdobramento direto na ampliação do processo de valorização do capital.

Nesse mesmo sentido, Ferro sintetiza a forma manufatureira, no caso, especificamente para o campo da produção de objetos arquitetônicos, como

²⁴ Ibidem, p.286.

²⁵ Ibidem, p.292.

sendo um processo "descontínuo, heterogêneo, heterônomo, no qual a totalização do trabalhador coletivo, sua raiz, vem inevitavelmente de fora, do lado do proprietário dos meios de produção. Sem essa totalização, nas condições dominantes de esfrelamento e acefalia impostas à produção, não há produto - e mercadoria, portanto".²⁶ O controle externo, ou a heteronomia, exposta por Ferro, mesmo que não seja característica exclusiva desse modo de produção, é revelada em Marx como condição absoluta e imprescindível do trabalho sob o capital.

O comando capitalista no processo de divisão do trabalho pode se manifestar tanto no comando necessário à combinação das parcelas de produtos separados, produzidos de maneira independente, o que Marx trata por *manufatura heterogênea*; ou na imposição necessária ao ajuntamento de atividades originalmente separadas que passam a ser desempenhadas em um único local, denominada *manufatura orgânica*.²⁷ Independentemente de ser heterogênea ou orgânica, importa que na manufatura o trabalhador é coletivo, forçado à cooperação, ao fracionamento de atividades e à consequente hierarquização por especialização de ofícios – tanto os minimamente qualificados quanto os não qualificados – doravante submetidos ao controle pelos capitalistas.

Já na grande indústria, verifica-se a tendência de equalização dessa hierarquia. Tal condição, apesar de distinta da manufatura, não significa a total supressão hierárquica, ela continua existindo, mas tem características particulares, como uma divisão mais relacionada à idade ou ao sexo dos trabalhadores. Na prática, a hierarquia imposta na indústria tende a criar dois grupos: o primeiro relacionado a uma camada "superior de trabalhadores, com formação científica ou artesanal",²⁸ que não fazem trabalho manual, que é pouco expressiva numericamente e que tende a ficar externa ao círculo geral (e significativo) de operários, o segundo grupo.²⁹ Os operários, por sua vez, desdobram-se em dois tipos de trabalhadores, os que lidam efetivamente com as operações das máquinas-ferramentas e os subordinados a eles,³⁰ genericamente, ambos ocupam posições de apêndices da maquinaria. Na fábrica automatizada, há uma divisão exclusivamente técnica do trabalho, para a qual são exigidas operações simples e repetitivas, o que possibilita

²⁶ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.106.

²⁷ O mesmo que Sérgio Ferro trata por "manufatura serial" (FERRO, A produção da casa no Brasil, [1969] 2006.

²⁸ Tais como engenheiros, mecânicos e carpinteiros.

²⁹ MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011, p.331.

³⁰ Os operários subordinados geralmente são crianças que trabalham no constante abastecimento das máquinas.

a homogeneização da massa de trabalhadores não qualificados que, por sua vez, são facilmente substituíveis.

É, portanto, na indústria que há intensificação, aperfeiçoamento e completude das condições de "esfarelamento e acefalia impostas à produção", mencionadas antes por Ferro, no que se refere à grande massa de trabalhadores sem qualificação. Afinal, aí a produção da mercadoria se orienta à completa objetificação do trabalhador, impedindo-o de refletir sobre aquilo que produz. Segundo Marx, "Na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho. Devemos começar, portanto, examinando de que modo o meio de trabalho é transformado de ferramenta em máquina, ou em que a máquina difere do instrumento artesanal". Na manufatura, o operário, mesmo parcializado, é sujeito do processo produtivo, o regulador e controlador da ferramenta que opera, pode-se dizer, o cérebro da ferramenta. Já na fábrica, inversamente, os trabalhadores ultra parcializados servem à máquina. É com a aplicação moderna e necessariamente capitalista da maquinaria que eles perdem o controle sobre si mesmos.³¹ Assim, o sistema fabril impõe ao autômato mecânico o lugar de sujeito, enquanto os trabalhadores "só são órgãos conscientes pelo fato de estarem combinados com seus órgãos inconscientes, estando subordinados, juntamente com estes últimos, à força motriz central".³²

Em oposição a qualquer beneficiamento do trabalhador, "o emprego da máquina se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo [...] transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva".³³ A máquina é apenas meio para maior exploração, subtração de destrezas e maior desqualificação do trabalho humano, condições necessárias à ampliação de mais-valor e valorização do capital. Na prática, a sujeição do trabalhador que se delinea na manufatura é de fato conseguida na grande indústria. Dessa maneira, pode se dizer de uma transformação da subsunção formal para a subsunção real. Na

³¹ Marx esclarece que o emprego genérico da maquinaria em grande escala, quando não submetida a aplicações capitalistas, reflete um processo pautado pelo trabalhador coletivo combinado, isto é, os operários ocupam lugar de sujeito dominante do processo, já o autômato mecânico se constitui objeto, apenas. (MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011).

³² Ibidem, p.303, 330.

³³ Ibidem, p.303, 332.

subsunção formal o processo continua o mesmo, mas as relações de produção se alteram, esse é o caso da manufatura, em que os trabalhadores passam a ser assalariados, mas ainda dominam as técnicas e têm a posse das ferramentas. Já na subsunção real, os processos engendrados pelo capital passam a entrar em cada meandro possível da produção, assim há uma reformulação radical que é vista em um novo processo de produção.

Na fábrica capitalista o próprio trabalhador é mercadoria e ao mesmo tempo que seu trabalho gera riquezas aos capitalistas, ele o empobrece e o distancia dos objetos que produz. O operário acéfalo, ou o "complemento disperso da máquina",³⁴ é destituído da compreensão do processo de trabalho, tem estranhamento por esse processo, isto é, não se apropria de seu resultado. Esses são aspectos da alienação exposta por Marx.³⁵

A racionalização, o aumento de produtividade e o controle absoluto são exigências do processo de trabalho estabelecido no interior da indústria. Aspectos facilmente reconhecidos no método de trabalho científico concebido por Frederick Taylor (1856-1915) já no final do século XIX. Para Taylor o aumento da produtividade não pode partir de iniciativas ou incentivos vindos dos operários, posto que trazem vestígios de autonomia da produção manufatureira. Muito ao contrário, o controle de toda a produção deve ser assegurado pela gerência a partir dos métodos da administração científica. Amparado pelas estratégias aplicadas ao ofício do pedreiro – em desenvolvimento ao que propõe o método do engenheiro norte-americano Frank. B. Gilbreth – Taylor descreve os quatro elementos essenciais da cientificação do trabalho:

Primeiro: O desenvolvimento (pela direção e não pelo operário) da ciência de assentar tijolos, com normas rígidas para o movimento de cada homem, aperfeiçoamento e padronização de todas as ferramentas e condições de trabalho.

Segundo: A seleção cuidadosa e subsequente treinamento dos pedreiros entre os trabalhadores de primeira ordem, com a eliminação de todos os homens que se recusam a adotar os novos métodos, ou são incapazes de segui-los.

Terceiro: Adaptação dos pedreiros de primeira ordem à ciência de assentar tijolos, pela constante ajuda e vigilância da direção, que pagará, a cada

³⁴ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.124.

³⁵ Marx, *Manuscritos econômico-filosófico*, 2007 [1844].

homem, bonificações diárias pelo trabalho de fazer depressa e de acordo com as instruções.

Quarto: Divisão equitativa do trabalho e responsabilidades entre o operário e a direção. No curso do dia, a direção trabalha lado a lado com os operários, a fim de ajudá-los, encorajá-los e aplainar-lhes o caminho, enquanto no passado, ao contrário, a direção permanecia de lado, proporcionava-lhes pouco auxílio e sobrecarregava-os de quase toda a responsabilidade quanto aos métodos, uso dos instrumentos, velocidade e cooperação.³⁶

Tais elementos resultam, portanto, na completa subtração de autonomia dos operários. Não cabem decisões de cunho individual, nem mesmo aquelas amparadas em experiências ou no saber-fazer adquiridos previamente. Muito pelo contrário, tais ações são condenadas. Na indústria, o trabalhador está então submetido aos critérios pré-estabelecidos pela administração científica. Além de anular a ação empírica, espontânea e sensível do operário diante de suas atividades, o taylorismo indica aprofundamento da divisão social do trabalho iniciada na manufatura. É a partir do estabelecimento de treinamentos e prescrições, impostos exclusivamente pela gerência, que os trabalhadores são modelados a um controle mais rígido. Elas constituem exigência ao desenvolvimento e à manutenção do sistema industrial capitalista. Via de regra, a administração científica estabelece métodos que coíbem quaisquer obstáculos interpostos à ampliação da subordinação da mão de obra ao capital. Esse é o caso da *seleção científica do trabalhador* que opera tanto na padronização rígida do trabalho quanto na eliminação de operários pouco eficientes e sobretudo insubordinados. Impor padronização e cooperação da organização do trabalho é aspecto imprescindível para que o capitalista consiga aumentar o ritmo geral da produção. Para isso, disfarçadas de recompensas, são amplamente adotadas ações tais como aumento salarial, gratificações ou mesmo técnicas de ergonomia do trabalho. Na prática, as supostas melhorias nas condições do trabalhador não passam de estratégias de incremento de produtividade com a imposição de repetição exaustiva de atividades simplificadas amparadas pela coerção estabelecida pela gerência. O taylorismo não se direciona apenas ao aumento da produtividade, mas, sobretudo, a um modelo de subsunção real dos trabalhadores.

Na produção de mercadorias, incluindo habitações populares tratadas como simples objetos destinados ao mercado, os processos de trabalho que respondem

³⁶ TAYLOR, *Princípios da administração científica*, [1911], 1995, p.67.

aos interesses do capital exigem do trabalhador a venda de sua força de trabalho a partir de constantes e aperfeiçoados métodos em que a subordinação e a extração de mais-valor são mandatórios. Ferro sintetiza exemplarmente essa condição:

Ao vender sua força de trabalho, o operário abdica de sua vontade. É obrigado: não possui nenhum meio de produção, não tem como efetivar sua própria vontade. Foi desarmado. Obedecerá à vontade de quem comprou sua força de trabalho. Tirania é isto: a "liberdade" de um só polo, o que possui os meios de produção, contraposta à subordinação forçada de "seus" outros. A venda imposta da força de trabalho obriga o trabalhador a subordinar-se à vontade alheia e fazer-se meio para uma finalidade que jamais poderá assumir como sua, sua própria exploração para a obtenção de mais-valia.³⁷

O que se expõe aqui apenas esboça algumas das muitas contradições essenciais do capitalismo. Em síntese, a partir do materialismo histórico, Marx deslinda a realidade do modo de produção capitalista como ela realmente é: a de uma sociedade baseada na mercantilização conseguida com a expropriação do proletariado e cujo os valores individuais também são subordinados a essa lógica.³⁸

A princípio, a seção "processos de trabalho sob o capital" acabaria aqui, mas gostaria de realizar um breve, porém necessário, desvio. Na realidade, um desvio que se configura mais um adendo pela perspectiva feminista. Confesso que ponderei e até relutei para incluí-lo neste trabalho, o que obviamente não diz respeito à pertinência do assunto, mas sim à minha competência para expô-lo com propriedade. Infelizmente, demorei a enxergar a potência que a teoria feminista teria para esse trabalho, um erro em se tratando de pesquisa cujo o objeto de análise é uma produção — que não tenho qualquer receio de caracterizar— feminina (do começo ao fim). Justifico que não foi a falta de reconhecimento dessa condição, muito menos de interesse, mas mesmo de oportunidade de contato com esse campo de estudos. Ainda que tarde e, por isso, impossibilitando a

³⁷ FERRO, "Trabalhador Coletivo" e autonomia, 2015, p.21.

³⁸ Em outras palavras, Marx aponta que a socialização é uma construção histórica e como tal as características humanas dependem da forma material como a sociedade se reproduz. Logo, prevalecem na sociedade capitalista características como o individualismo, a competição e o egoísmo.

centralidade do tema nesta tese, felizmente, consegui me aproximar um pouco das diversas correntes do feminismo a partir da disciplina "Leituras Feministas".³⁹ Assim, reconhecendo minhas próprias limitações, mas buscando ampliar o debate, incluo alguns dos aspectos da perspectiva feminista sobre os processos de trabalho sob o capital.

É a partir da afirmativa "o capitalismo está de volta!" que a filósofa Nancy Fraser explora diferentes condições de fundo que ajudam na compreensão do capitalismo para além da ideia de um simples sistema econômico.⁴⁰ Para a autora, o modo de produção capitalista deve ser entendido como "uma ordem social institucionalizada" fundada nas desigualdades características das separações entre a produção econômica da reprodução social, da organização política e da natureza não-humana (meio-ambiente).⁴¹ Logo, o texto aponta as dominações políticas, ecológicas e de gênero, "incluindo nacionalidade/raça, etnia, religião, sexualidade e classe", como próprias ao capital.⁴² Essas três condições podem ser destacadas, portanto, como atualizações, ou mesmo como complementos, à ainda persistente e válida compreensão crítica marxista do funcionamento econômico do capitalismo a partir das contradições derivadas da luta de classes.

Entendendo a produção de moradias por autogestão de BH como luta e desenvolvimento feminino, tratarei aqui especificamente da primeira condição de fundo, a social. Isto é, da divisão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Amparada por teóricas feministas, Fraser enfatiza que a dominação de gênero deve ser compreendida como uma característica estrutural, ou seja, indissociável da sociedade capitalista. É também nesse sentido que ela aponta que a reprodução social precisa ser identificada como um agrupamento de atividades que conformam a sociedade como um todo, não restrita ao trabalho doméstico, mas

³⁹ Disciplina "UNI 106 Tópicos em Gênero e Sexualidade A: leituras feministas" ministrada pela Profa. Dra. Silke Kapp entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022, com apoio das discentes de pós-graduação: Mariana Moura, Thaís Moreno e Carolina Cardoso.

⁴⁰ FRASER, Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do capitalismo, [2014] 2015.

⁴¹ A filósofa e escritora Silvia Federici, a partir de perspectiva feminista, também contribui na construção de uma necessária atualização ao tema da acumulação primitiva no capitalismo. Segundo a autora, a divisão entre reprodução e produção, dentre muitos outros aspectos de um processo que denomina de "caça às bruxas", e que recaem na opressão das mulheres a partir do patriarcado, seriam também objetivos necessários à formatação do modo de produção capitalista. (FEDERICI, *O calibã e a bruxa*, [2004] 2017)

⁴² FRASER, Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do capitalismo, [2014] 2015, p.719, 706.

também relacionada às atividades comunitárias que envolvem a ideia geral de 'cuidado'.

A autora distingue que a partir do capitalismo as atividades relativas à reprodução social são lidas e naturalizadas como funções essencialmente femininas. Mesmo que por vezes desempenhadas por homens há uma separação fundada na qualidade de gênero que atribui a reprodução, ou o trabalho afetivo, às mulheres especificamente. E ainda que as mulheres tenham realizado diversas conquistas dentro do movimento feminista perduram, ainda hoje, profundas desigualdades de gênero, dentre elas a condição (quase) exclusiva de responsáveis pelo trabalho do cuidado em âmbito doméstico e na sociedade como um todo. Relegadas à condição de principais responsáveis pela reprodução, conjuntamente com a dupla jornada verificada com o alcance do mercado de trabalho remunerado, as mulheres protagonizam a denominada "crise do cuidado", ou de maneira mais abrangente, a crise da reprodução da vida.

Para a filósofa feminista Sarah Ruddick,⁴³ o cuidado com os filhos deve superar as noções pré-concebidas de gênero e ser mobilizado e tratado politicamente; já Cristina Carrasco expõe que o trabalho do cuidado nunca recebeu efetiva atenção no capitalismo e que as contradições entre produção e reprodução se ampliam nesse contexto, sobretudo, quando as mulheres passam também a assumir tarefas remuneradas sem que ocorram alterações significativas nas políticas públicas;⁴⁴ em proximidade, a professora e historiadora Tithi Bhattacharya evidencia que a reprodução social sob o capitalismo é distinta da reprodução em outros momentos históricos e, mesmo que de maneira desigual, integra junto da produção as bases fundamentais desse sistema, portanto, a luta feminista precisa requerer a revisão de ambos;⁴⁵ por fim, Fraser correlaciona a crise do cuidado à própria crise do capital.⁴⁶ Em síntese, as autoras expõem o quão preterido é o tema do cuidado sob o capitalismo e ainda que o trabalho de reprodução, sinônimo de trabalho feminino, seja fundamental para a sustentação desse modo de produção, contraditoriamente, é ainda hoje amplamente desqualificado e invisibilizado.

⁴³ RUDDICK, *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*, [1989]1995.

⁴⁴ CARRASCO, *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?*, [2001] 2003.

⁴⁵ BHATTACHARYA, *O que é teoria da reprodução social?* [2013] 2019.

⁴⁶ FRASER & SOUZA FILHO, *Contradições entre capital e cuidado*, [2016], 2020.

No capitalismo, há o que Fraser descreve "como um rompimento com um mundo anterior",⁴⁷ um mundo em que as atividades desempenhadas pelas mulheres, mesmo que distintas daquelas realizadas pelos homens, eram visíveis e reconhecidamente valorizadas por toda a sociedade.⁴⁸ Já na ordem social capitalista haveria uma nítida e avançada divisão entre os espaços do trabalho produtivo de mercadorias, o trabalho pago, daqueles do trabalho reprodutivo invisível e não-pago. Isto é, um rompimento entre a fábrica masculina (inclu também o canteiro masculino) e o lar feminino. Em síntese, a autora sustenta que o domínio masculino e a conseqüente subordinação feminina são reflexo e também condição da segmentação das esferas de reprodução social daquelas de produção econômica. Contudo, o feminismo marxista reconhece que, a depender do estágio do desenvolvimento capitalista, a divisão entre essas esferas passou e ainda passa por atualizações, como, por exemplo, a transferência de alguns aspectos da reprodução social para a área dos serviços públicos durante o século XX. Já com o neoliberalismo haveria a *(re)privatização* e *(re)comodificação* de alguns desses serviços,⁴⁹ uma transformação de aspectos da reprodução social em mercadorias vendáveis. É nesse sentido que o feminismo (neo)liberal, longe de representar algum tipo de solução, parece também ser parte do problema, já que se ampara na incorreta ideia de que em um sistema capitalista, onde o trabalho de cuidado, ou o trabalho afetivo reprodutivo, visto como feminino, é passível de uma livre escolha. Quem são essas mulheres que supostamente podem fazer essa opção? De que cor são? Qual escolaridade têm? O ideário do neoliberalismo não parece se preocupar com essas questões, afinal, é totalmente contra uma soberania popular, onde se apresentam limites radicais e são tolhidas as participações de diversos atores. Esse feminismo neoliberal não tem como horizonte uma efetiva emancipação, ao contrário, ele acaba por validar formas e estratégias pacificadoras para que algumas poucas mulheres e minorias consigam galgar certos cargos na arena política ou posições hierárquicas mais elevadas. Mas apenas de maneira limitada, uma pequena e tímida readequação

⁴⁷ FRASER, Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do capitalismo, 2014, p. 714.

⁴⁸ O *feminismo comunitário*, por exemplo, enfatiza as práticas das mulheres de Kollasuyo (atual Bolívia), que no período da colonização possuíam terras e participavam de maneira autônoma da vida política e militar de sua comunidade, situação distinta da Europa. Também são expostos os levantes de 1871 como referência da luta de mulheres indígenas detentoras de comando político, militar e logístico de seus territórios. (CARVAJAL, *Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário*, [2018] 2019).

⁴⁹ FRASER, Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do capitalismo, [2014] 2015.

aderente aos pressupostos do capitalismo, um sistema que repousa nas questões colonialistas e machistas.

Em outro sentido, o feminismo marxista é parte constitutiva de uma corrente crítica emancipatória das opressões e explorações atribuídas às mulheres em geral, luta que tem origem na reivindicação do direito ao trabalho remunerado, mas, que ao longo do tempo, expande-se para a libertação da reprodução doméstica, para o rompimento da propriedade privada e para os ideais de socialização das atividades produtivas.

O argumento que se reforça por meio de Fraser é de que as atividades sócio reprodutivas são fundamentais à produção de mercadorias e à acumulação de mais-valor. Sendo assim, o feminismo marxista reconhece que o patriarcado não é apenas acidental, mas é condição inerente e necessária ao desenvolvimento do capitalismo, ou ainda, que a subordinação das mulheres seria motor indispensável ao funcionamento do capitalismo como o conhecemos. Da mesma maneira, a partir da perspectiva feminista marxista exposta em Fraser,⁵⁰ o patriarcado pode ser compreendido como um constante esforço de aperfeiçoamento do capital na exploração, rebaixamento e invisibilidade do trabalho produtivo feminino, na conseqüente alienação das mulheres em relação aos aspectos produtivos da sociedade, assim como nas opressões decorrentes das desigualdades de gênero.

Em suma, os aspectos tratados ao longo desta seção apontam aspectos estruturais de nossa sociedade. Dessa maneira, é possível assumir que até que ocorra uma revolução, eles constituem limites para *que outros canteiros* e demais experiências com vistas à autonomia de seus grupos sócio-espaciais sejam reconhecidos e tenham efetivamente algum sucesso.

2.1.2. Especificidades do canteiro manufatureiro

No âmbito da produção habitacional, as teorias de caráter evolucionista, via de regra veiculadas como neutras, estão amparadas numa espécie de crença na seleção natural de tecnologias construtivas, o que também se estende para a interpretação da construção civil como um todo.⁵¹ É como se os sistemas fossem

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Na compreensão derivada da neutralidade, a tecnociência pode ser compreendida sob a ótica do Determinismo e do Instrumentalismo, respectivamente, de um lado, considerada autônoma,

selecionados apenas a partir de suas boas qualidades materiais, excluindo dessa equação questões de fato definidoras, como o controle dos conhecimentos empregados na sua mobilização. A neutralidade tecnológica aporta uma visão muito restrita e pouco crítica do papel da tecnologia no emprego dos processos construtivos, pois oculta, por exemplo, a contribuição da tecnociência à manutenção da economia pela subtração das habilidades e da autonomia de seus trabalhadores.⁵² Trata-se de uma abordagem amparada na defesa do “desenvolvimento” tecnológico da construção civil, sustentando-se na ideia de que seu atraso decorreria especialmente da condição de baixa mecanização do subsetor de edificações ou, de maneira geral, da falta de progresso das forças produtivas aí envolvidas. Por essa perspectiva, para que houvesse emprego abrangente de processos industrializados e racionalização nos canteiros de obras, seria necessária a superação da sua condição manufatureira.⁵³ Distante da perspectiva da neutralidade, concordo com o que aponta o economista Stephen Marglin no sentido de que um novo método de produção não precisaria ser tecnologicamente ‘superior’ para ser empregado.⁵⁴ Na realidade, a ‘inovação’ depende igualmente de recursos (instituições) econômicos e sociais, daqueles que controlam a produção e das pressões de que esse controle acompanha.

Ademais, Ferro expõe que naquilo que cabe à habitação popular produzida nos países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento),⁵⁵ como é o caso da produção de interesse social hegemônica no Brasil, teria resguardado uma baixa composição orgânica do capital.⁵⁶ Essa característica, longe de significar entrave ao processo de desenvolvimento da construção civil, é apontada como atributo necessário à manutenção de setores mais “desenvolvidos” da indústria. A

determinada por questões inerentes à própria tecnologia, ou seja, a sociedade seria passiva em relação aos seus atributos e estaria a eles condicionada; do outro, a tecnociência seria controlável pelo homem, portanto, a sociedade poderia determinar o seu direcionamento e realizar suas modificações para além de sua aplicação. (DAGNINO, *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*, 2014).

⁵² A tecnociência, em substituição ao conceito de “Ciência e Tecnologia”, é utilizada por Renato Dagnino para descrever todo o conhecimento “necessário para a produção de bens e serviços”. Para o autor, a produção científica e tecnológica atual são inseparáveis, logo, proponho aqui a adoção de um termo que sugere tal entrelaçamento. (DAGNINO, *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*, 2014, p.45).

⁵³ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015.

⁵⁴ MARGLIN, *Origens e funções do parcelamento das tarefas*, [1978] 1996.

⁵⁵ FERRO, *A produção da casa no Brasil*, [1969] 2006.

⁵⁶ Baixa composição orgânica se refere ao pouco emprego de capital constante (parte do capital que se converte em meios de produção) e, em contrapartida, ao emprego expressivo de capital variável (força de trabalho), de baixa qualificação.

condição da construção civil como setor predominantemente trabalho-intensivo é, para o autor, o que a definiria, sobretudo, como uma produção baseada na exploração da massa abundante de trabalhadores sem qualificação e, conseqüentemente, geradora de mais-valor suficiente para abastecer outros setores mais mecanizados. Ferro explica o papel da indústria trabalho-intensiva: quanto mais o capitalista investe em construção de edifícios, aquisição de máquinas e matérias-primas (capital constante) em prejuízo do que gasta em força de trabalho (capital variável), em outras palavras, quanto mais alta for a composição orgânica do capital, menor será o mais-valor e a taxa de lucro obtidos para a totalidade do capital. Ferro, apoiado na teoria marxiana, defende que setores trabalho intensivos, como a construção civil, por meio de mecanismos de compensação, seriam responsáveis pelo equilíbrio da taxa de juros da totalidade da produção. O sociólogo Chico de Oliveira [Francisco de Oliveira], por sua vez, afirma que a industrialização brasileira decorre do arranjo de dois principais fatores.⁵⁷ O primeiro, que corrobora a perspectiva de Ferro, trataria da transferência estatal da renda de alguns setores (como a construção) para sustentação de outros que dão maior suporte à implantação da indústria; o segundo, discutido adiante na seção 2.2, do rebaixamento dos custos de reprodução, da maneira que ocorre na autoconstrução de moradias praticado pela classe trabalhadora. Já a professora Ermínia Maricato, apesar de também sustentar que a construção constitui "fonte privilegiada para acumulação e reprodução de capital",⁵⁸ diz permanecer difícil a confirmação de seu papel na equalização da taxa de lucro da economia.

Se considerada procedente a perspectiva sustentada por Ferro,⁵⁹ é possível dizer que o baixo investimento em capital constante seria menos uma característica de atraso da construção e mais uma condição intrínseca ao modo desigual com que opera o desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, a contribuição da construção civil na economia do país se daria pela maximização da exploração dos trabalhadores seguida por estratégias que não estão necessariamente ligadas a grandes investimentos em capital constante ou racionalização produtiva tal como sugere o processo de administração científica.

⁵⁷ OLIVEIRA; *Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco*, [1973] 2003; *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*, 2006.

⁵⁸ MARICATO, *Indústria da construção: reflexão sobre o "atraso tecnológico"*, 1986, p.122.

⁵⁹ FERRO, *A produção da casa no Brasil*, [1969] 2006.

Em tese, são áreas de produção arcaicas, como a construção civil, que garantem uma taxa de lucro alta, num país subdesenvolvido, já que utilizam um capital constante relativamente menor que o capital constante industrial. A taxa de lucro aparente, na construção civil, 100% num giro de 18 meses, pouco difere da taxa de lucro, também aparente, de outras áreas. Entretanto, devido à baixa composição orgânica do capital que aí é empregado, isto é, devido à forma arcaica de produção, a taxa real de lucro é forçosamente mais elevada que a da indústria automobilística, por exemplo. Através de uma complexa série de medições, que não nos importa examinar aqui, a taxa de lucro se homogeneiza: parte da mais-valia, do trabalho não pago, produzida na construção civil e outros setores atrasados de produção (agricultura, por exemplo) aparece como sendo mais-valia produzida na indústria automobilística "nacional"⁶⁰.

Ainda que persista na construção civil brasileira uma base técnica manufatureira, diversos autores — dentre eles, Vargas, Maricato, Coriat e Farah — afirmam que tal condição não é indício de estagnação,⁶¹ como, por exemplo, poderia ser apreendido pelo que sustentam o senso comum e a literatura que recorrentemente lhe atribuem características de atraso.⁶² Fatores múltiplos caracterizam e ao mesmo tempo servem de justificativa à noção da construção civil como um setor singular. Isto é, de que mesmo sendo caracterizada como manufatura não precisaria necessariamente adotar princípios da organização do trabalho racionalizado e amplamente mecanizado — fundados no taylorismo ou no fordismo — e alcançar a condição de indústria para ser considerado um setor de fato capitalista. Em contraposição, esses autores sustentam que os processos de organização e trabalho inerentes à construção de edificações ainda que distintos da indústria estão compromissados com o lucro. Portanto, não caberia a eles a interpretação de atraso ou de marginalidade como prevalece.

O engenheiro Nilton Vargas, apoiado em Marx, relembra que o parcelamento de atividades, ou a divisão técnica do trabalho a partir das relações de produção

⁶⁰ IBIDEM, P.99.

⁶¹ VARGAS, *Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional*, [1979] 1987; Tendências de mudança na indústria da construção, 1992. MARICATO, *Indústria da construção: reflexão sobre o "atraso tecnológico"*, 1986. CORIAT, *Travailler en chantier. Quelques tendances de la recherche actuelle*, 1984. FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

⁶² Maricato aponta, por exemplo, Ascher e Lacoste (*Les producteurs du cadre bat*, 1972) como defensores da ideia de atraso da construção civil. (MARICATO, *Indústria da construção: reflexão sobre o "atraso tecnológico"*, 1986).

capitalistas, já ocorre desde a manufatura e não apenas na indústria.⁶³ O autor ainda explica: "se o trabalho não é artesanal, não podemos, de outro modo, caracterizá-lo como de estrutura industrial", defendendo que é exatamente o fato de adotar pouca ou nenhuma maquinaria, mas sim ter um processo produtivo com grande presença de operários utilizando ferramentas manuais, que garante à produção habitacional o caráter manufatureiro. Entendendo manufatura na sociedade moderna como "estágio de desenvolvimento das forças produtivas anterior à indústria, no sentido estrito do termo" ele parece confirmar a hipótese de Ferro ao dizer que "os capitais invertidos no subsetor [da construção habitacional] encontram fora da esfera produtiva a melhor maneira de se apropriarem do excedente econômico. E por isso não há necessidade de imobilizar em máquinas e equipamentos para aumentar a produtividade".⁶⁴ Segundo o autor, o contingente de reserva, a desmobilização e a desorganização dos trabalhadores são características da construção civil que garantiriam a manutenção da exploração operária e, por consequência, a da reprodução do capital.

Marta Farah, por sua vez, apresenta quatro questões para a compreensão das particularidades do setor de edificações: (1) a natureza imobiliária do produto que impõe novo local a cada nova produção, ou o que descreve como sendo um processo de trabalho "posicional". Em outras palavras, a imobilidade dos produtos reflete na larga mobilidade dos procedimentos do canteiro: força de trabalho, ferramentas e instrumentos transitam entre obras; (2) prevalência da sucessão como fator principal da organização das operações de trabalho, que por sua vez, cria "poros" no decorrer do processo e desdobra na desmobilização das equipes no final do empreendimento;⁶⁵ (3) base fundiária que impede a produção em escala e a utilização intensiva e prolongada de máquinas e equipamentos mais sofisticados do que as ferramentas tradicionais; (4) disponibilidade e condição de variabilidade de cada terreno, particularidades tais como relevo e legislação local, entendidas como impeditivos a uma maior padronização do projeto e da obra.⁶⁶

⁶³ VARGAS, *Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional*, [1979] 1987.

⁶⁴ *Ibidem*, p.198, 218-219.

⁶⁵ Ferro também trata dos "poros", ou paradas improdutivas, que permeiam o trabalho da construção. Segundo ele: "De fato, as parcelas primárias de trabalho, decompostas e recompostas pela lógica flutuante da organização da produção, são apertadas e reapertadas continuamente umas contra as outras para evitar quaisquer poros" (FERRO, *O canteiro e o desenho*, [1976] 2006, p.122).

⁶⁶ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

Já Benjamin Coriat expõe uma ambiguidade relacionada à compreensão das especificidades da construção civil.⁶⁷ Para o autor, apesar de ser um setor que ocupava grande massa de trabalhadores e exercia papel fundamental na acumulação de capital, a construção civil era, pelo menos até a década de 1980, contraditoriamente, uma das formas de produção menos conhecidas.⁶⁸ Da maneira como apontam muitos dos argumentos de Farah, apesar de falar de uma 'indústria da construção', Coriat sustenta o entendimento de que não se trata de um setor 'insuficientemente taylorizado', mas sim *sui generis*. Ele sugere, portanto, que as regras de desenvolvimento do setor assim como seus instrumentos de análise deveriam também ser especiais. O autor insiste em ser um equívoco avaliar a construção a partir do modelo taylorista, indicando ser esse um dos principais entraves ao conhecimento dos processos envolvidos no canteiro de obras. Para ele, são quatro as características negativas da construção civil apreendidas da comparação direta com outros setores industriais, a saber: (1) a não repetitividade das tarefas, consequência da variabilidade dos produtos; (2) a baixa padronização de elementos construtivos, também consequência da imensa gama de produtos possíveis de se construir; (3) a grande rotatividade dos trabalhadores, devido à inconstância de sua posição no canteiro: ora muito, ora pouco demandados; (4) por fim, o papel do terreno, já que diferente de outros setores em que o que circula é o produto, na construção, o solo teria papel determinante na valorização do capital. Sobre esse último ponto, segundo o autor, a terra é, portanto, suporte de valor de uso da construção. Compreendo que a terra é condição de produção, mas pode em si mesma ser a mercadoria.

Coriat, contudo, defende a necessidade de esforço para definir as especificidades do trabalho da construção de forma positiva, buscando romper com definições estabelecidas apenas pela negatividade ou ainda pela comparação direta com os setores industrializados (como o da produção automobilística). Sobre as atribuições especificamente positivas estariam, dentre outras formas de organização da produção e do trabalho, a dupla variabilidade da produção e a persistência do trabalho qualificado, mesmo que modificado.⁶⁹ Sobre essa última,

⁶⁷ CORIAT, Travailler en chantier. Quelques tendances de la recherche actuelle, 1984.

⁶⁸ No Brasil, Sérgio Ferro é um dos precursores da análise do processo produtivo da construção civil a partir do canteiro, com publicação nesse tema já em 1976. Soma-se a ele Nilton Vargas com dissertação sobre o setor da construção de 1980.

⁶⁹ A variabilidade externa está relacionada ao valor de uso do terreno e à heterogeneidade dos produtos da construção (a fábrica vai até o local e não o contrário); já a variabilidade interna diz respeito às condições exigidas para execução da obra em si.

o autor diz que não seria passível incorporar no canteiro de obras a abrangente "banalização" dos processos trabalho impostos pela indústria. Isto é, os gestos e tarefas prescritos por operações, tal como desenvolvidos na fábrica automática descrita por Marx ou no método da administração científica desenvolvido por Taylor. Tal dificuldade se concentraria exatamente na condição de 'trabalho profissional', ou no saber-fazer, resguardado nos canteiros. A reunião dessas particularizações é resumida por Coriat sob a denominação *forma-canteiro*. Segundo o que ele aponta, mesmo quando há intenção de agilizar e aumentar a produtividade, na *forma-canteiro de obras*, persistem sucessões e simultaneidades da organização do processo de trabalho que seriam responsáveis por limitar as estratégias de racionalização e impossibilitar semelhança às indústrias tayloristas-fordistas.

Em aproximação ao que expõe Coriat, Vargas apresenta duas explicações para as dificuldades de se empregar soluções tayloristas ou fordistas nos canteiros de obras⁷⁰. A primeira se relaciona à falta de padronização ou de repetitividade das operações de trabalho; já a segunda, está contida no caráter de grande rotatividade dos trabalhadores, seja motivado pelo perfil da mão de obra ou pelas características de mobilidade do canteiro. Em resumo, a própria organização manufatureira do canteiro de obras seria obstáculo a uma racionalização do trabalho na construção de habitações. Para Vargas, se fosse de fato interesse dos capitalistas que houvesse transformação abrangente da produção habitacional: "Essas dificuldades poderiam ser solucionadas, em parte, pensando a habitação nos mesmos moldes da indústria automobilística. [...] deslocar-se-ia a atividade de construção, propriamente dita, para o interior dos canteiros sob métodos industrializados. No local da construção da habitação ficaria somente a operação de montagem".⁷¹ O autor, contudo, reconhece que uma produção habitacional nos moldes fordistas pressuporia uma transformação extensa no organismo produtivo nacional, demandando, por exemplo, abertura de inúmeras empresas produtoras de elementos pré-fabricados padronizados. Já a adoção de métodos de racionalização do trabalho, ou uma solução de viés taylorista, seriam, segundo o autor — no contexto do final da década de 1980 em que escreve— mais viáveis exatamente por não exigir uma transformação tão abrupta na indústria do país.

⁷⁰ VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987.

⁷¹ Ibidem, p.205.

As experiências de Gilbreth (1868-1924) são convergentes ao que expõe Vargas sobre a possibilidade de racionalização da construção civil no subsetor habitacional. Mesmo que seja exemplo particular, não amplamente adotado, elas ilustram métodos de construção guiados pelas resoluções da administração científica de Taylor. Gilbreth, em 1909, realiza ensaios objetivando a racionalização de procedimentos nos canteiros de obras. Em seu estudo denominado *Bricklaying System*, o engenheiro analisa de forma pormenorizada o tempo, o esforço e os movimentos dos pedreiros no assentamento de tijolos para aparelhos de alvenaria. Filmando e cronometrando todas as etapas das atividades do trabalho, o engenheiro obtém indicativos de como melhorar a produtividade dos canteiros de obra pela imposição de ritmo e controle físico do trabalhador. Em suas análises, ele identifica 18 movimentos executados pelos operários durante as operações de trabalho, dentre os quais se propõe a eliminar 13. A síntese dos gestos executados pelos trabalhadores é assim considerada imprescindível à eficiência das obras. Dentre as propostas de Gilbreth para a racionalização no campo da construção civil, podem então ser destacadas a introdução de novas ferramentas, o treinamento e a padronização dos métodos e dos movimentos de trabalho nas obras. Esses são exemplos de práticas de poder e controle dos capitalistas sobre grupos oprimidos. Segundo Taylor,⁷² o método de Gilbreth é exemplo de “*cooperação real e eficiente*; em que [...] vários homens da direção (cada um em função especial) ajudam individualmente os trabalhadores, isto é, estudam suas necessidades e deficiências, ensinando-lhes métodos mais rápidos e melhores e providenciando para que outros trabalhadores cooperem com ele, de modo que realizem o trabalho com acerto e presteza”. Aqui se apresentam exatamente as condições de heteronomia imprescindíveis para o capital segundo a teoria marxiana. Em especial, enfatiza-se a prescrição dos gestos dos trabalhadores e o aumento da produtividade, ainda que sem incorporar máquinas sofisticadas à produção.

Antecipo que nos canteiros de obras da produção de interesse social hegemônica, a heteronomia está contida menos na prescrição dos movimentos do trabalhador do que na fragmentação de suas atividades, em sua submissão e na ampliação da desqualificação de seu trabalho. Dessa maneira, há rebaixamento generalizado das habilidades individuais e consequente alienação do operariado. Para usar o mesmo adjetivo da dupla de autores franceses, Alain Guillerme e Yvon Bourdet,⁷³

⁷² TAYLOR, *Princípios da administração científica*, [1911], 1995, p.66.

⁷³ GUILLERME & BOURDET, *Autogestão: uma mudança radical*, 1976.

são estabelecidas funções "imbecis" facilmente executadas por qualquer um, o que torna simples a substituição por mão de obra barata. Os autores apontam que o operário da fábrica — e compreendo que também, pelo menos em parte, o trabalhador do canteiro — está submetido ao "engenheiro [...] que previu em detalhes todos os gestos simples que os O.S [operários não-qualificados] terão apenas de executar".⁷⁴ Essa submissão "priva o trabalhador não apenas de qualquer iniciativa, mas também de todo o saber, toda a competência, de toda a memória".⁷⁵ Para os autores, o operário é instrumentalizado, ou o que denominam por "heterogerido". A heterogestão, é aquilo que é gerido pelo outro, é a antítese da ideia de autogestão (aquilo é gerido por si próprio). Ainda que não chegue às condições verificadas em Gilbreth, pelo controle e pela submissão dos corpos, o canteiro reforça seu *status* de espaço opressor e de reprodução do capital.

As questões postas por Maricato: Por que é um setor onde a composição orgânica do capital é genericamente baixa? [...] Quais são os obstáculos ao processo de acumulação de capital e modernização tecnológica do setor?",⁷⁶ trazem implícita a defesa de que a base fundiária da produção — mesmo argumento exposto por Farah e Coriat, e o longo período de rotação do capital—⁷⁷ embora sejam argumentos válidos, são insuficientes para retratar a construção civil como setor singular. Para ela, é necessário atentar para a condição particular da acumulação de capital no âmbito da construção. Vargas também adverte que há uma condição de heterogeneidade para obtenção de lucros em cada segmento específico, segundo ele: "Não existe uma só racionalidade para todos os setores da economia".⁷⁸ Em perspectiva análoga à de Ferro e Vargas, Maricato defende que o capital age de maneiras diversas a depender do setor de produção, não se restringindo ao emprego abrangente de capital constante ou de estratégias de racionalização. Esses autores afirmam que esse seria o caso da construção civil, na qual a desqualificação de mão de obra não seria causa, mas sim efeito do processo, uma produção que revela "descaradamente a luta de classes".⁷⁹ E esse é muitas vezes o principal argumento dos discursos que justificam o emprego de mão de obra desqualificada na construção civil que acaba sendo caracterizada

⁷⁴ O.S significa *Ouvier Spécialisé* termo em francês para definir o "trabalhador especializado", ou seja, aquele que executa apenas uma pequena parcela do todo. (Ibidem)

⁷⁵ Ibidem, p. 21,20.

⁷⁶ MARICATO, Indústria da construção: reflexão sobre o "atraso tecnológico", 1986, p.115.

⁷⁷ Significa que na construção de uma edificação observa-se imobilidade de muitos recursos por um período longo.

⁷⁸ VARGAS, Tendências de mudança na indústria da construção, 1992, p.47.

⁷⁹ MARICATO, Indústria da construção: reflexão sobre o "atraso tecnológico", 1986, p.122.

como setor "compassivo" ao possibilitar emprego a uma massa de desqualificados, enquanto é fato que ela mesma é um agente de desqualificação.

Outros aspectos degradantes, e não menos estruturais, que envolvem a organização do canteiro de obras são submetidos à heteronomia, característica inexorável do trabalho sob o capital. "Combinado à rotatividade, superexploração, insegurança que caracteriza, o violento processo de trabalho na construção civil, há o zelo excessivo do controle policial e da segurança interna do canteiro de obras [...] O canteiro apresenta [...] as mesmas marcas de superexploração a que estão condenados os setores "atrasados" (porém muito atuais pelos serviços prestados)".⁸⁰ Assim, superexploração, baixos salários, longas jornadas de trabalho, altos índices de acidentes, doenças e alta rotatividade resumem algumas das muitas penúrias enfrentadas pela mão de obra do canteiro hegemônico, isto é, o canteiro da violência. Ademais, trata-se de uma produção pautada por grande desperdício material e por desorganização generalizada do processo de trabalho. Em substituição ao grande investimento em capital constante, a espoliação do trabalhador, em suas diferentes facetas, mostra-se arma de reprodução do capitalismo em meio às especificidades do canteiro manufactureiro:

O capital calcado sobre um processo de trabalho que não tem em vista o aumento de produtividade nem a intensificação do trabalho, seja pela utilização da maquinaria, seja pela "racionalização" dos métodos de produção, tem de procurar outras formas para aumentar o excedente econômico. Resta-lhe, desse modo, lançar mão de métodos de organização do trabalho que podem ter um caráter depredatório da força de trabalho. As suas armas são: o estabelecimento de salários não condizentes com a subsistência operária; o aumento da jornada de trabalho; e o uso extenuante da força de trabalho sob condições laborais bastante precárias.⁸¹

A partir dos argumentos de Vargas, Maricato e Farah é possível ultrapassar a perspectiva linear e naturalizada de estagnação do setor e com isso perceber as transformações sofridas na produção de edificações ao longo do tempo.⁸² As diferentes formas engendradas por seus processos de trabalho, contraditórias

⁸⁰ Ibidem, 121-122.

⁸¹ VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987, p.206.

⁸² VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987; Tendências de mudança na indústria da construção, 1992. MARICATO, Indústria da construção: reflexão sobre o "atraso tecnológico", 1986. FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

entre si, são aquilo que conforma a organização dos canteiros de obras e distingue esse setor de outros da indústria. Ademais, cabe acentuar que a produção habitacional é marcada por grande acumulação de capital mesmo não havendo expressiva racionalização do trabalho com base na mecanização do canteiro, como pressuporia uma indústria de fato.

No mesmo sentido, a tese formulada pelo filósofo da tecnologia Andrew Feenberg afirma que "(a) tecnologia pode ser - e é - configurada de modo a reproduzir o domínio de poucos sobre muitos".⁸³ Contrária à ideia da neutralidade tecnológica, a teoria crítica da construção sociotécnica ou do *Fetichismo da Tecnologia*,⁸⁴ compreende que o fracasso ou o êxito das tecnologias não seriam apenas resultado de sua eficiência. Na perspectiva do professor e engenheiro Renato Dagnino:

Aproximando-me da realidade do capitalismo, onde os valores e interesses da minoria que detém maior poder se encontram tão entranhados na tecnociência que ele engendra, preocupava-me, por ser pouco plausível, a ideia de uma separação e de uma precedência como propunha o senso comum. E, com ela, a noção de que primeiro a ciência, sem valores e interesses, seria gerada e, depois, a tecnologia, que a aplicava, seria colocada a serviço do capital, como diria um crítico marxista. Como se o conhecimento científico originalmente neutro fosse posteriormente — contaminado mediante o desenvolvimento da tecnologia com os valores e interesses capitalistas da propriedade privada e da exploração do trabalho humano e, introduzida no processo de trabalho, possibilitasse a extração de mais-valor relativa.⁸⁵

A tecnociência no capitalismo precisa ser compreendida a partir da conjuntura de aperfeiçoamento da espoliação dos saberes dos trabalhadores, em que ela é ao mesmo tempo agente e produto. Assim, bem como já apontado, o suposto atraso da produção habitacional não seria decorrente de defeitos no processo de desenvolvimento do setor. Corroborando Ferro e Vargas, Maricato expõe: "*Nunca é demais repetir que a questão não é técnica*, isto é, existem muitas propostas técnicas construtivas já desenvolvidas e não é tarefa complexa elaborar novas

⁸³ FEENBERG, *Critical Theory of Technology: an overview*, 2005, p.4-5.

⁸⁴ DAGNINO et al., *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*, 2004.

⁸⁵ DAGNINO, *Tecnociência Solidária: um manual estratégico*, 2019, p.40.

propostas adequadas a cada momento ou lugar”.⁸⁶ Chico de Oliveira, também contribui para esse entendimento ao dizer: “Aqui na FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP] muita gente estudou o enigma: por que não se industrializa a construção civil? Vocês sabem que não é por impossibilidade tecnológica, mas porque o custo da mão-de-obra é baixíssimo. Vemos na rua, em prédios em construção, levadas e levadas de operários dos mais desqualificados, a transportar tijolo com as mãos”.⁸⁷ Porém, ele parece não compreender que o esquema geral de funcionamento da construção civil é por si só desqualificador e acaba por “embarcar” no coro da mão de obra barata (e desqualificada) como causa do atraso tecnológico, ou seja, fica parecendo que isso é uma fatalidade, enquanto é na realidade uma estratégia do capital.

É um fato que a construção civil apresenta particularidades em relação a outros setores de produção de mercadorias, afinal, seus canteiros podem ser compreendidos como fábricas com tempo determinado que resultam em produtos fixos, cuja escala, perenidade e usos estabelecem vinculação direta e distinta com o solo. São essas especificidades da forma-canteiro de obras enunciadas por Coriat, somadas a tantas outras características descritas por Farah, Maricato, Vargas e Ferro que conformam a condição do canteiro de obras manufatureiro. A partir do que os autores apontam, é necessário reconhecer que tais particularidades não estão de fato relacionadas à falta de opções ou de progresso tecnológico para alcance de industrialização da produção imobiliária da construção civil. Pelo contrário, a história elucida que o emprego da tecnociência no capitalismo é geralmente usado em favor de arranjos de produção apoiados na heteronomia e no rebaixamento generalizado dos operários, portanto, o “atraso” da construção parece de fato ser estrutural.

2.1.3. Tecnologia e trabalhadores em transformação

Ao contrário do que faz parecer o discurso consagrado de estagnação e atraso, Farah aponta que historicamente “a construção tem experimentado uma série de transformações, tanto no plano tecnológico como no organizacional”.⁸⁸ Para esse

⁸⁶ MARICATO, Indústria da construção: reflexão sobre o “atraso tecnológico”, 1986, p.122.

⁸⁷ OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, 2003; *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*, 2006, p.71.

⁸⁸ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.135. A autora faz a análise das principais mudanças no processo de trabalho do subsetor de construção habitacional diante da crise dos anos 1980. Para isso, ela também expõe as transformações tecnológicas e organizacionais anteriores.

exame, a autora expõe modificações no emprego de técnicas e da organização do trabalho da construção civil, a exemplo do processo de transição das atividades construtivas de edificações autoproduzidas para a formação de um mercado da construção propriamente. Em síntese ao seu resgate histórico, também amparada por outros autores – Ferro, Vargas e Santos, sobretudo –, pontua aqui algumas das transformações que se aplicam aos arranjos produtivos da construção (mão de obra, técnicas e produtos), com ênfase na produção habitacional.

Farah parte da descrição da produção das construções no período colonial. Realizadas em técnicas tradicionais vernáculas em terra crua (taipa de pilão, pau-a-pique, adobe), as casas populares desse momento consistiam em construções térreas ou assobradadas com plantas uniformes, majoritariamente autoproduzidas com mão de obra escravizada, ou ainda, com menor participação, de trabalhadores livres de corporações de ofício.⁸⁹ Esses últimos, empregados em atividades menos dispendiosas de força bruta.⁹⁰ Nessas corporações, os trabalhadores eram qualificados para exercer trabalhos de carpintaria, pedra e ferro por meio de um processo de difusão de conhecimentos. Era na prática dos ofícios, uma vez decorrido o período de instrução, que os aprendizes formados pelos artesãos passavam a assumir funções assalariadas de obreiro ou oficial para só então se submeterem a exames para obtenção do título de mestre. O período foi também assinalado pelo baixo emprego de materiais produzidos externamente ao canteiro de obras, configurando, como mencionado, a predileção por materiais locais que resultavam na ausência de ramo ligado à produção de componentes ou elementos construtivos.

Posteriormente, já no começo do século XIX, a chegada da família real e a abertura dos portos impulsionaram o país ao emprego mais amplo de técnicas com uso de tijolos cozidos (produzidos fora do canteiro) e de materiais e componentes vindos do exterior, esses últimos, especialmente, para a construção de habitações burguesas. Nesse momento, em decorrência da inauguração da Escola de Belas Artes, precursora do ensino técnico artístico no país,⁹¹ teve início “um processo de

⁸⁹ Já as casas burguesas, contam também com técnicas em pedra, barro e eventualmente em tijolo e cal.

⁹⁰ A autora expõe que as corporações de ofício, por conta do escravismo, enfrentam dificuldades para se estabelecer no Brasil, permanecendo ativas somente até o início do século XIX.

⁹¹ Santos explica que a primeira proposta, de Lebreton, incluía o ensino técnico, mas a Academia que foi de fato fundada privilegiava a dimensão artística, ainda que da Missão Francesa tomassem parte artífices de ferro, couro etc. Já o ensino técnico (engenharia de fortificações e fabricação de pólvora) ficou a cargo da Escola Central, que se tornou Escola Politécnica e depois Escola de

formação profissional de caráter formal, distinto do que caracterizava as corporações", com rebatimentos inclusive nas atividades de construção.⁹²

Mas é com a expansão da economia cafeeira que se assinala uma ruptura mais profunda nos processos construtivos.⁹³ Ruptura essa que trata especialmente da transição do trabalho escravizado ao assalariado, que passa então a contar especialmente com emprego de mão de obra imigrante num momento coincidente com a crescente relevância das cidades e do trabalho industrial do país.⁹⁴ Nesse contexto, os planos de renovação urbana que se aplicam à São Paulo e ao Rio de Janeiro influenciam a demanda por obras de edificações e de mesoestrutura urbana.⁹⁵ Diante dessas e outras demandas por obras no período,⁹⁶ ocorreu diversificação seguida da segmentação das diferentes atividades construtivas. Assim, num processo lento, a construção deixou de se organizar majoritariamente por autoprodução e passou a ter caráter independente.

É também nesse cenário de expansão urbana que os maiores centros evidenciavam um processo de segregação social estendido às habitações. A desigualdade social era patente tanto na separação entre bairros burgueses e bairros operários, quanto nas moradias que passavam a se diferenciar por tipo e padrão construtivo. De um lado, teve origem o mercado de construção de moradias de alto padrão, voltado para as elites, de outro, de moradias de aluguel,

Engenharia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ (SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008).

⁹² FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.138.

⁹³ A afirmação procede de um recorte um tanto "sudestecêntrico", visto que grande parte dos autores aqui citados tratam sobretudo da realidade de São Paulo. Em contraposição, Santos explica que Vauthier, por exemplo, provocou muitas mudanças na construção de edificações e na organização do canteiro, no Recife, a partir de 1846. (SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008).

⁹⁴ Em suma, depois da Lei de Terras (1850) o capital invertido em escravizados migra para a terra. A partir desse momento é que se compreendeu que a construção de cidades era um bom negócio, pois literalmente criava a base para a acumulação capitalista. É nesse sentido que outras cidades, a exemplo de Recife e Juiz de Fora vão promover reformas ou mesmo serem construídas do zero, como é o caso de Belo Horizonte.

⁹⁵ Adoto 'mesoestrutura' em substituição ao termo 'infraestrutura'. Segundo classificação proposta pelo geólogo Edézio Teixeira de Carvalho em "Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte" (1999), mesoestrutura se refere ao sistema que faz transição entre a base físico-natural (infraestrutura) e as construções/edificações (superestrutura). Logo, mesoestrutura é denominação que compreende sistemas de esgotamento sanitário, pavimentação, drenagem, iluminação e demais suportes ao funcionamento das superestruturas.

⁹⁶ Obras viárias, de portos, usinas etc.

em resposta ao público de trabalhadores imigrantes europeus e migrantes do campo que se instalam nessas cidades.⁹⁷

O adensamento dos principais centros urbanos no fim do século XIX, evidência da omissão do Estado, foi acompanhado da presença crescente de habitações precárias, as *casas incompletas* e os cortiços.⁹⁸ Sob um discurso higienista, camuflado somente de "preocupação com as más condições de higiene desse tipo de habitação",⁹⁹ o Estado, apoiado por camadas dominantes da sociedade, impôs novas medidas ao ordenamento dos assentamentos informais. Legitimadas por técnicos,¹⁰⁰ essas medidas eram vistas tanto em códigos sanitários que determinavam aspectos de salubridade dos edifícios – como a altimetria das edificações em relação às vias, a espessura mínima das paredes e a impermeabilização da construção – quanto na exigência de demolição dos cortiços, em parte substituídos por "vilas operárias higiênicas".¹⁰¹ Cabe dizer ainda que essas vilas recebiam incentivos para serem produzidas por produção estatal.

De maneira geral, as práticas higienistas eram parte de um "esforço modernizador" que se estende também às regulações urbanas (traçados viários, mesoestrutura etc.).¹⁰² Ampliava-se assim a intervenção e o controle do poder público que não ficavam somente restritos à produção das habitações operárias como também recaíam sobre a vida privada ao incutir o ideário de ordem e salubridade num novo padrão construtivo e espacial de moradia. Em que pese o discurso de melhoria das condições da população, na prática, a proibição dos cortiços elucidava "como o Estado (regulador/legislador urbano) age em nome da técnica, da higiene, para favorecer interesses privados".¹⁰³

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008.

⁹⁹ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.139-140.

¹⁰⁰ Santos aponta a colaboração da Escola Politécnica de São Paulo (1893) no aperfeiçoamento dos códigos higienistas. Isso indica que essas mudanças são acompanhadas por um reconhecimento e ampliação do domínio técnico sobre a produção das habitações. (SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008).

¹⁰¹ Ibidem, p.90.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ MASCARENHAS, *Fragmentos do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015, p.46.

As ações promovidas pelo Estado, em conjunto com novos marcos regulatórios e, sobretudo, o processo de urbanização em curso, já no final do século XIX, foram determinantes para o incremento da demanda por habitações populares. Essas últimas, em particular, absorvidas pela recém surgida “empresa construtora nacional” em substituição à expressiva autoprodução que predominava até então.¹⁰⁴ Sobre a origem da empresa construtora nacional, Farah aponta que “decorreu de um longo processo de transição da autoprodução (atividade de construção centrada no valor de uso) para a produção para o mercado (centrada no valor de troca)”, entretanto ela enfatiza que somente no começo do século XX é que “se difundiu a produção para o mercado, baseada em uma organização empresarial, na qual a valorização do capital empregado passa a ser um elemento central à atividade de construção”.¹⁰⁵ Nesse sentido, a construção da habitação passou a constituir por ela mesma atividade relevante e a ter caráter autônomo no arranjo das atividades produtivas necessárias para esse fim. Em detrimento da autoprodução, a produção habitacional que se iniciou nesse momento se revelava produção capitalista, isto é, a moradia passou a ter efetivamente caráter de mercadoria.

Sem surpresa, essa mudança foi seguida pela reorganização do processo de trabalho, em que foi significativo o fracionamento entre construção e fabricação de componentes construtivos, por sua vez, acompanhado do uso mais amplo de materiais e componentes fabricados externamente ao canteiro e da propagação do tijolo de barro cozido (especificamente em São Paulo) e de telhas de barro. Santos explica que entre 1850 e 1990 houve um período de consolidação da alvenaria que passou então a ser a técnica construtiva mais utilizada nas principais cidades do país.¹⁰⁶ É central, portanto, evidenciar o papel que medidas e códigos técnicos higienistas exerceram na transição das técnicas tradicionais em terra crua para um uso mais difundido de novos materiais e elementos construtivos. Sob a influência de legislação higienista e de um mercado produtor de materiais,

¹⁰⁴ Segundo Farah: “A moradia de aluguel foi a forma hegemônica de habitação popular até os anos 40, quando a autoprodução voltou a ganhar importância, para as camadas populares, mas inserida num novo contexto social e econômico” (FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.142).

¹⁰⁵ *Ibidem* 141-142.

¹⁰⁶ Contudo, em algumas cidades do nordeste, como é o caso de Recife, o tempo de transição das técnicas em terra crua, a exemplo da taipa, para a alvenaria é mais longo, na qual só se torna majoritária a partir de 1920 (SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008).

naturalizada mais "higiênica", a alvenaria se firmou como a técnica da produção de moradias no país.

A consolidação da alvenaria nos centros urbanos foi também resposta técnica às habilidades dos muitos imigrantes europeus que incorporaram a mão de obra da construção. "A técnica construtiva da alvenaria de tijolos é dominada por estrangeiros, principalmente italianos, portugueses e alemães".¹⁰⁷ Assim, o período foi marcado pela contratação de mão de obra assalariada, com o estabelecimento de uma nova categoria de trabalhadores denominados *operários da construção*.¹⁰⁸ Essa contratação foi feita pelas primeiras construtoras em substituição aos escravizados e aos artesãos independentes. Os operários da construção se caracterizavam especialmente "por seu padrão cultural [...], combativo e sua capacidade de mobilização".¹⁰⁹ Essas qualidades podem ser atribuídas à organização do trabalho exigente de habilidades individuais e, por consequência, ao controle desses trabalhadores sobre os processos de trabalho, à herança política dos imigrantes incorporados à essas atividades e à relação dos operários com as construtoras que os contratavam como empreiteiros remunerados ao final do serviço executado.

Mesmo que as atividades da construção desse momento mobilizassem trabalhadores muito qualificados e com autonomia sobre a produção, desde meados da década de 1900, passa a se observar "tendência de separação entre concepção e execução, através da cientificação da atividade de projeto".¹¹⁰ Essa divisão é explicada pelo surgimento dos primeiros cursos de engenharia no país. Inicialmente restritas à construção pesada (obras viárias, por exemplo) as práticas de cientificação foram aos poucos também incorporadas às obras de edificações e aos seus projetos.¹¹¹ Em adição ao que aponta Farah, Santos explica que mesmo

¹⁰⁷ Ibidem, p.91.

¹⁰⁸ No geral, eram contratados como operários da construção civil profissionais com experiência prévia, como trabalhadores de outros ramos do setor ou formados nas corporações de ofício.

¹⁰⁹ Essas características refletem, até os anos 1930, em salários intermediários quando comparados aos demais trabalhadores urbanos. (FARAH, Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança, 1996, p.144-145).

¹¹⁰ Ibidem, p.146.

¹¹¹ Ruy Gama defende que é só a partir do século XIX, com a criação dos cursos de engenharia, que se pode falar de uma *tecnologia* da construção no Brasil, isto é, de uma disciplina científica que sistematiza os conhecimentos acerca da produção. Por esse motivo para ele, é necessário distinguir o termo *técnica* de *tecnologia*. (GAMA, História da técnica no Brasil colônia, 1992)

havendo espaço para a qualificação e o ensino profissional,¹¹² no começo do século XX “o mercado de trabalho da construção se caracteriza por uma carência generalizada de profissionais qualificados e pela ausência de legislação de regulamentação profissional”.¹¹³ Se de um lado, ocorria o prevalecimento do saber-fazer e autonomia do trabalhador perante as atividades do canteiro, de outro, a falta de capacitação profissional; a formalização da profissão de engenharia; a introdução do projeto; e o rompimento com a tradição das corporações de ofícios parecem juntos impulsionar um processo de empobrecimento da formação empírica dessa mão de obra.

Foi a partir dos anos 1920, em observância às mudanças na legislação de uso e ocupação do solo para ampliação do potencial construtivo de novas áreas urbanizadas – resultadas na crescente verticalização dos centros urbanos e na ampliação das atividades construtivas– que a produção de edificações passou por novas configurações. Segundo Santos e Farah, a verticalização das construções estava nesse período atrelada à maior cientifização da construção edilícia,¹¹⁴ com interferência direta nos projetos e no setor produtor de materiais e componentes construtivos que passam a contar com testes e ensaios em laboratórios. Por sua vez, esse processo foi acompanhado de uma transferência do saber acerca dos materiais dos trabalhadores aos engenheiros e, com auxílio de legislação profissional, a um quadro de fragmentação mais evidente do controle do processo de construção pelos operários, que, particularmente, aplicou-se à produção habitacional. Mas esse quadro não chegou a romper definitivamente com a autonomia do trabalhador na execução das atividades sob sua responsabilidade no canteiro.

Ainda que se persistam as características da estrutura de ofícios, já no final dos anos 1920, visando a economia de custos, houve maior homogeneização e simplificação das moradias, processo que vem acompanhado da progressiva desqualificação dos profissionais da construção. Além disso, as novas configurações das edificações, que passaram a incluir instalações

¹¹² Santos aponta como entidades para formação profissional a Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1873) e o Liceu de Artes e Ofícios (1882). (SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008).

¹¹³ *Ibidem*, p.92.

¹¹⁴ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996; SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008.

hidrossanitárias e elétricas, impuseram novos trabalhadores “especializados” às obras, que foram então absorvidos dentro da lógica pré-existente do canteiro manufatureiro.

Por sua vez, nos anos 1930 foram observadas outras mudanças significativas nos processos de trabalho da construção, em que pese a literatura da época sugerisse o contrário, consolidando o imaginário mencionado antes do atraso e da estagnação das técnicas vinculadas à produção de edificações. São apontadas como importantes fatores no surgimento de alterações estruturais na construção de edificações a “intensificação do processo de urbanização, a crescente importância e a diversificação de atividades tipicamente urbanas, a implantação de uma infra-estrutura que viabilizasse a industrialização e a redefinição do papel do Estado”,¹¹⁵ acrescidas pela demanda da construção de novas moradias populares diante do malsucedido modelo habitacional baseado no aluguel, que era até então predominante. As reivindicações da classe trabalhadora por habitação foram determinantes na colocação do Estado como responsável por esse atendimento, portanto, protagonista dessa produção. No entanto, nesse momento a ação do poder público é tímida e pouco eficaz diante do déficit que se alastra pelo país.

A Era Vargas (1920-1945), período político complexo e marcado por contradições,¹¹⁶ protagonizou nova onda migratória campo-cidade e uma estratégia de contenção da crise econômica que estava atrelada à industrialização e ao estabelecimento de normativas incentivadoras do uso de sistemas construtivos de concreto armado e cimento *Portland*.¹¹⁷ Um cenário que foi marcado pela consolidação de “um aparato institucional de regulamentos técnicos, urbanos e profissionais que seria inatingível para qualquer autoconstrutor, mestre-de-obras ou artesão, tornando ilegais os procedimentos tradicionais”.¹¹⁸ Em síntese, houve compulsória substituição das técnicas

¹¹⁵ FARAH, Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança, 1996, p.151.

¹¹⁶ Periodizada em três momentos – Governo Provisório (1930-34), logo após a Revolução de 30; Governo Constitucional (1934 [constituição]-1937); e o Estado Novo (1937-45) – a Era Vargas ao mesmo tempo em que centraliza no Estado o controle – especialmente da educação, das corporações profissionais, do mercado de obras públicas – ela também promove a construção dos fundamentos de todo o aparato legal de amparo ao trabalhador.

¹¹⁷ SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008; KAPP & BALTAZAR, *Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City*, 2012.

¹¹⁸ KAPP & BALTAZAR, *Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City*, 2012, p.6 [tradução minha].

tradicionais (pau-a-pique, adobe, taipa), então centradas em habilidades manuais dos trabalhadores, para o concreto armado, exigente de conhecimentos técnicos muito específicos, dando origem a:

Um trabalhador em posição subordinada não poderia mais ascender ao topo da hierarquia, porque isso pressupunha uma formação acadêmica ou, pelo menos, uma difusão do conhecimento acadêmico em que os novos mestres [arquitetos e engenheiros] não tinham nenhum interesse. O que de fato se espalhou entre os trabalhadores foi a atitude dissimulada e competitiva, que caracteriza qualquer organização altamente hierárquica.¹¹⁹

A questão acima exposta não é um caso isolado de estratégia de desmobilização dos trabalhadores por meio de uma aparente “evolução” da tecnologia empregada na construção, como apontei antes. Ferro expõe que no fim do século XIX, na Europa, a ameaça do controle produtivo pelos operários teria imposto que a pedra e a madeira, materiais mais utilizados na produção artesanal e representativos dos sindicatos mais fortes do período, fossem substituídas pelo ferro e, mais tarde, pelo concreto.¹²⁰ O que o autor esclarece é que a mudança dos materiais, muitas vezes, quando não sempre, vem acompanhada do discurso da neutralidade tecnológica. Na teoria, é como se a racionalização construtiva fosse uma resposta óbvia e necessária a uma inovação baseada em materiais tecnicamente superiores. Distante disso, sob controle do capital tais inovações acabam sendo usadas como “arma” contra os trabalhadores, ou seja, os alvos são justo aqueles que ainda se autodeterminam pelo monopólio de um saber-fazer.

Por consequência da omissão do Estado no atendimento à crescente demanda por habitação popular, no fim dos anos 1940, que foi quando o concreto armado já estava legitimado, as cidades vivenciaram um cenário de crescimento expressivo de ocupações informais com moradias autoproduzidas.¹²¹ Nesse interim, a partir da regulamentação das profissões de engenharia civil e arquitetura, “completou-se o deslocamento da responsabilidade pelo ato de construir para engenheiros e

¹¹⁹ Ibidem, p.6.

¹²⁰ FERRO, Concrete as Weapon, 2018.

¹²¹ Cabe dizer, que o capitalismo “à brasileira” sempre fez da negligência com a moradia um fator estrutural, pois desonera os salários da parcela relativa a ela. Em outras palavras, os salários jamais incorporaram a parte da reprodução relativa à habitação. Nesse sentido, o crescimento das cidades, equivalente à industrialização, é responsável por formar um exercício de trabalhadores sempre em número superior ao dos postos de trabalho, contribuindo assim para o rebaixamento dos salários baixos. Essa discussão será retomada na Seção 2.2.

arquitetos, detentores de um conhecimento técnico, em detrimento dos trabalhadores-empregados, possuidores de um saber prático” e também a predileção por empresas de construção comandadas por engenheiros no lugar da contratação de trabalhadores com conhecimentos empíricos.¹²² Essa situação refletiu na progressiva substituição do saber prático pelo saber científico e na ampliação da fragmentação entre concepção e execução. Um saber científico, a frisar, que diz respeito ao planejamento e ao controle, isto é, à administração da obra. Já que na prática quem tinha domínio do saber-fazer eram os operários e esse mencionado saber-científico não ocupou o mesmo lugar no canteiro. De toda maneira, esse processo recaiu na fragilização do saber-fazer dos trabalhadores, ou seja, numa perda de conhecimentos sobre os processos de execução exigidos nos canteiros, que não chegam a ser efetivamente absorvidos pelos engenheiros. Vargas expõe a circunstância de rebaixamento das habilidades da força de trabalho no campo da produção habitacional:

Na construção, a separação entre a concepção e a execução é por demais antiga. Particularmente na construção habitacional, já se encontra também bastante marcada essa separação. [...] na construção habitacional o trabalho encontra-se bastante parcelado. Os trabalhadores são executores de projetos que não sabem ler e cuja tradução é feita na sequência engenheiro-mestre-encarregado; a cada elo dessa transmissão de ordens o conhecimento vai restringindo-se a partes menores da construção. A figura do “oficial” guarda somente uma semelhança terminológica com relação ao uso desta palavra na antiguidade. O seu trabalho encontra-se bastante desqualificado e parcelado, restando-lhe somente o conhecimento de uma pequena parte da obra. As instruções são-lhe dadas para que execute o trabalho exatamente como é determinado pelos seus superiores.¹²³

O cenário de esvaziamento de conhecimento do setor, iniciado em meados dos anos 1920, foi acompanhado da abertura de firmas especializadas, refletindo uma ainda maior fragmentação das atividades do canteiro de obras, o que é descrito por Farah como um “novo padrão de divisão do trabalho”.¹²⁴ Se de um lado essas ações desembocaram numa ampliação da lacuna entre o conceber e o executar das obras, de outro não foram efetivamente empregados procedimentos de

¹²² FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.145.

¹²³ VARGAS, *Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional*, [1979]1987, p.196.

¹²⁴ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.159.

coordenação que dão conta nova organização da produção mais separada. Portanto, mantem-se uma estrutura manufatureira particular ao canteiro de obras.

Nesse contexto, cabe retomar que as tecnologias construtivas exercem importante papel nos arranjos de produção do canteiro. Em sua história, é possível perceber uma clara associação entre os surtos de construção, as tecnologias empregadas com maior expressividade na produção habitacional e os períodos de evidente desenvolvimento econômico nacional.¹²⁵ A história da naturalização do concreto armado não foge a essa lógica, pois afinal, mais do que implementar uma nova tecnologia construtiva, ela demonstra antes de qualquer coisa uma alteração profunda nas relações de poder no canteiro.

Assim, desde meados da década de 1920, ainda que tenham ocorrido ensaios com diferentes tecnologias construtivas, a produção habitacional brasileira foi conformada quase que hegemonicamente pelo sistema do concreto armado que tem seu emprego consolidado com a normalização da NB-1 de 1940.¹²⁶ Sua difusão deve ser atribuída também ao fomento às indústrias nacionais produtoras de cimento e aço. Ademais, em sua tese, Roberto dos Santos expõe uma série de outros marcos que teriam contribuído para a “armação do concreto no Brasil”,¹²⁷ dentre eles: a criação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que naquela época abrangia a profissão de arquitetura; a reforma ‘Francisco Campos’ dos currículos de engenharia e arquitetura, que passam a contar com disciplinas com conteúdo específico para o ensino de concreto armado; a propagação de escritórios de cálculo estrutural; pesquisas acadêmicas relacionadas aos métodos de cálculos e ao estudo da resistência dos materiais feitos em laboratórios e institutos de pesquisa tecnológica inaugurados;¹²⁸ exigência de memoriais de cálculo para aprovação de projetos em prefeituras¹²⁹; a consolidação do movimento moderno, responsável por materializar e explorar seu

¹²⁵ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015.

¹²⁶ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é criada em 1940, mesmo momento em que é homologada a NB-1, sua primeira norma.

¹²⁷ SANTOS, *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*, 2008.

¹²⁸ Vargas elucida que os fundadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) são os precursores dos estudos relacionados ao cimento e ao concreto para fins de produção de normas técnicas e procedimentos para execução da construção civil que posteriormente são relevantes aos cálculos e aos incluindo projetos das estruturas (VARGAS, *A tecnologia na engenharia civil*, 1994).

¹²⁹ A exigência é prévia à NB-1/1940 e decorre da verticalização de edifícios.

potencial plástico e técnico; a ampliação da produção de cimento; e a grande publicidade das vantagens da utilização da técnica, especialmente em revistas técnicas da área da construção, que consolidam e vinculam a imagem do concreto ao “progresso técnico e desenvolvimento social e econômico, com base nas noções de segurança, eficiência, conforto, economia, higiene”.¹³⁰ Trata-se, portanto, de um rearranjo do campo da construção, em seus diversos âmbitos.

Importa destacar que essa tecnologia foi e ainda é utilizada num arranjo produtivo baseado no que Ferro descreve como sendo manufatura serial (ou manufatura orgânica, segundo a teoria marxiana).¹³¹ Isto é, uma organização caracterizada pela soma de trabalhos internos ao canteiro de obras. Nesse arranjo, o concreto é agente de desqualificação, embora a retórica que busca legitimá-lo fortaleça argumento exatamente contrário, ou seja, de que o concreto é uma saída para a abundante massa de trabalhadores desqualificados. O autor defende que mais do que o aço, o concreto, material artificial, que não mobiliza “nenhum conhecimento acumulado historicamente” é capaz de aprofundar a separação entre o saber e o fazer e com isso aumentar a exploração do trabalho ao capital.¹³² Isso porque o uso do concreto passa a exigir cálculos, projetos e toda a sorte de abstrações complexas externas ao canteiro, ou seja, os conhecimentos necessários para lidar com o material seriam parte da formação de técnicos e, sobretudo, de engenheiros. Mas é claro que, pelo menos na escala da habitação, há uma mistificação relacionada à complexidade no cálculo dessas estruturas. Como exemplo, Santos verifica anúncios em revistas do final da década de 1920 que propagavam o cálculo do concreto armado “ao alcance de todos”, demonstrando que para estruturas de pequenos vãos bastariam conhecimentos básicos em aritmética.

Mesmo havendo essa reorganização da construção civil a partir do emprego das estruturas de concreto armado, Vargas esclarece que prevalece entre os operários a absorção empírica de parcela dos conhecimentos por transmissão oral.¹³³ Enquanto Santos explica a influência dos projetos na relação produtiva dessa manufatura:

¹³⁰ SANTOS, A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia, 2008, p.18.

¹³¹ FERRO, *Arquitetura e trabalho livre*, 2006.

¹³² FERRO, *Concrete as Weapon*, 2018, p.19 [tradução minha].

¹³³ VARGAS, *Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional*, [1979]1987.

A colocação da figura do projetista e do projeto em posição de mando na cadeia produtiva do espaço construído se ajusta à nova lógica que passa a reger as relações de trabalho e o modo de produção. Consolida-se a separação entre as instâncias de projeto e de obra a partir de uma nova organização do trabalho [...] com o apoio do discurso da racionalidade científica: o controle político da produção se faz a partir da prova científica, da necessidade de intervenção, por meio da tecnologia mais avançada.¹³⁴

Logo, se antes existia uma produção pautada nos saberes e na autonomia dos trabalhadores, depois, com a manufatura do concreto, foi imposta uma subordinação ao desenho ou ao projeto. Inaugurava-se, assim, uma nova relação de canteiro heterônomo que persistiu e se aprofundou ao longo do tempo. De outro modo, o concreto é utilizado como 'arma' do capital, como se expõe nessa citação de Ferro:

De fato, é o primeiro material utilizado no edifício que não organizou um saber-fazer em torno de si. Nenhuma marca de uma história operária que não resiste a seu açambarcamento total pelo "saber". Mais: se um certo "saber-fazer" pôde (talvez) se estruturar com o tempo, ele não poderá servir como arma, como trunfo pela reivindicação dos trabalhadores. Antes mesmo que a pertinência as organizações por ofício tenha sido posta em dúvida pelo próprio movimento operário, a dispersão do trabalho necessário no emprego desse material não deixou na mão de nenhuma equipe a possibilidade de um domínio desse eventual "saber-fazer". As matérias-primas e os gestos, os instrumentos e as démarches dos diferentes intervenientes são totalmente heterogêneos. [...] *O concreto - esse material dominante da arquitetura moderna realiza o sonho perseguido desde o gótico pela direção dos trabalhos que é, simultaneamente, o processo de dominação e exploração.*¹³⁵

A história do concreto, assim como "a história de toda a técnica construtiva sob o capital" indica uma história da dominação da classe trabalhadora pela fragmentação de suas atividades.¹³⁶ Isso reforça o que já foi dito, não há neutralidade tecnológica no emprego de estilos, materiais ou técnicas construtivas. Afinal, "[a] arquitetura moderna não é filha do vidro, do ferro e do concreto, como se conta. O concreto é filho de uma crise enorme no canteiro, uma

¹³⁴ SANTOS, A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia, 2008, p.103.

¹³⁵ FERRO, O concreto como arma, 1988, p.129.

¹³⁶ Ibidem, p.129.

resposta ao sindicalismo".¹³⁷ Interpreto com isso que concreto armado não é tecnicamente melhor do que as técnicas que o precederam, mas sim mais adequado à estratégia de controle e de desqualificação do trabalhador. Relembrando o que foi posto na seção anterior, a heteronomia é condição básica e se vale "desqualificação do trabalhador [...] uma característica da produção capitalista, que se intensifica ao longo do desenvolvimento desse sistema de produção" e com isso consegue impor novos procedimentos hierárquicos ao canteiro.¹³⁸

A crítica de Ferro também aponta que o desenho exigido nos cálculos da tecnologia do concreto armado seria "mediação insubstituível para a totalização da produção sob o capital".¹³⁹ Nessa perspectiva, o concreto pode ser compreendido como um substituto da subsunção real, em que o capital altera a produção para que escape das pressões dos trabalhadores. Ou ainda, o concreto sintetiza a vitória da subsunção real buscada desde o século XVI, quando se instala a subsunção formal. Com isso, instaurar-se-ia não somente outro estilo de arquitetura, mas, principalmente, nova relação produtiva no canteiro. Uma relação que, sobretudo, basear-se-ia na distinção entre aqueles que compreendem o desenho abstrato, ou seja, dominam os códigos técnicos, e aqueles que executam a obra.

A partir da interpretação da tese sustentada por Ferro em o "Canteiro e Desenho", cabe dizer que a real intenção do desenho é a de assegurar a total incorporação do sobretrabalho e de garantir "a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida". O trabalho do arquiteto pode tanto se direcionar a um desenho superficial, sumário, quanto também aos desenhos super detalhados, prescritivos, praticamente sem utilidade da maneira como são concebidos, isto é, de um projeto como um meio indefinido. Tanto o desenho sumário quanto o detalhado são totalizantes do produto, predefinem-no e por isso condicionam todo o processo. Nas palavras de Ferro "esse desenho fornece o solo, a coluna vertebral que a tudo conformará, no canteiro ou nas unidades produtoras de peças".¹⁴⁰ Os desenhos se colocam como cola no canteiro (ou nas fábricas de elementos construtivos), mas eles são na realidade rachadura. E mais, para o autor, se o

¹³⁷ FERRO, Depoimento a um pesquisador: entrevista concedida a Pedro Fiori Arantes, [2000] 2006, p.288.

¹³⁸ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.33.

¹³⁹ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.109.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.107.

desenho não fazer esse papel não é difícil que os trabalhadores cheguem à conclusão de que podem fazer seu trabalho sem a subordinação estabelecida pelos capitalistas. Assim, o desenho, ou projeto, atua como 'plano preconcebido', tal como aponta a descrição da cooperação na teoria marxiana:

A interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. Por isso, a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo.¹⁴¹

Coriat discute a divisão do trabalho na produção manufatureira na França, dando um exemplo similar ao do concreto. Trata-se de caso descrito por Elisabeth Campagnac (1983), acerca da substituição da técnica artesanal de produção de esquadrias de madeira – destinadas a residências unifamiliares – para uma fabricação industrializada desses componentes com método importado dos Estados Unidos. Ele explica que a padronização dos componentes exigiria conhecimentos de cálculo e informática para uma produção racionalizada das esquadrias, que tanto poderiam ser feitas de maneira automatizada quanto manual, mas que de toda maneira passam a contar com estritas prescrições operacionais. O processo racionalizado ilustra não apenas a subordinação na retirada do controle dos marceneiros, “que detinham o monopólio do corte (do desenho à execução)” sobre a produção das esquadrias, mas a partir da divisão entre concepção e execução,¹⁴² também apresenta um conflito direto entre eles e os profissionais das novas áreas de desenho e perfilagem, que:

dispondo de ferramentas informáticas para calcular e estabelecer padrões de corte, estão então em condições de impor uma nova divisão do trabalho em seu benefício, assegurando uma cisão entre a atividade de concepção e a emissão de padrões, sobre os quais reservam o monopólio e uma atividade de simples execução dos trabalhos de corte que podem, portanto, ser confiados a marceneiros ou serradores industrializados. Elisabeth Campagnac descreve com precisão a natureza e as modalidades desse confronto, o caminho percorrido em particular por certos carpinteiros que lutam (experimentando a computação leve e descentralizada) para escapar

¹⁴¹ MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011, p.281.

¹⁴² CORIAT, *Travailler en chantier: Quelques tendances de la recherche actuelle*, 1984, 95.

da ditadura dos novos ordenadores e normatizadores. O ponto chave aqui é mostrar o processo de difusão das (chamadas) novas tecnologias como um processo social que envolve agentes, status e relações de poder complexas, cujo resultado não pode ser declarado antecipadamente [...] O ponto chave aqui é mostrar o processo de difusão das (chamadas) novas tecnologias como um processo social que envolve agentes, status e relações de poder complexas, cujo resultado não pode ser declarado antecipadamente.¹⁴³

As mudanças apontadas parecem se relacionar a um claro objetivo do capital: aprofundar a subordinação da classe trabalhadora e, com isso, evitar greves retirando deles o conhecimento integral e completo sobre a técnica em materiais até então tradicionais.

O contexto em que se firma a tecnologia do concreto armado e as práticas de cientificação da produção foi acompanhado de outras alterações também determinantes para alteração da composição da construção civil,¹⁴⁴ sobretudo, aderente aos interesses capitalistas. Esse é o caso da maior absorção de um novo perfil de trabalhadores, o migrante das áreas rurais, sem escolaridade ou experiência prévia e da conseqüente desmobilização da categoria dos trabalhadores da construção.¹⁴⁵

Os *peões*, termo genérico adotado para descrever trabalhadores da construção, de serventes a encarregados,¹⁴⁶ passa a caracterizar a nova força de trabalho que se emprega na construção civil. O termo, esclarece Vargas, tem função dupla: diz respeito à origem desses trabalhadores, que motivados pelo processo de urbanização e pelas mazelas enfrentadas do campo, direcionam-se aos canteiros das cidades; mas também caracteriza a alta rotatividade a qual estão submetidos, seja pela condição de deslocamento das construções (de um terreno ao outro), de instabilidade na oferta das obras ou mesmo da posição especializada que ocupam no interior do canteiro e os impele à paradas e grandes períodos ociosos diante da

¹⁴³ Ibidem, p.94-95.

¹⁴⁴ VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987; FARA, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁴⁵ Conseqüência não apenas do novo tipo de trabalhador, mas também de uma intervenção do Estado mais reguladora, amparada em uma nova estrutura sindical imposta verticalmente. (FARA, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996).

¹⁴⁶ MORICE, Os "peões" da construção civil em João Pessoa, 1992; VARGAS, Tendências de mudança na indústria da construção, 1992; FARA, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

obra como um todo. Peão, portanto, traduz "aquele que gira e a origem rural" de um trabalhador subordinado.¹⁴⁷

Para não restringir o tema ao cenário do sudeste brasileiro, cabe citar a análise posterior, feita por Alain Morice, acerca dos peões da construção civil de João Pessoa.¹⁴⁸ O autor expõe que esses profissionais, frequentemente adjetivados de instáveis e de ignorantes, não raro, incorporam tal descrição, confirmando-a na reprodução de muitos de seus comportamentos no canteiro. Os peões, tratados pelos empresários da capital paraibana como os culpados pelo suposto atraso da construção civil, na realidade respondiam tão somente à posição de desqualificação a eles imposta. Baixas remunerações, falta de reconhecimento profissional, trabalho clandestino e extrema rotatividade eram naquele contexto algumas das diversas especificidades que completavam o quadro de limitações à qualificação dos peões da construção civil. Ao servente já experiente, por exemplo, eram impostos obstáculos para alçar a classificação de oficial. Dessa maneira, distinta da situação dos artesãos das corporações de ofício, que tinham como praticamente certa a evolução para um posto mais elevado da profissão, o peão-servente "tem de usar de muita perspicácia para aproveitar qualquer oportunidade de iniciar-se no aprendizado" e conseguir subir no nível hierárquico estabelecido no canteiro.¹⁴⁹ À primeira interpretação, os baixos salários parecem ser aquilo que por si só justificaria a manutenção desse trabalhador num cargo "menor". Mas em se tratando de produção capitalista não cabe uma avaliação rasa ou desatenta, a ação na realidade se revela de natureza política, instrumento de contenção, como se coloca:

Mantido em posição de espera, consciente de que mudar de obra iria adiar mais ainda a promoção, o "meia-colher" (ou "servente prático" [...]), numa situação infantilizante, chega ao ponto de entrar voluntariamente nesta escolha: revoltar se, arriscando-se a "se queimar" num ramo onde todo o mundo se conhece, ou então conformar-se, confirmando assim, pela sua ausência de ambição, que não merece a classificação. Geralmente, o *caráter*

¹⁴⁷ VARGAS, Tendências de mudança na indústria da construção, 1992, p.47.

¹⁴⁸ Pesquisa realizada entre 1987 e 1989. Morice aponta também que o peão em cidades do Sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro, é frequentemente associado ao apelido "paraíba". (MORICE, Os "peões" da construção civil em João Pessoa, 1992).

¹⁴⁹ VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987, p.197.

*arbitrário das regras da classificação abafa muitas revoltas logo que elas aparecem.*¹⁵⁰

Esse novo perfil do trabalhador, acrescido das simplificações dos procedimentos do trabalho e das próprias edificações, juntamente com o emprego de novos materiais e componentes exigentes de conhecimentos técnicos, resultaram no aprofundamento da desqualificação dos saberes da construção. Na perspectiva de Farah tal desqualificação seria consequência de ação capitalista dupla: em primeiro lugar, valia-se da economia nos custos da produção, conseguida pelo rebaixamento dos salários; e em segundo pela desmobilização da classe até então muito organizada. Em outras palavras, ela desempenha tanto o controle do proletariado, quanto a ampliação do mais-valor obtido pelos pagamentos muito abaixo dos lucros aferidos. Mesmo em se tratando de produção manufatureira, parece caber a máxima sustentada por Ball: "A dissolução dos ofícios da construção é a história do desenvolvimento do capitalismo na indústria".¹⁵¹

Se nos anos 1950 ocorreu, sobretudo no campo habitacional, redução da produção de edificações, por outro lado, houve o exemplo particular da construção de Brasília que dá suporte a uma intensa e violenta atividade construtiva. Brasília, cujos exemplos mais emblemáticos são as obras monumentais, não se restringiu a esse tipo de construção. Houve também demanda por um grande volume de obras de moradias. Tal situação seria responsável por algumas alterações significativas no processo produtivo de edificações, dentre elas, Farah expõe a adoção de painéis pré-fabricados industrializados de concreto.¹⁵² Por outro lado, Vargas, aponta que Brasília "é mais o resultado de decisões firmes tomadas em nome de um projeto e construção do que de estudos apurados de materiais, métodos e processos de construção. Ela permitiu, contudo que se desenvolvessem, pela ação direta, métodos de construção inusitados em regiões longínquas dos meios industrializados".¹⁵³ De toda maneira, a pré-fabricação não é difundida para o restante do território nacional naquele momento.

Afinal, para que essas alterações se efetivassem seriam exigidos investimentos e escala de produção que não chegaram a ser realizados fora do contexto de

¹⁵⁰ MORICE, Os "peões" da construção civil em João Pessoa, 1992, p.37.

¹⁵¹ BALL, O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação, 1992, p. 14.

¹⁵² FARAHA, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁵³ Em referência às obras de transportes, principalmente. (VARGAS, A tecnologia na engenharia civil, 1994, p.243).

construção da nova capital. Ferro, na defesa de sua tese de que a acumulação na construção se faz pela exploração da mão de obra e que ela seria responsável por alimentar outros setores mais mecanizados, explica: "A industrialização da construção com conseqüente redução do capital variável é possível tecnicamente hoje — e Brasília seria a oportunidade ideal. Só que isso não interessa nem um pouco ao capital, nem no Brasil, nem em qualquer outro lugar".¹⁵⁴ De fato, Brasília, orientada a um ideal de modernização e de fomento econômico do país — cravado no slogan "50 anos em 5" de JK —, faz-se sobretudo com a predileção do uso de estruturas de concreto armado e pela absorção de contingente de mão de obra barata, desqualificada e abundante. Isto é, pela formação do exército de trabalhadores fruto do processo de urbanização, a peça-chave da acumulação de capital nos canteiros manufatureiros.

A análise do canteiro de obras da produção manufatureira de edificações revela que, uma vez conseguida pelas transformações da arquitetura e de sua produção, a submissão dos trabalhadores se faz presente em condições de exploração, precarização, diminuição de salários e ampla desqualificação. São muitos e diferentes os aspectos de heteronomia implicados no processo produtivo que rebatem na impossibilidade desses trabalhadores se mobilizarem para requerer alteração dessa condição. Um arranjo, sem dúvida, organizado e validado pela tecnologia que aí se empregou.

2.1.4. BNH, tradição e mudança

Apesar de ter havido grande incentivo ao crescimento de vários setores da construção civil, em especial, da construção pesada e industrial, o ritmo geral da produção no país contraditoriamente sofria estagnação entre 1950 e 1960. Foi a partir da implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1964, cujo principal órgão operador era o Banco Nacional da Habitação (BNH), fundado em agosto do mesmo ano, que se iniciava um novo período de readequação do setor de edificações. Nesse período ocorreram mudanças mais abrangentes no Brasil, especialmente marcadas pelo regime militar e caracterizadas pela tentativa de desaceleração da recuperação econômica. Durante o regime militar, o Estado "promovia a reserva de mercado de obras públicas e, durante os vinte e um anos de autoritarismo, cerceou a cidadania, controlou a ação sindical e estabeleceu

¹⁵⁴ FERRO, Nota sobre "O vício da virtude", 2006, p.231.

regras no relacionamento capital/trabalho".¹⁵⁵ Dessa maneira, o poder público colocava-se como gente promotor de obras de modo centralizado, seja como o contratante ou como regulador de financiamentos habitacionais.

Nesse contexto, além do crescimento extraordinário dos assentamentos precários nos centros urbanos, consequência da urbanização informal e também da insuficiência dos programas habitacionais face a demanda resultante da política de atração de trabalhadores desqualificados para os grandes centros, que desde a década de 1930 não conseguiam responder efetivamente ao problema de moradia popular no país,¹⁵⁶ foi criado o BNH. Houve aí uma aposta na produção de habitações em larga escala (mas não para os pobres). Estratégia apoiada por uma série de marcos regulatórios que, reunidos, buscavam superar a inércia do setor a partir da arrecadação de recursos e desenvolvimento econômico pela construção civil.¹⁵⁷ A retórica oficial era a de atendimento ao déficit habitacional, mas, de saída, evidenciava-se o propósito de fomento econômico do Banco em detrimento de qualquer alinhamento com as demandas da população pobre por moradia daquele momento.

Muito ao contrário de efetivamente superar os problemas de moradia para os pobres e, assim, longe de poder ser considerada ação exitosa no atendimento ao déficit habitacional do país, o BNH agravava o cenário de precariedade das moradias autoproduzidas. Afinal, as ações do Banco estavam direcionadas ao fomento econômico e à produção de habitações para camadas de poder aquisitivo mais elevado. A situação, contudo, não passa despercebida, como expõe Farah:

A atuação do Banco, por outro lado, não se dirigiu prioritariamente para os segmentos populares que continuaram a se concentrar nas favelas, nos cortiços e nos loteamentos clandestinos. Isto motivou, desde os primeiros anos de existência do Banco, uma série de denúncias relativas ao "desvio" da política habitacional com relação a seus objetivos originais, caracterizando

¹⁵⁵ VARGAS, Tendências de mudança na indústria da construção, 1992, p.47.

¹⁵⁶ Tal como os Institutos de Previdência, a Fundação da Casa Popular e outras ações em âmbito municipal e estadual.

¹⁵⁷ Dentre os marcos regulatórios têm destaque: "as leis do inquilinato e das incorporações, de 1964, as de estímulo à construção civil e ao mercado de capitais, de 1965, e a instituição da correção monetária" (FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.171).

um verdadeiro "fracasso" do modelo de intervenção no setor implantado a partir de 1964.¹⁵⁸

Além de não responder ao déficit de moradia para os pobres, a proposta do BNH pode ser também considerada perniciosa no sentido de inculcar o ideário da *casa própria* à população de modo geral.¹⁵⁹ Afinal, amparava-se por uma produção ampliada de novas construções, conformando um quadro distinto ao de ações Estatais anteriores de suporte aos aluguéis de moradias.

O Banco, contudo, tem sucesso na sua real intenção de estímulo econômico. A partir de 1969, graças à gestão exclusiva dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o BNH se torna o segundo maior banco do Brasil em volume de recursos mobilizados, perdendo posição apenas para o Banco do Brasil.¹⁶⁰ Na prática, o programa servia ao propósito de ampliar o setor de edificações, seja pela produção de insumos, contratação de empresas construtoras ou pela promoção de empregos.

Em contrapartida, "Com relação à habitação popular, já faz algum tempo que o BNH admite publicamente que não se pode construí-la porque, em que pese o caráter de subsídio que os seus empréstimos vêm assumindo de alguns anos para cá, ainda assim é mínima a parcela da população que dispõe de renda para comprá-la".¹⁶¹ Se de um lado, como expõe o sociólogo Gabriel Bolaffi, o BNH não garantia aos pobres a moradia, por outro, ele conferia muitas vantagens ao setor privado da construção civil, como, por exemplo, demanda constante e desoneração na aferição de recursos, vide a estratégia de repasse do FGTS. Para Bolaffi, a habitação popular do BNH, e do Brasil de maneira geral, configurava, portanto, *um falso problema*, pois ainda que tenham sido mobilizados muitos recursos não chegou nem perto de responder aos problemas aos quais supostamente se direcionava. Ao contrário, foi uma política concentradora de renda. Para o autor, o programa "não passou de um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjetural".¹⁶²

¹⁵⁸ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p. 171-172.

¹⁵⁹ MARICATO, *Autoconstrução, a arquitetura possível*, [1976] 1982; FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁶⁰ BOLAFFI, *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema*, [1975] 1982, p.42.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 40-41.

¹⁶² *Ibidem*, p.47.

Diante desse contexto, já na década de 1970, o setor de edificações pode ser caracterizado pela predominância das empresas de capital nacional, por processos com uso intensivo de mão de obra e pela consolidação do perfil do trabalhador migrante, indisciplinado, sem experiência e sem mobilização ou engajamento político. Isto é, do peão, que, segundo o argumento de Vargas, passa a estar submetido a um "controle militar da ação sindical", taxando-o de trabalhador "indisciplinado para o trabalho, mas "dócil" em suas reivindicações coletivas".¹⁶³

Contudo, o momento era também demarcado por "ensaios de arquitetura para a industrialização da habitação".¹⁶⁴ Segundo a arquiteta Ana Paula Koury, as tentativas de industrialização da construção civil no setor habitacional são reflexo das discussões promovidas no Seminário de Habitação e Reforma Urbana (s.HRu) de 1963, que apostava na industrialização como parte da solução para enfrentamento dos problemas urbanos e habitacionais resultantes do crescimento das cidades. A autora aponta que essas discussões foram feitas num contexto de otimismo efervescente que antecipava a criação do BNH, também estimulado por divulgações que incutiam no imaginário popular a ideia de progresso associado a inovações construtivas:

No ano seguinte ao golpe (1965) várias experiências habitacionais usando materiais e sistemas construtivos inovadores foram publicadas, demonstrando a esperança dos profissionais e das empresas de que os novos instrumentos institucionais demandassem novas tecnologia construtivas para a produção em massa de unidades habitacionais. As propostas de pré-fabricação reunidas na Revista Arquitetura (1965) provinham de profissionais historicamente engajados com o problema habitacional como Ulysses Burlamarqui, Flávio Marinho Rego e Ary Garcia Roza.¹⁶⁵

As propostas do seminário supracitado se desdobraram tanto em ações impulsionadas pelo setor privado, como por exemplo a criação da empresa Construção Industrializada Nacional S.A (CINASA,1965) que buscava apresentar uma solução de unidades habitacionais totalmente industrializadas; quanto de

¹⁶³ VARGAS, Tendências de mudança na indústria da construção, 1992, p.47.

¹⁶⁴ KOURY, Planejamento habitacional e sistemas construtivos (1964-1986): apontamentos para um debate, 2011, p.10.

¹⁶⁵ Ibidem, p.11.

propostas estatais, como a criação do curso de Mestrado em Industrialização das Construções, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos (1971), que promovia estudos em pré-fabricação leve utilizando argamassa armada. Técnica que foi bastante utilizada por Lelé em suas obras, em especial, para elementos de mesoestrutura urbana e equipamentos públicos.¹⁶⁶

A partir da segunda metade da década de 1970 também se introduziram novos materiais e componentes na produção habitacional que foi acompanhada da supressão ou do deslocamento de algumas atividades antes executadas no canteiro para o ambiente da fábrica. Farah, expõe que tais inovações diziam respeito ao emprego de estratégias de racionalização construtiva e à introdução de tecnologias 'alternativas', como os *kits* para instalações hidráulica e elétrica, sistemas de moldagem *in loco* com uso de formas metálicas, elementos pré-fabricados em série para estrutura e vedação e alvenaria estrutural.¹⁶⁷ Essas soluções se deram diante das então crescentes críticas ao BNH, sobretudo, da falta de atendimento à população pobre, e do refreamento do mercado de habitações das classes mais altas. Combinados, esses fatores impulsionaram o BNH a redirecionar sua atuação na produção de grandes conjuntos de interesse social, por sua vez, inspirados na reconstrução do pós-guerra europeu (amparada pela ampla adoção da pré-fabricação). A aposta no emprego de sistemas industrializados na produção habitacional promovida pelo BNH se deu em função do que se apresenta:

Tal opção tinha como pressuposto básico a noção de que a montagem, no canteiro, de elementos pré-fabricados em série (em usinas ou *in loco*) constituía a forma, por excelência, de se garantir a produção em massa de habitações reduzindo o prazo de execução e minimizando custos. Nesse contexto, a geração de empregos seria garantida pela escala dos programas e não mais pelo uso intensivo da mão-de-obra da produção.¹⁶⁸

Muitas dessas alternativas tecnológicas foram testadas em canteiros experimentais mobilizados pelo próprio BNH, a exemplo do de Narandiba na Bahia,

¹⁶⁶ Mais tarde, já na gestão de Luiza Erundina em São Paulo, a solução de pré-fabricação usada por Lelé é adotada nas ações do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos (CEDEC) e da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (KOURY, Planejamento habitacional e sistemas construtivos (1964-1986): apontamentos para um debate, 2011).

¹⁶⁷ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p.191.

de 1978, e do Jardim de São Paulo, em São Paulo de 1981. Mas, Farah explica que as inovações adotadas pelo Banco consistiram majoritariamente em sistemas construtivos de tecnologia importada.¹⁶⁹ Mesmo que oriundos de países centrais, a autora esclarece que esses sistemas passaram por um processo de “nacionalização”, isto é, um processo independente de adaptação e desenvolvimento das tecnologias importadas ao contexto brasileiro, o que coincide com o entendimento de tecnologia “formal periférica” exposto por Pelli, sobre a qual já tratei no começo deste capítulo.¹⁷⁰

O emprego desses novos procedimentos de trabalho é responsável, dentre outras questões, por fragmentação e repetição de operações, o que, por sua vez, leva à intensificação do quadro de desqualificação dos operários. No entanto, essas inovações não chegavam a representar modelos rígidos de racionalização, como a proposta de cientificação taylorista, e tal como sustentam as explicações discutidas anteriormente por Coriat e Vargas (Item: Especificidades do canteiro manufatureiro).¹⁷¹ Houve sim aumento na prescrição das atividades de canteiro e precarização do trabalho sem que, contudo, o trabalhador deixasse de ter o domínio das atividades. Na prática, esse operário continuava inserido numa estrutura baseada em ofícios em que prevalecia sua autonomia sobre parcela considerável da execução. Mas Vargas faz ponderação pertinente: “esse tipo de manufatura traz na aparência [...] algumas marcas das corporações de ofício. Porém o “trabalhador coletivo” está longe de se assemelhar ao artesão. Por outro lado, a presença de algumas máquinas e produtos industrializados não chegam a configurar uma produção industrializada”.¹⁷² Para o autor, as máquinas podem até dar lugar ao uso de força bruta dos operários, mas não a suas habilidades. Ferro, apesar de reconhecer as distinções entre as manufaturas serial (ou orgânica) e heterogênea, da mesma maneira que Vargas, não considera a introdução de alguma mecanização ou pré-fabricação nos canteiros como sinônimo de industrialização:

Não é a mesma coisa somar tijolos ou montar painéis, malaxar o concreto no canteiro ou recebê-lo pronto, preparar as fôrmas no local de utilização ou

¹⁶⁹ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁷⁰ PELLI, *Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina*, 1990.

¹⁷¹ CORIAT, *Travailler en chantier. Quelques tendances de la recherche actuelle*, 1984; VARGAS, *Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional*, [1979]1987.

¹⁷² VARGAS, *Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional*, [1979]1987, p.200.

construí-las em galpão. Nada disso, entretanto, justifica as exclamações de industrialização a cada aumento das dimensões ou da quantidade dos guinchos, da pré-fabricação. A transformação da manufatura em indústria, se chegar ao canteiro, pressupõe ruptura mais funda.¹⁷³

Em seu livro, Farah demonstra que o canteiro desse contexto é assinalado pela convivência singular entre tradição e mudança. É diante dessa ambivalência, entre o saber que perdura no trabalhador e a necessidade de controle excessivo, que é exigido sob o capital, que Vargas aponta uma dificuldade de domínio geral sobre a produção habitacional do canteiro de obras manufatureiro (tanto do trabalho e dos prazos, quanto dos custos).¹⁷⁴ Afinal, por mais que a obra seja prescrita em projeto, os trabalhadores sempre têm alguma autonomia para tomada de decisões. A subcontratação de diferentes serviços ou a subempreitada da mão de obra não qualificada, por meio de 'gatos',¹⁷⁵ confronta esse problema como uma solução possível.

Contudo, a divisão em serviços específicos acaba por impingir não apenas limites ao controle como também maiores dificuldades de coordenação da produção como um todo.¹⁷⁶ Sobre isso, Ferro esclarece:

O ideal sempre aspirado pela manufatura da construção é o da unidade — de serviço e da separação cuidadosa das equipes. Os desencontros sem conta, perceptíveis em quase todos os canteiros, têm origem, em parte, nessa tendência ao ilhamento dos vários passos que o compõem [...]. No canteiro, cada etapa deve ser executada de uma só vez e pressupõe outra anterior acabada: a simultaneidade raramente é permitida (salvo se a intenção da simultaneidade é acelerar a sucessão — é comum, por exemplo, fazer intervir uma equipe antes que outra tenha esgotado seu tempo previsto e, portanto, sua tarefa. Assim, a segunda é apressada pela primeira, cujo tempo também contado já corre. Dupla vantagem: redução do tempo global e criação de hostilidade entre equipes).¹⁷⁷

¹⁷³ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.112.

¹⁷⁴ VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987.

¹⁷⁵ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁷⁶ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006; VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987.

¹⁷⁷ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.115.

Para Vargas, as particularidades da construção impediriam ou, ao menos, limitariam a compatibilização e a simultaneidade em canteiro, impactando assim a mobilidade operária, muito distinta daquela da indústria. Em suma, "a subempreitada tem sido a maneira mais adequada de minimizar o risco da gerência de uma produção fundada quase exclusivamente sobre o braço operário. Por isso, as empresas passam a maioria dos serviços a terceiros (normalmente retêm o trabalho indireto ou de apoio e a concretagem). Contudo, isto não significa que os problemas produtivos sejam resolvidos".¹⁷⁸

Mesmo havendo iniciativas em pré-fabricação e racionalização da produção, Koury afirma que a partir do BNH se "reforçou o padrão de desenvolvimento urbano periférico de baixa densidade, determinado por unidades isoladas, construídas através de sistemas tradicionais e descartando a arquitetura moderna, o planejamento habitacional e a "coragem construtiva" que haviam conduzido à experiência de Brasília".¹⁷⁹ As mudanças mais evidentes nos produtos estão presentes na padronização, verticalização, repetição em escala e redução de complexidade das edificações (e conseqüente simplificação dos procedimentos do canteiro). Mas, a má qualidade das construções e a localização periférica, desprovida de serviços ou estrutura adequadas, foram aquilo que realmente caracterizaram os produtos do BNH. Logo, tanto as habitações (os edifícios em si) quanto a produção (os canteiros de obra) se demonstraram modelos distantes de uma efetiva solução de moradias para os pobres do país. Chico de Oliveira sintetiza bem esses resultados ao mencionar as duas vertentes — a voltada à classe média e a voltada aos pobres— decorrentes do BNH:

A primeira, alimentada pela caderneta de poupança, deu no mercado de habitação para as vastas classes médias. Foi aí que começou a se desatar o novo ritmo da construção civil. Servia aos objetivos da ditadura porque dava emprego. Na maior parte dos casos, emprego não formalizado, mas dava emprego quase permanente, porque o operário pulava de obra em obra. [...] A segunda solução, popular, deu na Cohab, nas companhias de habitação da

¹⁷⁸ VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987, p.202.

¹⁷⁹ KOURY, Planejamento habitacional e sistemas construtivos (1964-1986): apontamentos para um debate, 2011, p.3.

vida, que o regime estimulou por todos os estados e municípios. E produziram esses milhares de conjuntos feios, monótonos, tristes.¹⁸⁰

Ademais, dentre as inovações testadas e adaptadas, prevaleceu o emprego da alvenaria estrutural que “envolve uma racionalização do processo de construção tradicional, não implicando mecanização de operações” em detrimento de técnicas com uso prevalente de capital constante.¹⁸¹ A alvenaria estrutural age na reorganização dos procedimentos do canteiro pela associação de diferentes etapas de obra e conseqüente desaparecimento ou diminuição de trabalhos como carpintaria, concretagem e armação. Além disso, o emprego dessa técnica vem acompanhado de maiores prescrições na execução mesmo com manutenção de uma estrutura trabalho-intensiva com base no saber-fazer tradicional. No quadro geral da produção, o sistema financeiro articulado pelo Estado contribuiu para que se apresentem meios mais sofisticados de controle e redução de custos com “a absorção predatória da mão-de-obra e o comprometimento da qualidade da moradia através de seu ‘despojamento’, da redução de áreas e da utilização de materiais de má qualidade”.¹⁸²

Diferente do que se presencia nos anos 1960 com a criação do BNH, os anos 1980 foram marcados pela inflexão do crescimento da produção habitacional, derivada de um cenário mais abrangente e agudo de recessão econômica nacional. A crise do SFH, e do setor da construção civil como um todo, levou à redução drástica de investimentos públicos na construção de habitações, ao decréscimo de empresas construtoras e, conseqüentemente, de contratações de trabalhadores. Essa crise determinou o fim do BNH, em 1986, e resultou no crescimento exponencial de assentamentos irregulares. Assim, ainda que a legislação de algumas cidades, – como o caso de São Paulo – buscasse refrear tais práticas, houve a ampliação de áreas de favelas formadas predominantemente por casas autoconstruídas.

A crise dos anos 1980 também impactou diretamente a diversificação de segmentos de atuação das empresas de construção. Como exemplo disso, algumas passaram a compreender atividades de empreendimentos comerciais para além dos habitacionais. A situação impôs também diminuição dos custos de construção a partir da adoção de estratégias de racionalização construtiva e de outras práticas já habituais, como a economia de encargos trabalhistas derivada

¹⁸⁰ OLIVEIRA, O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006, p.71.

¹⁸¹ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.4, 200.

¹⁸² *Ibidem*.

da ampliação inescrupulosa da subcontratação de mão de obra e da redução da qualidade das construções com emprego de materiais e componentes mais baratos. Contudo, outros aspectos retrataram esse momento e impuseram algum limite à estabilização dessas condições. Um deles, o da exigência de aumento da qualidade das construções, amparada pelas crescentes reclamações de consumidores; e o outro, da observação de uma maior mobilização e resistência dos trabalhadores da construção civil que passaram a se organizar coletivamente para reivindicar melhores salários e condições de trabalho nos canteiros.¹⁸³

Vargas aponta que no período entre as décadas de 1980 e 1990 haveria três principais tendências de mudanças relacionadas ao contexto político, social e econômico provocadoras de uma “desestabilização na tradição do modelo empresarial e econômico do setor”. A primeira dessas mudanças diz respeito à inserção do Brasil no mercado internacional. Segundo o autor, passa a existir pressão social por uma gestão mais democrática e com melhores condições de trabalho advinda do novo contexto econômico mundial. Por exemplo, países centrais passaram a empregar inovações tecnológicas e de gestão, até então não experienciadas, que conduziram ao aumento significativo de qualidade e produtividade. Vargas acredita que essa configuração poderia acirrar a competição entre empresas num mercado internacional cada vez mais exigente de novas tecnologias e procedimentos de organização do trabalho; A segunda orientação apontada pelo autor se relaciona à mudança do papel do Estado, que de intervencionista passa a assumir postura liberalizante, refletindo especialmente em abertura de mercado e estímulo à competição entre empresas. A redemocratização que o país assiste a partir de meados de 1980 leva ao “desmantelamento de monopólios, cartéis e protecionismo às empresas nacionais”. Além disso, o novo código do consumidor abre espaço para contestação judicial da qualidade dos produtos, ainda que, por outro lado, a redução da renda da população exija seu barateamento. Esses dois aspectos, juntamente com a maior privatização “da concessão dos serviços públicos”, apontam para a reestruturação do mercado produtor de habitações em que a qualidade do projeto e da construção passam a ter relevância; Por fim, a terceira tendência observada por Vargas trata de um novo perfil da mão de obra. O autor diz que se até a década de 1970 a construção civil representava um escape às mazelas do campo — em que o trabalhador se constituía sujeito com baixa qualificação profissional e escolar—, ao longo da década de 1980 houve uma

¹⁸³ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

redução expressiva da migração entre campo e cidade em comparação com o processo das décadas anteriores, que foi também acompanhada do decréscimo da taxa de natalidade. Segundo ele, os fatores expostos seriam os principais responsáveis pela redução da massa de mão de obra disponível a baixíssimo custo, já que esses trabalhadores teriam deixado de se orientar a esse ramo de atividade apenas como meio de subsistência, como era prática corrente até aquele momento.¹⁸⁴ No mais, há um acréscimo da adesão deles aos movimentos sindicais e mudança na legislação trabalhista que imputa multas à rotatividade e ao trabalho com hora-extra, práticas recorrentes até então.¹⁸⁵

Mesmo com resistências e reorientações, na década de 1980, o cenário mais abrangente da produção habitacional foi conformado pela tendência de economia de custos. Economia essa que incidiu sobretudo no rebaixamento da remuneração da força de trabalho, que então passou a ser submetida a condições:

de trabalho e da reprodução bastante precárias em parte significativa dos canteiros de edificações. As práticas de contratação clandestina, por sua vez, isto é a absorção de mão-de-obra não registrada cresceu significativamente [...] A precarização do trabalho no setor, elemento central de estratégia adotada por uma parcela das incorporadoras e construtoras, aponta para um processo de flexibilização do emprego neste setor. Assim, enquanto a legislação trabalhista caminha num sentido — ampliando os direitos dos trabalhadores — a prática das relações de trabalho na construção consagra, para um segmento expressivo da mão-de-obra, um padrão oposto de relação capital-trabalho, caracterizado sobretudo pela flexibilidade no processo de contratação, expresso no crescimento da absorção "instável" e "informal" da força de trabalho.¹⁸⁶

Em síntese, Farah também aponta três tendências no processo de trabalho da produção habitacional brasileira da década de 1980, sendo elas: (1) emprego de novos sistemas construtivos, em especial, nos empreendimentos realizados pelo Estado, em que se destaca a adoção de elementos estruturais pré-fabricados leves ou pesados, o que está atrelado à maior "fragmentação dos ofícios tradicionais" e à prescrição das atividades; (2) estratégias de racionalização construtiva para

¹⁸⁴ O autor aponta que muitas vezes os salários na construção constituíam renda complementar para a família dos migrantes que fugiam das condições precárias do campo. (VARGAS, *Tendências de mudança na indústria da construção*, 1992)

¹⁸⁵ *Ibidem*, p.48.

¹⁸⁶ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p. 238-239.

aumento da produtividade e redução de custos; (3) e acréscimo na transferência de processos do canteiro para o setor produtor de materiais.¹⁸⁷ A introdução dessas inovações recairia, por exemplo, na eliminação das atividades de preparo dos materiais e componentes e, com isso, numa maior simplificação dos processos de trabalho, ainda que persistindo saberes tradicionais empobrecidos, como se aponta:

o armador já não executa ou orienta a preparação das ferragens, limitando-se a "montá-las", o carpinteiro de formas passa também apenas a montar as formas, o mesmo ocorrendo com os eletricitistas e encanadores. Os ofícios, que já haviam sofrido uma redução em seu conteúdo original, ao longo do desenvolvimento do setor, sofrem assim um novo processo de empobrecimento. Não obstante, persiste, nos ofícios transformados, a necessidade de domínio de um "saber fazer" de base empírica, não sendo possível sua subordinação integral a uma prescrição padronizada.¹⁸⁸

Dessa maneira, as mudanças que vinham se acumulando desde a década de 1930 levaram à uma desqualificação abrangente dos trabalhadores da construção civil, não se restringindo apenas aos "peões". Há, portanto, o que Farah, a partir de Costa Lima,¹⁸⁹ reconhece como sendo uma "crise de competência operária", uma desqualificação estrutural dos ofícios desse campo. A tendência de racionalização construtiva com a simplificação das habitações e a consequente fragmentação das atividades produtivas, assim como a alta rotatividade dos operários; os pagamentos por produção; a má remuneração; a flexibilização; a subcontratação da mão de obra; e a precarização geral das condições de trabalho no canteiro conformavam o quadro dos principais fatores relacionadas à tal crise.

A rotatividade, por impossibilitar a permanência do trabalhador em sua equipe de trabalho original, é aquela que interrompe a experiência e a cadeia de transmissão de saberes. Os novos procedimentos de divisão do trabalho vistos aí também conferem intensificação das atividades e com isso danos a sua qualidade e ao aprendizado, pois "passa a prevalecer o fazer rápido, em detrimento do 'fazer bem'

¹⁸⁷ Difunde-se para todo o setor de edificações o uso de materiais, elementos e tecnologias já testadas, como: argamassa pré-misturada, formas pré-armadas, esquadrias semiprontas para instalação; tesouras pré-fabricadas de madeira, kits de hidráulica e elétrica.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 241, 242.

¹⁸⁹ Trata-se da seguinte referência: COSTA LIMA, *De artista a operário: inovação tecnológica e reconversão do saber produtivo na construção*, 1987.

e da 'maestria'". Ademais, a intensificação rebate diretamente na diluição do salário do operário que precisa ser complementado por tarefas à parte.

Contudo, é preciso destacar uma contradição exposta no fato de que a desqualificação dos trabalhadores da produção habitacional não implicaria apropriação total do saber perdido pelo capital. Pois, mesmo entendendo que parcela dos saberes desses trabalhadores é absorvida a partir da cientificação do projeto, da introdução de novas técnicas ou mesmo da simplificação dos procedimentos no canteiro, Farah afirma que tal processo "difere da tendência de desqualificação associada ao aprofundamento das relações capitalistas de produção, a qual pressupõe que uma fração do saber relativo ao trabalho seja expropriada do trabalhador pelo capital". A autora defende esse ponto de vista pelo fato de ainda prevalecer uma produção manufatureira apoiada, ainda que parcialmente, no conhecimento desses profissionais e na reprodução deles por estrutura de ofícios.¹⁹⁰

Outra contradição desses canteiros está expressa na introdução de novos procedimentos, materiais, elementos ou sistemas construtivos, indicados por Ferro, Vargas e Farah como estratégia do capital orientada pela retirada de autonomia dos trabalhadores sobre o processo de trabalho.¹⁹¹ Afinal, inovações exigem 'novos conhecimentos', ou ao menos sua articulação com saberes prévios, e maior prescrição de atividades de canteiro, que interferem no controle do operário sobre seu trabalho.

Contudo, para Farah, mais uma vez utilizando do argumento de que os canteiros preservavam parcela de conhecimentos tradicionais, a contradição residiria exatamente no fato de que nem sempre as prescrições eram seguidas e tampouco os 'novos saberes' incorporados ao trabalho de construção.¹⁹² Situação que incorreria invariavelmente em problemas na execução dos produtos e no comprometimento da qualidade das edificações finais. Ademais, essas contradições expressam a fragilidade de domínio, ou os limites do controle, do capital sobre essa produção, como apontado antes a partir de Ferro e Vargas. Portanto, parece persistir a condição ambivalente do trabalhador manufatureiro

¹⁹⁰ Ibidem, p. 245,246.

¹⁹¹ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006. VARGAS, Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional, [1979]1987. FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

¹⁹² FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

descrito por Ferro, de um "conflito entre certo orgulho 'profissional' e as pressões da organização do trabalho, abafado sob a ameaça constante de desemprego no setor, [que] gera uma violência típica do comando que recorda a da servidão".¹⁹³

A partir dos anos 1980, na tentativa de apresentar resposta a essas contradições, algumas construtoras passaram então a adotar mais amplamente práticas de racionalização construtiva na produção de moradias. Medidas, por exemplo, relacionadas à coordenação dos projetos (arquitetônico, estrutural e instalações) e à simplificação da execução, com padronização de elementos construtivos, que buscavam de maneira geral evitar incompatibilidades com prejuízos materiais no canteiro. Feitas a partir da análise minuciosa das atividades de construção e visando a diminuição de retrabalhos ou perdas – com elaboração de normas de execução para algumas etapas específicas da obra, – tais como os experimentos preconizados por Gilbreth, ocorreram também ações relacionadas ao planejamento e ao controle da execução. Ademais, passaram a ser aplicados procedimentos de controle da qualidade e adotados equipamentos de transporte de materiais com princípios de ergonomia para maior conforto do trabalhador. A subtração de atividades antes preparadas no canteiro – que passaram a ser deslocadas para as centrais de produção das empresas – foi também outro aspecto que se alterou nessa busca por racionalização do setor.¹⁹⁴

Mesmo que as mudanças tenham ocorrido em diferentes graus de aprofundamento, a depender da estratégia adotada individualmente por cada empresa, existia em comum a busca por redução da variabilidade dos processos de construção. Conseguir recuperar o saber que foi paulatinamente retirado do trabalhador e transferi-lo para o domínio dos engenheiros, isto é, das próprias construtoras, parece ser o principal motivador das mudanças observadas na construção civil nesse período. É o que Farah entende por uma tentativa de "recapacitação" da engenharia, ou um exercício de aproximação do profissional

¹⁹³ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.115.

¹⁹⁴ Ainda que mais divididas, as atividades realizadas dentro e fora dos canteiros de obras preservam saberes tradicionais e se afastam dos princípios organizacionais do taylorismo e do fordismo. Segundo Farah "A estratégia de deslocamento de uma fração das atividades constitutivas dos ofícios tradicionais para a indústria ou para centrais de produção localizadas a montante do canteiro e de substituição, no canteiro, dos oficiais por simples "montadores", não chega a transformar o processo construtivo como um todo, não eliminando, tampouco, o "saber fazer" tradicional do canteiro de obras" (FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.261).

engenheiro da execução. Além disso, são vistas também como iniciativas de formação da mão de obra a oferta de cursos aos operários.¹⁹⁵

Essas mudanças parecem ser motivadas pelo cenário exposto antes em Vargas,¹⁹⁶ em que a combinação dos três fatores descritos "pressiona as empresas, de um lado, a modernizar suas arcaicas relações de trabalho baseadas no estereótipo 'patrão/peão' e, de outro, a aumentar a produtividade para enfrentar as demandas por maiores gastos com seus trabalhadores, devido à pressão por maiores salários e melhores condições de trabalho".¹⁹⁷ Para o autor, que assume posição fatalista, a única saída para sobrevivência das empresas construtoras seria necessariamente o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos. Demandas que, por sua vez, implicariam a implantação de políticas de redução da rotatividade da mão de obra, com diminuição da subcontratação e melhorias nas condições gerais dos canteiros. Assim, desde o fim dos anos 1970 se observa uma reestruturação hierárquica de parcela limitada das empresas com vistas à uma 'gestão participativa' dos trabalhadores, como se explica:

Sem o engajamento destes últimos, as mudanças, tanto na esfera do planejamento, como as relativas a novos materiais e equipamentos, correm o risco de ser "boicotadas", tornando se inoperantes [...]. As novas estratégias empresariais implicam a preservação de uma parcela do saber tradicional e a sua articulação ao "novo saber", relativo, seja a novos produtos e a novos equipamentos, seja à própria gestão do trabalho. Tal estratégia permite responder simultaneamente à exigência de flexibilidade — diante da intensificação da variabilidade na última década — e à imposição de melhoria de qualidade estabelecida pelo mercado.¹⁹⁸

Claramente, antes de se tratar de mudanças orientadas ao bem-estar dos trabalhadores, elas se direcionam para princípios de aumento de produtividade e de qualidade sem grande investimento de capital como pressuporia uma industrialização da construção. Na prática, configuram uma falsa ideia de participação atrelada à busca por maior engajamento dos trabalhadores e facilidade de adesão às mudanças propostas, isto é, novas estratégias para

¹⁹⁵ Cursos de leitura de projeto, uso de instrumentos ou para execução de novas tecnologias.

¹⁹⁶ (1) Inserção do país no mercado internacional, (2) reorientação do papel do poder público e (3) novo perfil da força de trabalho da construção habitacional. (VARGAS, *Tendências de mudança na indústria da construção*, 1992).

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.49.

¹⁹⁸ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p. 265-266.

manutenção de um já muito conhecido controle que opera ainda sob bases trabalho-intensivas.

2.1.5. PMCMV e a ênfase em racionalização construtiva

Desde a década de 1990 está em curso uma reestruturação produtiva mais evidente do subsetor de edificações da construção civil, que tem no aprofundamento da heteronomia e no sacrifício do trabalhador sua condição básica de existência. Uma reestruturação que busca garantir a maior produtividade das empresas construtoras e de sua competição no mercado da construção civil pela total subordinação do sujeito social ao capital. Contudo, foi a partir de 2004 – com o cenário de segurança econômica e jurídica proposto pela política brasileira de habitação do Governo Lula (2003-2011) e com o capital privado obtido por meio da venda de ações em bolsa de valores – que empresas construtoras e incorporadoras concretizam esse projeto.¹⁹⁹ De modo similar à estratégia econômica do BNH, o Estado não apenas dispôs de mecanismos de proteção que permitiram ao mercado privado acesso a subsídios públicos como também garantiu demanda constante e espaço para atuação dominante das empresas construtoras na produção de habitações de interesse social.

O vazio deixado na política habitacional com a extinção do BNH foi finalmente preenchido com criação do PMCMV, em 2009, como resposta à crise econômica mundial. É a partir desse programa e das condições de fundo que o viabilizaram que se aprofunda o processo de financeirização da produção de moradias de interesse social no país, sobretudo, com monopólio de empresas construtoras e incorporadoras de capital aberto que voltam sua atuação para o 'segmento econômico'. Essa situação decorre de "um alinhamento inédito entre legislação, instituições públicas, recursos financeiros e cadeia produtiva da construção, que

¹⁹⁹ Não pretendo abordar aqui todos os meandros e particularidades do cenário de formalização ou mesmo dos resultados do PMCMV, afinal, o assunto já foi amplamente debatido e sistematizado com muita propriedade por diversos autores do campo em publicações muito abrangentes, dentre elas: SHIMBO, *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010; MENDONÇA & COSTA (eds.), *Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*, 2011; FERREIRA (ed.), *Produzir casas ou construir cidades? desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos*, 2012.; AMORE et al. (eds.), *Minha Casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*, 2015; CARDOSO (ed.), *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*, 2010; BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014. Interessa a esta tese, no entanto, elucidar algumas questões da produção, em particular, os impactos mais evidentes dos processos de gestão e das técnicas construtivas sobre a condição da mão de obra e sobre os produtos derivados desses canteiros.

já vinham se movendo com diferentes velocidades desde os anos 1990".²⁰⁰ A essa produção resultante da convergência entre Estado e capitais, a professora e arquiteta Lúcia Shimbo denomina *habitação social de mercado*.²⁰¹ Nesse cenário, a habitação social passa a ser dirigida exclusivamente pela lógica de obtenção e ampliação de lucros das construtoras, que, por sua vez, ocupam o lugar de agentes executores e também proponentes do programa habitacional. Tendo especialmente como suporte a atuação de grandes empresas do mercado da construção, já nos primeiros cinco anos do PMCMV, sua produção correspondia à 80% do total de empreendimentos realizados ao longo dos 22 anos de existência do BNH.²⁰² Dentre outras consequências, essas ações impactaram os preços dos produtos imobiliários em proporção muito maior à de indicadores da economia, como a inflação ou o índice de custos da construção civil.²⁰³

Em palestra de 2021, Shimbo apresentou dados que confirmaram que entre 2007 e 2014 houve um *boom* imobiliário no país com expressiva participação do PMCMV (a partir de 2009) e crescimento de investimentos na construção civil como um todo, em especial, na área de desenvolvimento urbano no segmento produtor de edificações.²⁰⁴ Essa capitalização da construção resultou num período, entre 2009 e 2013, assinalado pelo aumento do PIB setorial que variou positiva e consideravelmente em relação ao PIB nacional.

Foi nessa conjuntura que se estimulou uma produção que é ambigualmente social e empresarial. Buscando ao mesmo tempo aprimorar o processo de desqualificação dos trabalhadores da construção civil decorrente de mais de meio século e superar os entraves da precariedade do controle exercido sobre eles — que é característico ao canteiro de obra manufatureiro — os sistemas construtivos racionalizados e as novas estratégias organizacionais (de gestão, qualidade e produtividade) se valeram como instrumentos decisivos para o projeto de obtenção de máxima lucratividade das empresas pela submissão da classe

²⁰⁰ SHIMBO, Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil, 2016, p.119.

²⁰¹ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010. Produção realizada por grandes grupos de construtoras de capital aberto para viabilização de conjuntos habitacionais de programas públicos voltados para famílias com renda baixa e média (até dez salários mínimos).

²⁰² SHIMBO, *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*, 2020.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Palestra "A cadeia produtiva da construção civil no capitalismo brasileiro" proferida em 29 de maio de 2021 por Lucia Shimbo no Curso de Construção Agroecológica: canteiro autogestionário na Escola Popular Rosa Luxemburgo [informação verbal].

trabalhadora. Não por acaso, o PMCMV é exemplo do emprego expressivo de sistemas construtivos pré-fabricados e industrializados, com destaque para a alvenaria estrutural em bloco de concreto.²⁰⁵ A alvenaria estrutural, como apontado antes a partir de Farah constitui exceção dentre as alternativas experimentadas até a década de 1980, "uma vez que este [sistema construtivo] prescinde de grandes investimentos, mantendo a composição orgânica do capital".²⁰⁶ Isto é, esse sistema convergiu para as mesmas tentativas anteriores de racionalização da produção habitacional sem que houvesse necessidade de substituir a mão de obra abundante por maquinaria. Dessa situação, contudo, proveio uma racionalização um tanto capenga da construção de habitações. Muito diferente do que poderia ser esperado de um processo de fato racionalizado, ou de 'evolução' da produção desse setor, mesmo que com menor evidência, continuaram a existir problemas típicos dos canteiros manufatureiros como erros, retrabalhos e desperdícios de todo o tipo. Questões muito evidentes na análise que Shimbo faz de um canteiro de obras do PMCMV com uso da alvenaria estrutural:

Apesar de o mestre apontar que não existia problema em misturar equipes diferentes no mesmo local - pedreiros, eletricitas, encanadores-, porque seria necessário o trabalho em conjunto, "um puxando o outro", na prática, os serviços continuavam sendo executados de modo sequencial. Ou seja, primeiro o pedreiro elevava a alvenaria e o eletricista passava os conduítes das instalações elétricas, para, depois, o encanador quebrar os blocos e as lajes para instalar as tubulações de água e esgoto. [...] Do mesmo modo, voltava o eletricista para quebrar os blocos a fim de se instalar as caixinhas de elétrica - quando se poderiam cortar os blocos previamente à elevação da alvenaria. Finalmente, vinha o gesso para fazer o revestimento interno das paredes e do forro, mesmo sem ter sido realizada a impermeabilização da laje do pavimento superior. [...] No caso do revestimento em gesso, havia muitas goteiras que estragavam o trabalho já feito. No caso das instalações elétricas e hidráulicas, quebravam-se blocos e lajes que já estavam prontos para depois serem preenchidos com argamassa e concreto.²⁰⁷

²⁰⁵ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010. BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²⁰⁶ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.200.

²⁰⁷ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010, p.256-267.

Assim, se essa tecnologia é, por um lado, como defende Silva, passível de qualificação dos trabalhadores, pois exige domínio da leitura do projeto de alvenaria e desenvolvimento de princípios básicos da atividade construtiva (como uso de esquadro, prumo etc.) para correta execução do aparelho de alvenaria;²⁰⁸ de outro, a depender do arranjo produtivo imposto aos trabalhadores, como ocorre nos canteiros do PMCMV, ela também pode ser usada de maneira pouco racionalizada, com baixo rigor técnico e até mesmo servir como instrumento de desqualificação da mão de obra. Essa é a condição de "ambivalência" exposta por Feenberg, ou seja, de que a tecnologia pode tanto ser projetada e utilizada para fins de manutenção da subordinação capitalista, — nas palavras do autor, para "enquadrar" e "colonizar" — como também para subverte-la, redesenhá-la com vistas a liberação de potenciais antes não experimentados.

Possibilitado por sistemas de gestão da qualidade, o emprego de elementos e componentes construtivos pré-fabricados, como a alvenaria estrutural, contou no PMCMV com uma organização ainda mais fragmentada das atividades do que aquela presente nos canteiros dos trabalhos cumulativos da manufatura orgânica do concreto armado. Por esses motivos, Shimbo e o arquiteto e também professor Eduardo Baravelli apontam que a adoção do sistema construtivo de alvenaria estrutural estaria restrita a uma racionalização de cunho administrativo ou organizacional.²⁰⁹ A partir do que os autores desenvolvem, é possível compreender que a tecnologia baseada na racionalização construtiva ganhou espaço no segmento de interesse social não por seus atributos físico-materiais, mas, acima de tudo, por favorecer a simplificação dos procedimentos de controle da qualidade e conseqüentemente um maior e mais sofisticado domínio do processo de trabalho. Persistiu no PMCMV, portanto, a tese de Ferro de que "as grandes mudanças da arquitetura são, na realidade, respostas a grandes mudanças na divisão e na exploração do trabalho".²¹⁰

Ademais, cabe pontuar que nessa produção houve predileção pelo emprego de tecnologias construtivas baseadas no uso de cimento. Atualmente, e também na época em que o PMCMV estava em curso, o Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SINAT), vinculado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), foi o responsável por homologar materiais e sistemas

²⁰⁸ SILVA, *Diretrizes para Projeto de Alvenaria de Vedação*, 2003.

²⁰⁹ Ibidem. BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²¹⁰ FERRO, Depoimento a um pesquisador: entrevista concedida a Pedro Fiori Arantes, [2000] 2006, p.288.

construtivos para emprego na produção habitacional. Importa saber que desde sua criação o SINAT aprovou apenas produtos construtivos vinculados a empresas, muitas delas S.A. A maioria dos Documentos de Avaliação Técnica (DATec) emitidos pelo SINAT se refere a sistemas construtivos ou estruturais cimentícios (paredes-concreto, elementos pré-fabricados de concreto armado, painéis de vedação mistos de alvenaria e concreto etc.), sendo que nenhum deles trata de tecnologia tradicional/vernácula ou de procedimentos que parecem envolver conhecimentos que não aqueles vinculados aos saberes desqualificados da manufatura da construção civil. A única exceção à autenticação de uma tecnologia não-convencional para uso na construção civil brasileira se refere a “ABNT NBR 16814:2020 Adobe – Requisitos e métodos de ensaio”, criada somente em janeiro de 2020.²¹¹

Comprovando tal preferência, Baravelli, a partir de dados levantados por Della Penna et al. com convergência de informações de 4.200 construtoras,²¹² aponta que naquele momento predominou a adoção da alvenaria estrutural (bloco de concreto) em 73,22% dos empreendimentos de habitação de interesse social ou habitação econômica; já 20,30% utilizaram do sistema de parede de concreto moldada por formas; seguida de 4,08% de painel pré-fabricado (geralmente de concreto) e de 2,37% de concreto armado; por sua vez, o sistema de *Light Steel Frame* (LSF) teve apenas 0,03% de representatividade, enquanto não chegou a ser registrada qualquer porcentagem associada ao uso de estrutura de aço.²¹³

Entre 2013 e 2015, em decorrência de minha pesquisa de mestrado,²¹⁴ visitei diversos canteiros de obras orientados pelos princípios da racionalização construtiva e com emprego de componentes estruturais pré-fabricados. As questões que observei naquele momento me parecem ainda úteis para ampliar a percepção acerca das principais reconfigurações da construção de obras públicas num cenário de atuação do PMCMV e de domínio dessa produção por empresas construtoras e incorporadoras. Um desses canteiros construía Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIS), em Belo Horizonte, utilizando LSF.²¹⁵ No

²¹¹ Para mais informações sobre os produtos aprovados pelo SINAT, consultar: <http://pbqp-h.mdr.gov.br/projetos_sinat.php>

²¹² DELLA PENA, et al., *Tendências no setor de habitação econômica e de interesse social*, 2012.

²¹³ BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²¹⁴ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015.

²¹⁵ Ainda que não se trate de obra voltada à construção de moradias e essa tecnologia não tenha expressividade no segmento habitacional, como apontam os dados anteriores, a pré-fabricação

ambiente da fábrica de elementos havia grande utilização de maquinários sofisticados e automatização da fabricação de perfis de aço galvanizado sob medida, conforme previa o projeto estrutural. Os poucos funcionários empregados nessa etapa se restringiam à operação de maquinário que executava automaticamente as peças. Adotou-se aí os princípios da *Lean Construction* "uma derivação do Sistema Toyota de Produção cujo objetivo é, resumidamente, o aumento da produtividade com a elevação dos lucros e diminuição dos gastos de produção. Tal sistema é baseado na mecanização e no processo *Just in time*, em que se produz somente o que é demandado".²¹⁶

Já para a montagem dos painéis (montantes) de LSF, etapa posterior à fabricação dos perfis, a situação se invertia. Em vez de mecanização houve na realidade emprego de muita mão de obra (exclusivamente masculina) sem exigência de qualquer experiência prévia, pois a montagem dos painéis era atividade manual muito simples e repetitiva. "Nas etapas de fabricação e montagem convivem realidades distintas, a automação e a manufatura, confirmando que ainda quando há a incorporação da mecanização o setor da construção civil não deixa de utilizar mão de obra desqualificada em suas fases de produção".²¹⁷

Por sua vez, a fase de execução da obra no canteiro denotava grande fragmentação de atividades a partir da terceirização e até quarteirização das equipes contratadas por empresas especializadas,²¹⁸ as subempreiteiras.²¹⁹ Os procedimentos de execução envolviam grande hierarquização pela especialização da mão de obra que era dirigida pela própria empresa, e menos frequente até mesmo por iniciativa particular, a partir de cursos e treinamentos com especificações atestadas por sistema de gestão da qualidade. Nesse cenário, surgiram diversas novas sub-funções à obra que foram, via de regra, executadas com ferramentas manuais da própria empresa.²²⁰ Cabe dizer, no entanto, que as operações tiveram aprofundamentos distintos de divisão do trabalho, a depender

de componentes, a mecanização de parte da produção e a repetição de seus produtos pela padronização dos projetos, contribuem para o entendimento da ênfase da racionalização construtiva nesse período de análise.

²¹⁶ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015, p.144.

²¹⁷ *Ibidem*, p.145-146.

²¹⁸ Identifiquei 15 diferentes equipes em um dos canteiros analisados de obras das UMEIs.

²¹⁹ BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²²⁰ No canteiro não foi observado o uso de equipamentos ou ferramentas sofisticadas ou mesmo qualquer mecanização do processo de construção. À exceção de trenas à laser e parafusadeiras sem fio, prevalece o uso de equipamentos comuns aos canteiros tradicionais.

da etapa e do treinamento dado por cada empreiteira. Dentre elas, examinei operários caracterizados "Auxiliar", "Auxiliar 1", "Montador", "Encarregado", assim como especialização até mesmo de operações executadas por serventes, por exemplo, separados nas categorias de "Servente de cerâmica" e "Servente de rejunte" para execução de serviços simples de acabamento.

De maneira geral, essa produção também se caracterizou por um controle excessivo a partir de sistemas de gestão internos com definição de cronogramas rígidos para cada etapa da obra e verificação minuciosa da execução. Mesmo que tenha persistido alguma transferência de saberes entre os operários, principalmente convertida nas instruções dos encarregados aos auxiliares, essas ações coíbiam o trabalhador de agir autonomamente. Na prática, ainda que isso se revertesse em adiantamento da obra, da mesma maneira que o método de cientificação do trabalho proposto por Taylor, eram proibidas iniciativas individuais que alterassem as prescrições ou cronogramas previstos pela gerência.

Exemplo de impedimento de autonomia consta no relato de equipe responsável por instalação de esquadrias que procedeu o serviço fora dos procedimentos-padrão por compreender que seria possível executar a tarefa em menos tempo e com a mesma qualidade, mas que ao ser fiscalizada recebeu ordens para desfazer o serviço adiantado e executá-lo novamente dentro das regras demandadas pelo sistema de gestão. Segundo o encarregado de produção "No final tivemos mais trabalho e gastamos mais tempo para realizar tudo de novo. Aqui não temos liberdade para fazer do nosso jeito".²²¹ O exemplo não é um caso isolado, ao contrário, é sintomático da heteronomia que prevalece nesses canteiros. Por fim, também constatei que mesmo diante da rigidez imposta pelos sistemas de gestão orientados para maior produtividade, a obra não deixou de contemplar retrabalhos, falhas de projeto, atrasos e desperdícios em seu decorrer.²²² Portanto, as ações estão mais relacionadas ao controle, e posso também afirmar, à opressão do trabalhador, do efetivamente ao impedimento ou à atenuação dos problemas comuns aos canteiros manufatureiros. Nesse sentido, explico:

O "saber fazer" empírico e estruturante da produção artesanal e manufaturada cede lugar a um fazer padronizado subsidiado por cursos e treinamentos, que apesar de não extinguirem por completo, favorecem o

²²¹ Ibidem, p.155.

²²² Embora seja necessário destacar que os trabalhadores apontem que os serviços não demandavam muito tempo ou dificuldades para readequação

rompimento das relações tradicionais de aprendizado dentro dos canteiros. [...] Mas o conhecimento adquirido dentro dessa estrutura organizacional de canteiro não obedece à mesma lógica das manufaturas, aí a “experiência” está restrita ao aumento de responsabilidade sobre o ordenamento das atividades, sem que seja necessariamente acompanhada por novos conhecimentos técnicos. O trabalho está atrelado à capacidade de obedecer às regras, diminuindo a improvisação e a dependência da empresa (do capital) sobre um conhecimento próprio e único ao operário.²²³

Em outro canteiro de obras visitado durante a pesquisa, nesse caso, voltado ao atendimento da Faixa 2 do PMCMV e com emprego de sistema construtivo composto de estrutura e painéis para vedação pré-fabricados de concreto,²²⁴ também foi possível notar diversos procedimentos de racionalização construtiva pela pré-fabricação e pela repetição dos produtos.

Antes de descrever esse canteiro, importa salientar que, embora seja propagado como produção de interesse social, isto é, de habitações para classes de baixa renda, assim como o BNH, o PMCMV se voltou principalmente ao atendimento da classe média. Do total de 5,5 milhões de habitações contratadas pelo Programa, 1,9 milhões (ou 34%) foram destinadas à Faixa 1, ou seja, à população com renda familiar de até R\$1.600,00; enquanto a maior parcela, os demais 3,6 milhões (66%), voltou-se à empreendimentos entre as Faixas 1,5 e 3.²²⁵ Nessa parcela, diferente da Faixa 1, não existia promotor público na organização da demanda, bastava apenas que as empresas, por incorporação imobiliária, aprovassem os financiamentos junto à CEF, que, por sua vez, operava os recursos do FGTS. Se realizado o somatório das Faixas 2 e 3 é possível observar que a contratação do número de habitações de interesse social da Faixa 1 só é maior no ano de 2013, enquanto que a partir de 2014 sofre redução drástica junto da Faixa 3. Assim, desde 2013 a produção para os pobres se mostra insignificante frente a produção da Faixa 2 que consta majoritária até 2018.²²⁶

²²³ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015, p.146.

²²⁴ Os painéis foram aprovados pelo SINAT com emissão de DATec em 2012. Tratam-se de painéis de vedação mistos, moldados em formas metálicas, compostos por armaduras e preenchidos com tijolo cerâmico e concreto.

²²⁵ A Faixa 1,5 é criada apenas em 2017 e tem como público alvo as famílias de renda até R\$2.600,00. Já a Faixa 2 até R\$4.000,00 e a Faixa 3 até R\$9.000,00. (BRASIL, Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), 2022, on-line).

²²⁶ SHIMBO, *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*, 2020.

É nessa segunda faixa que se concentrava a produção da empresa analisada que com atuação em obras de prédios de 8 pavimentos, do tipo "H", com quatro apartamentos padronizados de 47m² por pavimento.²²⁷ A fabricação dos componentes ocorria em espaço externo, numa fábrica da própria empresa que contava com diversos maquinários, assim como equipamentos de pórticos e pontes rolantes que servem à todas as operações. Essa mecanização parcial, no entanto, conferia ao ambiente fabril o emprego de muita mão de obra sem qualquer qualificação prévia.²²⁸ Embora, dentre as vantagens conferidas pela empresa no uso de maquinário, estivesse colocada a possibilidade de emprego mais intensivo de mão de obra feminina, mais de 80% dos trabalhadores naquele momento eram homens. Não se inverteu, portanto, a caracterização de uma construção feita predominantemente por mão de obra masculina. Outra vantagem apregoada pela empresa era a da execução dentro dos prazos e padrões predeterminados, contudo, a mecanização não evitava o retrabalho de reparo de diversas peças que apresentam falhas e precisavam ser manualmente readequadas com auxílio de ferramentas simples (lixa, colher de pedreiro espátula etc.), uma verdadeira contradição em se tratando de produção industrializada.

Já na etapa de fabricação dos componentes a execução das tarefas ocorria tal qual uma linha de produção, cada funcionário se dedicava exclusivamente à uma única atividade, por sua vez, supervisionada por equipe de encarregados que faziam o controle de qualidade pelas normativas do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001. Dentre as funções encontravam-se: "operadores de máquinas de dobra, corte e de ferragem; a equipe de armadores; a de concretagem; a de desenforma e limpeza dos moldes; acabamento; supervisão e operadores de pórticos".²²⁹

Já no canteiro, houve emprego de pórticos e guas para transporte dos pesados painéis e demais elementos pré-fabricados que contribuíam para redução significativa da contratação de trabalhadores na "montagem" da edificação.²³⁰ Para as operações do canteiro, as atividades foram divididas pelas equipes de preparação de terreno e fundação; armazenagem das peças que chegam da

²²⁷ Os apartamentos são compostos por 2 quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço.

²²⁸ Apenas algumas funções como armação, soldagem e transporte contavam com treinamentos feitos na empresa por meio de cursos ministrados pelo Serviço Social da Indústria (SESI).

²²⁹ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015.

²³⁰ 'Montagem' e não 'obra' é termo utilizado para empresa para designar as atividades produtivas do canteiro.

fábrica; estrutura, encarregada da conexão entre os elementos construtivos; e acabamento, responsável pelo assentamento de revestimentos, pintura e instalação de peças fixas e elementos de vedação em gesso.

Assim, foram reduzidas ou desapareceram funções tradicionais dos canteiros da manufatura orgânica, a exemplo dos serventes, carpinteiros, pedreiros e armadores, que, em grande parte, foram substituídos por novas funções deslocadas ao ambiente da fábrica.²³¹ Muitos desses serviços eram terceirizados e, no geral, apenas as atividades de operação de equipamentos de transporte e solda requeriam treinamento prévio. Para as demais, apontaram os engenheiros da empresa: "os trabalhadores são instruídos à medida que se inserem nos canteiros e aprendem suas tarefas com aqueles que já estão na empresa há mais tempo".²³²

Também, cabe dizer que as obras dessa empresa contavam com inúmeras certificações de qualidade que atuavam como mecanismos garantidores do processo, o que impunha padronização dos produtos e também dos procedimentos de execução. No canteiro, isso rebatia na simplificação, uniformização e maior divisão do trabalho, ou seja, serviam como impedimentos à autonomia dos trabalhadores que operavam controlados diante desses instrumentos de aumento da produtividade. Enquanto que em uma espécie de descaracterização da manufatura orgânica a organização da obra garantia que cada equipe concluísse sua atividade por vez, evitando assim atropelamentos entre os diversos serviços. Ademais, a pré-fabricação e a terceirização contribuíam para o aumento de produtividade desse canteiro, em que cada pavimento da torre de apartamentos era finalizado em menos de 14 dias. Diante da aceleração do ritmo geral da produção; do rígido controle de produtividade; da divisão do trabalho que recaía em repetição de tarefas; da pouca autonomia da mão de obra perante tecnologia que não aceitava adaptações; coube à empresa lançar mão de estratégias de engajamento e fixação para evitar evasão dos trabalhadores, tal como aponta o exame de Farah que revela ser essa uma das tendências do setor já na década de 1970.

²³¹ A empresa declarava usar apenas 20% de mão de obra "tradicional" nos canteiros com uso de pré-fabricação (dados de 2012).

²³² MASCARENHAS, *Fragmentos do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015, p.141.

Em síntese, mesmo havendo substituição de parte da mão de obra por alguma mecanização do canteiro – como serventes que cedem lugar às gruas – as análises feitas naquele momento me sugeriram confirmação da tese de Ferro de que a construção civil continuava a sustentar parcela da economia pela absorção de contingente de mão de obra sem qualificação. No entanto, nesse novo arranjo, a mão de obra passou também a ocupar os espaços das fábricas produtoras de insumos e elementos construtivos e não apenas os canteiros. Constatei ainda que “[a] própria redução do desemprego na construção civil, de 8% para 3,5%, nos últimos 12 anos [2003 a 2015] e a menor taxa de pessoas desocupadas em comparação com as demais atividades produtivas do país, indica que a racionalização e mecanização dos processos não reduziram a mão de obra incorporada no setor”.²³³ Se de um lado, as inovações adotadas, observadas nos sistemas de gestão, na pré-fabricação construtiva e em alguma introdução de mecanização nas obras, indicavam alterar substancialmente a organização do trabalho nos canteiros pela ênfase da racionalização construtiva, de outro, parecia perdurar sua condição trabalho intensiva. Contudo, mais do que a introdução de novas tecnologias construtivas ou o suporte delas pela mecanização, os sistemas de controle do trabalho faziam dessa uma produção que refreava a dependência do conhecimento operário persistente nos canteiros das manufaturas orgânicas. Assim, quando não extinto, houve sem dúvida nesse novo cenário da produção habitacional um enfraquecimento do saber-fazer e dos ofícios tradicionais.

A partir das descrições que Shimbo e Baravelli fazem dos canteiros do PMCMV, com uso de alvenaria estrutural é possível tecer diversas aproximações aos casos descritos antes.²³⁴ Para Shimbo houve uma *hiper-gestão* dessa produção, já que às construtoras e incorporadoras cabia uma dupla gestão: financeira e da produção do canteiro de obras. Nesse sentido, as inovações adotadas se referiam mais ao “aperfeiçoamento da gestão e do controle sobre o trabalho e sobre os fluxos financeiros” do que à mecanização da produção como sugeriria uma industrialização pela perspectiva fabril.²³⁵

²³³ Ibidem, p.139.

²³⁴ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010; *concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*, 2020. BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²³⁵ SHIMBO, *concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*, 2020, p.110.

Em sentido análogo, Baravelli compreende a produção habitacional do PMCMV como *industrialização por racionalização*.²³⁶ Para o autor, diferente dos resultados analisados por Farah sobre o BNH, nessa nova conjuntura se conseguiu um aperfeiçoamento que não estava atrelado somente à tecnologia empregada nas fábricas produtoras de materiais e elementos construtivos ou nos canteiros de obras e sim no gerenciamento. Ele esclarece que: “incorpora-se à produção uma reorganização da empresa, sem que esta incorporação seja acompanhada por novos sistemas construtivos. O controle da variabilidade do empreendimento de construção pelos sistemas de gestão da qualidade altera irreversivelmente seus processos produtivos pela organização e não pela construção”.²³⁷ Na prática, os sistemas de gestão da qualidade estabelecem um controle especializado das atividades operárias, corroborando a afirmativa de Feenberg de que “o gerenciamento age tecnicamente sobre pessoas, estendendo a hierarquia de sujeito e objeto técnicos em relações humanas em busca de eficiência”.²³⁸ O gerenciamento que cabe a esses canteiros se aproxima também da descrição de Marx acerca do processo fabril, em que se coloca que: “no lugar do chicote do feitor de escravos, surge o manual de punições do supervisor fabril. Todas as punições se convertem, naturalmente, em multas pecuniárias e descontos de salário”.²³⁹

Nesse contexto, disfarçada pelos treinamentos e prescrições do sistema de gestão, a desqualificação do trabalhador ganha evidência a partir das recorrentes práticas terceirização. A predileção pela subempreitada garante aspectos vantajosos à produção como o controle e o barateamento sobre serviços especializados que absorvem mão de obra sem experiência. Num rígido arranjo produtivo, as inovações tecnológicas e organizacionais empregadas aí também têm relação com o desenvolvimento de novas ‘sub-funções’, ou seja, de atividades especializadas controladas, executadas irrefletidamente à totalidade da obra. Contestando a perspectiva de Farah,²⁴⁰ de que a alvenaria estrutural preservaria saber tradicional, – mesmo ela reconhecendo que seu emprego subtrai atividades (armação e carpintaria) e impõe novas prescrições pela função estrutural – Baravelli sustenta que a nova lógica da produção de moradias de interesse social hegemônica que se operava no PMCMV interrompe conhecimentos prévios que

²³⁶ BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²³⁷ *Ibidem*, p.145.

²³⁸ FEENBERG, *Critical Theory of Technology: an overview*, 2005, p.9.

²³⁹ MARX, *O Capital [Livro I]: crítica da economia política*, [1867] 2011 p.333.

²⁴⁰ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996.

passam a sofrer *controle especializado*.²⁴¹ Um controle que por meio de treinamentos padronizados transforma as *habilidades* da formação pessoal dos pedreiros das alvenarias tradicionais em *destreza* do bloqueiro da indústria por racionalização. Dessa maneira, o autor defende que o assentador de alvenaria, ou bloqueiro, estaria submetido à tal grau de heteronomia que seria possível caracterizá-lo como parte de uma indústria da construção e não mais como de uma manufatura apenas, como aqui descreve:

Não é a combinação de diversos ofícios que situa o bloqueiro como trabalhador da indústria e não da manufatura, mas sim que esta combinação necessariamente esteja submetida a um controle especializado, o do projeto de produção de alvenaria estrutural, sem o qual o jogo entre pilaretes, cintas e respaldos em concreto *grout* armado não se coordena com aberturas, amarrações de parede e pontos de água e energia. O assentamento de cada bloco em cada pano de alvenaria está previsto em projeto conforme uma variação precisa de, no mínimo, três tipos de peças - bloco inteiro, canaleta e meio-bloco [...]. *Não há qualquer possibilidade de intervenção autônoma do trabalhador* que altere o bloco específico a assentar em cada posição de cada fiada, a não ser para causar um erro cuja correção exige complexos retrabalhos para deslocar tubulações e refazer grouteamentos através de formas-cachimbo.²⁴²

Nessa produção, a subcontratação de empreiteiras, "relação de produção básica da construção habitacional no MCMV",²⁴³ como dito, traduz-se não apenas na ampliação do controle como também no barateamento e na precarização das condições do trabalhador. As equipes subcontratadas, compostas por mão de obra absolutamente espoliada, muitas vezes não tinham seus direitos trabalhistas mínimos garantidos.

É mais uma vez a partir da figura do peão, ou especificamente do servente de obras, um 'faz tudo', que é possível enxergar com maior nitidez os desdobramentos mais danosos dessa produção. O servente não é apenas a mão de obra mais barata do canteiro como é também aquele que exerce as atividades mais pesadas, altamente desqualificadas e desqualificadoras.²⁴⁴ Uma de suas

²⁴¹ BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²⁴² *Ibidem*, p.52-53.

²⁴³ *Ibidem*, p.148.

²⁴⁴ Para ilustrar a afirmativa, em 2022, os serventes (de obras/construção civil), também denominados "auxiliar de pedreiro" e "meia-colher" recebem remuneração média de R\$1.335,01,

muitas atividades é o transporte de pesados sacos de cimento sobre os ombros, que em contato contínuo com as orelhas as ressecam, situação que atribui a esse operário a pejorativa expressão “orelha seca”. A expressão popular designa um funcionário desprestigiado, aquele que trabalha muito e ganha pouco, referência a sua suposta incapacidade de aprendizado. Para desempenhar tais atividades de fato não são exigidas habilidades elaboradas e sequer o exercício na obra contribui para alteração desse quadro.²⁴⁵ Como bem expõe o relato de Duran: “Eles entram às 7 da manhã e saem às 6 da noite, com uma hora de almoço – a maioria faz hora extra. Como um servente de obras vai conseguir estudar, se alfabetizar para se comunicar melhor, ler as instruções, passar por treinamento e entender com clareza se ele não consegue? O servente de obras é uma mercadoria barata, com a qual você consegue muita produção e paga pouco”.²⁴⁶

Embora os canteiros da racionalização construtiva do PMCMV tenham incorporado treinamentos e cursos de capacitação, da maneira como defende Baravelli,²⁴⁷ esses são mecanismos produtores de destreza num contexto de atividades especializadas e não de habilidades. Assim, prevalece para o grupo dos serventes uma dificuldade de capacitação técnica, de instabilidade e precariedade generalizada. Não se alteram as condições de insegurança as quais esses profissionais estão submetidos, questões já presentes nas análises de Vargas e Morice expostas antes.²⁴⁸

Não por um acaso, no Brasil, a construção civil é o setor com a maior taxa de rotatividade de trabalhadores.²⁴⁹ A informalidade e a instabilidade dos vínculos de trabalho, contudo, não se restringem aos serventes. Essas são questões que fazem parte da realidade dos trabalhadores da construção do país como um todo. Como exemplo dessa condição, em 2019, 61,8% deles estavam empregados no

já os pedreiros R\$1.807,04 e mestres de obras, encarregados ou supervisores da construção R\$3.248,26. (SALÁRIO, Construção Civil – Salários 2022, Tabela Salarial, Quanto Ganha a Categoria, 2022, on-line).

²⁴⁵ Morice, contudo, explica que são desenvolvidas algumas habilidades próprias aos serventes, o que trata por “conjunto de saberes específicos”. Dentre elas, “aliviar a carga física, de regatear o preço das empreitadas, de fingir atender vários oficiais para atender ninguém, ou, ainda, uma aptidão particular para burlar a divisão social e assim entrar num processo de aprendizagem” (MORICE, Os “peões” da construção civil em João Pessoa, 1992, p.36).

²⁴⁶ DURAN, *Contra condutas: Por trás do tapume*, 2017, p.42.

²⁴⁷ BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

²⁴⁸ VARGAS, *Tendências de mudança na indústria da construção*, 1992. MORICE, Os “peões” da construção civil em João Pessoa, 1992.

²⁴⁹ MAMARI, *Turnover na construção civil: uma análise de fatores que levam a alta rotatividade de funcionários*, 2017.

setor privado sem carteira de trabalho ou ainda ocupados por conta própria sem contribuição de Previdência Social.

No geral, a permanência na construção civil é também de curta duração. Em 2018, aproximadamente metade das pessoas tinha menos de um ano de vinculação ao setor. Não estranha, no entanto, que a formalização de vínculos seja feita predominantemente por pequenas ou microempresas do setor,²⁵⁰ provavelmente situação derivada da prática de terceirização recorrente às grandes empresas. Já no período de vigência do PMCMV, indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Previdência Social – sintetizados pelo 14º Congresso da Construção (Construbusiness de 2021) – demonstraram que, em 2014, do total de 12,2 milhões de trabalhadores da construção menos da metade contava com carteira assinada. Números que apresentaram decréscimo em 2018, em que passaram a constar 10,4 milhões de pessoas ocupadas e delas apenas 4,9 milhões com carteira assinada.

Também apresentou disparidade o desenvolvimento do PIB diante dos salários pagos. No período de 2007 a 2021 enquanto o PIB adicionado por trabalhador, ou seja, sua produtividade, cresceu 0,6% ao ano, a remuneração média de sua força de trabalho não passou de 0,2%. Especificamente para as construtoras, os 3,3% de aumento da produtividade que ocorreram entre 2007 e 2014 foram atribuídos ao aumento na escala de operações conseguido pela utilização de máquinas e equipamentos e não por força de trabalho.²⁵¹ Mas vale acrescentar que mesmo havendo emprego de técnicas pré-fabricadas e de alguma inserção de máquinas mais sofisticadas no canteiro, como constatei nos canteiros visitados durante o mestrado, a mão de obra da construção civil permaneceu predominantemente masculina. Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2018 – sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) em 2020 – os homens eram mais de 90% do total de empregados e quase um terço deles compreendia faixa etária entre 30 e 39 anos. Já as mulheres, no geral, ocupavam cargos administrativos, o que parece ser o motivo da remuneração média delas ser ligeiramente superior à dos homens: R\$2.271,32 contra R\$2.164,32, respectivamente. No setor de edificações, confirmando a absorção de um perfil de trabalhadores pouco qualificado, o grau

²⁵⁰ DIEESE, *A construção civil e os trabalhadores: panorama dos anos recentes*, 2020, on-line.

²⁵¹ FIESP, *A cadeia produtiva da construção acelerando a retomada brasileira pós-pandemia*, 2021, on-line.

de instrução daqueles com vínculos formais é o mais baixo de toda a construção civil. Dentre eles, 38,3% possuem Ensino Médio completo; 27,9% Ensino Fundamental incompleto; e 17,1% Ensino Fundamental completo, nessa ordem, em oposição à 47,3%, 21,3% e 15,1% do setor como um todo.²⁵²

No contexto do PMCMV, a estrutura ambivalente, alcançada, por um lado, com avançados sistemas de controle e padronização da produção, e por outro, com a manutenção do uso predominante de mão de obra desqualificada, característica da manufatura convencional da construção, garantiu lucro às empresas por meio da absoluta submissão do trabalhado e do aumento da produtividade. Confirmando a permanência de sua natureza trabalho-intensiva, a precarização e a violência do trabalhado nesses canteiros chegavam a ser tão amargamente expressivas que foram identificadas por diferentes autores como atividades análogas à escrava.²⁵³ Nesse sentido, Shimbo revela:

No "trabalho direto no canteiro", há uma continuidade da produção manufatureira, com pouca mecanização e emprego abundante de mão de obra (por meio da contratação das subempreitadas — prática corrente na construção civil), *baseada ainda em forte exploração do trabalho, alcançando, em alguns casos, o extremo de práticas que exploram mão de obra análoga à escrava*. Ao mesmo tempo, há elementos bastante sofisticados, que envolvem saberes especializados e grau elevado de industrialização, tais como a padronização da produção (com seus projetos executivos muito bem detalhados), o uso de grandes equipamentos de transporte de materiais e procedimentos de pré-fabricação de componentes.²⁵⁴

Já a pesquisa da jornalista Sabrina Duran expõe que a MRV, uma das construtoras que se tornou S.A no início dos anos 2000, e atuou expressivamente no PMCMV, constou na *lista suja do trabalho escravo*.²⁵⁵ A autora aponta que a empresa foi flagrada submetendo seus trabalhadores a situações análogas à escravidão em

²⁵² DIEESE, *A construção civil e os trabalhadores: panorama dos anos recentes*, 2020, on-line.

²⁵³ SHIMBO, *Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil*, 2016. DURAN, *Contra condutas: Por trás do tapume*, 2017. Segundo estabelece o artigo 149 do Código Penal são quatro os aspectos que fazem da condição do trabalhador análoga à escrava: (1) submissão a trabalhos forçados; (2) expedientes exaustivos; (3) condições degradantes de trabalho, ou seja, atividades que violam direitos básicos; (4) restrição de sua locomoção por dívidas contraídas ilegalmente com o próprio empregador.

²⁵⁴ SHIMBO, *Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil*, 2016, p.127.

²⁵⁵ DURAN, *Contra condutas: Por trás do tapume*, 2017.

cinco diferentes momentos. Tráfico de pessoas; jornadas exaustivas de trabalho; servidão por dívida de transporte, alimentação e hospedagem; condições degradantes em vários aspectos, são algumas das muitas mazelas as quais 118 trabalhadores estavam obrigados aos canteiros da empresa²⁵⁶. Segundo reportagem, o empreendimento dispunha de placas que confirmavam se tratar de obra com "recursos da Caixa Econômica Federal, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida".²⁵⁷

Baravelli, por sua vez, incentiva que a identificação de trabalho análogo ao escravo nesses canteiros não seja compreendida como uma falha dos sistemas de gestão da qualidade. Pelo contrário, ele afirma que a acentuação dos mecanismos de controle da produção desenvolvidos nesse contexto, a partir de "uma estratégia de competição baseada na supressão de direitos", funcionava de maneira aumentar a produtividade,²⁵⁸ confirmando o sucesso desses instrumentos diante de sua intenção mais primordial: a da acumulação de capital.

Essa condição de tamanhas precariedade e subordinação parece ser a tal "ruptura mais funda" a qual Ferro se refere numa possível transformação do canteiro da manufatura em indústria.²⁵⁹ Assim, se consideramos a situação à qual estão submetidos esses trabalhadores, entendendo a importância da tecnologia – construtiva e de gerenciamento – empregada para abrangente racionalização da produção habitacional, é muito razoável concordar com a explicação de Baravelli e interpretar os canteiros do PMCMV pelos moldes da indústria.

O controle estabelecido pelo gerenciamento resultou aí na precarização e na expropriação completa do operário pelos procedimentos impostos por seus mecanismos de acumulação flexível. Dessa maneira, "o trabalho deixa de ser subsidiado pelo conhecimento do operário e passa a ser dominado por estratégias de administração".²⁶⁰ E tal como alerta Ferro, a industrialização não se restringe apenas à introdução de máquinas nos canteiros, mas especialmente à gestão e ao controle do processo de trabalho. O saber-fazer e o resquício de autonomia, ainda que incompleta, que caberiam ao operário da manufatura orgânica, estavam,

²⁵⁶ Dentre o total de trabalhadores, 108 contratados pela MRV e 10 terceirizados.

²⁵⁷ OJEDA, Pela quinta vez, fiscais apontam trabalho escravo em obra da MRV, 2014, on-line.

²⁵⁸ BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014, p.214.

²⁵⁹ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.113.

²⁶⁰ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015, p. 26.

nesse novo arranjo de produção, ainda mais submetidos ao capital. Tal cenário parece então dar conta das limitações de controle expostas antes nas explicações de Vargas e Ferro. Também é possível assumir que, a partir da disseminação de um processo mais amplo de financeirização da produção habitacional e urbana,²⁶¹ ocorreu uma reestruturação intensa dos canteiros de obras produtores da moradia de interesse social hegemônica, que agora operam muito afastados das condições dos anos 1980 enunciadas por Farah, em que:

A apropriação do saber fazer pelo capital e seu desdobramento sob a forma de prescrição de modos operatórios é na verdade, algo pouco desenvolvido na atividade de construção. Constata-se, em primeiro lugar, uma reduzida influência da normalização técnica sobre o processo produtivo. Por um lado, pelo desenvolvimento ainda hoje relativamente incipiente de normas técnicas de construção, sobretudo de normas de execução. Em segundo lugar, pela tendência generalizada de não incorporação das normas existentes pela atividade produtiva.²⁶²

Nessa nova organização industrial-manufatureira, cabiam sofisticados instrumentos de racionalização — contidos em sistemas construtivos pré-fabricados, prescrições, treinamentos etc. — sem, contudo, que se abandonasse sua qualidade trabalho-intensiva. Portanto, mais do que promover a incorporação de técnicas construtivas responsáveis ambientalmente ou com pressupostos de melhorias para os operários, como são recorrentes nos discursos das empresas dessa produção,²⁶³ a racionalização construtiva obtida nesse arranjo deve ser entendida como uma estratégia de aumento da produtividade da construção. Ademais, funciona como uma ferramenta indispensável ao capital para submissão de seu trabalhador, condicionando-o à divisão de tarefas, à padronização, até mesmo à supressão de gestos e ao controle do tempo de execução das atividades. São feitas novas abordagens das já conhecidas estratégias para a manutenção e aprofundamento da acumulação capitalista pela extração de mais-valor. Logo, na produção de interesse social hegemônica do PMCMV a subsunção real do trabalhador, diferente daquela descrita por Marx, fez-se não pela fábrica automática, mas por meio de uma tecnologia organizacional que ampliou o

²⁶¹ SHIMBO, *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*, 2020.

²⁶² FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.84.

²⁶³ MASCARENHAS, *Fragments do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*, 2015.

controle sobre os trabalhadores e mutuamente a produtividade dos canteiros de obras.

Consequência de diversos mecanismos financeiros e regulatórios dispostos pelo Estado que elegeu a CEF como agente operador do Programa, instância definidora desde os parâmetros técnicos, passando pelo cadastro de beneficiários até o repasse final dos recursos — e que dá condição de atuação dominante do mercado privado, livre dos grandes riscos da incorporação — com efeitos na irrestrita e predatória ação das construtoras frente a produção da moradia-mercadoria — os conjuntos habitacionais do PMCMV são comumente identificados por uma série de características negativas. Dentre elas: a escala exagerada (muitas unidades habitacionais por empreendimento); a inserção na não-cidade (localizações distantes dos trabalhos dos moradores e do acesso aos serviços, ausência de equipamentos públicos e mesoestrutura urbana); os produtos resultados em unidades habitacionais mínimas e inflexíveis; além da presença do tráfico de drogas; a inadimplência no financiamento, derivada de gastos com taxas de água, luz e condomínio; e a insegurança de seus moradores, seja pela localização, seja pela inadequação do modelo condominial à organização original do grupo.²⁶⁴ Nesse sentido, Shimbo explica: “as fontes principais do lucro são a larga escala de produção e, conseqüentemente, de vendas, e a busca pela redução de custos que, por sua vez, são diluídos na própria escala”.²⁶⁵ Afinal, a produção de interesse social hegemônica no Brasil, mesmo que orientada aos pobres, da mesma maneira que já demonstrado antes pelo caso do BNH, é mobilizada num processo de valorização do capital. Mas a partir do que colocam Shimbo e Baravelli esse ganho de escala não está atrelado a uma industrialização por meio de grande mecanização dos canteiros de obras, como pressupõem os preceitos fordistas, mas sim por mecanismos de ampliação da gestão sobre os aspectos financeiros e sobre a produção do canteiro.²⁶⁶

Apesar de residirem em unidades habitacionais iguais — sem qualquer possibilidade de expansão ou adequação à diferentes composições familiares —, os beneficiários dessas políticas públicas são obviamente diversos. Nos

²⁶⁴ NASCIMENTO et al., *Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2015.

²⁶⁵ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010, p.338.

²⁶⁶ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010; *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*, 2020. BARAVELLI, *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*, 2014.

empreendimentos do PMCMV da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, são mais expressivas as composições familiares acima e abaixo do modelo genérico de quatro pessoas por unidade, como levantado pela pesquisa realizada pelo Grupo Práxis da UFMG.²⁶⁷ Independente disso, todas as famílias atendidas pelo PMCMV acabam por residir uniformemente em apartamentos de em média 40m². Nesse sentido, a variedade tipológica das unidades poderia até mesmo representar alguma economia às empresas se, por exemplo, produzidas moradias menores para famílias de até três pessoas. Contudo, as estratégias de reprodução do modelo arquitetônico e construtivo servem mais à “padronização dos procedimentos de execução e das atividades dos canteiros” do que a essa pequena economia de custos conseguida com a diminuição de áreas construídas.²⁶⁸ Cabe também dizer que às famílias compete apenas a denominação ‘usuários’, uma vez que estão excluídos de qualquer decisão no decorrer da produção, restringindo-se ao recebimento das chaves ao final do processo.

O projeto padronizado e repetitivo desses conjuntos reflete um produto do trabalho do arquiteto que é tão alienado quanto o do peão da construção civil. É um fato que a condição da fragmentação entre trabalho de concepção e de execução ainda é perpetuada no ensino de Arquitetura e Urbanismo em nosso país. Arquitetos, no geral, têm como resultado do seu trabalho o projeto e não a construção. Somos programados para encerrar nossas atividades em desenhos e modelos em diferentes escalas e formatos – pranchas, maquetes, imagens realistas etc. – mas não necessariamente em obras. Infelizmente, o ensino de projeto na maioria dos cursos de arquitetura do país não se distancia dessa condição.²⁶⁹ Nosso ensino é resultado e também instrumento desse longínquo apartamento entre o desenho e

²⁶⁷ Considerando a média de dois dos conjuntos pesquisados pelo Grupo Práxis – o Palmeiras II, em Betim e o Alterosa, em Ribeirão das Neves – constata-se que em 45,5% das unidades habitacionais vivem até 3 pessoas, já em 30%, quase 1/3 do total, vivem entre 5 e 9 pessoas, enquanto em menor proporção, correspondendo à apenas 24,5% das unidades, vivem 4 pessoas. (NASCIMENTO et al., Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2015).

²⁶⁸ SHIMBO, *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, 2010, p.234.

²⁶⁹ É preciso, contudo, evidenciar o esforço de diversos cursos de arquitetura comprometidos com a discussão e com as tentativas de aproximação dos discentes da produção da construção civil, a exemplo da introdução de canteiros experimentais e de eventos como o Encontro Nacional de Ensino de Estruturas em Escolas de Arquitetura (ENEEEA).

o canteiro,²⁷⁰ ou entre aquilo que é projetado e aquilo que é efetivamente construído. Há uma evidente ênfase num determinado tipo de ensino de projeto, muito afastado da experimentação construtiva e da análise crítica dos desdobramentos dessa prática profissional. Entendo que enquanto professores deveríamos perseguir tanto o ensino de 'como fazer' quanto 'do que fazer', mas estamos muito distantes dessa condição. Nesse mesmo sentido, Duran evidencia: "Um traço no papel é apenas um traço, mas sua materialização no canteiro pode significar sacrifícios físicos para os trabalhadores incumbidos de tornar esse traço bidimensional e em escala hiper-reduzida em uma estrutura tridimensional tão grande quanto um estádio, um aeroporto ou uma barragem".²⁷¹

Os técnicos, sejam eles arquitetos ou engenheiros, de fato, pouco refletem sobre as duras consequências dos traços e códigos abstratos que produzem no projeto. Mas, muito distante da condição exposta por Ferro acerca das determinações de Brunelleschi sobre o canteiro da obra do Duomo de Florença,²⁷² na conjuntura da produção da moradia de interesse social hegemônica consolidada no PMCMV, são também os arquitetos atores subjugados. Completamente submetidos às imposições de uma rígida estrutura organizacional burocrática – determinada por aqueles que operam os recursos políticos e, principalmente, econômicos – ao trabalho dos arquitetos, muitas vezes, não cabe mais do que a tarefa de adequar um projeto pré-concebido à planilha orçamentária e ao terreno de um novo empreendimento.²⁷³ O desenho que surge daí é reflexo da dependência, da

²⁷⁰ Debate aprofundado em: FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006; *A construção do desenho clássico*, 2021.

²⁷¹ DURAN, *Contra condutas: Por trás do tapume*, 2017, P.57.

²⁷² O processo de divisão entre saber e fazer tem como caso *alegórico* inaugural a construção da cúpula da Igreja de *Santa Maria del Fiore* (1420-1436), o Duomo de Florença, no século XV, fim do período gótico, em que Ferro aponta Filippo Brunelleschi (1377-1446), seu arquiteto, como exemplo de uma reestruturação precursora do processo construtivo artesanal para a manufatura. Segundo o autor, houve nessa construção o estabelecimento de nova relação de produção baseada na divisão entre a concepção e a execução. Os trabalhadores, que antes eram autônomos em relação aos seus ofícios e assimilavam a construção como um todo, ao requisitarem melhores condições de trabalho e melhorias salariais, teriam sido substituídos e posteriormente submetidos à uma linguagem arquitetônica estranha. Para conseguir estabelecer uma relação de subordinação Brunelleschi teria alterado o desenho até então apreendido pelos operários, e recorrido às ordens clássicas da Renascença. Essa nova representação "que não era mais a linguagem dos operários que estavam ali" teria sido articulação necessária para distanciá-los da compreensão do objeto e desmobilizá-los de suas demandas. O desenho, portanto, parece ter sido imposto como uma ferramenta perversa, pois deu condição a submissão dos trabalhadores. (FERRO, *Conversa com Sérgio Ferro*, 2002, p.14).

²⁷³ Convém dizer que para facilitar a adequação de um projeto padrão à diferentes situações e contextos, geralmente se recorre à lógica de planificação dos terrenos para implantação dos empreendimentos. Ao desprezar as características físico-geológicas, a solução por

padronização, da sempre mesma homogeneidade. Para seus produtores – desenhistas e construtores – se estende a máxima *dominados da classe dominante*.²⁷⁴ Contudo, é necessária uma ressalva. Independente de os arquitetos se portarem como meros reprodutores de projetos (pré)determinados pela lógica de racionalização das construtoras, seu trabalho não deixa de ser produtivo no sentido exposto por Ferro. Nos termos do autor: “é por isso que os arquitetos que o quiserem podem exibir o título de trabalhadores produtivos, se lhes agrada (trabalhadores produtivos no sentido da economia política do capital, é evidente)”.²⁷⁵ Em outras palavras, trabalho produtivo significa nada mais do que aquilo que dá lucro ao capital, ou seja, aumenta riqueza, e no contexto do PMCMV o desenho de arquitetura não deixou de ser instrumento de perpetuação da extração de mais-valor nos canteiros de obras. Dessa maneira, arquitetos são mediadores dessa condição.

E ainda que a segurança da posse, supostamente garantida pelo paradigma da casa própria, seja apontada por muitos dos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV como um fator positivo,²⁷⁶ o programa também precisaria responder a outros interesses. A necessidade de emprego e renda; a garantia de segurança da família; o acesso aos serviços básicos; e a manutenção das relações sociais conquistadas no bojo de sua comunidade, são algumas das muitas questões que uma política pública de habitação de interesse social deveria dar conta de suprir. Caso contrário, mesmo atendendo a condições mínimas de habitabilidade, a moradia se mostra insuficiente, vazia de valor prático. Ao não respeitar necessidades básicas, os programas da produção de interesse social hegemônica geram mais problemas do que soluções aos seus moradores, afinal, afirmam seu valor de troca independentemente do valor de uso. Os conflitos sociais tão comuns a esses conjuntos são também consequência da completa distância entre aquilo que as famílias precisam e aquilo que o poder público (e construtoras) ofertam. Diante dessa enorme lacuna, a evasão das famílias desses empreendimentos e o retorno aos assentamentos informais se mostra muitas vezes como a única solução. Situação que se revela nesse relato sobre conjuntos

movimentação de grandes quantidades de terra não se mostra onerosa apenas financeiramente como também e, sobretudo, ambientalmente danosa. Dentre os prejuízos é possível citar a interrupção do percurso natural das águas com significativa disfunção do ciclo hidrológico.

²⁷⁴ KAPP, Experiências em AT e suas questões, 2014.

²⁷⁵ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.108.

²⁷⁶ NASCIMENTO et al., Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2015.

do PMCMV de BH: "ex-moradores de favelas que foram convencidos de que morar num prédio de apartamentos da URBEL seria melhor ou mais 'certo', agora querem retornar. Eles dizem que perderam privacidade e liberdade, que a convivência com os vizinhos se tornou mais difícil e que aumentou o poder do tráfico de drogas sobre os moradores".²⁷⁷

É nesse sentido que diferentes autores avaliam que,²⁷⁸ junto com a segurança da posse, a localização é um dos principais elementos para garantia de condições dignas aos mais pobres. O que perpassa desde os imigrantes pobres do Peru até os trabalhadores informais, com renda inconstante, do Brasil:

A localização, em termos de proximidade com as fontes de subsistência - e o apoio de amigos da família - é, portanto, a consideração mais importante para os imigrantes pobres, mas cheia de ilusões; mais importante que a segurança - em termos de estadia residencial - e muito mais importante que a qualidade do seu abrigo ou a "modernidade" do seu alojamento.²⁷⁹

Apenas a proximidade imediata das oportunidades eventuais de trabalho, sem dispêndio de tempo e dinheiro na locomoção, viabiliza a sobrevivência dessas pessoas possibilitam que elas alcancem alguma melhoria em sua condição de vida.²⁸⁰

Muito distante de privilegiar localizações que deem acesso aos serviços básicos e à proximidade ao trabalho de seus beneficiários, os conjuntos da produção de interesse social hegemônica têm na indisponibilidade da terra pelo Estado seu maior problema. Como aponta a história de crescimento econômico do país, orientada pela lucrativa reprodução de grandes conjuntos habitacionais segregados do tecido urbano, a produção empresarial impõe uma lógica de morar diversa e, portanto, ineficiente, às reais expectativas e necessidades de seu

²⁷⁷ KAPP & BALTAZAR, *Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City*, 2012, p.253 [tradução minha].

²⁷⁸ KAPP et al., *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação*, 2005. TURNER, *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda*, 2018.

²⁷⁹ Turner considera que os aspectos da moradia variam de acordo com a posição de classe que ocupam essas famílias. Para os mais pobres, a localização é o que mais importa, para aqueles que conseguem arcar com o transporte, a segurança ou garantia de posse passa a ser prioridade, por fim, aos que já têm alguma estabilidade financeira, os aspectos de conforto e recursos da propriedade passam a ter mais relevância (TURNER, *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda*, 2018, p.83)

²⁸⁰ KAPP et al., *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação*, 2005, p.39.

público. Dessa maneira, ainda que essas políticas atendessem numericamente à demanda por moradias, o déficit habitacional persistiria. Sobre essa inadequação, os técnicos da CEF revelam que “é preciso “ensinar” as pessoas a viver em apartamentos e em condomínio, na medida em que entendem ser necessário padronizar o comportamento, o modo de morar e a vida cotidiana das pessoas”.²⁸¹

Em síntese, a produção de interesse social hegemônica sintetizada na atuação do PMCMV é definida pela exclusão das famílias beneficiárias nas decisões do processo; por arranjos construtivos ainda mais heterônomos, fragmentados e desqualificadores; pela inflexibilidade arquitetônica, decorrente do uso restrito de sistemas construtivos empregados para atender à lógica de maior gerenciamento e produtividade antes de se ater à qualidade construtiva ou espacial dos projetos; pela imposição da localização periférica; e por grande impacto ambiental em toda a sua cadeia produtiva fundada na utilização de insumos cimentícios. Esses são, dentre outros efeitos nocivos, inerentes aos processos engendrados pelo capital com respaldo do Estado.

Via de regra, a política pública habitacional impõe soluções genéricas, rígidas em espaço, construção e processos construtivos. Sendo possível identificar aí tanto a inadequação de seus produtos em relação à demanda de seu público-alvo quanto dos processos adotados no planejamento e na gestão necessária para sua viabilização que recaem na absoluta precarização do trabalhador. Parece, portanto, relevante e ainda atual a descrição feita por Ferro da “habitação ‘popular’ (operária) em país subdesenvolvido realizada por promoção estatal”, que a caracteriza como: “instrumento manipulado para a divisão do operariado, para seu endividamento encarcerador, para a recuperação de áreas valorizadas – sua ridícula quantidade e sua qualidade nula não permitindo ilusões quanto a funções mais dignas. O interesse do sistema volta a ser aqui dirigido para o baixo valor unitário”.²⁸²

Mas após 2014, diante um cenário de recessão econômica e de crise política que acompanhou o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, houve um declínio considerável no número de contratações do PMCMV, que foi também seguido por queda vertiginosa do PIB da construção civil que sofreu contínua retração até

²⁸¹ NASCIMENTO et al., Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2015, p.214.

²⁸² FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p.139-140.

2018.²⁸³ Também em 2018 ocorreu um aumento de obras autoproduzidas em detrimento daquelas realizadas por construtoras e incorporadoras, quando comparados com os valores de 2014.²⁸⁴ Segundo relatório do 13º Congresso Brasileiro da Construção: "Estima-se que o faturamento com as obras e serviços realizados por autoconstrução, autogestão e reformas alcançou R\$293,7 bilhões em 2018 (valores a preços de 2017). O segmento representou 51,3% do valor total de investimentos em construção no país nesse ano. Isso causa apreensão porque *revela um crescimento muito forte da informalidade durante a recessão*".²⁸⁵

Enquanto que após a ascensão da direita radical, conservadora e ultraliberal, com a posse da presidência por Jair Bolsonaro (2019-2022), o Ministério das Cidades foi imediatamente extinto.²⁸⁶ Ademais, ainda em 2019 foram também paralisadas as atividades de contratação da Faixa 1 e da modalidade Entidades do PMCMV e comprometido o andamento de muitas de suas obras por falta de constância no repasse dos recursos. Mas o encerramento do PMCMV só se deu oficialmente com a criação, e conseqüente substituição, em agosto de 2020, de novo programa de provisão habitacional, o Casa Verde e Amarela (PCVA).²⁸⁷ Ainda sem qualquer produção, o PCVA, alinhado aos pressupostos nefastos da atual gestão federal, mesmo propondo inovações como programas de melhorias habitacionais e regularização fundiária,²⁸⁸ não causou qualquer expectativa positiva. Pelo contrário, esse novo programa parece não priorizar subsídio para a população de baixa renda, e ainda mais distante, muito menos para uma modalidade autogestionária, pois interrompe novas contratações pelo Entidades.²⁸⁹ Esse

²⁸³ Palestra "A cadeia produtiva da construção civil no capitalismo brasileiro" proferida em 29 de maio de 2021 por Lucia Shimbo no Curso de Construção Agroecológica: canteiro autogestionário na Escola Popular Rosa Luxemburgo [informação verbal].

²⁸⁴ A partir de estimativas e projeções realizadas pela evolução de empregos, salários e empregos com fonte do IBGE (FIESP, *Obras paradas: desperdício de recursos e futuro*, 2019).

²⁸⁵ *Ibidem*, p.46.

²⁸⁶ O fim do Ministério das Cidades ocorre em janeiro de 2019 e parte de suas atribuições são agregadas ao novo Ministério do Desenvolvimento Regional.

²⁸⁷ A partir da Medida Provisória (MP) 996/2020 aprovada em dezembro de 2020 e posteriormente de Lei 14.118/21 sancionada em 12 de janeiro de 2021.

²⁸⁸ GT HABITAÇÃO E CIDADE, Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal, 2020, on-line.

²⁸⁹ O PCVA conta com três faixas de atendimento: (1) famílias com renda até R\$2.000,00; (2) entre R\$2.000,00 e R\$4.000,00; (3) e entre R\$4.000,00 e R\$7mil. Desses, "Somente aqueles com renda até R\$4.000,00 em área urbana e com renda anual de até R\$48 mil na área rural poderão contar com ajuda extra da União para adequar as parcelas ao orçamento familiar". Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/721165-programa-casa-verde-e-amarela-ja-esta-em-vigor/>

cenário, acrescido pela crise decorrente da pandemia de coronavírus (desde 2020) e de constantes ameaças feitas pelo atual governo à Constituição, sugere aprofundamento de problemas sociais com efeitos nocivos, e talvez irreversíveis, entre os mais pobres.

Sob um discurso incoerente, fundamentado no apelo exclusivo a questões quantitativas, seria necessária uma reordenação da produção de interesse social hegemônica exposta aqui. Caberia, portanto, num cenário ideal, políticas públicas habitacionais que se direcionassem menos ao *quanto* fazer e mais ao *onde, como* e *para quem* fazer. É movida por esse entendimento que buscarei identificar (qualitativamente) em que medida a produção de moradias por autogestão se distingue desse problemático modelo de interesse social hegemônico. Afinal, derivada da organicidade e da autonomia com que muitas das famílias desprovidas ocupam e gerem o espaço autoproduzido, a moradia deveria ser compreendida como algo maior do que um simples abrigo projetado para famílias despersonalizadas.

É a partir de uma conjuntura da produção de interesse social hegemônica desqualificadora, heterônoma e miserável, que fere tanto aos seus produtores operários quanto aos seus moradores, que entendo ser importante avaliar não apenas o produto, mas, particularmente, a organização dos demais tipos de produção de moradias dos pobres no país. As descrições postas ao longo desta seção 2.1, embora sejam longas, servem, de baliza à avaliação das possibilidades e dos limites de *outros canteiros* formatados pela produção autogestionária, a ser descrita mais adiante, e também como referência histórica a uma realidade ampliada das práticas autoprodutoras de moradia, cuja a caracterização é esboçada a seguir.

2.2 Autoprodução marginal(izada)

na periferia, a gente precisa muito mais de advogado que de arquitetos. As nossas casas já são construídas, desde sempre, sem o auxílio desse profissional. E uma coisa que eu costumo falar é que esses profissionais, chegando nas comunidades, precisam ter clareza disso. Que são bem vindos, mas não são essenciais.¹

É com a fala de Luciana da Cruz [Luhh Dandara], moradora da Comunidade Dandara,² uma das mais emblemáticas ocupações urbanas de BH, que abro esse capítulo. A ideia de expô-la aqui não é a de desqualificar o trabalho do arquiteto e acredito que nem tenha sido a intenção de sua autora. Mas quero a partir dela explicitar que comunidades de assentamentos informais de todo tipo não veem a figura do arquiteto, pelo menos não a do arquiteto "de projeto", como necessária. Contudo, é preciso esclarecer que, de maneira incontestável, arquitetos e urbanistas têm apoiado e contribuído historicamente com movimentos sociais, comunidades de ocupações, aglomerados, vilas e favelas, e outras populações em situações de vulnerabilidade social, não limitando sua atuação à elaboração de planos urbanísticos ou de projetos arquitetônicos. Ao contrário, o trabalho do arquiteto, seja ele por assessoria técnica, pesquisa, atuação militante, consultoria ou mesmo como parte do corpo técnico do poder público, mostra-se relevante e necessário para ampliação de brechas em benefício de classes despossuídas. Mas a provocação me parece pertinente diante da verificação da realidade brasileira formatada por presença constante e expandida de assentamentos precarizados das cidades brasileiras e latino-americanas. Afinal, como Luhh muito bem menciona, a autoprodução de moradias é prática recorrente da periferia urbana, o que me parece tratar-se de algo próximo do que Maricato denomina *arquitetura possível*.³

Esclareço que a trato de autoprodução *marginal(izada)*, pelo fato de que o conceito ao mesmo tempo sintetiza a produção à margem, aquela que geralmente consta como limítrofe, retrato das periferias; e aquela que opera fora da lei, afinal, não obedece às regulações e parâmetros impostos pela produção de interesse social hegemônica. De tal maneira, é imperativo compreender que autoprodução não é

¹ CRUZ, Ocupação é uma Luta Feminista, [2019] 2020, p.238.

² Luhh também faz parte do Grupo Arquitetura na Periferia e é responsável pela fundação dos espaços "Aura da Luta" e "Cursinho Popular Dandara".

³ MARICATO, Autoconstrução, a arquitetura possível, [1976] 1982.

apenas marginal (periférica e desobediente dos instrumentos regulatórios), mas igualmente *marginalizada* pelo ideário da formalidade. Isto é, aquela que sofre e sintetiza em seus territórios um contínuo processo social, econômico e político de exclusão de seus indivíduos. Situação derivada da insuficiência quantitativa e qualitativa das políticas públicas habitacionais, que são, contraditoriamente, também aquelas que condicionam a autoprodução à classificação de marginalidade em suas múltiplas compreensões.

A despeito da ineficácia da produção de interesse social hegemônica, a autoprodução é por extensão dominante. Só no Brasil se estima que cerca de 70% das moradias sejam autoproduzidas, conjuntura que não escapa ao restante da América Latina.⁴ De acordo com Kapp e Cardoso, na autoprodução “os moradores gerem os recursos e tomam as decisões sobre os espaços, com pouco ou nenhum acesso a informações, suporte técnico, financiamento e intervenção do poder público”.⁵ A autoprodução, campo que incorpora também a autoconstrução, apesar de não ser exclusiva da população carente, é o exemplo mais expressivo das práticas construtivas artesanais e autônomas daqueles que contam com poucos recursos.⁶ A autoprodução espontânea ou informal é responsável por conformar ocupações urbanas, vilas, favelas e também assentamentos precários em diferentes escalas.⁷ A partir dessas colocações busco aqui sintetizar algumas compreensões acerca da autoprodução e, especialmente, da autoconstrução. Isso, contudo, sem passar por uma cronologia da formação das favelas brasileiras.

2.2.1. Valor de uso e sobretrabalho

A ineficácia das políticas públicas em habitação de interesse social se dá, da maneira como exposto no capítulo anterior, por diferentes razões. Importa evidenciar, que o déficit habitacional não será suprido a partir da construção de moradia qualquer, portanto considerá-la apenas a partir dessa finalidade é por si só um equívoco. Um erro que persiste ao longo de nossa história não por acaso, afinal, como aponto antes, essa habitação pode até não atender ao seu público,

⁴ “Na América Latina e no Caribe, 30% dos habitantes vivem em ‘assentamentos informais’” (FREIRE-MEDEIROS & NAME, Epistemologia da laje, 2019, p.157).

⁵ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S., 2013, p.104.

⁶ A distinção entre ambas é que na autoconstrução o usuário constrói efetivamente a habitação, isto é, com as próprias mãos, muitas vezes com auxílio da mão de obra de amigos e familiares.

⁷ Diferente da autoprodução informal, a autogestão com mutirão conta com assessoria técnica e outros recursos.

mas atende ao seu efetivo objetivo, o de manutenção da economia por meio das indústrias produtoras de insumos e da incorporação de mão de obra barata e controlável. Sobre a insuficiência das políticas de habitação e seu direcionamento não apenas econômico, mas também validador das estratégias do governo, Oliveira bem expõe:

A primeira coisa a notar (e isso vocês sabem de sobra) é que nunca houve política pública sistemática que atacasse o problema da habitação, salvo na ditadura militar, o que é paradoxal. Por duas necessidades: a primeira, uma necessidade exatamente de ocupar mão-de-obra, pois *se tratava de uma estratégia de emprego, e não de habitação*; a segunda, uma estratégia de legitimação do regime. A casa popular, segundo os marqueteiros, é o sonho de todos os brasileiros, então vamos lhes dar sonhos na forma de casas.⁸

Orientada, sobretudo, pelo valor de uso, mas não impossibilitada de gerar comercialização de seus produtos, a autoprodução está, muitas vezes, vinculada à ocupação de áreas ilegais. Adicionada à essa situação, no geral, os capitais e o Estado fazem ecoar que a falta de suporte técnico e/ou de mão de obra especializada seria um dos aspectos mais problemáticos dessa produção. O senso comum também trata essas comunidades a partir de seus próprios pressupostos e as julgam como se houvesse alternativas, ou seja, como se pudessem escolher outro local para morar que não as áreas não usurpadas pelo capital. A algo tão recorrente ou “normal” ao cenário urbano brasileiro parece um tanto contraditória e até mesmo perversa a classificação corrente de *aglomerado subnormal*.⁹ Diante desse cenário, ainda que majoritária, são comumente atribuídas à autoprodução representações generalizantes de toda a precariedade e de toda a pobreza. No entanto, não quero insinuar que não existam problemas nesses assentamentos. É incontestável que muitos deles, se não a maioria, convivem com a insalubridade, a insegurança construtiva, a ausência de mesoestrutura básica, as deficiências no funcionamento e na distribuição espacial, a má gestão de recursos financeiros e a ausência de racionalização material, sem mencionar os conflitos e as mazelas sociais.¹⁰

⁸ OLIVEIRA, O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006, p.71.

⁹ Aglomerado subnormal é a denominação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para tratar genericamente os assentamentos autoproduzidos informalmente.

¹⁰ Maricato aponta, dentre outras questões, as doenças pulmonares e a contaminação de lençóis freáticos (que contribuiriam com a elevação da mortalidade infantil), como parte do problema da

Ademais, o sociólogo Chico de Oliveira, a partir de crítica formulada originalmente em 1972,¹¹ denuncia que o caso particular da autoconstrução, expresso nos mutirões empreendidos nas horas vagas, incorre em sobretrabalho e ecoa num rebaixamento generalizado do custo de reprodução da força de trabalho. Em sua explicação, o autor sustenta que a habitação autoconstruída resultaria de “trabalho não pago, isto é, supertrabalho [...] uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de 'economia natural' dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho”.¹² Nessa formulação, a casa autoconstruída, confundida com o próprio mutirão, sendo realizada por mão de obra não remunerada, deixaria de constar na “cesta básica” dos itens necessários à subsistência dos trabalhadores que, por sua vez, determinariam o valor do salário mínimo. Isto é, a partir dessa prática, o item ‘habitação’ seria excluído dos custos necessários à reprodução dos trabalhadores, tendo ao mesmo tempo como resultado o rebaixamento salarial e o aumento da acumulação capitalista industrial.

Em texto posterior, Oliveira resume essa explicação ao dizer: “Quando os governos, para orientar a política econômica, calculam o salário mínimo, o custo da habitação desaparece e influencia na fixação do valor. É isso que tem o efeito de rebaixar o salário. O círculo se fechava. O capital se reproduz com o rebaixamento”.¹³ Dessa maneira, o que ele defende, como já apontado previamente, é que a autoconstrução, junto com outros mecanismos – como o exército industrial de reserva formado por mão de obra abundante e barata dos migrantes do campo para a cidade – não seria apenas consequência, mas também causa, ou aspecto estrutural, da acumulação primitiva capitalista no Brasil.¹⁴ Nessa perspectiva, as favelas e demais áreas autoconstruídas, que constituem majoritariamente o retrato das cidades brasileiras, não decorreriam de um atraso do país, pelo

autoconstrução de habitações insalubres e deficientes na periferia paulista daquela época. (MARICATO, *Autoconstrução, a arquitetura possível*, [1976] 1982).

¹¹ OLIVEIRA, *A economia brasileira, Crítica à razão dualista*, 1972.

¹² OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*, [1973] 2003, p.59.

¹³ OLIVEIRA, *O vício da virtude*, 2006, p.68.

¹⁴ Essa é uma das acepções precursoras acerca da autoconstrução no país se tornando uma das mais importantes referências aos pesquisadores ocupados com o tema da autoconstrução no país, a exemplo da publicação de Maricato (ed.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial* (1982).

contrário, elas sustentariam sua modernização, ou melhor, sua base "urbano-industrial", como sugere o autor:

O caso da autoconstrução e dos mutirões passou a ser explicativo do paradoxo de que os pobres, incluindo também os operários, sobretudo os da safra industrializante dos 1950, são proprietários de suas residências – se é que se pode chamar assim o horror das favelas – e assim reduzem o custo monetário de sua própria reprodução. Nada disso é uma adaptação darwinista às condições rurais e urbanas do processo da expansão capitalista no Brasil, nem "estratégias de sobrevivência", para uma certa antropologia, mas basicamente as formas irresolutas da questão da terra e do estatuto da força de trabalho, a subordinação da nova classe social urbana, o proletariado, ao Estado, e o "transformismo" brasileiro, forma da modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa.¹⁵

Bonduki,¹⁶ reconhecendo a importância e o incômodo da posição defendida por Oliveira nesse texto inaugural, aponta que o autor se torna referência para diversas pesquisas acadêmicas mobilizadas na década de 1970 e 1980, cujos esforços de análise se concentram na cidade, na habitação e em seus processos de produção.¹⁷ Também trata da influência dessa obra em sua trajetória acadêmica, segundo ele, iniciada pela tentativa de compreensão dos efeitos da autoconstrução e de sua relação com a acumulação capitalista e a expansão urbana no Brasil. Ainda como estudante, em parceria com Raquel Rolnik no projeto de iniciação científica denominado "Periferias",¹⁸ Bonduki admite a pertinência da tese de Oliveira acerca da autoconstrução servir ao fomento econômico e industrial do país. O autor reconhece ter verificado nesse estudo – com base em pesquisa quantitativa e qualitativa abrangente com moradores da periferia da cidade de São Paulo – a autoconstrução como prática recorrente e majoritária na viabilização das moradias entre os mais pobres, em que seria desenvolvida por um lado num arranjo precário e sacrificante para as famílias e, por outro lado, rentável para os setores econômicos. Contudo, ele expõe que um novo olhar para a

¹⁵ *Ibidem*, p.130-131.

¹⁶ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006.

¹⁷ Exemplificado pelo trabalho de Lúcio Kowarick e Vinicius Caldeira Brant em "São Paulo 1975, crescimento e pobreza".

¹⁸ Cujo o resultado é posteriormente publicado sobre o título "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho" (BONDUKI & ROLNIK, 1979).

problemática verificada na pesquisa passa a despertar o entendimento de que perseguiriam “mesmo que de forma inconsciente, uma outra interpretação teórica do processo de construção de moradias pelo próprio trabalhador, atalho que permitisse admitir sua utilização em programas alternativos de habitação”.¹⁹

A partir dessa tentativa de vislumbrar uma brecha para aceitação do mutirão nos programas autogestionários de moradia do Estado,²⁰ algo completamente refutado por Oliveira,²¹ Bonduki e Rolnik formulam o entendimento de que a casa autoconstruída não seria fruto de trabalho não remunerado.²² Bonduki defende que “o trabalhador, ao construir sua casa, gera valor para si”.²³ Por essa formulação, a autoconstrução compreenderia algum tipo de retorno ao seu autoconstrutor e não trabalho gratuito como expõe a crítica do sociólogo. Ademais, esses autores sustentam que a autoconstrução seria efeito do trabalho de um “produtor individual de mercadorias”, numa atuação diferente daquela realizada por quem vende sua força de trabalho aos capitalistas.²⁴ Isto é, Bonduki e Rolnik não admitem a interpretação de Oliveira de que a autoconstrução constitui puramente trabalho não pago. Afinal, compreendem que a atividade se converte em valor de uso que é satisfeito pela apropriação da moradia pelo autoconstrutor e sua família e também pela possível comercialização a qualquer tempo, via práticas recorrentes de aluguel ou venda de imóveis das favelas. Dessa maneira, a casa autoconstruída, assim como a habitação de interesse social dos programas públicos, pode se converter em mercadoria num feroz mercado imobiliário informal que se faz por acordos tácitos ou ‘contratos de gaveta’.

Em aproximação à contestação formulada pelos autores a essa posição de Oliveira, Ferro sustenta: “No começo, o autoconstrutor só pensa em si e sua família. Mas, pouco a pouco, espremido pela miséria, seu valor de uso passa a contar também como valor de troca”.²⁵ Em complementação às colocações de Bonduki,

¹⁹ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.231.

²⁰ Tema a ser aprofundado posteriormente no Capítulo 3.

²¹ OLIVEIRA, O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006.

²² BONDUKI & ROLNIK, *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho, 1979*; *Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho, 1982*.

²³ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.233.

²⁴ BONDUKI & ROLNIK, *Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho, 1982*. p.129.

²⁵ FERRO, Nota sobre “O vício da virtude”, 2006, p.232.

Rolnik e Ferro, o professor e também arquiteto fundador da USINA CTAH, João Marcos de Almeida Lopes, também nos leva a perceber que Oliveira de fato escorrega em sua assertiva sobre a impossibilidade das moradias autoconstruídas abarcarem valor de troca. Em resposta a esse ponto, apresenta:

a casa autoconstruída também é acometida pelo "piedoso desejo" de se tornar ouro. Na impossibilidade de assim se transubstanciar, a casa na periferia, na favela ou o cômodo num cortiço há de achar um lugar no mundo das mercadorias onde casa ou cômodo atraem ouro. [...] Se Chico admite o ciclo, admitirá também que o processo não pára na produção da moradia: que ela é apenas a "crisálida de ouro" da mercadoria casa; daí, terá que afirmar que *a moradia é, paradoxalmente, valor de uso e valor de troca, ao mesmo tempo*. E que o pobre trabalhador que contribui com parcela de seu salário para financiar a industrialização do país é também o proprietário de um imóvel disposto à circulação mercantil, acionado como um dos "infinitos centros de circulação" necessários à reprodução do capital.²⁶

Tendo perseguido e aprofundado em diferentes fases da sua produção acadêmica o entendimento sobre os efeitos da autoconstrução no país, mesmo contrapondo a ideia do sobretrabalho, Bonduki conclui que Oliveira estaria certo sobre a principal tese apresentada em "Crítica à razão dualista". Admite, portanto, que a autoconstrução teria de fato auxiliado na diminuição do custo de reprodução da força de trabalho e conseqüentemente dos salários na fase de implantação da economia urbana industrial brasileira. Como exhibe seu relato: "Verifiquei, então, que as ações governamentais relacionadas com a habitação, tomadas pelo governo Vargas, de fato estavam relacionadas com o objetivo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, reduzindo a porcentagem do salário utilizado para pagar a habitação".²⁷ Contudo, em "Habitação e Autogestão" (1992) e "Origens da Habitação Social no Brasil" (2004) ele aponta ações anteriores, tal qual o congelamento dos aluguéis pela lei do inquilinato—²⁸ refletida na escassez da oferta de moradias para aluguel e, por consequência, impulsionadora da população migratória do campo-cidade à autoconstrução das favelas e demais assentamentos informais – como origem do rebaixamento do custo da habitação

²⁶ LOPES, O anão Caolho, 2006, p.220-221.

²⁷ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.239.

²⁸ Em referência ao Decreto-Lei de 20 de agosto de 1942 instituído por Getúlio Vargas que define que "Durante o período de dois anos [...] não poderá vigorar em todo o território Nacional, aluguel de residência, de qualquer natureza, superior ao cobrado a 31 de dezembro de 1941".

no país, já que este item ficaria de fora da composição dos salários dos trabalhadores. Embora sua pesquisa confirme esta parte da posição defendida por Oliveira, Bonduki é categórico ao complementar que atualmente “não existe mais relação entre a participação dos moradores na construção de suas casas e os níveis salariais pagos no país”.²⁹

Face sua defesa de que a autoconstrução teria contribuído de maneira significativa para o processo de acumulação primitiva capitalista do país, Oliveira, inadmitindo vantagens, expõe sua irrisignação acerca dessa modalidade de produção de moradia feita pelos pobres. O que ele faz a partir de descrição bastante enfática, e porque não dizer, dramática (ainda que em parte correta) dos problemas desses territórios:

A consequência é que isso não é mais uma cidade. É um acampamento. Essa forma de barateamento resultou nas nossas periferias, que são feiíssimas, horrorosas. Inviabilizam a própria vida das pessoas. Em certa medida, portanto, esse processo continua a sustentar-se na autoconstrução. Mas isso não é mais a mesma coisa. Apesar de as aparências serem as mesmas — as aparências são as casas autoconstruídas, essas aglomerações infernais, onde a promiscuidade e a vida privada não têm fronteiras (há quem goste disso, há certa antropologia que faz elogio disso, mas a mim horroriza e creio que deve horrorizar a quem mora lá também) — são habitações precárias, é a “viração” como norma.³⁰

É necessário concordar que muitas dificuldades e penúrias fazem parte dessa produção. Maricato, por exemplo, aponta que a ausência de equipamentos e públicos, com exceção de meios de transporte deficientes, conformam bairros “que se assemelham a canteiros de obras” que frequentemente chegam a conviver com a falta de mesoestrutura urbana por mais de vinte anos.³¹ Há, contudo, nesse depoimento de Oliveira uma caracterização da autoprodução como tão somente ruim e problemática, ou ainda, desprovida de qualidades ao fim e ao cabo. Ele não expõe apenas as desvantagens do ponto de vista da materialidade construtiva, mas também das relações que ali se estabelecem. Entendo que o discurso inflamado faz parte da tentativa pertinente, e acredito proposital, do autor de

²⁹ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.237.

³⁰ OLIVEIRA, O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006, p.69-70.

³¹ MARICATO, Autoconstrução, a arquitetura possível, [1976] 1982, p.87.

chamar atenção para o que considero ser uma posição acertada acerca do problema de fundo da autoprodução, o de seu papel significativo no processo de acumulação capitalista no Brasil na década de 1930. Contudo, parece ao mesmo tempo que ele carrega perspectiva um tanto unilateral e limitada dessas (auto)organizações.

A precariedade e a escassez de recursos de toda ordem, da maneira que já disse, são sim parte dessa produção, contudo, tal como exemplifica a citação de Oliveira, normalmente são ocultados ou desconsiderados aspectos que tratam da singularidade e da complexidade inerentes a esses sítios. Sobre essa questão, para citar um único exemplo mais recente e muito divulgado na mídia, vale mencionar o caso da comunidade da favela de Paraisópolis, em São Paulo, que na ausência do poder público passou a se mobilizar de maneira exemplar para enfrentar a pandemia do COVID-19. Um exemplo circunstancial, mas que torna notável a necessidade de reconhecer e respeitar as particularidades e virtudes que fazem parte dessa produção.

Compartilhando da perspectiva de Oliveira acerca do papel da atividade no rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho para manutenção da acumulação capitalista, Maricato critica bibliografia da década de 1970 que faz defesa da autoconstrução.³² Sob o entendimento de que “o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação”, tal bibliografia argumentaria que a atividade autoconstrutiva abrange virtuosidades, que nem a solidariedade entre os mutirantes e, sobretudo, o “contato desalienante” possível pelo exercício autônomo de construção da moradia pelo futuro usuário-autoprodutor.³³ Mesmo reconhecendo que o trabalho empreendido na autoconstrução é artesanal e que como tal aproximaria o produtor-executor da compreensão integrada do produto — já que estaria livre da divisão capitalista, isto é, da fragmentação alienante da distribuição das tarefas que ocorre na manufatura— Maricato considera esses fatores como deslocados, ou ao menos, secundários diante das problemáticas já expostas sobre esses assentamentos.³⁴

³² Em referência ao texto “Ajuda mútua em habitação: elementos conceituais e análise de alguns processos de articulação” (FELICÍSSIMO, 1979) e também da argumentação exposta antes em “O autor como produtor” (BENJAMIN, [1934] 1970). (MARICATO, Autoconstrução, a arquitetura possível, [1976] 1982).

³³ *Ibidem*, p.72.

³⁴ A autora também apresenta outros argumentos negativos como a associação da autoconstrução com a especulação imobiliária e a articulação rígida entre terreno, materiais, mão

Na mesma publicação, Oliveira mantém posição de repúdio a essas práticas e de não aceitação ao seu potencial desalienante, como expõe sua argumentação:

a autoconstrução tem a aparência de um reencontro entre o trabalhador e o produto, o fruto do seu trabalho, esse é um fetiche que recobre um processo altamente alienante, sendo o contrário da desalienação, pois fecha as classes trabalhadoras num círculo de giz onde atuam como criadores de uma riqueza social, que volta a ser posta a serviço do capital na medida em que a força de trabalho continua a ser uma mercadoria para o capital. *Não se está, pois, frente a nenhum processo de desalienação, como pensa um certo populismo, que perigosamente pretende encaminhar proposições para o conjunto das classes trabalhadoras a partir de experiências que são um reforço à alienação.*³⁵

No que parece coincidir com a defesa de Oliveira, Gago expõe que no neoliberalismo as práticas de autogestão (que aqui podem ser lidas simplesmente como autoprodução das moradias) surgem para atenuar as atividades e os serviços de reprodução de maneira que os trabalhadores são impelidos a assumir os custos dessa reprodução,³⁶ como se tornassem gestores da própria miséria. O que ela coloca, no entanto, é que essa situação recairia numa indistinção ambígua entre reprodução e produção que não seria apenas fruto da espoliação do capital, mas também da potência de uma auto-organização não pautada pelo Estado, isto é, da autonomia e do controle dos pobres sobre os aspectos da própria vida e também do próprio trabalho. Assim, a autora reconhece potências em meio aos problemas dessa *autogestão da própria miséria*, de maneira que é possível caracterizá-la como inerentemente contraditória.

2.2.2. Saberes e potências invisíveis

Buscando desconstruir a ideia de que a autoprodução e, especificamente a autoconstrução, seria completamente aleatória e destituída de conhecimentos significativos, como parece sustentar Oliveira, os integrantes do grupo de pesquisa ;DALE!, Bianca Medeiros e Léo Name, propõem pensar a laje — elemento construtivo que serve como espaço transitório de apropriações plurais e usos diversos e que também permeia o imaginário de muitos sobre a conformação das

de obra, técnica e recursos financeiros que padronizariam os produtos em detrimento da criatividade de seus produtores.

³⁵ Oliveira, *Prefácio*, [1979]1982, p.16.

³⁶ GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018.

comunidades autoproduzidas – pela perspectiva da epistemologia decolonial.³⁷ Os autores, problematizam o conceito de *projeto* ao indagar se a laje também não deveria ser considerada produto de uma ação refletida do mesmo modo como os projetos praticados por técnicos (arquitetos e engenheiros) “especializados”. Decorrente da lógica já mencionada da divisão hierárquica entre canteiro e desenho,³⁸ os autores compreendem que o projeto só é considerado como “técnico, neutro e universal” quando “desenhado em uma linguagem gráfica específica e um tanto hermética [...] apesar de priorizar linguagens e gosto euro-americanos, atender a interesses de elites branco-burguesas e não respeitar os limites naturais do planeta”.³⁹

Ao rechaçar os saberes investidos para produção da laje, que se estende a toda a casa e a todo espaço edificado pelo trabalho autoproduzido, há uma tácita aceitação da perspectiva baseada na neutralidade tecnológica (Seção 2.2). Nesse sentido, há a sobrevalorização dos conhecimentos, das técnicas, das tipologias e dos materiais do Norte Global,⁴⁰ ou de seus correspondentes na nossa produção formal ou empresarial, em detrimento do saber-fazer da informalidade típica dos países do Sul Global,⁴¹ como o trecho a seguir aponta:

... sistemas construtivos, morfologias e tipologias modernas são hegemônicos porque foram geo-historicamente impostos conjuntamente à destruição de sítios urbanos, extinção ou resignificação de concepções espaço-temporais autóctones e obliteração de outros saberes tectônicos e estéticos [...] Assim, ao terem sido tomadas como universais, formas e tipologias euro-americanas tornaram-se móveis – porque exportáveis – e difundiram-se particularmente nas cidades latino-americanas, subalternizando as especificidades de cada lugar.⁴²

³⁷ FREIRE-MEDEIROS & NAME, Epistemologia da laje, 2019. Os autores sugerem essa leitura a partir de “Autonomía y diseño” (ESCOBAR, 2016); “El Sur del diseño y el diseño del Sur” (GUTIERREZ BORRERO, 2016a); “Resurgimientos: sures como diseños y diseños otros” (GUTIERREZ BORRERO, 2016b); “A colonialidade do saber” (LANDER, [2000] 2005); “Globalization and the decolonial option” (MIGNOLO, 2010).

³⁸ FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006.

³⁹ MEDEIROS & NAME, Epistemologia da laje, 2019, p.163.

⁴⁰ Termo usado em referência aos países denominados “centrais” ou “desenvolvidos”.

⁴¹ Termo usado em referência aos países ditos “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento” também tratados como “periféricos” ou do “Terceiro Mundo”.

⁴² FREIRE-MEDEIROS & NAME, Epistemologia da laje, 2019, p.164.

É um fato que os países periféricos até hoje vivenciam os efeitos negativos da *teoria da modernização*,⁴³ principalmente naquilo que se relaciona à maneira de ocupar e validar o território, como na atribuída marginalização das áreas autoproduzidas informalmente das metrópoles, o que também compreendo ser reflexo da "colonialidade territorial" (Conceito original de Delgado & Ruiz 2012) e.⁴⁴ A colonialidade territorial se faz, como explica o professor Gabriel Rodrigues da Cunha, no "conjunto de padrões de poder que, na práxis territorial, servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção de território sobre outras tratadas como 'inferiorizadas'". Esses padrões de poder se exprimem em três diferentes tipos de colonialidade territorial, a compreender: a colonialidade do ser, do poder e a do saber.⁴⁵

Cunha defende que na *colonialidade do ser* territorial há uma vinculação do viver com o ideal hegemônico urbano. Dessa maneira, viver na cidade seria um padrão de vida reconhecido, isto é, em conformidade com as ideias preconizadas pela modernidade e pelo progresso. Do lado oposto, viver em territórios rurais representaria um modelo atrasado e, portanto, algo a ser superado. A colonialidade do ser territorial "estabelece uma supremacia deste 'ser urbano' sobre o resto das formas de existência humana não urbanas ('ser não urbano')",⁴⁶ o que, por consequência leva ao expressivo êxodo das populações que vivem em territórios não reconhecidos, ou seja, territórios não-urbanos.⁴⁷

⁴³ Segundo Arturo Escobar, a *teoria da modernização*, baseada no crescimento econômico, é difundida entre 1951 e 1960. Essa seria a primeira fase do projeto de desenvolvimento no campo das ciências sociais. Também tratada como paradigma liberal, essa fase assinala um período em que o capital, a ciência e a tecnologia são entendidos como necessariamente benéficos, em que a riqueza e a felicidade são tratadas como sinônimos. Por essa perspectiva, o desenvolvimento de populações pobres seria naturalmente alcançado se seguidas as diretrizes apontadas pelo Banco Mundial e se utilizados os conhecimentos gerados pelas Universidades a partir dos anos 1950. A passagem de uma sociedade tradicional à moderna não seria questionada aí, pelo contrário, seria vista como necessária (ESCOBAR, *Sentipensar com la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo*, 2014.).

⁴⁴ Conceito original de Delgado & Ruiz (2012) exposto em: "*Colonialidad territorial: para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización de la metrópole*".

⁴⁵ CUNHA, Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica, 2019, p.152.

⁴⁶ Ibidem, p.152.

⁴⁷ Não por acaso nas últimas décadas houve um aumento expressivo da população urbana em cidades do Sul Global. Segundo aponta publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mais de 80% das populações que ocupam esses territórios vivem em cidades. Na América do Sul, a região mais urbanizada do mundo, 83% da população vive em cidades. No Brasil, em 50 anos, a população urbana duplicou, em 1960 os dados apontam que entre 20% a 40% do território era urbanizado, enquanto em 2010 esse número subiu para algo entre 80% e 90% (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE, *Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe*, 2017);

A colonialidade do poder territorial, por sua vez, trata do estabelecimento, por determinado grupo de pessoas com poder decisório, das práticas territoriais aceitas, ou seja, um poder que impõe o que é territorialmente certo. Já a *colonialidade do saber* territorial, assume-se nas práticas de concepção e produção do território dominadas pelos conhecimentos 'oficiais', do jeito que se apresentam, por exemplo, os projetos de arquitetos e engenheiros. Como se sabe, oficialmente, são os saberes científicos, em detrimento dos locais/populares, que servem hegemonicamente à tomada decisões sobre a conformação de espaços construídos, tal como se estabelece com a introdução do concreto armado na construção edilícia brasileira. A *colonialidade* do saber se reflete na sobrevalorização do ensino arquitetônico-urbano das universidades, — que carrega ideias pré-concebidas e absolutas sobre o que é o território, a cidade e a arquitetura — o que, por sua vez, estabeleceria uma posição hierárquica superior em detrimento do que é vernáculo, tradicional ou popular.⁴⁸

A partir das perspectivas da colonialidade territorial, em adição ao contexto histórico esboçado antes, é possível compreender que há de fato uma naturalização das tecnologias e dos conhecimentos relacionados à modernidade hegemônica. Nesse sentido, o modo de vida urbano da formalidade é compreendido como melhor, superior ou mais adequado do que os modelos 'não-convencionais'. Portanto, em decorrência do projeto desenvolvimentista, amparado pelos ideais de evolução/progresso, tudo aquilo que é vinculado aos saberes e técnicas tradicionais, rurais, vernáculos, populares ou autoproduzidos, é reduzido a uma classificação inferior. Não por acaso a autoprodução é constantemente rechaçada e marginalizada pelos pressupostos da formalidade.

A ideia de desenvolvimento percorre os três modelos de colonialidade territorial, é parte do pensamento moderno ocidental hegemônico, o que Boaventura de Souza Santos diz ser consequência de um *pensamento abissal*, ou seja, algo que interpõe limites ao estabelecimento e a perpetuação democrática de conhecimentos plurais. O autor utiliza a metáfora das *linhas abissais globais* para demonstrar a inviabilidade da coexistência entre os conhecimentos científicos (reconhecidos) e os conhecimentos tradicionais/populares (condenados) no capitalismo. Na concepção de Santos, do lado visível da linha abissal estariam os saberes verdadeiros, legais, evoluídos dos países "desenvolvidos" do Norte, ou seja,

⁴⁸ CUNHA, Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica, 2019.

pensamentos correspondentes ao colonial, à branquitude e ao europeu. Do outro lado, invisível, estariam os conhecimentos rechaçados dos países oprimidos “subdesenvolvidos”.⁴⁹ Similarmente, questionado se há imbricamento entre simulacro e fronteira, Gago diz que a falsificação, ou a cópia, é resposta à uma governabilidade associada ao controle, portanto, uma espécie de sabotagem ou, ao menos, de fuga à tal regulação. Assim, algumas áreas do mundo, sobretudo os países do Sul, estariam associados à uma “modernidade falsa”, isto é, ao entendimento de que tudo aquilo que concebem seria cópia, enquanto a modernidade “original” seria parte de um território da legalidade.⁵⁰ Diante dessa compreensão, é possível tecer comparação com o que Pelli defende sobre a “tecnologia formal latino-americana”. Para ele, essa estratégia tecnológica, dita tradicional, estaria ancorada por “valores da cultura formal” dos países centrais, que “condicionam a tal ponto as características de seus produtos que chegam a incidir profundamente na conformação dos materiais, procedimentos e ferramentas que, geralmente são empregados”.⁵¹ Dessa maneira, haveria uma transposição e, conseqüente, naturalização das noções de “conforto, segurança e comodidade” estabelecidas pelo campo cultural, social e econômicos dos países centrais aos países periféricos, mesmo em se tratando de realidades muito distintas. Portanto, caberia a eles, países ricos e visíveis do Norte, legitimar ou condenar as estratégias tecnológicas aqui empregadas, afinal, pela hegemonia “original”, fazemos parte de uma “modernidade falsa”.

O método científico, dito racional e verdadeiro, assim como a filosofia e mesmo a teologia, do lado de cima, ao Norte da linha abissal, condena os conhecimentos debaixo, do Sul. Na metáfora construída por Santos, o *pensamento abissal* trataria os saberes populares vinculados à leigos, plebeus, camponeses ou indígenas, em que também inclui os autoprodutores das favelas,⁵² como irrelevantes. Logo, do lado Sul da linha “não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses

⁴⁹ SANTOS, Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, 2007.

⁵⁰ Contudo, a autora reconhece que “o capitalismo global contemporâneo justamente evidencia esses espaços de modernidade homogênea e regulada (uma modernidade original) como espaços em crise, uma vez que a heterogeneidade (produtiva, social, étnica etc.), antes mantida numa área colonial exterior a essa modernidade, agora está dentro dela e prolifera em seu próprio interior”. (GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018, p.51).

⁵¹ PELLI, Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina, 1990, p.14.

⁵² *Favela* como síntese dos muitos tipos de assentamentos autoproduzidos pelos pobres no Brasil.

podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas".⁵³ Por essa perspectiva, todos os saberes que se difiram do pensamento moderno ocidental sequer poderiam concorrer a ideia de verdadeiro ou falso, ao contrário, estariam condenados à invisibilidade. Em outras palavras, os saberes utilizados na (auto)produção espontânea da *laje*, ou de maneira mais abrangente, dos assentamentos informais, seriam não apenas inferiores como também inexistentes. A colonialidade territorial é também reflexo da colonialidade tecnocientífica.

Em aproximação ao que expõem Cunha e Santos, Gago, a partir de leitura de Beatriz Sarlo,⁵⁴ interpreta que os territórios da informalidade, especialmente das *villas* argentinas sob sua lente de análise, são tomadas pela noção de "precária monstruosidade". Como espaços latino-americanos paralegais e autoconstruídos, o entendimento da *villa* monstruosa, pode ser transposto aos assentamentos das favelas brasileiras. Segundo a autora, essa monstruosidade "não tem limites fixos, não se restringe à villa: se espalha para além de suas fronteiras com os vendedores ambulantes, que vivem majoritariamente em bairros construídos dessa forma. O monstruoso constrói a cidade: 'a cidade dos pobres'".⁵⁵ O monstruoso é o não moderno, e como tal sofre despolitização e invisibilização. Da mesma maneira, sua arquitetura, suas economias e seus saberes são rechaçados. Monstruosos não são apenas seus produtos, mas também seus produtores, os não-cidadãos. Nesse sentido, indago se os saberes e capacidades que permeiam a produção autogestionária dos programas habitacionais, entendendo que se fazem por ações autônomas de grupos marginalizados-monstruosos, também não estariam, *a priori*, condenados à tal invisibilidade.

Diante do exposto, não causa surpresa, portanto, que os saberes e a inventividade dominados pelos autoprodutores/autoconstrutores, as redes de solidariedade estabelecidas em comunidade e a auto-organização para combater problemas cotidianos sejam menos divulgados do que suas penúrias. Lembrando do que afirma Maricato,⁵⁶ mesmo quando reconhecidos, esses aspectos têm importância secundária. E ainda, mesmo quando o trabalho do canteiro da formalidade conta com a mesma mão de obra da informalidade, ou seja, de operários que são

⁵³ SANTOS, Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, 2007, p.73.

⁵⁴ SARLO, *La ciudad vista*, 2009.

⁵⁵ GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018, p.256.

⁵⁶ MARICATO, *Autoconstrução, a arquitetura possível*, [1976] 1982.

também autoconstrutores das favelas, é sempre atribuída à autoprodução espontânea um aspecto marginal. Chega a ser paradoxal dizer que esses assentamentos são inseguros do ponto de vista construtivo quando parte expressiva de seus autoconstrutores são operários que executam o restante da cidade legitimada.

2.2.3. Autonomia da precariedade

Assim como tratei antes, seja pela falta de resposta efetiva — a partir das contraditórias políticas públicas que, a julgar pelo modo como veem sendo realizadas, buscam atender a um déficit inalcançável — ou mesmo pela completa omissão do Estado, a grande maioria da população urbana pobre recorre, sem amparo de recursos da formalidade, à emergência de produzir autonomamente sua moradia. Autonomia essa que não deve ser romantizada nessas condições, mas que sequer pode ser desconsiderada. Sem idealizações simplificadas, Kapp trata a questão de maneira ponderada e crítica:

há na favela um tipo de autonomia de indivíduos e pequenos grupos com relação ao espaço, que simplesmente inexistente na cidade formal. Tal autonomia, que nada mais é do que efeito da condição marginal ao sistema econômico, significa que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material predominante na produção formal do espaço não prevalece ali. As pessoas que concebem o espaço são as mesmas que o constroem e, em geral, também as que o usam. Trabalho intelectual de concepção e trabalho manual de execução não estão apartados. A produção não é dirigida pelo lado de fora.⁵⁷

Na autoprodução, diferente dos casos da produção de moradias por autogestão em discussão nesta tese, a autonomia, ainda que decorrente das mazelas de nossa sociedade, parece ser maior. Entendo que são processos distintos e que na condução dos recursos reside a fundamental divisão entre eles. Aos autoprodutores cabe o gerenciamento de recursos próprios, em vez de uma suposta condução de recursos do Estado a partir de uma lógica imposta de cima para baixo, como parecem recair os processos ditos participativos e, talvez, até mesmo, os autogestionários dos programas públicos de moradias. Contudo, mais ainda se distancia a autoprodução da produção de interesse social hegemônica. Afinal, no canteiro da autoprodução, não há metas, prazos e prescrições a se

⁵⁷ KAPP, A outra produção arquitetônica, 2008, p.233.

seguir. As marcas do trabalho também não precisam ser propositalmente apagadas, muito ao contrário, geralmente as casas da autoprodução não contam com revestimentos externos. Não há sequer equipes hierarquizadas, competição e trabalho fragmentado, prevalece certa integridade do saber-fazer artesanal que resguarda a compreensão da obra como um todo. Nesse sentido, Gago trata da informalidade como “fonte instituinte ou como princípio de criação de realidade”, compreendendo sua ambiguidade e potências, completa: “Defino a informalidade não de maneira negativa, por sua relação com a normativa que define o legal/ilegal, mas de modo positivo, por seu caráter de inovação e, portanto, por sua dimensão de práxis que busca novas formas”.⁵⁸

Mas no contexto da produção dos territórios autoproduzidos, podemos compreender a própria escassez de recursos como cerceamento dessa autonomia e também da inovação. A partir de Ferro e Maricato é possível afirmar que há uma imposição externa advinda da precariedade em que muitos desses assentamentos são realizados.⁵⁹ As limitações não são apenas de ordem financeira. Na autoconstrução, por exemplo, o tempo é parcializado, resta para o exercício construtivo da moradia apenas os dias de folga, os finais de semana e algum tempo livre entre os acertos trabalhistas (seguro desemprego, demissões planejadas ou acordadas). Condição rara nessa produção é dispor ao mesmo tempo de algum tempo e dinheiro. Maricato expõe: “A casa cresce parceladamente, pois o trabalhador sempre dispõe de poucos recursos para a compra dos materiais que são, portanto, extremamente racionados”.⁶⁰ Já o cientista político, Lúcio Kowarick, apoiando-se em resultados de pesquisa da autoconstrução empreendida na Região Metropolitana de São Paulo no período entre a década de 1950 a 1970, afirma que a atividade de executar a própria moradia é penosa e longa. Justifica ser penosa, pois envolve grande esforço físico e dedicação praticamente restrita aos finais de semana, momento que deveria ser dedicado ao descanso. E longa, pois no geral, passados mais de dez anos do início do processo de construção a casa não se encontra concluída⁶¹. O autor explica: “uma vez comprado o lote, cujo pagamento é amortizado geralmente entre cinco

⁵⁸ GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018, p.31.

⁵⁹ FERRO, *A produção da casa no Brasil*, [1969] 2006. MARICATO, *Autoconstrução, a arquitetura possível*, [1976] 1982.

⁶⁰ MARICATO, *Autoconstrução, a arquitetura possível*, [1976] 1982, p.86.

⁶¹ Em sua pesquisa, Kowarick constata que mais de 70% dos moradores entrevistados não havia concluído suas casas e 57% dos que iniciaram a construção dos anos 1950 as consideravam ainda inacabadas no ano de 1979.

e dez anos, a família para mudar-se constrói um embrião que, na metade das vezes, tem entre 16 e 30 m²: apenas 20% realizam a mudança quando a residência já está terminada. A esta pequena área construída vão sendo agregados outros cômodos, conforme a disponibilidade financeira e as necessidades da(s) família(s)". O processo de autoconstrução depende de múltiplos fatores, desde a capacidade da família em economizar algum dinheiro, passando por sua disponibilidade de trabalho no tempo livre até a articulação de rede solidária para arregimentar pessoas para o mutirão.⁶² Para Pelli, de maneira um tanto extrema, mas não de todo improcedente, essa seria a "tecnologia dos limites da sobrevivência", em que as fronteiras das diferentes áreas que conformam a organização da vida (da reprodução e da produção) são mais tênues do que na formalidade, como expõe:

No mundo da construção informal, a montagem de um teto pode confundir-se ou ser encarada como uma reunião social ou mesmo uma festa. A reparação de um elemento da casa, nas mãos de seu proprietário, pode significar as mesmas operações que levou a cabo para construí-lo. O processo de produção de uma residência se sobrepõe ao processo de uso e ao de resolução, simultânea e entrelaçada, de outras necessidades básicas. O acabamento de um muro se interrompe, sem perturbar o "sistema", para reservar recursos para comprar um cobertor ou uma bicicleta. O carreto ou compra de materiais se incorpora à organização das atividades domésticas e se intercala com o preparo das refeições e com o cuidado das crianças.⁶³

Nessa realidade são, portanto, priorizados trabalhos que possam ser facilmente interrompidos, como o empilhar de fiadas de tijolos da alvenaria. Ao parco orçamento também se soma a indisponibilidade dos meios de produção mais sofisticados. Opta-se, majoritariamente, por aquilo que já foi amplamente testado e empregado na formalidade. Segundo Ferro "não há empenho, ou melhor, oportunidade para ousar alterações". Portanto, materiais e técnicas estão condicionados à mimese de uma produção operada por outros recursos com adaptações e inventividade que cabem à ausência estrutural de sua condição. Nas palavras do autor: "A precisão imposta pela economia na produção ressurgue como precisão no produto, precisão amarga, *não resultado do engenho programado e escolhido, mas depósito obrigatório de infinitas carências*. Nenhum enfeite, marca

⁶² KOWARICK, *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, 2009, p.167.

⁶³ PELLI, *Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina*, 1990, p.17.

do 'status' sobreposta: sua situação é evidenciada, exatamente por sua ausência".⁶⁴

Dessa maneira, criatividade e invenção na autoprodução são apenas supostas. A construção dessas moradias está restrita a imposições de mercado e à cópia daquilo já atestado pela formalidade. Essa é a 'viração popular'.⁶⁵ Além disso, as adaptações e improvisos dessa realidade derivam, em especial, da falta de planejamento da obra, geralmente, condicionada a métodos e materiais já amplamente difundidos pela produção manufatureira.⁶⁶ A isso Kapp & Baltazar denominam *vernacular metropolitano*, uma costura das pequenas parcelas de saberes técnicos-científicos e de materiais provenientes da produção heterônoma-formal,⁶⁷ por sua vez, adequados numa organização efetivamente autogerida. Pela marginalizada autoprodução "constrói-se uma cidade que não se opõe à cidade neoliberal, mas que a desafia, duplicando-a e sabotando-a, sobrepondo-se a ela ao mesmo tempo que abre o horizonte de um tempo-espaco distinto". O vernacular metropolitano parece representar o mesmo que as "ensamblagens concretas",⁶⁸ ou da maneira como denomino aqui, as *zonas cinzentas* entre formalidade e informalidade, esses mundos não tão distantes. Assim como Ferro e Maricato, Kapp & Baltazar identificam que a repetição dos materiais e das técnicas da manufatura resultaria de improvisos que não seriam consequência da 'liberdade' organizativa dessa produção. Pelo contrário, seriam mais resposta à ausência de determinados conhecimentos e de meios de produção, que, por sua vez, acarretariam retrabalhos e prejuízos ao seu processo. Nesse sentido, as autoras apontam que a naturalização do concreto armado também se estende à informalidade:

Estruturas de concreto armado são o exemplo mais evidente nesse sentido. Os construtores do vernacular metropolitano as imitam, as reconstruem segundo sua própria intuição, inventam novas soluções por tentativa e erro, mas suas concepções são realizadas apenas por analogia às estruturas

⁶⁴ FERRO, A produção da casa no Brasil, [1969] 2006, p. 62,63.

⁶⁵ OLIVEIRA, O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006.

⁶⁶ FERRO, A produção da casa no Brasil, [1969] 2006. MARICATO, Autoconstrução, a arquitetura possível, [1976] 1982. KAPP & BALTAZAR, Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City, 2012.

⁶⁷ Vernacular metropolitano, segundo as autoras, originado pelas iniciativas do Governo Vargas, em 1930, como descrito antes na Seção 2.1 (KAPP & BALTAZAR, Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City, 2012).

⁶⁸ GAGO, A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular [2014], 2018, p.80.

formais. Isso impõe alguns limites estreitos. Os autoprodutores tendem a gastar mais dinheiro do que seria necessário e ficam sempre algo inseguros sobre o que estão fazendo, divididos entre sua intuição e os fragmentos de informações técnicas apanhados aqui e ali. [...] *o resultado são estruturas mais frágeis e de custo mais alto.*⁶⁹

Em sentido análogo, Farah revela influências construtivas anteriores da produção formal na autoprodução. Segundo a autora:

A indústria da construção mantém ainda outro tipo de vínculo com a questão habitacional, menos imediato, mas não menos relevante. Trata-se dos impactos sobre a produção informal e a autoprodução das mudanças tecnológicas e organizacionais ocorridas no âmbito do setor formal. Diversas inovações em materiais e componentes de construção, assim como alterações no processo construtivo difundiram-se para a construção popular, promovida pelos próprios usuários, como é o caso da construção com bloco de concreto (particularmente em São Paulo) e das tubulações em PVC para instalações hidráulicas, entre outras.⁷⁰

Antes do concreto armado ser representante do vernacular metropolitano, o bloco de concreto sintetiza a técnica “que inspira confiança” aos autoconstrutores nas décadas de 1970 e 1980.⁷¹ Maricato afirma que há substituição dos tijolos de argila pelo bloco de concreto justamente por se tratar do componente mais barato e por ter dimensão maior que agiliza a construção. Ademais, a recorrência e disseminação de fábricas de blocos nas periferias facilita a adoção da técnica, são espaços que usam “mão-de-obra composta de duas, três ou quatro pessoas no máximo [...] que os produzem sem qualquer máquina, apenas auxiliados de pá e de uma forma de madeira”. A condição dessa produção é implacável: barateia os blocos ao mesmo tempo que os fragiliza em qualidade. Sobre isso, a autora completa que o componente produzido nessas fábricas da periferia “não tem competidores quanto à má qualidade (transmissibilidade térmica, acústica, umidade, ou quanto à resistência) já que sua receita é a mais econômica possível. O tijolo comum de argila supera bastante em qualidade, relativamente ao conforto

⁶⁹ KAPP & BALTAZAR, *Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City*, 2012, p.8 [tradução minha].

⁷⁰ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.55-56.

⁷¹ Descrição válida para o recorte da Grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Maricato também menciona a difusão no emprego da laje pré-fabricada nesse período (MARICATO, *Autoconstrução, a arquitetura possível*, [1976] 1982, p.89).

ambiental, o bloco de concreto".⁷² Para Gago, o tijolo é material de uma "inconclusão definitiva", pois da mesma maneira que parece apresentar materialidade mais sólida "desmente a ilusão que ainda é possível manter quando se vê as moradias precárias feitas de materiais menos definitivos".⁷³ Compreensão que entendo facilmente se estender para o uso do bloco de concreto da autoprodução brasileira.

Na prática, nos assentamentos autoproduzidos materiais e técnicas construtivas são parcialmente adaptados, fazem parte da modernidade ficcional e monstruosa exposta a partir de Gago, e se reúnem nas fronteiras do conhecimento empírico e de uma relativa autonomia. Por um lado, ainda há espaço para alguma inventividade e liberdade para modificações durante e após a construção, o que favorece novas organizações numa casa adaptável às constantes alterações de uso; por outro, o resultado geral é de muito conhecido: má gestão dos recursos financeiros por falta de planejamento, habitações deficientes e, por vezes, insalubres e inseguras. Assim, reconhece-se que as comunidades autoproduzidas pelos pobres detêm virtudes e saber-fazer que estão constantemente submetidos à "tensão entre a exploração e as reinvenções populares".⁷⁴ São territórios de resistência cujas ações se fazem *apesar* e também *contra* o Estado.⁷⁵

Por fim, a predominância da autoprodução nos assentamentos informais aponta para uma deliberada ineficiência, quando não total omissão, do Estado na promoção de moradia digna a sua população. Sobre isso, considerando o recorte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), há a partir de 2009 uma nova conjuntura nas lutas por moradia na cidade,⁷⁶ sobretudo, retratadas na insurgência de muitas ocupações urbanas que revelam novas formatações de velhas formas apropriação e produção da cidade pela autoprodução. Não pretendo me ater a essa descrição, afinal, os debates expostos em Canetti et al. (eds.) e

⁷² Ibidem, p.88.

⁷³ GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018, p.256.

⁷⁴ Ibidem, p. 144.

⁷⁵ SOUZA, *Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre luta institucional e a ação direta*, [2006] 2010.

⁷⁶ Entre 2009 e 2020 são produzidas mais de 15.700 moradias em aproximadamente 30 ocupações organizadas na RMBH. A Ocupação Dandara, de abril de 2009, pode ser considerada um marco nesse ciclo de lutas da cidade de BH. Contudo, devem ser mencionadas ações anteriores que antecedem e dão importante contribuição à luta dos movimentos urbanos na capital, as ocupações: Corumbiara (1996) que dá origem ao Movimento de Lutas nos Bairros Vilas e Favelas (MLB); Caracol (2006); João de Barro I e II (2007-2008) e Camilo Torres (2008).

Nascimento (ed.) fazem uma pertinente atualização do cenário da autoprodução marginalizada do país com foco na RMBH.⁷⁷

A partir do que foi exposto neste capítulo, é possível verificar alguns dos aspectos envolvidos no trabalho desempenhado e nos produtos gerados pelos dois tipos de produção convencional de moradias dos pobres no Brasil. É evidente que em programas da produção de interesse social hegemônica (a exemplo do BNH e do PMCMV) o papel protagonista dos moradores frente ao gerenciamento da construção; a manutenção da organização social com o suporte das redes de solidariedade; o conhecimento popular advindo da práxis adequada à disponibilidade de recursos financeiros e técnicos; e a casa evolutiva, reflexo de mudanças familiares ao longo do tempo – como se faz na autoprodução – não têm qualquer espaço para ocorrer. Mas há também na autoprodução espontânea da informalidade adversidades tão graves, – resultante da precariedade estrutural que perpassa seus indivíduos pela pobreza, insegurança, informalidade e instabilidade – que impedem que ela seja uma produção a ser incentivada. Afinal, como demonstra a história, a idealização da autonomia dos moradores diante da concepção da própria moradia é facilmente passível de cooptação pela lógica capitalista. Os pobres são colocados como responsáveis pela própria miséria que os assola. Portanto, mesmo compreendendo a importância de as famílias terem autonomia para decidir sobre sua moradia, isso não deveria prescindir do papel do Estado. Muito ao contrário, o Estado deveria fornecer as bases para a implantação de políticas públicas na garantia de direitos básicos de sua população, assim como a oferta de recursos suficientes para que ela possa exercer autonomia numa conjuntura distinta da precariedade que cabe à autoprodução das periferias. Assim, é necessário compreender como se comporta o terceiro tipo de produção de moradias dos pobres, a *autogestão institucionalizada*, cujo os princípios estão alinhados à esta defesa.

⁷⁷ As obras trazem outros elementos para o debate dessa produção, como, por exemplo, o papel de assessorias técnicas a grupos e movimentos sociais organizados, as ocupações verticalizadas em áreas centrais da cidade, o protagonismo feminino frente à essa luta e tantos outros pontos pertinentes, mas cuja a extensão, complexidade e recorte temporal, impossibilitam de serem amplamente discutidos nesta tese. A relembrar, o recorte temporal da pesquisa que ampara esta tese se concentra no período entre a década de 1990 e o começo dos anos 2010, assim, o novo ciclo de ocupações urbanas da RMBH se inicia quando são praticamente encerradas as experiências em autogestão na cidade. NASCIMENTO (ed.), *Saberes [auto]construídos*, 2016. CANETTIERI et al.(eds.), *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas organizadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2020.



3 Autogestão Institucionalizada

A única exceção aos cenários já apresentados (Seções 2.1 e 2.2) de produção de moradias dos pobres no Brasil parece estar relacionada a uma espécie de “cota” da produção de interesse social direcionada às famílias organizadas em entidades sem fins lucrativos, tais como cooperativas e associações. É esse o caso da produção que é amplamente denominada *alternativa* (à produção hegemônica) ou como compreendo aqui experiências de *autogestão institucionalizada* que também interpreto podem gerar *outros canteiros*, como formulado antes.

Embora distintos (mas considerando suas interseções), os dois tipos de produção de moradias populares expostos anteriormente são exemplos da ineficácia do Estado na produção de moradias, seja na sua atuação como promotor de programas públicos orientados ao fomento econômico na produção de habitações-mercadorias, seja na sua isenção, como reflete a autoprodução marginalizada. Já a *autogestão institucionalizada*, compreendo que diz respeito à condição distinta, pois se trata de produção incitada pela luta dos movimentos sociais por direitos básicos e apesar de se caracterizar de “interesse social”, pois é financiada pelo Estado, ocorre diversamente com a disponibilização de recursos e meios públicos para que a população, a partir de grupos de famílias organizadas em associações, cooperativas ou entidades, consiga autonomamente, isto é, por arranjo denominado autogestionário, suprir suas próprias demandas e expectativas de moradia. Dessa maneira, pelo menos a princípio, parecem ser exemplos de políticas públicas habitacionais formuladas por outros pressupostos, que miram também resultados outros que não apenas o atendimento quantitativo para estímulo da economia ou ainda para resposta aos interesses privados do mercado da construção, como visto na produção hegemônica.

Caracterizo essa produção *autogestão institucionalizada*, pois *autogestão* é a forma genérica como ficam conhecidas as primeiras experiências de produção autônoma de moradias empreendidas por movimentos populares (entidades e famílias associadas) com apoio e financiamento de governos municipais progressistas dos anos 1980 e 1990 numa ação *institucionalizadora* dessas propostas e dos mutirões que delas fazem parte. Nesse arranjo, como explicado, há condução de programas habitacionais viabilizados com recursos públicos a partir da autogestão das famílias beneficiárias e de suas entidades organizativas. A denominação carrega contradição proposital. *Autogestão institucionalizada* designa termos opostos. Afinal, como sustentado pelo sociólogo francês, Henri

Lefebvre, "por essência, o princípio estatal tende a limitar o princípio da autogestão, a reduzir suas aplicações".¹ Dessa maneira, é necessário compreender os processos institucionais de adequação dos ideais autogestionários dos movimentos às políticas públicas como movimento histórico que transforma tais práticas, dando novas feições a sua inerente condição contraditória.

3.1 Posições e recursos dos agentes

Buscando caracterizar os principais agentes que operam a produção de moradias por autogestão empreendida no Brasil, parto do entendimento – tangenciado pela teoria do ator-rede [*Actor-Network Theory*] (TAR) – ² que eles compõem um dos muitos elementos que conformam o arranjo produtivo autogestionário.

A TAR, desenvolvida na década de 1980 por um conjunto de sociólogos, filósofos e outros pesquisadores – dentre eles, John Law, Bruno Latour, Michel Callon e Wiebe Bijker – busca nomear e explicar a relação de estruturas, processos e eventos sociais, organizacionais, científicos e tecnológicos. No entendimento formulado por Law, o conhecimento é resultado ou efeito de uma *rede heterogênea* composta por elementos (agentes e fatores) de diversas naturezas. A partir da TAR se assume que todos os componentes de tais estruturas (sejam eles humanos ou não) formam uma *rede*, ou seja, conexões, que podem ser mapeadas e descritas nos mesmos termos ou no mesmo vocabulário. Em síntese, a TAR é uma teoria que trata da associação de elementos que formam "redes autossustentáveis que são, portanto, capazes de resistir à dissociação".³ Hierarquia e poder são alguns dos efeitos institucionais e organizacionais da disposição que assume essa rede na interconexão de seus variados elementos, como explica Law.⁴

Buscando explicar o arranjo que conforma a produção autogestionária empreendida no Brasil, mas sem qualquer pretensão de conseguir compreendê-lo em sua totalidade e, portanto, esgotá-lo, assumo que se trata de um sistema, ou

¹ LEFEBVRE, Problemas teóricos da autogestão, [1966] 2017, p.140.

² Discutida em: LATOUR, Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático), [2004] 2006.

³ LAW, Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of Portuguese Expansion, [1987] 2012, p. 108 [tradução minha].

⁴ LAW, Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade [1992] 2013, on-line.

uma *rede heterogênea*,⁵ composta pela estabilização de quatro principais categorias de elementos também heterogêneos, os: *objetos*, *marcos regulatórios*, *eventos* e *agentes*.⁶

Os *objetos* são o resultado material mais explícito da produção autogestionária, eles englobam empreendimentos (conjuntos ou unidades habitacionais), equipamentos coletivos, obras de mesoestrutura urbana, planos e projetos que, por sua vez, refletem ações concretas de participação popular, cooperativismo, autonomia ou mero envolvimento dos *agentes* desse arranjo. Os *marcos regulatórios* tratam de programas, leis, decretos, portarias ou qualquer outro instrumento institucional que estabeleça condições para regulação desse modo de provisão habitacional. Já os *eventos*, registram atividades como mutirões, encontros, seminários, conferências, assembleias, reuniões e outros acontecimentos nos quais o tema da autogestão habitacional é posto em pauta, discutindo alternativas, propondo premissas, ou mesmo lançando um olhar retrospectivo sobre estas práticas e seus significados na construção de outras referências para a produção da habitação dos pobres no país. Por fim, os *agentes*, aqui sob análise, contemplam, via de regra, sete grupos distintos, a saber:

(1) os *movimentos sociais/por moradia*, na figura das associações, entidades, cooperativas ou núcleos compostos tanto pelas famílias denominadas sem-casa (ou sem-teto) quanto pelas lideranças que se reúnem na luta pela moradia;

(2) as *famílias*, que apesar de comporem o grupo dos movimentos sociais, precisam ser caracterizadas de maneira independente deles, já que na prática são reconhecidas como *beneficiários* ou mutuários desse processo e podem desempenhar papéis distintos, como, por exemplo, o de mutirantes na condução da produção autogestionária;

(3) o *Estado*, nas esferas municipal, estadual e federal que financia e regula a produção de moradias por autogestão a partir dos marcos regulatórios que conformam seu aparato burocrático controlador;

⁵ Estabeleço as categorias pela compreensão da realidade da produção de moradias por autogestão de BH, mas a partir de pequenas adaptações avalio que elas sejam válidas à caracterização de outras experiências similares que ocorreram no país.

⁶ Essas categorias, embora um pouco modificadas, emergiram das discussões iniciadas na oficina "Produção de Moradias por Autogestão: Experiência de Belo Horizonte no Contexto Sulamericano" durante o XXIII Arquisur, na qual se propôs um levantamento coletivo de atividades autogestionárias na produção de moradias.

(4) as *assessorias técnicas*, em que fazem parte arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, advogados e outros profissionais que dão suporte técnico à condução de parcela da produção autogestionária, sobretudo, das etapas referentes ao projeto e à execução dos conjuntos habitacionais;

(5) as *Frentes de Trabalho Remuneradas (FTRs)*, formadas por um grupo de trabalhadores com alguma experiência em obras da autogestão integrado a outros profissionais da construção civil. Trabalhadores esses que são remunerados por serviços empreitados e não têm contrato de trabalho formal, portanto, não se constituem como operários comuns de empreendimentos de interesse social;

(6) os *apoiadores*, quase sempre, sintetizados na figura das: a) *instituições de ensino*, agentes que podem ou não fazer parte da assessoria técnica e que, dentre outras atividades, promovem pesquisas e projetos de extensão relacionados ao universo da autogestão, como, por exemplo, cursos e demais capacitações profissionalizantes; b) das *instituições religiosas*, que dispõem de programas, estratégias e subsídios financeiros próprios para suporte aos movimentos sociais; c) de *militantes*, que podem representar em determinados momentos, principalmente nas etapas de organização da luta, a função de assessoria aos movimentos, embora esse não seja necessariamente um vínculo formalizado;

(7) e, por fim, o *setor privado*, no geral, relacionado à bancos que fornecem ou gerenciam subsídios financeiros e às empresas construtoras que executam parte ou totalidade das obras desses empreendimentos.

As quatro categorias supracitadas – *objetos, marcos regulatórios, eventos e agentes* – buscam sinteticamente expor o sistema de relações entre agentes e fatores orientados pela ideia de redesenho ou de construção de solução alternativa à produção de moradias de interesse social, o que aqui interpreto como *outros canteiros*. Tais elementos são intervenientes da produção autogestionária e auxiliam na compreensão dela como parte de uma dinâmica complexa que correlaciona, dentre outras questões, política, tecnologia e arquitetura.

Ainda que eu reconheça a complexidade e a variedade dessa produção, assumindo que se trata de um amplo arranjo produtivo – que envolve as fases de organização, projeto, obra e pós-ocupação – para esclarecer, ou ao menos situar, o papel dos *agentes* no funcionamento mais abrangente no campo da produção habitacional brasileira parto da compreensão de que suas ações estão atreladas e, por isso

mesmo, condicionadas, às *posições sociais* que ocupam e aos *recursos*, ou *habitus*, de que dispõem.

O conceito de *habitus* foi cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, e se refere, *grosso modo*, a uma série de disposições socialmente construídas que influem no comportamento e nas relações de um indivíduo em função de sua posição na sociedade. Em outras palavras, essa concepção reconhece que as ações dos agentes estão submetidas, ou nos termos do autor, *constrangidas*, a estruturas socialmente construídas. Como exemplo, em alguns casos, as assessorias técnicas ou mesmo as lideranças, independente de quem ocupa esses cargos, poderiam vir a infligir imposições aos grupos das famílias decorrentes das suas posições ou desse *habitus*. Como explica Bourdieu:

é o *habitus* que vem preencher as lacunas da regra e, tanto nas situações ordinárias da realidade burocrática como nas ocasiões extraordinárias que as instituições totais oferecem às pulsões sociais [...], os agentes podem assumir, para o melhor e para o pior, as margens de ação que lhes ficam nas mãos, e utilizar a sua posição de superioridade - por mais ínfima e provisória [...] - inerente às suas funções para exprimir as pulsões socialmente constituídas pelo seu *habitus*. É assim que os postos subalternos de enquadramento e de controle das "instituições totais" [...] e, de forma mais geral, os postos executivos das grandes estruturas burocráticas, devem muitos dos seus traços mais característicos, que entretanto não estão previstos em nenhum regulamento burocrático, às disposições predominantes, num determinado momento, dos que os ocupam: os funcionários "cumprem as suas funções" com todas as características, desejáveis ou indesejáveis, do seu *habitus*.⁷

Embora a teoria social de Bourdieu sirva para enquadrar ou emoldurar as posições sociais ocupadas pelos diferentes agentes e com isso nos dê pistas importantes sobre suas prévias limitações e inclinações, é necessário esclarecer que ela não elucida questões particulares que permeiam o cotidiano implicado nesses arranjos produtivos e dessa maneira não dá conta de explicar relações de poder variáveis que interferem na rede heterogênea. Bonduki, por exemplo, apoia-se na sua atuação — como assessor técnico aos movimentos de moradia das primeiras experiências da autogestão de São Paulo — para contestar fórmulas

⁷ BOURDIEU, O campo dos poderes locais, [2001] 2006, p. 176-177.

generalizantes e para alertar que elas podem recair num reducionismo problemático da atuação dos movimentos sociais e de seus agentes:

Antes de buscar "engessar os movimentos", homogeneizando-os e tornando-os estáticos, é nítido que eles próprios estão em movimento. Seus protagonistas não são objetos de pesquisa paralisados, mas sujeitos de uma ação. Sujeitos que também estão em processo de transformação e que, portanto, tendem a imprimir novos rumos aos movimentos em que atuam. [...] O fato dos movimentos estarem em movimento reforça ainda a importância da ação de seus atores; se não fosse assim, se existissem evoluções-padrões, curvas e outras simplificações generalizadas, de muito pouco serviria a intervenção de seus participantes. *Recuso-me a aceitar que a história dos processos sociais independa de seus protagonistas, como se estivesse regida por leis naturais.*⁸

Em concordância com o que expõe a teoria do ator-rede compreendo que os *agentes* conformam apenas alguns dos diversos elementos que compõem o intrincado arranjo produtivo resultante da produção de moradias por autogestão. É por isso, e também pelo que traz a fala de Bonduki, que além de buscar esclarecer as posições sociais ocupadas por esses agentes me apoio posteriormente em estudos de caso que, de alguma maneira, revelam os meandros e realçam as complexidades e particularidades dessa trama em diferentes momentos da produção. É também nesse sentido que para auxiliar essa investigação e assinalar os papéis e os recursos delimitadores da posição desses agentes no funcionamento mais abrangente da sociedade tomo como referência as considerações realizadas pela professora Silke Kapp adicionadas a pontuações de outros autores.⁹ Muitas das questões apontadas pela autora ao mapear os papéis atrelados aos agentes que compõem os empreendimentos habitacionais brasileiros, desvendam, de antemão, limitações estruturais à produção

⁸ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.175.

⁹ Parto de suas considerações, pois Kapp realiza interpretações derivadas das vivências e reflexões da atuação das assessorias técnicas junto a diferentes grupos sócio-espaciais, somadas às referências de Bourdieu, Marx, Adorno, Lefebvre, Illich. É também preciso mencionar que o grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM) da UFMG, coordenado por Kapp, acumula experiências: "com movimentos sociais, cooperativas, loteamentos associativos, conjuntos habitacionais, ocupações organizadas, favelas, quilombos, índios, ciganos, egressos de manicômios, moradores de rua, enfim, com muitos grupos" (KAPP, *Experiências em AT e suas questões*, 2014., p.112).

autogestionária, das quais, indiscutivelmente, os casos belo-horizontinos aqui em discussão compartilham.

Baseada na teoria de Bourdieu, Kapp reconhece na sociedade os recursos ou *capitais simbólicos* como sendo de três tipos: *econômicos*, basicamente relacionados aos bens e acúmulos financeiros; *culturais*, representados pela educação (não necessariamente institucionalizada) ou por conhecimentos; e *políticos*, atribuído a determinados grupos que acessam tanto os recursos econômicos quanto os culturais de outros atores. Tais recursos, em certa medida, podem ser convertidos uns em outros, por exemplo, recursos econômicos podem se converter em culturais. Nesse sentido a autora adverte:

a posição que um indivíduo ocupa na sociedade, inclusive a posição de classe, depende na verdade da totalidade desses recursos e não somente do dinheiro. E o acesso a esses recursos, infelizmente, até hoje depende muito mais do lugar social em que uma pessoa nasce do que de seu mérito ou esforço pessoais. Quando se explora um pouco mais a fundo essas relações, a conclusão é de que *a desigualdade econômica é antes consequência da desigualdade social do que a sua causa*.¹⁰

Conforme sustenta a autora, ainda é preciso elucidar que tais posições estão associadas às estruturas e aos processos estabelecidos pela sociedade em que o capitalismo não é apenas econômico, mas igualmente, espacial e social e, portanto, suprapessoal. Podendo ser compreendido tanto como um modo de produção quanto um modo de socialização e de subjetividade. Dessa maneira, os indivíduos passam a responder e também a se adaptar por essas posições e pelos diferentes interesses a eles previamente atrelados. Se tais interesses dependem muito menos da capacidade individual das pessoas do que das estruturas sociais a qual todos estamos submetidos, o papel desempenhado por elas ao assumirem determinadas posições deve, portanto, ser “despersonalizado”.¹¹

Diante das colocações de Kapp é possível compreender parte dos sete grupos de agentes envolvidos no arranjo produtivo da autogestão (supracitados) em quatro “partidos ou posições” relacionadas a estes recursos, a saber: os (1) movimentos sociais, que abrangem os grupos dos movimentos de moradias e as famílias; (2) o Estado, também tratado nesta tese pela mesma denominação; (3) os capitais ou

¹⁰ Ibidem, p.114.

¹¹ Ibidem.

“mercado” que exemplifica a condução do grupo que aqui é entendido como setor privado; e os (4) técnicos que servem para descrever o papel desempenhado pelas assessorias técnicas.¹²

3.1.1. Famílias (beneficiários) e lideranças

O grupo dos *beneficiários*, aqui entendidos amplamente como as *famílias*, são compostos por indivíduos pobres, isto é, despossuídos dos três tipos de capitais. Mais do que *sem-casa* ou *sem-teto* – como são classificados a partir de seus movimentos sociais urbanos no Brasil – Gago expõe que esses indivíduos podem ser compreendidos mais amplamente como os *sem-estado* ou ainda como os “produzidos-como-despossuídos”.¹³ Isso porque eles não são apenas excluídos, mas, sobretudo, *produzidos* em sua exclusão. Submetidos e formatados pela espoliação, essas famílias se encontram em condições aquém da cidadania. Assim, definidos pela escassez de toda a ordem, essas pessoas são, de certa maneira, impelidas a mobilizações em associações, movimentos ou núcleos que têm por objetivo em comum a conquista da moradia. Contudo, não há qualquer garantia de que essa mobilização resulte em ganho aos movimentos que esses indivíduos compõem, pois geralmente se tratam de processos muito longos e marcados pela indefinição e pela incerteza. Como exemplo, no caso específico da produção dos conjuntos da autogestão de BH, muitos dos processos levaram cerca de dez anos do momento da mobilização até a entrega das chaves, já outros, levaram até mais tempo (isso sem contar o prazo para regularização do imóvel junto aos órgãos competentes).

É dentro desse grupo que emergem as lideranças, pessoas que ao longo da luta adquirem recursos culturais e políticos. As lideranças assumem posição de representatividade das famílias no diálogo com as demais categorias de agentes a partir de seus movimentos sociais. São, portanto, aqueles que ocupam “uma posição dominante dentro de uma classe dominada”.¹⁴ Na realidade avaliada, algumas das lideranças foram formalmente capacitadas por cursos ofertados pela Igreja Católica, o que as ajudou a alcançar mais rapidamente uma posição

¹² Já as *FTRs* e os *grupos de apoiadores* não cabem inteiramente à nenhuma dessas posições, portanto, seus papéis serão assinalados pelos estudos de caso (capítulo 4) e também por exemplos relatados na seção 3.3 deste capítulo.

¹³ *Sem-estado* é termo original de Judith Butler (*Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, [1990] 2007). GAGO, A *razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* [2014], 2018.

¹⁴ KAPP, *Experiências em AT e suas questões*, 2014, p.115.

privilegiada dentre os demais beneficiários. Capacitação essa que se apresenta como uma questão bastante problemática no decorrer dos processos autogestionários. Sem me ater a essa descrição agora, adianto que em alguns casos, como ocorre no Programa Crédito Solidário (PCS), a coordenação e as lideranças sequer foram compostas por indivíduos que morariam nos conjuntos. Ou seja, as lideranças não são beneficiários diretos do programa. É exatamente por essa condição que faço distinção entre as *famílias* e os *movimentos sociais/de moradia*. Situação que ganha ênfase nas entrevistas com os moradores dos conjuntos, que, geralmente tratam as associações/núcleos como algo dissociado de sua condição. Por exemplo, quando mencionam o movimento dos sem-casa de BH, no geral, referem-se a ele como externo e não como um grupo do qual faziam parte.

Na exposição acerca dos grupos dos beneficiários, Kapp chama atenção para aspecto bastante relevante e acredito, determinante, ao tratar das famílias da produção autogestionária, o motivo que as conduz à mobilização coletiva. Segundo ela, as pessoas se organizam: "para obter um bem concreto, que é a moradia, não por ideais ainda relativamente abstratos, como a autonomia coletiva ou a sociedade dos homens livres".¹⁵ Logo, de antemão, importa entender que a produção de moradias por autogestão difere de uma "visão de mundo" revolucionária que carrega o próprio conceito de autogestão (como será explicado na seção 3.2 a seguir). Isto é, as pessoas são motivadas, pelo menos inicialmente, pela busca de uma moradia e nada mais. Isso, contudo, não quer dizer que os processos não possam ter reflexos importantes, como, por exemplo, contribuir para a formação política de alguns desses indivíduos ou mesmo para ganhos organizativos com desdobramentos em ações coletivas no bojo das comunidades formadas por essas experiências, o que nesta tese, pelos estudos de caso, pretendo identificar.

3.1.2. Setor privado (Capitais)

O segundo grupo, o dos *capitais*, aqui tratados pela denominação *setor privado*, reflete a mobilização dos recursos econômicos necessários para viabilização financeira de determinado empreendimento. A partir dos princípios da teoria marxiana de valor-trabalho é possível delimitar a estrutura dessa categoria e sua relação direta com a pobreza caracterizante do grupo dos beneficiários. Como

¹⁵ Ibidem.

explicado no Capítulo 2, tal teoria trata de explicar que o mais-valor advém da exploração capitalista do trabalho humano mal remunerado empregado para a produção de mercadorias. Como sintetiza Kapp:

Capital é uma forma de propriedade que só existe em movimento. [...] Ele depende da produção de bens (mercadorias) pelo trabalho humano, com ou sem máquinas, e organizado de uma maneira lucrativa. Para que a produção seja lucrativa, é preciso pagar aos trabalhadores um valor mais baixo do que o valor que criam no processo de trabalho. [...] O lucro que o capital obtém nesses processos tem uma única origem, que é o trabalho. O capital só continua sendo capital enquanto consegue organizar esse tipo de processo. Os trabalhadores que ele contrata para isso são de muitos tipos, mas a maioria pertence à mesma classe que enfrenta a precariedade habitacional e urbana. *A manutenção de sua relativa pobreza é uma condição para que a produção capitalista continue funcionando.*¹⁶

É um fato que o déficit habitacional é lucrativo para os capitais, afinal, faz parte do sistema manter as desigualdades. Do modo como explicitado pelas colocações anteriores (Cap.2), a submissão de pessoas aos assentamentos espontâneos autoproduzidos; às habitações alugadas, que consomem toda a renda da família; às coabitações; à situação de rua; e a tantos outros modelos da escassez fazem parte da realidade majoritária de nossa população. Afinal, se todos tivessem acesso à cidade e à moradia de qualidade não existiriam tantas pessoas dispostas a aceitar condições tão precárias quanto a dos trabalhos indevidamente remunerados para sua sobrevivência. Portanto, não é coincidência que políticas públicas que tratam da questão habitacional no Brasil com a condução de empresas construtoras (os capitais) sejam, antes de tudo, orientadas para o fomento econômico em detrimento de uma real tentativa de superação do déficit existente.

No capitalismo, a desigualdade econômica é motor para seu funcionamento, dessa maneira, não se pode esperar que surjam dos capitais, ou do setor privado, iniciativas legítimas para "promover o bem comum".¹⁷ É diante disso que acredito que mesmo na autogestão, quando delegada em parte ou na totalidade da produção das moradias para empresas (construtoras, empreiteiras, fabricantes de componentes e insumos etc.), não se pode esperar qualquer alteração em relação

¹⁶ KAPP, Experiências em AT e suas questões, 2014, p.115.

¹⁷ Ibidem, p.116.

ao que já praticam na produção de interesse social hegemônica. Portanto, mesmo que as premissas da produção autogestionária sejam direcionadas para outros interesses, se aberta brecha para atuação dos capitais não se pode ingenuamente esperar que operem por pressupostos diferentes daqueles relacionados a uma incessante busca pela valorização de capital e demais interesses particulares que, em última análise, dizem respeito ao lucro. Nesse sentido, é necessário presumir que tentarão inviabilizar qualquer projeto de autogestão que, afinal, não tem fins lucrativos.

3.1.3. Estado

Já o terceiro grupo, o Estado, abrange os *recursos políticos* e tem, por definição, o papel de manter a sociedade em curso, ainda que diante de diversas contradições que o atravessam. Isso significa que seu papel está atrelado ao de evitar uma guerra civil ou colapsos estruturais. Para sustentar essa coesão é necessário que o Estado se mantenha conservador, por isso "ele necessariamente controla e planeja. Isso, por sua vez, necessariamente gera um aparato burocrático".¹⁸ Mesmo em governos direcionados por espectros políticos distintos, via de regra, prevalece o caráter mantenedor da ordem, como aqui se exemplifica:

Quando partidos mais à esquerda assumem o governo, talvez controlem e planejem mais em prol dos trabalhadores do que dos capitais, mas eles nunca desmantelam as hierarquias sociais existentes. Criam, por exemplo, programas habitacionais e instâncias participativas em que os movimentos sociais por moradia são representados, mas não desapropriam toda a terra urbana para redistribuí-la de modo mais justo ou segundo os princípios que a razão exigiria.¹⁹

Face a compreensão de suas características, é necessário reconhecer que o Estado se conforma a partir de práticas heterônomas. Mas Souza, ao tratar das distinções entre as ações de planejamento do Estado daquelas mobilizadas por movimentos sociais, revela a complexidade desse agente ao dizer que é importante notar que ele "não é um monólito sem fissuras e que, às vezes, há uma margem de manobra a ser aproveitada".²⁰ Essa é a mesma perspectiva assumida

¹⁸ Ibidem, p.117.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ SOUZA, Autogestão, "Autoplanejamento", Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos, 2012, p. 77.

por Kapp, que diz que “fragmentado em inúmeras instancias [...] contraditórias entre si” o Estado favorece o surgimento de frestas que, se bem aproveitadas, podem conduzir à algum beneficiamento das *famílias* e dos *movimentos sociais*.²¹ Portanto, em sua estrutura, essa posição contem aberturas ao possível, mas que merecem atenção, pois, no geral, elas constituem exceção e não regra.

3.1.4. Assessores técnicos

Por fim, os técnicos são aqueles que dispõem e operam os *recursos culturais*. A origem desse grupo estaria relacionada ao suporte dos capitais e do Estado, o que, ao longo do tempo, tê-los-ia conduzido a atuar similarmente pelas categorias de controle e planejamento. Apesar de fazerem parte da classe dominante e terem “argumentos persuasivos”, por falta de recursos políticos ou econômicos, os técnicos não exercem papel determinante nas decisões, como já mencionado, “são dominados dentro de classes dominantes”. Por ocupar posição subalterna, eles podem se identificar na luta dos beneficiários ao atuarem como assessores militantes de causas sociais, ou o que trato aqui abrangentemente pela designação *apoiadores*. Kapp explica que no geral, mesmo quando ocupados com demandas sociais, persiste na atuação desse grupo aquilo que denomina “expedientes de dominação”. No caso dos arquitetos, por exemplo, tais expedientes se manifestariam em atitudes de reprodução de trâmites formalizados do campo profissional, tais como a ideia de que os projetos precisariam ter um autor, assim como toda obra deveria responder a uma série de etapas e que deveria proceder a elaboração de um projeto arquitetônico. Compreendendo que esses são “procedimentos indispensáveis e bons em si mesmos”,²² os técnicos acabariam irrefletidamente por replicá-los independentemente das variações do contexto e dos grupos ao qual prestam serviço ou apoio.

Já Lopes, mostra outra face da atuação do grupo de arquitetos apoiadores, aquela que, ao que parece, na busca por distanciamento desses *expedientes de dominação* e da afirmação da sua “função social”, como ele mesmo coloca, acaba por refletir conjuntamente um distanciamento entre *técnica* e *política*,²³ quando não uma negação, de fato, de muitos dos aspectos da própria formação

²¹ KAPP, Experiências em AT e suas questões, 2014, p.117.

²² Ibidem, p.118, 119.

²³ “Técnica: decretada como ação racional objetiva dirigida a fins — e Política: defendida como ação crítica, intersubjetivamente mediada pelo discurso e pelo diálogo —, vem produzindo enormes estragos”. Na defesa realizada pelo autor, *técnica* e *política* são indissociáveis (LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.8)

profissional. Segundo o que o autor aponta, se afastada de sua "funcionalidade reprodutiva", a busca incessante por fazer cumprir tal função social poderia recair numa "militância ingênua" desses arquitetos. Por sua vez, essa conduta, quando direcionada à atuação social junto aos movimentos sociais, faria deles "'viciados em virtude', 'gestores da pobreza', agentes de um inexorável processo de filantropização e privatização do pobre; ou, numa versão mais liberal clássica, *coagulam-se como arquitetos que mais se ocupam 'com organização política do que com projetos'*, empenhados essencialmente em organizar a população pelos canteiros de obras — e que, por isso, pensam pouco em urbanismo".²⁴

Arquitetos engajados em demandas sociais, os frequentes apoiadores e assessores técnicos dos movimentos sociais e das famílias em políticas públicas de habitação, parecem então propensos a um desses dois extremos: ou à obediência e replicação acríticas de burocracias estabelecidas pelo campo profissional formatado pela ação controladora do Estado ou ao abandono da técnica para ceder lugar à uma militância política. Contudo, obviamente, o engajamento social não necessariamente pauta a conduta de todos os técnicos. Sequer essa identificação para com as demandas das famílias beneficiárias ocorre todo o tempo, como demonstrado em diferentes momentos políticos e econômicos do país.

Na prática, esses agentes normalmente operam do lado daqueles que os contratam ou onde há "nicho de mercado". Como será delimitado adiante (no Capítulo 4), em BH, no início da década de 1990, a atuação do corpo técnico da administração municipal de esquerda foi decisiva para pensar, formatar e executar uma política municipal de habitação com ênfase em práticas democráticas e populares, em que a pauta da autogestão foi um de seus principais pleitos. A sensibilização dos técnicos para questões como essa ocorreu porque até então muitos deles compunham os movimentos de luta por moradia como *apoiadores* na condição de assessores-militantes voluntários. No entanto, ao passarem a ocupar o quadro de contratados do Estado, mesmo reconhecendo a realidade e a demanda das famílias sem-casa, precisaram necessariamente passar a responder à burocracia e a enfrentar a circunstância limitadora advinda com a nova posição. Esses técnicos, assumiram, portanto, um papel difícil, immanentemente contraditório e problemático, o de buscar atender aos interesses dos movimentos

²⁴ *Ibidem*, p. 7-8.

que apoiavam, sem, contudo, confrontar a permanência da coesão requerida pelo aparato público estatal.

3.1.5. Arranjos produtivos não-hegemônicos como campo de batalha

Na compreensão de que cada um desses grupos de agentes carrega interesses próprios e, portanto, divergentes entre si, é fácil perceber que os programas e políticas habitacionais apresentam embates bastante evidentes e difíceis de serem contornados. Mesmo quando se tem um arranjo produtivo que estabiliza elementos suficientes para uma proposta denominada autogestionária, e que, por princípio, direciona-se a outra produção de moradias de interesse social que não a hegemônica, persistem incorporados obstáculos decorrentes da posição social que ocupam esses agentes. Em apoio ao que expõe Kapp, vale registrar as pontuações de Lopes sobre as práticas recorrentes atribuídas às posições apresentadas:

Não é pouco frequente depararmo-nos com rotinas operacionais que deslizam ideologicamente as práticas de dominação, enraizadas e cultivadas pelas estruturas de poder, para o interior das organizações populares [...] na forma de itens, subitens e rotinas operacionais das políticas públicas — e, aqui, em particular, dos programas habitacionais. Também não é pouco comum convivemos, próximos às estruturas de gestão destas mesmas organizações populares, com todas aquelas idiosincrasias que esperávamos proscritas entre aqueles que sofrem, em outras instâncias, a dominação pelo poder autocrático. Não é pouco frequente vemos justificada pelos gestores públicos, com a objetividade matemática da norma técnica vigente, algum impedimento operacional que abriga alguma ação politicamente determinada. Adequando novas formas a velhos conteúdos, *o desenho que resulta acaba invertendo, no espelhamento de até uma vontade produtiva, positiva, eficaz e aparentemente bem sucedida, a pretensão transformadora em novas estratégias de administração da pobreza — e do pobre.*²⁵

Os programas habitacionais e sobretudo aqueles que se direcionam a outra perspectiva, *outros canteiros*, são, portanto, contraditórios, resultam de um campo de batalha entre as prioridades dos movimentos sociais (e as famílias) na

²⁵ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.12.

obtenção de moradia em um curto prazo; as de suas lideranças na busca por ampliação dos recursos políticos; a dos capitais (setor privado) na aferição e maximização de lucro; as dos técnicos (assessoria técnica) na tentativa de conquistarem emprego e serem reconhecidos no campo profissional por seus recursos culturais; e por fim as do Estado, que, se mais progressista ou conservador, tende sempre ao controle refletido na implementação de burocracias que visam evitar a revolução. Em suma, esses programas habitacionais, mesmo que apregoados autogestionários, e em alguns casos sem contarem com a presença de construtoras, por serem fomentados pelo poder público tendem a reforçar a hegemonia dominante requerida pelos capitais na reprodução da divisão social do trabalho e das classes sociais. Afinal, é papel do Estado perpetuar tais relações. Em síntese:

Os movimentos querem moradias e facilidades urbanas, e suas lideranças também querem ampliar seus próprios recursos políticos e convertê-los, eventualmente, em recursos econômicos (por exemplo, assumindo um cargo). Os capitais querem que o Estado compre unidades habitacionais e obras de urbanização e garanta financiamentos para a clientela. A eles *não interessam obras de reforma ou melhorias urbanas delicadas, nem programas autogestionários ou reservas de terra urbana bem localizada para fins habitacionais*. As várias instâncias do Estado e seus agentes podem pender mais para um lado ou para outro, mas, independentemente disso, não conseguem deixar de priorizar o controle e o planejamento, isto é, as próprias estruturas burocráticas. Nesse aspecto, entram em conflito tanto com os movimentos quanto com os capitais.²⁶

"Dividir para manter a opressão", na tese formulada pelo educador Paulo Freire sobre as teorias da prática antidialógica e dialógica, é aspecto imprescindível àqueles que querem exercer e manter ação opressora. Capitais e Estado, os opressores, parecem operar a partir desse ideal sobre as famílias e seus movimentos sociais, os oprimidos. Como explica Freire, não se pode permitir que as massas populares se reúnam, unifiquem-se, afinal, tal conjunção seria expressamente uma ameaça à hegemonia capitalista e ao poder estatal. O Estado opera, portanto, de maneira a garantir a manutenção da hegemonia dominante requerida pelos capitais. Como Freire bem coloca:

²⁶ Ibidem, p.118.

Daí que toda ação que possa, mesmo incipientemente, proporcionar às classes oprimidas o despertar para que se unam é imediatamente freada pelos opressores através de métodos, inclusive, fisicamente violentos. *Conceitos, como os de união, de organização, de luta, são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas para os opressores.* É que a praticização destes conceitos é indispensável à ação libertadora. O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos.²⁷

Ao compreender a organização a qual estão submetidas as experiências financiadas pelo Estado que “dão autonomia” aos cidadãos *organizados*, não surpreende que elas representem exceções permeadas por contradições e, tudo indica, estão muito distantes de servirem à um projeto de emancipatório. Acredito, como afirma Bonduki, que tais experiências não independam totalmente das pessoas, mas pelo que aqui se expõe é necessário admitir que as posições moldam o comportamento desses indivíduos, ou melhor, que tais indivíduos se adaptam a tais posições. Sobre a advertência de Kapp de que é preciso “despersonalizar” esses papéis, cabe compreender que não é um apoiador ou uma liderança específica que passa por exemplo a ocupar um cargo no poder público, ou mesmo os técnicos da CEF na imposição de exigências burocráticas, que determinam os limites à essas experiências, mas sim o próprio capital e o Estado que querem que a sociedade se mantenha no curso da hegemonia capitalista. São esses dois agentes que se colocam contra as propostas de uma produção autogestionária, os indivíduos que ocupam cargos nessas instâncias “somente” respondem aos interesses aí envolvidos. Esse entendimento serve de alerta: as legítimas mobilizações de movimentos sociais ou mesmo a atuação de técnicos (assessorias e apoiadores) engajados e “bem intencionados” não são suficientes. Mais do que isso, é necessária atenção para enxergar as fissuras do Estado e postura crítica para aprofundá-las.

Admitidas essas posições e recursos não é difícil responder a que se deve a escassez, o insucesso e, possivelmente, a invisibilidade de arranjos produtivos não-hegemônicos nas políticas habitacionais como previamente perguntei. A lógica que rege esses recursos também ajuda a entender o que motivou o Canteiro-Escola, mencionado no preâmbulo desta tese, a se desfazer antes

²⁷ FREIRE, *Pedagogia do oprimido*, [1974] 2013.

mesmo de começar. A posição dos agentes na sociedade capitalista assinala que, caso os movimentos sociais, as famílias e seus apoiadores consigam, após árduas investidas, aproveitar as brechas provenientes desse Estado complexo e convertê-las em políticas públicas afastadas dos interesses dos capitais, é preciso esperar muitas resistências a sua efetiva estabilização e até mesmo considerá-las como parte de expedientes, ainda que velados, orientados à uma divisão que busca a manutenção da opressão.

3.2 Autogestão, autonomia e participação

Entendendo que *autogestão* compreende a ideia abrangente de *autonomia* e que a *participação*, apesar de distinta dessa condição, é termo recorrente ao se tratar da produção autogestionária aqui em discussão, exponho aqui articulações teóricas que permitem situar a origem do conceito da autogestão, discutir autonomia individual e coletiva e apontar limites da participação em consonância com o Estado.

Na consagrada publicação "Autogestão: uma mudança radical", os historiadores franceses Guillerme e Bourdet expõem que autogestão é um conceito que surgiu na França, em 1960. Segundo os autores, sua origem está relacionada à denominação formulada na descrição do contexto político, econômico e social da experiência socialista-autogestionária iugoslava de Josip Tito (1892-1980), um modelo contrário ao stalinismo, ocorrido no período de 1953 a 1980.¹ A partir da tradução da expressão servo-croata original *samoupravlje* (*samo* correspondente a 'auto' e *upravlje* a 'gestão'), a palavra significaria, de maneira simplificada, a capacidade de gestão a partir de si mesmo.

Se o termo autogestão é relativamente novo e de fato não consta na literatura ou no dicionário antes de 1960, como apontam a dupla de autores franceses, seus ideais, no entanto, são bastante anteriores e não podem ser atribuídos à criação da Iugoslávia. Segundo o professor Cláudio Nascimento, baseado nas considerações do político iugoslavo Edvard Kardelj, a autogestão seria "tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob

¹ Nunes, esclarece que a República Socialista Federativa da Iugoslávia foi uma experiência em que a classe trabalhadora detinha o poder sobre empresas, instituições e política (NUNES, A autogestão pela perspectiva marxista: desafios e possibilidades da resistência do trabalho associado na vigência do capita, 2021). Contudo, Guillerme e Bourdet apontam que a tentativa iugoslava apresentou diversos limites à plena autogestão social, sendo mais bem sucedida no aspecto econômico (GUILLERME & BOURDET, *Autogestão: uma mudança radical*, [1975] 1976).

palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação".²

Já Guillerme e Bourdet apontam que as concepções autogestionárias, embora sem ainda receber tal denominação, fazem parte da teoria marxiana na sustentação da ideia de que a superação do capitalismo só seria viável a partir do "autogoverno dos produtores associados".³ Dito de outra maneira, em 1871, Marx já expunha os preceitos da autogestão para vislumbrar transformações da sociedade capitalista. Os autores franceses, buscando uma "elucidação teórica precisa do que [...] parece ser a significação profunda e fundamental do conceito de autogestão",⁴ afirmam que esse projeto pressupõe contestar o sistema capitalista. Nesse sentido, eles sugerem que o proletariado seria potencialmente o "sujeito histórico" *portador da autogestão*. Para eles, portanto, uma autêntica revolução se relacionaria mais a classe trabalhadora destruir o poder do que o tomar para si. Mas não apenas isso, a autogestão precisaria indicar outro caminho, uma *mudança radical*, a uma nova forma de viver em comunidade sem divisões sociais. Sobre isso, os autores ainda alertam:

Pergunta-se às vezes se a autogestão se situa antes ou depois da revolução autêntica. Não a "revolução" que substitui uma minoria dirigente por outra, mas a que suprime, em seu vero princípio, toda divisão social desse tipo. [...] Portanto, a teoria dos partidários da autogestão não se reduz a um anarquismo sumário, postulando que basta destruir "os poderes" e as instituições para que logo se instaure, espontaneamente, uma harmonia universal.⁵

Restritos ao contexto empresarial, mas buscando fazer distinções entre os significados de *participação*, *cogestão* e *controle operário*, Guillerme e Bourdet, afirmam que para alguns, a experiência iugoslava não compreendeu "verdadeira autogestão, mas uma simples *participação* nos escalões dirigentes das empresas". Isso se traduziria em modelos de cooperativas cogestionadas, em que os trabalhadores teriam alguma iniciativa sobre as atividades de produção das

² NASCIMENTO, Autogestão: Economia Solidária e Utopia, 2008, p.28.

³ MARX, *A guerra civil na França*, 1871 a partir de GUILLERME & BOURDET, *Autogestão: uma mudança radical*, [1975] 1976, p.34

⁴ GUILLERME & BOURDET, *Autogestão: uma mudança radical*, [1975] 1976, p.10.

⁵ *Ibidem*, p.14-15.

fábricas, mas não o domínio e a capacidade de gerir o processo de trabalho como um todo. Para os autores, é necessário enfatizar que a *participação* está bastante afastada do significado de *autogestão*. Diferentemente, de um projeto de sociedade autogerida, a participação pressuporia estrutura e finalidade da atividade previamente definidas. Sendo assim, o participante se limitaria a dar sua contribuição, mas não a formular a atividade a partir de uma livre condução. Já na *cogestão*, a concessão da participação no gerenciamento da empresa seria dada pelos patrões aos funcionários de forma variável e limitada. Tratariam de ações voltadas a garantia da motivação do trabalhador, garantia essa conseguida pela ilusão de uma suposta contribuição na gestão da empresa, ou pelo "sentimento de um papel ativo, original e espontâneo". Nesse contexto, compreendo a participação e a *cogestão* como estratégias capitalistas de produtividade, como apontado antes a partir da descrição dos aspectos de racionalização construtiva do canteiro manufatureiro (Seção 2.1). Ao contrário de qualquer possibilidade efetiva de distribuição de poder ao operariado, a *cogestão* e a participação limitada não constituem verdadeira emancipação ou autonomia. Por sua vez, o *controle operário* é imposto pelos trabalhadores — mediante greves, por exemplo — e se configura "uma intervenção [...] que arranca ao patronato concessões das quais resulta uma melhoria das condições de trabalho, ou, se preferem, uma ligeira atenuação das formas de exploração".⁶ Embora o controle operário aponte avanços em relação às propostas de participação e de *cogestão*, ele não se assemelha à uma proposta autogestionária, pois não contesta a necessidade do papel dirigente dos patrões e nem mesmo das relações salariais impostas pelo capitalismo. Nenhuma dessas propostas — que concentram suas ações em aspectos econômicos e produtivos — representam *mudança radical* de sociedade ou proposta revolucionária de superação do Estado e de suas contradições, como sugerido pelos autores.

Por sua vez, em proximidade à dupla de autores franceses, Lefebvre, defende que a *autogestão* pressupõe ação revolucionária espontânea capaz de assegurar a constituição de um poder não estatal. Para ele, somente por meio de uma sociedade autogestionária "os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação."⁷ Segundo o que o autor aponta, em conformidade com a posição apresentada a partir de Kapp antes, o Estado, seja

⁶ GUILLERM & BOURDET, *Autogestão: uma mudança radical*, [1975] 1976, p.19, 25.

⁷ LEFEBVRE, *Problemas teóricos da autogestão*, [1966] 2017, p.141.

ele burguês ou não, não apenas subverte e limita o propósito autogestionário como também tenta extingui-lo a qualquer custo:

embora enfraquecido, mesmo abalado, mesmo desaparecendo no sentido de Marx, [o Estado] poderá sempre tentar se reafirmar, consolidar seu próprio aparelho, transformar a autogestão em uma ideologia do Estado para, na prática reprimi-la. [...] *o Estado por essência opõe um princípio centralizador ao princípio descentralizador da autogestão*, que se move da base ao topo, do elemento à totalidade.⁸

Diante dessa assertiva, Lefebvre sustenta que a autogestão pressupõe não apenas a contestação do poder do Estado como também do dinheiro e do mundo da mercadoria. No caso desses últimos, uma contestação que não deve negar ou negligenciar a necessidade de operar suas leis, mas que deve se reformular numa proposta de "planificação democrática" e priorização das demandas sociais. Para o autor, o princípio da autogestão "reaviva a contradição de valor de uso e valor de troca", de maneira que potencializa o predomínio do valor de uso em detrimento da produção de mercadorias.

De maneira didática, Lefebvre sintetiza quatro principais compreensões acerca da autogestão: (1) ela surge (e ressurge) das contradições da sociedade e se mostra a única maneira eficaz de contestá-las e de superá-las na proposição de um projeto de sociedade capaz de realizar um desenvolvimento qualitativo (e não meramente quantitativo) das práticas e das relações sociais com vistas à liberdade de seus indivíduos, isto é, à emancipação; (2) na sociedade capitalista, ela tem origem na luta de classes e além das contradições formatadas por esse modo de produção, somam-se também as advindas da organização, da racionalidade e da unificação social representadas pela figura do aparelho estatal; (3) para conseguir a superação da globalidade desses aspectos contraditórios, a autogestão necessita uma circunstância favorável; (4) essa estratégia precisa ser compreendida a partir de dois aspectos diferentes, o primeiro como *instrumento de luta* para abertura de caminhos/possibilidades, o segundo como *instrumento de uma completa transformação*, de baixo para cima, da sociedade. Assim, o autor explica que mesmo uma proposta autogestionária radicalizada precisa ser holística, ou seja, não pode agir pontualmente ou se limitar à aspectos parciais da sociedade, já que dessa maneira estaria fadada ao esgotamento. Ademais, retoma

⁸ Ibidem, p.140.

que o princípio da autogestão, para ele, uma noção política e prática da liberdade, não admite a presença do Estado, embora seu projeto deva ser impulsionado pelos ideais democráticos, como explica:

Em relação à autogestão radicalizada e generalizada, é conveniente rever conceitos e práticas da representação, eleição, delegação de poderes, o controle da democracia "pela base". Com o Estado sendo incapaz de coexistir pacificamente com a autogestão radicalizada e generalizada, esta deve submeter o Estado ao controle democrático "da base". O Estado da autogestão, isto é, *o Estado em cujo âmago a autogestão é elevada ao poder, só pode ser um Estado em eliminação. Consequentemente, o partido da autogestão só pode ser o partido que conduz à meta e ao fim da política, através da democracia política.*⁹

A *autonomia* deve ser compreendida, portanto, como um dos principais fundamentos da autogestão. Autonomia, do grego *nomos* "lei" e *auto* "de si mesmo", significa estritamente 'governar a si mesmo'. O conceito pode ser entendido como a capacidade humana à liberdade individual e também à coletiva. É uma qualidade de se autodeterminar por princípios, normas e leis sem quaisquer imposições externas. Nas palavras do filósofo Cornelius Castoriadis:

Autonomia: autos-nomos, (dar-se) a si mesmo as suas leis [...], a autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo.¹⁰

A partir do que expõe Castoriadis, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza faz distinção entre os conceitos interdependentes de autonomia *individual* e *autonomia coletiva*. *Autonomia* trata da capacidade (psicológica) e da possibilidade (institucional e material) de um indivíduo, de maneira esclarecida e crítica, fazer escolhas e estabelecer metas e projetos para si mesmo. O autor esclarece, no entanto, que a autonomia individual deve ser defendida e perseguida desde que em igualdade de oportunidade a outros indivíduos que compõem a mesma sociedade. Já a

⁹ Ibidem, p.141.

¹⁰ CASTORIADIS, *As encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado*, [1978] 1992, p.131-132.

autonomia coletiva remete à auto-regulamentação da sociedade por meio de instituições que garantem aos indivíduos igualdade de participação e de processos de decisão relevantes à coletividade. Sem que haja qualquer tipo de opressão, a autonomia, assegurada pelas instituições sociais, daria oportunidade aos indivíduos se autodeterminarem sem, contudo, desprezar ou desrespeitar a liberdade do outro. Assim, inexistiria a contraposição entre *dirigentes* e *dirigidos* ou, melhor entre *dominantes* e *dominados*.

Diferente de uma sociedade heterônoma – em que as normas, leis e condutas são impostas, ou seja, formuladas sem livre participação – em uma sociedade autônoma, as instituições garantiriam a liberdade dos indivíduos tanto pela autonomia individual quanto pela coletiva.¹¹ Esse significado, contudo, não limita a possibilidade de compreender a autonomia como mais abrangente. Souza reforça que o termo pode também alcançar a gestão da sociedade (e do espaço) pelo conjunto de cidadãos, não restrita ao controle do Estado e de uma pequena parcela da elite, afinal, “A autonomia coletiva pode, assim, ser entendida também como uma espécie de sinônimo de democracia radical, também expressável como autogestão (e como ‘autoplanejamento)’”.¹²

Como exemplo, a partir do final dos anos 1960, após um longo período derivado da derrota anarquista no fim dos anos 1930,¹³ as ideias e as práticas de movimentos libertários teriam alcançado na Europa “posições radicalmente autogestionárias”, baseadas num pensamento autonomista (anticapitalista e contrário ao marxismo-leninismo).¹⁴ Contudo, Souza ainda explica que as ações ‘horizontais’ e antiautoritárias desse momento teriam durado pouco e se restringido a discussões de grupos acadêmicos ou à movimentos sem grande expressão. Já nos anos 1990, principalmente na América Latina, haveria uma “nova geração” de movimentos sociais orientada pela ideia de autonomia como é o caso dos Zapatistas em Chiapas no México; os *Piqueteros* na Argentina; e uma parte dos Sem-Teto ou Sem-Casa no Brasil.¹⁵ Ainda segundo o mesmo autor, na agenda

¹¹ SOUZA, Autogestão, “Autoplanejamento”, *Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos*, 2012.

¹² *Ibidem* p. 80.

¹³ Marcado pela Guerra Civil Espanhola que ocorreu entre 1936 e 1939.

¹⁴ O marxismo era crítico do Estado capitalista, mas não da ideia de Estado em si. Já o pensamento autonomista, que tem Castoriadis como seu principal fundador, questiona alguns aspectos do anarquismo, ou seja, contesta o repúdio à instância de poder ou recursos estatais.

¹⁵ SOUZA, *Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre luta institucional e a ação direta*, [2006] 2010, p.16; *Autogestão*,

desses grupos, pautas como racismo e sexismo teriam sido acrescentadas para além das abordagens que tratavam exclusivamente da produção, ou seja, do capital e do trabalho, no debate central dos grupos dos anos de 1960 e 1970. Apesar de movimentos sociais diversos compartilharem a bandeira da autonomia e as abordagens libertárias horizontalizadas, não raro, na prática, muitos deles tratam essas questões de maneiras distintas. Esses conceitos sofrem adaptações a depender das lutas sociais e de seus contextos de aplicação. Como explica Souza, os movimentos sociais reinventam a ideia de autonomia de acordo com aquilo que é possível e com o que cabe às suas necessidades, "nem tudo é 'autonomia' no mesmo sentido, ou com a mesma amplitude".¹⁶ Dessa maneira, é possível que em cada movimento social sejam identificadas práticas distintas, ainda que enunciadas sob uma perspectiva genérica de *autogestão*, ou, mais amplamente, de *autonomia*.

Para Souza, as práticas sociais nem sempre se dão diretamente no espaço, mas o poder é exercido *no* espaço, *através* do espaço e *por meio* do espaço. Dessa maneira, a partir das contribuições de Lefebvre, o autor enfatiza a importância da *especialização* do *projeto de autonomia* herdado de Castoriadis. Logo, é possível compreender que o espaço é duplamente produto e produtor das relações sociais. Nessa direção, quando os movimentos sociais buscam alterações nas relações sociais são também exigidas ações de ordem sócio-espacial. Dessa maneira, as práticas sociais "densas de espacialidade" podem servir tanto à dominação e à coerção (heteronomia) quanto à emancipação (autonomia).¹⁷ Nessa perspectiva, os espaços heterônomos seriam aqueles produzidos por práticas espaciais impositivas e pela alienação contida tanto no adestramento dos corpos quanto das almas. Isso é, resultam das ações de *poder heterônimo*, como exemplificam os canteiros de Gilbreth e também os da produção empresarial de moradias sociais direcionada à *hipergestão* ou aos processos de racionalização construtiva pelo amplo gerenciamento dos canteiros de obras (Seção 2.1).¹⁸ Mas o autor ainda

"Autoplanejamento", *Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos*, 2012.

¹⁶ SOUZA, *Autogestão*, "Autoplanejamento", *Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos*, 2012, p.83.

¹⁷ SOUZA, *Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre luta institucional e a ação direta*, [2006] 2010, p.23.

¹⁸ SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006. Apoiado pela discussão dos conceitos de poder em "Microfísica do poder" (FOUCAULT, 1984); "L'institution imaginaire de la Société" (CASTORIADIS, 1975); "Introdução: socialismo e sociedade autônoma" (CASTORIADIS, 1983 [1979]); "A condição humana" (ARENDR, 1983 [1958]).

esclarece que o poder não seria apenas estabelecido na dominação ou na verticalidade (determinações de cima para baixo). Haveria também uma faceta dele associada à horizontalidade, que seria, por exemplo, refletida no espaço público a partir da ação dos movimentos sociais emancipatórios. Na perspectiva do "poder autônomo", o *poder popular* poderia, portanto, ser caracterizado como um *contrapoder* ou uma *contraconduta*, isto é, resistência ou luta contra um poder opressor. Daí derivam as práticas espaciais insurgentes, uma *ação direta*, isto é, a *práxis* dos movimentos sociais, que nasce da busca pela emancipação sócio-espacial.¹⁹

A resistência às forças opressoras contida na *práxis* é frequentemente exercida mediante processos de *territorialização*, como por exemplo os verificados nas ocupações urbanas (ou ocupações de terra) pelos movimentos de luta por moradia das metrópoles brasileiras. É um fato que muitos dos movimentos sociais constroem sua identidade arraigada às práticas de territorialização ou às práticas espaciais insurgentes. Nesse sentido, deve-se dar o devido reconhecimento à capacidade que eles têm de *autoplanejamento*, isto é, de planejamento insurgente do espaço.²⁰ Sem interferências do Estado, o saber-fazer contido na autoprodução, as estratégias de auto-organização e o conhecimento local compõem algumas das ações autônomas-coletivas dos movimentos insurgentes que geralmente não são apreendidas por propostas ditas autogestionárias ou participativas quando dada a *institucionalização das lutas sociais*.

Contudo, Souza alerta ser "impossível, sem dúvida, edificar uma sociedade autônoma somente 'afastando-se' do Estado", como o fazem movimentos insurgentes. Assim como previamente apontam as ideias de Guillerme & Bourdet e Lefebvre, para se conseguir alcançar algo próximo à ideia de autogestão seria necessária uma mudança absoluta na estrutura econômica e política da sociedade.²¹ A própria ideia de Estado (capitalista ou não) como instrumento autoritário precisaria ser rompida. Dessa forma, é bastante contraditório e, por isso, difícil de admitir, que o Estado, heterônimo por definição, possa condicionar, por meio de suas políticas públicas, instrumentos legítimos para autonomia dos

¹⁹ Contudo, Souza aponta da mesma maneira que nem todo movimento social carrega um conteúdo emancipatório, nem toda prática, seja ela espacial ou social, incentiva ou contribui para a *práxis*. (Ibidem).

²⁰ SOUZA, Autogestão, "Autoplanejamento", Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos, 2012.

²¹ Ibidem, p.82.

cidadãos. Mas esse Estado, a relembrar, conta com suas próprias contradições e fissuras e acaba por cumprir papel paradoxal na oferta de pequenas possibilidades de programas que contam com o protagonismo de movimentos sociais e da sociedade. Ademais, existem distinções e distâncias consideráveis entre os processos orientados à autogestão daqueles voltados à uma simples participação.

Não apenas a participação é diversa da autogestão como até mesmo o conteúdo das propostas participativas está submetido a variações e restrições. No capítulo denominado "Alternativas" do título original *La Survie du capitalisme* [A sobrevivência do Capitalismo], Lefebvre retoma alguns dos pontos esclarecidos antes sobre a proposta de uma sociedade autogerida e destaca que o conceito de participação quando desvinculado do projeto de autogestão se torna vazio de sentido. Isto é, torna-se mera ideologia e, como tal, seria passível de manipulação. O autor explica que apenas com a autogestão é possível impulsionar a participação numa perspectiva real e global. Diferente disso, propostas participativas não passariam de uma *cogestão*, ou como ele coloca, uma "gestão em contemplação passiva". Ou seja, uma proposta reformista da gestão e por consequência limitada porque não confronta a estrutura formatada pelos centros decisórios que controlam a produção e o consumo, impossibilitando, portanto, que os cidadãos participem de fato e façam escolhas reais. A autogestão, por sua vez, questiona até mesmo a pertinência da vida cotidiana e de suas "dissociações" — isto é, das separações dos aspectos da vida em diferentes ramos (privado, social, político e de lazer) — estabelecidas pelo somatório das instituições em sociedade. Essas são condições base, a superestrutura, que sustenta o poder do Estado. Portanto, para ser bem-sucedida, a autogestão precisa propor mudança radical da vida cotidiana e das instituições. Pressupõe uma "pedagogia social", ou seja, nova prática social em todas as etapas e níveis.²² Uma prática que encontra obstáculos difíceis de transpor, mas não impossíveis desde que o princípio norteador seja a autogestão irrestrita e não apenas os reformismos da cogestão e da participação, que tendem a ser cooptados pelo Estado, e reconstituir tais bases. Para isso, envolve um processo de desmembramento da burocracia e da gestão estatal centralizada. Em outros termos, do modo como reforçado, passa necessariamente pela dissolução do poder estatal e pela proposta de um novo conceito de sociedade. Portanto, a cogestão e a autogestão são incompatíveis.

²² Lefebvre, *Alternatives*, [1973] 1976, p.121, 122.

Por sua vez, o diplomata iraniano, Majid Rahnema – em crítica feita no *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power* [Dicionário do Desenvolvimento: um guia para o conhecimento como poder] – expõe que a palavra *participação* é usada de maneira um tanto arbitrária e sem conteúdo. Rahnema identifica que os termos *participação* e *participativo* surgem internacionalmente no final da década de 1950 a partir da noção de desenvolvimento aplicada aos países do Sul Global (vide explicações pontuadas na Seção 2.2). Após diversas tentativas fracassadas dos países do Norte Global em contribuir com o nosso “desenvolvimento” e “modernização”, já nos anos 1970, a discussão da participação ganha maior espaço e propostas que, pelo menos no discurso, buscam considerar as pessoas afetadas na formulação e na implantação dos projetos de desenvolvimento. Isso advém do reconhecimento de que a exclusão do público-alvo seria o principal empecilho ao alcance mais bem sucedido dessas iniciativas. Várias organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, chegaram a reconhecer que, apesar de envolverem gastos bilionários, tais ações não eram apenas limitadas ou infrutíferas como também pareciam adicionar problemas como o aumento das desigualdades sociais nas localidades trabalhadas. “Constatou-se que sempre que as pessoas estavam localmente envolvidas e participavam ativamente dos projetos, muito mais era alcançado com muito menos, mesmo em termos financeiros”. É a partir desse entendimento que teriam sido propostas políticas públicas e ações sociais baseadas na ideia da participação popular com o auxílio de ONGs e de técnicos localmente envolvidos com as realidades atingidas. No entanto, essas estratégias não parecem ter realmente contestado a noção de desenvolvimento nesses países.²³

É nesse contexto que o conceito de Tecnologia Social (TS) surgiu para contestar as Tecnologias Convencionais (TC), isto é, tecnologias feitas *pelos* e *para* as empresas privadas; capital intensivas; e voltadas a grande escala,²⁴ e evitar que elas fossem integralmente impostas aos países pobres.²⁵ As TS são genericamente definidas como quaisquer “produtos, técnicas e metodologias

²³ RAHNEMA, Participation, 2010, p.128 [tradução minha].

²⁴ DAGNINO, *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*, 2014.

²⁵ A origem do conceito de Tecnologia Social se encontra no movimento da Tecnologia Intermediária, termo desenvolvido pelo economista E.F. Schumacher como crítica à implantação e reprodução de TC em países subdesenvolvidos, assinala tecnologias com particularidades tais como pequena escala de aplicação, facilidade de execução, baixo custo, simplicidade e adequação ao meio ambiente. Em 1973, a partir da publicação do livro *Small is Beautiful* de Schumacher essas características passariam também a ser amplamente reconhecidas pelo conceito de Tecnologia Apropriada e de diversas variações a ela atribuída.

reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social".²⁶ Dirigidas, sobretudo, pela lógica capitalista, as TC resguardam os já conhecidos artifícios capitalistas de obtenção do lucro pela produtividade alavancada com a submissão e a alienação dos trabalhadores. E mais extensivamente do domínio de países do Norte pelo estabelecimento de padrões sociais e econômicos aos países do Sul. Essas estratégias, combinadas, parecem-me servir à subordinação irrefletida a valores externos, o que, sabidamente, ecoa em conflitos de toda ordem às sociedades socio e economicamente mais vulneráveis.

Ainda que orientadas pela ideia abrangente de *promover alternativas* à TC e talvez até mesmo a própria ideia de desenvolvimento, ou seja, de pensar sociedades efetivamente democráticas, é possível reconhecer a partir do *Marco Teórico da Rede FINEP de Moradia e Tecnologia Social - Rede Morar T. S.* três compreensões das TS em disputa: a *conservadora*, a *engajada* e a *crítica*.²⁷ Nessa publicação, Kapp e Cardoso discutem o termo TS e delimitam temporalmente sua inserção institucional no Brasil com descrição dessas três distintas vertentes, que embora não sejam exatamente contraditórias, abrangem diferenças importantes. A primeira delas é classificada como *conservadora*, compreendendo o adjetivo social de maneira simplória e restrita. Social nesse caso se limitaria àquilo que é "destinado aos pobres".

A segunda vertente, denominada *engajada*, tem por objetivo principal a inclusão da população nos processos produtivos. Mais que os pobres, os destinatários finais dessas tecnologias são, de maneira abrangente, os excluídos. A pobreza é compreendida aí como resultado da exclusão do processo de desenvolvimento, tal como se vê criticado pela teoria da dependência.

No entanto, o marco teórico aponta que faltaria aí questionamento das próprias estruturas do desenvolvimento tecnológico. Ademais, aponta o alcance limitado da inclusão ou da participação da população nas estruturas da proposta engajada que: "parece não ir longe o suficiente para uma reorientação do desenvolvimento tecnológico, particularmente no que diz respeito à moradia".²⁸ Por último, a terceira

²⁶ BRASIL, Projeto BRA/09/004: fortalecimento da CAIXA no seu processo de internacionalização e de fomento a ações voltadas ao desenvolvimento humano local, 2004, on-line.

²⁷ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S, 2013.

²⁸ *Ibidem*, p.95.

vertente é classificada como *crítica*. Essa postura questiona radicalmente os fundamentos do desenvolvimento tecnológico especialmente a matriz, baseada em solução de problemas, amplamente adotada no campo da arquitetura e do urbanismo. Também coloca a *autonomia coletiva* como pressuposto para enfrentamento das relações sociais de dominação.

A TS Crítica deve, portanto, ser vista como um direito de comunidades marginalizadas para enfrentamento e resolução mais efetiva de seus próprios problemas. Ainda que essa seja a abordagem que mais se aproxima das intenções de uma produção efetivamente emancipatória, na prática, as Tecnologias Sociais ou as demais políticas e projetos participativos em consonância e parceria com o Estado parecem não divergir muito das intenções das propostas conservadoras e engajadas.

Rahnema, explica que já a partir dos anos 1990, diversas razões teriam motivado os governos, assim como as instituições públicas e privadas, a adotarem o conceito de participação como estratégia básica ao desenvolvimento dos países periféricos. Até mesmo em países com regimes considerados repressivos, a ideia de participação teria ganhado alcance e passado a fazer parte de suas políticas. Dentre as razões, expostas por Rahnema, para que a participação passasse a ser considerada tão necessária e irrestrita estaria o fato de que o conceito deixa de ser percebido como uma ameaça por aqueles que o propõe. O autor expõe que os projetos de desenvolvimento desse momento tenderiam a formulação de "necessidades induzidas e viciantes, muitas das quais condicionam fortemente as mentes de suas 'populações-alvo'", gerando, portanto, grande dependência dessas populações aos serviços modernizantes propostos. Serviços esses que muitas vezes sequer faziam parte das demandas urgentes das comunidades envolvidas no projeto, mas que, por outro lado, serviam muito bem aos propósitos do Estado. Logo, as ações "participativas" tenderiam principalmente à priorização de atividades com favorecimento à manutenção do poder e ao fomento econômico. Com menor importância, encontrar-se-iam em último plano as reais demandas de cidadãos em situações de vulnerabilidade social.²⁹

Diante dessa situação, uma vez que a população já é dependente de tais "necessidades" e serviços, a participação acaba apenas por legitimar um propósito exógeno, de maneira que "projetos de desenvolvimento ou modernização que

²⁹ Ibidem, p.129 [tradução minha].

atendem principalmente aos interesses de poucos continuam recebendo apoio popular, apenas porque perpetuam a ilusão de que, algum dia, vantagens semelhantes serão estendidas a todos".³⁰ No âmbito das políticas públicas, o controle ou a participação dos beneficiários sobre o processo está sempre à mercê da concessão de agentes e recursos externos. Daí decorre a principal distinção entre autonomia e simples participação, de modo similar, entre empoderamento e emancipação, como se expõe na posição defendida por Kapp, o empoderamento, em grande parte, não passa de uma estratégia para que os pobres arquem com a própria falta de recursos, ou melhor, com sua miséria:

Participação é quando os técnicos cedem um pouquinho dos seus recursos culturais aos beneficiários dos empreendimentos habitacionais, mas continuam fazendo as regras, escolhendo a apresentação técnica, determinando em que momento outras pessoas podem dar palpite ou não e, enfim, tomando as decisões verdadeiramente importantes. (Nunca deveríamos usar os termos participação e autonomia em conjunto, porque são opostos. Autonomia significa fazer as próprias regras, enquanto participar é apenas como estar na festa de outra pessoa). Empoderamento é quando o Estado cede um pouquinho dos seus recursos políticos aos beneficiários, mas sem lhes dar poder de verdade. [...] Emancipação significa estar livre de dominação, enquanto empoderar-se é apenas manter conversação com o poder já instituído).³¹

Rahnema também pontua outras razões que se somariam a fácil aceitação e a abrangente difusão do conceito *participação*. Questões relacionadas ao fato de a participação ter se tornado política e economicamente atraente, por exemplo, parecem ter contribuído para que o termo fosse entendido como praticamente obrigatório no campo do desenvolvimento e dos projetos políticos voltados aos países periféricos. O autor expõe que as "intenções participativas" serviriam como estratégias favoráveis à imagem e, por consequência, ao crescimento econômico de diferentes atores. Aos políticos, tais estratégias serviriam para construir uma ideia de que seriam sensíveis aos anseios da população ao proporem, por exemplo, canais de escuta das demandas de movimentos sociais em administrações ditas democráticas. Às ONGs, cuja abordagem participativa é considerada menos burocrática e mais barata, essas intenções auxiliariam na captação de recursos destinados ao atendimento de beneficiários de países pobres. Já ao setor privado,

³⁰ Ibidem.

³¹ KAPP, Experiências em AT e suas questões, 2010, p.121.

apontar-se-iam como um mercado a se atuar, um novo negócio pela "privatização do desenvolvimento". Em um espectro geral, há uníssono entre participação e desenvolvimento econômico. O conceito, claramente desvirtuado, implica menos em poder convertido na atuação e na intervenção popular e muito mais no atendimento aos diversos interesses da economia por um desenvolvimento guiado pelo consumo de serviços e de atividades impostos verticalmente. Rahnema ainda revela que as populações tradicionais e vernáculas tenderiam a ser excluídas das propostas políticas de participação e nas raras situações que estariam abrangidas teriam, por vezes, seus conhecimentos rechaçados.³²

Dentre as armadilhas do empoderamento, ou como expõe Kapp, dessa "concessão limitada de recursos", Rahnema destaca exatamente as tentativas dos projetos participativos em formular um "conhecimento popular". Ele sugere que os agentes propositores da participação, ao se orientarem pelo ideal do desenvolvimento, partiriam do equivocado princípio de que seriam eles, e não os grupos participantes, os detentores de "um tipo certo de poder". Essas propostas "participativas", portanto, podem ser vistas como duplamente problemáticas; primeiro, porque desconsideram que a população participante tem um conhecimento prévio válido e potente; e segundo, porque se cria uma ilusão de que as pessoas estão contribuindo para seus legítimos interesses e não somente para ratificar algo determinado externamente. Os *contrapoderes*, vistos nas ações de resistências cotidianas, no enfrentamento legítimo de populações e de movimentos aos aparatos opressores do Estado, seriam simplesmente invisibilizados quando não totalmente suprimidos por ações desse tipo. Rahnema ainda menciona que a mudança da qual tanto almejavam muitos dos "especialistas" em empoderamento não passaria de "projeção de um ideal predefinido [...] muitas vezes altamente afetado por sua própria percepção do mundo e suas próprias inclinações ideológicas".³³

Como exposto, na prática, a participação não chega a representar risco ou qualquer tipo de ameaça ao controle do Estado, pelo contrário, a partir de um projeto manipulativo, ela corrobora aos seus interesses. Qualquer ação que indique fugir dessa condição tende a ser cooptada e redirecionada para a manutenção e para o encaminhamento de propósitos almejados por instituições (agentes) que detém o poder dominante. Dessa maneira, confirma-se o que expõe Lefebvre no

³² RAHNEMA, Participation, 2010, p.131 [tradução minha].

³³ Ibidem, p.133, 135,136 [tradução minha].

sentido de uma impossibilidade de conciliação entre Estado e princípio autogestionário.

É diante dessa conjuntura ambígua do Estado como promotor de programas abertos a uma suposta ação autônoma de cidadãos e das contradições inerentes ao conceito da participação que Souza constrói uma escala para sua avaliação no âmbito do planejamento e da gestão urbanos (Figura 2). A proposta é realizada a partir da "escada da participação cidadã" de Sherry Arnstein,³⁴ em que a autora elege oito níveis — *manipulação, terapia, informação, consulta, apaziguamento, parceria, poder delegado e controle cidadão* — para tratar do tipo de abertura fornecida pelo Estado à participação popular. Cada degrau dessa "escada" de Arnstein diz respeito ao grau de envolvimento cidadão, sendo o degrau mais baixo correspondente à manipulação, já o mais alto é atribuído ao controle cidadão, ou aquilo que ela considera ser uma autêntica participação. Mediante alterações ao trabalho da autora, Souza propõe "medir a autonomia" vinculada aos processos inclusivos também em oito escalas; que vão da situação de não participação, passando pelos graus de pseudoparticipação, até chegar aos de participação efetiva. Para o autor, os níveis inferiores dessa classificação — de baixo para cima: *coerção, manipulação e informação* — representam simulacros participativos ou mesmo a total exclusão do usuário no processo decisório; tais simulacros, pouco ou nada diferem do sistema heterônomo de produção de moradias, que, por exemplo, exclui futuros moradores do processo decisório de projeção e construção em políticas públicas habitacionais hegemônicas. Os níveis intermediários da escala são atribuídos aos processos *consultivos* e de *cooptação*, em que o Estado conquista apoio popular por canais parcialmente deliberativos sem que haja efetivo compartilhamento de poder, aí há apenas "ilusão de participação". Já os níveis superiores apresentam a *parceria*, a *delegação de poder* e a *autogestão*, como graus relacionados à participação autêntica, pois abririam espaço à gestão e ao planejamento democráticos da cidade.³⁵

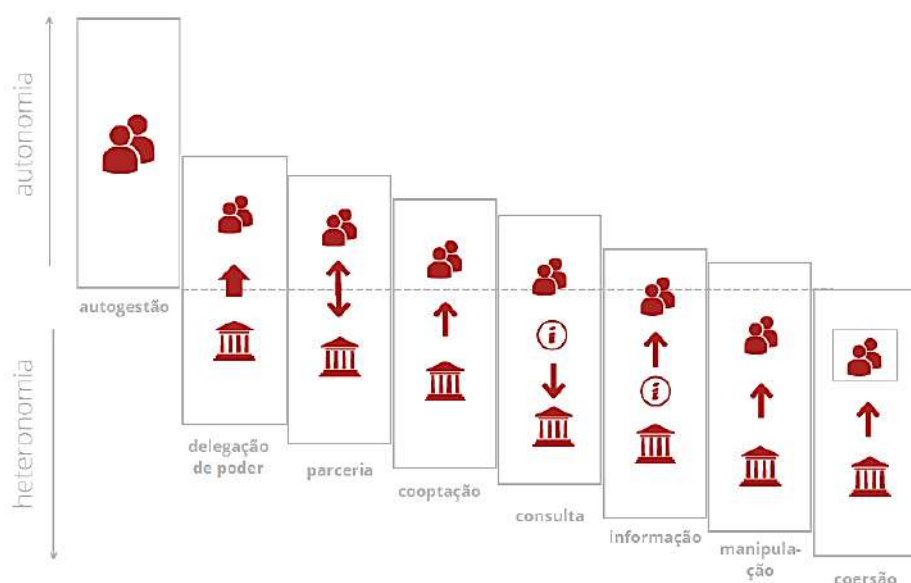
³⁴ ARNSTEIN, Uma escada da Participação Cidadã, 1969.

³⁵ SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006.

abaixo

Figura 2: Graus de abertura para participação popular na gestão e no planejamento urbanos

Fonte: adaptado por mim a partir de SOUZA, 2006



Ainda que orientados pela mesma ideia de diálogo e de participação da população, existem, dentre esses programas ditos participativos ou nesses espaços de diálogo abertos pelo Estado, abordagens muito distintas. Esse é o caso dos programas da produção autogestionária de moradias e também dos instrumentos dos Orçamentos Participativos (OPs). Para Souza, essas experiências que dão abertura para participação popular formuladas a partir de canais formais instituídos pelo Estado, diferente das ações de movimentos sociais insurgentes, não podem almejar mais do que o nível de *delegação de poder*. Afinal, a *luta institucionalizada* não substitui a *ação direta* dos movimentos sociais. Ademais, confirmando o que expõem Guillerm & Bourdet e Lefebvre, com a prevalência do poder estatal não seria possível alcançar o patamar mais elevado de autonomia plena, ou seja, de *autogestão*. Souza aponta que os OPs, por exemplo, propõem, via de regra, simples *consulta*, passando por poucos casos de *parceria avançada* e bem menos comuns com os de *delegação de poder*. Em sua análise, o autor reconhece que nenhum desses programas corresponde e nem mesmo correspondeu a uma "autêntica autogestão".³⁶ Afinal, mais uma vez, reforça-se que a autogestão, encontrada no nível mais elevado da participação popular, exigiria não apenas ação autônoma e direta desempenhada por movimentos insurgentes como também novo contexto social muito mais profundo e abrangente do que a "escala (meso)local" de atuação em que se encontram as

³⁶ O autor chega a sugerir que o exemplo que mais se aproxima de uma efetiva delegação de poder, mas não de autogestão propriamente, seria o OP de Porto Alegre (SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006, p.249).

várias políticas públicas autogestionárias tratadas aqui. Contudo, mesmo diante de uma conjuntura estruturada pelo capitalismo e pela democracia representativa, se admite a pertinência de ações confrontadoras e insurgentes ao explicar que tal contexto “não impede, decerto, que experiências autogestionárias tenham lugar, menos ou mais efemeramente e com menor ou maior impacto político-pedagógico, ‘marginalmente’, nas bordas do sistema heterônomo”. Embora ele também enfatize que essa combinação do modo de produção capitalista e da presença do Estado constitui “ambiente hostil” que constantemente impõe aos movimentos sociais os valores consumistas, autoritários e individualistas. Valores esses capazes de ameaçar, fragilizar e até mesmo subverter e extinguir os movimentos sociais insurgentes e a *práxis* deles resultada.³⁷

Em proximidade ao que expõe Souza acerca da complexidade e da diversidade das instâncias de participação popular promovidas pelo Estado, Bastos e Kapp também chamam atenção para as múltiplas abordagens possíveis no contexto da aqui denominada *autogestão institucionalizada*. Segundo as autoras, a depender da condução do processo, as experiências de produção autogestionária financiadas pelo poder público podem até mesmo recair em arranjos produtivos análogos aos encontrados na produção de interesse social hegemônica, ou seja, assemelhem-se a práticas heterônomas. Para elas, a participação dos usuários estaria condicionada pela metodologia de trabalho elaborada pela assessoria técnica, pelo preparo das famílias, pela comunicação conquistada no processo e, por fim, pelo prazo disponível para a execução das atividades.³⁸ Da mesma maneira, como mencionei na Introdução desta tese, parece que a produção de moradias por autogestão protagonizada em BH – diante das diferentes estruturas organizacionais e posturas desempenhadas por seus agentes na *rede heterogênea* – articulou arranjos produtivos também heterogêneos com o favorecimento de distintos graus de autonomia e participação aos grupos sócio-espaciais. Nesse sentido, o exemplo trazido por Kapp e Baltazar, ao discorrerem sobre os programas de urbanização de favelas realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), ilustra, similarmente aos argumentos de Souza e Rahnema, que muitas vezes processos ditos participativos servem mais à validação das decisões verticais do que a reais possibilidades de autonomia coletiva.

³⁷ *Ibidem*, p. 418.

³⁸ BASTOS & KAPP, *Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado?*, 2006.

Suas intervenções, mesmo quando bem intencionadas, são determinadas mais por poder político, burocracia, padrões técnicos abstratos, pressões do mercado imobiliário formal, conveniência para as empresas construtoras e necessidades dos bairros (formais) adjacentes do que por qualidades e potenciais locais. E o fato de que tudo isso tenha acontecido sob a bandeira da participação popular não afeta a estrutura heterônoma. [...] *a participação institucionalizada é bem mais efetiva para legitimar a heteronomia do que para empoderar os participantes.*³⁹

Sem nutrir qualquer expectativa de que o Estado escape a sua totalizante condição de manutenção do controle pela burocracia, é fundamental lembrar que qualquer ação do poder público no sentido de *conceder autonomia* aos grupos sócio-espaciais representa exceção e não regra. Além disso, como apontam as referências até aqui expostas, a ideia de autonomia coletiva que caberia a uma efetiva autogestão não se satisfaz apenas em *parcerias* ou em processos de *cogestão*. Da maneira como indicam a maior parte das iniciativas possíveis em conjunto com o Estado, na prática, parecem não passar de exemplos de pseudoparticipação. Mas Souza reconhece que mesmo quando são mediadas pelo poder estatal, tais ações têm potências que precisam ser valorizadas. Para ele: "as práticas dos movimentos 'negociadas' com o Estado, mesmo sem ser diretamente insurgentes, podem ter, sim, conteúdo crítico, e mesmo ser compatíveis com metas estratégicas radicais e insurgentes, *desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza e colonize e subverta a estratégia*". Para não incorrer em cooptação ou degeneração da luta, o autor sugere que as perspectivas *apesar do Estado* e *contra o Estado* devem predominar a *com o Estado*. Isso é o que ele aponta como uma constante permanência da condição *estadocrítica*. Logo, para preservar o movimento sem deixar de explorar as raras possibilidades ofertadas pelo Estado, seria necessário um meio termo entre a postura *estadófoba* ou anarquista, ou seja, entre aquela que repudia toda e qualquer instância de poder vinculada ao Estado, e entre uma dependência excessiva vista na postura *estadocêntrica*.⁴⁰ Portanto, há que ter cautela para aproveitar as instâncias

³⁹ KAPP & BALTAZAR, Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City, 2012, p.5 [tradução minha].

⁴⁰ "Contra o Estado" é termo originalmente utilizado por Pierre Clastres em *La Société contre L'État*, 1974.

participativas, os recursos e quaisquer outras aberturas das contradições advindas dessas fissuras, como se adverte:

Os movimentos sociais emancipatórios podem se dissipar, se enfraquecer; ser desbaratados, amansados, ou mesmo domesticados, e com isso, degradar-se e desaparecer. Mas uma *práxis* de oposição radical à ordem sócio-espacial capitalista só pode ter neles os seus protagonistas. O Estado, independentemente de conjunturas mais ou menos favoráveis para certos avanços (e que, não obstante, podem trazer consigo, e com força ainda maior, o risco da cooptação), permanece sendo uma instância de poder essencialmente heterônoma.⁴¹

No campo da arquitetura a produção autônoma parece se limitar à "situação em que moradores tomam as decisões, gerem os recursos (como na autoprodução) e têm acesso a informações, suporte técnico, financiamento e mecanismo de regularização".⁴² Especificamente na política municipal de habitação de BH, a autogestão consiste "na forma de gestão em que o movimento popular organizado gerencia todo o processo de produção do programa habitacional. São repassados aos beneficiários os recursos necessários ao investimento".⁴³ Quando a política menciona dar ao movimento popular, de *forma organizada*, a possibilidade de gerir *todo o processo* por meio de acesso aos recursos públicos, faz-se referência a uma administração em grupo, ou a uma ideia de autonomia coletiva. Na teoria se trata de uma produção controlada, ou desempenhada autonomamente, pelos grupos das famílias no núcleo de seus movimentos sociais. Contudo, refere-se a *autonomia concedida* pelo Estado, e como se apreende a partir do que até aqui se expõe, essa é uma condição ambígua que previamente limita e possivelmente ameaça essas experiências e os movimentos que lhes dão origem. Sendo assim, é necessário compreender as iniciativas ofertadas pelo Estado como feito nas críticas de Rahnema e Souza, ou seja, como passíveis de comprometimento ao potencial autônomo e insurgente dos movimentos sociais que lhes precede.

⁴¹ SOUZA, Autogestão, "Autoplanejamento", *Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos*, 2012, p. 77.

⁴² KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S, 2013, p.104.

⁴³ BELO HORIZONTE, Resolução n°II do Conselho Municipal de Habitação, de 27 de dezembro de 2018, 2018, on-line.

3.3 Experiências precursoras

Esta seção é dedicada a explicitar a contradição que carrega a denominação *autogestão institucionalizada* pela exposição de algumas experiências emblemáticas precursoras ancoradas por essa compreensão. Contudo, esclareço antecipadamente que a intenção aqui não é a de demonstrar a distância dentre os conceitos de participação, autonomia e autogestão, expostos antes, e as ações concretas desempenhadas nesses programas ou políticas. Entendendo os limites que previamente as definem, pois, como tratei antes, fazem-se pelo Estado numa sociedade capitalista, parto do pressuposto, um tanto óbvio, que nenhuma das experiências contempla ação efetivamente autogestionária, embora suscitem reflexões e contenham potências. Gostaria, no entanto, de esboçar algumas das contradições situadas na própria luta e na materialização das requisições dos movimentos sociais de moradia nas propostas dessa *autogestão institucionalizada*.

Também esclareço que pretendo apenas apontar tais experiências, sem recair, portanto, numa recuperação exaustiva da produção autogestionária do país ou mesmo numa completa exposição dos casos de São Paulo já, pertinentemente, muito estudados e divulgados.⁴⁴ Afinal, outros trabalhos de referência se propõem a essa tarefa com os necessários aprofundamento e dedicação.⁴⁵ Por ora, busco, a partir de exemplos, esboçar alguns das características e das contradições estruturais que cabem ao arranjo produtivo da *autogestão institucionalizada* no Brasil, para então, no capítulo seguinte, realizar aprofundamento a partir da descrição e análise dos estudos de caso da tese. Ademais, esclareço que os diferentes elementos implicados nesse arranjo produtivo, que resulta em experiências concretas, conformam-nas bastante heterogêneas e por isso mesmo impossibilitam arriscar generalizações extensivas de seus processos e produtos. Concentro-me, portanto, numa breve revisão histórica, apontando apenas alguns

⁴⁴ No entanto, adianto que estou amparada por referências e exemplos majoritariamente paulistas e paulistanos. Afinal, é onde se encontra a origem das experiências autogestionárias de moradias no país e também mais se formulam e concentram publicações da área de arquitetura e urbanismo.

⁴⁵ A exemplo de "Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia" de Bonduki (1992); "Lupa e telescópio: o mutirão em foco- São Paulo, anos 90 e atualidade" de Santo Amore (2004); "Sobre arquitetos e sem-tetos: técnicas e arquitetura como prática política" de Lopes (2011), "Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições", organizado por Lago (2012) e "Habitação, Autogestão & Cidade", organizado por D'Ottaviano (2021).

dos aspectos e momentos relevantes dessa produção de maneira a ser possível circunscrever os objetos de estudo da tese na conjuntura nacional.

3.3.1. Produção “alternativa” e antecedentes dos mutirões autogestionários

Na esfera Federal, são três as experiências de produção de moradias por *autogestão institucionalizada*. Elas surgem oficialmente em 2004, com a criação do Programa de Crédito Solidário (PCS); já em 2008 há muito pontualmente a Ação de Apoio à Produção Social de Moradia (APSM) e, por último, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E).⁴⁶ No entanto, muito antes, outras iniciativas servem de referência ao tema da produção “alternativa” de moradias, isto é, de experiências que se contrapõem ao modelo da produção de interesse social hegemônica e também à autoprodução de moradias, mas ainda não caracterizando *autogestão institucionalizada* da maneira como formulado nesta tese.

Ao investigar a produção das *barriadas* no Peru,⁴⁷ John Turner, crítico ferrenho de programas habitacionais como o BNH, já na década de 1960,⁴⁸ faz parte do grupo que identifica na autonomia presente na autoconstrução, um potencial singular para a provisão de moradias, até mesmo na mediação do poder público em programas institucionalizados.⁴⁹ O autor afirma que mais do que exercer o papel de construtor, nessa produção, o morador executa tarefas de organização e gerenciamento de toda obra ou o que ele denomina ações de um ‘empreiteiro geral’.⁵⁰

⁴⁶ LAGO (ed.), *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*, 2012.

⁴⁷ Os assentamentos ilegais autoproduzidos recebem nomes diversos pelos países latino-americanos, no Peru são conhecidos por *barriadas*, no Equador por *invasiones*, já na Colômbia são tratados por *barrios*, *callampas* no Chile, *ranchos* na Venezuela e *villas* na Argentina (TURNER, 2018).

⁴⁸ Autor de títulos precursores no reconhecimento dos aspectos positivos e no estímulo à autoconstrução, dentre eles “Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process (TURNER & FITCHTER, 1972) e “Housing by People: towards autonomy in building environments” (TURNER, 1977) e também assessor técnico de experiências habitacionais alternativas aos programas de produção de moradias no Peru.

⁴⁹ TURNER, *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda*, 2018. O autor trata especificamente de autoprodução com autoconstrução.

⁵⁰ Em uma obra formal, o empreiteiro é o profissional responsável pelo planejamento e pelas contratações de equipes para a obra, encarrega-se, portanto, de garantir a execução dos serviços com qualidade e prazos estipulados.

Nessa observação se caracteriza aquilo que compreendo ser a principal distinção entre a autoprodução e a produção de interesse social hegemônica, a da autogestão da obra pelo futuro morador. Diferente da produção promovida pelo Estado, que trata a arquitetura social como um objeto, Turner propõe que a habitação social seja considerada como na proposta da autoprodução, isto é, um sistema, ou, uma experiência. Como sistema, a casa seria compreendida como fruto das relações sociais e da capacidade de organização e execução da obra pelo autoconstrutor. Assim, a construção estaria constantemente em processo, portanto, aberta, "um meio [para] que o usuário possa dirigir em direções imprevisíveis e alternativas".⁵¹ Já como objeto, limitar-se-ia apenas aos aspectos materiais, como a área construída, número de cômodos e os acabamentos. Em sua avaliação, Turner faz a defesa de que os programas de interesse social promovidos pelo Estado seriam falhos exatamente porque desconsideram a autonomia dos moradores e a indeterminação espacial típica da casa autoproduzida e por proporem "projetos superficiais e sofisticados".⁵² Por "sofisticação" o autor se refere ao padrão mínimo exigido nas unidades habitacionais que contemplam acabamentos considerados desnecessários pelos moradores. Para ele, o padrão proposto nas políticas públicas habitacionais não seria coerente com as expectativas das famílias. Ao contrário, limitaria modificações futuras, como normalmente estão acostumados os pobres, e encareceria o custo do financiamento ao propor uma habitação pequena com acabamentos muito superiores aos necessários. Confirmando a análise de Turner, Ferro afirma: "É bom lembrar: tais revestimentos são, na maioria, absolutamente dispensáveis do ponto de vista técnico. Raros são objetivamente necessários. Mas consomem de 20 a 40% do orçamento de uma casa ou apartamento - a variação acompanhando os níveis da classe média atendida".⁵³

A proposta de Turner, portanto, é de que a casa das classes despossuídas seja tratada distintamente à casa burguesa, ou seja, superando a concepção de uma moradia genérica para desenvolver funções pré-estabelecidas orientadas pela tripartição de usos (social, serviço e íntimo). Mais interessante e efetivo, segundo seus ideais, seria atribuir as decisões sobre a distribuição do espaço aos moradores, da mesma maneira que se apresenta na autoprodução. Afinal, quem

⁵¹ TURNER, *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda*, 2018. O autor trata especificamente de autoprodução com autoconstrução, p.98 [tradução minha].

⁵² *Ibidem*, p.98 [tradução minha].

⁵³ FERRO, *A produção da casa no Brasil*, [1969] 2006, p.77.

melhor que o próprio morador para conceber e construir uma habitação alinhada com suas necessidades e expectativas?

Para além da análise da produção de moradias sociais produzidas pelo governo, a crítica de Turner é formulada a partir da averiguação de três diferentes procedimentos de autoconstrução empreendidos no Peru: (1) *autoconstrução espontânea* praticada em áreas ilegais; (2) *autoconstrução dirigida* por intervenção do Estado; e (3) *autoconstrução assistida*. A partir deles, o arquiteto afirma que a persistir a orientação da arquitetura como produto não deveria haver, pelo menos em tese, qualquer programa de provisão de moradias, seja com ou sem a participação dos beneficiários. Nesse sentido ele sustenta: "se o papel do governo é apoiar a ação local, as iniciativas locais não podem ser cooptadas ou dirigidas sem inibir seu potencial".⁵⁴

A *autoconstrução assistida*, segundo Turner, desenvolveria metodologias de trabalho *com*, e não, *para* os grupos de famílias beneficiárias, baseadas tanto em estratégias de trabalho (coletivo ou individual) tradicionais quanto novas, tendo em comum o planejamento e o acordo junto dos futuros moradores. Mesmo diante dessa compreensão, para ele, tanto a autoconstrução assistida, mas, ainda mais, a dirigida, apresentar-se-iam menos "eficientes" do que a própria autoconstrução espontânea. Apesar de reconhecer que a *autoconstrução* espontânea tem defeitos (tanto no produto que gera quanto em seu processo de produção), ele afirma: "o autoconstrutor espontâneo age no nível do contratante, enquanto o autoconstrutor direcionado age como um peão (embora certos privilégios especiais sejam concedidos como a organização do seu trabalho)". Ao averiguar que os programas de autoconstrução assistida e dirigida gastavam mais tempo e dinheiro do que a autoconstrução e que tendiam à desvalorização da capacidade autônoma do futuro morador, Turner passa a defender que muito além do expediente de servir como mão de obra, deveria ser função das famílias, e não do poder público, o controle total do processo construtivo.⁵⁵ Diante disso, o autor propõe:

Para uma família comum que não possui créditos ou assistência técnica, são necessários sete a dez anos para concluir o lar. Se estes fossem fornecidos, esse tempo poderia ser reduzido para sete a dez meses. Se o crédito pudesse ser colocado nas mãos das pessoas, a ordem de 50.000 casas por ano

⁵⁴ TURNER, *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda*, 2018. O autor trata especificamente de autoprodução com autoconstrução, p.162 [tradução minha].

⁵⁵ *Ibidem*, p.74 [tradução minha].

poderia ser construída com os recursos existentes e, *com um mínimo de inspeção e assistência técnica, essas casas seriam bem construídas por menos do que custam.*⁵⁶

Apesar de denominar as situações avaliadas como autoconstrução, como na concepção de Turner importa muito mais o controle que os moradores têm do processo do que seu papel ativo como construtores, seria mais adequado tratá-las amplamente por *autoprodução*. A proposta de uma autoprodução viabilizada por recursos públicos e com amparo de assessoria técnica é, pelo menos em teoria, promissora e muito próxima à ideia que dá origem e conduz os primeiros programas habitacionais brasileiros que sustentam a prerrogativa da autogestão.

Contudo, diante de um contexto de escassez econômica dos países periféricos, o uso de mão de obra gratuita para execução de produção habitacional financiada pelo Estado, o *mutirão institucionalizado*, tornou-se uma solução bastante atrativa e largamente defendida e recomendada pelo Banco Mundial a esses governos. O Grupo USINA aponta que isso tem origem nos 1970 quando o banco passaria “a apoiar com entusiasmo a autogestão em programas sociais, o que ele denomina de *self-help*. Para uma população à margem da economia formal e parcialmente estagnada, políticas de baixo custo e que envolvam o trabalho gratuito dos beneficiários aparecem *como práticas alternativas factíveis e responsáveis diante das intervenções estatais faraônicas e deficitárias dos países em industrialização*”.⁵⁷

No Brasil, as ideias de “autogoverno local” e “sistemas habitacionais autônomos” propagadas por Turner são principalmente notadas a partir da parceria que se estabelece entre ele o Banco Mundial. Parceria essa que contribui para o deslocamento de alguns dos propósitos originais formulados pelo arquiteto inglês. Isso porque a abordagem hegemônica do desenvolvimento pelo crescimento econômico, defendida pelo Banco Mundial, foi responsável por interpor uma série de contradições à emancipação e mesmo à participação em programas voltados aos países do Sul. Enquanto a USINA aponta que diante a defesa de autonomia das populações na organização de seus territórios, feita ao longo dos anos 1970, o Banco teria realizado “uma espécie de cooptação de ideias e palavras de ordem

⁵⁶ Ibidem, p.76-77 [tradução minha].

⁵⁷ USINA CTAH, Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais, [2008] 2015, p.9.

da esquerda”.⁵⁸ Ademais, a proposta de “autogoverno” de Turner é facilmente mobilizada pelo discurso neoliberal de maneira que sirva de justificativa para que pessoas em situação de grande vulnerabilidade social tenham que resolver seus problemas de moradia por conta própria, como se a condição de fragilidade em que elas se encontram não resultasse exatamente da desigualdade social.

O Nordeste brasileiro, bem mais do que Sudeste, segundo apontam Lopes e Rizek, teria sido influenciado pelas ideias de autoconstrução difundidas por Turner. Como exemplos do rebatimento das proposições turnerianas, os autores mencionam o “Projeto Taipa” (1963-1964) formulado por Acácio Gil Borsóí em Cajueiro Seco, Pernambuco; as experiências em tecnologia construtiva do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED) da Bahia; e a atuação da agência francesa GRET, por meio da atuação de Yves Cabannes, em Fortaleza.⁵⁹

Enquanto no Sudeste, pelo menos inicialmente, as ideias de Turner foram bastante criticadas e vistas com suspeita. Segundo Bonduki, elas eram recorrentemente atribuídas ao conservadorismo do Banco Mundial. O que ele declara ter sido uma posição injusta, pois Turner “expressava visão progressista”.⁶⁰ No entanto, em publicação anterior,⁶¹ o mesmo autor reconhece que a abordagem de Turner recairia em idealizações da autoprodução com encobrimento de seus problemas, dentre os quais se destacam a ausência de assessoria técnica, a baixa produtividade do trabalho, o mau uso de ferramentas e técnicas construtivas, a desorganização e os desperdícios no canteiro de obras. Essas questões, somadas ao individualismo de um processo construtivo que ocorre de maneira segregada em lotes individuais e ao grande desgaste físico ao qual os produtores estão submetidos pela execução da obra em si e também pela extensão da jornada de trabalho nos poucos momentos livres que dispõem, impossibilitariam a defesa da autoconstrução ou do *mutirão institucionalizado* como uma alternativa viável para produção de moradias econômicas e de qualidade.

Já Kapp e Cardoso esclarecem que os projetos alternativos com uso de mutirões apoiados pelo Banco Mundial são reconhecidos pela tentativa de suscitar

⁵⁸ Ibidem, p.96.

⁵⁹ LOPES & RIZEK, O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica, 2006.

⁶⁰ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.233.

⁶¹ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992.

conscientização e solidariedade entre as comunidades pobres com a “finalidade de promover a ‘integração’ dessa população à sociedade moderna. Ou seja, o diagnóstico de fundo era o de exclusão e marginalidade dessa população e sua incapacidade, por limitações próprias, para se integrar na sociedade moderna, baseada nos princípios da racionalidade individual”.⁶² Para os autores, essas críticas são agravadas pelo entendimento de que o mutirão contribui com a redução dos custos com mão de obra.

Em entrevista, o arquiteto que compunha com Sérgio Ferro e Flávio Império o Grupo Arquitetura Nova, Rodrigo Lefèvre, diz que entendia a autoconstrução como uma possibilidade de integrar mais concretamente as classes despossuídas na decisão sobre a moradia e sobre a cidade numa sociedade futura.⁶³ Para ele, algo relacionado a uma “visão de mundo” ou ainda a uma “utopia” válida como suporte ou preparação para a transição da sociedade com meios de produção individuais para uma sociedade posterior baseada na propriedade coletiva.⁶⁴ Em sua dissertação, defendida em 1981, o arquiteto diz que a autoconstrução da moradia e do bairro serviria como processo pedagógico, “utilizando o fazer como condição do pensar”.⁶⁵ Contudo, ele afirma que suas propostas teriam sido mal interpretadas, como se fizessem parte de uma defesa pela autoconstrução e pelo mutirão no contexto dos anos 1970, o que diz ser um erro, pois amparado pela teoria de Oliveira, compreendia que essas práticas reduziriam os custos de reprodução da força de trabalho e dos salários. Vide sua explicação:

Na medida em que nós falávamos em autoconstrução, na medida em que nós falávamos em mutirão [...] isso foi confundido, pelo menos pelas pessoas que nos cercavam. Elas não chegaram a perceber que nós estamos nos preparando para uma situação futura. Houve e até hoje há ainda uma grande confusão achando que as nossas propostas eram para a utilização da autoconstrução, do mutirão, na situação em que nós estamos hoje. Nós temos motivos de sobra para dizer que não era isso, pelo contrário, a utilização do mutirão, da autoconstrução hoje é um processo bem explicado

⁶² KAPP & CARDOSO, *Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S.*, 2013, p.107.

⁶³ LEFÈVRE, Entrevista a Renato de Andrade Maia, [1974] 2019.

⁶⁴ Segundo Ana Paula Koury, que organiza a coletânea de textos de Lefèvre, sua utopia foi responsável por fornecer elementos ativos para a mobilização dos movimentos sociais urbanos que vão emergir na década de 1980 (KOURY, *Arquitetura Moderna Brasileira: Uma Crise em desenvolvimento: Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*, 2019).

⁶⁵ LEFÈVRE, Projeto de um acampamento de obra: uma utopia, [1981] 2019, p.252.

pelo Chico de Oliveira, e que, resumidamente, podemos dizer o seguinte: a pessoa autoconstruindo a sua casa está rebaixando os salários. Esquemáticamente é isso, na medida em que ele está produzindo algo e, portanto, diminuindo a demanda de mão de obra. Provavelmente, se todo mundo resolvesse adotar essa linha de autoconstrução, que possibilidade daria? Simplesmente não se precisava produzir mais nada, simplesmente o custo da mão de obra baixaria a zero. Essa é uma situação radical, só para nós entendermos.⁶⁶

Sobre essa questão, Chico de Oliveira, em discussão muito posterior, realizada no "Seminário Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza", em 2006, reforça argumentos contrários aos mutirões, como posto antes. Sem realizar grandes distinções entre os mutirões empreendidos na autoconstrução dos assentamentos informais e entre aqueles utilizados na produção autogestionária de moradias,⁶⁷ o sociólogo desencoraja qualquer estímulo às práticas de autoconstrução e sobretudo à institucionalização abrangente de ações mutirantes em programas de produção de moradias financiados pelo Estado.⁶⁸ Isso porque ele compreende que os mutirões se valem da mão de obra de pessoas desempregadas e que a moradia produzida a partir desse arranjo não constitui "mercado imobiliário", ou seja, não tem valor de troca (tal e qual apresentado e contestado anteriormente).⁶⁹

Em que pese o reconhecimento de que os mutirões incorrem em sobretrabalho, Ferro trata de formular resposta à crítica de Oliveira acerca da "universalização" dos mutirões em programas de autogestão promovidos pelo Estado.⁷⁰ O autor contesta a posição do sociólogo sobre essa prática se servir do desemprego e rebater diretamente na diminuição dos salários. O que Ferro defende é que se já há amplo desemprego pouco importaria se essa massa de pessoas passasse a se ocupar dos mutirões nos programas de autogestão de moradias, afinal, para ele,

⁶⁶ LEFÈVRE, Entrevista a Renato de Andrade Maia, [1974] 2019, p.70.

⁶⁷ Mutirões autogestionários que ao mesmo tempo que servem ao barateamento das obras, servem também à aglutinação do grupo de famílias e ao fortalecimento dos ideais políticos sustentados pelos movimentos sociais.

⁶⁸ OLIVEIRA, O vício da virtude, 2006.

⁶⁹ Como exposto na Seção 2.2, a partir do que expõem: BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006; LOPES, O anão Caolho, 2006; e FERRO, Nota sobre "O vício da virtude", 2006.

⁷⁰ FERRO, Nota sobre "O vício da virtude", 2006.

já comporiam de antemão o exército de reserva de força de trabalho cuja a função é a de resguardar os salários abaixo dos valores necessários à subsistência.⁷¹ Dessa maneira, ele defende que os mutirões (dentro de programas públicos) sejam realizados “mesmo para o operariado empregado”.⁷²

É a partir da crítica formulada aos mutirões institucionalizados, que diferente de outros países periféricos da América Latina, Ásia e África — que sob a influência do Banco Mundial já experimentavam desde os anos 1960 experiências financiadas por recursos públicos em “autoconstrução, mutirão e outros programas heterodoxos” — o Brasil enfrentava dificuldades para seu emprego. Com exceção das mencionadas experiências empregadas no Nordeste, havia muita polarização em torno da discussão incitada por Oliveira e, portanto, até a década de 1980 muita resistência à aceitação delas no país.⁷³ No entanto, dentre aqueles que se aproximam de Turner e acreditavam no potencial dos mutirões para fomentar programas habitacionais alternativos à produção de interesse social hegemônica, encontra-se o arquiteto Carlos Nelson dos Santos, crítico do BNH e precursor na luta por outra compreensão da autoconstrução, como busca sustentar a partir da ação empreendida na urbanização da favela carioca de Brás de Pina.

Brás de Pina, de 1969, é apontada por Kapp e Cardoso como a primeira experiência a tratar de forma contundente a autonomia dos cidadãos nos processos decisórios aos assentamentos informais.⁷⁴ Em 1965, a partir da mobilização dos moradores, com apoio da Igreja e com a contratação de assessoria de estudantes de arquitetura, é articulado um ato de resistência à remoção investida pela atuação do BNH. O caso de Brás de Pina, conduzido pela parceria da então recém-criada Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), de 1968, com o Grupo Quadra, é bastante emblemático.⁷⁵ A experiência não apenas contestou a atuação higienista amplamente difundida nas remoções de favelas do Rio de Janeiro — num período de endurecimento da repressão do regime ditatorial contra as tentativas de resistência pela população das favelas — como também contou

⁷¹ Para o autor, outras razões, como o neoliberalismo e a ausência de reforma agrária, seriam mais relevantes do que a autoconstrução no alastramento do desemprego no país.

⁷² *Idem*, p.233.

⁷³ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.233.

⁷⁴ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S., 2013.

⁷⁵ Carlos Nelson Ferreira dos Santos compõe o grupo Quadra, escritório que realiza o projeto de urbanização da área.

com participação ativa e efetiva das famílias envolvidas para viabilização da proposta. Além desse caso, a CODESCO, chega a atuar na urbanização de duas outras favelas (Morro União e Mata Machado) objetivando a inclusão de suas comunidades nos processos de discussão para intervenção em assentamentos informais. Como apontam Kapp e Cardoso, que se baseiam nos relatos de Carlos Nelson dos Santos, essas experiências, contudo, demonstraram “distância entre a *autonomia pretendida* e aquela alcançada de fato”.⁷⁶ Isso deixa claro, portanto, as contradições que perpassam essas experiências. Mesmo que afastada de um ideal de autonomia, a urbanização de Brás de Pina é reconhecida como ponto de inflexão ao período marcado pela produção em massa de conjuntos habitacionais genéricos do BNH e por grande crise econômica e, conseqüentemente, habitacional no país.

Diferentemente da ação autônoma articulada pelos moradores de Brás de Pina, em resposta às diversas críticas feitas ao BNH – decorrentes de seu baixo atendimento da população pobre – são propostos pelo poder público programas *alternativos* que supostamente buscavam se distinguir de sua principal estratégia, isto é, a do fomento econômico via produção de novas moradias em grandes conjuntos habitacionais para classe média. Um dos programas, o Projeto João-de-Barro, conformado nos anos 1980 em São Paulo, por exemplo, incentivou a institucionalização da autoconstrução por meio de mutirões via políticas públicas.⁷⁷ No mesmo sentido, as experiências anteriores dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) de 1966, do Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB) com reformulação em 1977 e do Programa de Reurbanização de Favelas (PROMORAR) de 1979, apresentaram-se como produção “alternativa” à promovida pelo BNH. Iniciativas como essas estão alinhadas às recomendações do Banco Mundial para propostas de financiamento em países pobres e são muito convergentes às ideias sustentadas por Turner,⁷⁸ apresentadas antes. Bonduki explica que embora utilizem das estratégias da autoconstrução e dos mutirões, elas se distanciam enormemente de propostas autogestionárias, pois são geridas pelo poder público de maneira que inviabilizam qualquer autonomia das famílias e dos movimentos frente às decisões da produção. Já para o arquiteto Felipe Drago, os INOCOOPs apresentaram

⁷⁶ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S., 2013, p.106.

⁷⁷ Ibidem. FERREIRA, *Autogestão e Habitação: entre utopia e o mercado*, 2014.

⁷⁸ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S., 2013. FERREIRA, *Autogestão e Habitação: entre utopia e o mercado*, 2014.

precedente importante, pois se tratava de experiências pioneiras na formatação de política pública nacional conduzida por cooperativas habitacionais. No entanto, ele explica que na prática se mostraram cooperativas limitadas, sem efetiva perspectiva de mudança social.⁷⁹ Enquanto o professor e arquiteto Caio Santo Amore afirma categoricamente que essas “alternativas” promovidas no âmbito do BNH não passaram de “soluções marginais ao sistema”, meras estratégias de barateamento dos custos da produção dos conjuntos habitacionais pela estratégia de autoconstrução ou ainda da *institucionalização dos mutirões*. Da maneira como o autor bem explica, essas propostas se caracterizaram como:

“políticas de exceção” no sentido de Francisco de Oliveira, mesmo com o pretexto de incorporar a “regra” da produção da cidade através das mãos da própria população. Também sob o ponto de vista urbanístico, os resultados desses programas não foram capazes de romper a lógica perversa de crescimento da cidade. Por um lado, os conjuntos localizados nas periferias distantes e desprovidas de infra-estrutura não minimizaram os efeitos negativos da especulação imobiliária; pelo contrário, reforçaram-nos. Por outro, nas intervenções de urbanização de assentamentos existentes, também acabou-se produzindo favelas novas dentro das já consolidadas, tamanho o descontrole e desnortatização sobre as ampliações.⁸⁰

Além de não responderem aos problemas da produção corrente, tais “alternativas” se configuraram exceção, como expõe o relato de Farah que afirma que: “os programas tradicionais contaram com o envolvimento sistemático das construtoras. Os alternativos se baseiam em diferentes modalidades de ‘autoprodução’, excluindo, portanto, a participação das construtoras na produção de moradias. Foi, no entanto, muito reduzida a participação destes programas na produção total de habitações em todo o período de existência do BNH, *não chegando a 6%*”.⁸¹ Dessa maneira, confirma-se o que expõe Kapp sobre as soluções de políticas habitacionais que não respondem aos interesses dos capitais, nesse caso das construtoras, serem escassas e cerceadas, são uma *cota apaziguadora* como procuro descrever adiante. Isso é o que assinalam esses insignificantes 6% da produção “alternativa” do BNH que na prática, seja qualitativa

⁷⁹ DRAGO, Programa Crédito Solidário: avanços em direção à autogestão ou cavalo de Troia dentro das “muralhas” do confronto político?, 2012.

⁸⁰ AMORE, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade*, 2004, p.19,21.

⁸¹ FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*, 1996, p.54.

ou quantitativamente, sequer chegou a esboçar soluções efetivas ao grave problema habitacional enfrentado pelos pobres no país.

Cabe delimitar que essa produção “alternativa” se dá em meio a um cenário social e econômico dramático. No final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 as favelas já não eram suficientes para atender a população trabalhadora dos principais centros urbanos no Brasil.⁸² Isso somado a uma acrescida rejeição da produção pública convencional e ineficaz do BNH, a um contexto político assinalado pela adesão de políticas neoliberais e à precarização da condição social dos pobres do país – aumento no custo de reprodução, elevado déficit habitacional e salários insuficientes – levou ao surgimento de diferentes movimentos sociais reivindicatórios da redemocratização do país. Trata-se, de acordo com o sociólogo brasileiro Eder Sader, de movimentos que provocaram a emergência “novos sujeitos coletivos” ou ainda “novos personagens” que forçosamente se interpuseram como protagonistas da cena social e escancararam os problemas por eles vividos. Para Sader, seriam três as principais matrizes discursivas assimiladas na insurgência dos movimentos sociais dos anos 1970: a da teoria da libertação vinculada às várias Comunidades Eclesiais de Base (CEBs);⁸³ a da militância vista no “marxismo de uma esquerda dispersa”; e a da urgente necessidade de elaboração de um novo sindicalismo.⁸⁴ Enfraquecidas pelo período ditatorial, essas três instâncias reunidas seriam conformadoras de movimentos sociais que ambicionavam e formatavam novas práticas políticas e lutas sociais em torno da democracia e da busca pelo controle do Estado a partir de políticas públicas. Ao longo da década de 1970 essas matrizes se fundiram e a história do movimento operário passou a integrar a do movimento popular resultando na construção de um partido político de caráter popular e sindical, o PT (1980).⁸⁵

⁸² BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992.

⁸³ Criadas pela Igreja Católica na década de 1960, as CEBs dão um importante apoio na organização e mobilização social na luta por moradia do país, elas estão alinhadas às posições lidas como de esquerda, sobretudo, relacionadas à “valorização do igualitarismo, da democracia direta e da utopia socialista” com aproximação à atuação de grupos como o PT, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Central de Movimentos Populares (CMP). (Fundação Getúlio Vargas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), on-line.

⁸⁴ SADER, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*, 1988, p. 32, 167.

⁸⁵ FERREIRA, *Autogestão e Habitação: entre a utopia e o mercado*, 2014.

É diante da eclosão desses movimentos sociais e de uma generalizada e desesperada tentativa dos setores populares de se livrarem dos alugueis (responsáveis por engolir parcela significativa dos salários), que foi mobilizado em São Paulo um processo inédito com ampla adesão coletiva de trabalhadores com apoio de membros da Igreja Católica e também de acadêmicos e técnicos militantes (sobretudo, profissionais das áreas de arquitetura e assistência social), os *apoiadores*. Esse processo culminou no irrompimento de grandes movimentos urbanos e de moradia na reivindicação do direito à cidade e à habitação.⁸⁶ Ou seja, é nesse contexto que os movimentos começam a defender a moradia como um direito a ser suprido pelo Estado.⁸⁷

A luta coletiva por moradia em São Paulo (e também em outras capitais, como Belo Horizonte) vai se desdobrar então em duas formas de ação concretas dos movimentos sociais: as ocupações de terra e as pressões populares na reivindicação de financiamento e programas para produção de moradias. As primeiras ocupações de terra surgem já em 1981, pois "Inexistindo qualquer perspectiva de ação governamental, a ocupação coletiva de terras ociosas públicas ou privadas tornou-se a saída mais óbvia para se abrigar sem gasto monetário".⁸⁸ As ocupações, como mencionado antes, devem também ser compreendidas como processos de territorialização que afirmam práticas espaciais insurgentes, *práxis*, ou "poder popular",⁸⁹ contra o poder opressor do Estado. É essa *práxis* dos movimentos sociais e de seus apoiadores que vai caracterizar todo o período entre o fim dos anos 1970 e a década de 1980.

No final de 1981, a simbólica ocupação da Fazenda Itupu, localizada na zona Sul de São Paulo, nasce desse contexto. Uma ocupação significativa, pois foi a partir dela que o movimento de moradia local compreendeu e manifestou a necessidade de requisitar junto à prefeitura não somente a construção de moradias, mas também a construção de um programa habitacional. Pretendendo a elaboração

⁸⁶ A longo do período de 1980 e 1990 essa organização resultou na criação dos principais movimentos nacionais: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central dos Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e na União Nacional por Moradia Popular (UNMP) (Ibidem).

⁸⁷ Bonduki assinala que os movimentos urbanos têm origem em 1940, contudo, sem articulação tão extensiva como ocorre em 1980. O autor também aponta que até então eles se restringiam a requisições relacionadas a melhorias urbanas de loteamentos de favelas (Bonduki, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.26).

⁸⁸ Ibidem, p.28.

⁸⁹ Usina CTAH, *Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais*, [2008] 2015, p.95.

desse programa a partir de diretrizes que incluíssem "tipo de moradia, dimensão, processo de construção, valor de financiamento e prestação etc", o movimento recorreu a técnicos de várias áreas para auxiliá-los nessa empreitada. Estabeleceu-se aí um marco histórico na organização dos movimentos, nas negociações de direitos junto ao poder público e no início da atuação da assessoria técnica, que, combinados, contêm o germe da produção autogestionária de moradias do país, embora ainda sem receber tal denominação.

Outras capitais, a exemplo de Belo Horizonte, Goiânia, Manaus, Palmas e São Luiz, também contaram com movimentos sociais que se valeram das ocupações de terra, que passaram então a ser a principal estratégia para provocar a negociação entre os sem-casa (ou sem-teto) e o poder público.⁹⁰ Em palestra, Evaniza Rodrigues, liderança da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), sintetiza bem o pano de fundo sedicioso que antecedeu e impulsionou as iniciativas da *autogestão institucionalizada* em São Paulo e que, posteriormente, deram suporte a ações análogas em Minas Gerais:

No finalzinho da ditadura, muitas lutas sociais emergem, tanto lutas sindicais como também lutas territoriais, por terra, por direito à água, direito à energia elétrica, direito à saúde, direito à creche. E a luta do movimento por moradia também nasce nesse processo de redemocratização do final dos anos 80. Naquele momento, houve um gatilho importante, que foram os pacotes econômicos falidos que levaram ao congelamento dos salários, a uma recessão grande passada pelo país, ao mesmo tempo em que os preços dos aluguéis dispararam. E esse gatilho fez com que já num contexto de maior democracia [...] se comesçassem grandes ocupações de terra [...] [em] terrenos vazios na periferia, porque já não tinham outras maneiras de morar. Nesse momento, também, a gente vai ter essa organização dos movimentos de favelas, cortiços, ocupações, [e outras] formas de organização territorial por luta por moradia. E algumas iniciativas pontuais de produção habitacional, com alguns movimentos populares, ONGs, igrejas, cooperação internacional, Universidade, profissionais [que] fazem algumas experiências-piloto, ainda sem política pública, mas, que mostram que era possível [fazer] dessas ocupações massivas de terra uma produção coletiva, uma forma

⁹⁰ MORAIS, *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*, 2019.

mais participativa de ação e que potencializasse essas capacidades que estavam se mobilizando.⁹¹

Em síntese, o cenário da produção autogestionária decorreu: do período de redemocratização, assinalado no encerramento do regime de exceção (1964-1985) e na promulgação da Constituição Federal de 1988 que, dentre outros pontos imprescindíveis, passa a reconhecer o direito à função social da propriedade;⁹² do fortalecimento do novo sindicalismo e da criação de partidos políticos de orientação democrática-popular, tal como PDT (Partido Democrático Trabalhista, 1979) e Partido dos Trabalhadores (PT), que abriram canais de participação popular e buscavam propor na área da habitação soluções distintas ao modelo do BNH; e também pelo importante apoio dado pela Igreja Católica aos movimentos sociais, como se viu na ação das CEBs, que mais tarde dará suporte aos mutirões em programas habitacionais, pois reconheciam nesta atividade a possibilidade de coesão social, solidariedade e ajuda mútua entre os mais pobres e não apenas de sobretrabalho.⁹³

Para Lopes, é justamente o surgimento desses novos movimentos urbanos que possibilitou vislumbrar naquele momento uma “nova rodada de utopias” particularmente ligada ao campo da arquitetura e do urbanismo.⁹⁴ Antes disso, contudo, a já mencionada tese defendida por Oliveira e também aos inúmeros problemas verificados nos assentamentos autoconstruídos foram definidores de um cenário, até o final dos anos 1970, hegemonicamente assinalado por uma esquerda resoluta de que “qualquer apoio ou participação em programas que previsse a participação dos moradores na construção de suas casas prejudicaria o trabalhador e estaria contribuindo para a acumulação capitalista”.⁹⁵ Sobre o momento ser marcado por grande discordância no campo da arquitetura — tanto por parte da esquerda, quanto da direita, incluindo nessa equação, como já esperadas, as posições vigorosamente contrárias sustentadas pelo mercado da construção civil (capitais) e também pelo Estado — e, especialmente, resistência

⁹¹ Palestra “Movimentos de moradia na luta por políticas de habitação para todas e todos” proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

⁹² Conforme expõe o Inciso XXIII do Artigo 5º.

⁹³ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992; *Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira*, 2006.

⁹⁴ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.4.

⁹⁵ BONDUKI, *Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira*, 2006, p.232.

às propostas com base nos mutirões que começavam a ser discutidas, Bonduki apresenta:

a polarização entre adotar ou não processos alternativos na produção da moradia estava forte e, nesse debate, *uma visão considerada de direita acabava por ter a mesma posição da mais à esquerda: ambas eram contra!* Por um lado, o setor empresarial da construção civil habitacional (financiado basicamente pelo Banco Nacional de Habitação) e a maior parte da burocracia estatal especializada em política habitacional se opunham à utilização dos recursos públicos para apoiar a autoconstrução, mutirão e outros programas heterodoxos, considerados atrasados e ineficazes; por outro, na esquerda predominavam visões originárias de interpretações como a do Chico [de Oliveira], segundo a qual programas do gênero eram considerados parte da estratégia de exploração e espoliação do trabalhador e, portanto, deviam ser rejeitados.⁹⁶

Contudo, é possível reconhecer nessa polarização uma virtude, pois foi a partir dela que mais adiante se "gerou alternativas de programas habitacionais que consideraram a crítica e buscaram superá-la a partir de uma outra interpretação do significado do trabalho na construção da casa".⁹⁷ Isso, no entanto, não impossibilitou que essas iniciativas apresentassem incoerências e problemas, o que também não abranda a potência dessa articulação que se propôs à construção de *outro* modelo de arquitetura *para e pelo* os pobres no país.

Para Bonduki, é somente a partir da interpretação, formulada por ele e por Rolnik,⁹⁸ de que a moradia autoconstruída não significa trabalho não pago, ou seja, de que gera valor para seu produtor (seja por apropriação ou comercialização) é que se abriu uma brecha que "permitiu uma contraposição teórica à forte oposição que havia à institucionalização destes procedimentos alternativos".⁹⁹ Lopes, por outro lado, menciona que não havia uma teoria, pelo menos não hegemonicamente, que balizasse a ação dos arquitetos-assessores-militantes envolvidos com essa

⁹⁶ Ibidem, p.203.

⁹⁷ Ibidem, p.232.

⁹⁸ BONDUKI & ROLNIK, *Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*, 1982.

⁹⁹ BONDUKI, *Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira*, 2006, p.232. O autor também a contribuição pioneira de Sérgio Ferro com a publicação de "Casa Popular" (1967) e de Ermínia Maricato com "Autoconstrução: a arquitetura possível" e "A penetração dos bens modernos na casa popular" para compreensão do cenário da autoprodução empreendida pelos pobres no Brasil.

problemática naquele momento. Para o autor, a tentativa de conciliação, ou ao menos, de construção de nova de relação entre ofício e política, teria sido a responsável por suscitar, não um princípio norteador preponderante, mas sim um “caleidoscópio das ideias”. Calidoscópio esse que ele afirma ter sido formado pelos fragmentos da crítica de Sérgio Ferro — sobretudo da exposta em “O Canteiro e o Desenho” — juntamente à “excertos de aspirações anarquistas, conjunções idealizadas de um corte político-assistencialista da ação do arquiteto engajado com as questões sociais, concepções estetizantes da miséria e do pobre [...] ou até mesmo um certo inconformismo frente às opções que a prática da arquitetura apresentava naquele momento”.¹⁰⁰ Além disso, o autor menciona as contribuições de Turner, com a sustentação da perspectiva de “autogoverno” do morador frente à produção da sua moradia;¹⁰¹ de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, com a atuação na urbanização de Brás de Pina; e de Hassan Fathy, diante do exemplo da prática combinada do uso de técnicas tradicionais, participação popular e boa arquitetura.¹⁰² É o caleidoscópio formado das muitas parcelas dessas ideias, propostas e atuações que teria fornecido “outras vozes para as dissonâncias que já se insinuavam, entre os arquitetos” entre 1975 e o começo dos anos 1980. Para ele, é exatamente essa condição teórica estilhaçada que resguardaria os arquitetos de uma prática refratária e, sobretudo, é o que, diante das novas práticas dos mutirões autogestionários que se esboçavam nesse contexto, evitaria fazer da crítica aos problemas da autoconstrução uma doutrina cega.¹⁰³

Se partindo de uma “contraposição teórica” ou de um “caleidoscópio das ideias”, ambos os autores admitem ter sido levada em consideração a crítica da autoconstrução periférica para a busca e posterior formulação de soluções que abrangessem os mutirões num formato de produção autogestionária. Assim, as questões colocadas a partir de Lopes, somadas à interpretação elucidativa de Bonduki e Rolnik,¹⁰⁴ e às experiências prévias — a exemplo de Brás de Pina— e à herança da crítica de Ferro e também da de Turner,¹⁰⁵ parecem, juntas, provocar

¹⁰⁰ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.5.

¹⁰¹ Como se expõe em: “TURNER, *Housing by People*, 1976”.

¹⁰² Em referência à obra “Construindo com o povo— arquitetura para os pobres” (FATHY, 1973).

¹⁰³ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.5.

¹⁰⁴ BONDUKI & ROLNIK, *Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*, 1982.

¹⁰⁵ Tal como se expõe: “Em que pese a pertinência dessas críticas, o trabalho de Turner e Mangin deixou um legado importante, por incorporar à agenda da política habitacional um conjunto de necessidades até então pouco ou nada consideradas. O reconhecimento da importância da localização da moradia para o acesso às oportunidades de trabalho e às redes sociais

reação a favor da admissão de mutirões, desde que reconfigurados em nova proposta de produção de moradias populares.

Nesse sentido, a disseminação das experiências e dos ideais das *cooperativas de vivienda* do Uruguai já em 1980 no Sudeste do país— papel atribuído ao engenheiro Guilherme Coelho —¹⁰⁶ casa-se perfeitamente à necessidade de construir solução em resposta ao problema habitacional dos centros urbanos do país. Isso porque é a partir delas que foram vislumbradas vantagens à adoção da mão de obra das famílias em programas com subsídio do poder público, como esclarece Bonduki:

A influência do cooperativismo uruguaio no surgimento de propostas autogestionárias na luta por moradia foi enorme, tanto pelos excelentes resultados alcançados em termos de qualidade, custos e participação popular como por apontar uma proposta habitacional alternativa numa conjuntura onde se buscava novas soluções. [...] Neste sistema, o trabalho de construção e a gestão administrativa é feita pelos futuros moradores (autogestão). A organização adquirida pelos grupos durante a obra levou os moradores a encarar também de forma coletiva outros problemas sociais comuns. Surgiram, assim, postos de saúde, creches, bibliotecas, cooperativas de consumo em parte também autogeridas que contribuem para criar espaços de convivência comunitária e para melhorar as condições de vida dos moradores.¹⁰⁷

No Uruguai, o cooperativismo habitacional “encontra ressonâncias na história do movimento popular e socialista” e sustenta valores de ajuda mútua, solidariedade, autogestão.¹⁰⁸ Ademais, fundamenta-se na proposta da propriedade coletiva, isto é, a figura jurídica da cooperativa dá lugar aos moradores como proprietários individuais. Na Declaração de Princípios da *Federación Uruguaya de Cooperativas*

espontâneas de ajuda mútua justificou novas políticas e programas de urbanização de assentamentos precários, em oposição às políticas de remoção. Entre outras coisas, esse reconhecimento possibilitou experiências iniciais de urbanização, como aquela realizada em Brás de Pina, abordada em seguida” (KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S, 2013, p.106).

¹⁰⁶ BONDUKI & ROLNIK, *Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*, 1982. LOPES & RIZEK, *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*, 2006. BARAVELLI, *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*, 2007.

¹⁰⁷ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.35.

¹⁰⁸ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S, 2013, p.107.

de *Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM),¹⁰⁹ órgão que reúne as diferentes cooperativas, é citada a indissociabilidade entre o cooperativismo habitacional e a luta da classe trabalhadora, evidenciada pela íntima associação ao *Movimiento Sindical Uruguayo*. Já em 1968, a partir das potencialidades verificadas em projetos-piloto empreendidos no ano de 1966,¹¹⁰ foi instituído no Uruguai o *Plan Nacional de Viviendas*, também denominado *Ley Nacional de Vivienda*.¹¹¹ O instrumento recebe amparo do *Fondo Nacional de Vivienda* – uma espécie de poupança pública que destina parte dos impostos para financiamento dos empreendimentos – que constitui marco legal basilar na regulamentação e no subsídio de crédito a cooperativas habitacionais em processos amparados pelas modalidades de autogestão e de ajuda mútua naquele país. Na lei, o artigo 115 do Capítulo IX que trata sobre o sistema público de produção de habitações, prevê: “As organizações que participam do sistema público de produção habitacional prestarão atenção especial ao desenvolvimento de programas de construção de moradias por seus próprios esforços e ajuda mútua, além de estimular a construção e administração cooperativada de conjuntos habitacionais.”¹¹² Além da *Ley Nacional de Vivienda*, Baravelli esclarece que uma das cooperativas da FUCVAM, a Tacuabé, a partir de mobilização em ocupação em terreno onde hoje se instala, consegue parceria junto à Intendência de Montevideu para garantia de uma “Cartera de Tierras”, uma espécie de reserva de terras urbanas pela *Intendencia a la Federación* (Administração Federal). Nesse arranjo, o governo, sob obtenção de empréstimo do *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* e do *Banco Hipotecario del Uruguay* cede terrenos a cooperativas da FUCVAM que pagam imediatamente por eles.¹¹³ Com o valor devolvido pelas cooperativas, o governo pode sustentar o ciclo de aquisição de novas áreas a serem disponibilizadas a outros grupos. Assim, essa carteira fundiária (também denominada banco de terras) se apresenta instrumento fundamental à continuidade das ações das cooperativas habitacionais, uma vez que sustenta a

¹⁰⁹ Documento aprovado em Assembleia Nacional da FUCVAM em 1999. Disponível em: <https://www.fucvam.org.uy/declaracion-de-principios/>

¹¹⁰ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992.

¹¹¹ Lei nº 13.728/1968.

¹¹² URUGUAY, *Ley 13.728: plan nacional de viviendas*, 1968, on-line [tradução minha].

¹¹³ GOBIERNO DE CANELONES, FUCVAM firma convenio por cartera de tierras con la intendencia de canelones, 2011, on-line.

instalação de outros empreendimentos,¹¹⁴ até mesmo em áreas mais centrais da cidade.¹¹⁵

As cooperativas uruguaias incentivam *produção autogestionária* por ajuda mútua, isto é, os associados compartilham as responsabilidades nas tomadas de decisão necessárias, gerenciam os recursos e fazem parte de um processo que preconiza a convivência e a integração como conscientizadores da massa social. Nesse formato, o mutirão tem centralidade na articulação da autonomia de seus participantes, não se limitando ao simples barateamento da obra com a economia da mão de obra ocorre na autoconstrução. Portanto, é preciso compreender essas experiências mais amplamente, sobretudo, como processos que se direcionam à transformação social. Segundo aponta a FUCVAM: “O cooperativismo não se esgota na habitação, mas [...] engloba todas as necessidades como classe e não como setor preconceituoso da sociedade, [...] contribui para o desenho e participação criativa dos futuros beneficiários da cooperativa na construção de um modelo social alternativo”.¹¹⁶ Ainda que diante de problemas inerentes às contradições de diferentes gestões no decorrer dos anos, a exemplo da míngua no repasse de recursos públicos às cooperativas e “o desmonte da base sindical e o empobrecimento da nova geração de cooperados”,¹¹⁷ a experiência uruguaia continua representativa. Isso se deve não apenas à estrutura legal e de custeio financeiro que a estabelece, mas também à sua manutenção longa. São mais de 50 anos de história com a produção de habitações de reconhecida qualidade construtiva realizadas a partir de grupos cooperativados. Como proposta que não está restrita à construção de moradias há espaço para que seus ideais perdurem mesmo quando finalizada a construção. Em outras palavras, esses pressupostos estão muito alinhados à ideia de uma produção autogestionária irrestrita ao processo de construção das habitações. É uma proposta de produção que se pretende democrática ao fim e ao cabo, pois importa o processo, mas também importam seus resultados sócio-espaciais a longo prazo. Nesse sentido, a proposta não se encerra quando terminada a casa, mas busca perdurar e alterar a vida em comunidade. Dessa maneira, como colocado por Bonduki, essas

¹¹⁴ BARAVELLI, *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*, 2007.

¹¹⁵ Em 2011 a FUCVAM também firma parceria do mesmo tipo com a Intendencia de Canelones, cidade ao Sul do Uruguai.

¹¹⁶ FUCVAM, Declaração de princípios, 1999, on-line.

¹¹⁷ BARAVELLI, *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*, 2007, p.153.

experiências apontam um novo horizonte político para condução do problema da habitação no Brasil.¹¹⁸

Guilherme Coelho, em visita ao Uruguai em 1981,¹¹⁹ compreendendo os potenciais dessas cooperativas habitacionais, gravou em máquina "Super 8" um filme com imagens (sem som) dos empreendimentos recém-finalizadas, ou ainda em processo de construção, e usa da estratégia de sua ampla exibição – em diferentes sessões voltadas à técnicos, acadêmicos, membros do poder público, políticos de esquerda, militantes que buscam alternativas ao BNH e também às populações de assentamentos autoproduzidos da periferia de São Paulo – para incutir o ideário do cooperativismo de maneira bastante inclusiva. Como expõe Rodrigues: "conhecer a experiência da FUCVAM, das cooperativas, com ajuda mútua, com propriedade coletiva, com política pública, com uma lei nacional, foi muito importante pra essa ideia, que a gente já tinha a partir das ocupações de terra, a partir dessas ações aqui no Brasil, e dá concretude numa proposta de política pública".¹²⁰¹²¹ A importância de Guilherme Coelho no compartilhamento dessas experiências e conseqüentemente na conformação de um novo cenário de luta e de conquistas acerca do tema da moradia em São Paulo nos anos 1980 é exposta por Baravelli:

Sua obstinação em divulgar a habitação por ajuda mútua e depois implementá-la em Vila Nova Cachoeirinha [um dos primeiros mutirões mobilizados em São Paulo] *transformou o canteiro autogerido antes de tudo num fato consumado, passando por cima de possibilidades históricas*. É significativo que a população que realizou o primeiro mutirão autogerido de São Paulo estava até então mobilizada para reivindicar vagas no programa

¹¹⁸ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992.

¹¹⁹ Lopes explica que o engenheiro participa do "Simpósio Latino-Americano de Racionalização da Construção e sua Aplicação às Habitações de Interesse Social", promovido pelo IPT em 1981, em que são divulgadas, por grupo de representação do Uruguai, as conclusões sobre as experiências das cooperativas habitacionais por ajuda mútua. Tomando conhecimento desse caso, Guilherme Coelho teria se articulado para visitar as cooperativas ainda no mesmo ano do evento (LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011).

¹²⁰ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

¹²¹ Os movimentos de moradia se articulam para conhecer de perto as cooperativas habitacionais do Uruguai, como revela o depoimento de Lopes: "O próprio movimento de moradia desse período foi para o Uruguai. Pela primeira vez a gente entrou dentro de um avião, tendo que trocar dinheiro, não sabia direito como fazer as coisas. Pessoal foi conhecer as cooperativas uruguaias. Investiu muito conhecimento, muito esforço em conhecer essa experiência" (LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011).

PROMORAR. De fato, o movimento de moradia nunca mais seria o mesmo. [...] Em São Paulo, o filme dá um novo rumo aos movimentos sociais urbanos organizados em torno de demandas por moradia. Para eles, uma proposta habitacional por autogestão permitiria casar a luta pela universalização dos serviços públicos com a luta contra o autoritarismo de um Estado ainda sob governo militar.¹²²

O cooperativismo por ajuda mútua uruguaio se mostrou, portanto, de fundamental relevância na tentativa de compreender aspectos pontuados na desaprovação aos mutirões, ou no uso da mão de obra gratuita dos futuros moradores, em políticas e programas públicos habitacionais. Em outras palavras, a experiência fortaleceu a "busca por uma alternativa teórica e prática que justificasse a adoção de processos produtivos que previssem a participação do morador na edificação de sua moradia, desde que afastasse o caráter espoliador, individualista, atrasado e de baixa produtividade" que caracterizam a autoconstrução das periferias.¹²³ Mesmo sem encontrar respaldo na legislação brasileira para criação de "cooperativa de habitação, autônoma e autogerida", tal como sugerido pelo modelo desenvolvido no Uruguai, começa a circular, tanto em meio aos acadêmicos-militantes e demais apoiadores, mas, igualmente em meio aos movimentos populares e às comunidades das periferias, a defesa dos princípios de autonomia, denominados amplamente *autogestão*, para encaminhamento de programas habitacionais financiados pelo poder público. Dessa maneira, os ideais da produção de moradias por autogestão no Brasil, inspirados pelas experiências de cooperativismo do Uruguai e apoiados por assessorias técnicas, são esboçados e passam a constar na agenda dos movimentos sociais. Da maneira como assinalada no título deste capítulo, isso, contudo, faz-se pela contradição. Além do que apontei antes, o Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (USINA CTAH) traz outros elementos que revelam com maior nitidez o caráter contraditório contido na defesa de uma política pública com ideais autogestionários:¹²⁴

O lema da autogestão como alternativa para a organização dos trabalhadores, sempre associado a uma disputa pela repartição da riqueza

¹²² BARAVELLI, *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*, 2007, p.113.

¹²³ BONDUKI, *Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira*, 2006, p.236.

¹²⁴ Grupo de assessoria técnica multidisciplinar, fundado em 1990 e que até hoje presta apoio aos movimentos populares. O USINA CTAH é pioneiro na produção de habitações populares por meio da autogestão, dos processos colaborativos de projeto e dos mutirões autogestionários.

socialmente produzida, por meio da utilização do fundo público, ocupações de terras e manifestações de todos os tipos, *aparece com essa condição histórica peculiar: cobra uma política pública e ao mesmo tempo recusa a intervenção do aparelho estatal como agente implementador* (de cima para baixo). Há, assim, um caráter aparentemente paradoxal na reivindicação de uma autogestão que é dependente do fundo público, *constituindo um campo de semiautonomia, altamente conflituoso, que oscila entre a necessária repartição da riqueza e uma perda progressiva de independência de suas organizações*. Essa "autogestão à brasileira" esteve associada também a uma cultura organizacional e a valores do cristianismo progressista das comunidades de base, muito mais do que a uma motivação política anarquista ou socialista.¹²⁵

É sob a influência das iniciativas uruguaias, e desses tantos outros pontos mencionados, que a proposta do mutirão, acrescida da prerrogativa de autogestão da produção habitacional, passa ao longo do tempo a ser admitida, profusamente requerida e reverberada nessa contraditória "autogestão à brasileira" que busco aqui visibilizar.

3.3.2. Mutirões de São Paulo

Em São Paulo, a partir de 1982, diante da conjuntura apresentada e acrescida da "presença no Legislativo de vereadores e deputados eleitos com o apoio dos movimentos", emergiu uma articulação possível entre os parlamentares, sobretudo os do PT, e os movimentos sociais. Vinculou-se então às pautas da população organizada "questões de naturezas mais gerais, como legislação urbanística, orçamentos, programas públicos etc". Nesse contexto podiam ser observadas três distintas posturas desempenhadas pelos movimentos: a meramente reivindicatória; a contestatória; e a participativa da gestão pública.¹²⁶ Esta última se relacionou a uma atuação inédita que rebateu na busca por políticas públicas habitacionais que passaram a ser endossadas pelo poder público. Bonduki explica que as administrações municipal e estadual assumidas pelo PMDB em 1983,¹²⁷ por colocarem a habitação como prioridade de governo e por

¹²⁵ USINA CTAH, *Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais*, [2008] 2015, p.93.

¹²⁶ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.35.

¹²⁷ "O PMDB surge em 1979 com uma composição muito de centro-esquerda. Só que vai se transformando ao longo dos anos" (MOREIRA, *De criação na ditadura até rompimento com governo: o PMDB em 10 capítulos*", 2016, on-line).

constarem em sua plataforma política as propostas de participação e descentralização, apontavam rumos promissores e convergentes aos interesses dos movimentos de moradia daquele momento.

Assim, inspiradas pelas *Cooperativas de Vivienda* do Uruguai, apoiadas por assessores técnicos e por outras propostas e movimentos de moradia que emergiram durante as décadas de 1970 e 1980, resultaram dessa articulação diferentes “experimentos localistas” ou ainda “utopias que ainda não tinham lugar”, como coloca Lopes.¹²⁸ Ocorridas entre 1982 e 1985 — utilizando recursos públicos da COHAB-SP e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Estadual (CDH)—¹²⁹ destaco dentre elas as experiências precursoras de Vila Nova Cachoeirinha (1982), Recanto da Alegria (1983) e Vila Comunitária de São Bernardo em São Paulo (1985). A região Sudeste do país, especialmente São Paulo, contou então com as primeiras iniciativas em mutirões calcados, ou ao menos motivados, por princípios autogestionários e por propostas vanguardistas na produção da moradia popular.

Impulsionados pela perspectiva da autogestão, os movimentos passaram a formular uma proposta que utilizasse o potencial verificado nos mutirões da autoconstrução somado à presença de assessorias técnicas e de disponibilização de recursos públicos, buscando converter mero *mutirão institucionalizado* em *mutirão autogestionário*. Em síntese, ainda no começo dos anos 1980, as requisições dos movimentos de luta por moradia de São Paulo — que mais tarde se transmitem a Minas Gerais—foram balizadas pelas seguintes propostas:

formação de entidade representativa da comunidade organizada, encarregada de promover e gerir todas as etapas do empreendimento habitacional; a obtenção de terra com recursos governamentais, a serem repassados à entidade a custo zero; obtenção de financiamento compatível com renda em torno de um salário mínimo, para a compra de material de construção suficiente para a construção de uma casa com aproximadamente 40 m²; construção da casa através da utilização, ao menos em parte, da mão-de-obra da própria comunidade organizada em mutirões coletivos; subsídio para execução da infra-estrutura; gestão pela entidade de todo o processo de escolha e compra do material; constituição de equipe técnica de confiança da comunidade para assessorá-la na

¹²⁸ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011.

¹²⁹ D'OTTAVIANO (ed.), *Habitação, autogestão & Cidade*, 2021.

elaboração do projeto, no controle e organização da obra e nos contatos com órgãos públicos.¹³⁰

Além da defesa da gestão da produção da moradia (e do mutirão) pelos futuros moradores — incluindo autonomia das famílias na definição do projeto arquitetônico e urbanístico, na lida com os recursos financeiros e na compra de materiais — outros elementos, relacionados à qualidade da moradia e também do processo construtivo nos canteiros, passaram, ao longo do tempo, a ser incorporados e requisitados por todos.

Contudo, tais ideais ocorreram em meio a um cenário de crescente e generalizada carência de recursos econômicos, especificamente do Sistema Financeiro de Habitação (então articulador dos subsídios da habitação), resultando na constatação — do poder público e dos próprios movimentos de moradia — ser praticamente impossível realizar uma produção de moradias populares em massa sem utilização da mão de obra voluntária (ou gratuita). Bonduki explica que a crise econômica que assolava o país em 1983 levou as administrações do PMDB em São Paulo a incentivarem os mutirões institucionalizados, no que me parece ter sido uma proposta convergente às “alternativas” do BNH e praticamente limitada ao barateamento dos empreendimentos pelo uso da mão de obra das famílias. A USINA CTAH também coloca que as políticas públicas que surgiram desse contexto de ampliação democrática associada à crise desenvolvimentista juntamente à interferência direta de organismos multilaterais (como o FMI, a ONU e o Banco Mundial) “inesperadamente começam a verificar ‘virtudes’ na capacidade dos pobres de se responsabilizarem por sua própria reprodução social”. Isto é, o poder público assume postura conivente e incentivadora dos pobres fazerem gestão da própria pobreza por meio da autoconstrução de moradias com recursos públicos.¹³¹ Assim, longe de responder efetivamente à requisição de autogestão da produção habitacional pelo movimento de moradia — como feito na ocupação da Fazenda Itupu — as primeiras iniciativas resultadas desse cenário são bastante limitadas na proposta de conceder autonomia aos movimentos (e às famílias) sobre a política pública, mas muito permissivas no uso da mão de obra gratuita em mutirões. Demonstrando, portanto, que na prática

¹³⁰ BONDUKI, Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira, 2006, p.41,45, 52.

¹³¹ Sobre as posturas desempenhadas pelo Banco Mundial na década de 1970 e 1990. USINA CTAH, Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais, [2008] 2015, p.95.

existia uma grande distância entre o que preconizava esse governo e o que de fato estava disposto a fazer.

As barreiras encontradas pelos movimentos de luta por moradia no emprego de uma produção autogestionária na cidade de São Paulo se sintetizam nessa explicação: “a nova administração [municipal do PMDB] – salvo honrosas exceções – não pretendia perder o papel tradicional de gerir os projetos habitacionais, não tinha intenção de delegar este poder às organizações populares. Para ela a participação dos moradores era trabalhar em mutirão e só”.¹³² Consoante, Ferreira aponta o caráter aplacador dessas propostas ao explicar que a “solução de vários governos foi recorrer ao mutirão, como uma opção barata para responder às demandas e à pressão social”.¹³³ É dessa condição de o poder público fornecer subsídio para os movimentos sociais sem, contudo, responder efetivamente às suas requisições que denomino uma ação voltada ao apaziguamento.

Como disse antes, apesar de naquele momento o contexto ser assinalado pela compreensão da crítica de Francisco de Oliveira (e outros autores) acerca do sobretrabalho e por isso não ser atribuída à autoconstrução uma prática de resistência, os movimentos de moradia conseguiam – com o suporte de seus apoiadores e com os exemplos do cooperativismo habitacional uruguaio – vislumbrar a partir dessa atividade de construção uma alternativa possível à produção até então promovida pelo Estado. A opção pelo mutirão se devia então a dois potenciais aspectos vislumbrados por movimentos e seus apoiadores: reduzir os custos das obras; e servir como “escola de autogestão” em que a organização coletiva para a construção das habitações viabilizaria exercícios de solidariedade, cooperativismo e, conseqüentemente, prosseguimento dos princípios da autogestão para encaminhamento de outros aspectos do cotidiano das pessoas envolvidas. Assim, a falta de recursos financeiros somada a essa interpretação fez da defesa de uma alternativa à produção pública habitacional praticamente uma defesa direta pela construção realizada pelas próprias famílias, ou seja, pela ajuda mútua ou pelo mutirão.¹³⁴ A requisição dos movimentos por um programa de moradias executado com uso do mutirão, como posto, aparenta um paradoxo. O emprego de mão de obra gratuita (convertido no mutirão) até então mordazmente

¹³² Ibidem, p.47.

¹³³ FERREIRA, *Autogestão e Habitação: entre a utopia e o mercado*, 2014, p.89.

¹³⁴ BONDUKI, *Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira*, 2006, p. 164.

negado pela esquerda (e por quase todos os demais campos) passa a ser defendido pelo governo visando economia de custos e também a ter caráter fulcral nas reivindicações de parte dos movimentos sociais urbanos dos sem-casa/sem-teto, até então focados quase que exclusivamente na luta por terra e mobilizados na estratégia das ocupações.

Parece que é daí que decorre a confusão semântica em que se resume equivocadamente a autogestão às práticas dos mutirões. Afinal, até hoje perdura nos discursos daqueles que tratam do tema da autogestão uma classificação sinônima ao mutirão. É como se considerassem que para um processo ser autogestionário, ele necessariamente precise contar com mão de obra mutirante. Embora não exista necessariamente essa associação de dependência de uma coisa (mutirão) com a outra (autogestão), ou vice-versa, e autogestão represente para os movimentos de moradia muito mais do que atividades de construção a serem executadas pelos futuros moradores, a *autogestão institucionalizada* na produção de moradias no Brasil se confunde realmente com a atividade mutirante. É um fato que historicamente os mutirões foram a principal modalidade de construção dos processos autogestionários da produção de moradias no Brasil. Lopes e Rizek tratam da complexidade na distinção dos termos ao indagar:

Como é formulada a distinção entre mutirão e autogestão? Há, sem dúvida, uma pluralidade de significados apostos, tanto no campo de abordagem dos gestores públicos quanto dos movimentos, das assessorias técnicas e da produção acadêmica. Entretanto, cada significado implicará uma distinção maior ou menor entre os dois termos, conduzindo, muitas vezes, a uma confusa e muitas vezes útil submissão de um termo ao outro.¹³⁵

A experiência inaugural de Vila Nova Cachoeirinha, como relata Bonduki, viabilizada pela organização de 400 famílias da Vila Maria, apesar de mirar na criação de uma cooperativa habitacional autogestionária e angariar uma gleba junto ao poder público para construção das moradias, encontrou inúmeros limites para colocar em prática a perspectiva da autogestão que a mobilizava e a orientava. A partir da constatação de inviabilidade legal de se formatar cooperativa no Brasil da década de 1980, o processo foi conduzido por meio da Cohab-SP e com isso exemplificou os embates mais evidentes de uma experiência que confronta os interesses do Estado. Prefeitura e Cohab, buscando a sustentação da

¹³⁵ LOPES & RIZEK, O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica, 2006, p.49.

posição que ocupam como aparelho controlador, interpuseram limitações intransponíveis às famílias na gestão da proposta. Embora houvesse oposição dos movimentos e batalha pela autonomia, participação e decisão sobre todo o empreendimento, na prática, a produção de Vila Nova Cachoeirinha foi inteiramente gerida pela própria Cohab. Já as famílias, acabaram desempenhando apenas o papel de mutirantes, o que era bastante condizente com a intenção do governo de barateamento das obras. Os problemas decorrentes da burocratização caracterizante do poder público na viabilidade dessas experiências são bem expressos nessa passagem:

Se por um lado a prefeitura teve de responder aos movimentos comprando-lhes terra, por outro fez com que eles caíssem numa estrutura administrativa que não era sensível às suas propostas, já que estas contrariavam sua mecânica centralizada de decisão e funcionamento. Os desacertos da máquina da administração municipal, onde se destacam as posições divergentes entre secretarias vinculadas ao problema da habitação, ou mesmo entre diferentes diretorias da Cohab; a morosidade de toda a máquina, muitas vezes proposital e a dificuldade em obter recursos foram, entre outros, aspectos que desgastaram profundamente os movimentos nas negociações com a prefeitura, tornando mais difíceis a mobilização e a manutenção das mesmas pessoas na luta.¹³⁶

São experimentos como esses que, embora limitados, contribuíram, segundo Lopes, para o início de uma “aproximação qualificada” entre arquitetos e sem-tetos, como ele amplamente denomina os sujeitos imbuídos da problemática de moradias dos pobres aí implicados. Ainda que tenham ocorrido outras experiências de assessoria técnica ao longo dos anos 1970 e 1980, a exemplo da desempenhada pelo grupo QUADRA em Brás de Pina, tal aproximação desembocou numa atuação inédita desses profissionais engajados com as lutas dos movimentos de moradia, como exemplificam as importantes ações de assessoramento técnico desenvolvidas pelo Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes (Lab-Hab, 1982-1986) e mais tarde pelo seu sucessor, o Laboratório de Habitação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).¹³⁷

¹³⁶ Ibidemp.48-49.

¹³⁷ O fechamento do Lab-Hab decorreu de uma série de problemas no curso de Arquitetura e Urbanismo daquela faculdade, que, em síntese, demitiu os professores e impossibilitou a continuidade dos trabalhos ali desenvolvidos. Isso, no entanto, desdobrou-se em outras iniciativas que buscavam dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, como aquelas relacionadas à

Sem idealizar ou perseguir sua “função social”, os assessores técnicos buscavam naquele momento, como é esperado da posição que assumem nesse arranjo produtivo, apenas se sustentar a partir do próprio ofício. Contudo, nesse caso, a prática profissional se atrelava ao projeto e à construção de habitações “*para os pobres e com os pobres*” a partir do diálogo estabelecido com os movimentos sociais. Impulsionada pelo contexto de efervescência das lutas sociais do país, redemocratização e demais pontos que conformavam o *caleidoscópio das ideias* antes mencionado, houve a partir das experiências desse período, dentre outras questões, a busca pela aproximação entre arquitetos e operários da construção, pelo desenvolvimento de soluções construtivas que permitiam esboçar e especular acerca da construção de novas relações entre “Técnica e Política”.¹³⁸ É daí que decorrem as práticas de técnicos que passaram mais amplamente, por meio de assessorias, a desempenhar posturas compromissadas com o planejamento urbano e com a questão da produção da moradia no país em interlocução com os movimentos sociais. Nesse sentido, Lopes coloca em evidência a dimensão tecnológica da produção autogestionária de moradias e da necessária compreensão de sua indissociabilidade como prática política. Segundo o autor:

Estes ‘experimentos localistas’ fizeram escolas — literalmente — e organizaram uma extensa rede de profissionais que se engajaram no planejamento e na produção habitacional no país. Criaram a cultura da “assessoria técnica” aos movimentos de moradia, consolidaram uma postura mais “diluída”, digamos assim, da ação profissional do arquiteto, formaram professores, resgataram o problema da moradia como uma questão da — e para a — arquitetura etc. etc.¹³⁹

É preciso mencionar que, embora os movimentos de luta por moradia já assinalassem a busca por uma produção popular autônoma, — com vistas à garantia de moradias de maior qualidade e menor custo — inicialmente a noção de autogestão propriamente dita não era compreendida claramente nem mesmo dentre as lideranças. Nesse sentido, Bonduki esclarece a importância das assessorias técnicas para provocar, mesmo que de maneira subentendida, os

inauguração dos Laboratórios da Habitação da UNICAMP, da Faculdade de Arquitetura de Santos e da PUC de Campinas. As minúcias da criação e do fechamento do Lab-Hab estão expostos em: LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011.

¹³⁸ Ibidem, 2011, p.50, 6, 11, 50.

¹³⁹ Ibidem, p.6.

preceitos autogestionários dentre os movimentos populares e também para conquistar espaço e recursos para viabilização dessas propostas.

Sem a presença de assessoria técnica teria sido impossível, na época, aos movimentos formularem programas alternativos, estabelecerem formas de controle da ação do poder público e assumirem integralmente a gestão do processo de produção da moradia. Negar a importância deste papel é não reconhecer que existe um saber técnico que os setores populares não dominam. Estes não poderiam formular um programa habitacional alternativo se não dispusessem de informações e instrumentos analíticos essenciais, que somente puderam obter, com confiança, por contarem com assessoria autônoma do poder público. Não é por outra razão que foram buscar esta assessoria -e não ao contrário [...]. A reivindicação de contarem com seus próprios assessores foi incluída como um dos pontos prioritários de vários movimentos, que solicitaram a inclusão nos custos de moradia de uma porcentagem destinada à remuneração dos técnicos pela própria comunidade.¹⁴⁰

Em meio a essas primeiras experiências de mutirões financiados pelo poder público, em agosto de 1984, ocorreu em São Paulo o "I Encontro dos Movimentos de Moradia – por um cooperativismo de ajuda mútua e autogestão", evento suscitado pela ocupação da Fazenda Itupu e organizado por assessores técnicos. A importância desse Encontro se deveu, em especial, à possibilidade da articulação de todos os movimentos locais simpatizantes da perspectiva da produção autogestionária. Bonduki esclarece que o evento foi frutífero e possibilitou um significativo desenvolvimento político das lideranças dos movimentos que então perceberam os aspectos convergentes no enfrentamento de suas demandas, lutas, propostas e obstáculos, com isso contribuindo para "a percepção de que juntos seriam mais fortes". O autor também aponta que foi nesse evento que ocorreu um primeiro contato direto das lideranças do movimento paulistano com os representantes da FUCVAM e do Centro Cooperativista Uruguaio (CCU). É também desse encontro que decorre a formação da Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão, que mais tarde dará origem à União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e

¹⁴⁰ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.46.

Interior (UMM-SP, 1987),¹⁴¹ a principal responsável por encaminhar a perspectiva da autogestão nas propostas de programas habitacionais dos anos 1990.

Já o "II Encontro dos Movimentos de Moradia", realizado em novembro de 1985, tratou quase que exclusivamente do tema do mutirão. Já havendo passado por experiências concretas, as famílias e lideranças dos movimentos que participaram do evento colocaram em pauta as muitas dificuldades enfrentadas no cotidiano das obras. Além das questões relacionadas ao sobretrabalho e ao grande esforço físico implicado nessas atividades conduzidas aos finais de semana, foram também debatidas as pautas do machismo, em que as mulheres pontuaram que os homens delas desdenhavam nas obras; da organização e das relações de trabalho desenvolvidas nos canteiros, em que os mutirantes expuseram problemas de hierarquia, divisão desigual das atividades, autoritarismo e de controle desempenhados pelos mutirantes-monitores e pela coordenação. Sobre esses últimos aspectos, Bonduki salienta que lideranças e técnicos, seja por ausência de outros exemplos, ou por "tendência autoritária e burocrática da sua própria formação política", isto é, pela posição e pelos recursos que dispõem, acabariam reproduzindo nos mutirões normas e regras tais quais as muito difundidas em ambientes empresariais. Isso refletiria numa dificuldade de aceitação pelos mutirantes, afinal, diferente da autoconstrução "O mutirão significa necessariamente abrir mão da liberdade individual para aceitar uma alternativa formulada coletivamente". Acostumados com a autonomia individual irrestrita da autoconstrução, a normatização imposta aos mutirantes parece ter se apresentado como um fator problemático a esses sujeitos já normalmente bastante submetidos à heteronomia. Ademais, a gestão autoritária de lideranças e assessores assinala a proximidade desses mutirões aos processos tradicionais de construção, podendo potencialmente comprometer o potencial aglutinador da proposta e, conseqüentemente, limitá-la à mera economia de custos das construções.¹⁴²

Nesse II Encontro também foram discutidas outras questões como a necessidade de formalizar e constar em estatuto da Coordenação os princípios de ajuda mútua, solidariedade, autogestão e propriedade coletiva, todos eles em consonância com os exemplos das cooperativas uruguaias. Sobre esse último aspecto, a defesa da

¹⁴¹ MORAIS, *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*, 2019.

¹⁴² BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.52, 158.

propriedade comum estava relacionada ao entendimento do movimento de moradia de que seria mais fácil resistirem coletivamente às possíveis tentativas de desapropriação por parte do poder público do que individualmente.¹⁴³ Ainda sobre a questão da propriedade coletiva, Bonduki relata que antes desse II Encontro, em 1982, especificamente na experiência da urbanização da favela Recanto da Alegria (SP) – um dos projetos-pilotos do programa habitacional reivindicados e negociados pelo movimento junto ao poder público – os técnicos do Lab-Hab que assessoravam as famílias chegaram a propor que os lotes não fossem delimitados e que fosse estabelecida a propriedade coletiva ou, ao menos, houvesse o estabelecimento de condomínio. Tais propostas, no entanto, “foram maciçamente rejeitadas pelos moradores”.¹⁴⁴ Embora o princípio básico da propriedade comum passe a constar em estatuto e essas primeiras ações de mutirões se orientem pelos preceitos do cooperativismo habitacional uruguaio (que também prevê a comunização da propriedade) no Brasil, via de regra, as experiências da autogestão institucionalizada reforçam a defesa da moradia como sinônimo de defesa ao direito da propriedade privada individual.

A crítica e a ênfase dadas aos aspectos problemáticos dos mutirões, como debatidos nesse “II Encontro dos Movimentos de Moradia”, revelam tanto o papel dos técnicos ao incutir os ideais dessa proposta junto aos grupos assessorados, quanto uma reflexão deles (movimentos e famílias), propiciada pela experiência da prática, acerca da distinção entre a concepção do mutirão e a noção mais ampla do conceito da autogestão. Como resultado:

Não se rejeitou o mutirão, que continuou a ser considerado um instrumento importante para baratear o custo de moradia, organizar os moradores e desenvolver a autogestão. Mas frente à avaliação dos seus custos, em termos de desgaste físico e esforço adicional ao trabalho cotidiano, decidiu-se que seriam reivindicados recursos para remunerar, ao menos, parte da mão-de-obra necessária à construção. Ficava cada vez mais clara na prática a distinção entre autogestão e ajuda mútua avançando numa análise crítica do mutirão, desmistificando-o, mas compreendendo sua importância na concretização da proposta autogestionária.¹⁴⁵

¹⁴³ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*.

¹⁴⁴ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.68.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.55-56.

A partir das discussões desse Encontro ficou ainda mais evidente a necessidade de se promover ações atreladas ao desenvolvimento de mutirões com racionalização construtiva e maior facilidade do trabalho a ser desenvolvido nos canteiros de obras, além, é claro, de contemplarem a qualidade física, construtiva, projetual e estética das moradias, de conseguirem economia de recursos financeiros e de servirem de meio para organização da prática da autogestão e do cooperativismo. Desse entendimento decorreram ações empreendidas principalmente pelo Lab-Hab da Escola de Belas Artes que ensaiou uma experiência com uso de solo-cimento no Recanto da Alegria, mas sem sucesso, pois a técnica se demonstrando inadequada e foi logo rechaçada pelos moradores; já a Associação Comunitária de São Bernardo tentou, por sua vez, financiamento independente para incorporar uma produção de pré-fabricados leves em argamassa armada em seu canteiro.¹⁴⁶ Buscando responder às demandas dos movimentos diante às dificuldades enfrentadas nos mutirões, o Lab-Hab também desenvolveu frentes de pesquisa relacionadas à produção de inúmeras alternativas construtivas, tais como o sistema de formas deslizantes para paredes de solo-cimento, realizados pelo CEPED na Bahia e também pelo IPT em São Paulo. Contudo, "estas referências acabavam revelando suas enormes incongruências, enquanto sistemas propostos para aplicação em contexto paulistano", situação justificada tanto pela escala e dinâmicas impostas pela cidade quanto pela concepção que os futuros usuários faziam das próprias moradias.¹⁴⁷

Segundo aponta Lopes, o papel do engenheiro Guilherme Coelho não teria se restringido a demonstrar a potência da ajuda mútua a partir da divulgação das cooperativas uruguaias, seu filme teria contribuído também para a "construção de um imaginário tecnológico". Nesse sentido, o Lab-Hab, dentre outras práticas de assessoria aos movimentos de moradia, concentrou esforços em transpor o modelo de boa arquitetura visto nas cooperativas uruguaias à realidade brasileira. É desse *imaginário tecnológico*, que teria sido incutido pelas imagens das cooperativas uruguaias, e também pelas referências da pré-fabricação em argamassa armada desenvolvida por Lelé, que derivou o esforço do arquiteto Joan Villà (então coordenador do Laboratório),¹⁴⁸ apoiado pelo engenheiro Yopanan Rebello, na elaboração da proposta de um sistema pré-fabricado que

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.81.

¹⁴⁸ Também fazia parte da coordenação o arquiteto Nabil Bonduki (Ibidem).

abaixo

Figura 3: Sistema pré-fabricado composto por painéis de cerâmica vermelha armada

Fonte: BONDUKI, 1992

compreendesse não apenas a qualidade do produto como também a do processo da construção (Figura 3). Para atender a essa possibilidade tecnológica, Villà formulou a partir do Lab-hab um sistema orientado por diretrizes associadas: ao emprego de mão de obra sem especialização; à produtos de maior qualidade construtiva e espacial; à redução de desperdícios materiais decorrentes da falta de habilidade dos trabalhadores; à diminuição do empenho da força bruta nas atividades construtivas, ou seja, à uma tecnologia que admitisse o emprego de qualquer pessoa independente de idade, sexo ou capacidade física; e à uma organização do canteiro de obras que possibilitasse o trabalho coletivo em escala.¹⁴⁹



À essa busca por uma tecnologia que respondesse ampla e associadamente à qualidade do produto e a do processo construtivo do canteiro, Lopes denomina *virtuosismo tecnológico*. É esse virtuosismo tecnológico que impulsionou a criação do sistema pré-fabricado de painéis de cerâmica vermelha – painéis armados para uso como componente estrutural (parede, laje, escada) e como mobiliário – concebido ainda no Lab-hab, cujo o emprego possibilitava uma economia de 20% no custo total do empreendimento habitacional.¹⁵⁰ O autor explica que dentre as pesquisas empreendidas no Laboratório essa foi a que “ganhou maior vulto e visibilidade”. A partir das diretrizes estabelecidas por Villà e Rebello, mais tarde, já com criação do Laboratório da UNICAMP, originou-se a “casinha da UNICAMP”, que é como ficou conhecido o primeiro protótipo com uso desse sistema. Segundo explica o autor, as atividades do Laboratório se desenvolveram em contexto de grande ímpeto e confiança que poderia advir do trabalho ali desenvolvido mudanças importantes, ou em suas palavras: “a

¹⁴⁹ Ibidem, p. 11, 81.

¹⁵⁰ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992.

intensidade com que discutíamos os trabalhos fazia-nos acreditar que participávamos de um processo que prestes faria eclodir transformações mais substantivas".¹⁵¹ Contudo, é a partir da execução das moradias nos canteiros de obras – exemplificados pelos casos de um conjunto habitacional na cidade de Socorro (SP) e da Moradia Estudantil para alunos da UNICAMP – que a "alguma pertinência enquanto processo técnico" do sistema dos 'painéis cerâmicos' parece começar a sucumbir diante suas incoerências". Dentre os aspectos problemáticos no emprego da técnica, é mencionada a dificuldade de transporte e de movimentação horizontal dos pesados painéis – com aproximadamente 100kg cada – nos canteiros cuja a topografia impedia movimentação em carrinhos de mão. A situação implicava em alguns casos o uso de guas (o que era excessivo para o tipo de componente utilizado) e em outros o transporte manual pelos próprios mutirantes, rebatendo em acréscimos significativos do esforço físico e do tempo de conclusão da obra. Ademais, Lopes expõe questões ainda mais sérias, como a potencial interferência dessa técnica na composição organizativa dos trabalhadores, a exemplo das greves iniciadas pelos serventes. Ele explica que na compreensão desses serventes de que não havia diferenças entre o trabalho e a qualidade dos painéis que executavam daqueles executados pelos oficiais pedreiros, eles teriam passado a requisitar aumento salarial que seria compatível com os serviços desenvolvidos. Na prática, o que ocorria era a subversão das qualidades preconizadas no emprego da técnica, pois "o sistema diluía a diferença de habilidades tradicionais que eram mecanicamente traduzidas em diferencial de salários - e o que poderia parecer uma possibilidade de avantajar os salários dos ajudantes, contribuía para o rebaixamento relativo do salário dos oficiais, bastava eliminá-los do canteiro de obras".¹⁵²

Na perspectiva de Lopes, esses problemas derivariam da ausência de "meio técnico" que desse conta de transpor a concepção do sistema, realizado em projeto, para seu efetivo emprego, isto é, que viabilizasse a execução do processo como um todo (desde a fabricação dos painéis, armazenamento, transporte, até sua aplicação para o fim pretendido na composição da edificação). Ademais, em uso posterior, aplicado ao protótipo do conjunto da Associação Pró-Moradia da Zona Sul (SP), o autor relata uma indisposição, o que se reverte numa negação, do Laboratório da UNICAMP em incorporar críticas feitas pelos representantes do

¹⁵¹ Sobre sua atuação no Laboratório da UNICAMP iniciada no final de 1987 (LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011).

¹⁵² *Ibidem*, p.81, 111, 112.

movimento de moradia. Ele explica que esses representantes requeriam a flexibilização ou a adequação do sistema construtivo de maneira que pudesse aliviar o grande esforço físico desempenhado pelos mutirantes no transporte dos quase 500 pesados painéis necessários à construção de cada moradia. Nesse sentido, o autor esclarece que o excesso do virtuosismo tecnológico acabou “promovendo seu próprio esgotamento: no momento em que o sistema fecha-se em si mesmo, perde a capacidade de confrontar-se com as mazelas próprias do cotidiano - e, desse modo, perde a capacidade de dialogar como e enquanto política”.¹⁵³ Parece que é exatamente a falta de um ajuste mais minucioso entre o tipo de mão de obra disponível, os recursos financeiros e materiais, as circunstâncias físicas e sociais do canteiro, juntamente à uma inflexibilidade ou ausência de “abertura” do sistema, que fez com que essas propostas, embora legitimamente bem intencionadas, fossem ofuscadas pelo apelo acentuado de um virtuosismo tecnológico, que é necessário dizer, bem caracteriza a posição que assumem os *assessores técnicos* na defesa de seus recursos culturais.

Abrindo um parêntesis, para ilustrar o quão suscetíveis estamos (nós, arquitetos) às idealizações em torno das técnicas construtivas e dos processos de produção dos canteiros de obras, exponho um caso em que contribuo com minha cota de “virtuosismo tecnológico” exacerbado. No ano de 2011, fiz parte, na condição de estudante de graduação, de uma proposta de replicação do sistema de superadobe num canteiro experimental cuja a proposta de execução da técnica se somava à de formação de mão de obra no âmbito do já mencionado projeto “Construção e Cidadania” da PUC Minas (Figura 4).¹⁵⁴¹⁵⁵ Lembro que estávamos fascinados pela possibilidade de experimentar uma técnica que parecia promissora de ser empregada a algum dos muitos projetos de extensão que trabalhávamos e que envolviam grupos-sócio espaciais. Afinal, o discurso que a precedia suscitava os adjetivos “econômica”, “segura”, “ambientalmente correta”, “coletiva” e tantos outros que se casavam à ideia de uma produção por mutirão e

¹⁵³ Ibidem, p. 117.

¹⁵⁴ Superadobe é uma técnica construtiva popularmente denominada “terra ensacada”, trata-se de construção realizada pela sobreposição de fiadas de sacos de ráfia (polipropileno) preenchidos com solo argiloso que têm aderência garantida pelo uso de arame. A origem do Superadobe é tributada ao arquiteto Nader Khalili na participação de concurso da NASA de 1984, cuja a proposta consistia em uma construção a ser realizada na Lua com uso de materiais locais.

¹⁵⁵ Oficinas dos X e XI “Canteiro em Obras” promovidas pelo Escritório de Integração do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, nos dias 07 e 28 de maio de 2011.

abaixo

Figura 4: Oficina de Superadobe do X Canteiro em Obras do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas

Fonte: Escritório de Integração, 2011

que, preciso dizer, tendem a seduzir até mesmo aos arquitetos mais críticos. Além de um projeto básico que nos conduzia à marcação da fundação, dispúnhamos de ferramentas convencionais (bocas-de-lobo, pás, enxadas etc.) e sacos de ráfia que seriam preenchidos com solo do próprio canteiro. A tarefa inicial parecia um tanto simples: cavar a vala da fundação e executar em grupo "só" duas fiadas de superadobe em oficina duplamente formativa, pois se voltava aos estudantes de arquitetura e urbanismo e aos estudantes, futuros pedreiros, do Construção e Cidadania. Na prática, porém, a ausência de ferramentas mais sofisticadas e, principalmente, a falta de experiência e de habilidade dos estudantes de graduação já interpuseram de saída uma grande dificuldade para abertura da vala, deixando o trabalho pesado quase que exclusivamente aos futuros operários da construção. Adicionados a isso, o calor do dia e o grande esforço físico necessário ao preenchimento e ao transporte dos pesados sacos de ráfia com terra, levaram, logo nas primeiras horas, à recusa dos alunos do Construção e Cidadania em dar continuidade à tarefa. Culminando, portanto, no fracasso da proposta da oficina e da replicação da técnica nos projetos de extensão que assessorávamos. Naquele momento eu avaliava que a indisposição deles se relacionava apenas ao esforço físico que precisaram dispender somado à uma incompreensão da necessidade de utilização do superadobe, afinal, pareciam não entender, e com razão, exatamente em que contexto utilizariam os conhecimentos ali adquiridos. Mas agora compreendo que eles não recusavam apenas a técnica, mas sobretudo o nosso exagerado "virtuosismo tecnológico". O relato, apesar de pontual, acredito, ilustra bem os embates das posições que ocupam arquitetos e operários da construção civil, nesse caso, ainda mais sintomático, pois os reproduzíamos ainda sob formação.



Retomando ao contexto das experiências dos mutirões autogestionários de São Paulo dos anos 1980, a autogestão empreendida nesse momento, fundida na figura do próprio mutirão, pretendia o envolvimento consciente dos futuros moradores na tomada de decisões a partir de esferas deliberativas definidas pelas entidades e pelos movimentos populares. Essas primeiras experiências locais, ainda que em caráter bastante experimental e reticente, abarcaram um processo reflexivo e didático importante, já que "Na prática, os moradores formulavam as vantagens do trabalho cooperativo e da autogestão sem falar estas palavras difíceis".¹⁵⁶ Nessas propostas o mutirão buscava traduzir um processo construtivo coletivo e não individual, portanto, a intenção era de que se distinguisse do que costuma ocorrer na autoconstrução dos assentamentos periféricos. As vantagens deles, segundo Bonduki, não se restringiram a sua potencialidade organizativa, mas também abarcavam possibilidade de aumento produtivo no canteiro, barateamento dos custos, reaproveitamento de materiais e insumos, assim como desenvolvimento de novas tecnologias com vistas à superação do suposto atraso tecnológico do setor da construção civil habitacional. Claramente, o mutirão isoladamente não garante muito, afinal, como se verifica na institucionalização deles pelo BNH, podem simplesmente ser usados pelo poder público como um instrumento de barateamento da obra não alterando as relações de poder efetivamente. Nesse caso, os beneficiários podem até conseguir alguma redução de custos das obras rebatendo na diminuição no valor das parcelas do financiamento, no entanto, a organização do grupo e a extensão dos ideais de cooperativismo e autogestão estariam de antemão fadados ao esgotamento.

Não estando meramente orientados à utilização de mão de obra mutirante gratuita ou passiva, como parecem ter recaído as propostas "alternativas" do BNH ou das ações desenvolvidas pelo Banco Mundial nos países do Sul, essas experiências pioneiras teriam pretendido "uma organização produtiva onde as relações de poder são inteiramente mantidas". Isto é, num quadro mais amplo, a produção autogestionária de moradias (e não apenas o mutirão) germinada em São Paulo nos anos 1980, insere-se numa busca maior dos movimentos, a da construção de uma democracia que desse conta de garantir aos cidadãos certos canais de participação descentralizados de poder e gestão popular das políticas públicas. Propostas que faziam parte da intenção, conscientemente limitada, da *construção dos territórios de Utopia*: "Territórios que edificados reforcem os sonhos de

¹⁵⁶ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992, p.89.

construção de novas formas de organização social; que sirvam de estímulo a todos os que desejam a transformação".¹⁵⁷

São esses "experimentos localistas" em busca da construção dos "territórios de utopia" que mesmo em caráter pontual e deficitário serviram de referência à organização da luta por moradia em todo o país. São também essas ações que estão diretamente relacionadas à criação de políticas públicas habitacionais precursoras na produção de moradias por autogestão, como as que ocorreram em São Paulo e em Belo Horizonte ao longo dos anos 1990. Nesse mesmo sentido, a arquiteta Mônica Bedê¹⁵⁸ aponta experiências no Nordeste do país, como a do convênio firmado em 1986 entre a prefeitura e a Associação de Moradores da favelada Skylab do Recife, cujo objetivo era a viabilização do reassentamento de 263 famílias em moradias construídas pelo sistema de mutirões com materiais, alimentos, vigias e assessoria técnica fornecidos pelo próprio município. Bedê afirma que a experiência de Skylab refletiu ação equilibrada entre o poder público e a comunidade, dando espaço para que as famílias participassem do planejamento e execução do conjunto habitacional, embora com restrita autonomia da Associação de Moradores; e como a proposta-piloto do "Mutirão 50", em Fortaleza. Iniciado 1987, financiado pela prefeitura e pelo governo da França, esse projeto que contou com a presença de assessoria técnica formada por agentes da própria administração municipal, que na intenção de "experimentar e analisar instrumentos de organização e participação comunitária na produção social de moradias", oportunizou a construção da política habitacional local.¹⁵⁹

Já em São Paulo, a eleição de Luiza Erundina (1989-1992), então do PT, numa gestão municipal democrático-popular, sem contar com respaldo do Governo Federal, mas buscando dar resposta às reivindicações dos movimentos de moradia, visibilizou e apontou novos rumos à produção autogestionária de moradias no país a partir da criação do Fundo de Atendimento à População

¹⁵⁷ Ibidem, p.161,178

¹⁵⁸ Mônica Bedê assessorou movimentos de moradia nos anos 70 e 80 em BH. Em 1993 ocupou a diretoria de planejamento da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), contribuiu na formulação da Política Municipal de Habitação no município com importante papel à abertura do processo de autogestão. Hoje atua junto ao IAB-MG e faz parte do Coletivo Habite a Política, promotor e parceiro na articulação do "Rolezinho da Autogestão".

¹⁵⁹ BEDÊ, *Trajectoria da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.70.

Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS Comunitário).¹⁶⁰ Voltado às famílias com renda de até quatro salários, a proposta foi concebida inicialmente para ter caráter experimental. Contudo, em pouco mais de três anos, firmou 93 convênios que se converteram na viabilização de 12.351 unidades habitacionais.¹⁶¹ Segundo Rodrigues, o programa abrangeu cerca de 20% dos recursos municipais destinados à produção habitacional, portanto, para ela, não poderia ser caracterizado como experiência de caráter “meramente residual”.¹⁶² Mesmo compreendendo que houve com o FUNAPS uma ampliação da produção autogestionária prevista inicialmente, essa afirmação da liderança é alarmante, pois parece assinalar de que o movimento de moradias se contentava com essa conquista, embora claramente se tratasse de percentual significativamente inferior ao da produção habitacional por gestão pública. Isso parece estar conectado com posturas reproduzidas posteriormente na federalização da autogestão e consequente criação de programas e políticas nacionais, a serem descritas adiante. De toda maneira, essas primeiras ações do FUNAPS que dão suporte à produção pública de habitação popular com mutirões autogestionários em São Paulo precisam ser avaliadas pelo êxito quantitativo e qualitativo. Santo Amore, assim como Lopes, denomina esse período como uma “fase heróica” da gestão de Erundina. Segundo o autor, há respaldo na literatura que confirma terem sido propiciadas nesse contexto experiências em que o mutirão:

foi capaz absorver as principais reivindicações dos Movimentos de moradia na época, aglutinar as experiências isoladas e de assessoria técnica e elaborar uma nova forma de produção habitacional, incorporada à política pública da secretaria como um todo. Essa viabilidade foi fruto do caldo das reivindicações populares, engrossado desde meados dos anos 80 pela série de ocupações de terras que vinham ocorrendo no município, mas principalmente, da ascensão da esquerda ao governo, que colocou vários daqueles professores-assessores, militantes da causa do mutirão, em

¹⁶⁰ Também denominado FUNACOM, o FINAPS foi implantado pela Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em 1989, e subsidiado pelo Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (lei n. 8.906/79) (Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal]).

¹⁶¹ D’OTTAVIANO (ed.), *Habitação, autogestão & Cidade*, 2021.

¹⁶² Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

cargos de decisão da SEHAB (Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo).¹⁶³

Marilena Chauí — que faz a apresentação do livro “Habitação e Autogestão: Construindo Territórios de Utopia” de Bonduki — expressa surpresa sobre o potencial contido na eclosão das experiências que suscitaram dos primeiros mutirões institucionalizados e experiências localistas de São Paulo e atribui importância à experimentação realizada pelo Lab-Hab e ao contexto político que o sucedeu. Como aponta seu registro:

Quem de nós, naquela tarde, no casarão de Higienópolis, durante a defesa de tese de Nabil [mestrado de 1987], poderia imaginar que, três anos depois, estaríamos reunidos noutro lugar para transformar em política governamental uma utopia universitária? Mas foi o que aconteceu. Do Laboratório de Habitação passamos à Superintendência de Habitação Popular, da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo. Essa passagem, contudo, não é surpreendente (surpreendente foi o surgimento de condições imediatas para que ela acontecesse). De fato, o Laboratório de Habitação trazia em seu cerne a intervenção direta sobre a vida social pelo trabalho que realizava com os movimentos populares de moradia, numa atitude inédita nos meios universitários, pouco afeitos às necessidades e desejos da cidade.¹⁶⁴

Sobre a relevância da administração petista, segundo Rodrigues, a eleição de Erundina “traz uma possibilidade de experimentação, de construção de políticas inovadoras em várias áreas e, na habitação, uma centralidade para essa produção coletiva. Então, há primeiro uma defesa desse municipalismo. É um momento [...] que dá um papel mais forte para o município, mas que ainda não tinha recursos públicos federais para a habitação, e as próprias prefeituras alocam recursos”.¹⁶⁵ Em complemento, Lopes, em palestra proferida no “Seminário 25 anos da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte: avanços, conflitos e novos cenários de disputa”, faz observação importante. Ele expõe que embora a gestão de Erundina tenha dado espaço e oportunidade reais para implantação da produção autogestionária de moradias no município, essa construção deve ser tributada não

¹⁶³ SANTO AMORE, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco- São Paulo, anos 90 e atualidade*, 2004, p.29.

¹⁶⁴ CHAUÍ, Apresentação, 1992.

¹⁶⁵ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

a sua administração, mas sim à longa luta do próprio movimento de moradia, como expõe:

[A produção autogestionária] não apareceu da noite para o dia, não foi uma invenção da Erundina, não foi uma invenção do PT. Foi uma invenção dos movimentos de moradia em São Paulo, que estavam desde o começo dos anos 80 construindo essa perspectiva de atuação pela autogestão e produção por ajuda mútua, pelo mutirão. Isso já havia sido construído ao longo de uma década praticamente, até porque a Erundina era uma figura que vinha das favelas, ela vinha também do movimento de moradia, social articulado, vinculado, atuando muito irritantemente, muito fortemente junto ao pessoal das favelas.¹⁶⁶

Em acréscimo às questões mencionadas antes, essas experiências promoveram habitações de qualidade assim como o fortalecimento dos movimentos de moradia a partir do apoio prestado pelas assessorias técnicas. Ademais, é a partir delas que se consolida a imagem de que outra produção popular com recursos públicos é possível, isto é, que *outros canteiros* são viáveis.¹⁶⁷ Sobretudo, *canteiros* provocados pela insurgência dos movimentos sociais, esses "novos personagens" como aponta Sader, e pelo envolvimento dos futuros moradores, que passaram a dispor de recursos e de algum poder de decisão sobre muitos dos aspectos da produção de suas próprias moradias.

Essas propostas, de caráter progressista, apontaram rumos antes inimagináveis na política habitacional do país. Diante disso, ajudaram a conformar um cenário otimista e em clima de grandes expectativas, repercutindo, assim, na criação de outras iniciativas, como a proposta fomentada pelo governo do estado de São Paulo, o Programa Mutirão (1991-1994) e, com apoio de administrações petistas, ações autogestionárias de produção de moradia em outros municípios,¹⁶⁸ como as empreendidas em Ipatinga (Minas Gerais) durante os anos 1990. É também nesse período que diversas prefeituras orientadas por ideais democrático-

¹⁶⁶ Palestra proferida em 17 de setembro de 2019 por João Marcos Lopes no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

¹⁶⁷ Relembrando o que exponho na Introdução, trato por *canteiros* a síntese de toda a produção (organização, projeto, obra) e não apenas o espaço de produção dos empreendimentos habitacionais.

¹⁶⁸ Programa Mutirão inicialmente destinado à União dos Movimentos de Moradia (UMM) e posteriormente convertido num programa mais abrangente, o Programa Paulista de Mutirão (1994-2008).

populares, incluindo a de Belo Horizonte, — onde se inserem os objetos da pesquisa desta tese — propõem abertura ao compartilhamento da administração pública com a sociedade civil a partir da proposta dos Orçamentos Participativos (OPs). Em BH são os OPs que oportunizam experiências de produção autogestionária institucionalizada ao longo da década de 1990.¹⁶⁹

Assim, após um longo período de asfixia do debate democrático e do aprofundamento de processos urbanos baseados em conflitos e em desigualdades sociais, decorrentes do Regime Militar, os anos 1980 e a década de 1990 foram marcados por uma atuação protagonista dos movimentos sociais e também por ações de administrações municipais progressistas calcadas na ideia da inclusão pela participação popular, cujos alguns dos resultados se verificam em políticas e programas de moradia por *autogestão institucionalizada*.

3.3.3. Mutirões de Ipatinga

As experiências mineiras na modalidade de autogestão tiveram origem fora da capital, precisamente na cidade de Ipatinga, e foram inspiradas pelas mobilizações e mutirões de São Paulo, que por sua vez, assim como foi demonstrado, referenciaram-se na experiência uruguaia.¹⁷⁰ Sob a gestão petista de Chico Ferramenta [Francisco Delfino] (1989-1992) — prefeito eleito com apoio do movimento de luta por moradia — Ipatinga antecedeu e inaugurou em Minas Gerais diversas práticas em autogestão no campo da habitação, continuadas após essa administração. Isso ocorreu a partir de convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Ipatinga (PMI) e a Associação Habitacional de Ipatinga (AHI), criada em 1990. Essa articulação era marcada pelo diálogo e por ações democráticas financiadas pelo poder público. O arquiteto Alfio Conti expõe que essas propostas estavam diretamente atreladas à contenção de ocupações coletivas de terra. Ele explica que eram desencorajadas e até mesmo proibidas todas as ações, ditas ilegais, como as ocupações de áreas não negociadas junto a prefeitura ou o que o autor denomina "invasões". A AHI era a única entidade para atendimento a demandas de famílias de baixa renda no município, isto é, aquelas com renda entre 0 e 3 salários mínimos. A representatividade exclusiva dessa associação na luta dos sem-casa de Ipatinga se deu em função do caráter de coesão conseguido

¹⁶⁹ A serem caracterizadas no Capítulo 4.

¹⁷⁰ Sinalizo que não pretendo detalhar a rica contribuição de Ipatinga à produção habitacional autogestionária de BH, farei apenas uma breve apresentação da experiência a partir de um de seus conjuntos.

tanto entre moradores; administração pública (a partir da gestão de esquerda do PT); instituição religiosa católica; quanto pela vinculação da AHI aos movimentos de moradia estadual e nacional. Segundo Conti, esses últimos teriam contribuído para sua validação diante dos demais parceiros.¹⁷¹

Dentre as ações em autogestão de Ipatinga, evidencio o Mutirão Primeiro de Maio, resultado de um processo com alcances muito expressivos naquilo que se relaciona à autonomia de seus participantes e, tomando de empréstimo o conceito de Lopes, também à viabilização de práticas relacionadas a um equilibrado *virtuosismo tecnológico*. Em suma, essa experiência ilustra bem os potenciais desses *outros canteiros* da autogestão institucionalizada realizada em Minas Gerais.

A produção do Primeiro de Maio parece ter sido bem sucedida graças ao acúmulo de experiências anteriores ocorridas na cidade de Ipatinga, especialmente, a partir dos Mutirões Nova Conquista, Bom Jardim e São Francisco. Trato especificamente do Primeiro de Maio, pois ele não só contribuiu diretamente para a construção das primeiras habitações por autogestão em BH – com a presença de seus ex-mutirantes na composição das FTRs – como também constitui modelo útil para avaliar as *possibilidades* e os *limites* de uma produção gerida por associação/entidade de famílias sem-casa a partir de convênios ou programas negociados em âmbito municipal. Ademais, segundo a professora e arquiteta Margarete Maria de Araújo Silva [Leta] –¹⁷² arquiteta que atuou como parte da assessoria técnica tanto da produção autogestionária de Ipatinga quanto de Belo Horizonte (essa última em suas duas gerações) – os mutirões Primeiro de Maio e Nova Conquista se destacam dos demais empreendimentos da cidade, pois possibilitaram “experimentar um certo grau de liberdade de ação que redundou, claramente, em benefícios não previstos na proposta inicial”.¹⁷³ A liberdade (ou autonomia) a que a autora se refere aí, constitui nas experiências autogestionárias de moradias fator indissociável ao favorecimento ou impedimento de arranjos produtivos mais ou menos distantes dos canteiros da produção de interesse social hegemônica. Em outras palavras, é o grau de autonomia admitido pelo poder

¹⁷¹ CONTI, *A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito*, 1999.

¹⁷² De maneira a discernir as referências bibliográficas, Margarete Maria de Araújo Silva [Leta] será mencionada nesta tese de duas maneiras distintas: uso “Silva” para texto publicado por ela, já “Leta” quando faço referência a conversas e entrevistas realizadas ao longo da pesquisa desta tese.

¹⁷³ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.210.

público que substancialmente interfere nos encaminhamentos e desdobramentos dessas experiências. Para Leta, a experiência do Mutirão Primeiro de Maio foi um raro exemplo de afrouxamento das rígidas estruturas nas quais se operam os programas de autogestão no Brasil. Estruturas essas que, segundo ela, demonstram incompatibilidade com os conceitos e com o entendimento de *cooperação* das experiências de cooperativas habitacionais tais como as que conheceu em seu estágio pós-doutoral no Equador. O caso de Ipatinga, contudo, representaria uma exceção, garantindo, portanto, maiores brechas ao potencial da autogestão na "contribuição para a adequação tecnológica da construção civil sob a ótica social e ambiental e, especialmente da produção habitacional e do conceito de morar".¹⁷⁴

Para situar a comparação realizada entre as cooperativas equatorianas e a produção autogestionária do Brasil, faço mais um desvio. Contemporânea às experiências brasileiras de autogestão, datando dos anos 1990, o Equador tem longa experiência no cooperativismo habitacional. Entre 1990 e 2000 funcionou a *Asociación de Cooperativas Múltiples de Quito Solidariedad*, dando lugar, em 2000, a ainda atuante, *Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria (COOPVAS)*. Diferente do Brasil, o Equador tem um histórico de atuação com maior ênfase no acesso à terra para a produção habitacional. Além disso, junto ao formato institucional de cooperativa, prevalece bastante arraigado, social e politicamente, o sentido de cooperação e autodeterminação das populações na gestão dos territórios, como exemplificam as ações desenvolvidas nas mingas comunitárias. As mingas não se resumem ao trabalho em grupo, ou mutirante. Historicamente, elas dizem respeito a uma tradição indígena andina que se origina na reunião da comunidade para realização das colheitas agrícolas e resulta na compreensão dos envolvidos acerca da importância do território e das atividades feitas em coletivo. Com isso, tem-se um grande enraizamento do grupo nos territórios onde essas práticas são desenvolvidas e os ideais de coletividade passam a adquirir potência e a perpassar diferentes aspectos da vida dos envolvidos. Isso parece também estar intimamente ligado ao fato já mencionado de que no Equador o conceito de *Buen Vivir* faz parte da tradição da população e consta na sua Constituição.

¹⁷⁴ Palestra proferida em 01 de setembro de 2021 por Margarete Leta no "Módulo 2 - Autogestão na produção do território: atores, processos e ambiente" da disciplina "Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Assistência Técnica" [informação verbal].

Durante a palestra "*Solidaridad Quitumbe: autogestión, educación y formación, economía solidaria, espacio público*", a líder e funcionária COOPVAS, Sandra López,¹⁷⁵ deu ênfase ao fato de que a COOPVAS dedica muito esforço e tempo na formação e nas atividades de *conscientização* de seus participantes, indicando se tratar de um ponto fundamental aos processos autogestionários. Segundo Sandra, tal formação favorece tanto os trabalhos da cooperativa para recuperação ambiental e para construção de moradias quanto para o encaminhamento do cooperativismo em comunidade. Isto é, seus objetivos estão direcionados à formação de comunidades cooperativadas sobre a correlação dos conceitos de *habitat*, comunidade e habitação. Sobre isso, ela conta: "entrei na cooperativa buscando uma casa, mas vi que era um projeto de vida". Essa fala demonstra que, similarmente ao que ocorre no Uruguai, o processo da COOPVAS não se resume a conquista da moradia, o que Sandra afirma ser constantemente ensinado a todos os participantes desde o começo de seu ingresso na cooperativa e reforçado ao longo do processo a partir da reflexão crítica das atividades por eles desempenhadas.¹⁷⁶ Ademais, a longevidade e persistência visionária de seus dirigentes parece estar muito relacionada à uma opção possível dos cooperativados, que em 2020 eram cerca de 50, manterem-se na cooperativa ao final da conclusão do empreendimento. O que ocorre é que eles têm a possibilidade de se desligarem ao final da obra (ou a qualquer momento que lhes convir) mas diante da proposta de um cooperativismo que se estende como projeto de vida e de sociedade, algumas pessoas, como Sandra, optam ou têm a possibilidade (pela remuneração), de manter ou estender essa vinculação.

No entanto, na prática, existem diversas dificuldades para que os ideais do cooperativismo sejam alcançados e tenham resultados duradouros. Em documento de 2017, a COOPVAS aponta o capitalismo e a centralização de planejamento pelo Estado como os principais obstáculos na criação e perpetuação de cooperativas em nossa sociedade atual. Ao afirmar que são eles "os que têm o controle social em suas mãos no campo ideológico, educacional, midiático", o documento aponta algo que já foi explicitado antes, o fato de não haver qualquer interesse da parte das instâncias que representam Estado e os capitais no incentivo de formas cooperativadas ou de autogestão comunitária. Para a COOPVAS, tanto as iniciativas de cooperativas quanto as diversas organizações

¹⁷⁵ A COOPVAS conta com associados de base, trabalhadores e cooperativados remunerados, esse último é o caso de Sandra.

¹⁷⁶ Palestra proferida em 26 de setembro de 2019 por Sandra López na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal traduzida pela autora].

solidárias, são, em geral, debatidas em meio a necessidade de se formular resposta a enormes, variados e prementes problemas sociais. Com recursos muito limitados, a tarefa de construir um sistema, uma teoria ou um modelo próprio de gestão com mecanismos de comunicação, educação e/ou treinamento, cede lugar é refreada ou completamente descartada diante de exigências mais imediatas. Como se expõe:

Nessas condições, conseguir o funcionamento de uma organização cooperativa e mantê-la por tanto tempo é, por si só, um grande feito que deve passar pelo reconhecimento e o necessário estímulo social. Embora a cooperativa tenha uma finalidade social sem fins lucrativos, seu modelo de organização e gestão cooperativa implica um conceito econômico, sua vida não ocorre em abstrato. [...] Cooperar é explorar possibilidades indefinidas, reunir-se sem planos rígidos, deixar espaço para o inesperado, abrir-se ao não-saber, saber para onde vamos, mas com a incerteza de não saber como chegaremos lá. É importante ter em conta as várias motivações e expectativas a nível individual e coletivo para as estabelecer e partilhar abertamente.¹⁷⁷

Demonstrando as potências e as adversidades contidas em práticas que contestam os capitais, a experiência de Quitumbe, desenvolvida pela COOPVAS ao longo de dez anos, tratou não apenas da construção de moradias, mas também da recuperação ambiental da área por meio de *mingas*, da construção de um Centro de Interpretação Ambiental, além da formação de seus associados. O projeto, fruto da grande capacidade do trabalho cooperativado de se fazer instrumento para desenvolvimento e replicação de valores ambientais e sociais, repercutiu significativa valorização pecuniária da área antes nula de interesse do mercado imobiliário local. A situação, distante de conferir benefícios para cooperativa, impossibilitou-os de viabilizar novo projeto nas imediações, levando-os a adquirir terreno barato e, conseqüentemente, mais distante. Portanto, como consequência mais evidente dos problemas vividos por essas cooperativas se apresenta a constante tentativa de se manterem autônomas e autossustentáveis, isto é, preservarem-se sem apoios externos, ao mesmo tempo que precisam ser capazes de competir com o mercado.

¹⁷⁷ COOPVAS, Resumen Ejecutivo- I Parte: nuestra propuesta cooperativa [acervo de Leta].

Organizado por famílias vinculadas a AHI, o Mutirão Primeiro de Maio viabilizou entre 1993 e 1995 a construção 201 unidades habitacionais financiadas pela PMI. Localizado em área periférica da cidade, — com características rurais, sem redes de mesoestrutura e em terreno conformado por relevo acidentado, acompanhado de outras condicionantes ambientais importantes como a erosão das encostas — o sítio representou grande problema a ser enfrentado nessa proposta. Mas perante as iniciativas de trabalho autônomo e coletivo que permearam o processo, essa questão adversa se converteu em benesse. A partir da precária experiência precursora do Mutirão Nova Conquista,¹⁷⁸ com reflexo em conhecimentos adquiridos sobre a infraestrutura da região e as limitações de uma proposta deficitária de recursos técnicos, projeto e planejamento, a proposta do Primeiro de Maio implicou direcionamento ao “entendimento de que o tratamento das áreas remanescentes à implantação das edificações, embora não previsto no orçamento, era indispensável”.¹⁷⁹ A atenção à relação entre o sítio natural e as intervenções construtivas, ou o que prefiro caracterizar como um cuidado consciente em trabalhar conjuntamente *infra*, *meso* e *superestrutura*, parece-me um dos aspectos dessa proposta que se somam às muitas aproximações expostas pelos princípios contidos no *virtuosismo tecnológico*. Muito distinto do modelo hegemônico produtor de habitações de interesse social que “carimbam” pelo território tipologias pré-concebidas independente de suas condicionantes físicas, ambientais e sociais, essa experiência priorizou a singularidade de seu sítio e as demandas das famílias beneficiárias. Leta resume essas experiências como “Possibilidades de contribuição para a adequação tecnológica da construção civil sob a ótica social e ambiental e, especialmente da produção habitacional e do conceito de morar”.¹⁸⁰ Dessa conjunção se constitui seu maior trunfo.

Logo, na iniciativa do Primeiro de Maio, estão presentes ações que possibilitam caracterizá-la como exemplo bem-sucedido de *outros canteiros da autogestão*

¹⁷⁸ O Mutirão Nova Conquista (1989-1990) foi a primeira experiência da AHI. Realizado sem projeto, planejamento ou assessoria técnica, esse processo experimental, restrito à autoconstrução coletiva de 107 unidades habitacionais, reproduziu precariamente técnicas construtivas convencionais, como ocorre normalmente nos assentamentos autoproduzidos informalmente. Dentre seus resultados mais evidentes se constatou a grave e rápida degradação físico-ambiental com consequente envelhecimento das unidades habitacionais, atribuindo ao conjunto o apelido de “Mutirão Velho”

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 213.

¹⁸⁰ Palestra proferida em 01 de setembro de 2021 por Margarete Leta no “Módulo 2 - Autogestão na produção do território: atores; processos e ambiente” da disciplina “Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Assistência Técnica” [informação verbal].

institucionalizada. Dentre os fatores que me direcionam a esse entendimento destaco:

(1) a *qualificação*, e não apenas o treinamento, de mão de obra durante recuperação do Mutirão Nova Conquista, em 1993 – que contou com estabilização de encostas, revegetação da área, readequação do sistema de manejo de águas pluviais e consolidação dos acessos — e durante a própria execução do conjunto habitacional. No Mutirão Primeiro de Maio essa qualificação foi suscitada pela construção de uma habitação-modelo posteriormente convertida em creche. Esse exercício, que depois passa a ser incorporado e reproduzido nas obras da autogestão de BH, serviu de exemplo para formar os trabalhadores no sistema construtivo de alvenaria estrutural e também deu abertura, a partir da compreensão facilitada na materialização da construção, para que a assessoria técnica realizasse, junto deles, melhorias no projeto das moradias;

(2) a *racionalização construtiva* promovida pelo emprego da tecnologia Usimix-Valemix, um sistema de alvenaria estrutural não-armada e modular.¹⁸¹ O uso dessa técnica possibilitou racionalização construtiva, evitando desperdícios e facilitando compatibilização entre estrutura e sistemas de elétrica e hidráulica. Por meio dela também se viabilizou resgate a princípios construtivos elementares como o uso de prumo, nível, esquadro e alinhamento, balizando assim a qualificação e a profissionalização dos mutirantes (Figuras 5, 6 e 7);

(3) as *oportunidades profissionais* a partir do emprego preferencial dos mutirantes nas Frentes de Trabalho Remuneradas (FTRs), que possibilitaram duplamente a remuneração e a profissionalização dentre os mutirantes;¹⁸²

¹⁸¹ O sistema de alvenaria da Usimix-Valemix consiste em tecnologia caracterizado por: "produção de blocos furados de solo-cimento com adição de escória, em dimensões nominais de 9 x 19 x 39 cm, com meio bloco de 9 x 19 x 19 cm e três quartos de bloco de 9 x 19 x 29 cm, utilizados nas emendas, cantos e outras situações, em que normalmente são utilizados blocos cortados, além de blocos canaleta para vigas, contraventamentos, vergas, contravergas e passagem horizontal e/ou vertical para tubos e eletrodutos. Trata-se de uma estrutura com alto grau de racionalidade, evitando-se desperdícios de tempo – homem/hora trabalhada – e de material – quebra de blocos, concretamentos de pilares e vigas, necessidade de revestimentos internos e externos, após a regularização de superfícies irregulares" (OLIVEIRA et al., Política municipal de habitação em Belo Horizonte - o Residencial Asca: um estudo do Programa de Autogestão, 2007, p.53).

¹⁸² As FTRs eram atividades realizadas para além dos mutirões, compostas por mão de obra com maior qualificação dentre os mutirantes representavam possibilidade de emprego e renda para os futuros moradores. O trabalho era remunerado, mas não havia vínculo empregatício, o que possibilitava maiores remunerações. Além dos mutirantes, também eram contratados para esse regime outros trabalhadores, principalmente conhecidos e amigos das famílias beneficiárias. No

(4) a ampla *incorporação de mão de obra feminina e idosa*, decorrente de serem as mulheres e as pessoas mais idosas aqueles que normalmente representam as famílias como beneficiários das políticas habitacionais no país. A presença desse perfil de mão de obra no empreendimento de Ipatinga foi em parte garantida pela construção de creche e em parte pela eleição do já citado sistema construtivo adequado à suas condições e habilidades (Figuras 8 e 9);

(5) a *recuperação ambiental* de Áreas de Preservação Permanente (APP) de curso d'água, revegetação de nascente, e plantio em áreas de cabeceiras e encostas íngremes. Além do cuidado com as APPs, tal recuperação permitiu o uso de água da nascente para abastecimento da obra e a construção de barragens para piscicultura (Figuras 10 e 11);

(6) *autonomia coletiva para gerir os recursos e propor alterações ao processo*, como exemplificam as ações de: a) execução de técnicas construtivas não convencionais, como a da estrutura de ferrocimento para construção de caixa d'água (Figura 12); b) instalação e funcionamento de fábrica de pré-moldados no canteiro de obras, o que garantiu a confecção de componentes construtivos diversos (bloquetes para pavimentação, vigotas de laje, degraus para escadas e peitoris para janela) na própria obra e com isso gerou economia expressiva no orçamento previsto originalmente (Figuras 13 e 14). Tal economia se converteu em acréscimo de escada para expansão do segundo pavimento de todas as unidades habitacionais e pavimentação das calçadas internas ao conjunto; c) cultivo de áreas de horta, pomar e granja, assim como criação cabras e bodes para abastecimento da cozinha comunitária. (Figuras 15 a 16); implantação de estabelecimento comercial, creche e canteiro experimental para técnica em alvenaria estrutural (Figura 17).¹⁸³

caso do Primeiro de Maio, as FTRs contaram com mão de obra já capacitada em experiência prévia, o Mutirão Nova Conquista. Segundo Leta, o não pagamento de encargos trabalhistas permitia que 50% dos valores economizados fossem incorporados à remuneração das FTRs, já os demais 50% eram convertidos no próprio empreendimento.

¹⁸³ Informações obtidas a partir de diversas conversas, entrevistas e documentos concedidos por Leta.

abaixo

Figura 5: Uso de esquadrias como gabarito incorporado durante a elevação da alvenaria
Figuras 6 e 7: Execução do sistema de alvenaria não armada no Mutirão Primeiro de Maio

Fonte: acervo Leta, anos 1990





acima e ao lado

Figuras 8 e 9: Presença de mão de obra feminina no Mutirão Primeiro de Maio

Fonte: acervo Leta, anos 1990





Figura 10: Ações para recuperação ambiental da nascente;
Figura 11: Sistema de captação d'água
Fonte: acervo Leta, anos 1990

ao lado e abaixo



ao lado

Figura 12: Trabalhador na produção de estrutura de ferrocimento para caixa d'água no Mutirão Primeiro de Maio

Fonte: acervo Leta, anos 1990





acima e ao lado

Figuras 13 e 14: Fábrica de pré-moldados Primeiro de Maio

Fonte: acervo Leta, anos 1990

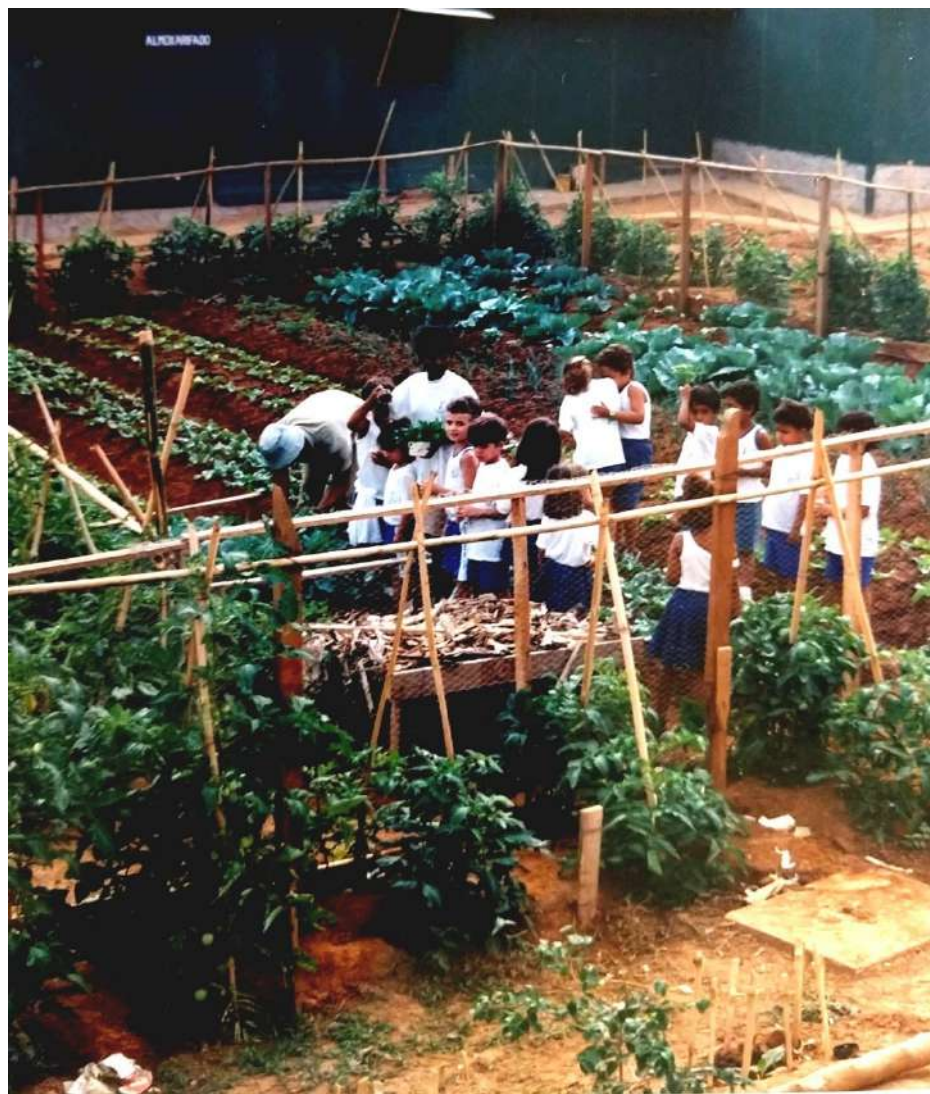




acima e ao lado

Figura 15 e 16: Horta do
Mutirão Primeiro de Maio

Fonte: acervo Leta, anos 1990





acima

Figura 17: Creche do Mutirão
Primeiro de Maio

Fonte: acervo Leta, anos 1990

Mesmo diante de imprevistos, ou limites, dessa experiência, — como exemplifica a acordada redução de 40% no repasse das parcelas dos recursos da obra pela PMI e o conseqüente atraso de 12 meses para a sua finalização— ¹ Leta revela que foi possível convertê-los em vantagens para o grupo de beneficiários e para a região de implantação do empreendimento. Segundo o que a arquiteta relata, ao se pautarem pelo reconhecimento do perfil das famílias, pelas premissas de adequação do processo aos seus interesses e capacidades, às características físico-ambientais do sítio, esses entraves somados a oportunidades locais para estabelecimento de parcerias, foram permeados por ações convertidas em vantagens. Como explica em entrevista:

¹ Pelo cronograma inicial a obra seria concluída em 16 meses, contudo, em consequência do atraso dos repasses, foi concluída em 28 meses. A dilatação do tempo de obra afastou do canteiro de Ipatinga qualquer pressão para torná-lo algo próximo de um canteiro convencional, marcado pela exploração máxima do tempo do trabalhador.

E nesse processo de mutirão, [...] os cronogramas de obra [...] o fato de a gente ter podido relaxar no tempo e [poder] fazer as adequações [conforme] a liberação de recursos, no ritmo que a prefeitura [de Ipatinga] podia, isso pra nós foi o paraíso. Incorporar a creche, incorporar a horta, incorporar a nascente — que foi fundamental —, incorporar a criação de galinha, criação de bode, isso tudo são *adequações ao perfil do lugar e ao perfil das famílias* que estavam ali. Se não tivesse ninguém ali com disposição para cuidar de bode e de cabra, a gente não ia ter leite de cabra na obra. E a gente teve! Se não tivesse gente que não amasse profundamente o plantio, a horta não teria virado aquilo que Seu Otaviano [mutirante], principalmente, fez. Se não tivesse gente que não soubesse das técnicas rurais, como reviver uma nascente, a gente não teria nem água para obra, porque nossa água na época foi derivada daí.²

Esse depoimento expõe que todas as adequações ao processo de construção do conjunto só foram viáveis por haver de um lado o empenho das famílias em assumir o processo e, por outro lado, o apoio de uma assessoria técnica bastante sensível às suas demandas e relação de confiança depositada pelo agente financiador. A essas várias questões encaro como *possibilidades* da produção autogestionária institucionalizada concretizada no Mutirão Primeiro de Maio de Ipatinga.

Com o aumento dos prazos de obra os envolvidos no Mutirão também formaram pequenas cooperativas e empreiteiras para condução das estruturas já mencionadas. Nada disso estava previsto inicialmente. Assim, com o mesmo orçamento, fizeram excepcionalmente mais do que o planejado. Isso nitidamente aponta para uma condução livre da AHI na gestão da obra e de seus recursos com centralização de decisões pelas famílias. Contudo, para garantir uma postura crítica, é necessário retomar que a autogestão enquanto modalidade de política, ou de convênio vinculado ao poder público, tem sua liberdade atrelada a uma negociação, afinal, sua garantia passa por uma concessão do controle do processo pelo Estado. Tal questão ganha relevo na seguinte passagem: “O acompanhamento, fiscalização das obras e liberação das parcelas pela PMI ocorreram de forma desburocratizada e, na resolução de problemas técnicos ou sociais, prevaleceu o respeito às decisões da AHI e seus associados”.³ Apesar da citação anterior situar questões positivas do processo, fica evidente que só com

² SILVA, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2020, [informação verbal].

³ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.215.

certa flexibilidade por parte do poder público, ou nesse caso, na ausência de prescrições rígidas no convênio firmado entre a AHI e a PMI, é que foi possível estimular práticas virtuosas e verificar os potenciais alcançados com essa proposta. Portanto, prevalece a já discutida condição ambígua do Estado, que é ao mesmo tempo agente promotor e agente regulador. Esse papel, como deixa claro esse caso e a experiência do FUNAPS em São Paulo, pode com raras exceções tender ao favorecimento, mas, via de regra, pauta-se pelo controle via burocratização que interpõe barreira à autonomia coletiva ensaiada pelas premissas da produção autogestionária.

Reconhecida essa condição paradoxal, os limites do Mutirão Primeiro de Maio se fizeram exatamente frente à necessidade de constante amparo de seus moradores pela prefeitura e também pela AHI. Ao longo do tempo isso se revelou na dificuldade de gestão e condução coletivas das áreas e estruturas realizadas durante a construção. Ao final da obra, a PMI não conseguiu cumprir a execução dos serviços de mesoestrutura, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e pavimentação, para tal, foram realizados contratos com AHI para que as cooperativas formadas pelo mutirão executassem os serviços complementares. Mesmo diante dessas demandas de trabalho, Leta afirma que pouco após a finalização dos trabalhos da associação, das assessorias e do término da parceria com a Prefeitura, ocorreu uma ruptura da autogestão, conduzindo à abdicação desses espaços coletivos por parte dos trabalhadores, como expõe sua seguinte explicação:

o caráter frágil e incipiente de experiências como essa fica evidente, se analisadas em médio e longo prazos. As estruturas coletivas implantadas durante as obras, incluindo as cooperativas de produção, horta, granja, fábrica de pré-moldados etc., continuaram operando apenas por um curto período após a desmobilização da estrutura administrativa da obra. Durante o período de obras, essas pequenas empreiteiras tinham uma demanda certa de trabalho, com condições já negociadas para os diversos serviços e um certo apoio para trâmites burocráticos e contábeis de suas existências jurídicas. [...] as regras para funcionamento, distribuição de encargos e funções, retribuição por produção, administração e gerenciamento etc., jamais chegaram a ser construídas.⁴

⁴ Ibidem, p.216-217.

Mesmo que a montagem de unidades produtivas não fosse um fim dessa experiência, a situação assinala o fato de que a produção cooperativada arregimentada durante a obra não se assegurou por si só. Isso porque o caráter autogestionário estava muito mais relacionado ao estímulo e às circunstâncias favorecidas pelos agentes externos, do que ao encaminhamento autônomo por sua comunidade. Sem o suporte do poder público e dos agentes contratados nas assessorias técnicas, as famílias não foram capazes de prosseguir autonomamente face a complexidade exigida na gestão de práticas coletivas produtivas. Parece que, de certa forma, as cooperativas ficaram protegidas pela AHI, pelas assessorias e pela garantia de trabalho durante a obra, apontando ter se tratado de processo apoiado na dependência desses agentes. Além de tudo o que foi feito para articular a produção de moradias e as adequações sociotécnicas que se desdobraram em diversos ganhos para esse arranjo produtivo — como visto na qualificação de mão de obra, na geração de emprego e renda e na recuperação ambiental da área — seria preciso um processo pedagógico maior envolvendo as famílias de maneira que fossem capazes de assegurar a gestão comunitária dessas cooperativas. Ao que tudo aponta, a experiência em si não foi suficiente para criar vínculos comunitários profundos e para fazer com que as famílias compreendessem os mecanismos do funcionamento de uma produção autogestionária. Aprender a reivindicar e a conquistar o cooperativismo exigiria do processo outro tipo de formação.

Nada disso exclui os ganhos dessa experiência que de fato se constitui exemplo singular nas possibilidades arregimentadas em *outro canteiro*, mas deixa claro seus limites e também evidencia o que representa a liberdade ou autonomia nos diferentes momentos dos arranjos de sua produção. Esse cenário impõe, dentre muitas outras questões, saber como estão hoje esses conjuntos e o que seus beneficiários assimilaram da experiência. Como mencionei antes, caracterizar o período pós-ocupação parece ser caminho necessário para avaliar os impactos de transformação desses processos frente ao tempo. Atravessada por possibilidades e limites, caracterizando-se pela contradição, como é esperado dessas experiências confrontadoras do capital e do Estado, os mutirões de Ipatinga ganharam repercussão e serviram de exemplo e estímulo à autogestão empreendida mais tarde em BH.

3.4 Mais autogestão e menos mutirão: por um programa nacional

Em meio ao cenário de entusiasmo fecundado pelo período de redemocratização e pela criação do PT, responsáveis pelo revigoramento das CEBs, grupos sindicais e demais organizações de esquerda, somados às ações exitosas das experiências locais de mutirões autogestionários, os movimentos sociais se mobilizaram ainda no final da década de 1980 para a construção de um programa de moradias nacional focado na produção autogestionária. Fundada em 1982, a CONAM e a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), de 1983, surgem para defender a proposta da reforma urbana no país e mais tarde dão significativo suporte à busca pela construção de um programa habitacional de autogestão em território nacional. Já em 1987, impulsionado pelo momento já descrito e pela consequente ampliação dos movimentos sociais e do associativismo organizados em torno da temática da moradia e do acesso à terra tem lugar a formulação da Emenda Popular de Reforma Urbana. Embora não chegue a ser completamente incorporada na Constituição de 1988, a proposta da Emenda contribuiu para uma aproximação dos grupos organizados e favoreceu o surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU),¹ em 1985, que deu respaldo à criação do importante Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) de 1987,² como explicarei adiante.

Cabe dizer que, apesar do momento ser caracterizado pelo otimismo ressurgido da redemocratização na década de 1980, ele é também fortemente assinalado por uma das maiores crises habitacionais já manifestadas no país. Entendendo as limitações das administrações locais em dispor de recursos para atender às intenções dos movimentos na criação de fundo habitacional federal, é realizada uma ampla mobilização social. É estimulada por essa busca que em 1988, estruturada pela UMM-SP, iniciam-se as Caravanas à Brasília, uma atividade anual que se tornou uma das principais estratégias encontradas pelos movimentos para pressionar o Governo Federal na destinação de recursos para

¹ MORAIS, *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*, 2019.

² Os princípios do FNRU se fundamentam no direito à cidade, à gestão democrática e às funções sociais da cidade e da propriedade a partir da atuação conjunta de associações, instituições de ensino, movimentos populares e outros que lutam pela reforma urbana.

suporte a um programa mais abrangente do que aqueles gestados nas instâncias municipais. Sobre essa articulação, Rodrigues expõe:

Nós sempre quisemos ter um programa em nível nacional, um programa com recursos do Governo Federal, que sempre concentrou, desde a época da Ditadura, o financiamento habitacional. Então nós começamos a levar nossas propostas para o Governo Federal. E Brasília, para quem não conhece a nossa geografia, Brasília fica no centro do país e muito distante. Distante fisicamente e ideologicamente. Então a gente começou a organizar, todos os anos, uma caravana a Brasília.³

Defendia-se a partir dessa proposta que os movimentos, as cooperativas e as associações deveriam exercer ações autônomas na gestão de recursos públicos para produção de moradias e para a urbanização de assentamentos informais com controle sobre todas as etapas necessárias às suas viabilizações. Ademais, Rodrigues fortalece que a proposta da autogestão pretendida pelos movimentos organizados e comprometidos com a temática da moradia sempre passou pelo questionamento da estrutura social e econômica, já que se tratava da busca por uma produção não orientada ao lucro. Diferentemente dos empreendimentos de interesse social do Estado conduzidos pelo setor privado, a produção autogestionária estaria, diante dessa perspectiva, direcionada em “função das formas comunitárias, em função do povo”, como afirma a liderança.⁴ A UNMP, que também nasce dessa luta,⁵ sustenta que a autogestão não se resume à construção de “casas, bairros ou equipamentos sociais, mas [é] uma forma de *construção de poder popular*. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. *Construímos alternativas de gestão onde somos sujeitos de nossa história*”.⁶

³ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

⁴ Ibidem.

⁵ A UNMP tem origem nas discussões acerca da criação do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular brasileiro (que mais tarde cria o SNHIS), em 1989, e formalização em 1993, a partir do Encontro Nacional por Moradia Popular que contou com articulação de movimentos de moradias dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, realizado na cidade mineira de Betim, (UNMP, 2022).

⁶ UNMP, Ofício ao Ministério das Cidades, 2003 in: MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012, p. 22.

Além de aproximar e impulsionar movimentos de moradia dispersos por todo o país, a estratégia das Caravanas, apoiada pelo FNRU, culminou numa mobilização nacional para recolhimento de 1 milhão de assinaturas (Figura 18), cujo o objetivo era a construção do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), o denominado “Fundo Nacional de Moradia Popular” (FNMP).⁷ A coleta das assinaturas contou com o protagonismo mineiro, em especial, por efeito do incentivo de Nilmário Miranda, então deputado federal por Minas Gerais, que é quem posteriormente assume a necessária autoria do Fundo no Legislativo.⁸ A expressiva articulação de Nilmário em torno da coleta das assinaturas, é, segundo a Bedê, responsável por dar origem ao Fórum Estadual de Moradia Popular (FEMP) que aglutina “todas as forças que atuam politicamente nessa área”,⁹ fazendo da campanha mineira a mais bem sucedida nessa tarefa. Isso demonstra que Minas Gerais, ao reunir esforços com outros estados, exerceu um papel importante na construção da pauta nacional do programa de autogestão de moradias, não se limitando, portanto, às próprias experiências locais. Na 4ª Caravana dos Movimentos de Moradia à Brasília, em novembro de 1991, com a presença de mais de 5.000 pessoas, a proposta do projeto de Lei foi apresentada, como se explica:

não chegou a um milhão de assinaturas [...] que levaram pro Congresso Nacional, no máximo, deviam existir em torno de 800 mil. Mas a aposta das lideranças do movimento era de que ninguém ia contar aquilo. [Quem iria] ficar contando quantas assinaturas tinha naquele monte de papel? O que acabou acontecendo é que esse projeto de lei foi dando sequência. Isso passou por uma série de circunstâncias de debate entre os próprios movimentos.¹⁰

O projeto do Fundo demoraria, no entanto, treze anos para ser tramitado e aprovado na Câmara, dando origem, a partir da Lei 11.124/2005, ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cuja a proposta de criação envolve ter

⁷ O artigo 61 da Constituição de 1988 prevê que os Projetos de Iniciativa Popular podem ser apresentados mediante o recolhimento de 1% de assinaturas dos eleitores do país, desde que contempladas por ao menos cinco estados.

⁸ GUERREIRO & LOURENÇO, Primeiro projeto de iniciativa popular aprovado hoje na Câmara tem assinatura de Lula, 2004, on-line.

⁹ BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.66.

¹⁰ Palestra proferida em 17 de setembro de 2019 por João Marcos Lopes no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

abaixo

Figura 18: Entrega das (quase) 1 milhão de assinaturas para requerimento do FNMP

Fonte: UNMP, 2014

recursos permanentes para viabilizar a requerida produção autogestionária de moradias. Convém dizer que durante todo o período transcorrido até a aprovação do Fundo, os movimentos de moradia dão encaminhamento às Caravanas à Brasília buscando construir junto ao Governo Federal propostas que incluíssem a autogestão como modalidade possível dos programas habitacionais. Sobre isso, a liderança dos movimentos explica: “Levamos a experiência da autogestão para a Conferência da ONU do Habitat II, onde fomos premiados, fomos homenageados, mas aqui no Brasil a gente não tinha nenhuma possibilidade de fazê-los. Tentamos alterar Programas Federais, tentando emendar o programa para permitir a autogestão, mas isso tudo foi impossível, a gente não conseguiu nenhuma proposta que virasse política pública”.¹¹



Ainda que distante de obter o requerido programa por autogestão, dentre as conquistas dos movimentos de moradia nesse período, há, em 2000, possibilitada pela Emenda Constitucional nº 26/2000, a importante inclusão do direito à moradia no rol dos direitos sociais básicos da Constituição Brasileira.¹² Assim, além de assegurar a promoção de programas para melhorias habitacionais ou produção de novas moradias, passa a constar no Art. 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social,

¹¹ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

¹² Durante os treze anos de tramitação do projeto de lei os movimentos de moradia, sobretudo a partir da figura da UNMP, também articulam três projetos-piloto junto ao Governo Federal, mas sem grande repercussão.

a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".¹³

3.4.1. PCS

Foi somente em 2004, após a eleição do presidente Lula (2003-2011) e a criação do hoje extinto Ministério das Cidades em 2003, que se desenha e se implanta efetivamente o primeiro programa nacional com produção habitacional por autogestão, o PCS, programa concebido para ter caráter temporário e ser substituído por outro com utilização do aparelho SNHIS.¹⁴ Antes disso, a aprovação da Lei 10.257/2001 que dá origem ao Estatuto da Cidade e, consequente regulação dos artigos 182 e 183 da Constituição que estabelecem as diretrizes gerais da política urbana, apresenta-se como marco regulatório fundamental para expansão da participação popular nas cidades brasileiras. Também precisam ser pontuadas outras ações como a Conferência das Cidades, criada em 2003 e o Conselho Nacional das Cidades, de 2004, como canais abertos para o debate entre a sociedade e o Estado.

Sem constar no cenário em questão com recursos específicos para a habitação, o movimento de moradias se articulou, ainda em 2003, para elaboração de uma proposta que previa adaptação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Nessa proposta, foram considerados diversos aspectos convergentes à construção de um programa nacional por autogestão, dentre eles: subsídios às famílias de baixa renda, destinação de recursos para contratação de assistência/assessoria técnica, assim como para adquirir terrenos e autorização para viabilização de conjuntos habitacionais mistos (com previsão de habitação de interesse social, comércio ou equipamentos sociais coletivos). Embora tenham sido realizadas modificações na estrutura do PAR, a proposta da autogestão permanece de fora, ou seja, é negada.¹⁵ Já durante a 1ª Conferência das Cidades, também em 2003, foi aprovado o texto base que previa apoio, incentivo e subsídio às cooperativas, associações, mutirões e outros agentes e organizações populares autogestionários para atuação em produção de lotes urbanizados e habitações.¹⁶

¹³ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988.

¹⁴ Programa que fomenta parcela significativa da produção autogestionária de BH, incluindo dois estudos de caso desta tese, descritos no Capítulo 4.

¹⁵ MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012.

¹⁶ BRASIL, Ministério das Cidades: Missão do Ministério das Cidades, 2003.

Diferente do que requeria o movimento desde o recolhimento das assinaturas do 1º PLIP no acesso ao FNMP (ou no posterior FNHIS), na prática, o PCS não constou no SNHIS, tendo sido viabilizado, por proposição do Ministério das Cidades, com uso dos recursos de captação privada do obsoleto Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).¹⁷ Mesmo sem obter a institucionalização do FNHIS, o PCS é encarado por alguns dos movimentos de moradia como a síntese da conquista de duas lutas históricas: a da construção de um programa habitacional com recursos federais, inexistente desde o fim do BNH, e a da disseminação da produção autogestionária, iniciada em São Paulo, para todo o território nacional. Consolidando-se, portanto, a impressão de efetividade das demandas feitas desde a 1ª Caravana à Brasília. Para a liderança da UNMP, a conquista do PCS é, sim, decorrente de algum espaço aberto no governo Lula,¹⁸ mas, é, sobretudo, fruto de um processo de acúmulo e fortalecimento da organização dos movimentos de moradia durante toda a década de 1990.

Ao propor a participação da sociedade na construção de programas públicos, é possível interpretar, como propõem Maricato & Santos Júnior, que o Estado teria assumido duas questões: a primeira, da inclusão, isto é, de dar voz a quem até então estivera à margem dos importantes processos decisórios do espaço urbano; e a segunda, decorrente do alcance da demanda dos movimentos, de despontar conflitos e contradições de interesse.¹⁹ Para Oliveira, no entanto, a hegemonia lulista nesse período deve ser compreendida como uma *hegemonia às avessas*. Ruy Braga, que escreve o prefácio de "Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira", organizado por ele, Chico de Oliveira e Cibele Rizek, revela que o conceito de Oliveira atenta para o caráter "transformista" do governo Lula, o que, a partir da teoria gramsciana, deve ser compreendido como uma consolidação de quem está no poder (hegemonia) pela absorção de grupos e elementos dos acontecimentos políticos e sociais não apenas aliados, mas também daqueles de oposição, como num processo de cooptação.

¹⁷ Autorizado pelo Decreto nº.103, de 22/04/1991 e formalmente criado pelo governo Itamar Franco (1992-1995) em 1994 (Decreto nº.1.081, de 08/03/1994).

¹⁸ Ela menciona que Lula em suas várias candidaturas anteriores à eleição de 2003 já prevê a proposta da autogestão de moradias como parte de seu programa de Governo. (Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal]).

¹⁹ MARICATO & SANTOS JÚNIOR, Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade, 2007.

Assim, *hegemonia às avessas* significaria um meio de "modernização conservadora", em que o progresso estaria intrinsecamente relacionado ao atraso. Para Braga, a partir da constatação de uma política "praticamente irrelevante para a transformação social",²⁰ a hegemonia petista revelaria na prática o esvaziamento das pautas reivindicadas pelos movimentos populares dos anos 1970 e 1980.²¹ É diante disso que Oliveira sustenta sua defesa de uma "hegemonia às avessas", até comparando o Brasil à África do Sul. Na explicação de que mesmo tendo vivido o *apartheid*, o país sul-africano teria se rendido ao neoliberalismo, o autor suporta: "Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a "revolução moral" – derrota do *apartheid* na África do Sul e eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada".²² Para ele, a ascensão de Lula à presidência significaria uma anulação das esquerdas, num processo em que os movimentos sociais praticamente deixariam de constar na agenda política. Em síntese, o que o autor esclarece nesse texto é que o governo de Lula representaria uma hegemonia sem força num processo de consentimento às avessas. Assim, aqueles que são de fato os *dominantes* (os capitalistas, o capital e os interesses neoliberais da burguesia) admitiriam consentir poder aos de fato *dominados* (a classe trabalhadora, representada na figura da presidência de um operário e sindicalista) desde que não se alterasse o curso direcionado à manutenção da exploração capitalista. Em aproximada consonância com o que se expõe a partir dessa defesa de Oliveira, o grupo de assessoria técnica USINA – em referência às políticas públicas pós-regime militar que buscam combater a pobreza em meio ao aumento da escassez de recursos – apresenta: "O Brasil e, em especial, o PT e o terceiro setor tornaram-se uma máquina de produzir 'boas práticas', quase sempre *inócuas do ponto de vista de uma transformação estrutural* mais ampla".²³

É dessa condição, aparentemente ambígua, em que o operariado no poder acaba por responder a interesses capitalistas em detrimento da ampliação ou da efetivação das pautas populares é que parece decorrer, ao menos parcialmente, o

²⁰ BRAGA, Apresentação, 2010, p.8,11.

²¹ A tese defendida por Braga é que as estratégias do governo Lula seriam aderentes ao apontamento que Carlos Nelson Coutinho faz acerca do propósito de *revolução passiva à brasileira*.

²² Para Oliveira seria um erro considerar o Bolsa Família com um programa de inclusão dos dominados na política, vide as explicações realizadas em: OLIVEIRA, *Hegemonia às avessas*, 2010, p.27.

²³ USINA CTAH, Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais, [2008] 2015, p.95.

caráter contraditório, pontual e experimental do PCS.²⁴ Um programa que conduzido sob a bandeira “Mais autogestão e Menos mutirão” inaugura a produção autogestionária em âmbito nacional ao mesmo tempo em que a enfraquece enormemente.²⁵

Sem aprofundar muito na estrutura ou no funcionamento do PCS,²⁶ vale pontuar que esse programa interpõe uma série de medidas restritivas à autonomia dos movimentos e à continuidade dessas experiências ditas autogestionárias, ainda que depois dele tenham ocorrido duas outras propostas em âmbito nacional (a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia e Programa Minha Casa Minha Vida Entidades), a adiantar, também bastante controversas. Voltado ao financiamento habitacional para famílias com renda de até três salários mínimos, criado em 2004, o PCS só passa a ser operacionalizado em 2007. A partir dele, diversas exigências dispostas nos programas públicos municipais e estaduais da década de 1990 são retomadas, mas outras são aprofundadas ou mesmo inauguradas a partir desse programa. Dentre elas, houve obrigatoriedade, determinada por lei, de prévia organização das famílias em associações, entidades ou cooperativas habitacionais para obtenção dos recursos financeiros; de contratação de assessoria para arcar com a responsabilidade técnica pela execução dos empreendimentos; e ampliação do controle do Estado a partir das fiscalizações em duas diferentes esferas (municipal e federal).²⁷

Nesse arranjo, as famílias, a partir de suas entidades organizativas, supostamente teriam autonomia para tomada de decisões sobre a utilização de recursos em

²⁴ Digo *aparentemente* ambígua, pois tendo em conta as colocações da Seção 3.1, a postura desempenhada por Lula responderia aos interesses e recursos da posição de representação do Estado.

²⁵ A bandeira “Mais autogestão e Menos mutirão” é, segundo Santo Amore, uma requisição dos movimentos de moradia do começo dos anos 1990 e está atrelada a busca de maior emprego de mão de obra especializada nas obras dos empreendimentos autogestionários em lugar da utilização trabalho gratuito mutirante. (SANTO AMORE, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade*, 2004). Já segundo os relatos que coletei nas entrevistas realizadas com lideranças dos movimentos e associações de moradores de Belo Horizonte, esse lema passa a ser incorporado na segunda geração da produção autogestionária da cidade, sobretudo, a partir dos anos 2000, significando ao mesmo tempo a defesa pela ampliação da gestão do processo e da diminuição do pesado trabalho desempenhado nos mutirões.

²⁶ Alguns dos aspectos dessa estrutura serão retomados ou desenvolvidos a partir da descrição dos estudos de casos desta tese (Capítulo 4) e também são tratados detalhadamente em outras publicações: LAGO (ed.), *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*, 2012 e D'OTTAVIANO (ed.), *Habitação, autogestão & Cidade*, 2021.

²⁷ MORAIS, *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*, 2019.

diferentes aspectos da produção — desde a compra do terreno, passando pela contratação das assessorias técnicas e da mão de obra para execução, até o projeto de arquitetura e a compra de materiais para a obra. Na observância de limites a essa autonomia é necessário situar brevemente os papéis frequentes desempenhados pela CEF (agente *operador* que mobiliza duplamente recursos do Estado e dos capitais); pelas Entidades (agente *proponente* e organizador das famílias) pelas famílias ou moradores (*beneficiários* finais) na operação desse programa.

Ao se ocupar da tarefa de administração do financiamento das moradias, a partir da gestão do FDS, a CEF se encarregava da centralização bancária do PCS. Como responsável pelas atividades de análise e gerenciamento de risco dos conjuntos habitacionais, a CEF dispunha de corpo técnico nas áreas de arquitetura, urbanismo, engenharia, direito, serviço social e financeiro para averiguação da viabilidade dos empreendimentos.²⁸ Cabendo situar que o PCS operou dentro de uma lógica de financiamento convencional, isto é, tal como ocorre no setor privado. Mas para os membros da UNMP, o fato de o programa dispor de estrutura de financiamento para pagamento integral do valor do empreendimento — em até vinte anos e sem qualquer cobrança de juros — faria do PCS mais acessível às famílias de baixa renda se comparado com outras possibilidades de financiamento habitacional vigentes naquele momento (como as opções via FGTS). Contudo, a lógica de financiamento das moradias, como exposto na Seção 2.1, configurava às famílias a atribuição de *beneficiários*, ou ainda, “tomadores de um financiamento que deveriam pagar”, sendo que este parece ter sido o principal elo estabelecido entre elas e o Estado.²⁹ Embora, contraditoriamente, o movimento de moradia reconheça e defenda que “[n]os processos autogestionários, as famílias *não são meros beneficiários das unidades produzidas, mas seu principal agente*. Nesse

²⁸ A depender da capacidade de articulação dos movimentos de moradia locais, das associações e das famílias, assim como das regulações e parcerias municipais, dentre outros fatores, esses papéis podem sofrer alterações. Portanto, aqui se esboçam apenas as posições mais habituais formatadas nesse programa. Compunham também o quadro de agentes do PCS: o FDS (agente *financeiro*), o Ministério das Cidades (na condição de *gestor*), construtoras ou empresas privadas da construção civil (agente *executor*), Estado (como *organizador e fomentador*). (MORAIS, *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*, 2019).

²⁹ GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018, p.394.

sentido, são tomadores de decisão e, portanto, responsáveis pelo bom andamento do processo".³⁰

A defesa dos movimentos de moradia remete às colocações já expostas de Guillerme e Bourdet que expõem que as ações que visam a autonomia devem colocar os cidadãos envolvidos como sujeitos *portadores da autogestão*.³¹ Residiria, portanto, no protagonismo das famílias, ou seja, na sua autodeterminação frente ao processo, a principal distinção entre os sujeitos que se "autogestionam" daqueles que meramente participam sem controle efetivo de uma ação estabelecida externamente. Assim, até mesmo o termo *beneficiário* não caberia à compreensão de propostas balizadas pela busca da construção de "alternativas de gestão" em que são os movimentos sociais os "sujeitos da própria história", como já apontava antes a citação de Evaniza Rodrigues que sintetiza as pretensões dos movimentos de luta por moradia no país. Assim, o *sujeito portador da autogestão*, ou seja, aquele que tem ou pretende o controle do processo, não deveria ser compreendido como um simples receptor passivo de um benefício concedido externamente. Como também assinala Rahnema "Processos genuínos de diálogo e interação devem, portanto, substituir o presente relacionamento sujeito-objeto entre os interventores e os intervenientes, permitindo assim aos oprimidos agirem como sujeitos livres de seu próprio destino".³² Mas, como disse antes, a intenção aqui não é a de percorrer as antinomias entre os conceitos e as práticas viabilizadas, só faço essas colocações pois elas evidenciam a enorme distância entre o papel atribuído às famílias no PCS e o que preconizavam os movimentos de moradias. Dessa maneira, servem como primeiras impressões das tratativas conflituosas desenvolvidas a partir desse programa.

O que se expõe a partir de Isadora Guerreiro, arquiteta e ex-assessora técnica da USINA CTAH, é que há uma transformação da condição desse grupo (famílias e movimentos sociais), que de cidadão participativo do processo, isto é, parte ativa e substancial da política pública e de um processo histórico de formação de cidadania, passa a ser *cidadão passivo*, uma espécie de mero coadjuvante à espera de recebimento de benefícios. O que a autora expõe é que o "sujeito político cidadão", forjado ao longo de toda a década de 1990 pelas reivindicações insurgentes de 1980 e pelo "modo petista de governar", passaria — já durante o

³⁰ MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012, p.41.

³¹ GUILLERME & BOURDET, *Autogestão: uma mudança radical*, [1975] 1976.

³² RAHNEMA, *Participation*, 2010, p.132-133 [tradução minha].

primeiro mandato da presidência de Lula – a sofrer um processo inicial de transmutação que permitiria começar a caracterizá-lo principalmente pelas denominações “consumidor” e “empreendedor”. Para ela, isso teria ganhado ênfase e sido efetivado a partir de 2006, no segundo mandato de Lula. Uma contradição grave, uma vez que tal transição seria propiciada exatamente durante a execução de um programa que preconizava autogestão a partir de um governo popular e democrático, o que parece estabelecer conexão com a ideia da *hegemonia às avessas* exposta antes.³³

Outro aspecto muito problemático desse programa se concentra nas exigências realizadas ao grupo dos beneficiários. Dentre as burocracias interpostas, as famílias precisavam passar por uma análise cadastral que supostamente garantiria que não estavam com “nome sujo”, ou seja, que não constavam na lista da Centralização de Serviços dos Bancos (Serasa) e nem do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).³⁴ Tal critério foi, isoladamente, o responsável por impossibilitar a admissão de inúmeras famílias ao programa. Assim, muitas daquelas que não tinham acesso à crédito e, portanto, encontravam-se em condição de maior fragilidade econômica e vulnerabilidade social e, portanto, compunham a maior parcela do déficit habitacional do país, são exatamente as que contraditoriamente não podiam ser atendidas pelo programa. Ademais, as parcelas do financiamento eram reguladas pelo valor do empreendimento e não pela renda das famílias, além disso, a estrutura financeira do PCS determinava inicialmente um adiantamento de 5% como contrapartida dos beneficiários. Segundo Guerreiro, isso fazia parte da lógica do FDS que passou por modificações justamente para atender à “melhora de sua avaliação de risco [...] e não da sua adequação ao financiamento de uma determinada política habitacional”.³⁵

Esses pontos, portanto, contrariam a posição defendida por Mineiro e Rodrigues ao afirmarem se tratar de melhor opção de financiamento de moradias para as famílias de menor renda do país. Na realidade, talvez de fato representasse a melhor opção dentre as oportunidades ofertadas naquele momento. Contudo, em se tratando de política pública de habitação social, apresentava problemas

³³ GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018.

³⁴ MINEIRO & RODRIGUES, *Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção*, 2012.

³⁵ GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018, p. 393.

bastante sérios ao acesso dos mais pobres, o que se complexifica e se estende enormemente quando levada em consideração sua prerrogativa autogestionária.

Assim que aprovado, o PCS, passou então a selecionar projetos de entidades prevendo o envio de dados cadastrais da própria entidade, assim como dos empreendimentos. Mas foi também a necessidade de o empreendimento ser aprovado num financiamento que contava com análise de risco e não mais somente o acesso à política pública – o que estava atrelado à lógica bancária estabelecida pelo PCS – que interpôs reordenação do papel atribuído às associações. Na estrutura estabelecida pelo programa, a figura da Entidade Organizadora (EO) se distanciava da posição antes desempenhada pelas associações/entidades nos programas municipais dos mutirões autogestionários por múltiplas razões. Uma dessas razões diz respeito à exigência de experiência prévia das associações, ou seja, precisariam comprovar atuação anterior como entidades capazes da gestão dos empreendimentos habitacionais.

Assim, apesar da EO (no PCS) e das associações (na autogestão com recursos municipais) desempenharem a mesma função de pessoa jurídica responsável pela gestão da produção dos conjuntos, e pela organização das famílias, ocorreu na prática uma reconfiguração fundamental que não apenas inviabilizou a atuação de novas associações como também sugeriu uma mudança drástica na posição defendida e desempenhada por esses agentes já atuantes como parte da autogestão nas experiências autogestionárias locais anteriores. O primeiro aspecto se esclarece a partir do que explica Rodrigues: "Poucas entidades no país tinham uma experiência prévia, já que poucas cidades do Brasil tinham tido processos de autogestão, mas foi muito importante porque foi a forma que a gente conseguiu de levar a proposta autogestionária para outros Estados, para outros lugares".³⁶ Já a segunda condição revela o que Silva trata por *profissionalização de gestores da autogestão*, isto é, uma situação em que "alguns dos gestores não são beneficiários do empreendimento em questão, mas integram o quadro como representantes das entidades organizadoras qualificadas junto aos agentes financeiros. Significa, basicamente, que esses gestores não serão afetados pelas decisões que tomam".³⁷ Para ela, os processos autogestionários enquanto parte de uma instância política estão suscetíveis a práticas de

³⁶ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

³⁷ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.204.

favorecimento e de cooptação, em que lideranças 'profissionais' podem, por exemplo, exercer influência manipulativa sobre os liderados. Independentemente das exigências impostas na criação do PCS, Santo Amore expõe que desde a década de 1990 se observa um contínuo e crescente processo de qualificação das lideranças dos movimentos e conseqüente afastamento de sua origem reivindicatória, que como explica:

se "profissionalizam", são "liberadas" (por gabinetes de parlamentares, por exemplo) e cada vez mais se distanciam das bases. Aproximam-se mais daquelas ONGs e das instâncias de articulação, envolvendo-se em pautas e agendas de eleições, de encontros e seminários nacionais e internacionais [...] de espaços institucionais de participação sócio-política (Orçamentos Participativos e Conselhos, por exemplo). Isto é, da crítica ao basismo, passou-se para o lado oposto: a articulação só nas instâncias superiores.³⁸

A demanda por certa experiência das entidades parece ter contribuído para que das 2.759 propostas enviadas na seleção preliminar do PCS apenas 684 fossem aceitas. Após essa etapa, as entidades deveriam complementar a documentação dos terrenos e dos projetos dos conjuntos já devidamente aprovados junto às Gerências Regionais de Desenvolvimento Urbano (GIDURs) da CEF. Nesse momento, no entanto, a excessiva burocratização do processo somada às dificuldades internas na estruturação das entidades inviabilizou a contratação da maior parcela dos empreendimentos. Dos 684 projetos inicialmente aprovados apenas 158 foram efetivados (cerca de 23%).³⁹ Silva, que no papel de assessoria técnica de associações dos processos autogestionários de Belo Horizonte, teve que lidar diretamente com a GIDUR e com a burocratização formalizada no PCS, revela como agiram os interesses de controle e planejamento – da posição que sustenta o Estado – e de aferição do lucro – representativa dos capitais – no encaminhamento efetivo de um programa autogestionário (cujos os ideais ameaçam a ambos), por um agente, a CEF, sintetizando:

A GIDUR constituiu-se, em Belo Horizonte, no canal direto de interlocução com as famílias [...]. Foram incontáveis – creio mesmo que inesgotáveis – os mecanismos interpostos à autogestão efetiva pelos integrantes das "classes de serviço", até ao esfacelamento total das estruturas organizativas das

³⁸ SANTO AMORE, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade*, 2004, p.91.

³⁹ MINEIRO & RODRIGUES, *Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção*, 2012.

entidades autogestoras, inclusive pelo seu endividamento e comprometimento jurídico como gestores ("nome sujo na praça"). Creio que, de forma mais ou menos deliberada para cada instância interveniente, colocou-se em questão o prestígio e a credibilidade da produção autogestionária como alternativa de gestão, para alívio da iniciativa privada no segmento de produção habitacional de baixa renda que, rapidamente, colocou em operação o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.⁴⁰

Essa exposição complementada pelo fato de terem sido aprovados inicialmente poucas propostas, demonstra que a intenção de ampliar a produção autogestionária para todo o país, como confirma a fala de Rodrigues colocada antes, já se mostrou logo de início limitada e, portanto, improcedente. Além da descaracterização da produção autogestionária que havia sido promovida nas experiências locais dos anos 1990, o que decorre dessa profissionalização das entidades, a maneira como o processo foi formatado no PCS garante às EO autonomia técnica, jurídica e financeira independentemente ao corpo de famílias que acessam esse programa via financiamento (os beneficiários), como explica Guerreiro:

Antes, a associação era um conjunto de famílias que elegia representantes específicos (participantes) para um empreendimento. A Entidade [EO] é maior do que isso, pois é um estatuto autônomo aos beneficiários: pode ser uma pessoa jurídica "emprestada", inclusive, desde que seja habilitada para a produção de habitação. Autonomiza-se, portanto, da luta direta e localizada objetivamente (terra e pessoas) e se transforma numa figura abstrata, gerenciadora de "demanda (que ela indica), em nome da qual administra processos técnicos e financeiros sob seu estatuto jurídico. Tal "profissionalização", ou autonomia da técnica –que, no limite, é a expressão do afastamento da face política do movimento popular da produção do urbano –gera a figura correspondente, no movimento, à lógica bancária, que agora deve operar como agente de correspondência junto à CEF nas áreas técnicas (arquitetura e social), jurídicas e financeiras.⁴¹

A suposta autonomia para lidar com a compra da terra, com a elaboração de projetos preliminares, com os estudos de viabilização dos empreendimentos e demais questões jurídicas para adequação do projeto e do terreno – tarefas antes

⁴⁰ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p. 205.

⁴¹ GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018, p.394-395.

desempenhadas pelo poder público—, dentre tantas outras atribuídas à EO, está longe de representar maior autonomia efetiva das famílias frente à produção do PCS. Segundo Guerreiro, a situação não confere às famílias e suas entidades organizativas maior controle sobre as forças produtivas aí envolvidas e consequente ampliação do acesso à direitos, ao contrário, impõe-nas um tipo de atuação semelhante aos “agentes de mercado”. Isso porque o programa é desenhado de maneira tal que afasta as EO, e consequentemente (e sobretudo) as famílias, dos aspectos políticos, submetendo-os a regras que levam à produção de uma mercadoria (financiável) que só após concluída pode entrar “na esfera estatal, cujo acesso se dá por meio do financiamento, ou seja, pela via bancária”.⁴² Aí o papel do Estado está bem longe de conferir aos sem-casa os meios necessários para que atuem autonomamente na produção de moradias populares e na garantia de seus direitos elementares. Essa é a *perversão da autonomia*, como concebe Guerreiro.

É dessa *perversão da autonomia* que decorreria a necessidade de as EO obterem terrenos num injusto e perverso processo de disputa com o setor privado. Pois, se antes, nas experiências locais de produção autogestionária, o Estado normalmente fornecia terrenos públicos ou meios para sua obtenção — como ocorre com a desapropriação de áreas sem função social da propriedade — e arcava com a responsabilização pela aferição de sua viabilidade técnica e jurídica, no PCS, via de regra,⁴³ cabia à EO a realização dessa busca, dos estudos e das adequações necessárias para sua viabilização.⁴⁴ Sobre isso, Mineiro e Rodrigues explicam que não havia restrição na estrutura do PCS para realização de empreendimentos em terrenos doados ou cedidos pelo poder público, contudo:

Como o financiamento é viabilizado diretamente pelas entidades junto ao governo federal, o apoio do poder local nem sempre está presente. Nesses casos, cabe à entidade disputar com agentes privados, terras urbanas viáveis para habitação [...]. Sem capital, nem suporte institucional, as entidades peregrinam por imobiliárias e proprietários de terra até conseguirem um terreno que tenha viabilidade técnica, preço acessível e a disponibilidade de

⁴² Ibidem, p.395.

⁴³ Em alguns municípios as entidades conseguiram estabelecer parcerias junto às prefeituras para doação de áreas públicas ou compra de terrenos privado por desapropriação.

⁴⁴ Uma lógica iniciada com o PCS e aperfeiçoada no PMCMV-E, ainda que seja “uma das questões mais presentes nas críticas dos movimentos de moradia em seus documentos e manifestações” (MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012, p.34).

ser adquirido após todo o desenvolvimento do projeto, aprovações nos órgãos de licenciamento e enquadramento nas regras dos programas.⁴⁵

A lógica do financiamento total do empreendimento — que considerava tanto o valor da terra quanto das unidades habitacionais para o repasse final aos beneficiários — invariavelmente, submeteu as entidades à aquisição dos terrenos mais baratos (e piores). Ou seja, restaram-lhes somente aqueles terrenos que não interessavam ao mercado imobiliário. Além disso, o longo processo envolvido na análise e aprovação desses terrenos,⁴⁶ cuja responsabilidade e também custos são das próprias associações, por vezes, inviabilizou a construção, levando-as a ter prejuízos importantes. Dessa maneira, contraditoriamente, a EO atuou de maneira menos dependente do Estado exatamente quando se encontrava diante um governo democrático-popular e ao mesmo tempo em que havia "a privatização do acesso ao direito e não sua superação".⁴⁷ Além de descabida, essa autonomia corrompida na busca dos terrenos pode ter contribuído também para processos imobiliários especulativos, com beneficiamento dos capitais em detrimento dos processos autogestionários do PCS. Isso é o que aponta essa fala dos membros da UNMP: "Empresas maiores têm adquirido esses imóveis com recursos próprios, solucionado as pendências e depois os colocando nos programas, a preços maiores".⁴⁸ Além disso, a isenção do Estado no fornecimento da terra acaba por refletir empreendimentos com localizações distantes, deficitários de serviços e mesoestrutura urbana ou mesmo com as piores configurações de relevo,⁴⁹ ou seja, nada diferente das áreas habitualmente destinadas aos pobres na produção de interesse social hegemônica. Ademais, no geral, viabilizavam-se apenas terrenos com alguma pendência jurídica (como taxas devidas ao Estado) ou adequações necessárias (retificação de área, parcelamento etc.).⁵⁰

Essa injusta e desequilibrada disputa junto aos mesmos atores que produzem moradias para o mercado foi capaz de atuar de tal maneira manipulativa que os movimentos sociais passaram, a partir do PCS e durante do PMCMV-E, a diminuir consideravelmente, quando não praticamente interromperam, as ações de

⁴⁵ Ibidem, p.33.

⁴⁶ Normalmente mais de um ano, mas podendo chegar até cinco anos (Ibidem).

⁴⁷ GUERREIRO, Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular, 2018, p.395.

⁴⁸ MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012, p.34).

⁴⁹ O que afeta o aproveitamento da área ou encarece os sistemas de suporte à edificação.

⁵⁰ Ibidem.

ocupações de terra. Assim, as ocupações, antes utilizadas como uma das principais estratégias dos movimentos para negociação e estabelecimento de relação com o Estado, nessa nova política pública passou a ser substituída pela institucionalização de suas ações. É a partir de constatações como a que se expõe que Felipe Drago, arquiteto que integra a publicação organizada por Luciana Lago "Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições", afirma que no período entre 1970 e 2010 os diferentes movimentos sociais urbanos teriam pouco a pouco substituído suas ações veementemente combativas – associadas às ocupações de terra, de imóveis e mobilizações de todos os tipos – ao diálogo na arena institucional, aos programas habitacionais e até mesmo aos mutirões autogeridos, o que ele, de maneira um tanto dura, trata como "manejo da colher de pedreiro". Um cenário, segundo o autor, que teria sido propiciado sobretudo pela entrada de grupos ativistas e lideranças de movimentos sociais em governos do PT no período entre 1990 e 2000. Para o autor, o lugar ocupado por esses agentes nas instâncias de um poder democrático-popular possibilitaria vislumbrar "benefícios concretos" e justamente por isso a luta política mais contestatória teria sido abrandada.

Dessa maneira, seria compreensível que o exercício do confronto estivesse cedendo lugar à cooperação ou mesmo à completa institucionalização do modo de operação pugnador dos movimentos sociais. Ou da maneira como ele expõe: "supostamente, a partir de então, os movimentos não precisariam mais levantar certas bandeiras políticas. Deveriam agir propositiva e positivamente no sentido de operar as políticas públicas em busca de resultados".⁵¹ Na sua perspectiva, essa recondução nas ações dos movimentos deve ser compreendida como uma inclinação, de parte deles, à cooperação com o Estado – particularmente daqueles com estruturação nacional no começo do governo Lula e na circunstância de criação do Ministério das Cidades – e, possivelmente, como efeito da incorporação de seus militantes na estrutura política.

Essa interpretação dá suporte à compreensão de que o PCS é resultado de *um ciclo de confrontos* e da *interdependência* entre os movimentos de moradia e o Estado. Interdependência essa que parece revelar uma preocupante distância entre as reivindicações que incitaram a luta dos movimentos de moradia no país e as ações de fato desempenhadas por eles diante da conquista da produção do

⁵¹ DRAGO, Programa Crédito Solidário: avanços em direção à autogestão ou cavalo de Troia dentro das "muralhas" do confronto político?, 2012, p. 49.

PCS. A partir de considerações de Tarrow,⁵² Drago expõe que o *ciclo de confronto*, que teria propiciado o PCS, é marcado por momentos de *mobilização* e *desmobilização*. Um ciclo que se iniciaria em meados de 1970, a partir do enfraquecimento do regime ditatorial. Atingiria o auge nas mobilizações da década de 1980, mesmo período em que são criados o PT, a CUT e outras organizações direcionadas aos movimentos populares e à classe trabalhadora. E com crise, ou declínio, em 1990. Logo, o período de desmobilização coincidiria com a atuação dos governos democráticos-populares que dão a possibilidade de os movimentos integrarem ou formularem políticas públicas nas administrações orientadas à participação social. Aí se criaria uma interdependência, como sugere Drago, que pode ser lida a partir do que Santo Amore trata de “um verdadeiro emaranhado”. Na explicação de Santo Amore seria uma situação em que “Movimento, partido e governo se entrelaçam de maneira indissociável na superfície, tornando frouxos aqueles laços que os amarram aos interesses das bases, a se comprovar pela desigualdade social que só se aprofundou nesse período”.⁵³ Já o encerramento do ciclo se daria justamente com a eleição de Lula e com a materialização da luta dos movimentos sociais urbanos na criação do PCS.⁵⁴

Caso assumida essa perspectiva, deve-se considerar que mesmo que inicialmente os movimentos sejam contrários à ideia de reformismo, pois são motivados pelo ideal de autonomia, não raro, a estrutura política a qual estão submetidos os leva à aceitação de reformas e à condição de institucionalização da própria luta.⁵⁵ Isso, no entanto, pode implicar polarizações e divisões internas, como, por exemplo, o surgimento de ‘braços’ distintos de um mesmo movimento. Como explica Lopes “Mesmo dentro do Movimento de Moradia, tomado assim genericamente, aparecem vertentes que recolhem e ajuntam referências que acabam, eventualmente, produzindo antagonismos praticamente inconciliáveis”.⁵⁶ Esse parece ser o caso do desmembramento visto na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) que antes de sua dissolução — por decorrência da discussão em torno da proposta de cooperação com o Estado para estruturação de políticas públicas habitacionais em autogestão — dá origem ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLML), que, por sua vez, coloca-se

⁵² TARROW, O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político, [1998] 2009.

⁵³ SANTO AMORE, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade*, 2004.

⁵⁴ DRAGO, Programa Crédito Solidário: avanços em direção à autogestão ou cavalo de Troia dentro das “muralhas” do confronto político?, 2012.

⁵⁵ TARROW, O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político, [1998] 2009.

⁵⁶ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.44.

contrário a essa proposta por entender que ela recairia na cooptação do movimento. Em oposição ao MNLM, a UNMP se apoiaria na cooperação com o poder público justamente por apostar na construção de um programa autogestionário em âmbito nacional. Drago explica que essa divisão apontaria o início do processo de desmobilização como efeito de um "gradual desaparecimento de objetivos comuns, antes muito claros: as questões que envolviam a luta política contra a ditadura militar e pela reconstrução democrática do país. A mobilização em torno destas questões dava sinais de exaustão". Submetidos a essa exaustão, as lideranças, ao contrário dos participantes comuns (futuros beneficiários), tenderiam a persistir no movimento, contudo, diante da perda de apoiadores, passaria a utilizar uma dessas duas estratégias: ou moderar as reivindicações tentando a conciliação com os opositores ou passar a completa radicalização de sua atuação em ações ainda mais combativas. Esse primeiro caso exemplificaria a ação da UNMP e o segundo do MNLM. Já o Estado, tenderia a fazer "concessões táticas moderadas" a partir das estratégias de *facilitação seletiva*, como seria o caso da construção de políticas públicas em conjunto com os movimentos sociais e seus apoiadores. Isso, por sua vez, intensificaria a divisão dos movimentos (ou de seus desdobramentos) contrários à ideia de realizar conquistas sociais a partir da institucionalização.⁵⁷ Tais divisões parecem coincidir com os expedientes de controle formatados pela posição e pelos recursos assumidos pelo Estado e dão suporte à tese de Paulo Freire na sustentação de que é necessário *dividir para oprimir*. Ou seja, mesmo que partindo dos movimentos de moradia, tais antagonismos emergem dessa mediação com o Estado e refletem o enfraquecimento das mobilizações sociais, portanto, servem à manutenção do controle e do planejamento que caracteriza a produção de interesse social hegemônica, como disposto na criação do PMCMV.

Nessa perspectiva, o PCS ao mesmo tempo que decorreria desse ciclo de confrontos o encerraria. Como resultado dessa *facilitação seletiva* e da *interdependência*, ou seja, do imbricamento entre os interesses do Estado e os dos movimentos sociais de moradia, o PCS apresenta conflitos significativos. Dentre eles, cabe retomar: a distância estabelecida entre as entidades e o grupo dos beneficiários, entendendo que quem assume as tarefas de efetiva gestão dos empreendimentos não são necessariamente os futuros moradores; as exigências impostas com a burocratização da produção bancária da moradia popular que em

⁵⁷ DRAGO, Programa Crédito Solidário: avanços em direção à autogestão ou cavalo de Troia dentro das "muralhas" do confronto político?, 2012, p.56, 57.

alguma medida desconecta as entidades e as pessoas envolvidas com a viabilização do conjunto da ação política do movimento que lhes dá origem; e o arrefecimento da luta que passa do confronto à cooperação.

Outra questão que aponta descompasso da autogestão institucionalizada do PCS é a do trabalho das assessorias técnicas. O movimento de moradia reconhece na parceria estabelecida com os técnicos uma importância histórica para construção dos programas autogestionários e diz se tratar do “resultado da aliança política entre profissionais comprometidos com a produção social da cidade e os movimentos de moradia comprometidos com a transformação social”.⁵⁸ Contudo, no PCS não há especificação que delimite suficientemente o trabalho desses grupos. Isso, na prática, poderia levar tanto à mera assistência na elaboração de projetos e na coordenação da produção; quanto a uma assessoria de fato, por exemplo, direcionada à construção de método que viabilizasse a escolha de terrenos, a concepção de projetos e a condução da obra por estratégias de (auto)gestão coletiva, oportunizando o envolvimento de todos os participantes. Além disso, o trabalho social – entendido pelas entidades como fator de integração entre as famílias e, portanto, imprescindível à minimização de conflitos ao longo do processo autogestionário assim como no pós-ocupação – não recebeu recursos específicos para contratação no PCS. Dessa maneira, acabou sendo realizado de maneira voluntária ou mesmo clandestina (quando são contratados técnicos sociais, mas sem explicação evidente no uso de recursos da assessoria técnica).⁵⁹

Embora celebrado como importante conquista dos movimentos de moradia na construção de um programa habitacional por autogestão de abrangência nacional, o PCS aponta enorme hiato entre aquilo que é realizado nas instâncias participativas municipais ao longo da década de 1990, entre o que é pretendido pelo movimento de moradia e o que é de fato alcançado.

Criado em 2004 e encerrado apenas quatro anos depois, o PCS pode ser considerado um programa de pequena abrangência; burocrático e de difícil operabilidade, pois funcionou dentro de uma estrutura de financiamento habitacional convencional; que dispôs de recursos de um fundo defasado; com inversão dos processos autogestionários originais para uma lógica mais aderente

⁵⁸ MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012, p.39.

⁵⁹ É só com o PMCMV-E que passa a existir essa possibilidade de contratação (Ibidem).

aos preceitos mercadológicos; com a profissionalização das entidades e a atribuição de meros beneficiários relegada ao grupo das famílias; e dentre tantas outras questões apresentadas que o conformam como algo contraditório do começo ao fim. Mesmo reconhecendo muitos desses problemas, Rodrigues sustenta a necessidade de sua criação ao dizer: "foi muito importante porque foi a forma que a gente conseguiu de levar a proposta autogestionária para outros Estados [...]. E levando a capacitação, levando a troca de experiências dos movimentos, para que pudesse ser implementado. Então o PCS [...] apesar de uma expressividade pequena possibilitou produzir moradias e levar esse modelo de autogestão para outros estados brasileiros".⁶⁰ Diante dessa confirmação de que o movimento tem suas convicções e lutas afrouxadas pela cooperação com o Estado, cabe indagar, sem pretensão de elaborar respostas, a que custo a nacionalização dessa proposta ocorreu para os movimentos de moradia e para as famílias alcançadas por ela.⁶¹

3.4.2. APSM e PMCMV-E

Apenas para ilustrar as duas outras experiências da produção habitacional por autogestão financiada com recursos federais, pontuo brevemente a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (APSM) e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). Sem compromisso de me ater a uma descrição completa deles, trato aqui apenas de alguns de seus muitos aspectos contraditórios.⁶²

Em 2008, com o fim do PCS, é implantada a ASPM, que atuou até 2011. Voltada às famílias com renda de até R\$1.125,00, o programa previa três modalidades: (1) produção ou aquisição de unidades habitacionais; (2) requalificação de imóveis ou (3) aquisição de lotes urbanizados. Segundo Ferreira,⁶³ a aprovação da ASPM é resultado da proposta elaborada ainda no FNRU por um extenso grupo formado por movimentos de moradias e seus apoiadores.⁶⁴ Para a autora, esse programa

⁶⁰ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk - Universal Housing Policies [informação verbal].

⁶¹ A partir dos estudos de caso das Seções 4.3 e 4.4 pretendo aprofundar a compreensão tanto das possibilidades quanto dos limites do PCS.

⁶² Sistematização já devidamente realizada por LAGO (ed.), *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*, 2012 e D'OTTAVIANO (ed.), *Habitação, autogestão & Cidade*, 2021.

⁶³ FERREIRA, A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes, 2012.

⁶⁴ UNMP, Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Fundação Bento Rubião, Instituto Polis, a Federação Nacional de Arquitetos (FNA) e Centro de Assessoria e Apoio à Autogestão (CAAP).

tratou do reconhecimento do Poder Legislativo e do Poder Executivo de que as associações e cooperativas eram efetivamente compreendidas como *agentes* da produção de interesse social do país. Uma conquista importante, já que finalmente previu produção de moradias de interesse social com acesso aos recursos oriundos do FNHIS. Isto é, a partir da APSM é que se consolida efetivamente a luta dos movimentos na construção do Fundo de Moradia Popular que ocorre desde a década de 1990. Dessa maneira, a APSM divulgava: “apoiar entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltada a famílias de baixa renda”.⁶⁵ A realidade, contudo, fez-se outra. Até 2011, teria ocorrido apenas o processo de habilitação das entidades e uma única seleção de propostas com previsão de implantação de 61 empreendimentos em 21 estados do país. Contudo, dentre as propostas selecionadas, apenas uma parece ter sido efetivamente concluída.⁶⁶ Assim, embora a ASPM sintetize algumas das pautas reivindicadas pelos movimentos de moradia, sem esclarecimentos concretos, o programa foi finalizado antes mesmo de se iniciar. A conquista dos movimentos dentro desse programa não passou, portanto, de um marco regulatório frustrado, vazio de aplicabilidade.

Já o PMCMV-Entidades se configura uma vertente da produção de interesse social do PMCMV que é dedicada à produção autogestionária e apesar dessa denominação parece aprofundar muitos dos problemas originados no PCS. No entanto, é necessário esclarecer que esse programa trouxe em sua implantação algumas revisões em observância às propostas e reivindicações realizadas pelos movimentos de moradia. Sobretudo, mudanças exigidas mediante a constatação da excessiva burocratização e da inversão de prioridades dos movimentos de moradia na atuação exercida durante o PCS⁶⁷.

Nesse sentido, o PMCMV-E, dentre outras questões, passa a incluir a destinação de recursos para contratação de serviço técnico social, ainda que num primeiro momento muito insignificantes;⁶⁸ a realizar financiamento pela capacidade de

⁶⁵ BRASIL, Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, 2011, on-line.

⁶⁶ Trata-se do “Projeto Construindo Juntos” com 50 unidades habitacionais finalizadas em 2011 (FERREIRA, A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes, 2012).

⁶⁷ Com base no documento “Sugestões para a Reformulação do Programa Crédito Solidário”, elaborado em 2009 pela UNMP (MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012).

⁶⁸ No PMCMV-E 1 somente 0,5% do valor da obra era destinado ao trabalho social, já no PMCMV-E 2, após reivindicação das entidades, sob para 2%. Contudo, em ambas as fases, os técnicos

pagamento das famílias e não mais pelo valor total do empreendimento,⁶⁹ a excluir a análise cadastral das famílias no SPC e no Serasa; e a considerar a modalidade de Compra Antecipada,⁷⁰ embora, na prática, as entidades tenham se deparado com diversos impedimentos para sua utilização. Algumas das características desse programa serão esboçadas a seguir.

Sobre a contradição na posição desempenhada pelos técnicos a serviço dos movimentos sociais no PMCMV-E, cabem algumas considerações. A partir da pesquisa realizada coletivamente por equipe que compõe a publicação "Produção Social da Moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias" é possível compreender que a atuação técnica no PMCMV-E pôde representar tanto saídas proveitosas quanto empecilhos às entidades que os contrataram. Os autores dão exemplos concretos dessa situação:

A utilização do saber técnico pelas entidades organizadoras em muitos casos tem permitido a inovação na elaboração dos projetos. A aliança entre entidade, famílias e assessorias técnicas tem permitido os únicos (e poucos) momentos de inovação projetual que a pesquisa pode observar. Deve-se frisar, ainda, que em muitos casos de inovação é necessário um árduo trabalho para o enquadramento nas regras do programa e convencimento dos técnicos do agente operador. Por fim, em outros casos observou-se a opção pela redução da participação da assessoria técnica, a partir da adoção da repetição dos mesmos tipos de projetos na produção habitacional pelas entidades.⁷¹

Durante as pesquisas de campo realizadas pelo grupo, eles identificaram que algumas entidades entendiam como completamente dispensável a atuação dos técnicos, isso porque os arquitetos e engenheiros contratados para alguns empreendimentos do Entidades reproduziam o mesmo projeto para diferentes obras. Sem tentar buscar amenizar ou justificar a qualquer custo a ação desses

sociais só poderiam ser contratados na etapa da obra, ou seja, após definição do terreno e aprovação dos projetos (MINEIRO & RODRIGUES, *Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção*, 2012).

⁶⁹ O cálculo do financiamento corresponde à teto de 10% da renda familiar para pagamento em até 10 anos.

⁷⁰ Regulamentada mais de um ano após a negociação, a proposta diz respeito à antecipação de recursos em duas etapas. (MINEIRO & RODRIGUES, *Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção*, 2012).

⁷¹ BURGUIÈRE et al., *Produção Social da moradia no Brasil: Panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias*, 2016, p.42.

técnicos, é possível pressupor que os procedimentos estabelecidos pela CEF – agente operador que representa o Estado nesse programa – tenha imposto esse cenário. Uma das situações que me direciona a esse entendimento é a do “contrato de risco”, a qual todas as assessorias do PMCMV-E estavam submetidas. Tratava-se de uma exigência, imposta pelo poder público, de que os técnicos fossem contratados e remunerados apenas quando efetivada a aprovação do projeto arquitetônico. Portanto, os serviços deveriam ser executados sem qualquer respaldo ou garantia financeira.⁷² Logo, a padronização de projetos se manteve e refletiu o trabalho desse grupo mesmo quando não estão servindo diretamente aos capitais ou ao Estado. Isso, por consequência, teria colocado em questionamento a própria necessidade de sua participação nos processos ditos autogestionários.

Ademais, como expressa a supracitada passagem de Burguière *et al.*, mesmo quando os recursos culturais eram utilizados em favor de uma suposta “inovação” desses empreendimentos, haveria um confronto estabelecido entre os técnicos que atendiam às entidades *versus* os que atendiam ao poder público. Essa situação demonstra que, condicionados a seguir estritamente os trâmites pré-estabelecidos, sem fazer questionamentos sobre a estrutura que lhes atravessava, os arquitetos do poder público dificultariam qualquer tentativa de alteração daquilo que já estava posto pelas ‘regras do jogo’. É nesse sentido que foram necessárias, por parte dos assessores técnicos, as árduas estratégias de “convencimento” e negociação mencionadas. Apesar de existir uma disputa entre as duas categorias de técnicos, nenhuma delas parece ter questionado de fato a necessidade de haver um projeto a ser aprovado, mesmo em se tratando de outra lógica de produção de habitações. Perduram-se assim os expedientes de dominação.

Sabendo que durante as iniciativas de produção autogestionária desenvolvidas na década de 1990 emergiu dentre os movimentos de moradia a defesa de “Mais autogestão e menos mutirão”, merece ser pontuada a questão da execução dos empreendimentos no PMCMV-E. Se no PCS eram admitidos apenas três modelos de produção habitacional: “a) autoconstrução, pelos próprios beneficiários; b) auto-ajuda ou mutirão; ou c) administração direta, com contratação de profissionais ou empresas para execução de serviços que demandem maior especialização,”⁷³ que são organizações compatíveis com a ideia da produção por

⁷² *Ibidem*.

⁷³ BRASIL, Instrução normativa nº39, de 28 de dezembro de 2005, 2005, on-line.

autogestão, no PMCMV-E passou a existir também a modalidade de Empreitada Global. Isto é, uma modalidade de produção destinada por completo a uma construtora. Por essa modalidade, a autogestão é na prática dirigida por um regime de cogestão com pouco ou nenhum controle das entidades ou dos beneficiários. O que ocorre nesse cenário é que os movimentos sociais e as famílias, representados pela figura das entidades (associações, cooperativas etc.), poderiam ser usados como “barrigas de aluguel” pelas construtoras. Burguière et al. explicam esse arranjo: “uma empreiteira é contratada para uma obra em quase sua totalidade, deixando-se somente um pequeno percentual para outra construtora. Nesses casos a autogestão praticamente não é realizada pela entidade e famílias, sendo delegada a uma única construtora”.⁷⁴

As “barrigas de aluguel” eram duplamente problemáticas. Por um lado, impossibilitavam o envolvimento das famílias durante o processo da obra. Por outro lado, garantiam pagamento antecipado às construtoras a partir de medições aferidas a cada etapa executada, uma vantagem que deveria ser atribuída apenas a obras conduzidas por mutirão autogestionário. Afinal, na Empreitada Global, diferentemente das modalidades de autogestão conduzidas pelas entidades, as construtoras passavam por análises criteriosas durante a execução total dos serviços, para só então terem os recursos liberados.

Longe de um programa que apregoava atender a demandas populares, no contexto do PMCMV-E, os movimentos sociais eram entendidos pelo poder público tal como a figura das empresas construtoras. Essa situação impelia as entidades à conclusão da obra em 18 meses, o que, conseqüentemente acarretava a repetição pela padronização de conjuntos, preferencialmente, em grande escala.⁷⁵ Para garantir que a obra fosse executada dentro dos prazos e das condições do programa, as entidades, por vezes, rendiam-se a essa situação da Empreitada Global, que pouco ou nada se diferia da produção empresarial hegemônica descrita no Seção 2.1. A respeito dessa e de muitas outras contradições do PMCMV-E, Rodrigues pontua:

Primeiro que era um Programa anticíclico para ativar economia, então ele era muito mais voltado para empresas do que para a produção autogestionária. Você tem um problema de terra, porque a terra como um

⁷⁴ BURGUIÈRE et al. *Produção Social da moradia no Brasil: Panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias*, 2016, p.42.

⁷⁵ *Ibidem*.

financiamento, com ampliação de financiamento habitacional, o preço da terra sobe e os movimentos populares têm muito mais dificuldade de acesso a essas terras. E algumas iniciativas de fraudar o processo de autogestão, utilizando uma associação como testa-de-ferro para construtoras, para o setor privado produzir a habitação. Então foram novos problemas que a gente não tinha enfrentado até então que tivemos que lidar no Minha Casa Minha Vida Entidades.⁷⁶

O que se delineava aí, era que o Estado, implacável, a partir de suas regras, deliberadamente ou não, conseguia ao mesmo tempo apaziguar os movimentos – ao fazê-los acreditar que estavam no comando dos processos ditos participativos – e garantir mercado às construtoras. Dessa maneira, mesmo que o PMCMV-E fosse inicialmente formatado buscando superar alguns dos problemas avaliados pelas entidades durante a experiência piloto do PCS, ele deve ser compreendido, como coloca Guerreiro, como retrato da “confluência de programas contraditórios”.⁷⁷

Sobre o lugar dos movimentos de moradia durante os treze anos do governo do PT, Rodrigues esclarece: “Não é porque a gente teve um governo democrático-popular que a luta parou. Pelo contrário, durante todo o tempo do governo Lula e Dilma a gente teve processos de pressão e de disputas importantes dentro e fora do governo, com a sociedade, com o governo, com o Congresso Nacional, com os diversos interesses que estavam envolvidos”.⁷⁸ Mesmo diante dessa afirmativa é verificado um arrefecimento da luta desses movimentos, como constatado no enfraquecimento das ocupações de terra ou na aderência das entidades à lógica bancária e à excessiva burocratização estabelecida a partir da contraditória e conflituosa produção autogestionária da política habitacional nacional vista no PCS, na ASPM e no PMCMV-E. Similarmente à posição defendida por Drago sobre o ciclo de confrontos que envolveria o surgimento de programas federais de autogestão habitacional, Guerreiro aponta que os movimentos de luta por moradia teriam reformulado suas estratégias pela determinação de um “amoldamento à forma rentista”. Não podendo ser atribuída, portanto, responsabilização unilateral

⁷⁶ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

⁷⁷ GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018, p.392.

⁷⁸ Palestra proferida em 06 de setembro de 2021 por Evaniza Rodrigues no TF/TK Talk- Universal Housing Policies [informação verbal].

ao poder público nas contradições expostas nesses programas, o que ela expõe pela defesa de que:

os processos colocados em andamento pelo Estado Democrático Popular não podem ser entendidos como uma "traição" da cúpula petista [...] que "coopta" lideranças populares e que, terminado seu ciclo à frente do governo federal, entrega o país à dinâmica de luta de classes anterior. [...] percebe-se que o mais importante a captar no momento são as heranças deixadas, que alteraram a estrutura da luta de classes e que permanecem se movimentando ao terem conformado a experiência da classe trabalhadora e dos sujeitos e setores engajados politicamente com o ideário de esquerda. Assim, não é um processo que acabou, mas que completou um ciclo de adaptações e que se move, agora, dentro das estruturas que criou. Tais estruturas são baseadas na reificação da classe trabalhadora.⁷⁹

São muitos os fatores que combinados parecem decorrer em programas muito distantes das propostas pioneiras dos mutirões autogestionários e das intenções de autonomia e luta por outra sociedade que apregoavam e ainda apregoam os movimentos sociais.⁸⁰ Programas que talvez respondessem ao possível cenário da *hegemonia às avessas* ou mesmo do momento de encerramento do *ciclo de confrontos* iniciado nos anos 1980, mas que sem dúvidas carregam apontamentos importantes para confirmação das limitações relacionadas às posições e aos recursos dos agentes envolvidos nessa produção. A passagem a seguir caracteriza bem a conjuntura resultante da luta histórica dos movimentos de moradias na construção de uma *autogestão institucionalizada*, ao que tudo parece, a de um "lugar sem utopias":

Chegamos aos nossos dias com um operário tendo passado pelo poder, à posse daquela estrutura técnico-burocrática que afirmávamos ser capazes de mudar ao som de nossas utopias e, meio abobados, percebemos que o poder é que tem o operário e aquela estrutura estatal é que se apropria de nossas utopias. Os movimentos populares que tanto gritaram nos anos

⁷⁹ GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018, p.35.

⁸⁰ Para aprofundamento desse cenário, verificar: SANTO AMORE, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade*, 2004; LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011; Lago (ed.), *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*, 2012; GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018 e D'OTTAVIANO (ed.), *Habitação, autogestão & Cidade*, 2021.

1980, parecem cada vez mais afônicos e atrelaram-se, em diversas instâncias, as ordens burocráticas de uma relação administrada. Transformamos nossas concepções fragmentárias de "arquitetura do trabalho livre" em programas de governo, em "políticas públicas" de ocasião e as submetemos à ordem que desordena a legítima vontade que tínhamos de mudar.⁸¹

Retomo, portanto, à concepção de Marcelo Lopes de Souza que reconhece que o Estado apresenta fissuras e contradições internas que oferecem possibilidades a ser exploradas por grupos e movimentos sociais. As fissuras nesse caso são exemplificadas por políticas públicas como o PCS e o PMCMV-E que favoreceram iniciativas em processos que parecem ter dado abertura a alguma participação popular, contudo, muito afastadas das propostas dos movimentos sociais de se portarem como sujeitos da própria história. Mas do modo como foi aqui advertido, é necessário ter cautela sobre o potencial emancipatório ofertado pelo Estado, afinal, ele é direcionado para a manutenção da heteronomia. Ao mencionar as limitações dessas iniciativas de cooperação entre poder público e sociedade civil,⁸² Souza identifica que "o Estado é, seguramente, o pólo dominante" dessas experiências, ainda que possa fornecer experiências que possibilitem a "função redistributiva" da renda e o "aumento da auto-estima coletiva da população e do sentimento de cidadania".⁸³ Logo, mesmo que dentro de um cenário amistoso, com propostas convergentes às suas demandas, não seria indicado que o movimento baixasse a guarda, ao contrário, precisariam manter estado de alerta ininterrupto, aproveitar as brechas desde que na sustentação de seus ideais, prevalecendo a perspectiva estadocrítica. Para os movimentos de moradia, portanto, não bastaria apenas depositar toda a sua confiança no discurso democrático propagado pela gestão de esquerda, seria necessário manter vigilância e organizar a luta para além das instâncias oficiais.

Fato é que diante das burocracias impostas nesses programas não há tempo de fazer política, isso deixa de ser prioritário para atender a interesses mais imediatos do grupo das famílias, em última análise, ter um teto para viver. Já o projeto de uma sociedade autogestionária, de outra hegemonia, fica em segundo plano. E a autogestão não ocorre pela metade, não ocorre sem política. Prazos, normas e

⁸¹ LOPES, *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*, 2011, p.6-7.

⁸² Embora Marcelo Lopes de Souza trate especificamente das experiências do OP, considero suas colocações válidas para a produção autogestionária viabilizada em nível nacional.

⁸³ Souza, *A prisão e a ágora*, 2006, p. 250-252.

regras definidas de antemão, a ordem a qual o Estado tanto persegue e o define, são impeditivos à expressão da liberdade pretendida. Buscando a autonomia coletiva de seus envolvidos, mesmo em meio a limitações, os processos autogestionários batalhados pelos movimentos de moradia deveriam estar orientados, sobretudo, pela luta anticapitalista e com isso pela ampla formação política de seus participantes. Não há espaço para distanciamentos.

3.5 Entre 'laboratórios para exercícios de autonomia' e 'cotas apaziguadoras'

Diante do exposto, fica bastante claro que há um enorme desequilíbrio entre os arranjos produtivos heterônomos que atendem aos interesses dos capitais, ou seja, aqueles mobilizados na produção de interesse social hegemônica, e entre aqueles que favorecem, ou ao menos se direcionam, aos ideais de autonomia de grupos sócio-espaciais, em que os primeiros constituem a regra e os demais a exceção na produção das cidades brasileiras. Essa não é uma condição recente, já que desde o período de funcionamento do BNH a produção alternativa ao modelo vigente, ou seja, a que excluía as construtoras, embora se distanciasse dos propósitos da autogestão de moradias — como construído pelos movimentos populares ao longo das décadas de 1980 e 1990 — já se fazia em caráter de ressalva. No PCS, entre 2005 e 2011, foram contratados apenas 341 empreendimentos com a construção de 21.695 unidades habitacionais em processos longos e muito burocráticos de se operar. A APSM, como apontado, não parece ter saído do papel. Já o PMCMV-E, com a contratação de 9.395 unidades habitacionais em todo o território do país foi responsável por apenas 2% da produção da FAIXA 1 do programa.¹ Assim, considerada a totalidade da produção de interesse social, é facilmente apreendido que somente uma parcela irrisória, ou seja, uma cota, como disse antes, é atribuída à modalidade autogestionária.

Ademais, nas raras oportunidades de desvio, embora essas políticas públicas estejam em sua origem orientadas a uma gestão mais autônoma e democrática da produção de moradias, é necessário atentar para o fato de que elas tendem a "se extinguir em favor [...] da construção inteiramente capitalista [...] com controles cada vez mais rígidos do trabalho material e trabalhadores cada vez mais distantes

¹ MINEIRO & RODRIGUES, Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção, 2012.

das decisões”.² Esse é o caso da produção habitacional autogestionária difundida em escala nacional, em que ao mesmo tempo em que o Estado a apoia e a subsidia com profusão de recursos federais (sobretudo no PMCMV-E) também impõe processos mais burocráticos e direcionados por premissas mercadológicas. Simplificadamente, o mesmo Estado que ‘dá com uma mão tira com a outra’. Nesses programas da esfera federal, os capitais também parecem conseguir monopólio mesmo quando as decisões deveriam estar com o grupo de beneficiários, afinal, trata-se de produção nomeada autogestionária. Mas, em referência ao título do capítulo, é necessário enfatizar que não é uma mera produção autogestionária, ela é também institucionalizada e, portanto, faz-se pela contradição. Assim, perante a possibilidade de concretização de uma luta histórica, o terreno da produção autogestionária se distancia de ações políticas radicais, resultando, por exemplo, em programas passíveis de desmobilização social e de diminuição da efetiva participação popular.

Em reforço ao que já foi exposto sobre as posições e os recursos dos agentes dessa produção, é necessário sublinhar que essas experiências são ameaçadoras ao Estado e aos capitais. Afinal, pelo menos parcialmente, a produção autogestionária possibilita que os movimentos sociais gerenciem recursos públicos, ocupem o Estado e ensaiem a autonomia coletiva na construção de empreendimentos geralmente significativamente melhores. Assim, tais experiências se revelam *laboratórios para exercícios de autonomia*. Agregadores da massa social, direcionados à outra perspectiva social que não a capitalista e amparadas por recursos culturais, políticos e econômicos dos *apoiadores*, tais laboratórios contêm muitas potências dirigidas a interesses que divergem aos do Estado e dos capitais, não sendo difícil entender por que são interpostos tantos obstáculos à sua implantação e difusão. Sobre isso, Ferro defende:

A hostilidade patológica que essas experiências provocam nas instâncias do poder e do dinheiro só pode ser explicada pelo medo subterrâneo que seu exemplo pegue. Que o exemplo evidente da superioridade da produção autogestionária saia da marginalidade em que hoje se encontra e contamine as lutas do setor da construção – e de lá, as de toda a produção. Catástrofe

² KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S, 2013, p.101.

para a sociedade alicerçada na desigualdade da redução salarial, na subordinação do trabalho, na vergonhosa exploração dos trabalhadores.³

Portanto, parece correto dizer que para se promover um programa de produção de moradias que substitui a lucrativa e predatória interferência das construtoras pelo controle da sociedade civil organizada em associações, entidades ou cooperativas, é necessário que ele seja uma ressalva, isto é, que conceda espaço apenas o mínimo suficiente para conter e apaziguar maiores contestações evidenciadas nos conflitos de classe. É diante disso que teço o entendimento de que, sobretudo, na escala federal esses potenciais *laboratórios para exercício de autonomia* se fazem também *cotas apaziguadoras*. Isto é, uma pequena parcela da produção habitacional concedida aos movimentos de moradia que acaba por frear, ou ao menos delongar, maiores reivindicações. Uma parcela que não chega a corresponder de fato aos enfrentamentos radicais que inicialmente os impulsionaram. Laboratórios que exercitam a autonomia, contudo, uma autonomia concedida e, portanto, de antemão comprometida.

Na divergência dos interesses defendidos por cada um dos muitos agentes que compõem esses programas, normalmente resultam arranjos produtivos com “a interferência controladora do Estado sobre os movimentos [...]; o abocanhamento [...] por capitais de construção e incorporação; o boicote político; os defeitos drásticos da Lei; a má fé e a corrupção”.⁴ Ademais, como apontado, os movimentos tendem a se auto imolar, pois estão muito ocupados se dedicando à viabilização de empreendimentos habitacionais formatados por estruturas burocráticas da institucionalização. Mas não apenas isso, a profissionalização das lideranças ao longo da década de 1990 também apresenta indícios de que o movimento de luta por moradia teria aderido um tanto facilmente a essa cooperação com o Estado, resultando, possivelmente, nesse crescente distanciamento das ações empreendidas em tais políticas e programas habitacionais das bandeiras requisitadas na sua insurgência. Assim, as *cotas apaziguadoras*, ou esses exíguos programas de moradias por autogestão, parecem decorrer da condição de interdependência entre Estado e movimentos sociais já previamente inclinados à aceitação cooperada pela institucionalização.

Para Bonduki, é necessário compreender as limitações das reivindicações urbanas no que concerne a sua possibilidade articuladora de mudança radical. Para ele,

³ FERRO, “Trabalhador Coletivo”, e autonomia, 2015, p.27.

⁴ KAPP, Experiências em assessoria técnica e suas questões, 2014, p.118.

amparado pelo exemplo das periferias conformadas na cidade de São Paulo na década de 1950, os antagonismos com o Estado, ou o que aqui considero por *perspectiva estadocrítica*, tendem a desaparecer e serem esquecidos à proporção que a população conquista aquilo que duramente lutou para obter. Para ele, as reivindicações dos movimentos urbanos não têm o mesmo potencial de transformação social abrangente daquelas inseridas na contradição estrutural que perpassa operários e capitalistas. A partir de observações concretas na produção dos primeiros mutirões paulistas da década de 1980, o autor diz ter verificado um grande dinamismo na atuação dos movimentos de moradia. Para ele, independentemente de articularem maiores perspectivas políticas, esses movimentos não encaminhariam uma luta capaz de uma efetiva superação do modo de produção capitalista. Isso, contudo, não eliminaria a possibilidade de integrarem, a partir de ações em escala micro e em contextos específicos, um mais amplo “processo de construção de formas alternativas do poder”.⁵

Mesmo acreditando que possam contribuir com o alargamento de processos políticos maiores, verifico a partir do caso de Ipatinga que a grande potência desses movimentos parece de fato estar contida nas possibilidades de revelar novas formas de gestão e organização da produção de moradias com algum rebatimento significativo para a vida de seus envolvidos. Uma capacidade transformadora relevante, já que demonstram, ao menos parcialmente, distância das ações heterônomas direcionadas ao lucro de construtoras.

Para Ferro, amparado pelo exemplo dos processos de autogestão assessorados pela USINA, essas experiências seriam potencialmente capazes de revelar uma nova forma de “trabalhador coletivo”. Não o *trabalhador coletivo* das manufaturas descritas por Marx, aquele subordinado ao capital, ao aumento da produtividade e à extração de mais-valor, mas sim um “trabalhador coletivo” que é também *trabalhador livre*. Para o autor, o investimento num processo que antes de se ater às questões da construção e do projeto se organiza pela viabilização de condições indispensáveis para a produção e para a formação de um sujeito coletivo,⁶ assim como o incentivo ao processo participativo/colaborativo de projeto — ou a um desenho autodeterminado pelo trabalhador — seriam alguns dos vários caminhos

⁵ BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*, 1992.p.173.

⁶ Seriam essas condições, por exemplo, ações para a obtenção de terreno, de recursos, meios de produção e organização das famílias para que se mantenham coesas para enfrentar as dificuldades a que estarão submetidas. (FERRO, “Trabalhador Coletivo”, e autonomia, 2015).

trilhados pela USINA, para que emergisse da produção autogestionária *outro trabalhador coletivo*.

Já para o Grupo USINA, reside na sobreposição do valor de uso em detrimento do valor de troca a principal distinção da produção arregimentada nos mutirões autogestionários daquela amplamente difundida nos programas de interesse social tradicionais. Tal inversão possibilitaria uma experimentação capaz de pautar toda a produção pela qualidade, seja ela espacial ou material, e também pelo emprego de técnicas adequadas a uma produção coletiva assinalada pela "dimensão social do trabalho" e da sociabilidade. Afastado das práticas de aumento da produtividade, heteronomia e exploração dos trabalhadores que definem os canteiros da produção de interesse social hegemônica, o mutirão autogestionário se constituiria "espaço de resistência e organização, de visualização de uma prática de novo tipo".⁷

Contudo, o potencial resistente, formador de outro tipo de "trabalhador coletivo" e emancipatório da produção autogestionária de moradias é somente contingencial. Mesmo admitindo que esses *outros canteiros* podem chegar a conter virtuosidades ou "outros valores",⁸ Oliveira aponta que além de compreenderem sobretrabalho, eles estariam necessariamente imbricados em ações coercitivas e que resultariam em "comunidades ilusórias", como busca sustentar:

Para que essas soluções virtuosas funcionem [...] é preciso um altíssimo grau de coerção. Essa coerção é uma espécie de ilusão necessária. É preciso criar uma comunidade, uma identidade que não existe, e essa criação vai na direção oposta dos processos de mercantilização da sociedade. Esse tipo de viração que a população vive não plasma nenhuma experiência [...]. Plasma apenas a experiência da carência. Então vem a violência como recurso para fundar a comunidade. [...] É preciso que exista um ente místico chamado povo para o mutirão funcionar, e esse povo é a comunidade. *Cria-se aquela comunidade ilusória, que não resiste um dia depois de concluídas as casas, para obrigar cada um a doar o próprio trabalho: isso não é formação de cidadania. Sinto muito, está no pólo oposto.*⁹

⁷ USINA CTAH, Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais, [2008] 2015, p.104, 105.

⁸ Em referência aos aspectos mencionados por Jorge Oseki no debate exposto em: "OLIVEIRA, O vício da virtude, 2006."

⁹ OLIVEIRA, O vício da virtude, 2006, p.73.

Ou ainda, como apontam os estudos desenvolvidos por Isadora Guerreiro em empreendimentos assessorados pela USINA, podem revelar a reprodução de práticas heterônomas e exploratórias entre os próprios mutirantes.¹⁰ Enquanto a construção dos programas de autogestão com recursos federais indica desmobilizações e distância dos ideais sustentados pelos movimentos de moradia e tantos outros problemas.

Enfim, entre *laboratórios para exercícios de autonomia* e *cotas apaziguadoras* as incongruências são diversas. Importa ressaltar que tais desvios não desqualificam o que parece ser um propósito geral de busca por outra produção de moradias, por outra produção de cidade e até mesmo de outra sociedade. Os desvios ou as contradições são antes sintomas das dificuldades de subverter uma condição a que se está estruturalmente submetido. Em suma, reconheço a presença de alguns ou vários elementos que não condizem, ou mesmo se opõem, aos objetivos finais dos movimentos sociais que empreenderam e ainda empreendem a luta pela autogestão, mas que parecem ser decorrentes de uma imprescindível tentativa deles em viabilizar *outros canteiros*.

Ainda que muito contraditórias, com maiores ou menores possibilidades de abrir brechas para reestruturação do modelo hegemônico, e quantitativamente pouco expressivas, interessa-me aqui ampliar a percepção acerca da produção autogestionária de moradias que se viabilizou em Belo Horizonte. Motivada pelo reconhecimento de sua inerente contradição e dos inúmeros limites interpostos a sua continuidade e difusão, acredito que essas experiências carreguem muitas potências – válidas como alternativas à produção de interesse social – que são obscurecidas e, portanto, correm risco de apagamento.

¹⁰ Como constatado pela autora na emblemática experiência da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara (Jandira, SP). (GUERREIRO, *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*, 2018).



4 Outros canteiros de BH: uma costura de narrativas

Partindo exclusivamente dos significados expostos nas sustentações de Lefebvre e Guillerme & Bourdet (Seção 3.2) seria inviável qualquer análise das experiências aqui investigadas como *autogestionárias*, afinal, todas elas foram conduzidas no bojo da sociedade capitalista e pelos canais fornecidos e, em certa medida, controlados pelo Estado. Isso posto, conforme já foi insistentemente enfatizado, as iniciativas da produção autogestionária de moradias demonstram, *a priori*, grande distância a um genuíno projeto de autogestão, pois não rompem com o poder estatal, pelo contrário, fazem-se a partir dele e convivem bastante pacificamente com propostas convergentes com o modo de produção capitalista. Mas, considerando o que defende Souza — que se perseguida a ideia de autonomia plena ela nunca será alcançada, e que se deve, portanto, encará-la mais como um horizonte a se mirar do que um conceito a se idealizar — existe espaço para enxergar, *pelos* (e não apesar das) contradições, tanto os limites quanto os potenciais dessas iniciativas.¹

Consonante esse entendimento, ao tratar dos critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das *alternativas não capitalistas*, ou *contra-hegemônicas* de produção, Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez-Garavito afirmam, de maneira otimista, ser necessária uma postura gradual e inclusiva. Ou seja, propõem não esperar um rompimento radical da sociedade. Nesse sentido, não deveríamos almejar com essas experiências, pelo menos não em curto prazo, a superação do desenvolvimentismo capitalista, — e por consequência todas as suas estratégias de dominação — pela substituição por outro sistema de produção. Afinal, se tomadas apenas pela condição de uma mudança estrutural, as propostas que buscam legitimamente alterar o patamar de heteronomia inerente ao capitalismo teriam seus potenciais obscurecidos e validações contestadas. Como propõem os autores, a partir de perspectiva alinhada a de Souza, é necessário dar ênfase à resistência e ao potencial emancipatório que fazem frente a ações heterônomas, principalmente face a vulnerabilidade e incipiência de muitos desses processos, que se caracterizam como 'antisistêmicos'.² Em outras palavras, deve-se considerar que incessantemente ameaçadas, essas experiências que contestam,

¹ SOUZA, Autogestão, "Autoplanejamento", Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos, 2012.

² SANTOS & RODRÍGUEZ-GARAVITO, Introdução: para ampliar o cânone da produção, 2002.

ou no mínimo se afastam, do *modus operandi* capitalista, estão em condição de fragilidade e precariedade.

Já por um caminho que entende as transformações de forma lenta e sucessiva seria possível avaliar tais propostas a partir de um quadro mais amplo do que uma transformação radical da sociedade, o que Santos e Rodríguez-Garavito denominam de *hermenêutica das emergências*. Para os autores, essa abordagem permite visibilizar e legitimar as "alternativas", isto é, propostas que desafiam o capitalismo ao se posicionarem e atuarem contrariamente às desigualdades econômicas e de poder que se estabelecem entre as classes sociais – e se estendem para questões de raça e gênero – pela separação e consequente subordinação entre capital e trabalho; ao empobrecimento das relações de sociabilidade que levam à alienação; e à desenfreada exploração de recursos naturais.

Dentre as nove teses formuladas para sintetizar os aspectos comuns incluídos ou indicados pelas "alternativas" de produção investigadas por esses autores, seis delas chamam atenção e servem de suporte à compreensão dos casos aqui estudados, sobretudo, a partir da interpretação que fazem pela hermenêutica das emergências. A *Tese 1* diz que as alternativas de produção não são meramente econômicas, mas também resguardam potencial emancipatório ao relacionarem aspectos culturais, políticos e sociais; a *Tese 2* explica que o sucesso das alternativas está relacionado a sua capacidade de inserção em redes colaborativas e de suporte recíproco, isto é, dependem do apoio e da conexão a outras iniciativas análogas; já a *Tese 3*, ao mencionar que "as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas *dentro* e *fora* do Estado",³ vai na mesma direção da abordagem *estadocrítica* apontada por Souza. Em outras palavras, compreende-se aí que as alternativas realizadas em conjunto com o Estado são ambíguas, podem tanto ser impulsionadas quanto enfraquecidas por esse arranjo. Dessa maneira, *dentro* do Estado as propostas podem aproveitar espaços políticos para fazer frente ao poder econômico hegemônico ao mesmo tempo que utilizam recursos públicos em favor da população, já *fora* podem manter a coesão das lutas e de seus movimentos sociais de maneira a combater a propensão à cooptação e formular estratégias independentes das oscilações dos governos; a *Tese 4*, por sua vez, critica a restrição localista de muitas das alternativas e explicita a necessidade delas intencionarem alcançar as escalas regional, nacional e até mesmo global; a *Tese*

³ Ibidem, p.50.

6 aponta para a capacidade de articulação entre as lutas pela produção alternativa e a luta feminista contra a sociedade do patriarcado.

Por fim, a *Tese 8* faz um apelo à compreensão de tais alternativas pela hermenêutica das emergências. Como exemplo, mesmo que não haja autêntica autogestão ou delegação de poder seriam consideradas válidas e positivas aquelas iniciativas inclusivas, que mesmo a longo prazo, refletem alguns ganhos na vida de seus envolvidos e que resistem à hegemonia do capitalismo a partir de projetos que, de diferentes maneiras e aprofundamentos, guardam "princípios de igualdade, solidariedade ou respeito pela natureza". Isso, contudo, "não implica que a hermenêutica das emergências renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas", apenas que ela trata de dar visibilidade e ênfase aos ganhos conseguidos por práticas *contra-hegemônicas* ou propostas com potenciais emancipatórios. Para os autores, por uma compreensão bastante confiante: "as mudanças graduais, as pequenas alternativas, abrem portas para transformações estruturais também graduais. Na abertura deste tipo de oportunidades radica o seu potencial de emancipação a grande escala", ou seja, por essa aceção, essas iniciativas podem vir a se configurar "reformas revolucionárias".⁴

Logo, se de um lado, a produção autogestionária de moradias indica previamente enorme afastamento do conceito de *autogestão* e distância de uma noção ampla de autonomia coletiva — não fazendo sentido situá-las ou medi-las por esses ideais — de outro lado, instigada por essas teses e sobretudo pelas experiências concretas precursoras, acredito que ela aporta potências importantes e indica outros rumos para viabilização de programas e políticas habitacionais com impactos relevantes para seus envolvidos. Afinal, a partir do que formulo nesta tese, são *outros canteiros*, que, em maior ou menor medida, também servem como *laboratórios para exercícios de autonomia*.

Contudo, como discutido antes, as potências dessas propostas são limitadas, podem ser invisibilizadas e até mesmo apagadas em vista da possível ameaça que tais iniciativas delineiam contra o capital e também, sem dúvida, pela contradição que as estrutura quando formatadas pelo Estado. Assim, o capítulo parte de uma descrição que apresenta elementos para o reconhecimento do esforço de invisibilidade que se aproxima da produção autogestionária de BH; seguida da

⁴ Ibidem, p.5,7,56.

exposição do método para coleta de informações acerca de sua história e de sua atualidade; e finalmente da descrição dos dois momentos que a configura: o da 1ª geração, que tem como ênfase a luta empreendida pelo movimento dos sem-casa na construção do OPH e do Programa de Produção de Moradias em Autogestão subsidiado por recursos municipais, está representado pelo estudo de caso do conjunto habitacional Villarégia, complementado por questões pontuais dos conjuntos Urucuia e Fernão Dias. E o da 2ª geração, oportunizado pela criação da política habitacional com recursos federais do Programa Crédito Solidário em parceria com a prefeitura municipal, está ilustrado pelo caso do conjunto Mar Vermelho I (amplamente conhecido por Residencial Serra Verde- RSV) somado por ponderações de alguns aspectos da história do conjunto Santa Rosa II.⁵

Buscando superar a desconsideração ou ocultação da perspectiva dos moradores comuns (antes denominados mutirantes ou simplesmente beneficiários), dos membros das Frentes de Trabalho Remuneradas e até mesmo de lideranças e de técnicos (assessores e membros do poder público) que não apenas aqueles já muito escutados, esses dois momentos são apresentados a partir de uma costura de narrativas de diferentes vozes dos agentes que deles fizeram e ainda fazem parte.⁶ Sabendo que existem poucos registros sistematizados acerca da produção autogestionária de moradias de BH, muitos dos quais se apresentam isolados ou descontextualizados, busco resgatá-los e contribuir para revisão da história dessa produção para além da narrativa oficial.

4.1 Por uma conscientização histórica

Sem pretensão de realizar uma história global e finalística, pelo contrário, apenas tentando dar-lhe visibilidade e registrar suas memórias antes que se percam, esta tese se propõe à elaboração de uma ferramenta que combina diferentes procedimentos, técnicas e ações que resultam no *levantamento de informações* das diferentes fases que compõem a complexa e contraditória produção habitacional autogestionária de BH. Esse registro que aqui se esboça, acredito, pode contribuir para reflexões e novos horizontes de pesquisas e, talvez, até

⁵ Resumidamente, denomino primeira geração os conjuntos realizados majoritariamente com recursos municipais do OP e do OPH, já a segunda geração diz respeito à produção com financiamento federal pelo PCS. Isso será evidenciado ao longo do capítulo.

⁶ Entendendo que tais agentes têm atuação pequena nas experiências da produção autogestionária de BH e análoga à da produção de interesse social hegemônica não foram incluídos nessa pesquisa os agentes do setor privado (empreiteiras e construtoras).

mesmo para uma *conscientização histórica da produção do espaço* viabilizada nas experiências aqui sob investigação.

Consciência histórica na produção do espaço, segundo apontam as pesquisadoras Ana Paula Baltazar e Silke Kapp,¹ diz respeito ao processo de rememoração e valorização das ações empreendidas pelos grupos sócio-espaciais na produção do próprio espaço. Para elas, ao lembrar e reconhecer as ações e conquistas realizadas ao longo do tempo, esses grupos têm potencial de se fortalecer no combate e na resistência a opressões externas. No mesmo sentido, o sociólogo e pesquisador das teses de Walter Benjamin, Michael Löwy, evidencia — a partir da leitura da Tese III do filósofo — que o ato de reconhecer, honrar e rememorar cada tentativa de emancipação “por mais humilde e ‘pequena’ que seja” é pertinente e necessário para salvar sua história do esquecimento.²

Visando contribuir para a autonomia e a emancipação dos grupos sócio-espaciais na produção e gestão do próprio espaço, a pesquisa que subsidia esta tese, acredito, contribui para um processo de *conscientização histórica* e para combater o esquecimento dessa produção de duas maneiras: primeiro, no próprio processo de resgate de memórias e impressões individuais e coletivas, documentos, imagens e outros fragmentos da produção autogestionária de BH (conforme se apresenta no método para levantamento de informações); e segundo em seus resultados com sistematização, síntese e disponibilização dessa história para um público amplo — por meio desta tese e de banco de dados on-line —³ e sobretudo para devolução aos moradores e famílias empenhados nesse arranjo.⁴ Em paralelo, como resposta ao incômodo provocado pelo silenciamento das experiências não-hegemônicas na produção do espaço foram também empreendidas ações — no âmbito do projeto de pesquisa que ampara esta tese — para construção de uma ferramenta, a que chamamos *repositório*, com a intenção de reunir, mapear e divulgar experiências de produção habitacional similares as de

¹ BALTAZAR & KAPP, Por uma mobilização sócio-espacial, 2020.

² LÖWY, *Walter Benjamin: aviso de incêndio- uma leitura das teses sobre o conceito de história*, 2005, p.55.

³ Disponibilizado a partir da página “Autogestão e Outros Sinais de Autonomia” no site do Grupo MOM.

⁴ A partir da confecção de livros com imagens e memórias da produção dos conjuntos Villarégia e Urucuia, Fernão Dias, Santa Rosa e Mar Vermelho, resultado dos projetos de pesquisa e extensão que dão suporte à tese.

Belo Horizonte, que constituem alternativas aos modos vigentes de produção do espaço.⁵

Entendendo, como expõe Löwy, que "história e política, rememoração e redenção são inseparáveis"⁶, acredito que recuperar a história da autogestão incluindo a perspectiva dos "vencidos" é uma forma de transformar esse passado que poderia ter recaído no esquecimento assim como transformar o presente.⁷ Afinal, lançar um olhar retrospectivo para o passado, mesmo que um passado recente, buscando criticamente apontar *possibilidades* e *limites* do que se viveu e se aprendeu, parece-me imprescindível para pensarmos, aqui e agora, alternativas de produção de moradias para os pobres do país.

4.1.1. Invisibilidade da produção autogestionária de moradias

A conjuntura da produção autogestionária belo-horizontina perdurou por um breve período de tempo e seus elementos, que antes constituíram uma rede já desde o início frágil,⁸ porém coesa, encontram-se agora dissociados, quando não, em parte eliminados. Evidências disso são vistas na paralisação ou extinção de espaços institucionais que compunham essa rede, tais como o Orçamento Participativo (OP), o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), o Programa de Produção de Moradias em Autogestão e o PCS; na vigência de programas habitacionais que favorecem ou favoreceram, prioritariamente, processos construtivos heterônomos (como o PMCMV e programas municipais conduzidos por gestão pública), na desarticulação de grupos organizados (associações, entidades e núcleos de sem-casa); além do que parece ser uma invisibilidade da história dessas experiências.

Ainda que não caiba analisar aqui todas as razões dessa dissociação, vale ressaltar que certamente ela parece ser consequência das condições explicitadas

⁵ O repositório, também presente na página da pesquisa no site do Grupo MOM, cataloga atividades (experiências, marcos legais, grupos organizados, eventos) a partir de levantamentos colaborativos feitos por meio de plataformas on-line e por ampla revisão bibliográfica.

⁶ Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses sobre o conceito de história*, 2005, p.62.

⁷ Em referência à tese VII de Walter Benjamin, reconheço que os "vencidos" na produção autogestionária não são apenas os mutirantes ou beneficiários comuns, mas todos aqueles que de alguma maneira lutaram para empregar um modelo de produção de moradias contrário aos interesses do capital, assim, lideranças, assessorias, gestões progressistas e técnicos militantes também fazem parte desse grupo, são todos párias, mas também são protagonistas de uma luta, de um processo de resistência.

⁸ Pelos mesmos motivos expostos ao longo do Capítulo 3.

no capítulo anterior, portanto, análogas ao que Law descreve como "forças externas potencialmente hostis" que integram o ambiente no qual um sistema busca se estabilizar.⁹ Em síntese, compreendo que é exatamente o fato de ser "alternativa" que impõe limites à essas experiências. Afinal, por não aderirem totalmente aos pressupostos da hegemonia, elas são sistematicamente combatidas. Tanto quanto foi posto antes, são *outros canteiros*, mas não chegam nem perto de promover *outra hegemonia*. Assim, essas ações, mesmo que contenham potências, estão constantemente submetidas a um processo de invisibilização e por isso parecem correr risco de apagamento. É isso o que procuro a partir desta tese, de maneira limitada e circunscrita ao contexto belo-horizontino, combater.¹⁰

Invisibilidade essa que ocorre até mesmo na academia, onde alguns poucos, mas sempre os mesmos, exemplos emblemáticos são insistentemente discutidos e celebrados,¹¹ enquanto que muitas experiências locais são, por vezes, completamente desconhecidas. Essas são impressões decorrentes da minha formação (graduação e mestrado) e atuação como docente em instituições de ensino mineiras (na RMBH e entorno), assim como da minha experiência ao longo dessa pesquisa de doutorado que evidenciou a incipiência dessa discussão.

No intuito de reavivar o tema e fazer atualizações do cenário da habitação no município, cabe pontuar o esforço por parte de discentes e docentes no NPGAU da UFMG de promover, em setembro de 2019, o "Seminário 25 anos da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte: avanços, conflitos e novos cenários de disputa". Convidando agentes que participaram da construção da PMH e também estudiosos e interessados nessa temática, o evento tratou justamente do histórico da política de habitação da cidade, incluindo o debate em torno da participação popular e de programas da produção de moradias dentre os quais se incluíam os

⁹ LAW, Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of Portuguese Expansion, [1987] 2012, p. 115 [tradução minha].

¹⁰ Não digo isso de maneira pretenciosa, entendo os limites desta tese e da pesquisa que lhe dá origem. A ideia apenas é de reforçar que há um grande esforço na mobilização de registros e de memórias acerca dessa produção que é muito pouco conhecida e debatida e que por isso mesmo é passível de invisibilidade.

¹¹ Trata-se dos casos da experiência uruguaia da FUCVAM, do FUNAPS e das ações de assessoria técnica do grupo USINA. Estas experiências e seus desdobramentos - como a atuação do LABHAB - são frequentemente mobilizadas nos históricos da autogestão no Brasil, inclusive, fazem parte desta tese. Portanto, longe de invalidar a importância destes casos, dado que eles também se apresentam *outros canteiros*, e são experiências precursoras da produção autogestionária, questiono apenas a pouca visibilidade dos casos de Belo Horizonte que são, muitas vezes, completamente ignorados por instituições acadêmicas locais.

de autogestão. Uma ação pertinente e necessária que parece ocorrer praticamente isolada diante um enorme vazio histórico acerca dessa produção.

Como indicativo desse desconhecimento, que perpetua na academia e se estende a toda a sociedade, ressalto reportagem recente, de julho de 2021. Na publicação é mencionada a produção autogestionária como alternativa para suprir parte da demanda por habitação popular em Belo Horizonte, contudo, o exemplo dado se apoia predominantemente nas experiências promovidas na gestão de Luiza Erundina em São Paulo. Isso é o que apontam as falas do Coordenador-geral da Pastoral Metropolitana dos Sem-Casa, Carlos da Silva, e da vereadora Bella Gonçalves (PSOL), respectivamente:

Acreditamos no modelo de autoconstrução, como a Erundina apostou em São Paulo, e o padre Pigi (da luta por moradia ligada à Arquidiocese de Belo Horizonte) no Conjunto Felicidade. A autogestão significa que o governo fornece materiais de construção e o terreno, e nós mesmos construímos os imóveis.

A primeira solução é definir uma política para utilização de imóveis vazios. A segunda receita é investir em provisões habitacionais para famílias de baixa renda, ou seja, mexer na política de alugueis para tentar garantir preços mais baixos. A terceira repete o que Luiza Erundina executou em São Paulo. O município oferece o terreno, a assessoria técnica e os materiais de construção, e as famílias, de forma auto-organizada, conseguem construir suas moradias.¹²

O fato de ser mencionado apenas um único conjunto como produção autogestionária na fala de Carlos — conjunto esse que não faz parte dos programas financiados com recursos públicos — e nem mesmo ser citada a experiência belo-horizontina por Bella, indica duas possibilidades: a primeira, de um real desconhecimento e a segunda de uma deliberada ocultação do que se promoveu na cidade. Ambas são graves e sintomáticas da invisibilidade dessa experiência. Nessa segunda opção a construção do discurso seria, portanto, apoiada em um caso consolidado e amplamente reconhecido bem sucedido, ou seja, demonstraria que há consenso que em São Paulo se promoveu relevante produção autogestionária de moradias e por isso cabe como modelo de referência.

¹² ALVES, Déficit Habitacional: Com cerca de 500 mil famílias sem-casa, MG é o 2º com maior déficit no Brasil, 2021, on-line.

Enfatizando que a produção de São Paulo, por motivos diversos – escala, importância da cidade no contexto nacional, esforço de seus agentes, dentre outros – está consolidada. Isso, por sua vez, demonstraria a fragilidade em que se encontra a história da autogestão de moradias de BH, já que sequer serve como exemplo para sustentar o pleito por uma experiência análoga na mesma cidade. É como se o exemplo de BH não fosse relevante ou dispusesse de qualidades suficientes para ser usado como argumento nessa defesa. Por fim, essas falas também demonstram um descompasso no entendimento do significado da produção autogestionária, já que ela é colocada como sinônimo de autoconstrução e não como gestão de um programa ou política habitacional pelo conjunto de cidadãos sem-casa. Entendo que possa ser uma maneira simplificada de veicular em um meio popular de informações, como um jornal, do que se trata essa complexa produção, mas é preciso destacar que tal explicação contradiz a reivindicação dos movimentos de moradia por "Mais autogestão e menos mutirão". Esse desconhecimento parece decorrer de uma invisibilidade maior, talvez até mesmo sintoma de um esforço de apagamento.

É necessário evidenciar que não há material sistematizado pelo poder público, de consulta on-line, que contemple a totalidade da produção autogestionária, ou mesmo do OPH. Em pesquisa realizada no site da PBH no ano de 2021, a busca pelos termos 'autogestão'; 'mutirão'; 'OPH'; 'PCS'; 'programa habitacional' e suas variações,¹³ assim como pelos nomes dos conjuntos habitacionais da produção autogestionária levou apenas a um único resultado relevante. Trata-se de página com lista de vilas e conjuntos habitacionais já regularizados pela prefeitura.¹⁴ As únicas publicações que tratam da produção do OPH, mas que não apresentam levantamento ou informações específicas acerca das experiências viabilizadas em autogestão,¹⁵ dizem respeito: ao documento "Memória do Orçamento Participativo 94 a 97", trabalho de 1996 da Administração de Patrus Ananias (PT) que apresenta resgate histórico do OP; à revista "Orçamento Participativo de Belo Horizonte 15 anos", produzida em 2008 pela gestão de Fernando Pimentel (PT), traz uma síntese das obras e da cronologia do OP; à "Revista Planejar n° 10", publicada em 2000 pela gestão do então prefeito Célio de Castro (PT), que faz um balanço dos oito anos do OP de BH; à "Revista Urbanização & Habitação" (UH, 2014), fruto do

¹³ Variações tais como: 'Auto-gestão'; 'auto gestão'; 'autogestionária(o)'; 'mutirões'; 'OP da Habitação'; 'Orçamento Participativo da Habitação'; 'Programa Crédito Solidário'.

¹⁴ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/regularizacao-fundiarria>

¹⁵ Algumas delas apenas citam que ocorreu produção autogestionária no município, mas sem qualquer detalhamento ou aprofundamento no assunto.

trabalho da URBEL que apresenta, dentre outras matérias, um breve histórico do OPH. Ademais, em consulta aos empreendimentos concluídos pelo Orçamento Participativo – no item “Mapas, estatísticas e indicadores” do site da PBH – apesar de haver a descrição das suas quatro modalidades (OP Regional, OP Digital, OPCA e OPH) não estão presentes na tabela produzida pela Secretaria Municipal de Governo (documento de 2018 anexo à página)¹⁶ as obras realizadas pelo OPH. Portanto, não há aí qualquer registro dos empreendimentos realizados por autogestão.

Já na pesquisa feita ao repositório do projeto “Novos Registros” – uma iniciativa da PBH que desde 1993 convida anualmente autores de trabalhos acadêmicos “sobre a cidade em diversos campos do conhecimento ou acerca de temas afins à área cultural e à preservação de acervos” –¹⁷ não consta nenhuma palestra sobre a experiência da autogestão e nem mesmo sobre o OPH. Embora, de fato, não sejam muitos os trabalhos que se debruçam particularmente sobre essa temática, cujo recorte espacial seja BH, existem diferentes pesquisas e publicações que contribuem, mesmo que tangencialmente, para essa discussão.¹⁸ Assim sendo, causa bastante surpresa que nesse projeto – que até o ano de 2019 reuniu mais de 200 apresentações, muitas delas sobre temas da área de arquitetura e urbanismo – que visa justamente difusão da memória de iniciativas empreendidas no município, não tenha sido contemplada qualquer pesquisa sobre a produção autogestionária de moradias.

O único documento acessado que apresenta uma síntese dessa produção é o caderno intitulado “Conjuntos Habitacionais da Política Municipal de Habitação:

¹⁶ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/orcamento-participativo/empreendimentos>

¹⁷ BELO HORIZONTE, Novos Registros, 2018, on-line.

¹⁸ Dentre elas destaque: BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993/1996*, 2005; Lopes & Rizek, *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*, 2006; NUNES, *A comunicação em programas de construção de moradia popular por autogestão*, 2006; SANTOS, *A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*, 2006; BASTOS, *A participação do usuário no processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários*, 2007; CARDOSO [coord.], *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*, 2007; SIQUEIRA, *Peso econômico das soluções projetuais nas habitações de interesse social: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais do Programa Crédito Solidário em Belo Horizonte*, 2008; KLECHEN et al., *Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte*, 2011; SILVA, *Água em meio urbano, favelas na cabeceira*, 2013.

produção pós 1993”.¹⁹ Nessa publicação, elaborada em 2012 e revisada em 2014 conjuntamente pela Diretoria de Habitação (DHA) e pela Divisão de Empreendimentos Habitacionais (DVEH) da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), apresentam-se os dados básicos de todos os 64 empreendimentos (seja pela modalidade de autogestão ou de gestão pública) até aquele momento concluídos no contexto da Política Municipal de Habitação (PMH). Porém, esses dados divergem parcialmente de outros obtidos junto à própria PBH nas inúmeras consultas que realizei na busca por informações sobre os conjuntos de habitação de interesse social autogestionários. Nessas consultas, majoritariamente (em 8 dos 11 pedidos), as respostas encaminhadas pelo poder público não contemplaram todas as informações requisitadas, ou seja, estavam incompletas (vide sistematização realizada no Apêndice A). Em uma dessas situações, considerando a dificuldade de acesso aos arquivos públicos em meio à pandemia, a PBH informou não dispor das informações sistematizadas e digitalizadas acerca da autogestão, dizendo se tratar de produção concluída há 20 anos. A informação, no entanto, não procede totalmente, haja vista que parcela considerável dos conjuntos é aproximadamente uma década mais recente. A falta de dados (ou de sistematização) da produção autogestionária também fica evidente no ofício 0249/2020, documento elaborado pela URBEL em resposta aos requerimentos nº 1.427/2019 e 1.428/2019 da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal. Questionada pela Comissão de Direitos sobre quais foram os recursos investidos e qual o custo médio da unidade habitacional produzida por conjunto na modalidade da autogestão, a URBEL informa não dispor dessas informações.

Além disso, há grande divergência na forma como a PBH, e especificamente a URBEL, denomina a gestão dos conjuntos habitacionais de interesse social consultados. A afirmação deriva do fato de que alguns empreendimentos que em determinado documento estão assinalados como parte da produção por autogestão em outros constam como gestão pública ou mesmo como um híbrido entre essas duas modalidades. Em seis diferentes respostas e arquivos obtidos, nove dos dezesseis conjuntos consultados — ou seja, a maioria — não apresentam consenso sobre a modalidade de gestão conduzida (Quadro 1).

¹⁹ Obtido por meio de requisição realizada no portal da PBH, conforme prevê a Lei de Acesso à Informação (LAI).

ao lado

Quadro 1: Síntese das informações repassadas pelo poder público acerca da modalidade dos empreendimentos consultados

Fonte: elaborado por mim a partir de dados fornecidos pela URBEL, 2022

INFORMAÇÕES REPASSADAS PELO PODER PÚBLICO SOBRE A FORMA DE GESTÃO DE CONJUNTOS DE HIS CONSULTADOS							
CONJUNTOS HABITACIONAIS	1ª Resposta: LAI - 31.00079475/2020-67	2ª resposta: Tabela Empreendimentos Autogestão (e-mail do dia 24/02/21)	3ª resposta: Caderno 'Conjuntos Habitacionais da Política Municipal de Habitação: produção pós 1993' (e-mail do dia 24/02/21)	4ª resposta LAI - 31.00422156/2021-22	5ª resposta LAI - 31.00047961/2022-55	Ofício DIRLEG n 2 5.020/19: Requerimento de Comissão n2 1.427/19 e Requerimento de Comissão n2 1.428/19	Há consenso sobre a forma de gestão?
Urucuia	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	-	Autogestão	Sim
Vila Régia I e II	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	-	Autogestão	Sim
Itatiaia-Serrano	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	-	Autogestão	Sim
Fernão Dias	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	-	Autogestão	Sim
Dom Silvério I e II	Pública/Autogestão	Autogestão	Autogestão	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Autogestão	Não
Havaí I e II	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Sim
Deuslene I e II	Pública/Autogestão	Autogestão	Autogestão	Pública/Autogestão	-	Autogestão	Não
Jaqueline	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	-	Autogestão	Sim
Jardim Leblon	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Autogestão	-	Autogestão	Sim
Castelo I	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Não
Castelo II	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Não
Diamante II	Autogestão	Pública/Autogestão	Pública	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Não
Itaipu	-	Pública/Autogestão	Autogestão	-	Pública	-	Não
Mar Vermelho I	Autogestão	Pública/Autogestão	Pública	Autogestão	Autogestão	Autogestão	Não
Santa Rosa I	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Não
Santa Rosa II	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Pública/Autogestão	Não

Contudo, a discordância sobre a modalidade de gestão dos empreendimentos de interesse social pesquisados não se restringe apenas aos documentos elaborados pela PBH. Em entrevista realizada com agentes do poder público também percebeu-se que não há homogeneidade na compreensão do significado das três diferentes formas de gestão habitacional possíveis em BH que, segundo a Resolução n.º II do Conselho Municipal de Habitação (CMH),¹ são:

A *gestão pública* consiste na forma de gestão onde o poder público gerencia todo o processo de produção do programa habitacional, incluindo a compra de área, a elaboração dos projetos, a execução das obras e serviços e o acompanhamento pós ocupação. É repassado aos beneficiados o produto final.

A *co-gestão* consiste na forma de gestão onde há uma divisão das atribuições de gerenciamento do processo de produção do programa habitacional entre o poder público e o movimento popular organizado. São repassados aos beneficiários os insumos (material de construção).

A *auto-gestão* consiste na forma de gestão onde o movimento popular organizado gerencia todo o processo de produção do programa habitacional. São repassados aos beneficiários os recursos necessários ao investimento.²

Já uma agente da URBEL define *gestão pública* como a modalidade integralmente realizada pelo poder público, do projeto à execução; enquanto a *autogestão* ocorre quando há a transferência da responsabilidade para a associação/entidade, que passa a assumir toda a gestão do processo; *cogestão*, por sua vez, quando há um compartilhamento do processo entre poder público e sociedade civil. Embora sua explicação seja coincidente com o que expõe a Resolução, ao classificar as experiências concretas produzidas na cidade, parece haver uma definição dessas modalidades concebida por interpretação própria. Segundo ela, não ocorreu autogestão efetivamente na produção dos conjuntos da década de 1990 (1ª Geração) e sim cogestão, pois a URBEL teria realizado a contratação dos projetos enquanto as associações responsabilizadas somente pela execução da obra.³

Por sua vez, outro membro da URBEL, complementa que no PCS, em meados da década de 2000, na 2ª geração, ocorreu o contrário, o projeto e o início das obras teriam sido realizados em autogestão, enquanto a finalização dos

¹ Resolução vigente à época da produção dos conjuntos da produção autogestionária, agora revogada e substituída pela Resolução n.º LII do CMH/2018.

² BELO HORIZONTE, Resolução n.º II do Conselho Municipal de Habitação, 1994, on-line.

³ Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, on-line.

empreendimentos passou a ser atribuição do poder público, o que também configuraria um arranjo de cogestão. Ele conta que a ideia original era de que os empreendimentos do PCS fossem realizados do início ao fim por autogestão, como foi formatado pelo município junto das entidades e como contratado pela CEF. No entanto, segundo o gestor público, em quase todos os casos da 2ª geração, exceto dois (no Conjunto Itaipu e não deu certeza do outro, mas menciona que o Diamante), as entidades/associações teriam tido dificuldades na gestão das obras, explicando: "Tivemos que contratar as obras e terminá-las". Embora não mencione que as entidades ficaram sem recursos financeiros para condução das obras (situação a ser descrita adiante), o que conseqüentemente agiu de maneira a impedir qualquer encaminhamento do processo por parte delas, ele conta que enfrentaram problemas decorrentes das exigências da CEF. Contudo, de maneira que parece sustentar e assim perpetuar uma versão da má-gestão dos recursos — por uma hipotética incapacidade ou incompetência das associações—, ele também pontua: "chegou um momento que as entidades não conseguiam mais fazer a gestão do empreendimento de forma a terminar. A gente [poder público] viu que [as associações] não iam conseguir mesmo, não iam conseguir concluir". Expõe, portanto, que quando o município percebeu que as entidades supostamente não cumpriram a finalização do processo, intervieram. O agente público explica ainda que a intervenção se deu por meio de adendos ao contrato de financiamento — originalmente estabelecido entre a CEF e as famílias — de maneira que fosse possível os recursos serem encaminhados para o município, viabilizando assim a finalização das obras.⁴

Portanto, segundo os dois membros da URBEL, haveria duas formas principais de cogestão realizadas no município, a da 1ª geração, em que os projetos foram realizados por gestão pública e as obras, responsabilidade das entidades, por autogestão; e da 2ª geração, em que projeto e obra foram iniciados por autogestão, mas, devido a problemas, finalizados por gestão pública. Dessa maneira, segundo um dos gestores públicos, somente dois empreendimentos — um deles o Conjunto Itaipu da 2ª geração —⁵ teriam sido completamente realizados por autogestão. Nenhuma dessas formas, contudo, coincide com o que preconiza a Resolução II na explicação da cogestão como sendo uma modalidade que repassa às entidades materiais de construção para execução da obra, ou seja, algo análogo ao mutirão

⁴ Ele menciona ainda que a prefeitura teve que fazer complemento desses recursos para conclusão das obras.

⁵ Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, on-line.

institucionalizado. É também preciso mencionar que na 1ª geração, de fato, a etapa de projeto foi contratada pela PBH sem interferência das associações e em algumas situações antes mesmo de haver definição sobre qual seria a forma de gestão dos empreendimentos. Contudo, na prática a contratação dos projetos pela prefeitura era uma premissa naquele momento, ou seja, independia da modalidade de gestão. E embora não existisse qualquer orientação para desenvolvimento de projetos participativos, houve — pelo menos para alguns empreendimentos da 1ª geração — algum espaço para que as entidades dialogassem com os responsáveis pelos projetos, definissem demandas e exigissem alterações nos empreendimentos. Logo, se de um lado as associações não contrataram os projetos, pois não havia essa possibilidade, por outro, ao optar pela autogestão, elas assumiram todas as decisões possíveis sobre a produção dos empreendimentos. Já na 2ª geração, o processo de autogestão, ao que parece, foi abruptamente interrompido e compulsoriamente passou a ser conduzido por gestão pública, não sendo em nada parecido com a proposta de “divisão das atribuições de gerenciamento do processo de produção do programa habitacional entre o poder público e o movimento popular organizado”, como coloca a Resolução II.

Por outro lado, Alair, membro da área de Habitação e Regularização Fundiária (URBEL), diferentemente de seus colegas, envolveu-se efetivamente com a produção autogestionária da 1ª geração, tendo, portanto, mais proximidade com essa discussão.⁶ Quando perguntado sobre as razões de terem sido realizados apenas dois conjuntos por autogestão no município, o entrevistado faz questão de recuperar o contexto dessa produção para então discordar da posição que coloca o conjunto Itaipu como sendo um dos únicos genuinamente autogestionários. Segundo ele, a proposta da autogestão na política habitacional de BH surgiu a partir da segunda metade de 1990 como alternativa à “tradicional” gestão pública e foi implementada em nove conjuntos localizados em terrenos públicos municipais. Ele denomina essa experiência, aqui atribuída à 1ª geração, simplesmente como *autogestão*. Já em 2004, o entrevistado conta que a Secretaria de Habitação de BH passou a aderir ao programa de financiamento gerido pela CEF, a que ele trata apenas por *produção do Programa Crédito Solidário*.

⁶ Visando preservar sua identidade, é atribuído nome fictício a esse entrevistado. Alair foi coordenador do OPH, por isso seu envolvimento e aproximação com a produção da autogestão.

O gestor comenta que no caso do PCS houve um problema objetivo, que foi a dificuldade das famílias na gestão orçamentária e contábil na execução dos empreendimentos, mesma questão apontada antes por seu colega. Segundo ele, o programa funcionava de modo distinto da autogestão municipal, pois, embora a equipe da então Secretaria de Habitação acompanhasse o processo (contabilmente) não tinha poder deliberativo em relação aos recursos que eram repassados diretamente pela CEF. Ele relata que as famílias pediram muita ajuda à equipe da PBH, chegando, por exemplo, a receber recurso do município para incrementar o valor que era destinado ao trabalho social.⁷ Ainda assim, o entrevistado relata que o problema de as famílias se perderem na organização contábil e orçamentária persistiu, resultando no esgotamento dos recursos sem que os conjuntos estivessem próximos de serem finalizados. Para que os empreendimentos não ficassem inacabados, o que ele considera que seria um problema gravíssimo, o município teria encaminhado um processo licitatório para finalização das obras por gestão pública. Mesmo expondo esse problema, o gestor consegue identificar proximidade entre os dois programas, que, segundo ele, experimentaram “um grau de processo autogestionário muito semelhante.”⁸

Logo, Alair, em oposição aos outros dois colegas, assume que houve efetivamente autogestão na produção habitacional de BH. E embora esse descompasso de entendimento dentre os membros do poder público não seja prova do apagamento da produção autogestionária, ele é sem dúvidas um elemento importante na construção de sua invisibilidade.

Ademais, como disse antes, alguns espaços institucionais que foram fundamentais para que ocorresse produção autogestionária em BH, como o OP e o OPH estão hoje desativados. Segundo apontam informações encaminhadas pela PBH, no ano de 2015 ocorreu pela última vez a aprovação de recursos do OP em assembleias públicas. Já o OPH, desde 2006, quando destinou recursos relativos ao quadriênio 2007/2010, encontra-se paralisado. Os dados do Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia apontam que em 2008 Belo Horizonte somou 6.668 unidades habitacionais aprovadas pelo OPH. Contudo, após a criação do PMCMV, em 2009 o “programa passou a absorver parte da demanda dos núcleos

⁷ Originalmente foi previsto 2% do orçamento e, segundo o agente público, o município incrementou com o mesmo valor, dobrando o investimento total em trabalho social.

⁸ Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2022, on-line.

cadastrados na prefeitura e não houve mais produção municipal pelo OPH a partir de 2012. A última rodada do OPH ocorreu entre 2009 e 2010 e até hoje nem todas as moradias conquistadas foram entregues”.⁹ As informações que obtive junto à URBEL apontam que existe um passivo de 1.646 unidades habitacionais conquistadas nas discussões públicas dos OPH(s) 2003/2006 e 2007/2010 e pouco mais de 100 núcleos sem-casa (associações) cadastrados no município (Conforme informações sintetizadas no Apêndice A).

Sobre esse passivo, é preciso esclarecer que mesmo Belo Horizonte tendo realizado produção autogestionária com recursos e programa habitacional próprios (1ª geração), além de fazer parceria para viabilização do PCS (2ª geração), não sediou qualquer experiência financiada pelo PMCMV-Entidades. Então, embora tenha acumulado experiência histórica com a autogestão, existindo demanda por moradias já conquistadas pelos núcleos de sem-casa no OPH e previstos R\$440.000,00 para o Entidades,¹⁰ o município não contemplou qualquer iniciativa nesse programa federal. Assim, em BH, a atuação do PMCMV na provisão de moradias de interesse social se limitou ao modelo empresarial hegemônico.

Fato é que a produção de moradias por autogestão é ínfima. Em BH, de 1993 até 2018, foram produzidas a partir da Política Municipal de Habitação 27.326 moradias, dessas 9.903 foram dedicadas a reassentamentos, muitos deles motivados por abertura ou troca de sistema viário e por obras públicas estratégicas e não apenas para urbanização de assentamentos informais; 7.261 construídas pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR); 6.313 pelo PMCMV;¹¹ e ainda em menor proporção 4.659 pelo OPH. No entanto, do total do OPH, apenas 1.794 unidades, pouco mais de um terço, foram produzidas em regime de autogestão,¹² no uso de recursos municipais e também de parcerias firmadas nos programas federais do PCS, do Pró-Moradia e do Programa de Subsídio Habitacional (PSH). Assim, a produção autogestionária corresponde a parcela de aproximadamente 6% do montante da provisão habitacional para interesse social da cidade (Figura 19).

⁹ O PMCMV, segundo aponta o relatório, teria também incorporado os recursos, os terrenos e as demandas do OPH (GONÇALVES [relatoria], Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à moradia, 2020, p.40).

¹⁰ Ibidem.

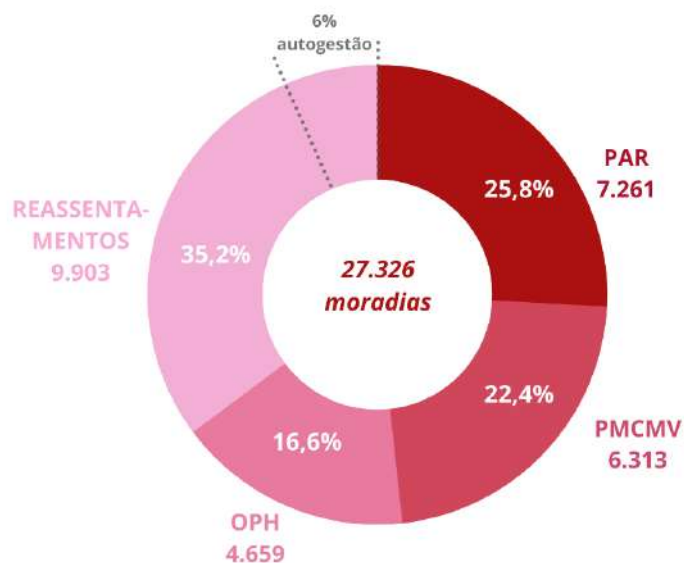
¹¹ Ibidem.

¹² Considerei empreendimentos por autogestão todos aqueles que em algum documento, ou mesmo em entrevistas, foram denominados dessa maneira.

ao lado

Figura 19: Quantitativo da produção de moradias de interesse social de pela PMH (1993-2018).

Fonte: elaborado por mim a partir de dados da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2022



A discrepância dessa produção fica ainda mais evidente quando comparada ao número de moradias autoproduzidas na cidade. Em período coincidente ao dos dados expostos antes, entre 1996 e 2020, a população autoconstruiu 19.802 moradias. E se considerada a "provisão habitacional real" para atendimento do déficit habitacional,¹³ ou seja, excluindo-se as moradias construídas para fins de reassentamento, foram produzidas pelo município 18.233 unidades habitacionais. Portanto, é possível perceber que os autoconstrutores, utilizando recursos próprios e apoiados por movimentos sociais, realizaram produção de moradias aproximada à da PBH e muito prevalecente à autogestionária (Figura 20).

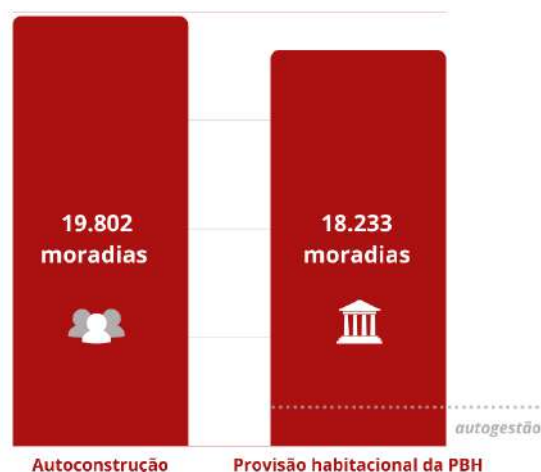
Assim como os programas federais PCS, APSM e PMCMV-E, o conjunto da produção autogestionária de BH frente à realizada por gestão pública – em que consta atuação preponderante de empresas privadas – é uma exceção. O baixo número de unidades produzidas nessa modalidade num contexto de vigência da Resolução nº II do CMH-BH – que prevê exatamente o contrário, pois indica que "Deverá ser estimulada a auto-gestão no processo de produção dos programas habitacionais" – revela o caráter de *cota apaziguadora* e de contradição das experiências promovidas nessa conjuntura. Isto é, mesmo que a Resolução buscasse incitar a autogestão, a realidade se fez completamente outra, comprovando que a existência de marcos regulatórios não garante a efetividade das demandas populares.

¹³ GONÇALVES [relatoria], Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à moradia, 2020.

ao lado

Figura 20: Comparativo entre a autoconstrução e a provisão de habitacional realizada pela PBH

Fonte: elaborado por mim a partir de dados Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2022



Nesse sentido, é preciso destacar que recentemente, após um período assinalado por diversos debates promovidos no âmbito do Conselho Municipal de Habitação (CMH), visando a atualização da política habitacional aderente a novo contexto social, econômico e político do município, houve a substituição da Resolução nº II pela Resolução nº LII de 2018. Uma agente da URBEL explica que a Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte entrou em vigor em 1994 e foi implantada “no bojo de um projeto político priorizando participação popular, priorizando os movimentos organizados” e que a Resolução II é a primeira a tratar desse escopo. Já a substituição pela nº LII, segundo ela, decorreria da necessidade de reformulação da política, haja vista que ao longo de mais de 20 anos foram incorporadas em ações e programas municipais muitas práticas que não estavam ainda formalizadas e descritas na Resolução II. A entrevistada considera então a Resolução LII uma atualização necessária ao atendimento de questões não previstas na política e também uma resposta à pressão de movimento popular organizado, da própria população e das ocupações urbanas que surgiram nesse período. O processo de revisão se iniciou em 2017, já no começo do mandato do prefeito Alexandre Kalil (PSD), e partiu de um grupo tirado do próprio CMH, mas que ao longo do tempo foi se ampliando e incluindo pessoas da academia, de sindicatos e membros do Coletivo Habite a Política, que passaram então a participar e a contribuir ativamente com esse debate. Ela menciona que as instâncias de discussão foram abertas a todos os interessados e que a revisão se tratou de uma construção coletiva com plenárias para deliberação de pontos específicos das três novas linhas programáticas da política as de: Provisão Habitacional, Intervenção em Assentamentos de Interesse Social e Assistência e Assessoria Técnica.

Atualizando as três formas de gestão originais (autogestão, cogestão e gestão pública), a Resolução LII também prevê duas novas modalidades, a *gestão privada* e a *gestão por organização da sociedade civil*. Dessa maneira, qualquer uma das três linhas programáticas da política habitacional poderá ser conduzida por uma dessas cinco estratégias de gestão:

- (1) Gestão Pública: o Poder Público gerencia a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação;
- (2) Gestão por Organizações da Sociedade Civil: estas gerenciam a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação;
- (3) Gestão Privada: empresas ou outras instituições do setor privado gerenciam a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação;
- (4) Autogestão: os beneficiários, reunidos em movimento por moradia, gerenciam a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação;
- (5) Cogestão: há uma divisão das atribuições inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação entre o Poder Público, Organizações da Sociedade Civil, movimentos por moradia e/ou empresas privadas.¹⁴

Contudo, assim como a Resolução nº II, essa revisão traz o incentivo à produção habitacional por autogestão no município. Segundo constam as diretrizes gerais da Resolução nº LII, deve-se: "*Estimular a adoção da autogestão em todas as linhas programáticas da PMH visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações, cooperativas habitacionais ou outras organizações da sociedade civil*".¹⁵

Um incentivo que já na sua origem parece comprometido, pois, como visto, embora seja reforçado o emprego da autogestão é ao mesmo tempo incluída uma modalidade dedicada ao setor privado. É realmente difícil conceber que se historicamente não foi possível garantir a viabilidade dessa proposta — sobretudo numa conjuntura de insurgência dos movimentos sociais e de administrações municipais progressistas — que, agora, com uma vertente que dá mais espaço e condições para atuação de empresas na produção habitacional da cidade e diante da interrupção de programas da autogestão (municipal e federal), ela será factível.

¹⁴ BELO HORIZONTE, Resolução n.º LII do Conselho Municipal de Habitação, 2018, p.4-5.

¹⁵ *Ibidem*, p.5.

Além dessa questão, sem desconsiderar os pontos debatidos no Capítulo 3, a incredulidade sobre um real estímulo à produção autogestionária vindo do poder público também decorre do fato de que atualmente está sendo gestado um programa exclusivamente em cogestão no município. Demonstrando que existe uma tendência de cobrar das entidades um desempenho similar ao das empresas construtoras, membro da área de Planejamento e Gestão da URBEL diz que estão elaborando um programa habitacional que prioriza a cogestão, porque entendem que precisam aperfeiçoar a questão da presença das entidades nos processos de produção para "evitar problemas". Dentre esses problemas, ela pontua dificuldades (referentes à 2ª geração) das entidades na gestão do processo, na capacitação, no treinamento, no aperfeiçoamento de mão de obra, na gestão de contratos, na prestação de contas por parte das entidades que acabariam por recair como responsabilidades do município. Além dessas questões, seu colega da URBEL também menciona que pôde ser observada uma "lista de defeitos construtivos que poderiam ser evitados com melhor apoio técnico", referindo-se à situação de alguns poucos conjuntos conduzidos pelas entidades na 2ª geração da autogestão.

Sobre esses problemas, o entrevistado cita o caso do Itaipu em que após a finalização do contrato com a CEF, já com moradores residindo no local, passou por um problema estrutural grave. Ele explica que a prefeitura precisou intervir removendo temporariamente esses moradores — alocados em abrigos provisórios ou auxiliados pelo bolsa moradia —, contratando projeto e obra para reparação de um dos edifícios. O gestor público diz que essas dificuldades e os problemas delas resultantes decorrem do fato de que, mesmo que momentaneamente, as associações terem sido obrigadas a introjetar estrutura e competências de uma construtora para viabilizar a construção de conjuntos grandes e complexos. Ele diz que se esperava que a assessoria ajudasse nesse aspecto, mas revela que também não era como "uma construtora. O que é a assessoria técnica? Um engenheiro, que se esperava dele capacidade e competência para gerir [a obra]". Ele explica que independente do suporte prestado pelos técnicos das assessorias, a responsabilidade final ficava à cargo da associação,¹⁶ como ele coloca: "o dono da obra, 'o dono da construtora', era realmente a entidade". Entendendo as incontestáveis diferenças entre a organização das construtoras e a das entidades formalizadas no PCS, ele reconhece as dificuldades enfrentadas pelas associações na execução da obra do Conjunto Itaipu e menciona: "Toda a

¹⁶ No PCS os contratos foram firmados entre cada membro da associação e a CEF.

complexidade de uma construtora, montada ali provisoriamente para construir aquele empreendimento, não é algo fácil mesmo não". Ele explica que os problemas enfrentados pelas entidades na gestão da produção somados a uma suposta incompetência das assessorias técnicas na execução da obra resultariam em um "quadro muito ruim" do PCS. Essa fala de representante da URBEL revela que apesar do poder público entender as limitações das associações se esperava delas e de seus assessores técnicos uma atuação similar à das empresas privadas na condução das obras. Ou seja, o poder público, representado por esses agentes, parece balizar a produção por autogestão a partir da referência que já têm dos processos realizados por construtoras, ficando subentendido que independente da modalidade de gestão definida a produção a ser alcançada é a empresarial, modelo aparentemente incontestável. Tal incompreensão/desconsideração das particularidades das entidades na condução dessas obras *a priori* coloca em desvantagem os grupos organizados em relação aos técnicos das empresas e do poder público.

Por fim, o agente público considera que exclusivamente por meio de mutirão não se consegue construir um edifício por completo, defendendo como necessária a contratação de alguns serviços mais especializados ou mão de obra qualificada para que a obra seja efetivada, como aqui se evidencia:

Às vezes a gente tem impressão que com o mutirão constrói tudo. Não, não constrói. O mutirão não constrói tudo, é necessária a contratação de mão de obra, armador, carpinteiro, pedreiros mais especializados. Você não faz tudo por mutirão. Não levanta um prédio todo por mutirão, você precisa ter a contratação de uma mão de obra mais especializada que vai vir realmente de fora.

O discurso demonstra não apenas uma total incompreensão do potencial contido nos mutirões autogestionários como também um desconhecimento da própria história da autogestão realizada no município.¹⁷ Esse imaginário fragmentado e distorcido decerto compromete a visibilidade das vantagens que carregam essas experiências e parece ser fator fundamental para que propostas em cogestão sejam priorizadas no lugar daquelas conduzidas em autogestão (ainda que revisão recente da política habitacional preconize o oposto).

¹⁷ Como será explicitado nas Seções 4.3 e 4.4.

Retomando à proposta de provisão habitacional por cogestão em BH, Maria Cristina diz que se tratará de "produção pública via entidades" e detalha que o programa, já discutido junto ao Prefeito, prevê a oferta de terrenos públicos. Esclarece ainda que haverá um chamamento inicial para seleção de entidades a partir de licitação com critérios e pontuações para distribuição dos terrenos. Segundo ela, os terrenos serão entregues pelo poder público com mesoestrutura completa (terraplanagem, fundação, infraestrutura de drenagem, arrimos). Em síntese, "o município faz o projeto, com o acompanhamento das famílias, com a infraestrutura, e daí para frente as famílias vão construir com processo autogestionário, por conta delas e com assessoria técnica".

Por sua vez, seu colega, explica que o projeto arquitetônico será totalmente elaborado pelo poder público, com alguma abertura à participação das entidades na concepção das possíveis variações tipológicas. Mas ele salienta que não há um espectro muito grande de modificações a serem contempladas na arquitetura, uma vez que serão necessariamente viabilizados empreendimentos compostos por casas unifamiliares (com possibilidade de expansão) de dois quartos. Também adianta que o sistema construtivo está limitado à alvenaria estrutural, mencionando que as entidades não teriam condições (financeiras e técnicas) de realizar estruturas em concreto ou aço.

A partir do que expõem os agentes da URBEL, é possível entender que esse programa busca incluir as famílias e as entidades na produção habitacional de BH, contudo, de maneira muito circunscrita e controlada. Na prática, o poder público fornecerá um projeto pré-definido em terreno previamente escolhido e preparado para que só então as associações, apoiadas por assessorias técnicas, portem-se limitadamente como construtoras na execução das moradias.

Ao dizerem ser necessário "aperfeiçoar" a presença das entidades para ser possível conceber futuros programas habitacionais por autogestão no município, os entrevistados se atêm aos defeitos e aos problemas verificados no processo da 2ª geração, desconsiderando, ou ao menos diminuindo, as potências que se revelam na história materializada em 20 diferentes empreendimentos construídos na cidade por arranjos produtivos protagonizados pelas entidades e associações de famílias sem-casa. A crença desses técnicos é de que na 2ª geração as associações não conseguiram realizar aquilo que acordaram junto da CEF e da PBH, por isso, prevalece o (não procedente) discurso oficial do poder público de que a modalidade de autogestão é deficitária e problemática.

Indagada sobre quais mudanças seriam necessárias para que o município contemple novamente produção habitacional autogestionária, a ex-gestora pública, arquiteta que atuou na construção da PMH e incentivou a produção autogestionária na cidade, Bedê, entende ser necessário haver maior cobrança por parte dos movimentos de moradia. Nesse sentido ela explica: “havendo uma mudança de atitude do movimento, principalmente se esse movimento mais atuante, o movimento das ocupações, começar a pressionar também, a falar, a cobrar, pode ser que isso repercuta lá dentro [da prefeitura]”. Além disso, Bedê entende que para haver uma nova geração da autogestão é imprescindível que ocorra uma renovação de postura dentro da própria URBEL. Segundo o que ela sugere, não apenas os problemas já relatados, mas também a preferência, ou o que acredito ser uma acomodação, da Companhia em lidar com a produção via construtoras seria outro fator importante na recusa constante do poder público à essa modalidade de produção. Seu depoimento revela esses pontos:

a administração fazia corpo mole com a autogestão, [...] a tendência era mesmo canalizar para o processo tradicional, passar dinheiro para empreiteira e não para a entidade, então toda a tendência do pessoal de obra era essa, era o que eles conheciam, era o que eles sabiam fazer, então existia todo um rio que corria para esse mar e a gente na contramão e o movimento não batia. ... eu acho que faltou um pouco o movimento bater o pé para cobrar essa prioridade de fazer valer. [...] É como se a URBEL tivesse se cristalizado, pro bem e pro mal, porque têm várias coisas interessantes que eles conseguem, que eles avançaram muito, mas tem muitas posturas e atitudes indesejáveis. Então *eles se cristalizaram, se fecharam*, acho que é mais um problema de cultura institucional mesmo, *criou-se uma cultura institucional de resistência* [...], *uma acomodação, uma certa inércia institucional*, [pois] já tá ali, naquele ritmo de contratar a empreiteira, é mais fácil, então é uma inércia institucional mesmo.¹⁸

Fato é que a produção autogestionária está longe de ser efetivamente incentivada na política municipal de habitação de BH. Acredito que a interrupção de canais de diálogo entre os movimentos de moradia e o poder público (vista na paralisação do OPH), assim como a divergência na classificação da produção autogestionária, a dificuldade na obtenção de informações, a ausência de material organizado e de fácil consulta pública sobre essa história e até mesmo o fato de não terem sido viabilizados empreendimentos no PMCMV-E e agora ser pretendida uma produção

¹⁸ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

co-gestionada no lugar da autogestionária são alguns dos muitos elementos que dizem respeito à invisibilidade da produção autogestionária da cidade. Elementos esses que me parecem relevantes para o desaparecimento dessa história. Demonstrando, portanto, a relevância e a necessidade de se fazer um resgate dessas experiências, sobretudo, por se tratar da história do trabalho feminino na produção do espaço.

4.1.2. Um método para levantamento de informações: rememoração para redenção

Na prática, como fica patente a partir das questões expostas antes, apesar de bastante rica, a experiência autogestionária de BH é pouco conhecida e discutida. Mas os muitos elementos que compuseram a rede heterogênea das forças que constituíram tal circunstância, mesmo que fragmentados, ainda estão presentes, dispersos em outros espaços, tanto do campo teórico quanto do prático. Essa existência torna pertinente a tentativa de resgate histórico de algumas dessas forças. Um empenho, da mesma maneira que mencionei antes, que é feito não com a intenção de replicar o arranjo relatado, mas para tirá-lo do desconhecimento e, quem sabe, servir como impulso para uma ação presente, ou seja, para que outras iniciativas tomem esses pontos pré-existentes como partida para conceber novas experiências, trilhando o que acredito ser um caminho rumo à construção de outra produção de moradias interesse social.

Partindo do entendimento – inicialmente alcançado pelo que se expõe sobre as experiências precursoras (Seção 3.3) – de que a produção autogestionária viabiliza *outros canteiros*, ou seja, distingue-se, pelo menos parcialmente, do modelo hegemônico das habitações de interesse social e também da autoprodução, é possível dizer que ela oferece muitas possibilidades: a) de seus participantes mobilizarem recursos públicos e exercitarem alguma autonomia frente às diferentes fases dos processos de produção da moradia; b) amparados por assessorias técnicas, de suscitarem alternativa de redesenho da tecnociência para fins sociais, ou simplesmente, conter virtuosismos tecnológicos; c) abranger transformações e ganhos individuais e coletivos para as famílias envolvidas; d) resultar em conjuntos bem localizados como parte de um urbanismo social; e) produzir moradias entendidas como processo vivo e contínuo, ou seja, não restritas à meras mercadorias; f) e até mesmo de contribuir para posturas radicais, como uma formação consciente que visa a emancipação das relações de opressão da sociedade capitalista.

Diante dessa compreensão e como resposta ao incômodo provocado pela invisibilidade e, conseqüente, silenciamento relacionados às experiências da autogestão de BH, a pesquisa que subsidia esta tese empreendeu diversas ações que conformam um método para levantamento de informações sobre suas duas gerações. De caráter plural, muitas das estratégias de trabalho aqui apresentadas foram possibilitadas pela articulação a projetos de pesquisa e extensão,¹⁹ ambos realizados no âmbito do grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM),²⁰ e pela disciplina "Projeto Participativo: Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica" (Pflex-Ts).²¹

Ciente dos limites de uma pesquisa de doutorado, o elevado número de conjuntos e a complexidade envolvida na avaliação pretendida, a pesquisa foi como um estudo de caso múltiplo, de caráter qualitativo. Para fundamentar o processo de investigação dos conjuntos contemplando diversidade e complexidade às experiências avaliadas, a seleção dos casos correspondeu aos seguintes critérios: facilidade de acesso (o que inclui a boa vontade e disponibilidade de tempo dos atuais moradores); facilidade de obtenção de informações; escala do empreendimento (número de unidades habitacionais); tipologia habitacional (sobrado ou vertical); ano de execução; localização na cidade; trajetória ou envolvimento político do grupo (associação e entidades); fontes de financiamento ou modalidade da política pública. A partir dos critérios expostos, foram eleitos para estudos de caso quatro conjuntos: Villarégia I e II (incluindo também aspectos do conjunto vizinho, Uruçua),²² Fernão Dias I, Santa Rosa II e Mar Vermelho I. Porém, é preciso dizer que aqui serão descritos de maneira completa somente os casos do Villarégia e do Mar Vermelho I, ambos iniciados previamente à pandemia e, portanto, de maneira privilegiada em relação aos demais, os únicos conjuntos

¹⁹ Projeto de Extensão (PROEX-UFMG) "Interface de avaliação de tecnologias sociais em conjuntos autogestionários de Belo Horizonte" e Projeto de pesquisa "Tecnologias sociais em conjuntos autogestionários de Belo Horizonte (1996-2007)". Cabe ainda dizer que todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão foram desenvolvidas e co-coordenadas por mim com a orientação do Prof. Roberto E. dos Santos.

²⁰ O Grupo MOM, vinculado à Escola de Arquitetura da UFMG, atua em pesquisas sobre a produção do espaço.

²¹ A disciplina, contabilizada como estágio de docência, foi ministrada por mim e por meu orientador à alunos da graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFMG no primeiro semestre de 2019.

²² Considerando que os conjuntos estão dispostos na mesma área e têm processos de produção similares, para efeitos de simplificação, os tratarei apenas por "Villarégia".

em que o método para levantamento de informações pôde ser conduzido plenamente.²³

Buscando recompor o pano de fundo que dá origem à produção autogestionária de moradias em BH e compilar informações sobre o histórico de seus processos operacionais, políticos e organizacionais, esse método possibilita: (1) lembrar a história dessa produção a partir das fases de *organização*, *projeto* e *obra*; assim como (2) evidenciar sua realidade pelo reconhecimento *in loco* dos conjuntos na fase denominada *pós-ocupação*.

Por *organização* entendo o momento anterior ao início da obra, em que busco compreender a fase de formulação da política habitacional de BH e da implantação do programa de autogestão, a mobilização das famílias e a sua vinculação aos movimentos e/ou associações de luta por moradia, além de questões relacionadas ao acesso à terra; à obtenção de recursos; e ao estabelecimento de parcerias para financiamento das obras. A fase de *projeto* diz respeito ao momento de desenvolvimento da proposta arquitetônica, em que interessa saber sobre as estratégias adotadas para concepção da arquitetura, se houve aí alguma alteração das metodologias tradicionais, como, por exemplo, efetiva participação ou, no mínimo, abertura a interferências das associações e das famílias envolvidas. Já a *obra*, caracteriza as atividades de mutirão e Frentes de Trabalho Remuneradas (FTRs) que foram necessárias para viabilização material do conjunto, busco a partir dela compreender pontos tais como: as possíveis alterações nas relações da produção convencional de moradias dos pobres no país; como foram compartilhadas e tomadas as decisões sobre a organização dos canteiros; dificuldades e ganhos para os envolvidos; e ações coletivas realizadas ao longo desse período. Por fim, o *pós-ocupação* constitui momento posterior à execução do conjunto, já com a apropriação das moradias e dos espaços coletivos pelos beneficiários e seus familiares, nessa fase me importa saber como vivem hoje os moradores desses empreendimentos, quais lições tiraram desses processos e se existem desdobramentos do processo ao cotidiano das comunidades. Afinal, como sugere a proposta da *hermenêutica das emergências*, expor as experiências para além do curto período em que foram desenvolvidas pode servir à uma compreensão crítica abrangente de suas possibilidades e de seus limites.

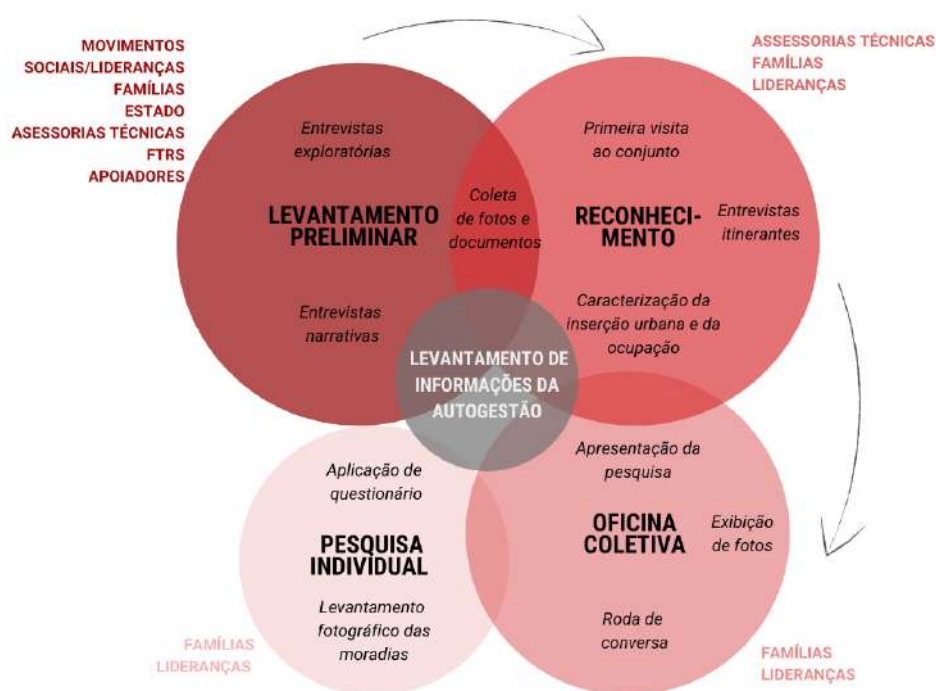
²³ Vista a extensão do relato desses dois conjuntos, sem prejuízo para o aqui pretendo, optei por não descrever a produção do Fernão Dias e somente esboçar questões da história do Santa Rosa II em complemento ao estudo de caso do conjunto Mar Vermelho I.

abaixo

Figura 21: Fases do método de levantamento de informações

Fonte: elaborado por mim, 2022

Contemplando os pontos anteriores e buscando combater a invisibilidade histórica das experiências habitacionais autogestionárias de Belo Horizonte esse método de *levantamento de informações da produção autogestionária* está organizado em quatro principais fases que se sobrepõe e se interferem (Figura 21).



Abordando oito diferentes grupos ainda existentes—²⁴ lideranças de movimentos de moradia da cidade; lideranças locais ou de associações/entidades habitacionais; representantes das famílias que participaram do processo (beneficiários/mutirantes), do Estado (poder público municipal), das assessorias técnicas, das FTRs; apoiadores e moradores que vivem hoje nos conjuntos — esse método foi construído a partir de explorações ao longo da interação com os agentes dessa produção. Seguindo recomendações das "técnicas de imprecisão deliberada" para pesquisas em ciências sociais,²⁵ esse método não se apresenta como um produto acabado ou estanque, ao contrário, ele está aberto e sofre

²⁴ Compostos pelos desdobramentos dos agentes mencionados na Seção 3.1.

²⁵ Como se expõe em: LAW, *After method: mess in social science research* [Depois do método: desordem na pesquisa em ciências sociais], 2004.

adaptações necessárias a cada contexto específico de investigação.²⁶ Fazem parte desse método, as seguintes fases:

1. *Levantamento preliminar*. Procurando constituir o pano de fundo da produção autogestionária de moradias de BH, essa fase contou com o mapeamento dos agentes nela envolvidos e das estruturas de implantação, assim como das atividades necessárias à viabilização dos conjuntos habitacionais. A partir desse levantamento se procederam entrevistas com representantes de cada um dos grupos antes mencionados.²⁷

Por não conhecer a realidade avaliada em profundidade, essa fase adotou como estratégia inicial conversas e entrevistas com caráter exploratório.²⁸ Um método que visa a "obtenção de informações de que as pessoas entrevistadas em geral já dispõem, à diferença de visões ou percepções construídas durante a própria entrevista. A tentativa é de que digam o que consideram importante a respeito de uma situação, um processo, um espaço".²⁹

Em complementação às explorações, foram empreendidas entrevistas narrativas que partem do "pressuposto de que narrar histórias é uma competência humana que não depende da formação escolar, a intenção desse tipo de entrevista é driblar as usuais imposições de linguagem, temas e ordem de perguntas".³⁰ A narrativa é uma estratégia democrática de pesquisa, já que contempla discursos de múltiplas perspectivas sobre um mesmo evento. Reconstituir a história dos conjuntos por seus vários agentes e avaliar suas falas a partir de outras fontes, como os documentos e os discursos oficiais, é, como já reforcei, aspecto fundamental desta tese. Para auxiliar a coleta das narrativas foi preparado um guia com temas e perguntas que interessam ao trabalho.³¹ O guia foi pensado para cada categoria

²⁶ Cabe também dizer que as quatro fases aqui apresentadas não transcorreram exatamente no encadeamento que expõe a Figura 21, já que em decorrência da circunstância inesperada da pandemia foram necessárias diversas adaptações para os estudos de caso ainda incompletos ou não iniciados em março de 2020. Portanto, a sucessão dessas fases é mais uma sugestão para encaminhamento de novas pesquisas do que realmente uma síntese do que aqui se realizou.

²⁷ Fundamentada em orientações e discussões coletivas realizadas junto ao Grupo MOM, as entrevistas dessa fase são baseadas nas colocações expostas em KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020.

²⁸ A pesquisa partiu das indicações da Professora Leta, que me forneceu documentos e contatos de pessoas aptas e disponíveis a contarem sobre suas vivências no processo da autogestão.

²⁹ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p.13.

³⁰ Ibidem, p.16.

³¹ Guia elaborado no âmbito da disciplina "Projeto Participativo: Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica" com auxílio dos alunos.

de agente entrevistado, ou seja, entrevistas com técnicos da assessoria ou do poder público apresentam, por exemplo, temas e questões distintas daquelas propostas às lideranças e aos mutirantes (Quadro 1). Contudo, esclareço que esse material serviu mais à preparação e ao aprofundamento da compreensão dos objetivos da pesquisa do que à condução da entrevista propriamente, buscando, portanto, preservar o caráter de incentivo à “contação de casos” desse método. Após a fase de preparação, as entrevistas narrativas cumpriram passos definidos.³² A partir do incentivo para que o entrevistado contasse como ocorreu seu envolvimento e sua atuação com aquela experiência, procedeu a narrativa em si.³³ Já durante a pandemia, reconhecendo melhor o pano de fundo do processo a partir dessas primeiras entrevistas, foi realizada, em formato on-line, nova rodada de entrevistas guiadas por questões abertas que compõem roteiros mais direcionados às pessoas entrevistadas (Quadro 2).

Nessa primeira fase, em formato presencial, foram realizadas quatro entrevistas exploratórias e seis narrativas que contaram com a participação de moradores, síndicos ou representantes dos conjuntos, lideranças de movimentos ou de associações e arquitetos da assessoria técnica, do poder público e de instituições de ensino parceiras. Enquanto que à distância, em plataforma on-line, foram realizadas mais onze entrevistas estruturadas com agentes do poder público, moradores, apoiadores, lideranças de associações, membros de FTRs e assessoria técnica.³⁴ Além disso, foram consideradas as falas feitas durante o “Seminário 25 anos da Política Municipal de Habitação de BH: avanços, conflitos e novos cenários de disputa”, evento que reuniu diversos agentes da produção autogestionária.

Quadro 2: Guias e roteiros para entrevistas narrativas presenciais e on-line

Fonte: elaborado por mim a partir de dados da disciplina Pflex-Ts, 2022

nas páginas seguintes

³² Foram iniciadas por uma apresentação das pretensões da pesquisa e de uma descrição sumária do que foi realizado até aquele momento, seguida de solicitação para gravação.

³³ Ao longo das narrativas foram evitadas interferências por parte dos entrevistadores. Já finalizada a fala do entrevistado, foram colocadas questões para elucidação de dúvidas que surgiram ao longo da entrevista e de pontos registrados no escopo do guia. Interrompida a gravação, seguiram conversas mais livres, não necessariamente sobre o tema da pesquisa, mas que, muitas vezes, ajudaram a situar algumas das colocações do entrevistado. Posteriormente, toda a entrevista foi registrada em relatório estruturado com informações para: identificação (nome do conjunto atribuído àquele agente, local, data da entrevista, data do relatório e pesquisadores envolvidos); descrição resumida da narrativa; e observações ou impressões assinaladas em seu decorrer com indicativos importantes para sua futura interpretação. Por fim, foram realizadas transcrições completas das gravações.

³⁴ O Apêndice B contempla a síntese das atividades da pesquisa no período de 2019 a 2022, as datas e a identificação das pessoas entrevistadas.

GUIA PARA ENTREVISTA NARRATIVA COM ACESSORIA TÉCNICA DE ARQUITETURA

ENVOLVIMENTO E CONTRATO

-Como se deu o envolvimento no projeto?

- Como se envolveram no processo de projeto do conjunto?
- Como era composta a assessoria técnica?
- A assessoria técnica tinha experiência prévia em autogestão? Em quais situações?
- Quem os contratou (Prefeitura, CAIXA, movimento ou moradores)?
- A quem respondiam?

-Prescrições do contratante (grupo de moradores ou poder público)?

-Seleção da área / terreno

- Quais os critérios para a contratação do projeto/assessoria técnica? Quem os estipulou?
- Como se deu o processo de obtenção do terreno? A assessoria teve participação na escolha da localização? Os moradores tiveram opções?
- Os membros da assessoria tinham conhecimento sobre as características da região de implantação do projeto? Foram feitos estudos no sentido de compreender melhor os aspectos socioespaciais do local?
- Qual a análise sobre a inserção urbana do conjunto (acesso à mesoestrutura, transporte, serviços, equipamentos públicos etc.)?

-Programa e Pré-dimensionamentos

-Materiais e tecnologias

- Havia exigências, impostas pela Prefeitura ou pela CAIXA, relacionadas ao programa, pré-dimensionamento, número de cômodos, ao emprego de técnicas e materiais?
- Quais os critérios utilizados para a definição do sistema construtivo? O quanto a organização do canteiro e a participação dos moradores no processo de projeto e obra tiveram impacto frente a esta decisão?

PROCESSO DE PROJETO

-Descrição da projeção

-Método Participativo

- Concebido a priori
- Desenvolvido junto com os moradores
- Descrição / linha do tempo do desenvolvimento do projeto
- Dispositivos / Instrumentos / Ferramentas / Procedimentos utilizados na projeção

-Sobre a participação do grupo na projeção

- Que atividades? Em quais condições?
- Quantidades / Qualidades da participação
- Impacto no produto final
- Processo baseado na sequência tradicional (Estudo Preliminar; Anteprojeto; Projeto Executivo; Especificações e encargos; Orçamentos)?
- Em relação à sequência tradicional de projeto (estudo preliminar, anteprojeto, projeto executivo etc.) foi necessária alguma inversão ou mudança? Qual o motivo das modificações?
- Para além dos arquitetos quais eram os atores envolvidos no processo de projeto?
- Com que frequência e onde eram feitas as reuniões entre assessoria e moradores? E as reuniões internas da assessoria?
- Como e o quanto cada um dos atores se envolveu no processo de concepção projetual?
- Como os moradores foram capacitados para compreender o projeto arquitetônico?
- Foram desenvolvidas ferramentas ou interfaces para favorecer a comunicação e o envolvimento entre os atores? Quais?
- A metodologia foi realizada empiricamente ou se basearam em outras experiências? Quais?
- O quanto as ferramentas/instrumentos desenvolvidos conseguiram alcançar os objetivos para os quais foram propostos?

- Quais as principais dificuldades encontradas no processo de projeto participativo? Diante das dificuldades, alguma mudança foi realizada na abordagem da assessoria?
- O que foi alterado no projeto a partir das decisões dos moradores? Como essas modificações foram negociadas?
- Houve momentos de conflito de opinião entre o corpo técnico da assessoria e os moradores? Quais? De que forma foram solucionados?
- Como avaliam o envolvimento dos moradores e demais atores no resultado do projeto?

OBRA E DESDOBRAMENTOS

-Realizaram a documentação do processo?

- Fotos; Material utilizado; Publicação

-Houve reflexão sobre o processo?

-Realizaram apresentação do projeto em eventos?

-Houve intercâmbio entre a equipe do projeto arquitetônico e os demais projetos?

-Participaram do acompanhamento da obra?

- A obra foi executada tal como previa o projeto? O quê e por qual motivo foi modificado?
- Como avaliam o conjunto da forma como foi executado?
- Após a conclusão da assessoria a equipe se envolveu em algum processo análogo? Utiliza os mesmos métodos? Participaria novamente de um processo por autogestão? Por qual motivo?

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Desenhos de projeto; Especificações; Orçamentos; Fotos; Ferramentas ou interfaces empregadas no processo

GUIA PARA ENTREVISTA NARRATIVA COM BENEFICIÁRIOS E LIDERANÇAS

CONTEXTUALIZAÇÃO

-Como se envolveu com o movimento ou com a organização de luta por moradia?

-Os moradores permanecem ativos nos movimentos? Algum morador se envolve com outros movimentos sociais além do de luta por moradia?

-Os movimentos promovem capacitações/treinamento para as lideranças?

IDENTIFICAÇÃO

-Famílias originais

- Quantas famílias permanecem no conjunto desde a sua construção?

-Venda / repasse (tipo)

- Quantas famílias se mudaram e por qual motivo?
- Há famílias que ao terminar o período mínimo de permanência optaram por mudar? Quais os motivos desse desejo de mudança?

- Descendentes

- Como se dá a relação dos descendentes, os que participaram dos mutirões enquanto crianças e os que nasceram após a construção, com o local?

FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES (TERRENO, PROJETO, OBRA E PÓS-MORAR)

-Quais os critérios para viabilização da autogestão no Conjunto? O que foi pedido (ou exigido) pela Prefeitura/Poder Público/CAIXA?

-Como e por quem a localização foi definida? Quais os critérios? Quem estipulou? Houve opção?

-Era um terreno público ou particular? Por quem e de que forma foi negociado?

-Existia algum edital/programa para o financiamento da obra? Quais os critérios/exigências para ocorrerem os repasses de verba pela Prefeitura/Poder Público (antes e ao longo da obra)?

-Qual o período e o valor de financiamento das construções?

-Por quanto tempo deveriam permanecer no conjunto?

GRAU DE AUTONOMIA DOS MUTIRANTES-MORADORES NAS DECISÕES ACERCA DE PROJETO E OBRA:

-Houve participação dos moradores ou das lideranças durante o processo de projeto ou obra? Em quais etapas?

-Quais decisões eram tomadas pelos moradores? Como decidiam (conversas, reuniões, assembleias, votações etc.)?

- Os mutirantes foram capacitados para compreender o projeto arquitetônico? Por quem? Como?
- Os mutirantes foram capacitados para exercer as atividades de obra? Por quem? Como?

DECISÕES DE PROJETO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS OBRAS ENTRE TÉCNICOS, MORADORES, CONSTRUTORES E GRUPOS ENVOLVIDOS:

-Processo de construção / capacitação

- Como a obra era organizada (gerência, compra de equipamentos e materiais, execução dos serviços etc.)? Quem decidiu esse formato?
- Quem participava da obra? De que forma participava?
- Como eram definidas e contratadas as assessorias técnicas?
- Como eram definidas e contratadas as empreiteiras e mão de obra especializada?
- Existia fiscalização pelo poder público? De que forma?

-Saber técnico = assessoria

- Como era a relação dos moradores com a assessoria técnica?
- Como era a relação dos moradores com o poder público (técnicos da prefeitura)?
- Como era a relação entre moradores e lideranças/movimentos sociais?
- O que foi alterado (no projeto ou na obra) a partir das decisões dos moradores, lideranças ou assessoria técnica? Como essas modificações foram negociadas?

AUTOGESTÃO E MUTIRÃO

-Impacto na gestão atual do espaço do conjunto

- Qual o impacto do mutirão (ou da autogestão) na gestão atual do conjunto?

-Impacto nas atividades profissionais

- Quais atividades exercia na obra?
- Algum mutirante foi contratado nas frentes de trabalho remunerado? Como isso ocorreu?
- Utilizou ou utiliza o que aprendeu para algum trabalho/atividade remunerada ou para seguir alguma carreira?

-Como ultrapassar a fantasia do comunitarismo / idealização?

- Quais as dificuldades e os pontos negativos do processo por autogestão?
- Indicaria o processo por autogestão para alguém? Por qual motivo?
Para além das atividades da obra, o que aprendeu com o processo da autogestão.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS/COORDENAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

- Como você se envolveu com o movimento ou com a organização de luta por moradia?
- Onde morava antes de se mudar para o conjunto (bairro e cidade)? Qual era a situação da moradia anterior (alugada/emprestada/própria)? E a situação das demais famílias?
- Qual papel desempenhava na produção do conjunto (coordenação, mutirante, liderança etc.)?
- [Caso seja liderança/membro da coordenação] você recebeu algum tipo de capacitação/treinamento para compor a coordenação? Em qual momento isso aconteceu?
- Como aconteceu a divisão das famílias do núcleo de moradia para compor a associação de moradores do conjunto? As famílias foram substituídas ao longo do processo, por qual motivo?
- Quantos anos se passaram desde o início do seu envolvimento no núcleo de moradia até a entrega da moradia?

CONQUISTA TERRENO E RECURSOS

- Como ocorreu o processo de conquista do terreno? Por quem e de que maneira foi negociado? Era terreno público ou particular? Existiam outros terrenos disponíveis?
- Qual era a assessoria técnica? Como foi escolhida e por quem?

PROJETO E OBRA

- Como as decisões de projeto foram tomadas (oficinas, conversas informais, reuniões, assembleias, votações etc.)? Houve participação dos moradores ou da coordenação durante o processo de projeto? Os mutirantes foram capacitados para compreender o projeto arquitetônico antes da obra ter início?
- Você fez parte do processo participativo de projeto desde o início? Você considera que ele foi capaz de atender às suas demandas e dos demais moradores?
- Qual foi a reação do grupo quando uma parte dos moradores foi substituída no meio do processo de projeto?
- Houve alguma alteração no projeto ou na obra a partir das decisões dos moradores ou da coordenação? Como essas modificações foram negociadas?
- Você dá notícia de alguma alteração no projeto ou na obra imposta pela prefeitura ou CEF? Se sim, como os moradores receberam essas alterações?
- Como a obra era organizada (gerência, compra de equipamentos e materiais, execução dos diferentes serviços etc.)? Quem decidiu sobre esse formato?
- Quem participava da obra (representantes das famílias, beneficiários etc.)? Como as tarefas eram distribuídas no canteiro de obras? Existia divisão por grupos de trabalho, como era realizada?
- Quais atividades desempenhavam as mulheres e os idosos nos mutirões?
- Qual a periodicidade dos mutirões? Como a presença das famílias era aferida? A presença interferia na votação para escolha das casas/apartamentos ao final da obra?
- Houve algum curso/capacitação para obra? Qual e como foi realizado?
- Houve contratação de construtora/empreiteira para obra? Quais serviços foram terceirizados?
- Existiam frentes de trabalho remunerado ou mão de obra mutirante contratada durante a semana?
- Quais os critérios/exigências para ocorrerem os repasses de verba pela prefeitura/CEF ao longo da obra? Como era realizada a fiscalização da obra?
- Ocorreu algum atraso nos repasses dos recursos? Houve algum prejuízo (financeiro, material, social)?
- Como era a relação dos moradores com a assessoria técnica?
- Como era a relação dos moradores com o poder público e a CEF?
- Como era a relação entre os moradores e a coordenação da associação?
- Existiam atividades de formação política dos associados? Quais, quando e como eram realizadas?

PÓS-OCUPAÇÃO

- Houve acompanhamento da assessoria técnica (social, arquitetônico, jurídico etc.) no pós obra? E do poder público?
 - Qual a porcentagem estimada de famílias que permanecem no conjunto desde a sua construção? Saberá dizer por qual razão as pessoas se mudaram?
 - Você realizou alguma alteração ou reforma na sua moradia depois de ocupá-la? Qual? Sabe de outros moradores que realizaram algum tipo de alteração?
 - Os moradores permanecem ativos nos movimentos sociais? E você, em quais atividades está envolvida?
 - A associação de moradores continua ativa? Quais as conquistas da associação após a construção do conjunto?
 - Como se dá a organização dos moradores do conjunto para ações coletivas (resolução de conflitos, festas, conquista de serviços e equipamentos públicos etc.)? ou como decidem sobre as intervenções/manutenções dos espaços comuns? Existem divergências? Quais?
 - Quais os espaços/equipamentos públicos (praça, horta, escola, posto de saúde etc.) conquistados pelos moradores/lideranças após a consolidação do conjunto. Como se mobilizaram para conseguir os espaços? Como gerem esses locais?
 - Você acredita que o processo por autogestão teve impacto na atual gestão do conjunto ou na vida em comunidade?
 - Como se dá a relação dos filhos, os que participaram dos mutirões enquanto crianças e os que nasceram após a construção, com o local?
 - Você tem exemplos de transformação da autogestão na vida dos participantes do processo?
 - Você teve dificuldades ou percebeu pontos negativos do processo de autogestão? Quais?
- Em uma possível retomada dessa modalidade de produção de moradias, indicaria o processo de autogestão para alguém? Por qual motivo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA URBEL

Entrevistado: Membro da área de Habitação e Regularização Fundiária (URBEL)

(1) Foco da entrevista: caracterização dos projetos, de seus processos de aprovação, dos conjuntos habitacionais (localização e qualidade construtiva); funcionamento dos processos de vistoria/medição; interlocução com os agentes da produção e liberação de recursos; avaliação da produção e procedimentos de regularização dos imóveis;

- Membros da URBEL mencionaram que você ocupou o cargo de gerente do Orçamento Participativo, poderia nos contar resumidamente seu papel especificamente no programa de autogestão?
- Depois de conquistados os recursos no OPH, como se dava a decisão sobre qual modalidade de gestão para a produção de cada um dos empreendimentos? As associações tinham autonomia nessa escolha? O poder público auxiliava de alguma maneira?
- Sobre os terrenos da autogestão, como eram escolhidos/definidos? Existiam critérios relacionados à origem ou ao perfil social das famílias? Elas participavam dessa decisão? Como?
- Como você avalia a localização desses conjuntos?
- Sobre os projetos arquitetônicos, quem os executava? Houve algum tipo de flexibilização da legislação urbana para desenvolvimento deles, como, por exemplo, mudança de zoneamento (zeis) ou código de obras?
- Internamente ao poder público, como ocorria o processo de aprovação para o programa de autogestão? Existiam critérios específicos ou prioridades?
- Sabemos que em alguns casos, como no Santa Rosa II, houve um amplo processo de participação das famílias na discussão das decisões do projeto de arquitetura, em que obviamente os técnicos se embasaram em questões legais, construtivas e de custos para sua concepção, no entanto, tais projetos foram posteriormente modificados, ao que sabemos, a pedido do poder público. Por qual motivo essas alterações ocorreram?
- Como avalia a qualidade dos projetos da primeira e da segunda gerações?
- E para execução das obras? Existiam regras ou procedimentos específicos para os conjuntos produzidos por autogestão? Qual era o papel do poder público na avaliação da obra, faziam medições? Como se dava a liberação dos recursos?
- Ainda sobre as obras, sabendo que era uma produção intermediada por associações e suas lideranças, além das assessorias técnicas, gostaríamos de entender como era o diálogo do poder público com esses agentes. Verificou alguma dificuldade ou facilidade nessa produção em relação aos conjuntos produzidos por gestão pública? Quais?
- Sobre a qualidade dos produtos (habitações) executados, qual sua opinião? Verifica diferenças em relação aos empreendimentos conduzidos por gestão pública?
- Em entrevista com outros membros da URBEL foi mencionado que apenas o conjunto Itaipu foi realizado por autogestão do começo ao fim do processo. Realmente foi apenas esse conjunto?
- Também gostaríamos de entender por qual motivo alguns empreendimentos, principalmente aqueles realizados com recursos do Programa Crédito Solidário, foram inicialmente conduzidos em regime de autogestão, mas finalizados em gestão pública. Se possível, descreva os principais fatores que contribuíram para tal mudança.
- Segundo a Resolução nºII do Conselho Municipal de Habitação a autogestão deveria ser estimulada em processos de produção dos programas habitacionais, contudo, em números de unidades produzidas, essa modalidade é significativamente minoritária quando comparada às ações em gestão pública. Diante dessa realidade, gostaria de entender quais fatores contribuíram para essa divergência entre o que prevê a Resolução II e entre aquilo que foi efetivamente praticado ao longo das últimas três décadas.
- Por qual motivo alguns conjuntos da autogestão ainda não estão regularizados? Em alguns casos, os moradores dizem que sequer foram iniciadas as cobranças do financiamento ao grupo de beneficiários, por que razão isso ocorreu? Existem situações parecidas nos conjuntos da gestão pública?
- Em alguns conjuntos visitados verificamos que existem apartamentos vagos, por exemplo, vimos unidades que nunca foram ocupadas (são originais), por que isso ocorre em se tratando de HIS?
- Na sua opinião, o que é necessário para haver uma nova produção por autogestão no município?

ROTEIRO PARA ASSESSORIA TÉCNICA DO MAR VERMELHO I

Entrevistadas: Professoras Ana Paula Baltazar e Silke Kapp

- Sobre a estruturação do grupo de pesquisa / assessoria técnica:
 - Como surgiu a oportunidade de trabalhar com a assessoria técnica do RSV? Qual a demanda solicitada para vocês inicialmente? A intenção inicial era trabalhar com as interfaces ou isso foi uma proposta feita por vocês (MOM/LAGEAR)?
 - Como era a relação da unidade de operação de projeto/informática com as demais? Os grupos se comunicavam bem e havia debate das propostas desenvolvidas? Essa interdisciplinaridade de grupos de trabalho fortaleceu o processo de assessoria?
 - Sobre o processo de assessoria técnica:
 - A ideia de um processo de projeto participativo já estava presente desde o início? Quem propôs essa demanda? Isso era uma exigência do Programa Crédito Solidário e da PBH, foi proposto pela associação de moradores, ou pela própria assessoria técnica?
 - Como a proposta desse processo participativo foi apresentada ao grupo assessorado? E como foi recebida por eles?
 - Gostaria que vocês falassem um pouco das interfaces utilizadas junto ao grupo: Quais foram utilizadas e quais eram os seus objetivos?
 - Vi que uma das primeiras atividades realizadas com os futuros moradores foi um exercício de inclusão digital, ensinando-os a usar o mouse, o teclado e o computador de modo geral. Além desse primeiro momento, vocês utilizaram outras estratégias de sensibilização com o grupo para a utilização dessas ferramentas e das interfaces?
 - Vocês tinham um produto final definido de antemão para esse processo? Como por exemplo, uma listagem de demandas ou uma planta-padrão? Para além desses produtos (se houve), vocês acreditam que as interfaces foram capazes de suscitar alguma discussão crítica entre o grupo?
 - Vocês consideram que as interfaces aplicadas conseguiram alcançar os objetivos para os quais foram propostas? Vocês modificariam algo na aplicação delas?
 - Como a proposta do *open building* entrou na discussão sobre as unidades habitacionais? Vocês acreditam que, conforme foi projetada, a planta garantia flexibilidade de fato?
 - Para além dos parâmetros legais e normativos (código de obras e edificações, LUOS etc.), haviam exigências – impostas pela Prefeitura, pela CEF ou pela associação – relacionadas ao programa do conjunto, ao pré-dimensionamento da UH, ao número de cômodos ou ao emprego de técnicas e materiais construtivos? Em caso afirmativo, isso afetou a condução do processo de projeto, como?
 - A obra foi executada tal como previa o projeto? O que foi modificado e por qual motivo? Como isso foi debatido com a assessoria técnica e com os moradores? Como avaliam o conjunto habitacional executado?
 - Há algumas dinâmicas que são compostas por jogos digitais que simulam alguns aspectos do canteiro (Jogo do canteiro, jogo da marcação, jogo da fundação, jogo da alvenaria etc). Vocês acham que elas foram capazes de suscitar algum aprendizado ou capacitação técnica?
 - Como avaliam o envolvimento do grupo assessorado no resultado do projeto?
 - Sobre a relação da assessoria com os demais agentes:
 - Como era a relação de vocês com a coordenação da associação? Elas incentivaram o processo que vocês estavam realizando ou em algum momento impuseram impedimentos?
 - E com a prefeitura e a CEF? Havia algum contato direto?
 - Qual foi o impacto da substituição de diversas famílias devido aos critérios de análise de crédito da CAIXA? Como o processo de assessoria lidou com isso?
 - Por fim, qual foi a relação do grupo assessorado com o processo de construção? Quando a experiência do mutirão autogerido foi interrompida, a assessoria tinha algum contato com a empreiteira contratada?
 - Sobre os entraves do processo:
 - Quais foram os maiores entraves enfrentados por vocês, como assessoras, nesta experiência? Diante das dificuldades, foi realizada alguma mudança na abordagem da assessoria?
 - Quais fatores vocês consideram decisivos para que o RSV se desviasse de uma proposta autogestionária para um processo quase convencional?
- Se vocês pudessem repetir a experiência hoje, em condições ideais, como a conduziram?

2. *Reconhecimento*. Essa fase correspondeu à primeira visita realizada aos conjuntos com acompanhamento de um ou mais agentes que participaram do processo de sua construção (lideranças locais, assessoria ou técnicos do poder público). Buscando, pela observação, fazer rápida caracterização da inserção e da lógica de ocupação urbana, foi formulada uma ficha cadastral do empreendimento (Quadro 3). Essa ficha, dividida em três escalas (urbana, do conjunto e da unidade habitacional), permite reunir informações relacionadas à infraestrutura (condições naturais como relevo, vegetação e hidrografia, do terreno e de seu entorno), à mesoestrutura (intervenções para drenagem, contenções, abastecimento de água, energia elétrica, esgoto, serviços de coleta de lixo etc.) e à superestrutura (construção dos espaços coletivos e individuais) de cada um dos conjuntos do estudo de caso.

Apesar de não ter sido formalmente pré-estabelecido como instrumento de pesquisa, todas as visitas foram naturalmente realizadas com o amparo de entrevista "em situação de atividade e itinerância".¹ Por se tratar da investigação de um contexto espacial específico, as conversas aconteceram espontaneamente ao longo do percurso de reconhecimento do conjunto e de sua vizinhança. Tal estratégia facilitou a exposição de questões que acredito dificilmente seriam notadas sem a condução por pessoas que compreendem, pela vivência, a espacialidade dos conjuntos.

¹ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p.12.

ao lado

Quadro 3: Ficha para caracterização dos conjuntos

Fonte: elaborado por mim a partir de dados da pesquisa, 2022

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DA AUTOGESTÃO			
1. ESCALA URBANA			
NOME DO CONJUNTO:			
ENDEREÇO:			
SITUAÇÃO URBANA DO BAIRRO	<input type="checkbox"/> POUCAS CONSTRUÇÕES	<input type="checkbox"/> ALGUMAS CONSTRUÇÕES	<input type="checkbox"/> MUITAS CONSTRUÇÕES
O LOCAL TEM REDES DE INFRAESTRUTURA (ESGOTO, ÁGUA, ELETRICIDADE)?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EXISTE DRENAGEM PARA ÁGUA DE CHUVA?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EXISTE COLETA DE LIXO?	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM*	
2. ESCALA DO CONJUNTO			
INCLINAÇÃO DO TERRENO	<input type="checkbox"/> PLANO	<input type="checkbox"/> INCLINADO	<input type="checkbox"/> MUITO INCLINADO
HOUVE OBRA DE CONTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
O CONJUNTO TEM ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
IDENTIFICAR O QUE SE ENCONTRA NAS PROXIMIDADES DO TERRENO			
ARBORIZAÇÃO	<input type="checkbox"/> NENHUMA	<input type="checkbox"/> POUCA	<input type="checkbox"/> MÉDIA
		<input type="checkbox"/> ELEVADA	<input type="checkbox"/>
ÁREAS PROTEGIDAS	<input type="checkbox"/> PROTEÇÃO AMBIENTAL RIO/CÓRREGO	<input type="checkbox"/> NASCENTE	<input type="checkbox"/>
ÁREAS DE RISCO	<input type="checkbox"/> DESLIZAMENTO	<input type="checkbox"/> ALAGAMENTO	<input type="checkbox"/> POLUIÇÃO/ODOR
	<input type="checkbox"/> RUÍDO/BARULHO	<input type="checkbox"/> REDE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA	
ESPAÇO DO CONJUNTO			
EXISTEM ESPAÇOS DE USO COMUNITÁRIO?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM*
*Quais? (marque uma ou mais opções)	<input type="checkbox"/> LAZER PARA IDOSOS	<input type="checkbox"/> ESPORTE	
	<input type="checkbox"/> LAZER PARA CRIANÇAS	<input type="checkbox"/> CONVÍVIO	
	<input type="checkbox"/> CENTRO COMUNITÁRIO	<input type="checkbox"/> OUTROS. Quais?	
EXISTE COMÉRCIO NO INTERIOR DO CONJUNTO?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM*
*Que tipo de comércio?			
EXISTE ESTACIONAMENTO NO INTERIOR DO CONJUNTO?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM*
*Atende a todos?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
		<input type="checkbox"/> PARCIALMENTE	
3. ESCALA DA UNIDADE HABITACIONAL			
TIPO DE HABITAÇÃO	<input type="checkbox"/> CASA TÉRREA	<input type="checkbox"/> CASA TIPO SOBRADO	
	<input type="checkbox"/> PRÉDIO ____ pavimentos	<input type="checkbox"/> Outro. Qual?	
SISTEMA ESTRUTURAL	<input type="checkbox"/> ALVENARIA ESTRUTURAL	<input type="checkbox"/> AÇO	
	<input type="checkbox"/> CONCRETO ARMADO	<input type="checkbox"/> Outro. Qual?	
QUANTOS TIPOS DE UH EXISTEM? (variações de área, nº de quartos etc.)		____ tipos de UH	
EXISTEM HABITAÇÕES ADAPTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
ÁREA ÚTIL MÉDIA DE CADA UNIDADE (m ²)		____ m ²	
É POSSÍVEL ALTERAR OU AMPLIAR COM FACILIDADE A UNIDADE HABITACIONAL?		<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE UNIDADES, HOUVE ALTERAÇÕES EM:	<input type="checkbox"/> MUITAS UNIDADES	<input type="checkbox"/> POUCAS UNIDADES	<input type="checkbox"/> NÃO HOUVE ALTERAÇÃO

Também nessa fase, ocorreu, em caráter pontual e complementar, a atividade do Rolezinho da Autogestão,² promovido em parceria com o Coletivo Habite a Política (Figuras 22 a 31). Por identificar uma potência no resgate histórico do processo de produção do conjunto a partir de sua itinerância, esse evento teve por objetivo apresentar aos participantes quatro conjuntos habitacionais da autogestão de BH: Villarégia, Urucuia, Itatiaia Serrano e Fernão Dias.³ Após uma breve contextualização histórica, apresentada por Mônica Bedê e por mim, prosseguiu-se a visita aos conjuntos, onde fomos recebidos com entusiasmo pelos moradores que contaram suas memórias do processo e fizeram visitas guiadas às suas casas.⁴ No balanço dessa atividade, como complementação à fase de reconhecimento, extraio como importante e válida a apresentação dos conjuntos por seus moradores, que ao longo do evento lembraram aspectos de sua luta e consequentes conquistas junto ao movimento de moradia. Assim, tratando da difusão da realidade da produção autogestionária por seus beneficiários às pessoas que, no geral, desconheciam tais experiências, o Rolezinho serviu como estratégia de conscientização histórica da produção do espaço.

² Evento realizado em 04 de maio de 2019 a partir da disciplina "Pflex-Ts" com minha condução.

³ Participaram aproximadamente 40 pessoas, dentre elas, alunos e professores de cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo da UFMG e de instituições particulares, ex-assessora técnica social e diversos membros de coletivos e grupos que tratam de questões sócio-espaciais (Habite a Política, Kasa Invisível, Brigadas Populares, Cáritas, Pop Rua, Desembola na Ideia e Ciclus Projetos Sociais). Dentre os conjuntos habitacionais visitados, apenas o Fernão Dias não foi contemplado na etapa de levantamento preliminar.

⁴ Nos conjuntos Villarégia e Urucuia fomos recebidos por membros da ASCA (lideranças) e, nos demais, por moradores que participaram ativamente do processo de autogestão.



acima e ao lado

Figuras 22 e 23: Apresentação do Rolezinho da Autogestão na Escola de Arquitetura da UFMG

Fonte: meu acervo pessoal, 2019





Figuras 24 e 25: Rolezinho da Autogestão no conjunto Villarégia

Fonte: meu acervo pessoal, 2019

ao lado e abaixo



Figuras 26 e 27: Rolezinho da Autogestão no conjunto Urucuia

Fonte: meu acervo pessoal, 2019
ao lado e abaixo





acima e ao lado

Figuras 28 e 29: Rolezinho da Autogestão no conjunto Itatiaia-Serrano

Fonte: meu acervo pessoal, 2019





Figuras 30 e 31: Rolezinho da Autogestão no conjunto Fernão Dias

Fonte: meu acervo pessoal, 2019

ao lado e abaixo



Além dos aspectos mencionados, as fases de *levantamento* e *reconhecimento* foram também amparadas pela coleta de documentos sobre autogestão de BH e sobre os conjuntos habitacionais propriamente. Dentre esses materiais – em parte fornecidos pelos agentes entrevistados e em parte requisitados junto à PBH (sistematização apresentada no Apêndice A) e à CEF –⁵ encontram-se fotos, entrevistas, projetos arquitetônicos, diários de obra, relatórios e reportagens sobre o programa ou sobre os conjuntos habitacionais produzidos por autogestão. Avaliando a potência desse material, até então oculto e disperso, e partindo da necessidade de ampliar os debates em torno dessas experiências, participei da montagem de uma exposição de fotos que realizou síntese dessa história através das imagens da produção dos conjuntos (Figuras 32 e 33).⁶ A ação foi promovida pelo Coletivo Habite a Política e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB- MG) e oportunizou também a troca de experiências a partir de roda de conversa com diversos agentes que participaram efetivamente dessa produção no município.⁷

Além dessa iniciativa, visando divulgar a produção autogestionária e incentivar outras pesquisas sobre o tema, grande parte do material obtido nessa fase está organizado e consolidado em um banco de dados on-line, conformando um dos produtos da pesquisa empreendida nesta tese.⁸ Uma síntese desse material pode também ser contemplada na tabela que apresenta informações gerais sobre todos os conjuntos (Tabela 1), assim como longo das Seções 4.2 e 4.3 na ilustração de fotos e projetos aqui reproduzidos.

⁵ Também foram obtidas informações de fontes primárias da rede de Pesquisa PROGEST “Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda”, generosamente cedidas por João Marcos de Almeida Lopes.

⁶ O evento “Autogestão na Política Municipal de Habitação”, realizado em 27 de agosto de 2019 na sede do IAB-MG, expôs a seleção das fotos coletadas nas fases 1 e 2, assim como materiais levantados por membros do Coletivo Habite a Política. Além da exposição, o evento contou com a palestra de Mônica Bedê e palestra minha intitulada “Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica na Autogestão”.

⁷ A roda de conversa promovida durante a exposição contou com a participação de duas moradoras dos conjuntos Fernão Dias e Itatiaia Serrano, duas lideranças que são também moradoras dos conjuntos Villarégia e Itatiaia Serrano, uma arquiteta que atuou como assessoria técnica em três experiências, uma socióloga que atuou como assessoria técnica social em um dos conjuntos e uma arquiteta que trabalhou na URBEL no período de implantação do OPH. Dentre as questões colocadas pelas participantes, foi dada ênfase aos desafios enfrentados pela construção em mutirão, aspecto a ser tratado por esta tese em outro momento.

⁸ Disponível para consulta na página “Autogestão e outros sinais de autonomia” do site do MOM.



acima e ao lado

Figuras 32 e 33: Exposição de fotos no IAB-MG

Fonte: meu acervo pessoal, 2019

SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE MORADIAS POR AUTOGESTÃO DE BH

Conjunto Habitacional	DADOS TERRENO			RECURSOS				PROJETO							OBRA		CUSTOS (à época)								GESTÃO E EXECUÇÃO				
	Localização	Regional	Zoneamento	Programa/Recurso	Fonte de Recurso	Ano OP/OPH/Contratação	Valor do Convênio**	Data projeto licenciado	Responsável Técnico	Nº UH	Tipo	Tecnologia	Nº de pavimentos	Nº de Quartos	Área da Unid. Habit. (m²)	Início**	Data de Conclusão	Custo Total do Terreno**	Custo Total de Projeto**	Custo Total de Urbanização**	Custo Total da edificação**	Custo Total do empreendimento	Custo médio da U.H	Preço médio de venda da u.h ao beneficiário*	Valor médio pago ao beneficiário*	Subsídio conferido pelo poder público*	Entidade responsável	Assessoria Técnica	Vínculos**
DEUSLENE I (V.R. Branco)	Rua Isaura - Bairro Piratininga	Venda Nova	ZEIS-2	OPH	PBH - Recursos ordinários	OP 1995	R\$ 448.027,00	jun/97	ACTA Arquitetos Consultoria Técnica Assoc. Ltda. (Fernanda de Vasconcellos e Anna Cristina Lazzarini Avila)	42	Sobrado	Alvenaria estrutural	2	1	36,57 m²	fev./97	19/04/1998					R\$ 113.889,00	R\$ 14.166,21 **				Novo Rumo**	ASP**	PC do B e PPS
DEUSLENE II	Rua Lourdes - Bairro Piratininga	Venda Nova	ZEIS-2	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH 1996	R\$ 93.352,70			8	Sobrado	Alvenaria estrutural	2	1	36,57 m²	fev./99	13/08/1999	R\$ 159.600,00	R\$ 12.890,00	R\$ 147.448,44	R\$ 300.578,22	R\$ 597.918,00	R\$ 12.184,12**	R\$ 19.639,00	R\$ 7.132,00	R\$ 12.507,00	ASCA e Novo Rumo**	ASP**	PC do B
DOM SILVÉRIO I	Rua Walmir dos Santos - Bairro Dom Silvério	Nordeste	ZAR-2	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH(s) 1996 e 1997		mai/97	LOCI Arquitetos Associados	55	Sobrado	Alvenaria estrutural com tijolo cerâmico	2	3	55,00m²	mai.97	07/05/1998	R\$ 114.518,00	R\$ 12.500,00	R\$ 169.444,82	R\$ 402.173,50	R\$ 654.470,30				Associação de famílias beneficiárias do empreendimento	ASP**	PC do B	
DOM SILVÉRIO II	Rua Carlos Marques Ferreira - Bairro Dom Silvério	Nordeste	ZAR-2	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH(s) 1996 e 1997	R\$ 571.618,00			16	Sobrado	Alvenaria estrutural com tijolo cerâmico	2	3	55,00m²	mar./99	28/01/2000	-	-	-	-	R\$ 293.644,04				Associação de famílias beneficiárias do empreendimento	ASP**	-	
VILA RÉGIA I	Rua Augusto Muniz - Bairro Cardoso	Barreiro	ZAP	OPH	PBH - Recursos ordinários	OP(s) 1994 e 1995	R\$ 312.000,00	ago/97	Schmidt Arquitetura e Urbanismo (Ana Maria Schmidt)	23	Sobrado	Sistema Usimix Valemix	2	3	52,7m²	fev./97	09/05/1998	R\$ 67.064,55	R\$ 5.437,78	R\$ 16.604,46	R\$ 254.233,67	R\$ 1.118.142,39	R\$ 14.927,85**				Associação de Sem Casa do Bairro Betânia e regiões de Belo Horizonte - ASCA	Ana Schmidt **	VLR I e II - União Nacional de Moradia ; PT e Igreja Católica
VILA RÉGIA II	Rua Tubarão, 32 - Bairro Cardoso.	Barreiro	ZAP	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH(s) 1996 e 1997	R\$ 553.960,34			57	Sobrado	Sistema Usimix Valemix	2	3	52,7m²	mar./99	01/04/2000	-	-	-	-	R\$ 787.228,00	R\$ 9.367,72**	R\$ 18.359,00	R\$ 8.226,00	R\$ 10.133,00	Associação de Sem Casa do Bairro Betânia e regiões de Belo Horizonte - ASCA	Impacto/Armando**	VLR I e II - União Nacional de Moradia ; PT e Igreja Católica
HAVAÍ I	Rua José Jorge Fonte Boa - Bairro Havaí	Oeste	ZAR-2	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH 1996				18	Sobrado	Sistema Usimix Valemix	2	3	60,00 m²												Associação Comunitária do Bairro Havaí-ASCOHA. (Segundo a URBEL, informação não disponível)	Ana Schmidt **	Igreja Católica; PT; ASA
HAVAÍ II	Rua José Jorge Fonte Boa - Bairro Havaí	Oeste	ZAR-2	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH 1996	R\$ 280.800,00			18	Sobrado	Sistema Usimix Valemix	2	3	60,00 m²	jul./1996	05/12/1998	R\$ 121.980,00	R\$ 8.262,00	R\$ 264.757,86	R\$ 340.800,00	R\$ 752.849,55	R\$ 27.197,00	R\$ 27.197,00	R\$ 7.601,00	R\$ 19.596,00	Associação Comunitária do Bairro Havaí-ASCOHA. (Segundo a URBEL, informação não disponível)	Ana Schmidt **	
URUCUIA	Rua W1, W2, 32 - Bairro Pongelupe. Regional Barreiro	Barreiro	ZAP	OPH	Pró-moradia	OP 1994 e 1995 e OPH	R\$ 1.875.575,71	nov/96	Schmidt Arquitetura e Urbanismo (Ana Maria Schmidt)	202	Sobrado	Sistema Usimix Valemix	2	2	54,41 m²		31/05/1999	R\$ 256.000,00	R\$ 20.096,00	R\$ 941.900,83	R\$ 1.615.630,11	R\$ 3.363.147,82	14.027,86**	R\$ 17.507,50	R\$ 7.909,25	R\$ 9.598,25	Associação de Sem Casa do Bairro Betânia e regiões de Belo Horizonte - ASCA	Ana Schmidt **	União Nacional de Moradia
FERNÃO DIAS	Rua Paulista, 800 - Bairro Fernão Dias. Regional Nordeste	Nordeste	ZAP	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH 1996 e 1997	R\$ 2.319.274,70	mai/97	LOCI Arquitetos Associados	144	Verticalizado	Concreto armado	4	2	52,11 m²	mar./99	13/12/2000	R\$ 217.635,50	R\$ 25.200,00	R\$ 272.808,91	R\$ 2.105.861,92	R\$ 2.629.119,95	R\$ 18.204,9**	R\$ 24.192,00	R\$ 7.560,00	R\$ 16.632,00	Associação Habitacional e Social da área do Fernão Dias**	ASP**	Pc do B (com corte)
ITATIAIA-SERRANO	Rua Leblon, 590 - Bairro Urca. Regional Pampulha	Pampulha	ZAP	OPH	PBH - Recursos ordinários	OPH 1996 e 1997	R\$ 3.286.934,59	abr/00	LOCI Arquitetos Associados	192	Verticalizado	Concreto armado	4	3	52,11 m²	mar./99	16/12/2001	R\$ 115.670,44	R\$ 25.600,00	R\$ 507.157,00	R\$ 2.779.844,00	R\$ 3.428.205,00	R\$ 17.119,45**	R\$ 24.990,00	R\$ 8.695,00	R\$ 16.295,00	Associação de famílias beneficiárias do empreendimento	Casa do Movimento Popular**	Igreja Católica-ASA

1 a G E R A Ç Ã O

Conjunto Habitacional	DADOS TERRENO			RECURSOS				PROJETO							OBRA		CUSTOS (à época)								GESTÃO E EXECUÇÃO						
	Localização	Regional	Zoneamento	Programa/Recurso	Fonte de Recurso	Ano OP/OPH/Contratação	Valor do Convênio**	Data projeto licenciado	Responsável Técnico	Nº UH	Tipo	Tecnologia	Nº de pavimentos	Nº de Quartos	Área da Unid. Habit. (m²)	Início**	Data de Conclusão	Custo Total do Terreno**	Custo Total de Projeto**	Custo Total de Urbanização**	Custo Total da edificação**	Custo Total do empreendimento	Custo médio da U.H	Preço médio de venda da u.h ao beneficiário*	Valor médio pago ao beneficiário*	Subsídio conferido pelo poder público*	Entidade responsável	Assessoria Técnica	Vínculos**		
JAQUELINE	Rua Maurício Perillo, 27 – Bairro Jaqueline	Norte	ZEIS-2	OPH	PSH - Prog.Subsídio Habitacional	OPH(s) 1997 e 1998	R\$ 175.774,30	nov/02	LOCI Arquitetos Associados	280	Verticalizado	Concreto armado	5	2	54,79 m²	-	05/03/2006	-	-	-	-	R\$ 6.865.227,16	-	-	-	-	-	-	-	ASP (Convênio PBH/Associação)	-
JARDIM LEBLON	Rua Augusto dos Anjos, 1.957 – Bairro Piratininga	Venda Nova	ZEIS-2	OPH	PSH - Prog.Subsídio Habitacional	OPH(s) 1997 e 1998	R\$ 150.487,47	abr/03	Paulo Dimas Rocha de Menezes e Carolina Tavares Guerra	192	Verticalizado	Concreto armado	4	2	53,39 m²	-	30/04/2006	-	-	-	-	R\$ 5.404.279,01	-	-	-	-	-	-	-	ASP (Convênio PBH/Associação)	-
ITAIPU	Rua Taboão da Serra, 317 – Bairro Itaipu	Barreiro	ZEIS-2	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	OPH 97/99/2000 out/06 (contratação)	R\$ 1.431.000,00 (financiamento FDS) ***	mar/11	Arquiteta Maria Luiza Moimberg de Andrade (Gerência de Licenciamento de Edificações-GELED/SMARU)	60	Verticalizado	Não especificado	4	2	44,25 m²	-	30/12/2010	-	-	-	-	R\$ 2.717.280,64	R\$ 52.967,60	-	-	-	-	-	ASPAMV - Associação Pró-Moradia Vale do Jatobá/ ACE	-	
DIAMANTE II	Rua 901, 28 – Bairro Lagoa	Venda Nova	ZEIS-2	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	jun/06 (contratação)	R\$ 1910.200,00 (financiamento FDS) ***	mar/10	CJ Arquitetos Associados Ltda (inicial)/ SMAHAB (revisão em 2010)	80	Verticalizado	Não especificado	4	02 (64 uh) e 03 (16 uh)	46,39 m² e 55,76 m²	-	30/01/2011	-	-	-	-	R\$ 4.045.850,59	R\$ 50.573,13	-	-	-	-	-	Anteriormente - ASCAPAZ - Associação de Moradores Sem-Casa Senhora Rainha da Paz - Posteriormente - Ace Empreendimentos Ltda.	-	
CASTELO I	Av. Pres. Tancredo Neves, 1020, 1032, 1044, 1088 e Rua Paschoal Costa, 51, 69 - Bairro Manacás	Pampulha	ZAR-2	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	OPH(s) 1998 e 2001/2002 març/06 (contratação)	R\$ 1994.430,00 (financiamento FDS) ***	set/11	Convênio com Instituto Metodista Izabela Hendrix (Iracema Generoso Bhering e Denize Couto Guilherme-inicial)/ URBEL (reaprovação em 2012)	84	Verticalizado	Alvenaria Estrutural	4	2	45,27m² e 43,56m²	-	dez/11	-	-	-	-	R\$ 5.097.558,25	R\$ 60.685,22	-	-	-	-	-	Anteriormente - UEMP - União Estadual por Moradia Popular Posteriormente - Beling Engenharia Empreendimentos Ltda.	-	
SANTA ROSA II	Rua Caldas da Rainha, 445 - Bairro São Francisco 3ª Seção - Regional Pampulha	Pampulha	ZEIS-3	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	OPH(s) 1998 e 2001/2002 fev/08 (contratação)	R\$ 1.130.000,00 (financiamento FDS) ***	mai/10	Engenharia e Consultoria Ltda	50	Verticalizado	Alvenaria Estrutural	04 (bl. 03 e 04) e 05 (bl. 01 e 02)	2	46,63 a 60,14 m²	-	2011	-	-	-	-	R\$ 3.335.336,95	R\$ 66.706,74	-	-	-	-	-	Anteriormente - AMABSC - Associação dos Moradores do Bairro Santa Cruz - Posteriormente - Opaco Engenharia Ltda.	PUC/HORIZONTES	-
SANTA ROSA I	Rua Caldas da Rainha, 115 - Bairro Serra Francisco	Pampulha	ZAR-3	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	OPH(s) 1998 e 2001/2002 jun/08 (contratação)	R\$ 1.265.600,00 (financiamento FDS) ***	out/07	URBEL	56	Verticalizado	Alvenaria Estrutural	04 (bl 01 e 02) e 05 (bl 03 e 04)	2	46,57 e 47,47 m²	-	2012	-	-	-	-	R\$ 3.643.666,36	R\$ 65.065,47	-	-	-	-	-	AMABSC - Associação dos Moradores do Bairro Santa Cruz	-	
CASTELO II	Rua Adolpho de Oliveira Portela, 80, 94,108 e 122 - Bairro Paquetá	Pampulha	ZAR-2	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	OPH(s) 1998 e 2001/2002 jan/07 (contratação)	R\$ 3.322.900,00 (financiamento FDS) ***	mai/10	Convênio com Instituto Metodista Izabela Hendrix (Iracema Generoso Bhering e Denize Couto Guilherme)/ SMAHAB (revisão)	140	Verticalizado	Alvenaria Estrutural	4 pav. (8 blocos) 3 pav. (1 bloco)	2	45,27m²	-	out/12	-	-	-	-	R\$ 9.066.503,21	R\$ 64.760,74	-	-	-	-	-	Anteriormente - UEMP - União Estadual por Moradia Popular - Posteriormente - Beling Engenharia Empreendimentos Ltda.	-	
MAR VERMELHO I	Rua Mar Vermelho, 75 - Bairro Serra Verde - Regional Venda Nova	Venda Nova	ZE	Programa Crédito Solidário/Público OPH	Programa Crédito Solidário	OPH(s) 1998 e 2001/2002 dez/06 (contratação)	R\$ 1.843.000,00 (financiamento FDS) ***	abr/06	Mateus Moreira Pontes (aprovação inicial)/URBEL (revisão)	77	Verticalizado	Alvenaria Estrutural	3 pav. (bloco D), 05 pav. (bloco A) e 6 pav. (bloco B e C)	1	50,38 m²	-	2012	-	-	-	-	R\$ 4.900.916,63	R\$ 63.648,27	-	-	-	-	-	Anteriormente: ASCA - Associação de Moradores Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de BH - Posteriormente: Riga Engenharia e Comércio Ltda	Projeto FINEP	UEMP

(*) Venda com financiamento subsidiado conforme Resolução III do Conselho Municipal da Habitação destinada aos participantes do programa ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA HABITAÇÃO. Fonte: cadurbe nov/21

(**) Tabela convênio SMHAB (Acervo de João Marcos Lopes)

(***) Dados enviados pela CEF

3. *Oficina Coletiva*. Face às informações e os documentos coletados nas Fases 1 e 2 e a partir das possibilidades avaliadas com a exposição no IAB-MG, foi estruturada uma oficina para escuta coletiva dos atuais moradores dos conjuntos dos estudos de caso (Figuras 34 a 41). Pensada para ser realizada nas áreas comuns dos empreendimentos (salão de festa, quadra, estacionamento etc.), a oficina tratou da projeção de imagens (projetos de arquitetura e fotos) seguida de roda de conversa sobre o que estava exposto na projeção,¹ objetivando incentivar os participantes a falarem sobre as memórias do processo de produção do conjunto.² Com isso, intencionou-se explorar, sobretudo, a história dos itens de organização, projeto e obra do processo de produção dos conjuntos habitacionais.

Também fez parte da montagem da oficina a exibição de cópias impressas de fotos – que os moradores puderam levar como recordação – e uma mesa com lanches, estratégias que visaram a aproximação e a ampliação da participação deles. Essa fase teve objetivo profuso, por um lado, funcionou como apresentação da proposta da pesquisa e de seus participantes (pesquisadores, bolsistas e voluntários), por outro, constituiu uma tentativa de reconhecimento dos moradores comuns (não-lideranças), além disso, buscou receptividade às pesquisas individuais da última fase desse levantamento de informações. Em acréscimo às demais intenções, esse momento serviu também à verificação da adesão das famílias aos eventos coletivos, com apontamentos importantes sobre as relações de vizinhança e sobre quem são as famílias beneficiárias que permanecem até hoje nos conjuntos.

Ainda que a Oficina Coletiva não tenha sido formulada com o objetivo de coletar informações aprofundadas sobre o processo, a partir dela foi possível compreender melhor a história da construção dos conjuntos. Os comentários dos presentes ajudaram, por exemplo, a estabelecer uma cronologia das imagens apresentadas, tornando mais clara a mobilização do grupo, a aquisição e preparação do terreno, a construção das casas em suas diversas etapas (alvenarias, instalações, telhados) e a organização interna do mutirão. A partir desse evento, verificamos que as fotos são de fato alvo de grande interesse, funcionaram muito bem como um fator de adesão e evocação da memória do processo.

¹ Foram eleitas imagens consideradas representativas de cada fase do processo.

² Por consequência da pandemia, foi possível realizar oficinas coletivas apenas nos conjuntos Villarégia e Mar Vermelho I.

abaixo

Figuras 34, 35 e 36: Oficina
Coletiva no conjunto Villarrégia-
Fotos impressas

Fonte: meu acervo pessoal, 2019





Figuras 37 e 38: Oficina Coletiva
no conjunto Villarégia- Projeção

Fonte: meu acervo pessoal, 2022

ao lado e abaixo





acima

Figuras 39, 40 e 41: Oficina Coletiva no conjunto Mar Vermelho I

Fonte: meu acervo pessoal, 2019

4. *Pesquisa individual*. Se as primeiras fases da pesquisa deram oportunidade para uma visão geral da história da política pública habitacional, da luta do movimento de moradia e dos conjuntos — e com isso levantaram diversos questionamentos possíveis de serem enfrentados por essa e por muitas outras pesquisas — com a formulação da última fase desse método houve a intenção de um levantamento mais delimitado, centrado na tentativa de obter informações suficientes para responder algumas das perguntas realizadas nesta introdução.

A partir da experiência promovida pela fase de levantamento preliminar, ficou suficientemente clara a dificuldade em realizar narrativas com muitos entrevistados, afinal, as entrevistas costumam ser longas e acompanham atividades de relatório e transcrição demorados. Sendo assim, nessa última fase, a pesquisa foi conduzida por entrevistas individuais,³ orientadas por questionário com perguntas pré-definidas (Quadro 4).⁴ Buscando aprofundar questões particulares dos momentos de organização, projeto, obra e pós-ocupação foram estruturadas questões que abrangeram tanto os moradores que participaram do processo da autogestão quanto aqueles que se mudaram posteriormente a sua construção.⁵

Para registrar o uso e ocupação dos espaços, com evidência para as transformações sofridas ao longo dos anos, o questionário contou também com a reprodução da planta da unidade habitacional. Nesse sentido, pedimos que os moradores nos contassem sobre as modificações realizadas, como se deu esse processo, buscando saber, por exemplo, se enfrentaram dificuldades na reforma e se desejam realizar mais alterações na habitação. Em muitas das visitas realizadas nessa fase, os moradores insistiram em nos guiar pela moradia e explicar com detalhes os acréscimos realizados, o que foi registrado com desenhos por cima da planta original e com fotos das áreas e cômodos acessados.⁶ Isso, por sua vez, possibilitou a construção de diagrama com a síntese das alterações e das soluções construtivas adotadas. O diagrama, uma imagem gerada pela reprodução da unidade habitacional em modelo digital, além de pontuar acréscimos, demolições e demais intervenções, contemplou a área da unidade e o número de residentes antes e depois das modificações.

Quadro 4: Questionário Individual para moradores

Fonte: produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2022

nas páginas seguintes

³ Todos os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e esclarecido com informações sobre os objetivos estritamente acadêmicos do estudo e autorização para coleta de respostas ao questionário e para registro fotográfico da habitação.

⁴ Também em decorrência da pandemia, as atividades dessa fase ficaram comprometidas e somente no Conjunto Villarégia foi possível aplicar número elevado de questionários individuais, para os demais conjuntos, a atividade foi complementada ou substituída por entrevistas on-line.

⁵ Diante da primeira investigação empreendida no conjunto Villarégia, foram realizadas adaptações no questionário original. Está exposto aqui apenas o questionário modificado (Figura 23).

⁶ Para as casas que não tivemos acesso pedimos aos entrevistados que apontassem as modificações na planta.

QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL CONJUNTOS DA AUTOGESTÃO (MORADORES)
1. DADOS GERAIS

CONJUNTO:	
RESPONDENTE	NOME: _____ IDADE: _____
	PROFISSÃO: _____ TELEFONE: _____
QUAL SUA VINCULAÇÃO? (marque uma ou mais opções)	<input type="checkbox"/> MORADOR QUE PARTICIPOU DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO/PROJETO/OBRA
	<input type="checkbox"/> MORADOR QUE NÃO PARTICIPOU DO PROCESSO. Mora há quantos anos?
	<input type="checkbox"/> MORADOR QUE PARTICIPA DA ADMINISTRAÇÃO DO CONJUNTO (SÍNDICO/ADMINISTRADOR). Realiza o trabalho há quanto tempo?
	<input type="checkbox"/> LIDERANÇA. Realiza(ou) o trabalho há quanto tempo?
	<input type="checkbox"/> OUTRO. Qual?
QUANTAS PESSOAS VIVEM NA HABITAÇÃO? _____	
A FAMÍLIA SOFREU ALTERAÇÕES DESDE QUE SE MUDOU PARA ESSE CONJUNTO? Quais? _____	
MAIS ALGUÉM QUE MORA/MOROU NESSA HABITAÇÃO PARTICIPOU DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO CONJUNTO? Quem? _____	
VOCÊ SABE QUAL A ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO ORGANIZOU O PROCESSO DE AUTOGESTÃO DESSE CONJUNTO? _____	
EM QUAL BAIRRO RESIDIA ANTES DE MORAR NO CONJUNTO? _____	
QUAL A SITUAÇÃO DA SUA MORADIA ANTES DE RESIDIR NO CONJUNTO?	<input type="checkbox"/> PRÓPRIA
	<input type="checkbox"/> ALUGADA
	<input type="checkbox"/> MORAVA COM FAMILIARES/CONHECIDOS
	<input type="checkbox"/> MORAVA DE FAVOR EM IMÓVEL EMPRESTADO
	<input type="checkbox"/> OUTRA. Qual?
COMO ERA A SUA CASA? (peça para descrever as principais características da moradia) _____	
HABITAÇÃO	
A SUA HABITAÇÃO É:	<input type="checkbox"/> PRÓPRIA * <input type="checkbox"/> ALUGADA <input type="checkbox"/> CEDIDA/EMPRESTADA
*O IMÓVEL TEM ESCRITURA?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO * O IMÓVEL ESTÁ QUITADO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
*Por qual motivo? _____	
REALIZOU ALTERAÇÕES/REFORMAS NA MORADIA?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM *
* Quais? (Projeto Anexo) _____	
*Quem realizou as alterações?	<input type="checkbox"/> PRÓPRIO MORADOR OU FAMÍLIA RESIDENTE NO IMÓVEL
	<input type="checkbox"/> VIZINHOS DO CONJUNTO
	<input type="checkbox"/> PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO (Mestre de obras, pedreiro, servente etc.)
	<input type="checkbox"/> OUTRO. Qual? _____
*Houve alguma dificuldade durante a reforma. Quais? _____	
DESEJA REALIZAR (MAIS) ALTERAÇÕES?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM *
* Quais? _____	
RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E AÇÕES COMUNITÁRIAS	
VOCÊ CONVIVE COM SEUS VIZINHOS?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM*
COMO CLASSIFICA SUA RELAÇÃO COM SEUS VIZINHOS?	<input type="checkbox"/> ÓTIMA <input type="checkbox"/> INDIFERENTE
	<input type="checkbox"/> BOA <input type="checkbox"/> RUIM
PARTICIPA(OU) DE ALGUMA ATIVIDADE EM GRUPO NESSA COMUNIDADE?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM*
*Quais? (marque uma ou mais opções)	<input type="checkbox"/> GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA <input type="checkbox"/> ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
	<input type="checkbox"/> NÚCLEO DE MÃES <input type="checkbox"/> GRUPO RELIGIOSO
	<input type="checkbox"/> REUNIÕES SOBRE O CONJUNTO <input type="checkbox"/> FESTAS
	<input type="checkbox"/> OUTRO. Qual? _____
ATUALMENTE TEM VÍNCULO COM ALGUMA ENTIDADE/MOVIMENTO?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM*

*Qual? (marque uma ou mais opções)	<input type="checkbox"/>	MOVIMENTO DE MORADIA.Qual?		
	<input type="checkbox"/>	MOVIMENTO SINDICAL. Qual?		
	<input type="checkbox"/>	MOVIMENTO SETORIAL (negro, mulheres, juventude). Qual?		
	<input type="checkbox"/>	ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA. Qual?		
	<input type="checkbox"/>	PARTIDO POLÍTICO. Qual?		
	<input type="checkbox"/>	OUTROS. Qual?		
PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE EM FAVOR DA MORADIA?		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM*		
*Quais? (marque uma ou mais opções)	<input type="checkbox"/>	CONFERÊNCIAS/CONSELHOS.Qual?		
	<input type="checkbox"/>	SEMINÁRIO		
	<input type="checkbox"/>	MANIFESTAÇÕES		
	<input type="checkbox"/>	OUTRAS. Quais?		
EXISTE ALGUMA LIDERANÇA OU GRUPO RESPONSÁVEL PELO CONJUNTO? Quem? Você se sente representado?				
IDENTIFICA ALGUM PROBLEMA NO CONJUNTO?		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM *		
* Qual/Quais?				
SENTE ALGUM TIPO DE INSEGURANÇA, TENSÃO OU MEDO AQUI?		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM *		
Qual? Por qual motivo?				
INSERÇÃO URBANA				
NA SUA OPINIÃO O CONJUNTO ESTÁ BEM LOCALIZADO?		<input type="checkbox"/> NÃO* <input type="checkbox"/> SIM*		
*Por qual motivo?				
QUANTO TEMPO VOCÊ LEVA PARA IR A PÉ DO CONJUNTO ATÉ? (N.A= Não se aplica)				
ponto de ônibus/metrô	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
escola	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
creche	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
comércio do dia-a-dia	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
equipamento cultural	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
lazer (parque, praça, esporte)	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
posto de saúde	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
QUANTO TEMPO VOCÊ LEVA PARA CHEGAR DE TRANSPORTE PÚBLICO ATÉ?				
Centro do bairro	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
Centro da cidade	<input type="checkbox"/> 0 a 10 min.	<input type="checkbox"/> 10 a 30 min.	<input type="checkbox"/> + 30 min.	<input type="checkbox"/> N.A
MOBILIDADE				
COMO VOCÊ VAI ATÉ:		(N.A= Não se aplica)		
centro do bairro	<input type="checkbox"/> A PÉ	<input type="checkbox"/> TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/> TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/> N.A
mercado	<input type="checkbox"/> A PÉ	<input type="checkbox"/> TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/> TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/> N.A
escola	<input type="checkbox"/> A PÉ	<input type="checkbox"/> TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/> TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/> N.A
trabalho	<input type="checkbox"/> A PÉ	<input type="checkbox"/> TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/> TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/> N.A
creche	<input type="checkbox"/> A PÉ	<input type="checkbox"/> TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/> TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/> N.A
posto de saúde	<input type="checkbox"/> A PÉ	<input type="checkbox"/> TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/> TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/> N.A

hospital	<input type="checkbox"/>	A PÉ	<input type="checkbox"/>	TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/>	TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/>	N.A
área de lazer	<input type="checkbox"/>	A PÉ	<input type="checkbox"/>	TRANSP.COLET. PÚBLICO	<input type="checkbox"/>	TRANSP.PARTICULAR	<input type="checkbox"/>	N.A

Quais outros lugares você costuma frequentar? Como se desloca?

FASE DE ORGANIZAÇÃO

(a partir daqui as perguntas são apenas para moradores que participaram do processo)

SITUAÇÃO INICIAL

COMO SE ENVOLVEU COM A ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO/MOVIMENTO?

- | | | | |
|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | AUTO-ORGANIZAÇÃO | <input type="checkbox"/> | ATRAVÉS DO MOVIMENTO/ ENTIDADE. Qual? |
| <input type="checkbox"/> | ATRAVÉS DA PREFEITURA /ESTADO | <input type="checkbox"/> | ATRAVÉS DA IGREJA. Qual? |
| <input type="checkbox"/> | OUTRO. Qual? | | |

QUANDO SE ENVOLVEU? (ano aproximado)

COMO ACOMPANHOU O PROCESSO DE CONQUISTA DO TERRENO E DOS RECURSOS PARA MORADIA? (marque uma ou mais opções)

- | | |
|--------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | ASSEMBLEIAS. Qual periodicidade? |
| <input type="checkbox"/> | COMISSÕES/GRUPOS/NÚCLEOS. Quais? |
| <input type="checkbox"/> | OUTROS. Como? |

COMO AS FAMÍLIAS FORAM SELECIONADAS?

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | POR MEIO DO MOVIMENTO/ENTIDADE |
| <input type="checkbox"/> | CADASTRO PELA PREFEITURA OU PELO ESTADO |
| <input type="checkbox"/> | POR PARCERIA. Com quem? |

CONQUISTA DO TERRENO

TERRENO

- | | | | | | |
|--------------------------|---------|--------------------------|----------|--------------------------|-------|
| <input type="checkbox"/> | PÚBLICO | <input type="checkbox"/> | COMPRADO | <input type="checkbox"/> | DOADO |
|--------------------------|---------|--------------------------|----------|--------------------------|-------|

MOTIVO DA ESCOLHA DO TERRENO (marque uma ou mais opções)

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | FACILIDADE NA AQUISIÇÃO OU NA CONQUISTA |
| <input type="checkbox"/> | PROXIMIDADE DE ÁREA CENTRAL |
| <input type="checkbox"/> | PROXIMIDADE DO LOCAL ONDE AS FAMÍLIAS VIVIAM |
| <input type="checkbox"/> | PROXIMIDADE COM OPORTUNIDADES DE EMPREGO |
| <input type="checkbox"/> | PROXIMIDADE COM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS |
| <input type="checkbox"/> | OUTRO. Qual? |

O TERRENO FOI OCUPADO PELO GRUPO ANTES DA OBRA?

NÃO SIM

O LOCAL JÁ TINHA REDES DE INFRAESTRUTURA (esgoto, água, luz)?

NÃO SIM

EXISTIA COLETA DE LIXO?

NÃO SIM

FASE DE PROJETO

PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO?

NÃO** SIM*

*Quais decisões foram tomadas pelo grupo?

- | | | | |
|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | TIPO DE MORADIA (casa ou prédio) | <input type="checkbox"/> | DISPOSIÇÃO DO CONJUNTO NO TERRENO (implantação) |
| <input type="checkbox"/> | Nº DE QUARTOS | <input type="checkbox"/> | MATERIAIS CONSTRUTIVOS |
| <input type="checkbox"/> | EQUIPAMENTOS COLETIVOS | <input type="checkbox"/> | OUTRO. Qual? |

COMO ACOMPANHOU O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO?

- | | |
|--------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | ASSEMBLEIAS. Qual periodicidade? |
| <input type="checkbox"/> | COMISSÕES/GRUPOS. Quais? |
| <input type="checkbox"/> | OUTROS. Como? |
| <input type="checkbox"/> | NÃO ACOMPANHEI |

**SE TIVESSE TIDO A OPORTUNIDADE, TERIA PARTICIPADO DO PROCESSO DE PROJETO? O QUE VOCÊ TERIA MODIFICADO OU SUGERIDO?

HOUE TRABALHO DE FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO ANTES DO INÍCIO DA OBRA?		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM*
* Qual?					
FASE DE OBRA					
ANTES DA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO TINHA EXPERIÊNCIA EM OBRA?		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM*
*Qual?		<input type="checkbox"/>	AUTOCONSTRUTOR (fez a própria casa e participou de pequenas obras)		
		<input type="checkbox"/>	PROFISSIONAL (fichado/contratado por empresa). Qual atividade exercia?		
		<input type="checkbox"/>	OUTRA SITUAÇÃO. Qual?		
PARTICIPOU DA OBRA DO CONUNTO?		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM*
*Em qual modalidade? (marque uma ou mais opções)		<input type="checkbox"/>	MUTIRÃO	<input type="checkbox"/>	EMPREITADA
		<input type="checkbox"/>	FRENTE REMUNERADA	<input type="checkbox"/>	OUTRA. Qual?
*Quais atividades exercia na obra? (marque uma ou mais opções)		<input type="checkbox"/>	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	<input type="checkbox"/>	ALMOXARIFADO
		<input type="checkbox"/>	COMPRA DE MATERIAIS	<input type="checkbox"/>	LIMPEZA DO CANTEIRO
<input type="checkbox"/>	TERRAPLANAGEM	<input type="checkbox"/>	CRECHE	<input type="checkbox"/>	COZINHA
<input type="checkbox"/>	ALVENARIA	<input type="checkbox"/>	SERVENTE	<input type="checkbox"/>	ARMAÇÃO
<input type="checkbox"/>	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	<input type="checkbox"/>	FUNDAÇÃO	<input type="checkbox"/>	CONCRETAGEM
<input type="checkbox"/>	INSTALAÇÃO COBERTURA	<input type="checkbox"/>	VIGIA	<input type="checkbox"/>	CARPINTARIA
<input type="checkbox"/>	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA	<input type="checkbox"/>	INSTALAÇÃO ESQUADRIAS	<input type="checkbox"/>	ACABAMENTOS
<input type="checkbox"/>	OUTRA. Qual?				
HOUE TRABALHO DE FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DURANTE A OBRA?		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM *
* Qual? Como?					
COMO ACOMPANHOU A GESTÃO DA OBRA?		<input type="checkbox"/>	ASSEMBLEIAS. Qual periodicidade?		
		<input type="checkbox"/>	COMISSÕES/GRUPOS. Quais?		
		<input type="checkbox"/>	OUTROS. Como?		
PÓS-OCUPAÇÃO					
HOUE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO (ARQUITETURA/ENGENHARIA/SOCIAL) APÓS O TÉRMINO DA OBRA?		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM*
*Como foi o processo?					
DEPOIS DA OBRA CONCLUÍDA, UTILIZOU ALGUM DOS CONHECIMENTOS QUE ADQUIRIU DURANTE O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO/OBRA DO CONJ.?		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM *
* Em que atividade/trabalho?					
CONQUISTARAM OUTROS ESPAÇOS OU EQUIPAMENTOS DE FORMA COLETIVA? (praças, creche, escola, posto de saúde etc.)		<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	SIM*
* Quais?					
QUAL É O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROCESSO POR AUTOGESTÃO?		<input type="checkbox"/>	MUITO SATISFEITO	<input type="checkbox"/>	SATISFEITO
		<input type="checkbox"/>	POUCO SATISFEITO	<input type="checkbox"/>	INSATISFEITO
INDICARIA O PROCESSO POR AUTOGESTÃO PARA OUTRAS PESSOAS		<input type="checkbox"/>	NÃO*	<input type="checkbox"/>	SIM*
* Por qual motivo?					
COMENTÁRIOS ADICIONAIS/OBSERVAÇÕES DA ENTREVISTA					
PLANTA DA UNIDADE HABITACIONAL: Assinale/descreva as modificações realizadas na habitação. Faça observações como: cômodo estreito/mal iluminado/amplo/arejado					

Por ser um instrumento de diálogo com quase todos os grupos de agentes envolvidos na produção autogestionária, esse método ultrapassa levantamentos de informações tradicionais e se constitui, ele próprio, na reunião e divulgação de memórias e histórias, instrumento de conscientização. Para além dos elementos técnico-construtivo-espaciais, a pesquisa registra os impactos da experiência autogestionária na atual organização social dos conjuntos e na vida dos moradores, procurando, assim, que cada agente envolvido tenha voz e que seus resultados sejam acessíveis a qualquer um deles, horizontalizando o conhecimento produzido.

A partir desse método, evidencio a seguir aspectos gerais da história de formulação da autogestão em BH, assim como do engajamento das famílias nos movimentos de luta por moradia; e a partir dos estudos de caso com caráter qualitativo, ilustro as atividades relacionadas aos projetos e às obras; as mudanças de uso e as interferências gerais nas habitações, prestando atenção na qualidade do espaço e da construção e bem como nas ações comunitárias e nos desdobramentos sócio-espaciais no pós-ocupação de quatro conjuntos habitacionais que perpassam as duas gerações. Em síntese, buscando identificar possibilidades e limites dessa produção, proponho apresentar uma versão de sua história a partir de uma costura de narrativas em que se evidenciam as fases de organização, projeto, obra e pós-ocupação de cada um dos estudos de caso.

Reforço ainda que na reunião de alguns dos elementos que conformam o arranjo produtivo da autogestão de moradias de BH, os estudos de caso se afirmam como instrumento de visibilização de redes alternativas da produção de moradias dos pobres no país, como conscientização histórica da produção do espaço e sobretudo como referência para interpretar essas experiências como *outros canteiros*.

4.2 Genealogia belo-horizontina na autogestão de moradias

Como exposto no capítulo 3, no âmbito nacional, o período que compreende o início dos anos 1970 até 1985 é pautado por grande crise econômica, múltiplos problemas urbanos e consequente reprovação e insatisfação popular acerca do regime militar no poder. Isso deu origem à diversas insurgências, muitas delas relacionadas às lutas territoriais (reforma urbana e moradia). O momento é também assinalado pelo apoio da Igreja Católica com articulação dos movimentos por meio da Comissão Pastoral da Terra (1975).

Em meio a esse contexto, em Minas Gerais, buscando subverter a lógica de remoção dos assentamentos espontâneos de favelas, foi proposta a política estadual do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM).¹ Com atuação de 1979 a 1983 o PRODECOM, conduzido pela diretriz do *planejamento participativo* tinha proposta convergente ao tema da produção autônoma de moradias, embora sem configurar autogestão institucionalizada.² Esse programa foi o primeiro instrumento estabelecido pelo poder público a atuar na urbanização das favelas belo-horizontinas, o que posteriormente ficou a cargo do Programa Municipal de Regularização das Favelas (PROFAVELA).

4.2.1. PRODECOM

Com financiamento do estado, foram viabilizadas pelo PRODECOM intervenções como infraestrutura urbana; construção e melhorias habitacionais e urbanização de áreas periféricas em assentamentos informais já consolidados.³ Segundo o governo do Estado de Minas Gerais, o que teve início com ações isoladas de melhorias urbanas logo abriu espaço para desenvolvimento de projetos integrados de urbanização com obras de drenagem, pavimentação, abastecimento de água, esgoto e iluminação pública. Na proposta de melhorias urbanas em áreas de favelas, uma das preocupações centrais do programa dizia respeito à pressão imobiliária que poderia se desenvolver a partir das urbanizações propostas. Diante

¹ Proposta do Governador Francelino Pereira (1979-1983), filiado ao Democratas de Minas Gerais.

² No PRODECOM, diferente da produção autogestionária, não existia a figura da assessoria técnica.

³ O PRODECOM, sob coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, atuava em cinco áreas: Habitação Popular; Legalização de Terras Urbanas; Melhorias Urbanas em favelas e bairros da periferia; Nutrição e Abastecimento; e Serviços Comunitários (MINAS GERAIS, PRODECOM: três anos de atividade, 1982).

disso, o programa priorizou intervenções de baixo impacto com padrões adequados a cada realidade trabalhada. O objetivo era o de suprir as áreas com estrutura adequada sem, contudo, alterá-las de maneira significativa, o que pretendia frear qualquer possível especulação imobiliária.

Segundo o relatório que contempla o balanço de seus três anos de funcionamento, o PRODECOM não atuava meramente com financiamentos para habitação, mas sim na promoção de "um instrumento de participação. Diversamente dos sistemas tradicionais que sorteiam casas prontas entre os mutuários, neste programa as famílias são levadas a participar da construção em todas as suas etapas". Na prática, a participação enunciada pela política pública foi possibilitada pela atuação das associações comunitárias locais. Fundadas pelos próprios moradores, as associações tinham o papel de promotores e interlocutores da comunidade. Elas eram agentes ativos na tradução de demandas da população para resposta junto ao poder público. Segundo aponta o mesmo relatório: "sem exceção, os líderes são gente do povo, moradores antigos, prestigiados pela vizinhança, que trabalham voluntariamente para a comunidade, seja realizando obras, seja organizando reuniões e orientando reivindicações".⁴

Na área da moradia popular, o PRODECOM previa superar os problemas relacionados ao "custo excessivo da habitação formal, exigências burocráticas e pesadas despesas de tramitação", questões que impediriam o acesso da população de baixa renda ao sistema habitacional convencional.⁵ Amparado por assessoria técnica estadual, tal iniciativa buscou utilizar o potencial das associações comunitárias e do envolvimento popular para construir uma gestão compartilhada a partir do planejamento participativo. Sobre o diálogo estabelecido com as famílias, Lopes e Rizek expõem: "Às ações práticas para a implantação das obras seguiu-se um intenso processo de mobilização dos moradores das favelas envolvidas, criando uma série de instâncias de organização popular que passaram a relacionar-se diretamente, de forma cautelosa, porém autônoma, com as instâncias de gestão do programa".⁶

Muito diferente das prescrições técnicas comuns aos programas habitacionais de interesse social da produção empresarial (a exemplo do PMCMV), no PRODECOM,

⁴ Ibidem, p. 60, 21.

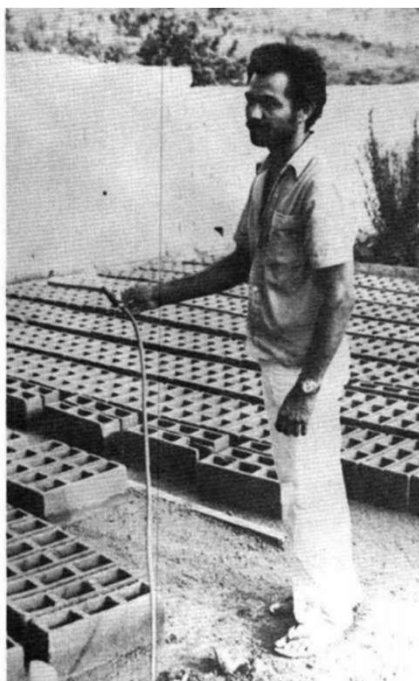
⁵ Ibidem, p.51.

⁶ LOPES & RIZEK, O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica, 2006, p.55.

ao lado

Figuras 42, 43 e 44: Exemplos de atividades financiadas pelo PRODECOM (esquerda: produção artesanal de tijolos, acima à direita: revestimento da casa por um casal; abaixo à direita: construção de telhado cerâmico)

Fonte: Minas Gerais, 1982



Tijolos feitos no adro da capela custaram o menor preço da cidade.



Marido e mulher pintam a casa: mais economia de mão-de-obra.



O telhado de quatro águas é típico do interior de Minas.

Nesse sentido, dentre as ações desenvolvidas pelo programa, vale destacar o incentivo aos processos de autoconstrução, mutirão e ajuda mútua com respeito à tradição construtiva local, ao saber-fazer popular e à autonomia de cada usuário na reforma ou construção de sua casa. Sobre o uso de materiais tradicionais ou vernáculos, chama atenção a passagem que se segue:

Embora a admissão de financiamentos para casa de adobe possa despertar preconceitos e encontrar resistência junto à burocracia do setor habitacional, não é possível condená-las do ponto de vista da segurança da edificação. O adobe nada mais é do que um tijolo de barro não cozido [...]. Paredes de adobe podem desafiar as décadas e os temporais. Não há por que vincular esse material à idéia de miséria, só pelo fato de poder ser facilmente fabricado pelo próprio usuário.⁷

⁷ MINAS GERAIS, PRODECOM: três anos de atividade, 1982.

Em síntese, o PRODECOM despontou como uma política pública precursora no incentivo à gestão popular dos recursos públicos e à produção autônoma de moradias. Foi exemplo na abertura de processos democráticos para a urbanização e provisão de moradias em assentamentos informais consolidados. Mas o programa durou pouco, segundo Bedê, apresentou falhas relacionadas à má administração de recursos por parte do governo estadual. E mesmo que os problemas estivessem mais relacionados à condução do poder público, a arquiteta afirma que os prejuízos do processo foram atribuídos aos movimentos e às associações envolvidas com as favelas. Em entrevista, ela revela outra questão que teria contribuído para isso, segundo seu relato: "houve casos de desvio de dinheiro". Em complemento, demonstrando também haver uma invisibilização do PRODECOM ela ainda diz" e aquilo ficou [na memória dos agentes públicos] [...] Teve algum problema lá... eu nem sei direito o que era, mas [...] o povo [o poder público] nem falava direito o nome [do programa] porque era um tabu". Para a ex-gestora, essa situação teria não apenas maculado esse programa e sido determinante para o impedimento de experiências análogas posteriormente, mas também contribuído significativamente para consolidar um ambiente de desconfianças internamente ao governo acerca de qualquer iniciativa em que a população (associações, entidades e movimentos sociais) gerencie recursos públicos autonomamente. Encontrar-se-ia nesse processo a origem da construção da tal "cultura institucional de resistência" já apontada por Bedê. Isto é, da objeção da maior parcela dos técnicos do poder público a qualquer iniciativa que visasse a autonomia, o que se estendeu à produção autogestionária viabilizada ao longo da década de 1990, conforme indicado na Seção 4.1.

Já Lopes e Rizek explicam que a transferência do PRODECOM para Secretaria do Trabalho e Ação Social do governo do estado, na administração de Tancredo Neves, em 1983, foi o que contribuiu para que após quatro anos de mobilização moderadamente intensa com os moradores das comunidades beneficiadas o programa fosse extinto. Segundo os autores, o fim do PRODECOM levou ao estabelecimento de outra articulação entre o poder público e a população de baixa renda:

Apesar de sucedido pelo Programa Municipal de Regularização de Favelas (PróFavela), criado em 1983 e gerido pela administração do município, parece que a remissão do programa exclusivamente aos aspectos jurídico-fundiários para equacionamento da propriedade da terra em detrimento do

empreendimento de melhorias e da urbanização acabou desmobilizando significativamente o movimento favelado.⁸

A maneira como o PRODECOM foi encerrado ilustra bem os limites do Estado enquanto financiador e promotor de programas efetivamente conduzidos pelos cidadãos. Após essa experiência, os ganhos e os potenciais da produção encaminhada pela ideia de autonomia coletiva para intervenção em assentamentos já existentes no estado de Minas Gerais parecem ter sido completamente sufocados. Além disso, cria-se um tabu que, como será explicado adiante, interfere no encaminhamento da produção autogestionária de moradias e também desconfio, possivelmente, contribui para sua invisibilidade com o passar dos anos.

4.2.2. Movimento dos sem-casa

Recordando o contexto nacional (Seção 3.3), após a ditadura militar, tanto no campo político quanto institucional, o cenário nacional era de redemocratização. Havia nesse momento “intensa mobilização social protagonizada, em grande parte, pelos partidos de esquerda e pelos movimentos sociais urbanos, entre eles o movimento pela reforma urbana e por moradia”.⁹ Em Belo Horizonte esse período foi marcado por diversos movimentos de luta vinculados aos bairros periféricos, vilas, favelas e às famílias sem-casa. Um contexto agravado por diversas enchentes – sobretudo as de 1977, 1979 e 1983 – que deixaram desabrigadas inúmeras famílias pobres da cidade.¹⁰

Antônio Cosme Damião, mais conhecido por Toninho da FAMOBH,¹¹ membro dos movimentos de luta por moradia desde o final de 1980, conta que as mobilizações em torno da reforma urbana na cidade envolviam não apenas grupos populares como também técnicos. A partir da contribuição de outros setores, como as

⁸ LOPES & RIZEK, O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica, 2006, p.56.

⁹ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.41.

¹⁰ Em 1977 a chuva intensa deixou BH isolada do restante do país e provocou 9 mortes; em 1979 foram abertas as comportas da Lagoa da Pampulha e com isso inundadas áreas da cidade que desabrigaram inúmeras famílias; já em 1983, a cidade passou por uma das suas maiores tragédias com a morte de 55 pessoas que viviam na favela Sovaco de Cobra, que às margens do Ribeirão Arrudas, foi completamente destruída pela enchente (WERNECK, A BH das 200 enchentes, 2012).

¹¹ Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH).

instituições acadêmicas, foi promovida a ampliação da luta e a construção de uma política habitacional, a PMH,¹² voltada para atendimento de suas demandas, esse conteúdo fica claro em seu depoimento:

Esse processo [de criação da PMH] que nós vivemos de 93 para frente ele só foi possível porque nós conseguimos acumular, do ponto de vista político e organizativo os movimentos social e urbano e, de certa maneira, nos relacionar com esse potencial que já existia do processo que é o setor técnico dessa área urbana. A Universidade e a Academia acabaram somando nessa perspectiva de dar um panorama mais concreto, mais objetivo e trabalhar nessa perspectiva de uma política mais consistente reconhecida do território. Uma das coisas que marcaram muito esse processo foi exatamente esse momento de ascensão democrática no país [...] não foi nem em 84, nós começamos a acumular isso em 79, quando começa o processo de retomada dos movimentos sociais no Brasil [...]. Logo depois o enfraquecimento do projeto da ditadura militar, crescem os movimentos, tanto sindical quanto popular, há um deslocamento significativo dos militantes organizados nas frentes de partidos [...] organizações na época para essas várias frentes da sociedade civil que se organizaram para enfrentar a realidade. Esse momento foi o que consagrou a possibilidade desses saltos que aconteceram logo em seguida.¹³

Nesse sentido, importa, especialmente a esta tese evidenciar a luta por moradia dos sem-casa, movimento articulado à construção da produção autogestionária de moradias em BH. O movimento dos sem-casa, também conhecido nacionalmente por "sem-teto", surgiu durante a retomada das lutas vinculadas aos movimentos de moradia das décadas de 1980 e 1990. Faziam parte do movimento as famílias de baixa renda que viviam de aluguel, coabitação ou de favor em imóvel emprestado. Como demonstra o resultado da pesquisa realizada no Villarégia parte significativa da população entrevistada no conjunto vivia de aluguel (71,3%)

¹² Uma descrição completa e pormenorizada desse cenário é encontrada na dissertação de Mônica Bedê: *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005.

¹³ Palestra proferida em 16 de setembro de 2019 por Antônio Cosme Damião (Toninho da FAMOBH) no "Seminário de 25 anos da Política Municipal de Habitação de BH: avanços, conflitos e novos cenários de disputa" (Seminário 25 anos PMH de BH) na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Toninho da FAMOBH, as exceções serão assinaladas.

ou em coabitação (14,3%), apenas um morador mencionou que residia em moradia própria, mas reforçou que se tratava de casa precária autoconstruída.¹⁴

Dona Inês, uma dessas moradoras, conta que viveu de aluguel por 30 anos e que sua moradia se tratava de: "um barracão muito ruim". Já revelando particularidades da situação ela conta: "antes da mudança [para o Conjunto Villarégia] [...] era convívio diário com rato e barata, até perdi documentos por causa disso". Ela ainda complementa "o medo que me fez caminhar, medo e necessidade" referindo-se à imposição de sair de uma situação de tamanha precariedade. Já Sr. Eliseu, um senhor de 81 anos, revela que morava com a esposa e mais seis filhos em uma ocupação na Vila Cemig. Nas palavras dele, a casa era um barranco (talude) escavado, "o barracão tinha paredes e teto de terra". A história de Eliseu é emblemática, muitos dos moradores do conjunto conhecem o passado do vizinho e em mais de uma situação chegaram a mencioná-lo como exemplo da realidade da pré-política pública em autogestão.¹⁵ Apesar de dramática, essa condição não era isolada, Antônia de Pádua —¹⁶ então presidente da Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de BH (ASCA), moradora do conjunto Villarégia e atual membro da coordenação da União Metropolitana por Moradia Popular (UMMP) — conta a origem dessa luta:

a política municipal de habitação só começou porque ela viu demanda, uma demanda intensa de pessoas que moram de aluguel, de favor, em área de risco e moradores de rua também. São pessoas de baixíssima renda e que pagam aluguel, a maioria delas ganha salário mínimo, paga aluguel e passa o resto do

¹⁴ A circunstância das famílias antes da mudança para os conjuntos foi um dos pontos levantados pela fase das entrevistas individuais previstas pela interface de avaliação. Nesse sentido, a pesquisa buscou saber em que bairro residiam, qual a situação (imóvel próprio, alugado, coabitação ou emprestado/cedido) e a descrição das principais características da moradia. Contudo, na primeira fase da pesquisa individual, algumas dessas questões não estavam formalmente contempladas pelo questionário. Foi a partir do depoimento de dois moradores do conjunto Villarégia, Dona Inês e Sr. Eliseu, que se tornou evidente a necessidade de compreender a condição em que viviam os entrevistados antes de terem acesso à política pública que deu origem aos conjuntos.

¹⁵ Visando preservar a identidade dos entrevistados que ainda são moradores dos conjuntos serão atribuídos nomes fictícios (sem sobrenome) a todos os respondentes do questionário formulado na pesquisa individual. Já de maneira a evitar excessivas notas de rodapé, ao longo de todo o texto, serão ocultadas das citações que contemplam falas de entrevistados/respondentes as informações de *quando* e *onde* foram realizadas as entrevistas. Esses dados podem ser consultados na tabela de atividades do Apêndice B.

¹⁶ Ao contrário das entrevistas com moradores dos conjuntos, para as falas públicas, proferidas em seminários, congressos e eventos diversos, ou mesmo para entrevistas narrativas realizadas com agentes do Estado, assessores técnicos ou apoiadores, serão utilizados os nomes reais.

mês sem ter o que se alimentar. Às vezes conseguem pagar água e luz pra não deixar cortar e vai sobrevivendo porque as condições são muito difíceis. Quando são moradias de favor, as condições são piores ainda. [...]. Então além de todas as outras dificuldades elas têm o constrangimento de não estar podendo contribuir financeiramente com aquela habitação. E na área de risco já corre o risco de [perder] a vida a qualquer momento, pode perder a casa, a família etc. E quando é morador de rua aí infelizmente, já perdeu, passou por todas esses outros passos e ele não consegue mais nem desejar morar numa casa.¹⁷

Em Belo Horizonte, o quadro pós regime militar era formado por número significativo de pessoas em situações similares às de Sr. Eliseu e de Dona Inês, muitas delas desabrigadas em decorrência das enchentes que atingiram a cidade. Na busca por visibilizar a luta por moradia, inclusive no âmbito federal, a atuação dos movimentos envolvia passeatas, manifestações coletivas e as caravanas à Brasília (Figuras 45 e 46).



¹⁷ Palestra proferida em 17 de setembro de 2019 por Antônia de Pádua no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].



acima e na página anterior

Figuras 45 e 46: Manifestações dos sem-casa em BH

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, data desconhecida

Mas não apenas de passeatas e manifestações consistia a atuação do movimento de moradia em BH, as ocupações organizadas também faziam parte de sua estratégia de focalização da causa. Uma das primeiras e mais importantes ocupações ocorreu em 1984 na escadaria da Igreja São José,¹. Localizada na região central de BH, essa ocupação numerosa chamou grande atenção para a luta dos sem-casa com consequente envolvimento da Igreja Católica. Bedê expõe bem essa articulação ao apontar que: "Em Belo Horizonte percebe-se claramente, ao longo de toda a trajetória local do movimento dos sem casa, a participação de elementos da Igreja Católica, quer seja atuando no apoio a lideranças, quer seja, em alguns casos, exercendo a liderança".² Presente na dissertação de Fernando de Freitas, o depoimento de Toninho da FAMOBH deixa clara a importância dessa ação para o movimento de moradia na cidade:

nós tiramos um dia municipal de luta pelo direito a moradia, ocupamos o centro, a polícia não nos deixou ficar acampados no centro, ocupamos então a Igreja São José. Nessa ocupação ficamos quase 63 dias, quase 600 famílias, impactou a vida da igreja e era também uma tática, por exemplo, por mais que ela se posicionava favorável às lutas, não tinha muita presença física nas ocupações. Depois desse evento teve [...] acabou incorporando de forma mais

¹ Ocorreram três ocupações na Igreja São José, nos anos de 1984, 1989 e 1990.

² BEDÊ, *Trajетória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.62.

consistente a Igreja Católica [...] e teve que inclusive pressionar o governo na época, os governos, tanto municipal, quanto estadual, para resolver o problema, na medida que estava impactando negativamente nos negócios, nos interesses da igreja católica no município.³

Maria Auxiliadora, moradora e ex-coordenadora do Residencial Fernão Dias, por sua vez, diz que seu envolvimento com o movimento, provocado pela urgência de ter um local digno para viver, ocorreu de maneira espontânea e na reunião com outros grupos de pessoas em situações similares à sua é que teria se conformado o movimento de luta por moradia em BH, como fica explícito nessa passagem:

os grupos passaram a fazer parte porque despertou interesse, o movimento era muito unido [...] juntaram algumas famílias que não tinham moradia decente, que moravam na beira de linha, embaixo de barracas, essas coisas. E os outros que viviam de aluguel como a minha família, meu irmão, então fomos reunindo e daí surgiu a necessidade [de organizar]... teve um advogado que orientou: "vocês são um movimento tão forte por estar pleiteando moradia, por que que vocês não reúnem e fazem essa reivindicação juntos?" E a partir daí, foi que iniciou esse movimento, [e aí] a Igreja veio, vieram os partidos políticos nos orientando como fazer corretamente as reivindicações.⁴

Bedê explica que o movimento dos sem-casa ao longo da década de 1980 e começo dos anos 1990 se dividia entre aqueles setores que eram ligados ao PC do B, que davam apoio à grandes mobilizações e ocupações; e entre aqueles influenciados pelo PT e pela Igreja Católica, cuja a abordagem focava nas parcerias institucionais (organizações governamentais ou não) e na formação das famílias, mas não nas ocupações.⁵ Demonstrando, portanto, compartimentação importante do movimento dos sem-casa, que, mais tarde, já dentro da produção de moradias por autogestão, vai contar, de um lado, com adeptos ao mutirão que era interpretado como uma proposta de participação e união, como realizado pelo grupo vinculado ao PT e à Igreja Católica; e, de outro, com aqueles que consideravam o mutirão problemático, como se verifica entre os membros e apoiadores do PC do B.

³ FREITAS, *Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*, 2015, p.126.

⁴ Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas em 30 de novembro de 2021, on-line. Considerar a mesma referência para as demais falas de Maria Auxiliadora.

⁵ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005.

As ocupações organizadas, que segundo Bedê se davam “em condições muito precárias e desumanas de desconforto térmico, insalubridade e promiscuidade”, assim como no contexto de São Paulo, até o início dos anos 1990, eram de fato a principal estratégia dos movimentos para pressionar a negociação de recursos junto ao poder público.⁶ Diferente das 900 famílias que a autora aponta em sua pesquisa,⁷ Toninho da FAMOBH, afirma que em 1993 existia um número muito superior nessas condições, segundo ele, cerca de 3.500 famílias residiriam em barracas de lona, ao que ele enumera as ocupações: “aqui você tinha o CBTU [...], o Novo Aarão Reis [...] o Mariquinhas, você tinha o Francisco, você tinha o pessoal lá do [...] Caetano Furquim, tinha o pessoal que tava dentro de uma pedra esperando o reassentamento”. Depoimentos coletados na pesquisa desta tese evidenciam que o PC do B estava à frente desse movimento de ocupação da década de 1980, cujo a tática era ocupar, negociar a conquista de loteamentos (muitos deles sem mesoestrutura mínima) junto da prefeitura para que então cada ocupante tivesse acesso à um lote individual. Nessas ocupações, como estratégia de visibilização da luta e também meio de sobrevivência, a principal tática era a do acampamento conformado por lonas pretas e já “dentro da lona o povo abria uma conta na loja de construção local e todo mês comprava um tiquinho de tijolo e ia montando as paredes no entorno da lona preta e aí depois fechava e tirava lona e tinha um cômodo, depois aí a construindo outro cômodo e assim ia”.⁸ As fotos coletadas durante a primeira fase da pesquisa ilustram bem a condição da população sem-casa antes da formulação da PMH (Figuras 47 a 50). Em seu depoimento Antônia conta como era a situação na prática e como isso resultou numa articulação com a Igreja Católica:

A maioria das pessoas ocupava terra, e essa ocupação de terra era uma coisa muito caótica. Morava, corria da polícia... à noite, aquele frio imenso, de dia, um calorão, imagina um calorão desse debaixo de lona. Então as pessoas começaram a perder os filhos, a desestruturar a família pra ter a possibilidade de ter uma unidade habitacional. E aí nessa época [...] os padres da Igreja [Católica] começaram a ficar impressionados com aquilo, a demanda era

⁶ Ibidem, p.215.

⁷ A partir de dados da URBEL e da SMHAB, Bedê expõe seis ocupações — Igreja São José, Praça Afonso Arinos, Av. Sarandi e áreas verdes dos conjuntos Paulo VI, Confisco e loteamento na Região do Barreiro — com o total de oito acampamentos, a saber: Floramar, Cachoeira, Mariquinhas, Zilah Spósito II, Pedreira II, Paulo VI, Confisco e Corumbiara (Ibidem).

⁸ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

muito grande, então a gente começou um movimento, lá em 93, nós começamos um movimento no [bairro] Betânia.

Já o diálogo que estabeleço com Maria Auxiliadora elucida os pontos críticos das ocupações e de seus desdobramentos para fortalecimento do grupo que veio a conformar o movimento de moradia em BH:

[Maria Auxiliadora]: [...] antes de vir pro conjunto eu morei numa parte do Fernão Dias num momento que a gente invadia [...] os locais e construía onde não tinha um dono aparentemente [...] foi onde o movimento se fortaleceu porque a gente construiu. [Mas] veio a polícia, tirou um grupo [...] e nessa tirada violenta eu tive um aborto por violência. Isso foi o que nos fortaleceu, porque a partir de então foram os grupos se unindo... do norte, do leste... e fizemos esse movimento que hoje já está meio que desfalecendo aí.

[Giselle]: Quanto tempo vocês passaram lá antes de a polícia desapropriá-los?

[Maria Auxiliadora]: Uns quatro meses.

[Giselle]: A ideia era que vocês morassem ou era mais para dar visibilidade para luta?

[Maria Auxiliadora]: Era morar mesmo. A gente não tinha moradia nossa... a gente vivia pagando aluguel nas vilas, então, esse local foi o primeiro local onde nós construímos, de fato, para morar.

[Giselle]: Como foi esse processo de construção e como era a casa em si?

[Maria Auxiliadora]: Dois cômodos, construídos com tijolos... desses tijolos de cimento, para ser uma construção rápida, juntava todo mundo, construía para um, abrigava naqueles espaços que ainda não tinham e, bem ao lado construía para o outro. Era já um início de mutirão. Porque era um grupo que construía e passava a construir a do outro.





na página anterior e ao lado

Figuras 47 e 48: Acampamentos de lona em BH

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, anos 1990

Figuras 49 e 50: Bairro Novo Aarão Reis

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, anos 1990

abaixo e na página seguinte





Contando com o amparo da Igreja Católica, especialmente, em decorrência da Campanha da Fraternidade de 1993,⁹ organizou-se um cadastro de famílias que demandavam moradia na cidade, promovendo, assim, alguma estruturação aos grupos que emergiram a partir da década de 1980. A ação foi uma iniciativa do Centro de Apoio ao Sem Casa (CASA), "uma espécie de pastoral de moradia".¹⁰ Fundado em 1993 e vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte, o CASA foi responsável pelo cadastro que deu origem aos *núcleos organizados de habitação*, formados por moradores que lutam por moradia no município.¹¹ O CASA também obteve número expressivo de doações com ampla divulgação da Campanha da Fraternidade em rádios.¹² No entanto, a vinculação da Igreja com o movimento não ficou restrita às doações e à divulgação da luta dos sem-casa. Segundo Geralda, uma das lideranças da ASCA, vice-presidente da associação e moradora do Villarégia, foram ofertados pela arquidiocese em parceria com o CASA vários cursos para a capacitação de lideranças. Esse é o caso de Antônia de Pádua, uma das principais lideranças articuladoras da produção autogestionária de moradias da 1ª geração. Seu depoimento aponta alguns aspectos de sua vinculação com a

⁹ Sob o título "Onde moras?", a Campanha da fraternidade de 1993 visibilizou a luta dos sem-casa na cidade.

¹⁰ BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.63.

¹¹ A lista dos núcleos cadastrados na URBEL até 2018 está disponível no Anexo A.

¹² Informações obtidas em pesquisa de campo realizada em 09 dez. 2019.

Igreja e conseqüente formação que contribuiu significativamente para as conquistas obtidas pelo movimento de moradia ao longo da década de 1990:

na época, [...] eu era uma das consagradas da Comunidade Missionária de Villarégia, que era uma comunidade que tinha chegado da Itália e que me deu muito apoio em um momento muito delicado da minha vida. Eu morava de aluguel, então as pessoas [no geral] estavam num momento complicado também de habitação, então Padre Henrique que era o coordenador lá da comunidade ele pediu que eu pudesse começar um movimento [de moradia]. Eu já trabalhava [...] [com a Igreja] e em 1993 foi quando eu conheci a Comunidade, com o pessoal lá da Vila Paraíso [que tinha ocupado uma área com] 32 famílias. [Mas antes] eu fazia era coisa de Igreja, eu era catequista de adultos e fazia um trabalho de encorajar as pessoas, e aí quando a gente começou esse movimento da ASCA eu tinha até muito medo na época, porque eu não tinha nenhuma disposição de morar debaixo de lona e aquele momento pedia isso, lona, ocupar terra, então assim, a gente nasceu com esse propósito [...]. Em 1993, eu fui chamada para trabalhar, pra coordenar o Centro de Apoio aos Sem Casa, enquanto uma situação remunerada, por quatro horas de trabalho, e a [...] naquela época eu trabalhava 24 horas e pagava aluguel, então tinha um desejo imenso que o movimento se desse bem e tudo.¹³

Além de contribuir para a organização dos sem-casa na cidade, a estratégia de formação vista nessa intervenção da Igreja Católica por meio do CASA impulsionou a criação da ASCA, associação protagonista na requisição de recursos para a produção autogestionária da 1ª geração. A ASCA obteve a partir do Orçamento Participativo (OP) os primeiros recursos para produção de moradias por autogestão na cidade e teve papel importante na criação do OPH. A atuação da Igreja Católica foi muito significativa ao longo da trajetória de atuação da ASCA, principalmente na primeira geração da produção habitacional autogestionária em que desempenhou papel fundamental no seu fortalecimento. Cleusa Nascimento, liderança e moradora do conjunto Itatiaia Serrano, outro conjunto dessa primeira geração, também enfatiza o canal de diálogo aberto pela Igreja aos movimentos de moradia ao dizer "a arquidiocese escancarou as portas pra gente".¹⁴

¹³ PÁDUA, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Antônia de Pádua, as exceções serão assinaladas.

¹⁴ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Itatiaia Serrano a partir do evento "Rolezinho da Autogestão" em 04 mai. 2019.

Contudo, a contribuição da Igreja Católica na mobilização geral dos sem-casa é questionada por parte do movimento de moradia de BH. Na visão de Ednéia Aparecida de Souza, do MNLM, a Igreja Católica não só desconsiderou a organização prévia do movimento, que existia desde a década de 1980, como, a partir de seu envolvimento, gerou conflitos e disputas internas a essa luta. Segundo a militante, com a nucleação proposta pelo CASA houve um esvaziamento das associações pré-existentes que demandavam mais do que apenas moradia. Segundo ela, desde o início das mobilizações havia o entendimento de que junto da casa era necessária a garantia do direito à cidade com acesso à mesoestrutura, serviços e equipamentos públicos, mas que esse cenário sofreu alterações quando o CASA se envolveu no processo. Nesse sentido, ao assumir a organização da luta popular, mesmo que bem-intencionada, a Igreja Católica pode ter contribuído para o enfraquecimento do movimento e mais tarde para o rebaixamento de suas conquistas, como bem exposto na fala de Ednéia:

A Igreja Católica veio muito forte com essa gestão popular, veio muito forte com o Patrus [então prefeito de BH]. E aí a Igreja Católica decidiu organizar o movimento de uma outra forma e propôs a nucleação dos movimentos... a gente já tava organizado, lutando há muito tempo, aí a Igreja propôs a nucleação, então o que aconteceu? Aquela associação de moradores... porque na época aí a maior parte absoluta [...] se organizava em associação de moradores, que fazia uma discussão muito mais ampla do direito à cidade do que que é a moradia desde aquela época... moradia pra gente *não era só parede, a gente queria a escola, o ônibus, a gente queria o asfalto, a água, a luz, então era muito mais do que só as paredes [...]* E nos grupos de moradia que foi criado... *aconteceu as disputas dentro das comunidades, porque na mesma comunidade você tinha uma associação que foi esvaziada porque as pessoas todas se interessavam pela moradia... as pessoas tendem a lutar por aquilo que mais incomoda elas e a falta da moradia incomoda muito.* Então, os núcleos encheram as associações esvaziaram... as associações enfraqueceram.¹⁵

Enquanto nos 1980 o cenário da população era dramático e os movimentos de moradia se organizavam a partir de duas formas distintas de atuação, que nem delimitado, no mesmo período, houve o estabelecimento do projeto neoliberal com

¹⁵ Palestra proferida em 19 de setembro de 2019 por Ednéia Aparecida de Souza no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Ednéia.

consequência direta ao baixo investimento em políticas públicas sociais pelo governo federal. Como consequência, Bedê aponta que as ações do poder público estadual nas áreas de vilas e favelas foram ao longo da década de 1980 descentralizadas e progressivamente substituídas por políticas públicas municipais. Para a autora, a descentralização da gestão pública teria sido favorável à atuação mais autônoma das administrações municipais ao permitir o fortalecimento de práticas democráticas e inovações com base na aprendizagem social. Mas, se por um lado essa atuação mais independente permitiu que mais tarde se viabilizasse a criação de novos modelos, como a proposta da produção autogestionária, e a ampliação dos investimentos em políticas públicas habitacionais locais, por outro, representou um período adverso, muito marcado pelo isolamento dos municípios.¹⁶

Dessa maneira, nos primeiros governos pós Constituição de 1988, os municípios tiveram que se responsabilizar pelos problemas habitacionais sem o respaldo ou articulação federal. Isso impactou não só restrição orçamentária como também pressão de setores econômicos locais e da sociedade em relação a atuação dessas gestões. Diante da pressão exercida pelos movimentos e o reconhecimento dos problemas inerentes aos territórios informais, criou-se no município de Belo Horizonte, em 1985, o PROFAVELA. Mais tarde, o Programa que atua na regularização fundiária e na urbanização dos assentamentos informais refletiu na criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).¹⁷

4.2.3. A construção da Política Municipal de Habitação e a agenda da autogestão

Já em 1993, favorecida não apenas pela criação da Constituição Federal de 1988, mas também por uma série de fatores,¹⁸ dentre os quais têm destaque a Lei Orgânica Municipal (1990), o grande apoio de militância política e as diversas mobilizações sociais, sobretudo do movimento de moradia, foi eleita a "Frente BH

¹⁶ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.63.

¹⁷ As ZEIS são um instrumento importante para delimitação dos assentamentos informais e também para previsão de áreas para habitações de interesse social na cidade.

¹⁸ A relembra, no contexto nacional, obteve-se importante conquista com a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), de 1987, e, a partir disso, da Emenda Popular da Reforma Urbana. Já o movimento de moradia contribuiu significativamente com a visibilização da pauta popular vinculada à criação de uma política habitacional de âmbito nacional a partir da coleta das quase 1 milhão de assinaturas do 1º PLIP.

Popular” para o governo de BH (1993 a 1996).¹⁹ Adiante da Prefeitura, Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores (PT), resgatou a agenda da reforma urbana. O programa progressista de governo de Patrus foi estruturado por quatro eixos principais: “o primeiro [...] trata da cidadania e da democracia; o segundo, [...] do direito à cidade e da justiça social; o terceiro [...] da geração e distribuição de renda; o quarto [...] da descentralização, transparência, modernização e participação na gestão administrativa”.²⁰ Sua proposta era portanto a de responder aos graves e urgentes problemas sociais da cidade, simplificar e democratizar os gastos públicos com a criação do Orçamento Participativo (OP) que possibilitaria participação popular de forma regionalizada.²¹

Bedê expõe que os governos do campo democrático popular, do qual a Frente BH Popular fazia parte, eram marcados por pontos convergentes com as demandas dos movimentos sociais, dentre eles: diálogo entre o Estado e a sociedade, proposto pela formulação de estratégias de participação popular (como o OP); forte presença da militância como parte de seu corpo técnico; prioridade de investimentos em campos desfavorecidos, como a luta dos sem-casa; mas também eram formados por políticas de aliança entre diversos partidos, o que posteriormente teve como consequência uma “guinada conservadora”.²² Diante desse quadro, foi pretendida em Belo Horizonte uma rearticulação da pauta sobre a questão urbana com foco na ampliação de processos democráticos e populares de produção do território. Buscando cumprir esses objetivos, criou-se o OP em 1993 e se concebeu e implantou a Política Municipal de Habitação de BH (PMH), de 1994, que mais adiante compreendeu a produção de moradias em regime de autogestão na cidade. Assim, mesmo com os escassos investimentos federais em políticas públicas habitacionais e diversos impedimentos de ordem político-econômica no âmbito municipal — problemas financeiros, corporativismo e inexperiência na prática administrativa —²³surgiu em BH, reflexo de um governo

¹⁹ A “Frente BH Popular” era composta pelos seguintes partidos políticos: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Verde (PV).

²⁰ BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.82.

²¹ BELO HORIZONTE, Memória do Orçamento Participativo 94 a 97, 1996.

²² Palestra proferida em 16 de setembro de 2016 por Mônica Bedê no Seminário de 25 anos da PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

²³ BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005.

popular, um contexto favorável, aberto às experiências com propósitos democráticos.

Tão logo assumiu administração municipal, a gestão da Frente BH Popular, objetivando dar suporte financeiro e organizativo para a elaboração e execução da PMH, atuou prioritariamente na reestruturação do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP),²⁴ na criação da URBEL e do Conselho Municipal de Habitação (CMH) (Quadro 5).²⁵ Com recursos provenientes de "dotações federais, estaduais e municipal, de financiamentos e da contribuição de pessoas físicas e jurídicas", o FMHP – revisado mas ainda vigente – previu o financiamento para "implantação de programas e projetos que atendam à população em precárias condições de habitação, que têm renda familiar de até cinco salários mínimos"²⁶, podendo servir então à urbanização de áreas de vilas e favelas, regularização fundiária, melhorias ou construção de unidades habitacionais, dentre outras situações. Já a URBEL, foi articulada como órgão público responsável pela concepção e cumprimento da PMH, enquanto que o CMH, com natureza participativa e deliberativa, passou a constituir "o canal de participação popular da sociedade nas questões relacionadas com moradia, cuja principal competência é analisar, discutir e aprovar os objetivos, as diretrizes e as prioridades da política municipal da habitação e de captação e aplicação de recursos".²⁷ Dessa maneira, a Frente BH Popular, conduzida por Patrus, previu a criação da PMH, cujo os recursos necessários à sua viabilização deveriam decorrer do FMH com gestão da URBEL sob fiscalização do CMH.

Quadro 5: Marcos Regulatórios da produção de moradias por Autogestão de BH

Fonte: Produzido por mim

nas páginas seguintes

²⁴ Amparado pela Lei nº 517/55 o Fundo existe desde 1955, contudo, a Lei no 6326/93 previu nova regulamentação com vinculação à questão de provisão de moradias para população de baixa renda.

²⁵ A partir da aprovação dos seguintes marcos regulatórios: Lei Nº6.326/93, de 18 de janeiro de 1993, do Decreto nº7613 de 1993 e Lei nº6508/94, respectivamente. Todos os principais marcos regulatórios que deram suporte à produção autogestionária em BH em suas duas gerações estão sistematizados na tabela exposta na Figura 55.

²⁶ BELO HORIZONTE, Lei nº6326 de 18 de janeiro de 1993,1993, on-line.

²⁷ BELO HORIZONTE, Lei nº 6508 de 12 de janeiro de 1994, 1994, on-line.

MARCOS REGULATÓRIOS DA PRODUÇÃO DE MORADIAS POR AUTOGESTÃO DE BH					
Instrumento	Data	Descrição	Principais pontos	Situação atual	Revisões e Substituições
Lei n°6326	18 de janeiro de 1993	Dá nova regulamentação ao Fundo Municipal de Habitação Popular e dá outras providências	(1) O Fundo dá suporte financeiro à implantação da política habitacional, ou seja, financia a implantação de programas e projetos que atendam à população em precárias condições de habitação com renda familiar de até cinco salários mínimos. (2) Os recursos do Fundo serão aplicados em: -urbanização de vilas e favelas; -construção ou recuperação de unidades habitacionais; -urbanização de lotes; -aquisição de imóveis destinados a programas habitacionais de interesse social; -melhoria de habitações coletivas; -regularização fundiária; - serviços de assistência técnica e jurídica; -apoio técnico e material; -ampliação e melhoria das unidades habitacionais; (3) Os recursos do Fundo Municipal são oriundos de dotações federais, estaduais e municipal, de financiamentos e da contribuição de pessoas físicas e jurídicas.	Vigente com revisões	-Lei n° 9040/2005 -Lei n° 8641/2003 -Lei n° 10.887/2015 -Lei n° 11.148/2019
Decreto n°7613	08 de junho de 1993	Dispõe sobre a regulamentação da Lei n° 6.326, de 19 de janeiro de 1993.	(1) A URBEL é a entidade pública encarregada da elaboração e execução da Política Habitacional do Município, sendo, o órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP).	Revogado	Não se aplica
Lei n°6508/94	12 de janeiro de 1994	Cria o Conselho Municipal de Habitação (CMH) e dá outras providências	(1) Há caráter deliberativo acerca das políticas, planos e programas para a produção de moradia e de curadoria dos recursos do fundo habitacional. (2) O Conselho é constituído de 20 membros com mandato de 2 anos, sendo nove do Poder Executivo; seis de entidades do movimento popular; três vinculados à produção de moradia (empresários, universidades e profissionais liberais) e dois da Câmara Municipal . (3) O Conselho Municipal de Habitação é o canal de participação popular da sociedade nas questões relacionadas com moradia, cuja principal competência é analisar, discutir e aprovar os objetivos, as diretrizes e as prioridades da política municipal da habitação e de captação e aplicação de recursos.	Vigente com revisões	-Lei n° 7379/1997
Resolução n°II do Conselho Municipal de Habitação	1 de dezembro de 1994	Aprova a Política Habitacional para o Município de Belo Horizonte	Diretrizes gerais: (1) promover o acesso à terra e à moradia digna para os habitantes da cidade; (2)promover processos democráticos na formulação e implementação da política habitacional; (3) utilizar processos tecnológicos que garantam maior qualidade e menor custo da habitação; (4) priorizar formas de atuação que propiciem a geração de emprego e renda; (5) assegurar a vinculação da política habitacional com a política urbana. Linhas de atuação: (1) programa de produção de lotes urbanizados (2) programa de produção de conjuntos habitacionais. Das formas de gestão: (1) I-gestão pública; II-co-gestao;III-auto-gestão; (2) A gestão pública consiste na forma de gestão onde o poder público gerencia todo o processo de produção do programa habitacional, incluindo a compra de área, a elaboração dos projetos, a execução das obras e serviços e o acompanhamento pós ocupação. É repassado aos beneficiados o produto final. (3) A co-gestão consiste na forma de gestão onde há uma divisão das atribuições de gerenciamento do processo de produção do programa habitacional entre o poder público e o movimento popular organizado. São repassados aos beneficiários os insumos (material de construção). (4) A auto-gestão consiste na forma de gestão onde o movimento popular organizado gerencia todo o processo de produção do programa habitacional. São repassados aos beneficiários os recursos necessários ao investimento; (5) Deverá ser estimulada a auto-gestão no processo de produção dos programas habitacionais. Das disposições finais: (1) A unidade habitacional produzida pela Política Municipal de Habitação será transferida definitivamente ao beneficiário, por meio de escritura pública ou outro instrumento admitido pela legislação, após a regularização do empreendimento e a quitação do financiamento, se for o caso.	Revogada e substituída	Resolução n.º LII do CMH/2018
Resolução n°III	08 de fevereiro de 1996	Estabelece normas para o financiamento e concessão de subsídios aos beneficiários dos programas habitacionais desenvolvidos com recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular	(1) O valor de financiamento será individualizado por família beneficiária, observadas as especificidades do benefício. (2) Financiamentos concedidos com prazo de duração máximo de 216 meses (18 anos). (3) Taxa de juros nominais e variáveis de 3 (três) a 6 (seis) por cento ao ano. (4) Não pode comprometer mais de 30% da renda familiar. (5) Considera-se para a verificação da renda a soma da renda de todos os integrantes da família acima de 16 anos. (6) Os contratos de financiamento poderão ser transferidos para terceiros após prazo mínimo de 60 meses, desde que o novo beneficiário se enquadre nos critérios para concessão de financiamento com recursos do Fundo. (7) É possível quitar o saldo devedor parcial ou totalmente antes do prazo final.	Revogada	Não se aplica
Resolução n°IV	19 de agosto de 1996	Aprova os procedimentos para a operacionalização do processo de produção de moradias por meio do processo de produção de conjuntos habitacionais por autogestão, no âmbito da Política de Habitação	Objetivos: (1) O processo de produção de moradias por autogestão visa o estabelecimento de uma forma de produção de moradias. (2) destinado à população com renda até 5 salários mínimos, organizada em grupos, responsáveis pelo planejamento e execução dos projetos e obras necessárias à sua implantação, inclusive, no que diz respeito à administração financeira do empreendimento. (3) Destina-se à produção de loteamentos ou conjuntos habitacionais. Critérios para a participação no processo de produção de moradias por autogestão: (1) A composição de grupo legalmente organizado em associação, cooperativa, condomínio, movimento por moradia ou outras formas; previstas em lei; (2) O empreendimento possuir no máximo 300 unidades e o mínimo que o viabilize economicamente (3) Não Ter sido contemplado por ações similares promovidas pela URBEL ou outras instituições públicas nos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte; (4) Os membros do grupo não possuírem outro imóvel de sua propriedade na região metropolitana de Belo Horizonte. (5) Apresentação de ata de assembleia geral do grupo associado declarando adesão ao processo de autogestão. Das atribuições dos participantes: (1) URBEL-agente operador; Grupo associado- agente executor; Assessoria técnica-agente de assessoria técnica; Associado- participante do grupo associado. Limites operacionais: (1) O custo da Unidade Habitacional estará limitado a R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), considerando inclusive os custos indiretos, o terreno e sua infraestrutura, observados parâmetros técnicos que justifiquem o orçamento apresentado.	Revogada	Não se aplica
Resolução n°VII	Agosto de 1996	Aprova planilha de composição de custos, para padronização da metodologia de apuração dos custos dos empreendimentos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal de Habitação Popula (FMHP) pela Urbel	(1) Apresenta planilha de composição de custos; (2) O valor dos empreendimentos financiados pelo FMHP será resultado da soma de todos os itens da Planilha de Composição de Custos. (3) A planilha contempla os valores de: terreno; sondagens e prospecções; estudos; projetos urbanísticos; projetos das unidades habitacionais; obras de urbanismo; obras das unidades habitacionais; obras de equipamentos urbanos; acompanhamento e fiscalização do projeto; acompanhamento e fiscalização da obra; legalização do empreendimento e outros custos do empreendimento a serem especificados.	Revogada	Não se aplica
Resolução n°I	1 de agosto de 1996	Aprova Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação atendendo ao disposto no artigo 13 da Lei n° 6.508/94	Do funcionamento do Conselho: (1) O Conselho terá reuniões ordinárias uma vez por mês; Da organização: (1) O Conselho será formado por membros; (2) O Conselho Municipal de Habitação realizará plenárias abertas de esclarecimentos à população, sobre matérias objeto de suas deliberações, no mínimo 2 (duas) vezes por ano.	Vigente	Não se aplica

Resolução n°VIII	Agosto de 1996	Estabelece normas para o enquadramento dos projetos habitacionais concluídos ou em desenvolvimento pela URBEL com recursos do Fundo Agosto de 1996 143 Municipal de Habitação Popular nas condições de financiamento estabelecidas pela Resolução III de 8 de Fevereiro de 1996 e dá outras providências.	<p>(1) Resolve acerca dos valores máximos, por família, e dos prazos de financiamento e carência dos projetos concluídos ou em desenvolvimento com recursos do Fundo Municipal de Habitação.</p> <p>(2) Projetos concluídos: -Esperança (R\$12.600,00); -Milionários (R\$14.500,00); -Goiania (R\$13.000,00); -Ipiranga (R\$13.500,00); -Zilah Sposito-P1 (R\$9.000,00); -Mariquinhas (R\$2.000,00); -Floramir (R\$2.000,00); -Confisco (R\$2.000,00).</p> <p>(3) Projetos em desenvolvimento: -Havaí (R\$13.000,00); -Formosa (R\$13.500,00); -Visconde do Rio Branco (R\$14.000,00); -Lagoa (R\$10.000,00); -Tirol (R\$11.000,00); -Vista Alegre (R\$11.000,00); -Zilah Sposito-P2 (R\$2.000,00); -Urucuia (R\$13.000,00); -Dom Silvério (R\$13.000,00).</p> <p>(4) Lotes Urbanizados: -São Gabriel (R\$3.000,00); -Serrano (R\$2.000,00); -Pongelupe (R\$4.000,00).</p>	Vigente	Não se aplica
Lei n° 716	27 de agosto de 1996	Institui o plano diretor do município de Belo Horizonte	<p>Diretrizes da política habitacional: (1) delimitar áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social; (2) priorizar a inclusão em programas habitacionais das famílias comprovadamente residentes no Município há pelo menos dois anos; (Redação dada pela Lei n° 8137/2000); (3) elaborar planos urbanísticos globais, de integração à malha urbana, das áreas sujeitas a programas habitacionais destinados à população de baixa renda; (4) promover a implantação de planos, programas e projetos, por meio de cooperativas ou associações habitacionais, com utilização do processo de autogestão e capacitação por meio de assessorias técnicas; (Redação dada pela Lei n° 8137/2000) (5) incentivar, por normas diferenciadas na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, a implantação de programas habitacionais pela iniciativa privada; (6) promover o reassentamento, preferencialmente em área próxima ao local de origem, dos moradores das áreas de risco e das destinadas a projetos de interesse público ou dos desalojados por motivo de calamidade; (7) incentivar a inclusão de novas áreas entre as reservadas para programas habitacionais; (8) estimular formas consorciadas de produção de moradias populares, inclusive verticais, com a participação do Poder Público e da iniciativa privada; (9) promover a participação da população interessada na formulação e no desenvolvimento de programas habitacionais e de regularização fundiária; (10) possibilitar, por meio de programas específicos a serem definidos em lei, a melhoria do padrão das edificações nos programas habitacionais destinados à população de baixa renda; (11) promover o acesso à terra e à moradia digna para os habitantes da cidade, em especial os de baixa renda; (12) possibilitar a melhoria do padrão das edificações nos programas habitacionais destinados à população de baixa renda;</p> <p>(13) considerar os indicadores de conforto e sustentabilidade ambiental nos programas habitacionais; (14) utilizar processos tecnológicos que garantam maior qualidade e menor custo da habitação;(Redação dada pela Lei n° 8137/2000) (15) articular, em nível metropolitano, o planejamento das ações relativas à política habitacional, objetivando a busca de soluções para problemas comuns ligados à habitação, sobretudo nas áreas conurbadas; (Redação dada pela Lei n° 8137/2000) (16) assegurar a articulação da política habitacional com a política urbana, considerando suas diversas políticas setoriais;(Redação dada pela Lei n° 8137/2000) (17) estimular a realização de parcerias entre o poder público e sociedade civil na implementação da política habitacional;(Redação dada pela Lei n° 8137/2000) (18) promover a construção de moradias, com características de adaptabilidade às condições de acessibilidade ambiental de pessoas com mobilidade reduzida, sem que isso implique em qualquer reserva percentual das unidades habitacionais (Redação acrescida pela Lei n° 8137/2000)</p> <p>Diretrizes para programas habitacionais referentes a novos assentamentos: (1) promoção do assentamento da população de baixa renda em lotes já urbanizados, preferencialmente em áreas próximas à origem da demanda; (Redação dada pela Lei n° 8137/2000) (2) utilização preferencial de pequenas áreas inseridas na malha urbana, dotadas de infra-estrutura básica e de equipamentos comunitários; (3) priorização de conjuntos com até 150 (cento e cinquenta) unidades, preferencialmente próximos à origem da demanda; (4) utilização preferencial de áreas cujo padrão das edificações seja compatível com o das já instaladas. (5) regularização fundiária obrigatória na implantação dos novos assentamentos. (Redação acrescida pela Lei n° 8137/2000)</p>	Revogada e substituída	Lei n° 11181/2019
Resolução CCFDS n° 93	28 de abril de 2004	Cria o Programa Crédito Solidário voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizados em cooperativas ou associações com fins habitacionais	<p>Objetivos do Programa: (1) Conceder financiamento ao beneficiário final, adquirentes ou proprietários de habitações ou lotes, nas modalidades: -aquisição de material de construção; -aquisição de terreno e construção; -construção em terreno próprio; -conclusão, ampliação e reforma de unidade habitacional; -aquisição de unidade construída com habite-se de até 180 dias. (Alínea acrescentada pela Resolução CCFDS n° 102, de 23.11.2005, DOU 24.11.2005)</p> <p>Público alvo: (1) Famílias com renda bruta de até R\$ 1.050,00, admitindo-se o atendimento à famílias com renda entre R\$ 1.050,01 e R\$ 1.750,00. (Redação dada ao item pela Resolução CCFDS n° 112, de 09.01.2007, DOU 11.01.2007).</p> <p>Formas de atuação: (1) As formas de execução das obras serão de livre escolha pelos contratantes e usuários do crédito, sempre supervisionadas por assistência técnica, entre as seguintes alternativas: -autoconstrução, pelos próprios contratantes; -sistema de auto-ajuda ou mutirão; e -administração direta, com contratação de profissionais ou empresas para execução de serviços que demandem maior especialização.</p> <p>Alcance do programa: (1) Áreas urbanas e rurais em todo território nacional, observados os requisitos que serão regulamentados pelo gestor da aplicação.</p> <p>Participantes: (1) o Ministério das Cidades, na qualidade de gestor das aplicações do FDS; (2) a Caixa Econômica Federal-CEF, na qualidade de agente operador do FDS; (3) os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal - DF, Companhias de Habitação Popular - COHAB e assemelhados, cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades da sociedade civil como fomentadores/facilitadores dos empreendimentos, com atribuições de congregar, organizar e apoiar famílias no desenvolvimento de cada uma das etapas dos projetos voltados para a solução dos seus problemas habitacionais; (Redação dada à alínea pela Resolução CCFDS n° 102, de 23.11.2005, DOU 24.11.2005) (4) as instituições credenciadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN para atuarem como agentes financeiros e aquelas integrantes do SFH; (5) as empresas privadas do setor de construção civil, na qualidade de executoras das obras e serviços; (6) os outros órgãos/entidades, que a critério dos proponentes possam contribuir para realização dos objetivos do(s) projeto(s) e venham a ser nele(s) admitido(s), nas condições e com atribuições definidas em cada caso.</p> <p>Composição do investimento: (1) aquisição de terreno; aquisição de material de construção para edificação e instalações; e mão de obra.</p> <p>Limites: (1) quantidade de unidades do empreendimento: até 100 unidades habitacionais, podendo ser acrescidas a critério do gestor da aplicação; (2) Valor de financiamento unitário de até R\$ 12.000,00, podendo ser acrescido em até 150% (cento e cinquenta por cento) para o Distrito Federal e para os municípios integrantes das Regiões Metropolitanas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Belo Horizonte; em até 100% (cem por cento) para os municípios integrantes das demais regiões metropolitanas e em até 50% (cinquenta por cento) nos municípios com população superior a 50 mil habitantes. (3) Os valores de financiamento na modalidade Conclusão, Ampliação e Reforma são de até R\$ 7.500,00 para municípios com até 50 mil habitantes e Áreas Rurais e de até R\$ 10.000,00 para todos os demais. (Redação dada ao item pela Resolução CCFDS n° 112, de 09.01.2007, DOU 11.01.2007)</p> <p>Financiamento do agente financeiro aos beneficiários finais: -Quota: limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do valor de investimento; -Contrapartida do mutirão: mínima de 5% do valor do investimento habitacional, que poderá ser integralizada com recursos próprios, com itens do investimento não financiados com recursos do FDS; -Taxa de juros: dispensada a cobrança de juros; -Prazo de carência: o previsto para execução das obras, limitado a 12 (doze) meses, contados da data de contratação do financiamento, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, a critério do Agente Operador; (Redação dada à alínea pela Resolução CCFDS n° 111, de 09.01.2007, DOU 11.01.2007). -Prazo de operação: até 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, constituído por prazo de amortização limitado a 240 (duzentos e quarenta) meses mais prazo de carência; (Redação dada à alínea pela Resolução CCFDS n° 111, de 09.01.2007, DOU 11.01.2007). -Comprometimento de renda: até 25% da renda familiar bruta apurada, limitada ainda à capacidade de pagamento do mutuário calculada pelo Agente Financeiro; -Desembolsos: os recursos serão liberados em parcela única ou, mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido contratualmente com base no relatório técnico de acompanhamento de obras emitido pelo Agente Financeiro. As liberações mensais podem ser antecipadas mediante comprovação da execução da etapa prevista no cronograma físico-financeiro quando da liberação da parcela seguinte;</p>	Revogada e substituída	Resolução CCFDS n° 121 de 09/01/2008

<p>Resolução n°XXII</p>	<p>10 de novembro de 2011</p>	<p>Estabelece normas e critérios para a transferência de unidades habitacionais produzidas no âmbito da Política Municipal de Habitação do município de Belo Horizonte destinadas ao público do Orçamento Participativo da Habitação</p>	<p>(1) Na intervenção para a transferência das unidades habitacionais e suas frações ideais serão observados os seguintes critérios: - o vendedor deverá ter cumprido o prazo de carência estabelecido no Termo de Cessão de Uso firmado com o Município; - o adquirente não poderá possuir outro imóvel e deverá comprovar que reside efetivamente no município há mais de dois anos; - o imóvel adquirido deverá ser utilizado para fins de moradia; - o adquirente deverá comprovar renda familiar adequada aos critérios da Política Municipal de Habitação; - o adquirente não pode ter sido contemplado anteriormente em Programas do Sistema Municipal de Habitação. (2) Não poderão usufruir da intervenção as famílias proprietárias que edificaram garagens, trailers, muros, etc. em áreas comuns, até que sejam demolidas às suas próprias expensas as edificações irregulares. (3) A intervenção nas vendas das unidades habitacionais produzidas no âmbito do OPH será deferida prioritariamente para: -Famílias vinculadas às entidades do Movimento Popular por Moradia; - Famílias incluídas no CADÚNICO com renda entre 0 a 03 salários mínimos.</p>	<p>Vigente com revisões</p>	<p>- Resolução n° XXXV do CMH/2015 -Resolução n° LV do CMH/2019</p>
<p>Resolução n°XXXIII</p>	<p>12 de dezembro de 2013</p>	<p>Estabelece normas para o financiamento habitacional e a concessão de subsídios aos beneficiários do Orçamento Participativo da Habitação e dá outras providências.</p>	<p>(1) Regulamenta o financiamento de unidades habitacionais destinadas às famílias provenientes do Orçamento Participativo da Habitação; (2) Aplica-se às unidades habitacionais construídas e a construir com recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular – FMHP – para o Orçamento Participativo da Habitação, não vinculadas a outros programas que possuam regras de financiamento próprio.</p> <p>Do financiamento: (1) O valor do imóvel a ser financiado corresponderá à soma de todos os itens da Planilha de Composição de Custos do empreendimento, atualizados monetariamente até a data da assinatura do Contrato de Financiamento ou do Termo de Permissão de Uso a Título Oneroso, conforme determina a Resolução VII do Conselho Municipal de Habitação ou aquela que venha a substituí-la. (2) O pagamento do financiamento será realizado em 120 parcelas mensais. (3) O valor mínimo admitido da prestação será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).</p> <p>Da transferência de titularidade do contrato: (1) O beneficiário original não poderá vender, trocar, doar, alugar, emprestar ou ceder, a qualquer título, no todo ou em parte, o direito ou a unidade habitacional, conforme o caso, durante o prazo de 24 meses, contados da entrega das chaves. (redação dada pela Resolução LV do Conselho Municipal de Habitação de 08 de Agosto de 2019). (2) Após o decurso do prazo de que trata o caput deste artigo, o beneficiário poderá transferir o imóvel desde que realize previamente o procedimento de intervenção, nos termos da Resolução XXII do Conselho Municipal de Habitação ou daquela que venha a substituí-la. Conjuntos e nº de unidades habitacionais considerados no Anexo I (relacionado às disposições transitórias): -Deuslene (50); Dom Silvério I (55); Dom Silvério II (16); Fernão Dias (144); Havaí (36); Itatiaia Serrano (192); São Tomas I (16); Tirol (280); Uruçuaia (202); Villarégia I (23); Villarégia II (57); Vista Alegre I (67); Vitória I (48).</p>	<p>Vigente com revisões</p>	<p>Resolução n° XLIII, de 16 de junho de 2016 -Resolução n° LV do CMH/2019</p>
<p>Resolução n°LII</p>	<p>13 de dezembro de 2018</p>	<p>Dispõe sobre a estrutura geral da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte.</p>	<p>Considera-se: (1) Habitação digna: moradia segura, funcional e com boas condições de salubridade inserida no contexto urbano em área bem localizada, ou seja, provida de infraestrutura e serviços urbanos básicos, equipamentos e serviços sociais básicos, com segurança na posse, de custo acessível e com oferta de oportunidades de trabalho; (2) Déficit Habitacional: conjunto de situações que implicam necessidade de provisão de moradias por meio de produção (construção ou requalificação), aquisição ou locação de unidades habitacionais, englobando os seguintes componentes: -domicílios precários; -domicílios rústicos (sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada); -coabitação; -ônus excessivo com aluguel; -adensamento excessivo de domicílios alugados. (3) Assentamentos de interesse social: assentamentos constituídos predominantemente por famílias de baixa renda, dividindo-se nas seguintes tipologias: -Vilas e favelas; -Loteamentos implantados pelo poder público; -Conjuntos Habitacionais implantados pelo poder público; -Loteamentos privados irregulares; -Ocupações Organizadas; -Cortiços; -Povos e Comunidades tradicionais. (4) Movimento por moradia: grupo de pessoas organizadas que atuam de forma constante e sistemática em busca do direito à habitação digna, seja por meio da luta institucional, seja por meio da ação direta; (5) Assistência Técnica: atuação conduzida sob premissas estabelecidas pelo campo técnico, de forma a adequar e enquadrar as demandas habitacionais das famílias atendidas aos critérios pré-definidos para a intervenção; (6) Assessoria técnica: atuação que visa apoiar as famílias no atendimento de suas demandas habitacionais, com orientações técnicas urbanísticas, sociais e jurídicas de forma a propiciar a autonomia na tomada de decisão e qualificação da intervenção;</p> <p>Das diretrizes gerais: (1) Promover universalmente o acesso à habitação digna para os habitantes da cidade, com prioridade para a população de baixa renda; (2) Promover e aprimorar a participação da sociedade civil e dos movimentos por moradia na formulação e implementação da PMH; (3) Implementar mecanismos que propiciem a permanência e a segurança de posse das famílias de baixa renda nos empreendimentos habitacionais de interesse social e nos assentamentos de interesse social; (4) Diversificar as tipologias habitacionais e de infraestrutura urbana, otimizando o uso do solo urbano, adequando o atendimento à topografia e às diferentes composições familiares, viabilizando maior qualidade da moradia aliada ao menor custo e articulando o uso habitacional com outros usos; (5) Qualificar o trabalho social, de modo a promover a efetivação dos direitos sociais e a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens, equipamentos e serviços oferecidos, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias e a sustentabilidade das intervenções; (6) Priorizar formas de atuação que propiciem a geração de trabalho e renda; (7) Estimular a adoção da autogestão em todas as linhas programáticas da PMH visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações, cooperativas habitacionais ou outras organizações da sociedade civil; (8) Promover uma política de financiamento e concessão de subsídios com recursos do FMHP que considere o nível de renda e a capacidade de pagamento das famílias, bem como o público elegível dos programas; (9) Reconhecer a existência de um mercado informal de moradia nos assentamentos de interesse social e estabelecer formas de atuação para minimizar os impactos negativos deste processo em relação às famílias da PMH;</p> <p>Das linhas programáticas : (1) Provisão Habitacional; (2) Intervenção em Assentamentos de Interesse Social; (3) Assistência e Assessoria Técnica.</p> <p>Das formas de gestão: (1) Gestão Pública: o Poder Público gerencia a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação; (2) Gestão por Organizações da Sociedade Civil: estas gerenciam a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação; (3) Gestão Privada: empresas ou outras instituições do setor privado gerenciam a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação; (4) Autogestão: os beneficiários, reunidos em movimento por moradia, gerenciam a maior parte ou a totalidade dos processos inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação; (5) Cogestão: há uma divisão das atribuições inerentes à instalação e/ ou operação de uma dada ação entre o Poder Público, Organizações da Sociedade Civil, movimentos por moradia e/ou empresas privadas.</p> <p>Da linha programática provisão habitacional: (1) Serão atendidas as famílias que: -Tenham, prioritariamente, renda de até cinco salários mínimos; - Residam no município há mais de dois anos; - Não possuam propriedade ou posse de imóvel; - Não tenham recebido atendimento de tipo definitivo de políticas habitacionais públicas. (2) São diretrizes específicas da Linha Programática Provisão Habitacional: - Atuar de modo articulado com os instrumentos indutores da função social da propriedade, associando a provisão habitacional ao enfrentamento da ociosidade imobiliária e fundiária, sobretudo nas áreas mais centrais, dotadas de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e com oferta expressiva de emprego; - Utilizar sempre que possível, quando houver construção de novas unidades, áreas de pequeno a médio porte, inseridas na malha urbana, já dotadas de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, bem como próximas à origem da demanda; - Valorizar os usos mistos e a pluralidade de perfis sociais na ocupação do solo nas diversas áreas da cidade; - Promover obrigatoriamente a regularização fundiária das unidades habitacionais produzidas; - Adotar tipologias diversificadas de parcelamento e edificações na provisão habitacional, contemplando tamanhos e localizações diferenciadas de unidades habitacionais, de acordo com a composição e necessidades das famílias beneficiadas.</p>	<p>Vigente</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>Resolução n°LV</p>	<p>08 de agosto de 2019</p>	<p>Estabelece o Programa de Quitação Voluntária do Financiamento de Unidades Habitacionais destinadas às famílias provenientes do Orçamento Participativo da Habitação.</p>	<p>(1) Aplica-se às unidades habitacionais construídas com recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular – FMHP – no âmbito do Orçamento Participativo da Habitação, não vinculadas a outros programas que possuam regras de financiamento próprio. (2) O Programa de Quitação Voluntária se dará somente por meio da adesão do beneficiário titular adimplente, nos seguintes termos: -O beneficiário poderá obter o desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o saldo devedor financiado, a ser pago em parcela única à vista. -O beneficiário que realizar o pagamento de uma parcela corrente e concomitantemente o pagamento antecipado da subsequente, fará jus ao abatimento de duas parcelas vencidas a contar de maneira decrescente do final do contrato. (3) O beneficiário inadimplente só poderá aderir ao Programa de Quitação Voluntária após a quitação das prestações vencidas. (4) Para o Contrato de Financiamento/Termo de Permissão de Uso Oneroso com mais de 120 meses de vigência, estando portanto já finalizado na data de publicação desta Resolução, será concedido o desconto de 40% (quarenta por cento) sobre as parcelas vencidas.</p>	<p>Vigente</p>	<p>Não se aplica</p>

A partir da contribuição de diversos agentes, dentre eles técnicos da USINA,¹ e da ampla participação dos movimentos populares, a primeira discussão encampada pela URBEL foi a da criação do SMH. Segundo Bedê, a articulação da população para conceber tanto o SMH quanto da PMH foi possível graças à criação de instâncias informais de participação – nos denominados “Fórum de Entidades Gerais”, “Fórum de Vilas e Favelas” e ‘Fórum dos Sem Casa” – que deram início imediato da atuação da URBEL junto aos movimentos de favelas e dos sem-casa.² Nesse sentido é que foi pensada a reestruturação do referido FMHP para destinar recursos necessários à política habitacional, considerado à época como elemento primordial à viabilização da proposta. Denise,³ Diretora da URBEL quando da criação da PMH, afirma que essa política foi de fato construída juntamente com esses movimentos e graças ao estabelecimento dos espaços dos fóruns do CMH:

já tinha um fundo [FMH] quando nós entramos, e a gente constituiu o Conselho Municipal de Habitação, foi feita a lei, passou na Câmara, foi aprovada a lei e aí foi votado o conselho. E essas entidades gerais todas participavam desse processo, então a gente tinha uma ligação muito estreita com aqueles movimentos. [...] A gente fazia reuniões de vilas e favelas, a gente reunia com o pessoal, tinha um fórum permanente de vilas e favelas, do movimento sem-casa a mesma coisa, não era uma questão só na época do OP, era uma questão mais permanente. Eu acho que foi um processo muito rico. E aí pegando não só o movimento de luta por moradia, mas pegando de uma maneira geral, e também pegando experiências de técnicos, de pessoas que tinham tido, até em outras administrações, e ouvindo outras experiências, a gente conseguiu, com a participação de todo mundo, vamos dizer assim, constituir uma política habitacional, naquele momento.⁴

Sobre o Fundo, Gustavo, ex-assessor técnico social de conjuntos autogestionários da primeira e segunda gerações e morador do Villarégia, menciona que em Minas

¹ Bedê expõe que além da USINA contaram com apoio e a troca de experiência de outros grupos, principalmente paulistas, experientes em gestões democráticas para a formulação da PMH, dentre eles o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (USINA CTAH). (BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005).

² Dentre eles: CASA; FAMOBH; Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL); Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos (FAVIFACO) (BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005).

³ Visando preservar a identidade dos entrevistados, são adotados nomes fictícios para os relatos coletados pela Rede de Pesquisa PROGEST.

⁴ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

Gerais, sob influência da iniciativa de São Paulo, pensou-se na destinação de 1% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para abastecimento do FMHP.⁵ Essa proposta, uma saída para obtenção de recursos de moradia, tinha iniciativa inspirada pelo já citado Fundo uruguaio. Mas, na prática, apenas São Paulo chegou a implantar tal proposta.⁶ Por sua vez, Ednéia, ao enumerar diversos gargalos já na origem da PMH, a meu ver que até hoje impactariam negativamente a luta dos movimentos por moradia da cidade, menciona a falta de recursos destinados ao FMHP, para ela, um “fundo falso”, como se elucida nessa fala:

Nessa época a gente [o movimento] tava tão entusiasmado com a novidade... com a possibilidade de melhorar a qualidade de vida, de conversar com o gestor público ... receber o gestor público lá na favela, lá onde a gente morava, todo mundo muito entusiasmado que nós deixamos passar uma coisa batida, que assim... não deveria. Nós discutimos todo o Sistema de Habitação, mudamos as regras do Fundo Municipal de Habitação que já existia, já estava formado desde 1955... a gente colocou o caráter social nele, que ele não produzia casa pra pobre, né? Mas a gente esqueceu de vincular recurso pra ele... ninguém discutiu isso, ninguém discutiu recurso. *Criamos um Fundo sem dinheiro pra fazer a Política Habitacional...o fundo falso*, esse foi o primeiro problema.

Centrando olhar apenas nas colocações de Ednéia seria possível entender que o movimento estivesse tão inebriado pelas possibilidades de conquistas advindas da abertura de diálogo com o poder público, algo de fato inédito até aquele momento, que tivesse se esquecido de algo com importância fundamental como os recursos para implantação da política. Mas Bedê aprofunda a descrição do cenário de formulação do SMH ao esclarecer que o Fundo se apresentava inicialmente tal como na forma de funcionamento das cooperativas de habitação do Uruguai. Ou seja, ele foi pensado como um instrumento articulador do SMH ao

⁵ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 12 jan. 2019. Considerar a mesma referência para as demais falas do morador.

⁶ “O governo paulista logrou, em 1989, aprovar uma lei na Assembleia Legislativa que aumentava o ICMS em 1%, com objetivo de criar uma fonte constante e livre para aplicação em habitação popular. Isto permitiu que a Companhia Habitacional Estadual (CDHU) elaborasse uma política própria, abrangendo programas, mecanismos de comercialização e formas de subsídios próprios. Os recursos oriundos do ICMS têm permitido desde então um aporte constante e extremamente significativo para a produção de habitações de interesse social naquele estado” (AZEVEDO, Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. 2007, p. 29).

concentrar todos os recursos necessários para garantia e viabilização da política pública habitacional de BH. Além disso, como coloquei antes, a proposta contemplava a URBEL como agente operador, ou seja, gestora do Fundo, proponente e responsável pela PMH e o CMH como agente deliberativo. Já como agentes executores estavam previstas as associações, cooperativas e demais organizações sob supervisão da URBEL, que, dentre outros aspectos, visavam a garantia da produção autogestionária. No referido plano também foram consideradas assessorias técnicas para atuação próxima aos executores. Com vários pontos convergentes a uma gestão democrático-popular, Bedê afirma que não esperava encontrar impedimentos a sua aprovação na administração da Frente BH Popular, contudo:

Essa proposta passou por uma análise do governo, da Frente BH Popular, e 'levou bomba' e quando ela foi aprovada, como projeto de lei, tinha sido profundamente alterada em relação à proposta original. O projeto de lei foi esvaziado daquele caráter do sistema [SMH]. Ele [projeto de lei aprovado nº6508/94] simplesmente pontuava alguns elementos que compunham a gestão da política habitacional e o Conselho [Municipal de Habitação] veio com uma representação majoritária do poder público, sendo que na proposta original era composição majoritária da sociedade civil.⁷

A essa situação Bedê denomina um golpe da realidade, ou, "um susto tomado dentro do próprio governo".⁸ Essa situação foi tratada também por João Marcos Lopes, fundador da USINA e um dos representantes na consultoria que foi posteriormente prestada à URBEL, para construção do programa de autogestão da PMH.⁹ O arquiteto revela que receberam com muita surpresa a reprovação do SMH, já que em seu lugar houve a criação do CMH com distorções importantes à proposta inicial, como, por exemplo, a nítida diminuição da participação popular.¹⁰ Nesse sentido, Bedê admite que, mesmo com os canais de comunicação conseguidos a partir da URBEL, já desconfiava que desde o princípio do processo

⁷ Palestra proferida em 16 de setembro de 2016 por Mônica Bedê no Seminário de 25 anos da PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

⁸ Ibidem.

⁹ É necessário reforçar que a USINA, que atua com assessoria técnica a movimentos sociais desde os anos 1990 foi pioneira na produção de habitações populares por meio da autogestão, dos processos colaborativos de projeto e dos mutirões autogestionários.

¹⁰ "O Conselho é constituído de 20 membros com mandato de 2 anos, sendo nove do Poder Executivo; seis de entidades do movimento popular; três vinculados à produção de moradia (empresários, universidades e profissionais liberais) e dois da Câmara Municipal". (BELO HORIZONTE, Lei nº 6508 de 12 de janeiro de 1994, 1994, on-line.

de construção da PMH “o Estado pautava o Conselho e [que com o tempo] isso só foi piorando”.¹¹ Em outras palavras, ela revela que logo na origem da PMH o poder público demonstrava exercer controle sobre o CMH. Isso evidencia o fato de que mesmo em um governo de esquerda, orientado por um discurso democrático e popular, existiam contradições importantes que não dispensavam a vigilância dos movimentos sobre o Estado enquanto um possível articulador de processos participativos, como ficará mais evidente adiante.

Ainda que estivesse ocorrendo um descompasso interno à gestão da Frente BH Popular, na prática, alguns dos ideais do SMH foram mantidos. Isso porque teria havido efetivamente intensa interlocução entre o poder público e os movimentos populares, por meio de instrumentos como o Conselho, Orçamentos Participativos, Conferências e os mecanismos informais já comentados. A partir dessas discussões, em 1994 foi aprovada efetivamente a criação da PMH e junto dela a Resolução nº II, de 1º de dezembro de 1994 que, como apontei antes, previa e estimulava a autogestão como uma das três formas possíveis da produção de moradias no município, estabelecendo assim diretrizes gerais para:

- I – Promover o acesso à terra e à moradia digna para os habitantes da cidade;
- II – Promover processos democráticos na formulação e implementação da política habitacional;
- III – Utilizar processos tecnológicos que garantam maior qualidade e menor custo da habitação;
- IV – Priorizar formas de atuação que propiciem a geração de emprego e renda;
- V – Assegurar a vinculação da política habitacional com a política urbana;
- VI – Assegurar a articulação da política habitacional com outras políticas setoriais.¹²

A Resolução também contou com duas linhas de atuação por meio de programas destinados ao seu cumprimento.¹³ A primeira delas, referente aos assentamentos existentes, destinados ao “Programa de Intervenção Estrutural” e ao “Programa de Intervenção Parcial, Pontual ou em Áreas Remanescentes”. Já a segunda linha de atuação tratou de novos assentamentos com a abrangência dos programas

¹¹ Palestra proferida em 16 de setembro de 2016 por Mônica Bedê no Seminário de 25 anos da PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

¹² BELO HORIZONTE, Resolução nºII do Conselho Municipal de Habitação, 1994, on-line.

¹³ Também foram previstos os programas “de apoio e assessoramento técnico” vinculado ao “Programa de Apoio ao Autoconstrutor” e “de reassentamento monitorado” tratado pelo PROAS.

“Produção de Lotes Urbanizados” e “Produção de Conjuntos Habitacionais”,¹⁴ em que foram previstas as seguintes diretrizes:

- I - Que sejam utilizadas preferencialmente pequenas áreas inseridas na malha urbana [...] já dotadas de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários;
- II- Que preferencialmente seu porte não ultrapasse 300 unidades;
- III- Que sejam utilizadas, preferencialmente, áreas próximas à origem da demanda;
- IV- Que seja obrigatória a regularização fundiária;
- V- Que a definição do parcelamento seja acoplada à definição da tipologia da unidade habitacional, podendo ser contemplado tanto lotes individuais como condomínios horizontais ou verticais.¹⁵

Sobre os novos assentamentos, com foco na execução de moradias, foram então previstas, dentre outras, diretrizes que indicavam: o uso prioritário de pequenas áreas já inseridas em contextos urbanizados com disponibilidade de mesoestrutura e equipamentos coletivos; conjuntos, preferencialmente, de até 300 unidades habitacionais; áreas próximas à origem dos beneficiários; e obrigatoriedade de regularização fundiária.¹⁶

Essas diretrizes foram criadas muito em função dos antecedentes da PMH, já que em gestões anteriores a da Frente BH Popular era comum a produção de conjuntos populares irregulares, assentados em grandes áreas deficitárias de mesoestrutura, equipamentos e serviço. Bedê cita os conjuntos Taquaril, Jardim Felicidade e Providência como exemplos dessas iniciativas anteriores do poder público que apresentavam “condições tão degradantes quanto as encontradas nas favelas da cidade”.¹⁷ Além disso, não existia qualquer diálogo dos movimentos com o poder público. A partir da fala de Antônia de Pádua, é possível compreender que a administração que antecedeu a da Frente BH Popular, a do prefeito Eduardo Azeredo (PSDB), no período entre 1990 e 1992, não dava qualquer abertura para beneficiamento da luta por moradia, ao que se revela:

¹⁴ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005.

¹⁵ BELO HORIZONTE, Resolução nºII do Conselho Municipal de Habitação, 1994, on-line.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.125.

Aí esse processo durou anos, assim, foi muita luta [...] nós passamos por uma época que quem era o prefeito era o Eduardo Azeredo, que não tinha compromisso nenhum com essa causa, com essa questão da habitação social. Então[...] essa luta começou em 92, 91 na verdade. Aí em 94 quando o Patrus foi eleito, que aí deu mais abertura pra essa luta da moradia na cidade. Até então era tão difícil ... tinham as organizações, mas não tinha ninguém que era do governo na época tinha compromisso com essa parte das famílias que precisavam, principalmente os mais excluídos, que eram os que pagavam aluguel. E não é fácil, porque a moradia para gente de baixa renda é difícil... tem que ser subsidiada, porque a família não aguenta pagar o valor do mercado. Então, o Patrus deu essa abertura, criou o Orçamento Participativo, essa coisa toda e nós começamos a participar. A partir daí começaram nossas conquistas.¹⁸

Já Ednéia relembra o começo de atuação da Frente BH Popular no atendimento das famílias vítimas das enchentes:

A gestão do Patrus, assim, trabalhou muito, muito [...] dá um choque na gente que viveu aquela realidade e o que tem hoje, parece um outro mundo quando você vê... uma comparação entre um e outro... do jeito que a gente vivia é um outro mundo mesmo. A gestão do Patrus trabalhou muito mesmo e com muita dificuldade por causa da situação de famílias em áreas de risco que a gente tinha na cidade [...] a situação era tão complicada pra nós que, quando começava o período de chuva, os nossos meninos não tinham escola, não tinham aula, porque a gente [do movimento] era obrigado a colocar todas as famílias dentro das escolas. Então, o Estado violentava a gente duas vezes porque não levava infraestrutura necessária pra gente sobreviver com dignidade e ainda retirava direito das crianças da gente de estudar. O Patrus assumiu nessa situação e a primeira coisa que ele fez foi construir abrigo [...] uma política de atendimento das famílias de área de risco [...] a gestão do Patrus priorizou isso com muita humanidade, mesmo.

O contraste do governo municipal anterior, somado aos ideais progressistas e espaços de diálogo abertos nessa nova administração da Frente BH Popular, foram fatores suficientes para que os movimentos sociais estabelecessem uma forte ligação de confiança e se portassem como parceiros do Estado, como até hoje parece persistir. Tal parceria, segundo apontam diversos depoimentos de

¹⁸ Palestra proferida em 17 de setembro de 2019 por Antônia de Pádua no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

lideranças e técnicos do poder público, assim como visto *nos ciclos de confronto* descritos no capítulo anterior, inibiu a luta mais reivindicatória dos movimentos e interrompeu, ou ao menos arrefeceu, ações de ocupações de terrenos dando lugar à construção de políticas públicas como exemplifica a longeva PMH.¹⁹ Isto é, a institucionalização acabou por substituir os processos de organização e mobilização de base o que, conseqüentemente, parece ter levado ao esmorecimento do próprio movimento. Sobre esse ponto, Bedê considera que a parceria estabelecida de maneira irrestrita com o Estado num contexto de falta de recursos, mesmo que diante uma administração municipal alinhada com as demandas populares, teria sido ao longo do tempo prejudicial aos movimentos, como aqui se revela:

o pessoal [do movimento de moradia] deu muita força para que o Patrus fosse eleito. Então, quando ele foi eleito, eles viam aquele governo como um governo parceiro, era o sentimento geral. E com um parceiro você faz pactos de confiança, então foi feita uma espécie de pacto de confiança, de construir uma política... tem liderança que até hoje fala isso [...]. Era uma relação de parceiro e eles perderam aquele pique de reivindicar, de ocupar, a expectativa toda ficou canalizada para o governo para fazer parceria com o governo, pra construir uma política, para fazer parceria para construir uma política, porque a ideia era que essa política ia atender a demanda do movimento. Então houve um pacto mesmo e as ocupações pararam de acontecer por causa disso [...] o movimento perdeu um pouco da sua vitalidade, da sua autonomia, porque apostou muito todas as fichas ali na parceria com o governo e um governo Municipal que não tinha dinheiro do governo federal, nem do governo estadual, então uma limitação muito grande, ou seja, uma receita para uma explosão, uma receita perfeita para dar errado.²⁰

É diante desse cenário de estabelecimento de pactos e parcerias entre poder público municipal e movimentos sociais que dentro da linha de novos assentamentos da PMH, especificamente na "Produção de Conjuntos Habitacionais", que se origina o "Programa de Produção Habitacional em Autogestão". Programa que é viabilizado pela aprovação da Resolução nºIV, de 19

¹⁹ Reconhecida as estratégias dos movimentos de moradia em realizar ocupações coletivas para pressionar o poder público, a URBEL, com apoio da Polícia Militar, realizava ações de fiscalização para coibi-las e desmobilizá-las. Mesmo que em menor proporção, na prática, as ocupações nunca deixaram de existir (BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005).

²⁰ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

de agosto de 1996, da qual parte da produção aqui investigada fez parte. Voltado às famílias – organizadas em grupos/associações/entidades – com renda de até 5 salários mínimos, o Programa em Autogestão previa a URBEL como agente operador; o grupo associado, como agente executor; a assessoria técnica como a responsável técnica pelos empreendimentos; e o associado/beneficiário (representante da família), como o tomador de financiamento habitacional individual junto a URBEL, cujo o teto era de R\$15.000,00.²¹

O corpo técnico da URBEL, conformado em parte por militantes partidários de esquerda e assessores de movimentos sociais de moradia, é facilmente reconhecido como um dos principais fatores responsáveis pelo estabelecimento da produção autogestionária no município. Perguntada, em 2003, por membros da Rede de Pesquisa PROGEST sobre como chegaram à estruturação da autogestão como uma das modalidades da PMH, Adelaide, ex-diretora da URBEL e então coordenadora do programa de autogestão, atribui essa construção à conjunção desses técnicos militantes e das lideranças vinculadas à Igreja combinada ao momento prolífico em torno das discussões da 1ª Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Segundo ela: "Havia uma vontade política de técnicos (Mônica Bedê, Carlos Medeiros e Cláudia Machado), lideranças da Igreja Católica que estavam se formando com a União [de Moradia] São Paulo e de Ipatinga, e que no Movimento de Coleta para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular criaram uma rede de relações".²²

Confirmando o discurso de Adelaide, em entrevista, Bedê revela que sua própria associação ao poder público decorreu de atuação militante anterior, enquanto assessora técnica voluntária de movimentos de favelas em BH. Para ela, essa experiência pautava sua conduta como gestora pública, não o contrário, resultando então na tentativa de transpor as lutas dos movimentos sociais às políticas públicas, como sua fala evidencia:

Então aí vinha o pessoal do PT, Carlos [Medeiros] de Ipatinga e eu de São Paulo, onde eram os dois lugares onde essa ideia da autogestão tava rolando e a gente ia nas caravanas no movimento pela moradia, ao longo da década de 80, e a principal bandeira era a criação de um programa nacional de autogestão. Então *a gente trouxe essa ideia para dentro do governo e quando a gente foi discutir a política habitacional, claro, a gente começou a articular o*

²¹ BELO HORIZONTE, Resolução nºII do Conselho Municipal de Habitação, 1994, on-line.

²² Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

programa de autogestão. [...] A ideia da assessoria técnica aos movimentos ela era a muito a ideia do voluntariado, eram pessoas que se dispunham a doar horas de trabalho técnico ao movimento, mas eram assessores do movimento [...]. Então a gente dentro do governo Patrus, dos primeiros governos progressistas, a gente estava vindo era da militância. [...] Na década de 80, 85 por aí, 86 eu assessorava o movimento de favelas aqui de Belo Horizonte, aí eu ajudei a organizar um seminário para o movimento [de favelas] discutir e por causa desse seminário, por causa desse trabalho, me chamaram para coordenar um programa de favelas lá em São Paulo [na cidade de Santo André], então eu era uma militante, eu entrei no poder público... assim eu caí de paraquedas, eu não era uma gestora pública, não tinha alma de gestora pública, eu tinha alma de militante [...] a gente tinha uma alma muito mais de militante do que de gestor público [...]. Eram governos que trabalhavam para implementar bandeiras do movimento como política pública. Para transformar as bandeiras do Movimento em política pública.²³

Assim, a partir da atuação de alguns poucos agentes públicos militantes articulados com movimentos sociais dentro e fora de Belo Horizonte, a ideia de investimento na produção de moradias sustentada pelo programa de governo da Frente BH Popular passou a contar com a centralidade da proposta da autogestão de moradias. Como apresento adiante, são diversas as ações mobilizadas por esse grupo de técnicos para fortalecimento da produção autogestionária município, dentre elas tem destaque a contratação de consultoria da USINA CTAH para formulação do programa de autogestão na PMH. Assim, além da extensa e importante experiência da USINA na articulação da produção autogestionária de São Paulo junto aos movimentos populares, o grupo também teve papel fundamental no direcionamento do funcionamento da produção de moradias por autogestão ocorrida em BH.

Adelaide evidencia que quando assume o cargo de coordenadora do programa de autogestão, no início da década de 1990, a proposta já havia sido completamente formatada pela USINA, que estabeleceu uma ligação com a URBEL nos debates para criação do SMH. Ela também revela que inicialmente o programa tinha poucos adeptos dentro da prefeitura, assim como dentro do movimento de moradia:

²³ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

Quando cheguei na URBEL recebi um pacote da USINA, formatado [risos]. Tinham sistematizado as experiências e tinham participado aqui, das discussões da implantação do Sistema Municipal de Habitação. [...] Chegando na URBEL e encontrando o pacote da USINA pronto, teria que implantar o programa. Então tinha um arranjo institucional de concepção, já pronto. Mas esse arranjo estava muito restrito a poucas pessoas. Eu lia o pacote da USINA e pensava: como implantar essa autogestão? Tinha uma associação de "sem-casa" que queria, e as outras começaram a querer pra não ficar pra trás. A Prefeitura não estava muito interessada, só uma parte do movimento popular.²⁴

Além da atuação militante de técnicos do poder público, a partir das entrevistas realizadas, fica claro que o contato próximo com práticas anteriores, principalmente as do Uruguai, São Paulo e Ipatinga, foi um motor para disseminar a ideia da autogestão dentre o movimento de luta por moradia de Belo Horizonte e também para estabelecer condições para abrigar essa proposta enquanto política pública habitacional em escala municipal.

Em entrevista, o técnico social Gustavo cita a FUCVAM como referência e como uma articulação possível da autogestão no Brasil. Segundo o entrevistado, a partir das associações vinculadas ao movimento de moradia — ASCA, ASA e ASPA — as lideranças de BH realizaram visitas ao Uruguai, à Ipatinga e à São Paulo para conhecer de perto a produção de habitações populares em autogestão.²⁵ Gustavo aponta Leonardo Pessina como o principal responsável por trazer a ideia do cooperativismo e da autogestão para o Brasil.²⁶ Antônia de Pádua, da mesma maneira que Gustavo, cita Pessina e menciona que seu envolvimento com a produção autogestionária partiu do contato com os movimentos de São Paulo e de Ipatinga, desenvolvendo-se numa articulação nacional com a proposta do 1º PLIP e com a visita aos empreendimentos do Uruguai, como se evidencia em seu depoimento:

²⁴ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

²⁵ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 12 jan. 2019.

²⁶ Pessina é arquiteto uruguaio que veio para o Brasil como exilado político, e em seu país contribuiu significativamente para campo da autogestão e do cooperativismo na formulação da FUCVAM. Enquanto que no Brasil, o arquiteto trabalhou para a administração petista da então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (1989-1992), em que parece ter ajudado a impulsionar esses ideais a partir do desenvolvimento do Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP).

Nós [movimento de moradia de BH] tínhamos iniciado uma articulação com o pessoal de São Paulo, que já tinha um processo de autogestão, e [com] o pessoal de Ipatinga. Na época, o Leonardo Pessina, que era uma das lideranças que estava em São Paulo... ele era do Uruguai, trabalhou na FUCVAM, [...] e o pessoal de São Paulo bebeu dessa água, Ipatinga bebeu dessa água de São Paulo e nós de Belo Horizonte bebemos dessa água, dos dois [lugares, do Uruguai e de São Paulo], então foi esse o processo. [...] Como eu coordenava o Centro de Apoio [CASA] e o Fundo Rotativo São José [fundo da Igreja Católica para subsídio às famílias sem-casa], que eram uma coisa pensada mais pra aqui mesmo, pra Belo Horizonte, nós [movimento de moradia de BH] não tínhamos uma visão mais geral, mais nacional, nem internacional do Movimento não. Então eu fui convidada para participar do Encontro Nacional, tinha um encontro de moradia na Câmara de São Paulo e lá eu conheci a turma [lideranças da UNMP e da CMP] [...] e a gente começou a 'trocar figurinhas' e aí nós vimos que naquela época tinha a lei da moradia popular [1ª PLIP] que tava circulando com um milhão de assinaturas e nós de Belo Horizonte entramos nesse processo. [...] A Arquidiocese de Belo Horizonte achou bem interessante que a gente articulasse com esse movimento [nacional].

Já Carlos Medeiros, engenheiro civil, ex-secretário da Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SMAHAB), gestor público à época da criação da PMH, em conversa, aponta Guilherme Coelho — citando seu filme do tipo Super-8 com imagens das cooperativas uruguaias — como o principal responsável pela disseminação da ideia da autogestão em São Paulo e por consequência também em Minas Gerais.²⁷

Se, por um lado, o modelo de referência eram as cooperativas uruguaias, por outro, a realidade social e política do contexto de BH e, de maneira geral, do Brasil, era completamente diversa.²⁸ Isso aponta para o fato que desde a sua origem a proposta apresentava contradições e estava ameaçada. Para Gustavo, a principal barreira ao sucesso desse intercâmbio se devia ao fato de “que lá eram sindicalizados e aqui popular”, referindo-se à dificuldade em transpor, a partir dos movimentos populares, a experiência do país vizinho.²⁹ Rizek e Lopes, contudo, não se limitam a essa questão, tratam dela e de outras diferenças estruturais que

²⁷ MEDEIROS, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2019.

²⁸ Como fica claro a partir do que exponho nas Seções 3.3 e 3.4

²⁹ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 12 jan. 2019.

inviabilizaram, de saída, qualquer chance de efetiva replicação das soluções vistas no exterior na realidade brasileira, segundo os autores:

o contexto que é criado e que cria as condições para o surgimento de um Movimento de Moradia que demanda tais procedimentos não se assemelha, em absoluto, às condições sociopolíticas que subjazem àquelas formulações [...] lá, organização sindical; aqui, movimento popular; lá, um plano e uma lei que regulam a produção autogestionária de moradia em todo o país; aqui, programas que não compõem sequer uma política habitacional local; lá, cooperativas que, juridicamente, permitem o mútuo coletivo, a propriedade comum e sua comercialização regulada; aqui, associações comunitárias que mal e mal mantêm sua condição como agente promotor que apenas atua como mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final.³⁰

A questão também é mencionada por Carlos Medeiros. Em conversa, ele conta: “aqui [em Belo Horizonte] não faltou esforço nosso [do poder público], mas importar modelo é difícil, o Uruguai nasceu assim”. A fala de Carlos revela clareza na distinção da situação de BH em dois pontos: o primeiro de que estava a cargo do poder público, e não dos movimentos de moradia, a tentativa de “importar” o exemplo do Uruguai; o segundo, quando menciona que o país “nasce assim”, de que, diferente do Brasil, existe uma estrutura política uruguaia que reconhece, estimula e dá suporte à essas experiências em sua origem, como é o caso da *Ley Nacional de Vivienda* e do fundo que a subsidia.³¹

Assim como foi enunciado neste capítulo, a busca pelo espelhamento das experiências autogestionárias do Uruguai em BH foi muito fruto do esforço de parte do corpo técnico da URBEL em chamar a atenção dos movimentos de moradia para essa questão. Confirmando isso, as dissertações de Bedê e Livia Morais expõem que a ideia da autogestão não partiu exatamente do movimento popular e sim da articulação em torno do “convencimento” do governo municipal por duas vertentes convergentes de trabalho. A primeira dessas vertentes ocorreu internamente ao poder público, vinculada à preparação de um campo institucional apto a desenvolver um programa de produção de moradias em autogestão. Já a segunda vertente, externa, teria tratado de sensibilizar e capacitar tanto os

³⁰ LOPES & RIZEK, O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica, 2006, p.57-58.

³¹ MEDEIROS, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2019.

movimentos quanto o setor técnico (arquitetos, engenheiros, assistentes sociais etc.), este último direcionado para atuação como assessoria técnica.³²

O fato de que a mobilização pela autogestão partiu, sobretudo, do poder público e não dos movimentos por moradia é colocada por Bedê da seguinte maneira: “a ideia é discutida em Belo Horizonte desde o final da década de 80 por um grupo de lideranças, técnicos e parlamentares, articulado principalmente pelo deputado federal Nilmário Miranda”.³³ Isso ainda ganha ênfase quando a autora conta que a temática da produção autogestionária não tinha sido tomada efetivamente como questão central pelos movimentos até o início da gestão da Frente BH Popular:

No que diz respeito à proposta da produção habitacional em autogestão, a apropriação da ideia pelo movimento local ainda é muito tênue nessa época [...]. Esse processo em Belo Horizonte se dá posteriormente, principalmente através da iniciativa da administração da Frente BH Popular e da articulação dos setores sob influência do PT e da Igreja Católica com os movimentos de São Paulo e de Ipatinga, onde já há experiências desse tipo em implantação.³⁴

Como desdobramento da articulação externa do poder público foi ofertado e organizado, pela URBEL, em 1994, o Seminário “Assessoria a Movimentos Populares na Perspectiva da Autogestão: Experiências de Três Capitais”. O Seminário contou com membros de assessorias técnicas de Fortaleza do “Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos” (CEARAH Periferia); de Recife do ARRUAR; e de São Paulo, da USINA.³⁵

No mesmo sentido do Seminário, outra ação que demonstra que houve de fato um grande esforço por parte do corpo técnico da Frente BH Popular para fazer da autogestão uma questão central na luta por moradia é a do “Curso de Capacitação: Assessoria Técnica a Movimentos Sociais por Moradia”. A intenção do curso, como o próprio nome revela, era a da capacitação de profissionais para atuação como assessoria técnica prestada a associações populares envolvidas na produção de moradias por autogestão. Segundo Bedê, o curso foi ministrado por

³² BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005; MORAIS, *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*, 2019.

³³ BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p. 231.

³⁴ *Ibidem*, p. 66.

³⁵ *Ibidem*.

técnicos da URBEL junto dos três grupos de assessorias técnicas que compuseram o Seminário e contou com cerca de 60 participantes, profissionais e estudantes de diversas áreas (arquitetura, engenharia, direito, serviço social e outras). Dentre os temas tratados durante o Curso a autora expõe: “o acompanhamento da constituição de entidades formais do movimento; elaboração de projetos de financiamento de programas de geração de renda e equipamentos comunitários [...]; desenvolvimento de trabalhos técnicos nas áreas de arquitetura e urbanismo, engenharia, social e jurídica; gestão de programas habitacionais; avaliação pós uso”.³⁶

Nesse sentido, segundo aponta o depoimento de João Marcos Lopes (da USINA), coletado por Bedê, o contexto de criação da política habitacional que deu origem à produção autogestionária de BH difere muito do caso de São Paulo, em que a autogestão foi preliminarmente requerida pelos movimentos populares e só a partir disso contou com a atuação do poder público.

uma coisa que ficava clara pra gente é que precisava ter o programa para que então se criasse a demanda, que era diferente da situação de São Paulo, onde tínhamos uma demanda anterior, aí ela acabou exigindo, estabelecendo a proposta de um programa. No caso de BH ficou claro que tinha que ser feito o inverso. [...] Em SP a gente tinha um movimento que tinha uma proposta e que acabou demandando o estabelecimento de um programa, [...] em BH [...] a gente criou um programa, e esse programa acabou gerando a prática, estabeleceu uma possibilidade na prática. [...] Eu acho que o programa autogestão ganha um outro caráter até por conta dessa origem em BH. Ele tem outro tipo de configuração, até mesmo porque lá não existia uma tradição, um movimento que demandava uma reivindicação... [...] no caso de BH foi uma experiência que se constituiu a partir de uma concepção integral de política habitacional. Eu não sei se isso é melhor, se é pior, o tempo vai dizer.³⁷

Em complemento, o relato de Bedê reforça o papel do poder público na criação de ‘terreno fértil’ para a viabilização da autogestão na produção de moradias: “O cuidadoso investimento realizado na preparação da implementação da proposta autogestionária em Belo Horizonte reflete um empenho muito mais institucional, mais precisamente por parte da equipe da URBEL, do que por iniciativa do

³⁶ Ibidem, p. 235-236.

³⁷ Ibidem, p.237.

movimento popular, ou de qualquer outro segmento social, pelo menos nesse momento inicial".³⁸

Se, de um lado, a partir de uma visão otimista, parece positivo que o Estado, na figura dos técnicos militantes da URBEL, tenha agido como o promotor dessas ações e tenha contribuído diretamente para criação de dispositivos que culminaram na experiência de uma autogestão possível no município; de outro, partindo do entendimento crítico de que a proposta da autogestão representa, acima de tudo, uma atuação autônoma de seus agentes na requisição de direitos, é possível interpretar como muito problemático o fato de que os movimentos tenham sido "convencidos" a direcionar sua luta para um *modus operandi* que pouco tinham conhecimento. Essa segunda perspectiva é a que sustentam alguns membros do poder público e também do próprio movimento de moradia. Em comparação explícita com o movimento popular de São Paulo, Adelaide, no diálogo estabelecido com João Marcos Lopes, diz que essa atuação do poder público sobre os movimentos locais seria consequência de uma menor "consciência política" que, por sua vez, torná-los-ia mais suscetíveis à manipulação:

[Adelaide] – Eu posso até estar equivocada, mas eu acho que o grau de politização que eu via no povo, que eu via dos movimentos de "sem-teto" em Belo Horizonte, não em São Paulo, era muito distinto daqui. Eles tinham uma consciência política mais elevada do que estavam fazendo. Eu acho que aqui era muito mais fácil ter manipulação. É a imposição do poder público.

[João] – Então, mas o que é uma consciência política mais elevada?

[Adelaide] – De saber o lugar onde estão, o que estão fazendo, por que estão fazendo, o que querem, que consequências tem aquilo. Aqui eles eram mais facilmente levados. E aquilo que a Mônica [Bedê] estava falando, foi um poder de sedução que se exercitou, quer dizer, o poder público que estava vendendo uma proposta, que eles compraram facilmente, porque tinha parte do movimento que vinha de uma história de estar construindo aquela proposta.³⁹

Já para Ednéia, uma das lideranças do movimento de moradia, o fato de o corpo técnico da URBEL ter sido composto majoritariamente por militantes das causas sociais, era por si só um problema a ser enfrentado. Nesse sentido, uma parcela do movimento — aquela que não era totalmente aderente à proposta de

³⁸ Ibidem.

³⁹ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

institucionalização e conseqüentemente do programa de autogestão — não mais reconhecia os técnicos como apoiadores de uma luta fortalecida dentro do poder público, segundo ela, ao contrário, foram cooptados ou se “bandearam”:

Com a ascensão dessa prefeitura democrática, uma parte muito grande dos técnicos que apoiavam a gente [movimento de moradia] com o conhecimento técnico foi ser gestor ou foi ser parlamentar. A gente falava assim: ‘a prefeitura cooptou os quadros tudo do movimento, *agora todo mundo é governo, a gente não tem quadro mais...*’ *bandeou pro outro lado e quem não bandeou queria fazer os dois papéis: de poder público e de liderança do movimento e não tem jeito, não se mistura as duas coisas, né? Não dá certo, todo mundo sabe que não dá certo.*

Nessa perspectiva, o problema colocado por Ednéia se devia tanto pelo fato de o movimento ter entendido que havia perdido o amparo do conhecimento técnico desses profissionais como também por considerar que técnicos e militantes dos movimentos por moradia passaram a ocupar lados opostos da luta. O sentimento de “traição” exposto pela militante pode ser explicado pelos recursos que dispõem e pelas posições sociais que ocupam os diferentes agentes, tal como foi discutido na Seção 2.1. É possível perceber pela fala de Ednéia que o movimento (ou parte dele) compreendia a contratação de técnicos pela URBEL como uma inversão de suas prioridades, afinal, estes técnicos teriam passado a atender prioritariamente aos interesses do poder público e não mais aos do movimento como ocorria até então. Isso denota que esses técnicos, representantes do Estado, mesmo que orientados por boas intenções, são encarados como uma espécie de inimigo, cuja a postura é ambígua, afinal, não trocaram seus empregos pelo movimento, mas continuam militando. A partir de tudo o que já foi discutido é possível entender a desconfiança e a crítica expostas por Ednéia como atitudes necessárias a se cultivar no bojo dos movimentos sociais, uma estratégia para que não se esfaquem diante do controle do Estado. Isso, contudo, não parece ter ocorrido dentre aqueles mais entusiastas da parceria e da institucionalização, como se verifica em relatos anteriores.

Colocadas essas questões, parece um tanto simplista a ideia de que o poder público manipulou o movimento dos sem-casa de BH na aderência da proposta da autogestão de moradias. Assim como demonstram as explicações apresentadas antes por Gustavo e Antônia de Pádua, Bedê revela que esse foi um processo de conscientização sensível, com acúmulo de experiências e construção de diversas iniciativas que levaram o movimento dos sem-casa a concretizarem

aos poucos a proposta da autogestão a partir da verificação de seu potencial em experiências anteriores, refletindo inicialmente seu próprio fortalecimento na articulação com movimentos de luta por moradia em escala nacional. Nessa longa, mas necessária citação, é apresentada uma síntese desse percurso inicial:

a gente tinha um Fórum de lideranças do Movimento sem-casa, a gente trabalhou essa ideia lá [...] e fizemos o Seminário, [depois disso] eu fui acompanhando uma delegação de lideranças daqui de Belo Horizonte até lá no Uruguai para eles conhecerem a experiência de lá. Foi até uma delegação que tinha liderança do Brasil inteiro, então eu fui acompanhando a delegação do grupo de lideranças daqui, porque eu era da URBEL, mas eu tinha um pé também com o Movimento, [...] e foi, eu acho, que foi essa ida ao Uruguai que concretizou a ideia da autogestão na cabeça deles. Eles já vinham comprando a ideia e começaram a conversar com pessoal de Ipatinga, de São Paulo, mas eu acho que essa viagem é calou fundo. A FUCVAM, que é a Federação de lá, recebeu a gente super bem, a gente ficou o tempo todo com eles, fizemos várias atividades com eles e principalmente visitas aos conjuntos, a gente visitava os conjuntos e conversava com os moradores, tipo um Rolezinho [da Autogestão], o que a gente fez aqui a gente fez lá, e foi uma comoção, as lideranças choravam de emoção porque elas viam conjuntos que existiam há 30 anos, ou mais, na época, e que foram construídos em autogestão e a gestão condominial, a gestão do conjunto, continuava fortíssima e eram conjuntos que ao longo do tempo iam melhorando, iam criando serviços comunitários, às vezes de serviços médicos, odontológicos, esporte, cultura e os conjuntos super bem cuidados, super bem mantidos, lindos, uma arquitetura muito legal, era uma diversidade [...] de projetos muito grande e uma qualidade de projeto muito boa também e as lideranças de lá contavam para as nossas (lideranças) as histórias do mutirão e contavam o que eles faziam e ficou todo mundo impactado de ver, de enxergar, que era possível. E aí eu acho que foi aí que o pessoal comprou mesmo essa ideia. A gente estava doido para eles comprarem a ideia da propriedade coletiva também, mas isso tem resistência até hoje [...]. E quando voltou da viagem eu fiz uma apresentação, tanto para o pessoal do governo, como pro pessoal do Fórum dos sem-casa. Porque foram poucas lideranças, devem ter ido aqui de Belo Horizonte umas dez lideranças, a gente encheu um avião de carreira só de liderança, mas daqui de Belo Horizonte só tinham umas dez, então quando a gente voltou eu preparei uma apresentação e contextualizei a situação... o pessoal que tirou foto... aí a gente fez uma apresentação pro conjunto das lideranças [...] então teve essa hora,

de quem não foi escutar de quem foi...a realidade do pessoal contando, do pessoal falando, então a coisa foi tomando corpo, foi um pouco por aí.⁴⁰

Como visto na Seção 4.1, tudo isso, no entanto, não foi capaz de assegurar a priorização da produção autogestionária no município. As contradições da Frente BH Popular estão expressas desde a criação da URBEL com a formulação da PMH. Segundo Moraes e Bedê, o quadro técnico administrativo, composto por partidários do PT e PC do B, abrigava visões distintas sobre a política habitacional. Enquanto os primeiros pensavam a criação da autogestão como estímulo aos processos organizativos, ou seja, buscavam fazer desse tema algo maior do que a construção de moradias, os demais estavam preocupados com os possíveis desdobramentos negativos de uma produção feita com mão de obra mutirante e mais focados em viabilizar por meio das ocupações a conquista de loteamentos compostos para que cada família arcasse com a construção de sua casa individualmente. Mas Bedê esclarece que na URBEL — que naquele momento era dirigida por gestora pública vinculada ao PC do B — apesar das divergências não havia boicote em relação à produção autogestionária, ao que explica: “[os membros do PC do B] podiam até não ajudar, mas não boicotavam. Não senti em nenhum momento atitude de boicote, era como se fosse assim ‘isso é um programa de vocês aí’, vocês aí, éramos nós aqui [do PT], ‘aí vocês tocam, não vou me esforçar muito’.⁴¹ Ela complementa que essa atitude não impediu, por exemplo, que a ala do movimento de moradia ligada ao PC do B disputasse as unidades que viriam a ser ofertadas no OPH e assumissem a gestão de alguns conjuntos na modalidade autogestionária, embora com diferenças em relação aos grupos vinculados ao PT e à Igreja Católica.⁴²

Contudo, mais do que as dificuldades vistas nas oposições internas à URBEL, existia uma resistência generalizada do poder público, isto é, da Frente BH Popular como um todo, em aceitar a cessão de recursos financeiros para gestão de movimentos populares. Resistência essa que pode ser lida como uma hostilidade real à ideia de autonomia coletiva dos sem-casa que se transpõe à negação da proposta da autogestão de moradias, como o depoimento de Adelaide bem elucida:

⁴⁰ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

⁴¹ Ibidem.

⁴² Essas diferenças serão caracterizadas a partir dos estudos de caso.

Um núcleo central de poder municipal não queria a autogestão. Mas como havia uma pressão externa, havia uma pressão de técnicos, havia uma pressão do movimento popular e havia dois espelhos...pra não ficar de fora, [outros braços do movimento] embarcam também, mas a duras penas [...]. Quando a USINA me entregou, através da Mônica, "um pacote" [com a proposta do programa de autogestão], primeiro eu me perguntei: o que o poder público quer? Eu comecei a ir atrás do Secretário de Planejamento, Secretário de Fazenda – que hoje é o prefeito [Fernando Pimentel]. E eu não via ressonância. Eu via que eles não queriam. O pano de fundo era: não colocar dinheiro público na mão da sociedade civil e ainda mais uma sociedade civil pobre, que nunca tinha lidado com isso. A procuradoria, prefeito, secretário de atividades urbanas, secretário de planejamento, secretário de fazenda, presidente da URBEL tinha a concepção de não colocar dinheiro público na mão de pobres, de miseráveis.⁴³

Fato é que diante de uma administração de coalização as tensões e contradições são permanentes, ao buscar atender aos interesses de todos se acaba por não conseguir atender a nenhum. É assim que, já evidente na experiência do PRODECOM, cresce a objeção à produção autogestionária, ou a recusa – que até hoje perdura – do poder público em ceder controle e recursos financeiros aos pobres organizados em movimentos sociais. Situação que também fica explícita no diálogo que estabeleço com Bedê:

[Giselle] – E teve algum tipo de atitude, além dessa grande diferença da condução do processo para a construção dos conjuntos, existiu algum conflito em relação à implantação do programa de autogestão? Alguém que se opôs ou algum grupo dentro do poder público que se opunha à essa ideia?

[Mônica] – Sim, do governo sim, houve uma resistência imensa, até hoje infelizmente tem uma resistência imensa, imensa, imensa!

[Giselle] – E porque que isso ocorria, Mônica?

[Mônica] – Medo, preconceito, de colocar dinheiro na mão de associação, de identidade popular, preconceito mesmo.⁴⁴

Esses depoimentos demonstram que se a proposta da autogestão não tivesse sido efetivamente internalizada pelo movimento de moradia e se não contasse com apoio de militantes, desdobrando-se em manifestações para implementação dessa política e posteriormente dos recursos para viabilizá-la, ela provavelmente

⁴³ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

⁴⁴ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

nunca teria se efetivado. Afinal, houve uma forte tentativa de impedimento antes mesmo do programa se iniciar, o que vai se tornando aos poucos no que chamo de *invisibilidade*.

4.2.4. OP e OPH

Conquistada a elaboração da PMH e dentro dele a do Programa de Autogestão, era então necessário que o movimento dos sem-casa, organizado em núcleos, passasse a disputar recursos no Orçamento Participativo. Criado em 1993, porém interrompido desde 2018, o OP foi originalmente formulado para possibilitar à população de vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares a tomada de decisão na destinação de recursos públicos para obras por ela demandadas.⁴⁵ Logo que implantado, segundo esquema de Bedê, o processo de decisão de encaminhamento dos recursos passava por assembleias regionais com preenchimento de formulários com propostas de obras pela população por sub-região; seguido por triagem, estimativa de custos das obras pela Prefeitura e caravanas de prioridades por região; e posteriormente finalizado por fóruns regionais e municipais de prioridades orçamentárias.⁴⁶ Implantado pela primeira vez pela gestão da Frente BH Popular, o OP era visto pela população como uma proposta inovadora, exemplo de ampliação da gestão popular do município. Isso é exemplificado por Geralda, liderança da ASCA, que explica o funcionamento geral do OP naquele momento e menciona que a partir dele ajudavam o prefeito a governar, pois o instrumento possibilitava o compartilhamento das decisões sobre obras e intervenções no município com a população:

Era assim, cada regional [...] tinha Orçamento Participativo. Mas ele era geral, era pra tudo, era pra habitação, pra todos os serviços da cidade, englobava tudo mesmo. [...] Quando o Patrus entrou pra prefeitura ele criou algumas coisas [dentre elas], o Orçamento Participativo, [que] era pra facilitar a governar, [...] porque ele [...] gostava da participação popular. [...] criou o

⁴⁵ No geral o OP atendia a obras de urbanização, moradia, infraestrutura de saneamento e construção de áreas públicas de lazer. Já no início de sua implantação, entre 1994 e 1997, o Programa se concentrou no atendimento de demandas de áreas carentes, com cerca de 30% da destinação dos recursos totais para favelas (BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005).

⁴⁶ *Ibidem*.

Orçamento Participativo para que as regionais escolhessem as prioridades delas.⁴⁷

Cabia ao CMH – composto por seis representantes do movimento de moradias do total de 20 titulares – definir os programas que receberiam os recursos discutidos publicamente, o que era supervisionado pelas Comissões de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA). Dessa maneira, com importante envolvimento do movimento de moradia, houve tanto no âmbito do Conselho quanto dos fóruns informais ligados ao OP, discussões abertas à população para alocação dos recursos municipais, indo ao encontro das intenções de democratização, participação popular e inversão de prioridades propagados pela Frente BH Popular desde sua campanha eleitoral e consequente atendimento às premissas da PMH. Contudo, o CMH não chegou e exercer efetivamente o papel de curador do FMH, que, na prática, ficou à cargo da presidência da URBEL.⁴⁸

Até então, o OP tinha orçamento global, portanto, não havia destinação exclusiva de recursos e para a área da habitação. Mas face um contexto conturbado em que se somavam limitação de recursos – consequência da omissão dos governos estadual e federal, refletidas na descentralização e municipalização da política habitacional – com a grande mobilização dos sem-casa fortalecidos pelas instâncias participativas de fóruns e CMH, foi necessário rever sua estrutura. Isso se deu em função do fato de que o movimento de moradia – mais especificamente a ASCA – bastante numeroso, participativo e articulado às assembleias, era um dos grupos que conseguia obter parcela significativa dos recursos disponíveis no OP. A situação, segundo demonstram Lopes e Rizek, impôs a criação do OPH:

os grupos mais articulados eram justamente aqueles ligados aos Movimentos de Moradia, os quais abocanhavam praticamente todos os recursos disponíveis para investimento. A solução foi criar um processo de discussão de orçamento exclusivo para a habitação – o OPH –, para o qual era destinada uma parcela previamente estipulada dos recursos de investimento.⁴⁹

⁴⁷ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 jun. 2019.

⁴⁸ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005.

⁴⁹ LOPES & RIZEK, *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*, 2006, p.59.

Já Bedê, detalhando o pano de fundo da PMH na gestão de Patrus, diz que o OPH surgiu da equação de poucos recursos municipais, muita demanda e grande expectativas por parte do movimento dos sem-casa, em que esclarece:

não tinha a proposta de construir o programa de moradia, mas a demanda era imensa e a pressão do movimento era imensa também e essa pressão acontecia diretamente lá na URBEL também, acontecia via Orçamento Participativo geral, então, o movimento dos sem-casa baixava lá e começou a pleitear moradia lá dentro do orçamento participativo geral. Então é essa constatação de que os recursos eram limitados para atender uma demanda tão grande e há uma pressão tão grande que o orçamento participativo [da habitação] foi uma resposta do poder público para organizar essa priorização de atendimento[...]. Quando o Patrus entrou [na Prefeitura], o investimento municipal em habitação era mínimo e ele foi aumentado em muitas vezes porque não tinha praticamente nada, então houve uma expansão muito grande, mas mesmo assim era muito pouco [...] e até proporcionalmente à média histórica naquela época era 1% do orçamento, isso [foi feito] com muito suor, com muita pressão e tudo. A habitação era o patinho feio mesmo, uma política muito cara, muito cara, então foi a saída, o OPH foi a saída.⁵⁰

Diante dessa conjuntura, a URBEL e a Secretaria Municipal de Planejamento estabeleceram a proposta de criação do OPH com destinação de recursos específicos para demandas da população sem-casa aos mesmos moldes deliberativos do OP. Na cartilha "Memória do Orçamento Participativo 94 a 97" a Prefeitura de Belo Horizonte expõe que a gravidade da questão habitacional na cidade impunha "tratamento especial no Orçamento Participativo", buscado atendimento tanto aos interesses do movimento sem-casa quanto do Conselho Municipal da Habitação. Além disso, nessa publicação, a Prefeitura justifica que o OPH gerava produto de apropriação individual, uma particularidade que o distinguia do OP Regional.⁵¹ Logo, ainda que advinda de uma luta coletiva, ao tratar de "produtos" individuais, a política do OPH, desde sua origem, reforçava que a moradia fosse tratada como uma propriedade privada. Essa é uma constante dentro do movimento de moradia local que até hoje tem ressalvas quanto a propostas de propriedade coletiva e mesmo de aluguel social.⁵²

⁵⁰ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

⁵¹ BELO HORIZONTE, Memória do Orçamento Participativo 94 a 97, 1996, p.23.

⁵² Questões expostas no debate do Seminário 25 anos PMH de BH e também nas entrevistas.

Além desses aspectos, é preciso mencionar que no contexto que antecipou e que impôs a criação do OPH ocorreram conflitos internos aos movimentos de moradia e contradições no âmbito da PMH. Segundo Antônia de Pádua, foi a partir do movimento de mais de 500 famílias que conseguiram, por meio da ASCA, conquistar recursos do OP para compra de lotes coletivos na região do Barreiro, que deram origem ao Conjunto Urucuia.⁵³ O envolvimento da Igreja Católica que ajudava na divulgação da causa durante as missas parece ter sido fundamental para tamanha articulação, segundo a liderança: "A gente falou na missa e quando a gente chegou pra fazer uma reuniõzinha de meia dúzia de pessoas, [na realidade] tinham mais de 500. Aí que a gente percebeu o tamanho da demanda".

A mobilização das muitas famílias vinculadas ao núcleo da ASCA, entidade formada por lideranças capacitadas pelo CASA, pressionou o poder público de tal forma que mesmo sem acordo prévio dentro do movimento de moradia foi doado, a partir do OP Obras (recursos gerais), um terreno em seu proveito. Para a liderança do MNLM, Ednéia, essa ação teria descumprido acordos previamente negociados entre o próprio movimento, resultando numa negação do poder público em dar atendimento a outras demandas dos sem-casa:

Aí tá a nossa revolta com a [então coordenadora da ASCA], que levou o povo para ganhar o terreno lá [do Conjunto Urucuia], dando uma 'pernada' na gente [...] foi combinado [na plenária] que a gente não podia discutir a questão habitacional no OP de obra, mas a [coordenadora da ASCA], extremamente desobediente juntou o povo do CASA e foi lá pra [regional] oeste com esse povo e pressionou pra lá e pressionou pra cá e arrancou o terreno do OP Obras.⁵⁴ A gente ficou injuriado com aquela questão e aí a Prefeitura fechou a porta pra todo mundo... [dizendo] 'não é só aquilo lá [de recurso] porque deu problema, é só aquilo lá'. Do ponto de vista do movimento a gente começou a quebrar os acordos que a gente tinha feito junto... já saiu na frente o CASA com um terreno conquistado.

A obtenção do terreno parece ter sido fruto de um diálogo forçado no início da gestão popular, situação que teria ganhado um ar de disputa dentro do movimento, visto que a fala de Ednéia compreende que houve favorecimento de uma parte da

⁵³ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia a partir do evento "Rolezinho da Autogestão" em 04 mai. 2019.

⁵⁴ Ednéia fala isso em tom de graça na presença da ex-liderança da ASCA que ri da situação, mas existe nitidamente uma mágoa pela forma como a ASCA obteve os recursos iniciais.

luta em detrimento da outra. A ASCA, por sua vez, usa em seu favor o argumento de que o seu movimento era composto por número tão grande de sem-casa que sua demanda foi priorizada. Com isso, parte significativa dos recursos do OP, o montante de U\$250.000,00 (250 mil dólares), foi destinado somente a esse núcleo. Segundo conta Geralda, uma das moradoras do Villarégia, quem reivindicava mais era também quem "levava a maior parte do bolo", conforme expõe:

Como o grupo da ASCA era muito grande, e na época quem colocasse mais pessoas no Orçamento Participativo [...] era quem levava a maior parte do bolo do orçamento, [nós] colocamos as 500 famílias e ainda pedimos: quem for leva mais um. Lotamos, lotamos, pegamos o 'bolo'. Quase 70% [do total de recursos] que tava lá [no OP] pra construir [obras pela cidade] nós pegamos. Com esse dinheiro, ninguém nem pensava que ia acontecer mesmo, né? Mas aí, na época, foi 250 mil dólares [...] E aí se comprou esse terreno do Uruçua. Demorou a sair, aí a Igreja do Betânia, tinha a irmã que acompanhava a gente, ela nem acreditou que ia sair mesmo.⁵⁵

Dar evidência para o fato de quanto maior a mobilização, ou seja, mais pessoas no movimento, maiores os recursos obtidos, parece ter sido um grande problema para regionais compostas por grupos menores ou sem lideranças profissionais que claramente influenciaram e deram peso à articulação desses participantes. Se, por um lado, tinham aqueles muito satisfeitos por terem sido contemplados com o OP, como é o caso de Geralda, de outro, a estrutura inicial dessa instância participativa deu margem a um desequilíbrio com uma má distribuição dos recursos na cidade. Logo, o OPH parece ter surgido de uma disputa desigual interna ao movimento de moradia, indicando contradição de alguns de seus ideais democráticos.

Também se esclarece com a fala de Geralda que mesmo diante do diálogo promovido pela URBEL, a partir do primeiro OP denominado "Agora sua voz tem vez na cidade",⁵⁶ o movimento mantinha sua desconfiança sobre as reais possibilidades de o poder público cumprir o atendimento às demandas requisitadas. Logo, mesmo diante da estrutura da PMH desenvolvida para diminuir a distância entre Estado e sociedade, manteve-se, pelo menos inicialmente, uma

⁵⁵ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 jun. 2019.

⁵⁶ As discussões do OP de 1994 iniciaram em junho de 1993 a partir de três encontros em Assembleias Populares por sub-região.

postura próxima a perspectiva "estadocrítica",⁵⁷ ou o que aqui tratarei apenas por "estadodesconfiada".

Ademais, apesar de a PMH ter previsto linhas de atuação que poderiam garantir distribuição equânime entre os dois braços do movimento de moradia na cidade, segundo a então gestora pública Bedê "o Conselho foi melhor apropriado pelo movimento dos sem-casa do que pelo movimento de favelas, até por que era um movimento que estava com mais gás naquele momento".⁵⁸ Diante disso, mesmo a autogestão sendo uma das modalidades possíveis na estrutura da PMH como um todo, sua ação se restringiu à construção de novas moradias via OPH. Excluíram-se, portanto, dessa modalidade propostas de urbanização e regularização em assentamentos pré-existentes.

Sabendo que a inserção dos conjuntos na malha urbana constava como uma das diretrizes originais da PMH e que a PBH atuou na disponibilização de terrenos públicos, ou na compra por desapropriação, em áreas já consolidadas na cidade (Figura 51), tanto a cooperação do poder público para viabilizar essa proposta quanto a localização dos terrenos, precisam ser mencionados como aspectos virtuosos da produção autogestionária. Mas embora a PBH tenha realmente facilitado essa produção com a doação de terrenos no geral bem localizados, houve diversas dificuldades para que os sem-casa conseguisse obtê-los. Isso se deu, em parte, porque ficava à cargo dos núcleos e associações a procura não estruturada, ou informal, por lotes na cidade. Em algumas situações, a serem descritas posteriormente, a localização das áreas "encontradas" foi motivo de conflitos e até mesmo de inviabilização da construção de conjuntos habitacionais no regime da autogestão, apesar da disponibilidade de recursos para tal. Na realidade, a política belo-horizontina se mostrou distante do exemplo Uruguaio no que trata da estruturação de uma "carteira de terras", e mesmo do próprio programa de Governo da Frente BH Popular, que mencionava a "constituição de um banco de terras através de aplicação de instrumentos urbanísticos ou de doação de terrenos em função de processos de aprovação de parcelamento".⁵⁹

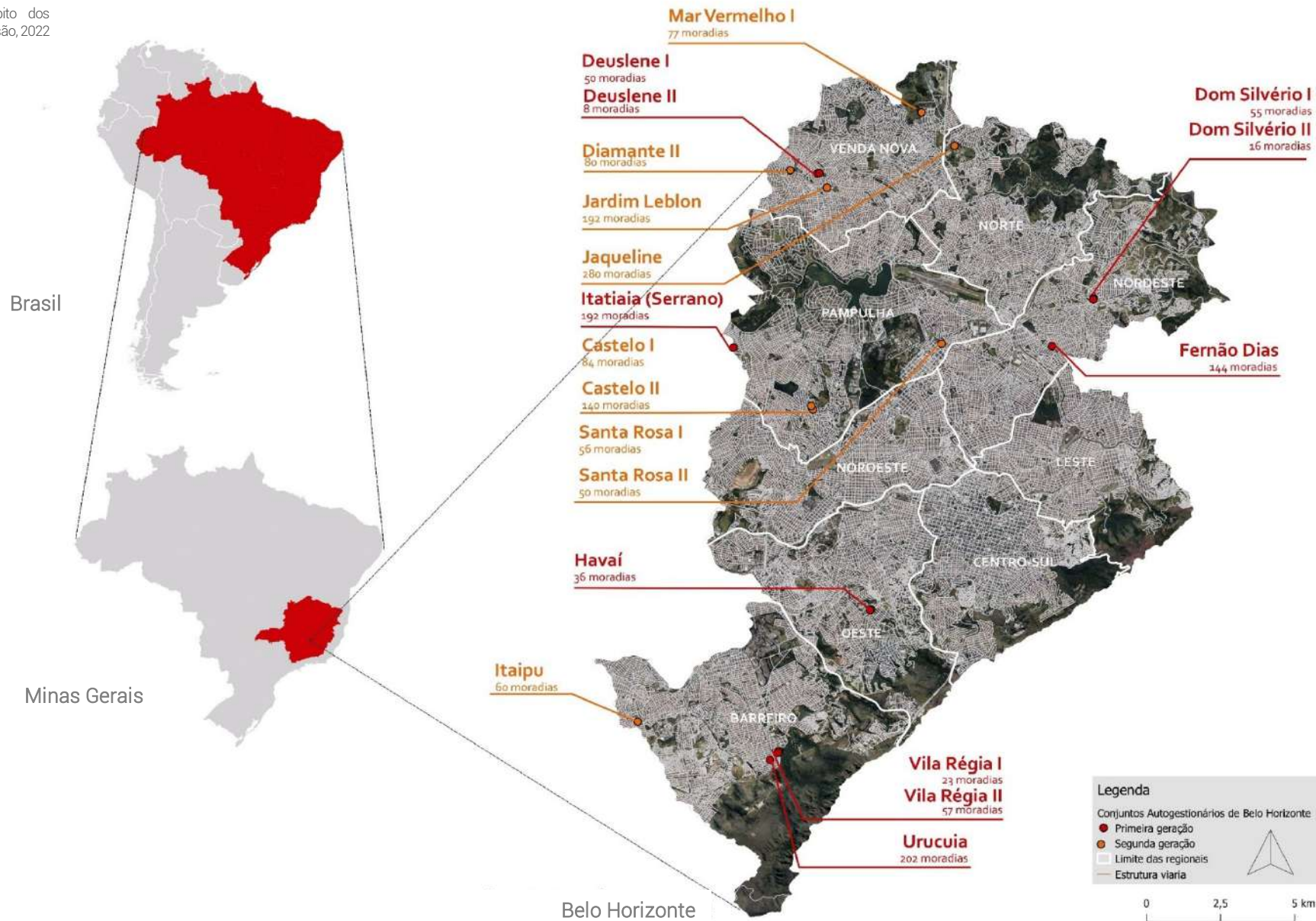
⁵⁷ SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006.

⁵⁸ Palestra proferida em 16 de setembro de 2016 por Mônica Bedê no Seminário de 25 anos da PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

⁵⁹ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.112.

Figura 51: Inserção dos conjuntos da produção autogestionária em Belo Horizonte

Fonte: Produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão, 2022



FONTES:
https://geonode.paranagua.pr.gov.br/layers/geonode_data.geonode:a_031_001_americaDoSul
<http://nereus.webhostusp.sti.usp.br/?dados=brasil>
<http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo>

Efetivamente, o processo de seleção de terrenos da autogestão na 1ª geração se iniciava com uma procura realizada pelas associações/núcleos que, uma vez identificados, eram apresentados aos gestores da URBEL. Estes, por sua vez, realizavam triagem a partir de critérios técnicos-financeiros pré-definidos pela PMH. Nesse sentido, segundo Geralda, a partir do recurso obtido no OP 1994, a ASCA incentivou que as famílias associadas buscassem pela cidade áreas para construção de seu primeiro empreendimento, ao que ela relata: “nós colocamos assim: todo mundo podia escolher o terreno na cidade, e aí essa menina, [uma associada da ASCA] apresentou esse terreno aqui no Urucuia. Apresentou o terreno e nós fomos negociar na prefeitura”. Ao contrário do que o discurso faz parecer não existia liberdade para a escolha do local, contrariamente, existia sim muita incerteza sobre a disponibilidade de áreas e de recursos para garantir a futura moradia. O receio e a indefinição na conquista desse terreno que viria a constituir o conjunto Urucuia se esclarece a partir da fala de Antônia de Pádua:

A gente queria um terreno, era um terreno muito bacana, muito lindo que cabia [...] duzentas e oitenta e duas [famílias]. E a gente vigiava esse terreno, [...] o pessoal enterrava santinho nesse terreno, fazia todo tipo de oração nesse terreno pra ver se Deus abençoava que o dinheiro aparecesse.¹

Relembrando que naquele momento ainda ocorriam ocupações urbanas organizadas por outros grupos de luta por moradia, Geralda menciona a presença das ocupações da Vila Pinho e da Vila Corumbiara nas imediações do terreno do Urucuia.² Segundo o que ela expõe, apesar de as ocupações terem restringido a busca por áreas livres, não teriam sido originados conflitos por causa dessa proximidade, pois “o movimento popular se respeita e não ocupa o terreno dos companheiros”. [...] Aí as entidades que não se entendem, nisso aí se respeitavam, nisso aí se criava uma parceria”.³ Diante da falta de recursos e da dificuldade em encontrar áreas livres que atendessem aos critérios da URBEL e aos anseios das próprias associações, importa evidenciar que mesmo que os empreendimentos da

¹ Palestra proferida em 17 de setembro de 2019 por Antônia de Pádua no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

² As vilas Pinho e Corumbiara estão localizadas na Região do Barreiro, no Vale do Jatobá, vizinhança dos Conjuntos Urucuia e Villarégia. A Vila Corumbiara tem origem em março de 1996 com a mobilização de 379 famílias, vinculadas aos núcleos do movimento dos sem-casa, que se organizaram para ocupar loteamento particular, hoje, bairro consolidado e em processo de regularização fundiária (LOURENÇO, *Ocupações Urbanas em Belo Horizonte: Conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano*, 2017).

³ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 jun. 2019.

1ª e da 2ª gerações da autogestão só tenham se viabilizado com a doação de terrenos pela PBH, na prática, a proposta do OPH parece não ter previsto efetivamente nenhum instrumento que garantisse solo urbano para a construção dessas moradias e, por consequência, para a manutenção dessa política.

Outra questão conflituosa da falta de recursos na origem do OPH, que se transfere para quase toda a produção autogestionária, é a do parcelamento dos núcleos formados pelas regionais.⁴ Com o orçamento do OPH restrito a R\$6 milhões, buscando fazer uma distribuição igualitária, que, portanto, satisfizesse a todos, a saída do movimento de moradia negociada junto à URBEL foi a de dividir esse recurso entre todos os núcleos de sem-casa existentes, o que conseqüentemente impunha a separação das famílias previamente organizadas para que formassem novas associações em bairros geralmente diferentes dos de sua origem. A estratégia, no entanto, feria a diretriz da PMH para programas habitacionais de novos assentamentos que previa que fossem "utilizadas, preferencialmente, áreas próximas à origem da demanda".⁵ O debate registrado na ocasião da pesquisa da PROGEST deixa claro a contrariedade das gestoras públicas da URBEL na definição desse arranjo:

[Maitê] – Antes, o Conselho de Habitação pré-fixava uma fatia para os "sem-casas". Aí o Conselho de Habitação pegava essa fatia e definia quantas casas seriam feitas e o OPH definia pra quem seriam.

[Adelaide] – Então a implantação do "Programa Autogestão" acontece num quadro onde as famílias não se conheciam, pois eram de toda cidade; não tinham experiência associativa, até então a experiência era de reivindicação e luta. Uma coisa é você se organizar para reivindicar, outra coisa é se organizar para construir. Então a trajetória deles era a de reivindicações, dispersas na cidade toda. Um mesmo núcleo tinha famílias a serem assentadas em "n" terrenos diferentes. É o caos. [...]

[Cibele] – Porque se escolheu essa estratégia?

[Adelaide]: Foi uma coisa que sempre me incomodou profundamente, e nunca aprofundamos, e, nem podíamos...

[Maitê] – Foi o próprio movimento.

⁴ A exceção nessa condição cabe somente aos moradores dos conjuntos habitacionais com terrenos obtidos pelo OP obras (como Urucua e Villarégia).

⁵ BELO HORIZONTE, Resolução nº III, de 08 de fevereiro de 1996, 1996, on-line.

[Adelaide] – Sim, o próprio movimento. O modelito OPH com influência do PC do B de querer ficar bem com todos e nivelar todos, fazia uma distribuição equitativa. Todos eram atendidos.

[Cibele] – É quase uma opção populista. Atende uma parcela de cada núcleo e cala a boca de todos.

[Adelaide] – Quase não, totalmente.

[Maitê] – Cada núcleo tinha 5 a 6 famílias contempladas.

[Cibele] – Com um prejuízo enorme pra organização da política. Porque na verdade você destrói os vínculos de sociabilidade e de sociabilidade política

[Adelaide] – Na verdade havia uma contradição entre os princípios da Política Municipal de Habitação e o OPH, de deslocamentos das pessoas de um extremo da cidade para outro, as raízes que as pessoas construía eram deixadas. O OPH joga no lixo uma coisa que estava explícita na Política, que não era pra fazer. E numa euforia do movimento, da instituição, e de nós todos técnicos, de achar ótimo, pois era inédito no país um Orçamento Participativo da Habitação, começa essa maturação: 1993, 1994 conquistar terrenos e começar a fazer projetos, pelo poder público. Eles conquistam dinheiro para a desapropriação do terreno, ficam na espera. Enquanto isso, o poder público vai discutindo com eles a quem se destina aquele terreno e vai fazendo o projeto. Enfim, quando a gente ia implantar o Programa Autogestão, nós já tínhamos um quadro dado, que era: "x" conjuntos, pra "x" famílias, com "x" projetos. Ou seja, a definição vem, embora fosse uma reivindicação de parte do movimento criar esse tipo de programa. Por outro lado, ele [o movimento] não deu conta de estruturar esse programa e nem daria. Quem estrutura isso, diante do arranjo institucional possível, naquele momento, é o poder público.⁶

Embora o diálogo atribua essa iniciativa ao movimento de moradia, mediante a falta de recursos, essa parece ter sido de fato uma condição imposta pelo poder público, a única via possível para a conquista de recursos que viabilizassem os conjuntos sem que houvesse uma indisposição generalizada dentre os sem-casa. Em seu depoimento, Maria Auxiliadora,⁷ moradora do conjunto Fernão Dias, denuncia o problema da fragmentação dos núcleos de moradia expondo seus danos às relações sociais daquelas famílias que foram deslocadas para novas

⁶ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

⁷ Maria Auxiliadora é bacharel em direito e desenvolveu uma pesquisa para seu trabalho final de graduação com mais de 150 pessoas que acessaram a PMH, sobretudo, beneficiários da produção autogestionária. Nesse trabalho ela identifica justamente os impactos causados às famílias quando enviadas para regiões diversas da sua origem.

regiões da cidade e até mesmo atribuindo a essa questão a vacância das unidades habitacionais no período da semana:

eu achava uma imprudência do poder público pegar pessoas de lugares diferentes da cidade. Por exemplo, tinha um residencial construído lá no Barreiro, outro aqui na [regional] Nordeste, outro em Venda Nova e eles mesclavam as famílias. Tiravam famílias aqui da região Nordeste, mandavam lá para o Barreiro, tiravam famílias lá do Barreiro e mandavam para aqui. E isso me incomodava extremamente, porque as famílias de baixa renda têm [sempre] um familiar que cuida dos filhos enquanto trabalham, ou um vizinho que cuida dos filhos [...] e ao serem tiradas da região onde vivem, tiravam [também] essa estrutura deles, então não era mesmo uma coisa razoável. Eu pontuei isso muito nas reuniões [do CMH], mas não foi ouvido, não entenderam [...] porque *não eram poucos os apartamentos que você só encontrava habitados durante os finais de semana, porque a família tinha o apartamento, mas não tinha condição de deixar os filhos com ninguém num lugar desconhecido para ir trabalhar. Então, elas continuavam morando nas vilas e o apartamento ocupavam só nos finais de semana*, foi o argumento que eu usei no meu artigo para mostrar que existiam algumas coisas que precisavam ser ajustadas.⁸

A partir do que ela relata, seria possível compreender que mesmo tendo se envolvido em processos autogestionários para produção dos conjuntos, os novos grupos formados em diferentes regiões da cidade não seriam capazes de estabelecer no pós-ocupação ligações fortes o suficiente para que novas redes de colaboração e solidariedade fossem formatadas entre eles. Situação, no meu entendimento, que exporia sobretudo as mulheres, as protagonistas dessa produção, a uma condição de fragilidade, já que são dissolvidas relações e redes solidárias construídas espontaneamente ao longo de vários anos, incluindo o rompimento da coletivização de atividades reprodutivas. Afinal, composta majoritariamente por mães chefes de família, entendo que tais redes são travadas na precariedade e exatamente por isso se mostram fundamentais para que elas consigam conciliar a criação dos filhos com o trabalho remunerado. Assim, qualquer obstáculo à perpetuação desses laços, como a transferência das famílias para novos bairros, poderia de fato agravar a condição dessas mulheres e de seus filhos. Portanto, se de um lado a política habitacional possibilitou a conquista da casa própria, por outro, ao desfazer núcleos previamente organizados em suas

⁸ Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas em 30 de novembro de 2021, on-line.

regionais e enviá-los para regiões diferentes de sua origem, ela também parece ter contribuído para o enfraquecimento de importantes relações sociais e conseqüentemente para o aprofundamento da crise do cuidado em grupos sócio-espaciais já muito vulnerabilizados.

Dessa maneira, em Belo Horizonte, o OPH significou na prática "dizer aos movimentos que eles serão responsáveis pela organização da 'fila da habitação' e que devem assumir para si o ônus de escolher as famílias que ficarão de fora desse processo".⁹ Uma lógica que mais uma vez atribui aos pobres a gestão da própria miséria a partir de uma política que se revela *cota apaziguadora*.

Realizada a divisão das famílias em novos núcleos ou associações definidas para cada terreno, ou organizada essa "fila da habitação" e eleita coordenação para esse grupo, davam-se então as discussões sobre qual a modalidade de gestão para a produção dos empreendimentos. Embora afirme que ficava à critério do próprio grupo de sem-casa a definição entre a autogestão ou a gestão pública, Alair, gestor público, explica que existia uma interferência da URBEL no direcionamento dessa decisão, da maneira como revela essa conversa:

[Alair] – A gente dirige isso sim, tá. Sem vergonha de dizer, porque a gente faz uma análise técnica e política, sim. Como foi feito no Jaqueline e Jardim Leblon. A gente insere os grupos ali.

[Marta] – Isso aqui na Secretaria [Municipal de Habitação]?

[Alair] – Aqui na Secretaria. É lógico que o movimento acompanha isso. [...] A gente discute isso com eles e acaba que as propostas são consensuais. Até hoje não houve nenhum conflito que permaneceu em função dessa distribuição ou da escolha.

[Marta] – Mas às vezes pode acontecer de tipo os técnicos da Prefeitura avaliarem que seria melhor gestão pública e o movimento prefere autogestão?

[Alair] – Aí a gente deixa autonomamente.

[Marta] – Tem uma mobilidade assim deles escolherem também?

[Alair] – Tem sim. Se for um grupo muito complicado e se propuser a autogestão, honestamente a gente vai fazer um debate... Do grau de responsabilidade

[Marta] – O que que você chama de grupo complicado?

[Alair] – Exatamente. Do grau de responsabilidade que é a autogestão. Se a gente percebe que há um grupo que tá demandando isso, mas que demonstra

⁹ KAPP, Experiências em AT e suas questões, 2014, p. 121.

muita dificuldade, muitos complicadores, muitos conflitos... *a gente tenta convencê-los de que o mais racional é eles não fazerem por autogestão, porque eles não vão dar conta, né?* Agora se é um grupo que demanda isso e que demonstra maturidade e tá disposto a se organizar a gente aí faz inclusive um trabalho de preparação com eles e é isso que tem ocorrido, né? A gente junta então esses núcleos num determinado empreendimento e faz a proposta de que seja por autogestão ou que seja gestão pública. Se eles fizerem inclusive uma escolha diferente a gente respeita. [...] Se eles entenderem também na avaliação deles que eles têm dificuldade que eles não têm condições de tá implementando por autogestão, a gente acata e toca o processo na licitação da gestão pública pra contratar empreiteira, pra construir.¹⁰

Na citação se confirma que para que fosse indicada a autogestão o grupo precisava se esforçar para demonstrar ao poder público sua capacidade para tal ou então havia esforços para que fossem dissuadidos da ideia. Em contrapartida, quando decididos por gestão pública o Estado não se opunha. Assim, revela-se uma inclinação ou uma predileção, decorrentes dos pontos que já tratei antes (Seção 4.1), dos técnicos do poder público à manutenção da gestão pública como modalidade dominante da PMH. Ademais, outro ponto preocupante que se aponta aí é o do fato de que apenas aqueles grupos já previamente bastante articulados e fortalecidos dentro do movimento de moradia é que tinham amparo do poder público para experimentar o processo autogestionário.

Mesmo sem ter passado pela divisão de seu núcleo original de associados e se guiando desde o princípio de sua formação pelo ideário da autogestão, para a ASCA, a conquista do primeiro terreno, destinado à construção do Conjunto Urucua, não representou o fim de sua luta junto ao poder público, muito pelo contrário, foi a partir dela que se iniciaram intensas reivindicações para assinatura dos convênios que garantiriam recursos que possibilitariam a construção das moradias pelo regime de autogestão. Geralda comenta a situação:

a gente conquistava o orçamento [participativo], mas a gente dependia [...] que o prefeito assinasse o convênio, aquela burocracia toda [...]. Aí conquistado o terreno [a gente] já tinha certeza que começava outra luta, que era a luta da mobilização pra que o governo assinasse [o convênio]. E a gente usava bem

¹⁰ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

isso politicamente, porque a gente falava, 'se não ajudasse a gente como é que a gente ia ajudar a governar?'.¹¹

Diante da demora em obter os contratos da PBH e entendendo a questão habitacional como um problema a ser resolvido para além do município, o movimento dos sem-casa também articulou mobilizações em âmbito federal. Já a PBH, em publicação, afirma ter iniciado gestões para envolvimento dos governos federal e municipal no compartilhamento do problema de moradia da cidade.¹² Mas foi especificamente com as caravanas à Brasília que o movimento, e não a prefeitura, conseguiu os primeiros recursos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), como conta Antônia de Pádua:

idas e vindas à Brasília pra conquistar um recurso que a gente não tinha. [...] E uma das idas lá em Brasília pela caravana [...] a gente tinha uma reunião lá na Caixa Econômica, mas começou uma chuva e nós ficamos lá dentro. Quando o povo [membros da CEF] viu a gente [representantes do movimento] já estava tudo lá dentro e não tinha como sair e foram conversar com a gente e com isso conseguimos [...] acho que foi dois mil e quinhentos reais [...] um dinheirinho assim. Mas foi uma beleza pra nós.¹³

Os R\$2.500,00 se referiam ao valor que a CEF doou, por família, para a construção das 282 unidades habitacionais do Conjunto Urucuia. O montante insuficiente foi usado pelo movimento como uma estratégia de negociação junto à prefeitura e mais tarde complementado, por meio do OPH, com recursos do FMH da PMH,¹⁴ com o financiamento de R\$13.000,00 a serem quitados em prazo de 216 meses.¹⁵ Antes disso, contudo, houve embates, protagonizados pelos sem-casa, para que a prefeitura de BH liberasse os contratos da autogestão.

¹¹ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 jun. 2019.

¹² BELO HORIZONTE, Memória do Orçamento Participativo 94 a 97, 1996.

¹³ Palestra proferida em 17 de setembro de 2019 por Antônia de Pádua no Seminário 25 anos PMH de BH, na Escola de Arquitetura da UFMG [informação verbal].

¹⁴ No ano de 1996 a PBH destinou R\$6mi ao OPH, excluem-se desse valor as intervenções em assentamentos pré-existente de vilas que continuaram a ser tratadas pelo OP Regional (BELO HORIZONTE, Memória do Orçamento Participativo 94 a 97, 1996).

¹⁵ Além do Conjunto Urucuia foram destinados pelo OPH de 1996 recursos para a viabilização de mais dois conjuntos na modalidade de autogestão: os Conjuntos Havaí e Dom Silvério, que foram contemplados com financiamento de R\$13.000,00, por família (Belo Horizonte, Conselho Municipal de Habitação: Belo Horizonte/MG, 2014).

Em entrevista, Bedê revela que a demora para assinatura dos convênios não era apenas consequência da falta de recursos ou do “fundo falso” tratado anteriormente, mas, sobretudo, resultado da negação do poder público em admitir a gestão desse programa pelos movimentos de moradia na figura das associações formadas pelos sem-casa, como se delimita nesse trecho:

eu acho que estava no campo principalmente da resistência, porque era a assinatura do convênio que ia possibilitar a transferência de recursos inicialmente pra então concretizar então o que estava por trás da demora na assinatura dos convênios era essa resistência à ideia da autogestão, então mil problemas de ordem jurídica eram criados [...], tudo era muito difícil. [Então] eu coloco muito mais o motivo dessa demora [...] na resistência do que na falta de recurso porque recurso bem ou mal você já tinha ali programado.¹⁶

Por essas razões o momento foi marcado por uma grande hesitação da administração municipal em viabilizar aquilo que ela própria havia preconizado e desenvolvido em seu governo, afinal, os OPs e a PMH eram orientados pelos ideais de participação e democratização. Mas, com efeito, prevalecia a insegurança relacionada à capacidade dos pobres gerirem autonomamente os recursos públicos na produção dos conjuntos. Assim, parece que a “parceria” firmada pelo poder público com os movimentos sociais era conveniente desde que limitada a fóruns, conselhos e demais canais deliberativos. Tornando emblemática essa recusa de destinar dinheiro e conceder autonomia aos sem-casa na gestão da PMH, foi somente no último dia da gestão de Patrus que se efetivou a assinatura dos contratos para a produção de moradias em autogestão. No entanto, isso só foi possível por meio de medida extrema do movimento sem-casa que ocupou o prédio da URBEL na véspera do natal de 1996. O diálogo entre Maitê e Adelaide elucida bem esse momento:

[Adelaide] – Mas a assinatura dos primeiros convênios foi um parto à fórceps...
 [Maitê]– Foi no dia 24 de dezembro, às 17 horas com o movimento ocupando a URBEL. *Se o movimento não ocupasse...não seriam assinados os convênios.*
 Foi a última coisa que a [então presidente da URBEL] fez.¹⁷

¹⁶ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

¹⁷ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

Corroborando os motivos expostos antes pelas ex-diretoras da URBEL, a liderança do movimento dos sem-casa, Antônia de Pádua, também esclarece o cenário de resistência à assinatura dos contratos:

Na verdade naquele momento ainda tinha muita dúvida em relação a essa coisa de passar o dinheiro para movimentos sociais...dinheiro público... e tinha... mesmo o Patrus [...], ele teve um pouco de... eu não vou falar ele não, mas eu acho que as pessoas [do poder público] seguraram muito pra chegar nele e ele precisava de assinar para que outras pessoas assinassem, então aquela manifestação [realizada na URBEL no último dia da gestão do prefeito] foi importante e necessária para que ele assinasse e as outras pessoas também.

Nesse contexto de poucos recursos, o mutirão autogestionário foi pensado como uma saída possível à concretização da política. A partir das referências de Ipinga, São Paulo e do Uruguai o mutirão apresentava dois aspectos convergentes ao movimento dos sem-casa, o primeiro deles relacionado a um potencial favorecimento de laços de sociabilidade e maior envolvimento das famílias nos processos de ajuda mútua e o segundo ao barateamento das obras. Portanto, conduzir a produção autogestionária naquele momento por mutirão era uma coisa dada pelo braço do movimento de moradia ligado ao PT e à Igreja Católica. Mas também havia uma determinação pela adoção de mutirão pelo lado do poder público. Segundo apontam diferentes entrevistas coletadas pela Rede de Pesquisa PROGEST, foi colocado pelo departamento jurídico da PBH o emprego de mão de obra gratuita dos beneficiários como uma contrapartida necessária das famílias beneficiárias para que conseguissem justificar os convênios. Portanto, na primeira geração, antes do mutirão ser uma opção feita pelas associações de sem-casa, ele era uma imposição da prefeitura. Esse arranjo organizado por trabalho mutirante não remunerado parece ter sido o motivo real para que o corpo administrativo municipal acabasse concordando com a liberação dos convênios da autogestão. Logo, o mutirão se tornou uma atividade obrigatória na modalidade autogestionária. Por essa razão, segundo Adelaide, os conjuntos Dom Silvério e Visconde do Rio Branco (ou Deuslene), sob a influência do PC do B – que não apostava nesse modelo – viabilizaram mutirões “de fachada” ou “pró-forma”. Em seu relato ela afirma que as associações repassariam o processo autogestionário para as assessorias técnicas que por sua vez terceirizavam tudo, enquanto que os beneficiários executariam atividades pequenas em mutirões que não serviriam à

formação ou à execução das obras, mas apenas justificariam os convênios nessa modalidade.¹⁸

Com o mutirão, segundo Alair da URBEL, a PBH teria conseguido economia de custos na ordem de 20% se comparado aos conjuntos habitacionais produzidos na mesma época por gestão pública.¹⁹ Apesar de se confirmar essa economia, na prática, ela não se convertia em diminuição dos custos do financiamento para os beneficiários que trabalhavam nas obras da autogestão durante os finais de semana e feriados. Isso ocorria, porque a política de financiamento da PMH, disposta pela Resolução nº III de 1996, amparava-se em uma fórmula que privilegiava a renda familiar e não o custo do conjunto como um todo.²⁰ A ideia do Conselho quando aprovou essa Resolução era a de que o FMH estava subsidiando a família e não a moradia, portanto, optaram por dar maior peso à renda familiar em detrimento do custo do empreendimento. Mas tendo havido pressão por parte de vários moradores do Urucuia, que chegaram a entrar na justiça contra a política de financiamento da PMH,²¹ e compreendendo que havia de fato um esforço grande dos beneficiários que trabalhavam como mutirantes, foi proposta por técnicos da URBEL, posteriormente, uma atenuação do valor do financiamento da autogestão com a retirada de itens (como terreno e projeto) da composição de custo. De toda maneira, como a incidência da renda familiar era maior, não havia redução significativa no financiamento dos beneficiários da produção autogestionária quando comparado com o financiamento daqueles que apenas recebiam as chaves das unidades habitacionais de conjuntos produzidos por gestão pública.

Geralda relembra que o FMHP de BH previa originalmente que o valor pago pelas famílias no financiamento da construção das moradias fosse destinado ao

¹⁸ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

¹⁹ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

²⁰ Segundo consta na Resolução III: "1.1 O valor de financiamento (VF) será apurado a partir dos desembolsos realizados pelo Fundo para a produção do empreendimento, atualizados da data de sua realização até a data do fechamento do custo. 1.1.1 Considerar-se-á na apuração do valor de financiamento todas as despesas para as quais concorreram recursos do Fundo, assim entendidas: terreno e despesas de legalização, infraestrutura, edificação e/ou melhorias habitacionais e custos indiretos. 1.1.2 O valor de financiamento será individualizado por família beneficiária, observadas as especificidades do benefício" (BELO HORIZONTE, Resolução nº III, de 08 de fevereiro de 1996, 1996, on-line).

²¹ Segundo o entrevistado, cerca de 1/3 das famílias do Conjunto Urucuia fizeram parte dessa ação judicial no pós-ocupação. Esse aspecto será retomado adiante na descrição do estudo de caso.

atendimento de outros sem-casa do município. Contudo, a liderança enfatiza que "a prefeitura perdeu o controle", ao relatar que não teria sido possível viabilizar a ideia devido à má gestão do poder público. Ela atribui à ausência do trabalho social durante o pós-morar todo o problema de falta de estratégia e fiscalização no pagamento dos financiamentos, como aponta o relato:

A verdade verdadeira ela [a Prefeitura] perdeu o controle, não deu conta, começou uma política habitacional que ela não deu conta de fiscalizar. Tanto que as obras da autogestão quem mais coordena são as associações mesmo, é a gente que coordena. Porque se tivesse tido um trabalho social bacana, hoje a realidade era outra... tanto pra quem tá morando quanto pro poder público. [...] *a prefeitura passaria a moradia pra pessoa, a pessoa pagaria um valor irrisório que não era muito, que voltaria pro Fundo Municipal de Habitação, pra outro sem-casa ter casa. No entanto, esse objetivo não foi todo cumprido...40, 50% [das famílias pagam o financiamento]. Se tivesse tido uma eficácia desse povo pagar a moradia direitinho, pra voltar [pro Fundo], se [a PBH] tivesse feito um trabalho bem feito, muito mais sem-casa poderiam ter sido atendidos, porque aí o dinheiro voltava pro Fundo e o dinheiro seria usado pra comprar outro terreno, pra construir pra outro [sem-casa]. Só que não teve, a prefeitura perdeu o controle [...]. Não é só o movimento popular, a própria prefeitura perdeu o controle, ela não soube dar continuidade à política habitacional do município.*²²

Chama atenção na fala de Geralda o fato de ela considerar problemático que a coordenação das obras ficasse principalmente a cargo das associações, afinal, em se tratando de autogestão, o esperado é que de fato a prefeitura atribuísse aos moradores, a partir de seus núcleos e associações, a responsabilidade por essa condução. Demonstrando assim haver uma negativa implícita por parte dessa liderança à autonomia das associações na gestão dos conjuntos. Ainda sobre essa passagem, parece um tanto simplista conferir ao trabalho de técnicos sociais a resolução dos problemas referentes ao impedimento das famílias de arcar com os custos da nova moradia. Esse pode ser um indicativo da falta de compreensão das lideranças, ou de parte delas, do processo autogestionário de forma ampla. Ademais, a questão da falta de recursos do FMHP é anterior à conclusão dos conjuntos, portanto não é possível vincular à inadimplência dos financiamentos da autogestão toda a responsabilidade por sua inviabilização. Mesmo que parcialmente equivocada, Geralda expõe aspecto importante ao dizer que não

²² Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 jun. 2019.

abaixo

Figura 52: Célio de Castro no momento da assinatura dos contratos dos quatro primeiros conjuntos por autogestão do OPH (Havaí, Villarégia, Deuslene e Fernão Dias)

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, anos 1990

houve prosseguimento do programa de autogestão na PMH por responsabilidade do poder público.

Resultado da resistência na assinatura dos convênios por parte da Frente BH Popular, quase todas as obras dos conjuntos da autogestão só foram alcançadas na gestão de Célio de Castro do Partido Socialista Brasileiro (PSB, 1997-2001), vice de Patrus Ananias na Frente BH Popular (Figura 52).²³ E apesar de em 1996, no último ano da gestão de Patrus, ter sido aprovado o Plano Diretor de Belo Horizonte – com reforço à implantação de planos, projetos e programas conduzidos a partir de cooperativas ou de associações habitacionais em produção autogestionária auxiliada pela capacitação de assessorias técnicas –²⁴ as discussões para destinação de recursos ordinários exclusivos da PBH para o programa municipal de autogestão foram realizadas pela última vez no ano de 1996, no OPH do biênio 1996-1997, e interrompidas desde então.²⁵ Portanto, no seu momento mais profícuo, a produção autogestionária viabilizada por programa municipal é abandonada.



²³ As exceções se aplicam somente aos conjuntos Havaí I e Havaí II com obras iniciadas ainda em 1996.

²⁴ Como prevê a Lei n° 716 e a revisão com o acréscimo da redação dada pela Lei n° 8137/2000.

²⁵ Depois disso houve somente as discussões nos OPHs de 1997 para viabilização dos conjuntos Jaqueline e Jardim Leblon com recursos do Programa de Subsídio Habitacional (PSH), provenientes do Orçamento Geral da União (OGU); e nos OPHs de 1998 e de 2001/2002 para os conjuntos da 2ª geração com recursos majoritários do PCS com colaboração da PBH.

Concebido como um modelo de alguns poucos agentes do quadro do PT, sua atuação foi muito limitada, não houve retomada do ideário da autogestão a partir de iniciativa das administrações municipais seguintes à da Frente BH Popular. Antônia de Pádua reforça isso ao lembrar a longa administração municipal conduzida por Marcio Lacerda (PSB) entre 2009 e 2016:

E depois, na gestão, infelizmente, do Marcio Lacerda, acabou o processo. Acabou. Ele teve coragem de nos levar, Ednéia tá aqui. Ele nos levou, um dia inteiro da nossa vida mostrando os terrenos públicos da cidade pra nós, como se... "Ah, vai fazer autogestão, vai fazer um processo diferenciado". E depois de menos de um mês, falou que aqueles terrenos não eram terrenos públicos, que têm um equívoco, que não ia passar aqueles terrenos. Então depende muito da pessoa que tá sentada com o prefeito, com o governo de estado. Então essa questão autogestionária ... nós tivemos oito anos de governo Marcio Lacerda, mas não aconteceu nada. Ele vendeu os terrenos públicos, nós, enquanto movimento de moradia, nós tivemos que ir pra fora.

Contudo, antes de Marcio Lacerda, a administração petista de Fernando Pimentel (2001-2008) dando "uma guinada para o empresariamento estratégico na governança municipal" e "voltando a inverter os valores e objetivos estipulados em 1993" também não dispôs de recursos municipais para encaminhamento do programa.²⁶ Fato é que diante dos expedientes administrativos e do aparato burocrático controlador do Estado a autogestão de moradias nunca foi efetivamente incorporada à PMH. Afinal, o Estado é formado por um conjunto de atores em conflito e mesmo que num governo de esquerda, dito parceiro dos movimentos populares, prevaleceu a recusa em ceder recursos financeiros e políticos para os pobres, com pequena exceção aberta mediante a pressão exercida pelos sem-casa. Explicitando a fragilidade da proposta já em sua origem, os depoimentos de Adelaide e Mônica Bedê, mesmo que separados por quase duas décadas, apontam, respectivamente, que o esforço feito por parte dos técnicos apoiadores do movimento de moradia não foi suficiente para que essa produção se internalizasse:

Nesse intervalo, entre pacote da USINA e assinatura dos convênios, fizemos a sensibilização dos técnicos, dos funcionários públicos, do movimento, dos políticos. Meu trabalho foi buscar argumentos, defesa para todas as parcerias

²⁶ BITTENCOURT, *Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15)*, 2016, p. 42.

que estavam envolvidas. Mas acho que isso foi muito frágil, porque depois não desdobra, não tem continuidade. Acho que num primeiro momento era isso mesmo que tinha que ser feito, mas foi muito insuficiente.²⁷

na época, a gente se preocupou muito em lançar a ideia junto aos técnicos, junto aos movimentos, e talvez a gente tenha trabalhado pouco dentro do próprio governo, a gente achava que estava em casa e a gente descuidou de trabalhar [internamente]. [...] a gente levou o governo Patrus todinho tentando lançar o programa e não conseguia.²⁸

Esse cenário indica que, apesar desse governo progressista ter propostas muito alinhadas com os objetivos dos movimentos por moradia, ele manteve o já esperado papel estrutural burocrático que advém da sua posição de Estado. Conformando-se, portanto, uma administração ambígua, que ao mesmo tempo que abre espaços de diálogo e participação mantém o exercício de controle sobre os movimentos sociais. Logo, a institucionalização dos movimentos, ou o deslocamento de suas lutas para o domínio do poder público, a partir dessas políticas apregoadas democráticas e participativas, ou a "parceria" a qual os sem-casa ainda tanto se orgulham, na prática, representou sua submissão ao Estado e consecutiva desmobilização.²⁹ Reforçando o que pontua Bedê "*o movimento perdeu um pouco da sua vitalidade, da sua autonomia, porque apostou muito todas as fichas ali na parceria com o governo*".³⁰

Também fazendo um balanço desse processo de institucionalização das bandeiras levantadas pelos movimentos sociais ao longo da década de 1980, Adelaide assinala que ao longo do tempo isso se converteu numa espécie de contentamento dos sem-casa com diminuição de suas expectativas e consequente perda da qualidade das moradias produzidas na PMH:

quando eu paro pra pensar na década de 1980, eu tenho algumas coisas que eu levanto assim: estava se esboçando assim um conteúdo para os movimentos. Eu vejo assim: os movimentos que tinham, digamos, conceitos até rebaixados, tem o problema da moradia popular e tal, eu tenho pra mim que eles foram construindo um patamar de qualidade e de conceito mais

²⁷ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

²⁸ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

²⁹ KAPP et al. Loteadores associativos: uma contextualização, 2014.

³⁰ BEDÊ, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

abaixo

Figura 53: Síntese da Rede heterogênea responsável pela genealogia belo-horizontina na autogestão de moradias

Fonte: Produzido por mim, 2022

elevado e tal, que eu acho, no caso de Belo Horizonte, quando o PT ganha a prefeitura em 1992 e começa, dentro do que havia de mais avançado, a executar programas habitacionais [...] isso traz um nível de qualidade na produção de moradias muito relevante, comparado com o BNH, virava classe média, mas que depois... eu vou usar uma expressão inadequada, *a própria institucionalização do movimento, que eu acho que ela ocorre, faz perder isso e o movimento, ao meu ver, começa a retroceder na qualidade do que ele está buscando*.³¹

Foi em meio à esses muitos problemas e contradições, que o movimento de moradia, a partir de associações formadas pelos núcleos de sem casa, viabilizou, no período de 1996 a 2001 (de início a finalização das obras), o total de onze conjuntos em processos autogestionários com a construção de somente 775 unidades habitacionais.³² A essa produção denomino a *primeira geração de moradias por autogestão* de BH.³³ Para aprofundar essa caracterização, tentando vislumbrar seus potenciais e limites, apresento a seguir os casos dos conjuntos Villarégia (amparado por aspectos da história Urucuia) e Fernão Dias.



³¹ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

³² Com recursos discutidos no OP de 1995 e OPHs de 1996 e 1997.

³³ Conjuntos: Villarégia I e II, Havaí I e II, Deuslene I e II (Visconde do Rio Branco), Dom Silvério I e II, Urucuia (Residencial ASCA), Fernão Dias e Serrano Itatiaia.

4.3 Primeira geração via conjuntos Villarégia e Urucuia

O primeiro contato com o conjunto se deu a partir da Leta, que compôs a assessoria técnica responsável pela obra. Ela forneceu diversos documentos do empreendimento, dentre eles, textos e principalmente fotos. Além disso, coloque-me em contato com a arquiteta responsável pelo projeto, Ana Schmidt, e com Geralda, liderança da ASCA, a associação que conduziu sua produção. Foi amparada nessas informações que encaminhei as primeiras conversas e entrevistas exploratórias. A partir do levantamento preliminar e de entrevistas narrativas, já no âmbito da disciplina de graduação, foi realizada a visita para reconhecimento do conjunto. Nessa primeira visita, acompanhada de Leta e de Antônia de Pádua, ex-liderança da ASCA e moradora do conjunto, foi possível esboçar um primeiro cenário de todo o processo. Posteriormente, já com o grupo do projeto de extensão do MOM "Interface de avaliação de tecnologias sociais em conjuntos autogestionários de Belo Horizonte" foi realizada a Oficina Coletiva e por fim diversas visitas para coletar respostas aos questionários individuais. No total, foram entrevistadas representantes de 29 unidades habitacionais nessa última fase, correspondendo a aproximadamente 37% dos moradores do conjunto.

Por esses conjuntos serem parte das experiências iniciais nessa modalidade de produção, a história de organização, com mobilização, seleção das famílias e conquista de recursos e terreno se confunde com os antecedentes do processo de formulação da PMH e está totalmente atrelada ao movimento dos sem-casa com a criação da ASCA. Portanto, muito do momento inicial dessa proposta está contemplado por aquilo que foi exposto anteriormente (na Seção 4.2). Dessa maneira, tratarei aqui de outros pontos que elucidam questões específicas de sua memória. E, embora seja um relato longo, o que está contemplado aqui é somente uma síntese do que foi coletado nessas diferentes fases do levantamento de informações, um esforço de contar a história desse processo com a contribuição de seus diferentes agentes.



acima e ao lado

Figuras 54 e 55: Conjuntos
Urucuia e Villarégia em processo
de finalização

Fonte: Acervo de Leta, início dos anos
2000



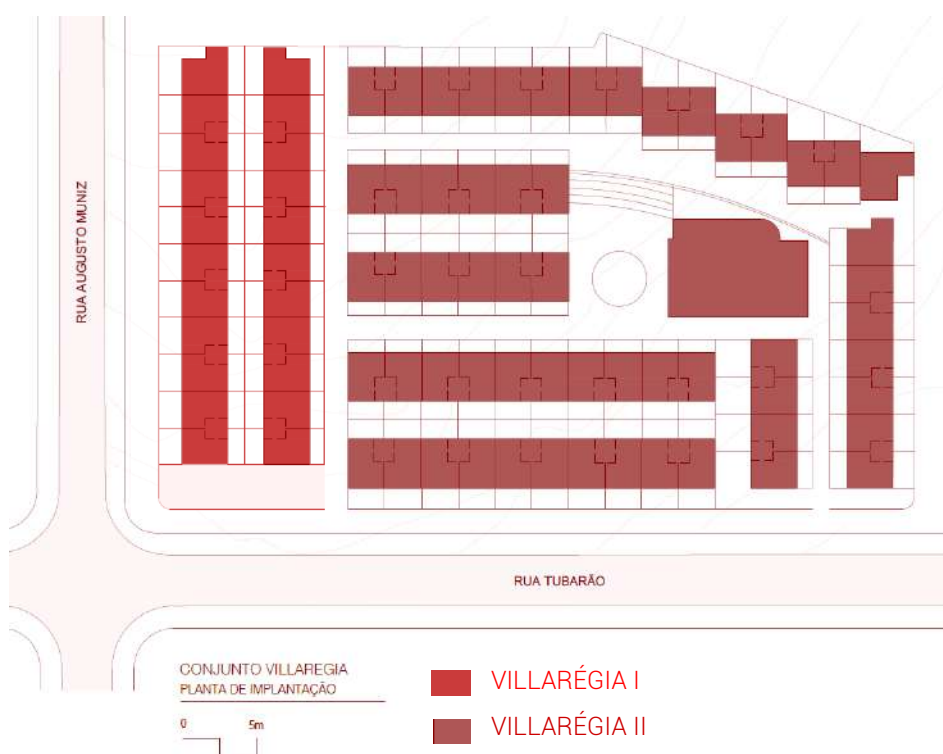
abaixo

Figura 56: Implantação do Villarégia I e II

Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa

4.3.1. Organização como resistência na conquista do solo urbano

Entre os anos de 1997 e 2000, a partir de condução da ASCA e apoio da União Nacional de Moradia, de membros do PT e da Igreja Católica, foi construído, em duas fases, na Região do Barreiro o Conjunto Villarégia, um dos quatro primeiros empreendimentos realizados em autogestão na produção de moradias de BH. De fevereiro de 1997 a maio de 1998 foram executadas as primeiras 23 unidades habitacionais assobradadas, na porção norte do terreno, denominado Villarégia I. Posteriormente, entre março de 1999 e abril de 2000, a partir da obtenção de novos recursos junto ao OPH, foram viabilizadas as demais 57 moradias no mesmo modelo, o Villarégia II (Figura 56).



O nome do conjunto faz referência à forte ligação estabelecida com a Igreja Católica, uma homenagem à comunidade missionária de Villa Regia, na Itália, da qual participou a coordenadora da ASCA, Antônia de Pádua, à época de sua capacitação como liderança.

Dona Inês, uma das moradoras que participou ativamente do processo, ainda revela que as ruas internas do conjunto receberam nomes de países relacionados à luta de moradia e a causas humanitárias, segundo ela, "Travessa Brasil, por

motivos óbvios; Travessa Itália, pelo contato direto com membros da Igreja italiana; Travessa África, pela origem do nosso povo; e Travessa Uruguai", pelos encontros promovidos com o movimento de moradia do país vizinho. Sobre esse último, ela expõe "tivemos muitos encontros com o pessoal do Uruguai, que também tinham problemas com moradia".¹ Essa passagem revela que além das lideranças, os moradores comuns tinham por referência o modelo que serviu de inspiração à proposta de autogestão da qual faziam parte.

Aproximadamente sete anos separam o início da criação da ASCA com mobilizações dos sem-casa na reunião de 500 famílias do começo das obras do Villarégia. As mais de 500 famílias que faziam parte desse núcleo inicial, mobilizadas na missa organizada por membros do CASA, foram reduzidas ao total de 282. As entrevistas e as respostas obtidas com a aplicação de questionários com moradores e lideranças sugerem que os parâmetros adotados tanto pela ASCA quanto pela prefeitura na seleção das famílias não eram rígidos naquele momento inicial. À ASCA coube estabelecer os critérios para destinação das habitações, em que foi dada prioridade às mulheres com maior número de filhos em idade escolar. Já a Prefeitura exigia apenas que a família morasse em BH há pelo menos dois anos. Ponto esse que pode ser encarado como um aspecto positivo desse processo, já que na segunda geração dos conjuntos da autogestão esses critérios chegaram a constituir importantes impeditivos à permanência das famílias como beneficiárias do PCS. Mesmo os critérios sendo compartilhados com a prefeitura, a responsabilidade pela seleção e inscrição das famílias no OPH ficou totalmente à cargo da ASCA. Leta lembra a força do movimento e a mobilização das famílias que participaram do Villarégia e do Urucuia, atribuindo a essa definição de critérios tal condição inicial:

Então, nessa fase [...] dos primeiros projetos aprovados, dos primeiros compromissos feitos na prefeitura com os movimentos, tinha um envolvimento muito grande das famílias, especialmente mulheres... aquela história de estar na reunião, nas manifestações pontuava as famílias. Eu me lembro muito, quando comecei que as famílias que foram selecionados elas tinham muito esse discurso de que conquistaram o direito de estar ali, em

¹ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 dez. 2019. Considerar a mesma referência para as demais falas da moradora.

relação a outras famílias que não se envolveram com tanta dedicação... com tanto afinco.²

Mas houve dificuldade em manter a coesão do grupo com o passar dos anos. Situação, sobretudo, vinculada ao alto custo do aluguel que impusera mudanças a diversos participantes e o consequente desligamento deles das assembleias promovidas pelo núcleo da Regional Barreiro.³ Uma situação também decorrente do momento político e econômico desfavorável, como explicita a fala de Geralda:

Pra você ter uma ideia a gente reunia toda semana. Por que? Pra não perder o povo. [Era] perigoso [...] se passasse 15 dias, as pessoas não morarem lá mais. Então a gente marcava reunião toda semana [...] pra não perder o povo. Aí o pessoal fala assim "ah gente, por que vocês não reuniam de mês em mês?". Deus me livre, se fizesse de mês em mês 'perdia' o povo todo [...], naquela época era uma recessão, era tudo muito caro, tudo muito difícil. A família às vezes tinha que deixar de comer pra pagar aluguel.

A história do Villarégia teve início junto a do conjunto vizinho, o Urucuia (conhecido na época como residencial ASCA), localizado no Bairro Cardoso, região do Barreiro. Dessa maneira, muitas questões sobre o primeiro conjunto se farão compreendidas pela explicação de trechos da história do segundo, mesmo que ele não constitua formalmente um dos casos em estudo. Como contei antes, o terreno do Urucuia foi o primeiro a ser adquirido pela ASCA ainda com recursos gerais do OP. A ligação entre os dois empreendimentos se deu pelo fato de que as 282 famílias, um grupo coeso no enfrentamento dos diversos problemas do momento de organização desse processo, seriam assentadas conjuntamente nesse mesmo terreno. Para tanto, a área do terreno doado contou com a intervenção de vereadores na autorização de um decreto de Interesse Social para flexibilizar os parâmetros urbanísticos, — ou o que Gustavo trata como ação para "burlar essa questão do terreno" — como medida imprescindível à viabilização do conjunto

² SILVA, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2020, [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Leta, as exceções serão assinaladas.

³ Recordando, para obter moradias a partir do programa de autogestão da PMH as famílias sem-casa precisavam ter um representante cadastrado junto a um dos núcleos de moradia das regionais de BH. No caso da ASCA, além de pagamento mensal de uma taxa simbólica de associação, uma das exigências para as famílias se manterem vinculadas era a do comparecimento nas assembleias promovidas semanalmente. Contudo, devido a delonga do processo de assinatura dos convênios e da consequente demora para obtenção de recursos que dariam início às obras, muitas famílias deixaram de confiar no processo e se desvincularam, já outras, mudaram-se de seus bairros de origem, impossibilitando, portanto, sua continuidade nos respectivos núcleos/associações.

popular. Contudo, mesmo após esse esforço, as famílias foram separadas em duas áreas diferentes. A situação foi consequência de um infortúnio durante a espera de recursos para viabilização das obras, uma construtora, em ação pautada por má fé, tomou parte do terreno para si e o vendeu para outras famílias de baixa renda. Antônia de Pádua conta que mesmo havendo vigilância constante por parte da ASCA, por não entenderem exatamente a dimensão da área destinada em seu proveito, a usurpação pela construtora passou despercebida até que se desse o início do preparo do terreno para a construção do Urucuia.

Com a redução da área disponível para a construção, o terreno que a princípio serviria a todas as famílias da ASCA passou a suportar apenas 202 unidades habitacionais. Tal situação levou as 80 famílias remanescentes a constituírem a comunidade do Villarégia em outro terreno desapropriado e doado pela PBH no mesmo bairro. A doação do terreno do Villarégia, no entanto, não ocorreu sem percalços. Pelo que contam os entrevistados, assim como o terreno do Urucuia, o desse conjunto foi identificado como vago por uma das famílias e requisitado pela ASCA à prefeitura. Mas contraditório ao modo como aponta Antônia antes, não foi um processo assim tão direto e simples, foi só com a pressão dos moradores que a URBEL, vendo-se sem opção, tratou de desapropriar nova área para a ASCA.

A separação das famílias em dois conjuntos representou obstáculo não apenas por ter implicado nova busca por áreas disponíveis na cidade, mas, principalmente por ter fragmentado o núcleo de beneficiários constituído inicialmente. A lembrar, nesse momento ainda não havia sido acordada a divisão equitativa dos recursos para as obras do OPH e consequente separação obrigatória das famílias de seus núcleos originais, portanto, eram todos participantes de uma mesma regional, unidos desde as primeiras mobilizações dos sem-casa. Em entrevista, Gustavo relembra que isso inclusive foi motivo de objeção, por parte da Asca, à compra de um primeiro terreno localizado pela URBEL à Av. Augusto dos Anjos, na região Venda Nova. Segundo seu relato, apesar da área ter sido inicialmente identificada pela associação como promissora, as famílias insistiram em se manter na região Oeste de origem. Além disso, outro ponto desfavorável, que teria sido colocado pelos associados como um impedimento a essa aquisição, deu-se exatamente em função da área não ser suficiente para abrigar o número de unidades necessárias a todos. Portanto, por um erro externo ao movimento, a prioridade coletiva de se manterem unidos acabou sendo abandonada em vista da viabilização das demais moradias. Ao que tudo indica, não tiveram outra opção que não aceitar a divisão imposta por essa circunstância adversa.

Ainda hoje, quando indagados sobre como foi obtido o terreno, muitos dos moradores do Villarégia se referem à conquista do Urucuia e não à do local onde residem. A questão emerge não por acaso, afinal, há um imbricamento entre suas histórias, os moradores desse conjunto fizeram parte da difícil conquista do terreno dos demais companheiros de luta.

A longa espera para a destinação dos recursos que viabilizariam a compra e as obras dos terrenos do Urucuia e do Villarégia não foi o único problema enfrentado pela ASCA no assentamento das famílias associadas. Com as áreas já adquiridas, os moradores do bairro, alarmados com a perspectiva de serem vizinhos de pessoas do movimento dos sem-casa, assumindo atitude opressiva e preconceituosa, fizeram manifestações junto à prefeitura para impedir a construção dos conjuntos de interesse social. A alegação de fundo era de que a presença dessas pessoas degradaria o bairro. Isso é o que Gustavo, relembrando o regime de segregação racial imposto no país sul-africano, denomina "*apartheid* social". Uma segregação que ele menciona ter sido completamente insensata, já que os então moradores da vizinhança (bairros Cardoso, Pongelupe e Urucuia) não pertenciam a classes sociais tão distintas a dos sem-casa. Para ele, foi uma posição assumida também em consequência de "uma questão política e não apenas econômica".⁴ Sobre a tentativa de impedir que os conjuntos se instalassem na região, ele diz que a ASCA e seus associados fizeram uma carta aberta à população contando sua luta e pedindo apoio e adesão ao seu estabelecimento ali.

Já dona Inês, lembra também o papel de apoio da Igreja nesse momento, "Patrus comprou o [terreno] do Urucuia e faltaram as 80 [moradias] que vieram para cá [pro Villarégia] [...] fizeram abaixo-assinado para gente não vir [...] fizemos muitas reuniões no terreno do Urucuia antes de vir para cá, muita oração também". As reuniões e orações as quais Inês menciona foram mobilizações propostas pela ASCA e pelas famílias associadas com apoio de padres da Igreja e do CASA, que teriam promovido missas com intuito de sensibilização dos futuros vizinhos (Figuras 57 e 58). Fazendo menção a um trabalho de apresentação dos conjuntos

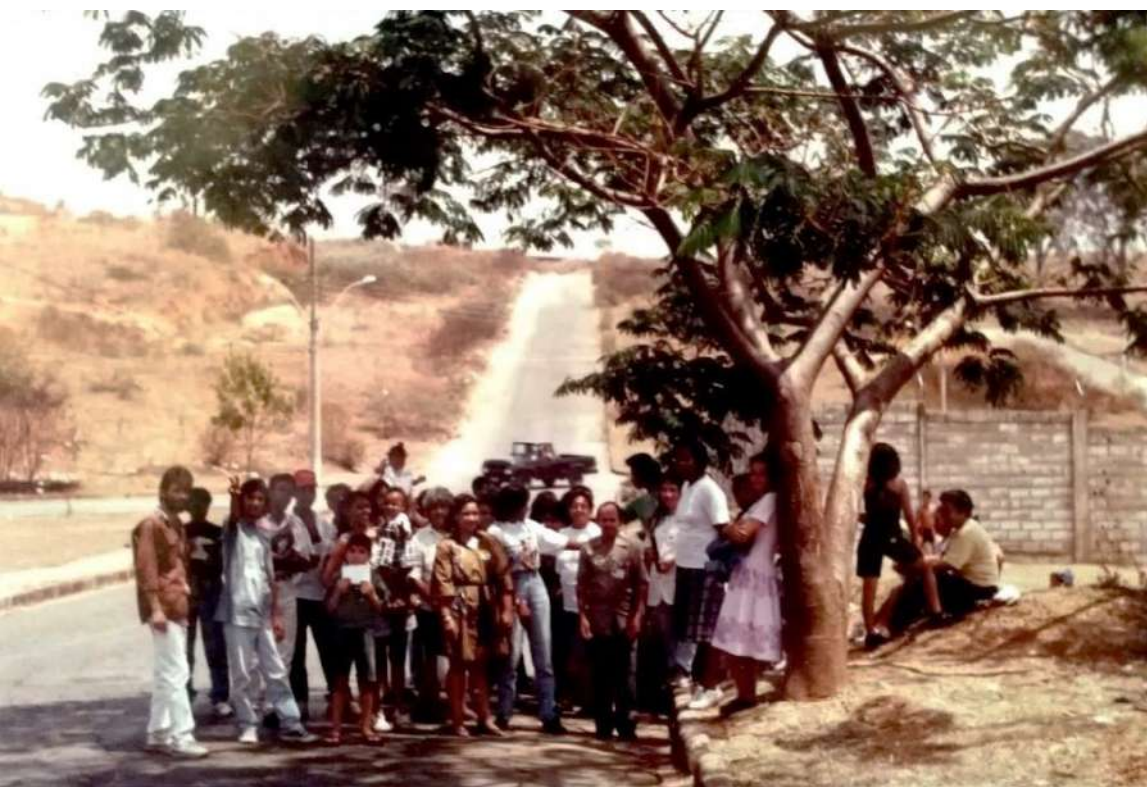
⁴ Nas proximidades dos conjuntos Villarégia e Urucuia existem diversos conjuntos habitacionais populares. Ademais, a partir do perfil sociodemográfico da Regional Barreiro, realizado a partir de dados do Censo Demográfico de 2000, é possível saber que na época de instalação dos conjuntos a População Economicamente Ativa (PEA) masculina possuía renda predominantemente de três a cinco salários mínimos (23,40% da população), já a feminina, de um a dois salários mínimos (27,05%), na média, a maior parte da população pertencia à classe D (CDL-BH, Perfil Sócio-demográfico da Regional Barreiro, 2000)

abaixo

Figuras 57 e 58: Mobilizações relativas ao terreno do Urucuia

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, 1997

Urucuia e Villarégia de porta em porta, os moradores do conjunto também relatam que o preconceito da vizinhança impôs a necessidade de um trabalho social de incorporação deles no bairro. Contudo, Gustavo conta que esses atos não foram suficientes, o que, segundo ele, teria levado o próprio prefeito Patrus Ananias a intervir, indo até o bairro e tendo dito que as “famílias vão vir de qualquer forma”. A intervenção do prefeito, confirmada por lideranças da ASCA, mesmo diante da hostilidade e recusa dos vizinhos, foi de fato fundamental para que anos depois as famílias se mudassem para esses conjuntos. A atitude de Patrus se revela, pelo menos nesse ponto, alinhada aos ideais de melhoria da condição de vida dos sem-casa da cidade, como preconizava seu programa de governo.



O confronto estabelecido entre os moradores da região e as famílias sem-casa advém do fato já mencionado de que os primeiros empreendimentos, contaram com localizações privilegiadas. Mas, se de um lado, Villarégia e Urucuia representaram a resistência das famílias em permanecer no terreno, de outro, o caso do Residencial Fernão Dias, também conjunto da 1ª geração, expõe a suscetibilidade de alguns grupos menos combativos em aderirem facilmente a mudanças propostas pelo poder público frente a ações reacionárias da sociedade. Evidenciando a dificuldade e insegurança na conquista desses terrenos, Dona Helena, moradora do conjunto Fernão Dias, expõe bem essa situação:

É um bairro entre aspas meio nobre [...] e a primeira coisa que aconteceu foi o pessoal fazer um abaixo assinado e tirar a gente de um local para jogar a gente para outro. [...] Não quiseram. Fizeram abaixo assinado e teve isso. Aí a prefeitura falou: “não, tem outro loteamento que perdeu por leilão e tudo mais, ele é mais amplo, tem isso e aquilo e tudo mais...”. E colocaram a gente lá. E a gente aceitou sem discussão, sem nada. Naquela época, acho que estava todo mundo com a euforia de ter sua casa, ter sua casa, ter sua casa, que esqueceu dessa parte aí.⁵

O tecido urbano já adensado e a prioridade de lotes não muito extensos são aspectos da produção autogestionária ressaltados pelas arquitetas que fizeram parte da assessoria técnica. Leta lembra “o Villarégia e o Havaí fizeram parte de uma política assim, muito, muito bacana que foi de ocupação de pequenas áreas urbanizadas na cidade”. Da mesma maneira, Ana Schmidt menciona: “a questão que eu acho que marcou [...] era trabalhar pequenos conjuntos dentro da cidade, do tecido urbano, em áreas já urbanizadas”. Ao ser questionado sobre o processo de conquista da terra, Lúcio, morador do Villarégia, assim como muitos outros vizinhos, reforça o que as arquitetas apontaram. Ele diz que se lembra que ficaram muito satisfeitos com o terreno ser próximo do local onde viviam e recorda que já havia ali mesoestrutura instalada (esgoto, água e luz nas casas vizinhas já consolidadas).

Se por um lado existia resistência dos moradores dos bairros Cardoso e Pongelupe à construção do conjunto Urucuia e depois do Villarégia, de outro, as próprias famílias da ASCA também tinham suas ressalvas quanto à proximidade das ocupações Vila Corumbiara e Vila Pinho (Figura 59). Em vários questionários os moradores responderam que exerciam a função de vigia antes mesmo do início da

⁵ Pesquisa de campo no Residencial Fernão Dias em 24 nov. 2021.

abaixo

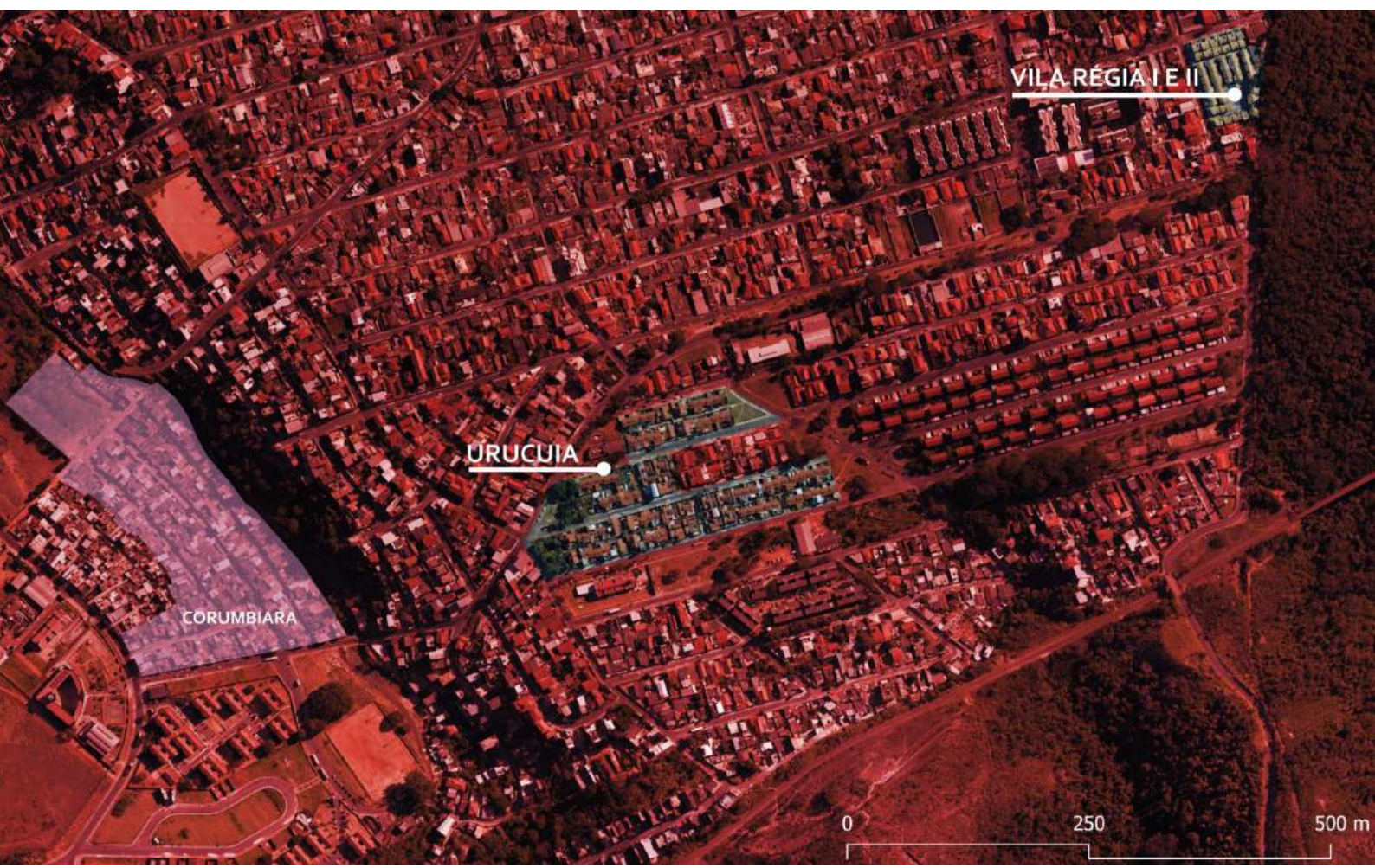
Figura 59: Proximidade dos conjuntos Villarégia e Urucuia com a Vila Corumbiara

Fonte: Produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão, 2022

obra. Gustavo afirma que foi necessário realizar vigilância constante no terreno pois existia ameaça de ocupação. Isso também foi pontuado por Geralda que em momento anterior tratou da parceria entre os braços do movimento:

Então, nós ficamos vigiando esse terreno, falo vigiando mesmo, [...] com medo dos outros [sem-casa] ocuparem ele. Um terreno, já tinha sido desapropriado pra sem-casa [tratando da área vendida do Urucuia], se tivesse uma ocupação, como que nós, [que também éramos] sem-casa, íamos tirar os outros? Então era muito complicado. [...] Então a gente, capinava, roçava, [...] e formava escala [de vigia] com as famílias.

A fala de Geralda aponta duas questões importantes do momento de organização; a primeira, já colocada antes, de que a ASCA tinha empatia com a demanda de outros grupos do movimento dos sem-casa; a segunda de que a vigilância como medida de proteção aos próprios companheiros de luta seria reflexo de um medo que expressa um problema maior, a vulnerabilidade na conquista da terra. Isso reforça a hipótese de que a busca de terrenos atribuída à associação ou aos moradores, longe de representar a autonomia deles na "escolha" de onde morar, mostra-se mais como um expediente da prefeitura em não assumir a responsabilidade em efetivamente disponibilizar áreas na cidade para o assentamento dos grupos.



A localização de conjuntos como o Villarégia e Urucuia representa, na realidade, a disposição das famílias em encontrar um terreno adequado durante seu tempo livre. Trata-se de uma associação de fatores que combina esforço do movimento e até mesmo sorte na consolidação da conquista. A obtenção do terreno dependia naquele momento de adequação dos parâmetros urbanos necessários ao uso de interesse social; de área suficiente ao assentamento das famílias previamente cadastradas; de disponibilidade de recursos para a compra; de parcerias firmadas; e da resistência do grupo frente às ações de *má-fé institucional* e *má-fé da sociedade*.⁶ Dessa maneira, há de se reconhecer a organização e o desempenho do movimento dos sem-casa na conquista da terra, pois sem essas constantes mobilizações e esforços possivelmente não teriam sido conseguidas moradias em áreas bem localizadas.

4.3.2. Projeto e canteiro

Obtido o terreno em 1996, a etapa subsequente na produção do Villarégia tratou da contratação do projeto arquitetônico e da assessoria técnica. O programa do conjunto Villarégia consistiu de 80 unidades habitacionais, praça com anfiteatro e Centro Comunitário (previsto originalmente como salão de festas) (Figuras 60 a 62). Contudo, apenas as moradias estavam previstas no orçamento original aprovado pela URBEL. O estacionamento, segundo a arquiteta responsável pelo projeto, Ana Schmidt, não era uma demanda que cabia na realidade daquele momento, portanto, não chegou a compor a proposta.⁷ As unidades habitacionais, dispostas em lotes individuais interligados tanto no afastamento frontal quanto posterior, contaram com três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, totalizando 56m² (Figura 63).

Em sua narrativa, Ana Schmidt revela que seu escritório venceu um processo de licitação da PBH para realizar os projetos (arquitetônico e complementares) — e eram previamente contratados pela URBEL — e só posteriormente foi selecionado pela ASCA para acompanhar a execução do Villarégia e do Urucuia assim como de outros empreendimentos da 1ª geração enquanto assessoria técnica. Bem como foi mencionado, embora não tenha sido previsto o envolvimento dos beneficiários durante a elaboração do projeto e a participação não fosse premissa nessa etapa, o processo demonstra alguma abertura à escuta e à interferência deles. Ana

⁶ SOUZA, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, 2009.

⁷ SCHMIDT, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2019, [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Ana Schmidt.

Schmidt revela que os representantes das famílias junto às lideranças da ASCA influenciaram completamente a proposta inicialmente demandada pela URBEL.

De um conjunto vertical, que previa o máximo aproveitamento dos coeficientes urbanísticos, com as interferências dos futuros moradores, o projeto passou a atender suas demandas e a prever sobrados geminados com áreas livres em lotes individuais. A arquiteta expõe como ocorreu a etapa de projeto:

De início a URBEL queria que a gente fizesse o máximo de unidades nesse terreno e o máximo que eles pediram era mais de 100, 150 [moradias][...]. E isso só caberia fazendo uma coisa verticalizada [...] então a gente [...] tinha uma representação dessas famílias [...] – a associação junto com algumas pessoas desse grupo da ASCA, é que acompanharam a execução do projeto – aí eles deram bomba, [disseram] ‘não queremos coisa verticalizada, a gente quer um esquema de casinha, com um pequeno terreno, que desse pelo menos pra fazer um canteirinho e [poder] criar galinha’. [Então a proposta passou a ser] uma coisa um pouco mais horizontal, de trabalhar esse conjunto mais horizontal mesmo, com esse terreno individualizado. Então foi aí que a gente trabalhou essa proposta.

Já Renato Colotto, arquiteto que compôs a assessoria e atualmente é também morador do Villarégia lembra que a casa com três quartos foi fruto da escuta realizada com os moradores na fase de projeto. Ele diz “quebrei a cabeça para fazer caber esses três quartos”, afirmando que a solução de distribuição dos espaços foi inspirada em um conjunto de moradias das classes média-alta e alta do bairro Jardins em São Paulo.⁸

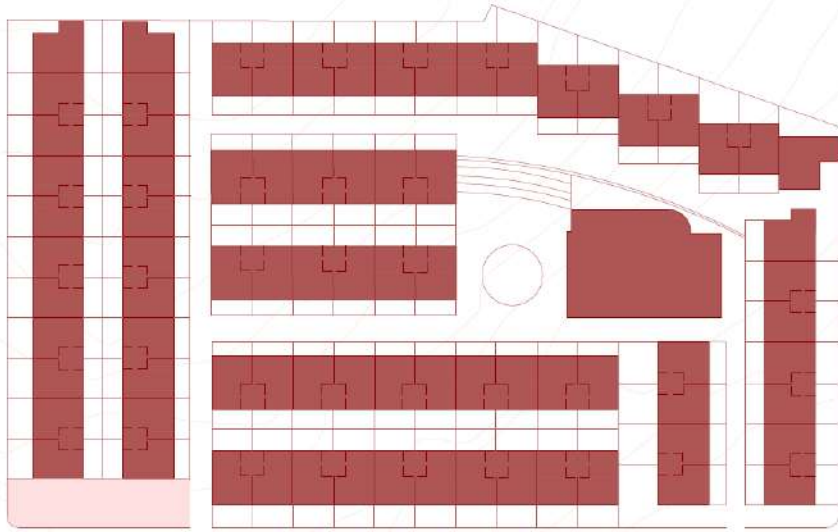
Figuras 60, 61 e 62: Implantação, salão de festas e elevação frontal do conjunto Villarégia

Fonte: produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão com base nos projetos originais, 2022

na página seguinte

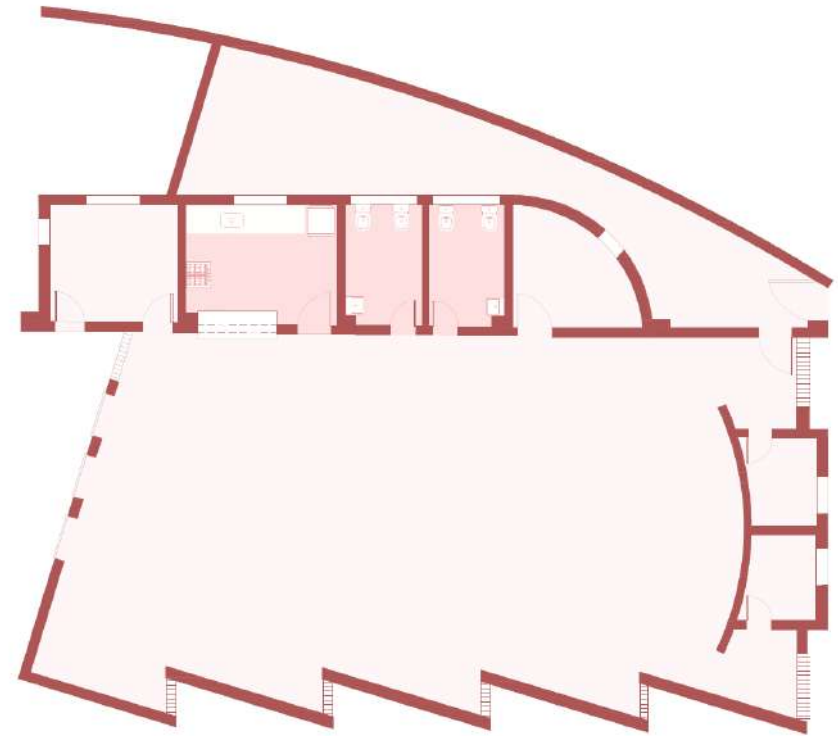
⁸ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 04 abr. 2019.

RUA AUGUSTO MUNIZ

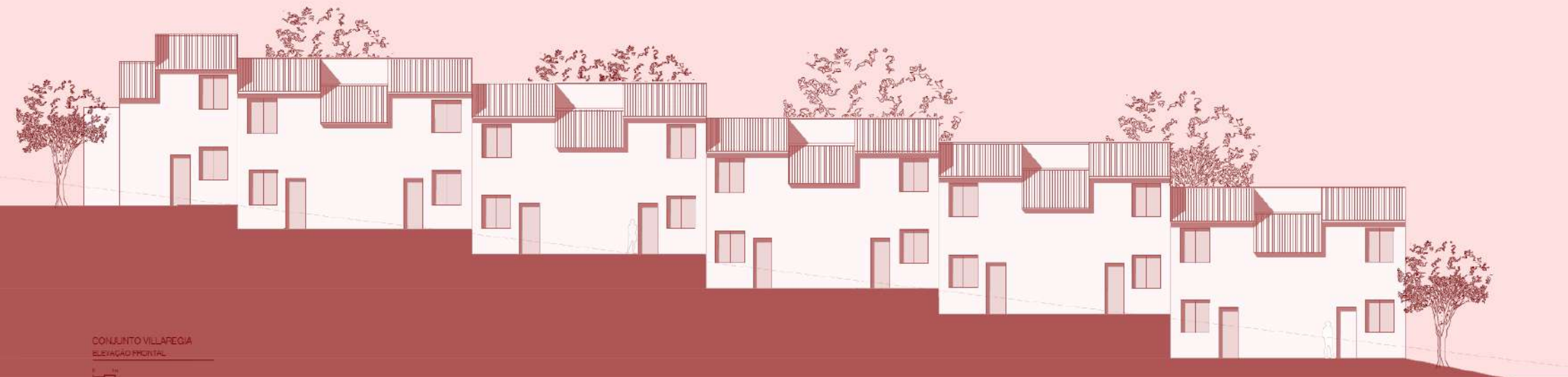


RUA TUBARÃO

CONJUNTO VILLAREGIA
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



CONJUNTO VILLAREGIA
PLANTA BAIXA SALÃO DE FESTAS

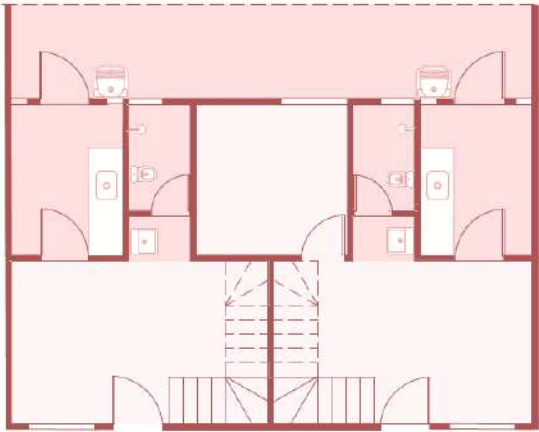


CONJUNTO VILLAREGIA
ELEVACÃO FRONTAL



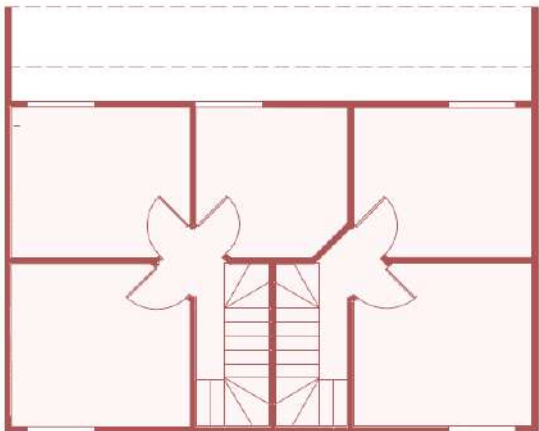
Figura 63: Plantas da unidade habitacional do Villarégia

Fonte: Produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão com base nos projetos originais, 2022.



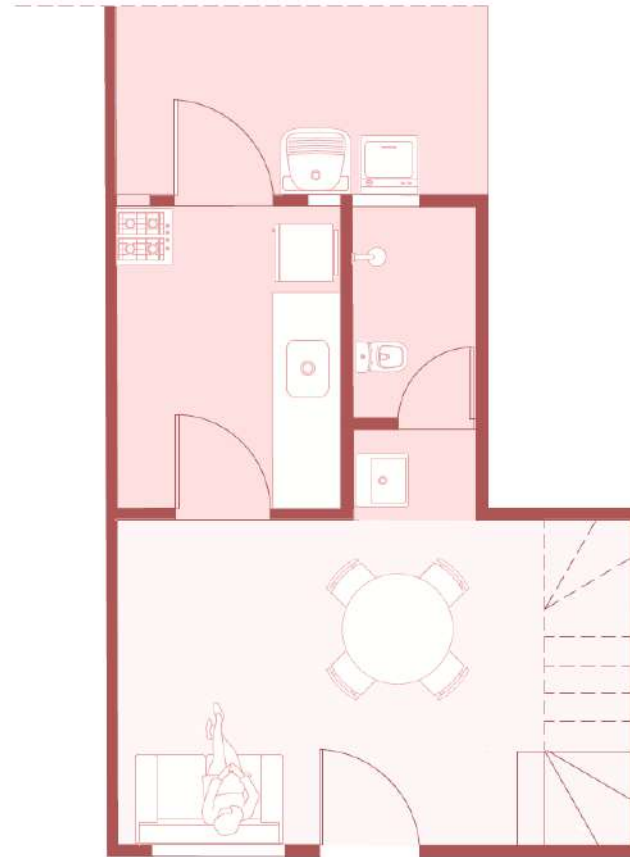
CONJUNTO VILLAREGIA
PLANTA BAIXA PAVIMENTO INFERIOR

0 1m



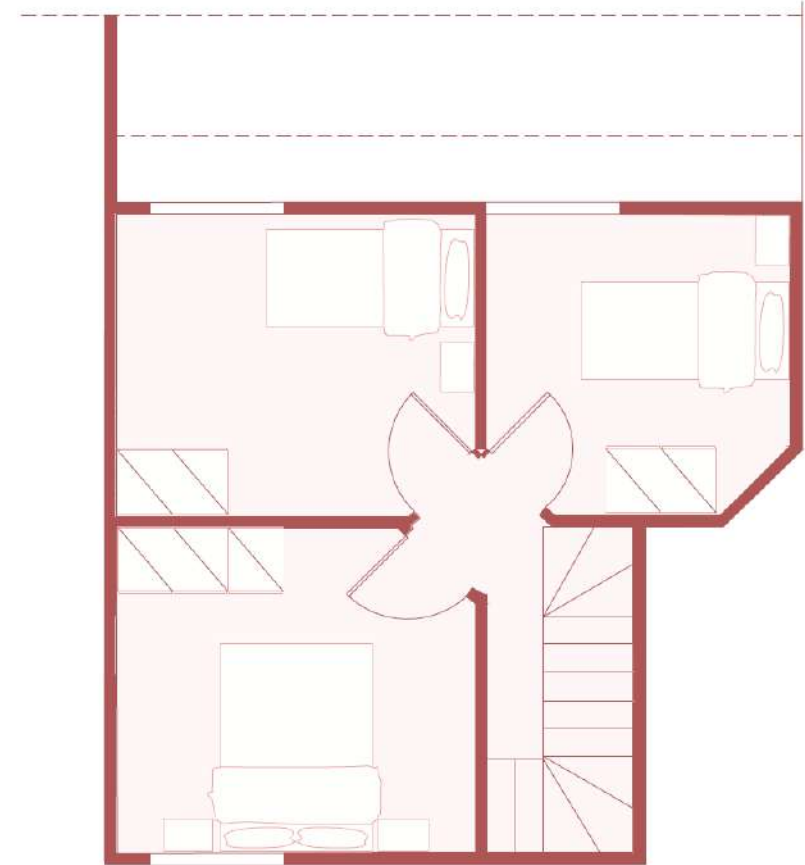
CONJUNTO VILLAREGIA
PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR

0 1m



CONJUNTO VILLAREGIA
PLANTA BAIXA PAVIMENTO INFERIOR

0 1m



CONJUNTO VILLAREGIA
PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR

0 1m

E ainda que a ideia de produzir habitações individuais seja realmente contraditória à noção de autogestão, a requisição de alteração do projeto demonstra o fortalecimento dos beneficiários enquanto grupo coeso e convicto de suas demandas, ou, pelo menos, de lideranças com força e apoio suficientes para manter essa coesão. Ademais, quando comparado com outros programas relacionados à produção de moradias, como aqueles desenvolvidos no próprio município com recursos do OP, a exemplo do Plano de Regularização Urbanístico (PRU), fica evidente que esses pequenos espaços de diálogo em torno das decisões de projeto refletiram mudanças significativas no processo. Ana Schmidt compara sua atuação como arquiteta no programa de autogestão do passado com políticas públicas atuais:

a gente tinha mais liberdade, eu acho que a coisa foi caminhando num sentido de padronizar, de ter um projeto mais já pronto. No PRU a gente não faz o projeto, a gente só testa uma área que vai ser desapropriada pra reassentamento, faz o ensaio e faz a implantação pra saber quantas unidades caberiam.

Pelo que contaram os moradores durante as fases de Oficina Coletiva e pesquisa individual, de fato, foram feitas assembleias para apresentação de imagens do projeto e discussão das decisões. Contudo, alguns deles, mesmo tendo participado ativamente do processo sequer lembram dessa fase, apontando seu caráter secundário no processo. Já outros, revelam que não compreendiam exatamente o que estava sendo proposto a partir das plantas e demais desenhos técnicos apresentados. Nesse sentido, uma moradora afirma ter participado de algumas reuniões em que “eles [técnicos responsáveis pelo projeto] passaram os *slides* de como ia ser”, segundo ela, houve reunião na Escola de Arquitetura da UFMG para apresentação das propostas. Em tom de graça ela confessa ter dito aos engenheiros e arquitetos envolvidos no projeto que “ia ser uma casa de guaxo [ninho de pássaro]”, explicando “para mim, não ia caber eu e os meus filhos”. Ela ainda declara seu desconhecimento afirmando que só depois de pronta é que entendeu que a casa era boa e grande o suficiente para abrigar a ela e aos dois filhos, ao que completa “a gente não tinha noção de como ia ficar”.¹

As adaptações ao projeto foram soluções acordadas antes do escritório de Ana Schmidt ser formalmente contratado como a assessoria da ASCA na produção do

¹ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 dez. 2019.

Villarégia I e do Urucuia. Em conversa, as lideranças contam que a ASCA deu o seu aval à escolha da assessoria, contudo, admitem que não tinham muitas outras opções para definição de quem forneceria os serviços.

Adelaide explica que naquele momento inicial realmente não existiam grupos formalizados de assessorias técnicas multidisciplinares como previa originalmente a proposta da USINA na formatação do programa, ao que dizem “tinham escritórios de arquitetura, que só tinham arquitetos. Pequenas construtoras que só tinham engenheiros. ONGs e empresas, que tinham só trabalho social”. Na prática, em meados dos anos 1990, eram apenas três os grupos aptos a atuar como assessorias técnicas das associações nos processos de autogestão, a saber: o escritório Schmidt Arquitetura e Urbanismo, a Casa do Movimento Popular e a Assessoria Social e Pesquisa (ASP). Para membros da URBEL, mencionando os conjuntos Serrano e Fernão Dias, a escolha da assessoria técnica seria induzida pelos grupos apoiadores, seja de partidos políticos ou da Igreja Católica, vinculados às lideranças.² Já para a ASCA, tanto no Villarégia quanto no Urucuia, essa proximidade com a mesma equipe responsável pelo projeto parece ter conduzido naturalmente à escolha pelo escritório Schmidt Arquitetura e Urbanismo para assessorá-los na execução dos empreendimentos.

Ana Schmidt resume a atribuição de cada um dos atores nos primeiros conjuntos da autogestão, dando ênfase ao papel da assessoria técnica, que além de trabalhar no planejamento da obra como um todo, também auxiliava a associação na parte contábil, na contratação, organização e formação da mão de obra. A síntese desses papéis fica explícita nessa fala da assessora técnica:

O papel da URBEL nessa questão da autogestão é na contratação dos projetos, depois a URBEL fazia a fiscalização e fazia repasse dos recursos. A Associação tinha uma função de cadastrar as famílias, administrar a obra e contratar a assessoria técnica. A assessoria técnica fazia esse planejamento, [...] refazia planilha [orçamentária], e fazia cronogramas [de obras], e ficava atualizando o cronograma porque tinha hora que demorava a sair o recurso... [também ajudava a] organizar o mutirão, contratar grupos, frentes de trabalho e trabalhar junto a esse cronograma. Aliás, e além disso, do acompanhamento técnico orientar a gestão da obra, tinha também a questão da contabilidade, a gente organizava os dados [...] porque isso era importante para apresentar pra

² Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

URBEL em todos os momentos das etapas [de obra]. [Além de] organizar os mutirões [...] e dar apoio no trabalho social, e formação de mão de obra.

As diversas atividades que cabiam à assessoria exigiam tamanha dedicação que, ao que tudo indica, não condiziam com o que era efetivamente contratado. Leta revela as dificuldades do processo para a equipe da assessoria técnica ao dizer:

A planilha da assessoria técnica tanto do Villarégia quanto do Havaí, que foram os dois primeiros [empreendimentos] de autogestão, era muito mais enxuta [comparando aos demais conjuntos dessa fase]. [...] eu tinha, pra você ter uma ideia, oito horas como consultora nos dois mutirões, no Havaí e no Villarégia. [...] aí eu ficava "zanzando" de uma obra para outra [...] e toda vez que eu ia em uma [obra] eu tentava ir na outra para economizar tempo e combustível. [...] a assessoria que foi mais enxuta, quase que insuficiente [...] era o que cabia na planilha, mas eu gastava muitíssimo mais do que isso nos dois mutirões.

A condição de trabalho mal pago é descrita por outros profissionais que se envolveram com a produção autogestionária, como é o caso de outro entrevistado, o arquiteto Marcelo Palhares³ que descreve sua atuação na assessoria técnica de projeto no Conjunto Santa Rosa II como "totalmente militância" e também por Gustavo que sequer chegou a ser contratado na obra do Villarégia, exercendo o trabalho social de forma voluntária. A recorrência dessa situação aponta que se tratava de uma maneira de baratear custos baseados na atuação militante desses técnicos e consequente desvalorização de seu trabalho. Sem dedicação exclusiva ou recebimento compatível com o trabalho desempenhado, é possível compreender que seria muito difícil contornar problemas advindos das burocratizações impostas nesses processos.⁴

Em resumo, a fase de projeto demonstra alguma flexibilidade da URBEL e dos técnicos (contratados pelo poder público para elaboração do projeto) em acatar as demandas da associação. Isso, contudo, esteve bastante distante da condição de

³ Marcelo Palhares compõe o grupo de sócios do escritório Horizontes Arquitetura e Urbanismo que prestou assessoria técnica na fase de projeto do conjunto Santa Rosa II (da 2ª geração).

⁴ Isso levanta alguns questionamentos que abrem espaço para outras pesquisas possíveis: até que ponto processos como os autogestionários vão depender do trabalho militante, ou seja, de profissionais doarem sua força de trabalho para que as atividades sejam conduzidas tal como deveriam? Em que condição se encontram hoje os profissionais engajados com causas sociais, será que coletivos e grupos que trabalham como assessorias técnicas são devidamente remunerados? A atuação de técnicos voluntários ou remunerados indevidamente pode recair numa ainda maior isenção do Estado no cumprimento de direitos básicos, isto é, esse trabalho pode escamotear problemas sociais estruturais ao buscar fazer ações independentes?

uma autêntica participação. Afinal, a consulta proposta com as assembleias não envolveu os conhecimentos dos beneficiários na composição da própria moradia. Ademais, os desenhos codificados, incompreensíveis àqueles que não foram introduzidos à linguagem técnica, reforçavam a assimetria hierárquica entre aqueles que tomavam as decisões sobre a etapa, no caso, a assessoria com anuência do poder público, e entre os que a eles estavam subordinados, os beneficiários e a associação. Dito isso, tomando o contexto adverso de trabalho dos técnicos há que se evidenciar a sensibilidade da assessoria nessa escuta. Há também que se reconhecer a rara disponibilidade do poder público em aceitar propostas dos moradores, uma situação que não parece ter se verificado posteriormente.

Contudo, ainda na primeira geração, como ocorre com o conjunto Itatiaia Serrano, o Estado (representado pela URBEL), ciente de sua falha na provisão da terra fez emergir sua condição heterônoma na imposição de conjuntos multifamiliares. O convencimento do movimento por parte do poder público, busca ser amenizado pelo argumento de estratégias ditas educativas, como fica claro na exposição da gestora pública Bedê:

os primeiros exercícios de cálculo realizados durante as discussões no Conselho Municipal de Habitação mostram aos representantes do movimento dos sem casa que adotar essa tipologia significa restringir muito o atendimento relativo ao lote urbanizado é inversamente proporcional ao nível de adensamento promovido pelo empreendimento. Nesse ponto, tanto o OP quanto o OPH têm um *papel pedagógico importante no processo de convencimento* do movimento dos sem casa em favor da tipologia residencial multifamiliar.⁵

Embora seja facilmente verificável que as habitações multifamiliares em conjuntos verticais são mais favoráveis ao maior adensamento e ao melhor aproveitamento quantitativo das poucas áreas livres disponíveis na cidade para construção desses empreendimentos, indiscutivelmente, convencimento não é uma estratégia que deveria ser atribuída à ideia de pedagogia. Pedagogia, diferente da mera participação, pressupõe que os indivíduos sejam autônomos na construção de sua emancipação política, isto é, que recebam formação para o exercício da autonomia. Portanto, caberia, em especial à uma política pública que se apregoa

⁵ BEDÊ, *Trajatória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p. 247, 248.

autogestionária, formular estratégias para colocar o conhecimento técnico à serviço dos beneficiários, para que assim, eles, autonomamente, chegassem a decisões coletivas alinhadas com suas demandas. Mas isso não ocorreu, já que em diversos depoimentos colhidos com moradores de conjuntos verticalizados (a exemplo do Fernão Dias e do Mar Vermelho I) foram levantadas dúvidas sobre o motivo de terem sido construídos prédios no lugar de casas. Ainda hoje, essa questão não é clara para todos.

4.3.2.1. Início das obras

Apesar de ter sido conquistado após o Urucuia, o terreno do Conjunto Villarégia teve sua primeira fase (Villarégia I) iniciada antes, em 1997. Em decorrência da mencionada demora na assinatura dos convênios que destinariam recursos para as obras, a ASCA, mais uma vez, precisou contar com a parceria da Igreja Católica. Gustavo conta que foi graças ao acesso que tiveram ao Fundo Rotativo São José, fornecido pela Arquidiocese a partir do CASA, que puderam começar a obra do conjunto.⁶

Na ausência do poder-público, e na emergência de viabilizar as construções habitacionais, floresceu um processo auto-organizativo. Orquestrado pela ASCA junto às famílias e apoiado pela assessoria técnica foi feita a preparação do terreno e a execução da fundação das primeiras 23 unidades pelo regime de mutirão, o que os presentes na oficina disseram ter sido "tudo na vontade e na raça" (Figuras 64 e 65). Mesmo com a presença da assessoria, em seu depoimento, Geralda revela as dificuldades financeiras e o despreparo do grupo no início das atividades:

Tudo foi feito com muita dificuldade, porque sem dinheiro era tudo muito difícil, eram muitas famílias. A gente tinha dificuldade porque não tinha ninguém formado, todo mundo era amador... Tudo que a gente fazia era um aprendizado. [...] A gente estava dentro da linha da autogestão, mas, assim, a gente tinha mais era teoria, a prática mesmo ninguém tinha. Na prática a gente foi ver como é que funcionava mesmo depois. [e] demos conta... demos conta de construir.⁷

⁶ O Fundo era composto por doações realizadas durante o Domingo de Ramos que serviam ao atendimento de duas ou três famílias por vez, famílias essas em situação de muita vulnerabilidade social. Segundo Gustavo, o dinheiro do Fundo era devolvido pela ASCA na medida do possível, o que ocorreu após o recebimento dos valores pela PBH.

⁷ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 09 jun. 2019 [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Geralda.

abaixo

Figuras 64 e 65: Serviços coletivos de preparação do terreno do Villarégia

Fonte: Acervo Antônia de Pádua, anos 1990

Leta lembra que nesse momento ainda persistiam as suspeitas dos moradores das imediações relatando: “a gente chegou no terreno, [durante] o primeiro mutirão e os vizinhos chamaram a polícia, porque era aquele terreno que estava sem nada e [começou] a chegar o povo, então eles acharam que era gente que estava invadindo”. Assim, da mesma maneira que essa primeira ação aponta para uma condução um tanto improvisada, ela também denota a força e a união do grupo em conduzir autonomamente as atividades que deram início à materialização do conjunto e empenho em se fortalecer no bairro.



Geralda, confirmando a persistência da oposição Estado, diz que a postura da URBEL era de que a experiência seria malsucedida: “Os donos do dinheiro [o poder público] eles não acreditavam muito em pobre. Não acreditavam que a gente ia dar conta de construir, não acreditava que o conjunto ia sair com a nossa organização, só com uma assessoria”. Contrariando as desconfianças levantadas pelo poder público, o trabalho autogestionário com mutirão se mostrou muito capaz de conduzir as atividades necessárias ao preparo da movimentação de terra e da fundação do Villarégia I. A ação urgente e espontânea na preparação do terreno do conjunto transcorreu sem problemas, demonstrando a potência contida no trabalho por autogestão.

Bem diferente, no entanto, foi a experiência do conjunto vizinho. Os serviços de terraplanagem e contenções do Urucuia contaram com mão de obra especializada, contratada por licitação pública e supervisionada pela Prefeitura, mas, contraditoriamente ao esperado de uma equipe capacitada e supervisionada pelo poder público, os serviços foram executados incorretamente. A situação foi

examinada pela assessoria técnica que interveio a tempo, chegando ao cúmulo de os trabalhos precisarem ser refeitos posteriormente pela equipe da ASCA. Caso a equipe de técnicos da assessoria não tivesse cautelosamente observado esses problemas e atuado junto das famílias e da associação na requisição de reparos antes das obras das moradias se iniciarem muito claramente os prejuízos seriam totalmente transferidos para as famílias no pós-ocupação. Mesmo que sendo uma situação pontual, ela demonstra o cuidado envolvido numa obra da autogestão, diferente do que geralmente acontece na gestão pública.

Contudo, a necessária intervenção nesses serviços levou ao aumento dos custos da planilha orçamentária e dos prazos do cronograma previamente elaborados pela URBEL, que, por sua vez se mostrou um empecilho às necessárias adequações do processo. Leta relembra esse momento:

no Urucuia a gente [assessoria técnica] teve o fato de já encontrar a movimentação de terra feita, as contenções não tinham sido feitas com impermeabilização, com dreno e a gente teve que incorporar isso na obra e aí foi um trabalhão louco porque o tempo de obra correndo e a gente tendo que fazer essas adequações e a URBEL burocratizando o processo, queria que a gente argumentasse, apresentasse o porquê que precisava do aditivo e a coisa tava lá evidente impedindo a gente de tocar a obra no ritmo que tava planejado, né? E daí... que depois desse inesperado que aconteceu a gente teve que refazer tudo.⁸

A referida burocratização nos serviços iniciais do Urucuia, apesar de evidenciar a característica de controle do poder público, ainda não se mostrava tão limitante como se verá posteriormente com a segunda geração dos conjuntos da autogestão. Nas primeiras experiências, como apontam os exemplos do Villarégia e do Urucuia, o processo permitia algumas adaptações segundo as demandas levantadas pelo grupo a cargo de sua produção (assessoria, associação e beneficiários). Segundo Leta, “tinha uma compreensão maior [por parte do poder público] das dificuldades do ritmo da autogestão. Então, se a gente dissesse assim, ‘ó, ao invés da gente fazer isso a gente faz aquilo’, não tinham grandes problemas, como depois virou”. Essa fala revela que no primeiro momento o poder público compreendia melhor as dificuldades do processo e abria algum espaço a negociações, que mesmo difíceis eram possíveis. Contudo, com o tempo, isso foi

⁸ SILVA, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2021, [informação verbal on-line].

se enrijecendo e refletindo num completo cerceamento de qualquer forma de autonomia que caberia ao processo.

As atividades de planejamento de obra também exemplificam a liberdade ainda presente na condução do processo pela associação. Segundo Leta, a equipe propôs economizar os recursos destinados às instalações provisórias do canteiro e transferi-los à construção de parte do Centro Comunitário, que até aquele momento não estava previsto em planilha orçamentária. A utilização de recursos para outros beneficiamentos, ou seja, para atender demandas que surgiram na interação com as famílias, no decorrer do processo, constituiu um ganho importante da autonomia deles na condução do processo. Uma aprendizagem adquirida com a experiência de Ipatinga, como se viu na recuperação ambiental do Primeiro de Maio, liderada por Leta. Contudo, ela só foi alcançada porque houve flexibilidade por parte do Estado, portanto, estava à mercê de uma concessão externa. Em seus depoimentos tanto Ana Schmidt quanto Leta relembram as adaptações necessárias ao orçamento e ao cronograma previstos inicialmente pela PBH sob a orientação de uma obra convencional.

Os moradores presentes à Oficina Coletiva, ao verem uma das fotos projetadas (Figura 66), lembraram, bastante orgulhosos, outro momento que expressou abertura às interferências das famílias. Trata-se de uma visita ao conjunto Primeiro de Maio (Figura 67), em Ipatinga, que os inspirou a solicitar alterações no projeto para execução das moradias da segunda fase do conjunto. Segundo eles, foi a partir desse contato que batalharam para alterar a proposta original, exigindo a troca da viga de sustentação da escada por um arco de alvenaria. A estratégia de levar as famílias a outros empreendimentos da autogestão era uma prática recorrente nos núcleos do movimento dos sem-casa, inclusive, persistiu na segunda geração dos conjuntos. Conhecer experiências anteriores demonstrou ser um recurso para manter as famílias engajadas em seus núcleos, afinal, favorecia o contato real com os resultados do esforço coletivo. A luta do movimento materializada em edificações e conjuntos já concluídos e até mesmo habitados tornava o processo mais factível àqueles que há anos são acompanhados pelas dificuldades e incertezas do seu decorrer.

ao lado

Figura 66 e 67: Arco de alvenaria (à esquerda: Conjunto Villarégia; à direita: referência da obra visitada em Ipatinga)

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, anos 1990



Uma vez obtidos os recursos junto ao poder público, e já concluído o preparo do terreno, a fase de obra do Villarégia teve o trabalho dividido entre aqueles que cumpriam atividades administrativas e gerenciais e aqueles que executavam a obra, ou seja, serviam como mão de obra. A administração, a cargo de membros da coordenação da ASCA, ou seja, das representações das lideranças, envolvia a gestão dos recursos, compra de materiais, contratação de mão de obra (inclusive das assessorias), aferição da frequência das famílias e acompanhamento junto à URBEL na fiscalização das etapas da obra.⁹ A fase de obra como um todo também contou com a assessoria técnica de arquitetos, engenheiro e assistente social. Gustavo conta que elaborou e executou o projeto de trabalho técnico social para o Villarégia e o Urucuia, que foi, posteriormente, replicado em outros conjuntos. Sobre esse ponto, ele disse, “mas não fiz tudo do zero, peguei como base o plano da União [Nacional de Moradia], como, por exemplo, o regulamento da obra”. Antônia de Pádua também lembra que a URBEL ofertou capacitações para as associações dos processos autogestionários, uma espécie de suporte para lidar com os recursos públicos.

Ana Schmidt conta que para auxiliar a associação nos serviços administrativos a assessoria técnica realizou treinamentos com a coordenação e também com beneficiários-mutirantes para capacitá-los para a compra de materiais. No Urucuia também foram contratados profissionais como mestre de obras e um arquiteto, que desempenhavam a função de *controlador da qualidade*,¹⁰ para

⁹ Antônia de Pádua conta que a Coordenação da ASCA foi definida ainda nas reuniões do movimento de moradia que ocorriam nas missas do da Igreja do Betânia e se tratava de trabalho voluntário, ou seja, sem qualquer remuneração.

¹⁰ Leta conta que a função de “controlador da qualidade” foi uma invenção da assessoria técnica, derivada da experiência do Villarégia.

assegurar a boa execução dos serviços e os prazos estabelecidos pela URBEL na execução dos serviços, como a arquiteta explica:

Esse recurso era passado pra associação que fazia todo o pagamento de mão de obra, de material e tal. Então a gente treinou o pessoal pra fazer compra, [...] e tinha compromisso também de utilizar a mão de obra disponível dentre os mutirantes [...] pra pesquisar preço [de insumos, materiais] e tal, pra negociar essas compras. E, depois foi contratado um mestre de obras e também foi contratada uma pessoa que era da nossa equipe da assessoria técnica.

Inspirada pela experiência de Ipatinga, a execução das obras propriamente ditas no Urucuia e no Villarégia contavam com o mesmo modelo de trabalho composto por dois tipos de mão de obra; a primeira, mutirante e a segunda, realizada por Frentes de Trabalho Remuneradas (FTR). A coordenadora da ASCA, Antônia de Pádua, contradizendo a ideia do membro da URBEL, exposta na Seção 4.1, de que seria inviável realizar a construção de um conjunto completo sem envolvimento de construtora, lembra que nesses dois conjuntos toda a obra foi conduzida completamente por mutirão e FTRs:

No Urucuia e no Villarégia nós não tivemos construtora, nenhum dos dois, nós não contratamos nenhuma construtora, o trabalho foi todo mutirão nos sábados, domingos e feriados, a gente trabalhava de 8 horas da manhã até às 17 horas e sábado, domingo e feriado. [...] E era um trabalho que hoje eu olho e falo "a gente era louco por fazer esse trabalho", porque a gente era doido pra sair do aluguel, então a gente foi por muito tempo assim. Hoje a gente brinca que está tudo quebrado, costela quebrada, não sei o quê, porque a gente... subia em cima dos caminhões, tirava os tijolos e do mesmo jeito já passava e ia abrir buraco, então, bem pesado, porém, muito satisfatório. E as pessoas que trabalhavam durante a semana, remuneradas, [nas FTRs].

4.3.2.2. Mutirões

Como revelaram os moradores durante a exposição de fotos da Oficina Coletiva, os mutirões eram obrigatórios e aconteciam todos os sábados, domingos e feriados, salvo alguns poucos feriados, arranjo esse acordado entre os membros da ASCA e os beneficiários. Na prática, cada família precisava ter ao menos um representante como mutirante e totalizar 16 horas semanais na obra. Ao apresentarmos as fotos, os presentes mencionaram que algumas das pessoas que estavam ali representadas não eram os beneficiários do programa, mas sim familiares ou amigos, levados para ajudar nas atividades obrigatórias aos fins de

semana e assim aumentar a pontuação da família cadastrada. Isso, posteriormente, influenciava no critério de escolha da futura casa. Esse sistema de pontuação foi criado pela associação como uma forma de controle da frequência dos mutirantes e como estímulo ao bom desenvolvimento dos serviços. Isso indica que mesmo com as obras já em andamento eram necessárias estratégias de mobilização para permanência dos mutirantes.

O duro trabalho enfrentado no canteiro é relatado por muitos moradores que participaram dos mutirões do Villarégia. Em sua maioria, eles expõem o quão penoso era enfrentar a jornada de trabalho semanal e no tempo livre se dedicar ao trabalho obrigatório dos mutirões dos finais de semana. Sr. Lucas, mutirante nas obras do Villarégia, por exemplo, quando perguntado se indicaria a modalidade de autogestão para alguém, é enfático em dizer que não. Ele justifica sua resposta dizendo que as pessoas não iriam topar o "sofrimento dos mutirões". De maneira geral, quando feita essa pergunta aos moradores do conjunto houve uma associação direta ao mutirão. Afinal, da maneira como foi conduzida essa produção, na prática, autogestão e mutirão tinham de fato um mesmo significado.

Gustavo lembra que a prefeitura proclamava o fato de ter tido economia de 23% com o processo por autogestão, economia essa que teria sido conseguida exatamente com as atividades dos mutirões. Sobre o exposto ele reclama "faltou olhar para a questão social", referindo-se à penúria das famílias no encaminhamento do difícil trabalho dos mutirões. Uma das assistentes sociais que trabalhou como assessora no conjunto Itatiaia Serrano, Rosângela, compartilha do mesmo entendimento e defende "nem toda autogestão tem que ter mutirão. O mutirão era muito árduo, alguns momentos eram muito difíceis". Rosângela, atribui aos técnicos (arquitetos e engenheiros) uma certa insensibilidade na condução dos trabalhos ao afirmar que o papel da assessoria deveria ser o de criar espaço de diálogo, contudo, "com os técnicos dos mutirões às vezes era muito difícil, precisávamos saber o que eles entendiam por autogestão". A assistente social dá a entender que os técnicos mencionados compartilhavam da ideia de que a autogestão só se fazia com o dispêndio do trabalho braçal, a ideia já exposta de que autogestão e mutirão seriam sinônimos. O que ela menciona faz parte do debate em torno da crítica de Chico de Oliveira de que a autogestão se viabilizaria a partir do sobretrabalho dos mutirões. Isto é, que o barateamento da construção seria obtido por meio da mão de obra gratuita dos beneficiários, mão de obra essa disponível durante o pouco tempo livre que dispunham ou mesmo da condição de desemprego.

abaixo

Figura 68: Curso de instalações elétricas

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, data desconhecida

Ainda que efetivamente feitas pelo sobretrabalho, é necessário destacar que essas obras ocorreram muito diversamente dos canteiros tradicionais direcionados unicamente pela extração de mais valor e pela geração de lucro. Ana Schmidt, de maneira ponderada, aponta tanto os resultados negativos quanto positivos acerca do mutirão, mencionando: “A questão dos trabalhos nos fins de semana ajuda a baixar o custo [da obra], mas é uma coisa sofrida, porque é duro você poder baixar custos em cima desse esforço”. Segundo a arquiteta, a redução de custos com a obra em mutirão, por exemplo, incidiu na ampliação da área das unidades habitacionais dos Conjuntos Villarégia e Urucuia e compara: “se fosse no esquema de empreiteira isso não teria acontecido”. Ela também pontua como ganhos do processo “o desenvolvimento do espírito solidário e cooperativo entre os mutirantes”, além de “geração de renda, formação de mão de obra, [e também] [...] a própria organização deles, de tomar decisão e ter um conhecimento de causa”.

Sobre capacitações e possibilidades de formação profissional que eram oferecidas nessas obras, o ex-técnico social, Gustavo, conta sobre o surgimento do curso de eletricista (instalações prediais) no Colégio Técnico da UFMG a partir de uma ação católica das Freiras Missionárias na Favela do Cafezal (Aglomerado da Serra) (Figura 68).¹¹ Também houve envolvimento do Escritório de Integração da PUC Minas com a oferta do curso Construção e Cidadania. Esses cursos foram ministrados aos mutirantes para capacitação de mão de obra.



¹¹ Essa ação em questão se desdobrou no que é o hoje o curso técnico de instalações do COLTEC da UFMG. Num arranjo do mutirão, a partir da ideia do engenheiro eletricista Celso Fagioli, é que se formou uma turma capacitada para trabalhar com as instalações e, posteriormente, houve a institucionalização desse curso.

abaixo

Figuras 69, 70 e 71: Mulheres trabalhando nas obras do Urucuia e Villarégia

Fonte: Acervo de Leta, anos 1990

Além das oportunidades de capacitação, outro ponto que distingue as obras da produção autogestionária da primeira geração de obras de interesse social da produção hegemônica é a expressiva presença da mão de obra feminina. Algumas das mulheres presentes à Oficina Coletiva, no decorrer da apresentação de fotografias, deixaram claro que a mão de obra feminina era maior e mais efetiva do que a masculina durante os mutirões. Uma das moradoras diz que o trabalho foi feito substancialmente por "mulheres arrimo de família", enfatizando que eram "poucos homens que pegavam no pesado". Geralda também lembra que aos finais de semana a obra era composta por mutirões formados basicamente por mão de obra feminina, buscando enfatizar esse fato ela diz arbitrariamente que 99% das trabalhadoras eram mulheres (Figuras 69 a 71).



Leta reconhece que a posição que ocupavam essas mulheres beneficiárias do programa nos trabalhos domésticos e informais pode ter contribuído para vinculação delas ao movimento de moradia. Mas para a arquiteta, outros fatores ajudaram a caracterizar a autogestão como predominantemente feminina, destacando que "entre as mulheres tem troca muito mais efetiva do que tem entre homens, [...] a crença de que é possível conseguir uma coisa via organização é uma característica" delas. Além disso, ela menciona que a relação com a Igreja pode ter servido a um importante vínculo das mulheres com essa luta.

Sobre a presença da mão de obra feminina, é preciso retomar algo colocado no começo desta tese (Seção 2.1), o fato de serem as mulheres as majoritariamente responsáveis pelas atividades reprodutivas e conseqüentemente as mais intensamente afetadas pela falta de moradias. A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 aponta que as mulheres dedicam quase o dobro de horas que os homens no cumprimento das tarefas domésticas.¹² Ademais, homens, em sua maioria, despendem mais horas com trabalhos remunerados do que as mulheres. Considerando recortes de raça e classe social, o que a abordagem da interseccionalidade procura evidenciar, esses números são ainda mais expressivos. Na América Latina e no Caribe, em média, 30% das mulheres negras não possuem fonte de renda própria, o que as torna mais dependentes e vulneráveis. Nesse contexto, são elas que desenvolvem cerca de três vezes mais horas de trabalhos não remunerados do que homens brancos.¹³ Quando delegadas, principalmente, às mulheres as atividades de reprodução reforçam a construção social que erroneamente impõe papéis a cada gênero, como se fosse apenas atributo feminino a manutenção da vida doméstica. Essas funções têm na casa o espaço de um trabalho invisível e não pago. Ademais, a posse de bens, como a moradia, serve à mulher como um mecanismo protetivo, um plano contingencial caso não tenham qualquer apoio para sustentar a si e aos filhos. Portanto, não causa surpresa que a maior parte das pessoas que procuraram o movimento dos sem-casa no início dos anos 1990 e verdadeiramente se engajaram na luta para obter uma moradia digna não apenas para si, mas também para os filhos, constituía-se de mulheres.

¹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, *Outras formas de trabalho*, 2018.

¹³ COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE, *Mulheres afrodescendentes na América Latina: Dívidas de igualdade*, 2018.

Haja vista a composição expressivamente feminina dos canteiros do Villarégia e do Uruçua, a creche surgiu como um equipamento fundamental, possibilitando às mulheres trabalharem com a tranquilidade de saber que os filhos estavam próximos e bem cuidados. Foi mencionado pelas moradoras presentes à Oficina Coletiva que não havia uma estrutura fixa, a creche era itinerante e ocupava as construções conforme elas iam ficando minimamente habitáveis. Geralda recorda: "A maioria das mães trazia os filhos. Não deixava com os pais, até porque muitas vezes o pai não gostava de olhar. Aquela coisa de machismo: 'ah trabalhei a semana inteira e ainda vou ter que olhar menino final de semana?'". Rosângela, sobre a obra do Itatiaia Serrano, diz "Tínhamos exemplos maravilhosos de mulheres que cuidavam dos filhos de outras mutirantes, havia empoderamento do feminino com as mulheres que se interessavam por construção civil".

Nos mutirões do Villarégia, os moradores e lideranças relatam que as funções eram distribuídas de acordo com as afinidades e habilidades individuais, por exemplo, as mulheres mais idosas ou com alguma limitação se encarregavam das atividades da creche enquanto outras trabalhavam na separação de materiais ou na organização do canteiro. Inês lembra que inicialmente suas atividades no mutirão consistiam em "carregar carrinho de concreto, fazer buraco e jogar terra". Conta que por trabalhar durante a semana e pelo trabalho pesado desempenhado nos mutirões precisou fazer uma solicitação junto à coordenação da ASCA e pedir para ser transferida dessas atividades ao que foi atendida e passou a trabalhar na creche onde "ensinava a fazer brinquedos", dentre outras tarefas alinhadas à sua profissão de educadora.

Já membros da assessoria técnica e da coordenação da associação lembram que os trabalhadores escolhiam autonomamente a equipe que comporiam e conseqüentemente a atividade que desempenhariam durante os mutirões. Nesse sentido Leta, conta:

As pessoas iam se agrupando de acordo com o interesse delas, com a afinidade [...]. Então, tinha equipe que preferia ser menor, trabalhava lá ao invés de juntar oito, dez pessoas, trabalhava três, quatro, cinco pessoas, pegava as casas para abrir a vala e demorava mais que uma outra equipe maior, mas preferia trabalhar assim porque tinha menos desentendimento entre elas, enfim era uma coisa que de fato era gerida entre eles.

Portanto, distinta da condição heterônoma dos canteiros manufatureiros da produção hegemônica, essas obras apontam ter contado com alguma abertura a

abaixo

Figuras 72 e 73: Atividades coletivas nos mutirões do Villarégia e do Urucuia

Fonte: Acervo de Leta, anos 1990

arranjos cooperados que minimamente possibilitaram às pessoas a livre escolha de suas tarefas, incluindo exercer e aprofundar conhecimentos que já tinham.

Além dos serviços da creche e da cozinha, foram também concretadas lajes durante os mutirões, mas, no geral, ficavam a cargo dos mutirantes atividades como limpeza da área; separação, recolhimento e transporte de material; terraplanagem; abertura de valas para fundação; organização e preparo do canteiro; armação de ferragem e estribos; e tantas outras que não constituem construção propriamente, mas que facilitavam os trabalhos de obra desempenhados durante a semana e promoviam economias materiais e financeiras (Figuras 72 e 73).



Além das beneficiárias e seus representantes, os mutirões do Villarégia, incluíam também membros da coordenação da ASCA que faziam parte das famílias sem-casa. O fato de as lideranças comporem o grupo de beneficiários parece conferir distinção ao processo dos conjuntos Villarégia e Urucuia em relação aos demais, principalmente aos da segunda geração. Nesses conjuntos, em especial, como apontei, houve grande envolvimento e empenho das famílias na requisição de demandas, a exemplo da significativa alteração do projeto do Villarégia, o que pode ser reflexo da presença das lideranças-beneficiárias. Para além da luta coletiva, havia um interesse particular por parte da coordenação para que aquela proposta fosse bem-sucedida, afinal, todo o esforço e o envolvimento dos participantes seria revertido também em beneficiamento próprio. Mas, para o poder público, reconhecendo que o processo era gerido e centralizado pela coordenação e não pelas famílias, as primeiras 23 unidades habitacionais do Villarégia teriam ocorrido de modo distinto dos três outros primeiros empreendimentos da autogestão. Para Adelaide, a coordenação da associação teria outras prioridades (como a gestão de outros empreendimentos) que não a de zelar pela qualidade do Villarégia I, onde, de fato, nenhuma liderança ou membro da coordenação da ASCA foi residir posteriormente:¹⁴

o (mutirão) Villarégia foi um processo atípico, porque [inicialmente] foram somente 23 unidades e as famílias não dirigiam o processo construtivo. Era a associação, a diretoria da associação que tinha outras preocupações, outros empreendimentos, era quem dava o tom no OPH, enfim, eles cumpriam outros papéis. Então, eles não deram muita importância para o processo de construção das 23 casas.

No geral, não apenas no Villarégia I, mas também em outros conjuntos da primeira geração como o Fernão Dias e Serrano, fica claro a partir das entrevistas e conversas com os moradores e agentes do poder público que na prática quem se apropriava da gestão dos empreendimentos eram os dirigentes da associação e em maior ou menor grau as famílias mais próximas deles. Portanto, na organização do processo, cabia às famílias ou beneficiários da PMH depositar confiança na coordenação que era quem de fato tomava as decisões. Contudo, demonstrando que foram concebidos mecanismos que intencionavam diminuir essa distância na segunda fase da construção do Villarégia, os moradores contam

¹⁴ Os membros da coordenação da ASCA, ou lideranças que emergiram desse processo, foram morar no ou no Villarégia II ou Urucuia.

abaixo

Figura 74: Assembleia no Villarégia

Fonte: Acervo de Antônia de Pádua, anos 1990

que existiam reuniões semanais para repasse das decisões e apresentação do andamento dos trabalhos pela coordenação aos representantes das famílias. Durante a Oficina Coletiva, o ritual dos mutirões foi também lembrado: no sábado sempre havia a distribuição do "jornalzinho" com as notícias da semana, seguida um "momento de reflexão" e da discussão da ordem do dia (Figura 74). O jornal, foi uma invenção da assessoria técnica, de Leta especificamente, trazido da experiência de Ipatinga, e era redigido pelas lideranças da ASCA com objetivo de divulgação dos resultados da obra e estímulo aos mutirantes.



Antônia de Pádua também explica que as reuniões semanais tinham um caráter mais formativo, "de comunhão", como menciona, enquanto que mensalmente eram feitas assembleias específicas para prestação de contas aos beneficiários. Além disso, tanto no Urucua quanto no Villarégia, a ASCA desenvolveu uma organização para aproximação das famílias beneficiárias. A solução foi atribuir dois subcoordenadores para cada grupo de dez famílias. Segundo ela, esse sistema garantiria o repasse de informações e de atividades necessárias nos mutirões além de possibilitar um acompanhamento da condição de cada uma dessas famílias, como explica:

esse coordenador ou essa coordenadora tinha um livro de ata que a gente repassava pra eles as atividades de trabalho, as coisas que eram necessárias na obra... e se você tinha uma pessoa que estava diabética, [por exemplo] ou que tinha outro tipo de doença, a gente conseguia fazer uma coisa mais perto das pessoas, pra conhecer um pouco mais, pra viver a situação enquanto família das pessoas mesmo. Então todos os nossos mutirões tinham essa delicadeza.

Sem idealizar ou minimizar os problemas enfrentados nos mutirões (muito ao contrário, da mesma maneira que já tratado, fazem-no com veemência) a maior parte das pessoas com quem tive contato durante as pesquisas de campo expressa orgulho em ter sido parte ativa da construção de sua própria moradia. Nessas experiências, o clima do canteiro, segundo vários registros, era o da comunhão, da amizade e da festa. As fotos, assim como os discursos, apontam reuniões, missas e celebrações de todo o tipo (churrascos, dia das crianças, aniversários, festa da finalização da fundação, festa da finalização da cumeieira etc.), uma possível resposta da coesão do grupo à longa etapa de organização que precedeu a obra. Práticas que definitivamente caracterizam as obras do Villarégia e do Urucuia *outros canteiros* (Figuras 75 a 77).



Figuras 75 e 76: Churrasco no canteiro do Urucuia e missa no canteiro do Villarégia
Fonte: Acervo de Leta, anos 1990

ao lado e acima



acima

Figura 77: Festa no Villarégia

Fonte: Acervo de Leta, anos 1990

4.3.2.3. FTRs

Enquanto os mutirões do Villarégia e do Urucuia eram conduzidos aos finais de semana e feriados por mão de obra não paga, as FTR ocorriam durante a semana por meio de trabalhos remunerados.¹⁵ Tratava-se de equipes formadas a cada etapa da obra e funcionavam como uma empreitada. Gustavo estima que inicialmente 15% era composta por mão de obra experiente que vinha do entorno do próprio bairro. Já a outra parte era de profissionais formados nos mutirões em Ipatinga, como lembra Leta. Em entrevista, ela menciona que denominavam essa ação de Frente de Trabalho Intermunicipal. Para a arquiteta, a incorporação de mão de obra experiente de outros mutirões auxiliava em questões diversas, por exemplo, conduzia à formação de novos profissionais e fortalecia o potencial da autogestão, já que “uma vez integrante dos movimentos autogestionários, ele [o participante] vai ser um autogestor sempre”. Além disso ela afirma que as FTRs “refletiam o entendimento de que, em última análise, os associados de distintas

¹⁵ Leta explica que as FTRs decorrem da invenção experimentada em Ipatinga, que por sua vez foram inspiradas na proposta precursora do PRODECOM por incentivo de Maurício Libânio.

entidades por moradia integram, solidariamente, uma mesma frente de luta pelo direito constitucional à moradia".¹⁶

Leta expõe que toda obra da autogestão contava com encarregado, almoxarife, apontador e que todas essas funções podiam ser contratadas como Frente de Trabalho, caso a pessoa fizesse parte das famílias beneficiárias. Os moradores do Villarégia confirmam que dentre os mutirantes havia também oficiais habilitados, pessoas que já trabalhavam com construção civil antes do processo e que foram incorporadas à FTR.

Mas não apenas de profissionais já experientes — seja de outros mutirões ou de profissionais da construção civil — era composta a mão de obra das atividades executadas durante a semana. Os moradores lembram que muitos outros mutirantes dos próprios empreendimentos passaram a integrar as FTR, chegando a compor aproximadamente 80% da mão de obra do Villarégia. Eles disseram que a maioria foi treinada para o trabalho durante as atividades dos mutirões dos sábados e domingos, uma maneira de aprender fazendo, ou seja, um estímulo ao saber-fazer.

Leta conta que a partir de um chamamento dentro dos próprios mutirões — em que a assessoria técnica explicava sobre qual a atividade seria demandada na FTR naquele momento — emergia uma organização autônoma no interior da equipe já formada para execução de determinada etapa da obra. Não havia qualquer determinação da assessoria técnica ou da associação sobre como os serviços seriam executados, divididos ou remunerados. Portanto, cabia ao grupo decidir autonomamente sobre essas questões. Leta e outras pessoas que trabalharam nessa função de assessoria ou coordenação revelam também que foi criada durante a experiência do Urucuia a proposta de que todos usassem capacetes brancos, assinalando a desconstrução da hierarquia estabelecida nos canteiros tradicionais, onde geralmente apenas engenheiros, arquitetos e mestres de obras usam o equipamento dessa cor. Contudo, as entrevistas também revelam que nas FTRs geralmente havia uma divisão da remuneração em que os oficiais eram mais bem remunerados do que os serventes, confirmando, portanto, que o uso do capacete branco foi apenas simbólico, afinal, não foi completamente evitada a reprodução de determinadas relações hierárquicas das obras convencionais.

¹⁶ SILVA, Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras, 2013, p. 217.

Para garantir a qualidade dos trabalhos realizados de forma independente pelas FTRs, tarefas como a locação da obra e as marcações para concretagem eram previamente realizadas pelos encarregados. Também no sentido de prezar pela boa execução da obra eram estabelecidos critérios pela assessoria técnica para recepção dos serviços. Serviços esses posteriormente verificados especificamente pela função do "controlador da qualidade", que só após análise minuciosa, liberava os pagamentos. Sobre isso, Leta comenta que o responsável pela aferição do trabalho desempenhado pelas FTRs "ia lá ver nivelamento, alinhamento, prumo das paredes [...] colocando régua na parede, colocando prumo, mandando desmanchar... [dizendo] 'esse pedaço aqui não dá'", de maneira a enfatizar o cuidado e a exigência na qualidade das obras da autogestão em que se envolveu.

A distribuição das moradias somente após a conclusão da obra foi outra medida adotada pela coordenação para que todos se empenhassem, sem distinção de serviço ou local, durante as obras. Como não sabiam em que casa residiriam, todos se dedicavam igualmente durante a construção.¹⁷ Geralda confessa "ninguém fazia serviço com má vontade, mal feito, porque se ele fizesse mal feito, vai que aquele lugar que estava mal feito seria a casa dele". Leta também relata que tanto nos mutirões quanto nas FTRs isso funcionava como uma fiscalização informal dos moradores para atestar a qualidade da construção: "é aquela história, ninguém sabia qual das casas seria a dele, então, eles vigiavam todas, eles diziam 'ó fulano tá fazendo besteira lá não sei aonde' então, informalmente, isso funcionou muito, do povo ficar vigiando, porque vai que a casa dele é aquela, né?". No sistema criado pela ASCA tinham prioridade na escolha da localização da casa aqueles beneficiários com maior pontuação, ou seja, pessoas mais ativas nos mutirões, nas assembleias e nos demais eventos realizados pela coordenação. Condições impostas pela associação para que as famílias se mantivessem ativas nos mutirões.

No Urucuia, o trabalho das FTRs somado à autonomia que a coordenação da associação e assessoria tinham sobre a planilha orçamentária fez com que ao longo do próprio decorrer da obra fossem propostas modificações ao projeto do telhado que originalmente previa estrutura de madeira. Segundo Leta, o preço elevado e a indisponibilidade de matéria-prima de qualidade conduziram à instalação de uma "fabriqueta" de estruturas metálicas para atender à demanda.

¹⁷ Prática que se reproduziu em quase todos os empreendimentos da autogestão de moradias.

abaixo

Figuras 78 e 79: Produção de componentes metálicos para estrutura de cobertura do Urucuia

Fonte: Acervo de Leta, data desconhecida

Mais um dos desdobramentos do que foi proposto na experiência de Ipatinga, a exemplo da fábrica de pré-moldados lá incorporada. Contudo, essa adaptação só foi possível porque foi permitido incorporar os conhecimentos de um senhor experiente no ofício da construção metálica, ao que tudo indica, parente de uma das famílias beneficiárias e vizinho da obra. Foi a partir do envolvimento dele, e de sua disponibilidade para ensinar outros trabalhadores das FTRs, que diversas pessoas puderam se capacitar para a produção de componentes metálicos leves (Figuras 78 e 79). Os interesse e envolvimento de muitos para o trabalho nessa atividade contribuíram para a importante redução de dois meses no tempo de execução da obra. Esse evento ilustra que na produção de moradias por autogestão daquele momento havia espaço para incorporação e difusão de conhecimento existente.



Leta também explica que determinados serviços que dependiam de experiência prévia poderiam ser supridos por cursos e treinamentos feitos pela própria assessoria técnica, dizendo "montava uma equipe, se o trabalho exigisse algum tipo de especialização, por exemplo, alvenaria, o cara tem que saber fazer alvenaria... prumo, nível, esquadro, alinhamento, mas a gente também dava curso de formação na obra para alvenaria estrutural." Em complemento, Antônia de Pádua relembra que os cursos e as capacitações ofertados ao longo do processo também serviram como instrumento para incorporar os mutirantes, incluindo as mulheres, às FTRs e mais tarde também ao mercado de trabalho:

as pessoas trabalhavam, davam sua experiência, se formavam [...] nós temos o Arnaldo e várias pessoas que são pedreiros de empresas grandes, outros têm suas próprias empreiteiras. [...] As mulheres no início ficavam mais naquele processo de limpeza, de furar vala, descarregar caminhão, etc. [mas] depois não, se formaram e a gente ficou bem. Era belíssimo ver aquele monte de mulher levantando parede, trabalhando de eletricista, enfim, era lindo.

Contradizendo essa posição, para os agentes do poder público, Alair e Andreia (técnica da SMAHB), essas capacitações nos mutirões não seriam suficientes para empregar de fato as pessoas, em especial as mulheres, num suposto sofisticado mercado da construção civil que se apresentaria no início dos anos 2000. Para eles, a solução para capacitação das mulheres nos canteiros da autogestão passaria, por exemplo, por atividades ligadas à culinária, reforçando assim posições socialmente construídas de gênero. Essas questões são contempladas nesse diálogo:

[M] – A gente ouviu bastante também que os mutirões capacitariam as pessoas pra ter depois uma profissionalização, enfim...

[Alair] – É, mas isso realmente não é...

[Andreia] – (rindo) Não acontece. Na verdade...

[M] – Porque você mesmo falou nas das vantagens do mutirão que...

[Andreia] – Olha, uma das coisas que a gente percebeu ao longo da experiência da autogestão. Primeiro é [que] mais de 70% do público são de mulheres. [...] Então *mulheres se são treinadas pra construção civil, não vão conseguir se inserir no mercado depois. Então não vai adiante.* Outra [questão], a construção civil de um tempo pra cá, nos últimos dez anos, se sofisticou demais. Não tem mais aquele profissional que existia...

[J] – Desqualificado.

[Andreia] – É. Não tem mais. Então teria que ser um profissional super qualificado mesmo[...] O que a gente... tem caso, inclusive de pedreiras que foram treinadas e contratadas pelo os outros, mas daí também por outras associações pra trabalhar [em outros conjuntos da autogestão]. Também é raro. O que a gente tá tentando fazer nos dois novos convênios [dos conjuntos Jaqueline e Jardim Leblon], esses dois que estão em andamento, é a gente dar curso de capacitação fora da questão de construção civil. Então, já foi... Eles estão tendo a questão por exemplo de culinária [...]

Eles têm uma cozinha industrial. Então tem essa coisa de preparação de alimento, de nutrição, desse negócio todo.¹⁸

Sustentando posição similar à dos agentes públicos, membros da ASP, assessoria técnica do conjunto Fernão Dias, não acreditam no potencial de capacitação dos mutirões da autogestão. Para eles, a autogestão não precisa necessariamente envolver o mutirão e as atividades em grupo não deveriam se restringir aos aspectos da construção, afirmando “a gente não chama de mutirão, a gente chama de atividades de mutirão: vamos rir, vamos brincar, vamos fazer teatro, vamos cantar”. Pela vivência e verificação da dificuldade que os moradores relatavam durante as obras do Fernão Dias, a ASP decidiu realocar os mutirões desse empreendimento apenas para os domingos. Parece que de atuações como a da ASP que decorre a noção vinda do poder público de que algumas estratégias de mutirão na produção autogestionária eram apenas de “fachada”.

Sem confiar na capacidade de formação dos mutirões autogestionárias, de maneira muito preconceituosa e limitada, Verônica e Getúlio da ASP afirmam que seria inviável que uma mulher dona de casa que nunca teve contato prévio com obra se tornasse pedreira nessa produção.¹⁹ Para eles, as “donas de casa”, que é como resumem as mulheres envolvidas na produção autogestionária, seriam capazes apenas da execução de atividades de baixa complexidade, como pintura e pequenos reparos na própria moradia. Em contrapartida, segundo os assessores, atividades de capacitação de leitura de projeto seriam suficientes para que serventes (homens) galgassem a posição de encarregado em outras obras. Nesse diálogo revelador se expõem essas questões contraditórias:

[Getúlio] – Deixa só eu falar uma coisa para vocês. A gente estava falando de mutirão, em nenhuma obra de mutirão, de autogestão que a gente acompanhou *nenhuma mulher aprendeu a ser pedreira, nenhuma mulher tornou e amarrou ferro, aprendeu a mexer com ferragem, por exemplo, elas aprenderam a pintar, atividades que se pode fazer dentro de casa. Aprendeu a consertar uma tomada...*

[Verônica] – a consertar fechadura...

¹⁸ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

¹⁹ Visando preservar a identidade dos entrevistados, são adotados nomes fictícios nessa passagem.

[Getúlio] – Essas coisas assim. Porque mulher para ela ser pedreira, para mexer com ferro... a não ser que ela esteja com uma obra dentro de casa... Mas nunca, nunca tivemos essa preocupação [de capacitá-las no mutirão].

[Martina] – Porque tem essa preocupação em Belo Horizonte, a gente ouviu bastante isso, que na verdade o mutirão capacitaria as pessoas para uma profissão e que depois elas poderiam, enfim, irem para o mercado como pedreiros, vocês não acreditam que o mutirão poderia formar as pessoas?

[Verônica] – Nós, não acreditamos.

[Getúlio] – É diferente. Por exemplo... Nós estamos falando lá das questões do Fernão Dias, lá você tinha pessoas que atuavam na construção civil, que eram serventes ou que eram pedreiros. Essas pessoas foram capacitadas com cursos de leitura de plantas e projetos.

[Martina] – Pessoas da comunidade?

[Verônica] – pessoas que já exerciam a profissão.

[Getúlio]: - da comunidade. O pedreiro que aprende a ler plantas ele vira um encarregado.

[Martina] – Os cursos eram oferecidos para quem já era pedreiro...

[Verônica] – *Começar do zero que a gente não acredita. A gente não acredita que é possível isso.*

[Martina] – [de] uma mulher que é dona de casa que vai fazer um curso e virar pedreira.²⁰

Embora realmente as mulheres fossem a minoria nas FTRs, a história de Cenir Aparecida da Silva, sacoleira que se formou pedreira durante a produção de moradias por autogestão do conjunto Urucuia, prova justamente o contrário. Sua trajetória de vida mostra que uma mulher capacitada durante os mutirões foi capaz de integrar como contratada outras obras do OPH e até hoje exercer ofícios aprendidos no processo. Ao longo do tempo ela passou de mutirante à trabalhadora da FTRs e mais à frente atuou como parte da assessoria técnica dos Conjuntos Serrano e Mar Vermelho I. Atualmente Cenir trabalha como pedreira autônoma e também faz parte da equipe do projeto "Arquitetura na Periferia", grupo de mulheres que presta assessoria na capacitação de mão de obra exclusivamente feminina para planejamento de construções e de execução de reformas em contextos de periferia, principalmente das ocupações urbanas.²¹ Cenir, a partir dessa oportunidade inicial dos mutirões, não só conseguiu fonte de

²⁰ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

²¹ Coletivo desenvolvido pela arquiteta urbanista Carina Guedes. Mais informações do projeto "Arquitetura na Periferia" disponíveis em: <<https://arquiteturanaperiferia.org.br/>>.

abaixo

Figura 80: Trabalhadoras na bancada de armação do canteiro do Urucuia

Fonte: Acervo de João Marcos Lopes, início dos anos 2000

renda como também encontrou um lugar de realização e reconhecimento profissional, fez de sua trajetória de trabalho um veículo para capacitar outras mulheres e expandir os ideais da autogestão mesmo que externamente às políticas públicas do OPH e do PCS. Nesse sentido, sua história é exemplo da possibilidade de transmissão de conhecimentos adquiridos nessas experiências.

Também desmentindo a incapacidade de as mulheres realizarem determinados serviços nas obras da produção autogestionária, os registros fotográficos (Figura 80), complementados pelos depoimentos de assessores, moradores e lideranças, evidenciam outra realidade. Nas palavras de Leta:

no Urucuia e nos outros [conjuntos da primeira geração], a bancada de dobrar ferro para cinta, verga, contra-verga, [...], era muita mulher que fazia [...] Era muito mulher [no canteiro], então elas ficavam ali e isso era uma função que tanto podia ser feita no final de semana como pela Frente de Trabalho, dependia da urgência que você tivesse daquela ferragem. A pessoa que fazia a alvenaria, ela já recebia a armadura que ia utilizar já cortada ou já armada quando era o caso.



Em reportagem on-line, ao ser perguntada se de fato as mulheres têm mais dificuldades do que os homens no trabalho pesado, difícil e desgastante dos canteiros, Cenir revela:

É verdade. Só que de certa forma, de acordo com que elas vão trabalhando vão se adaptando a maneira mais fácil de trabalhar que seja menos desgastante pra elas. Não tem necessidade de pegar tanto peso sozinha, igual um saco de cimento. Os homens devem pensar 'eu aguento, eu sou homem, eu sou macho, eu dou conta de fazer' e não é assim que funciona. Eu acho que tem que trabalhar em grupo que é o melhor. Quando se trabalha em grupo você produz mais.²²

Em conversa com Leta e Cenir, elas me explicam que durante os mutirões da autogestão eram estimulados trabalhos em grupo e adaptações das práticas dos canteiros convencionais à capacidade física de diferentes pessoas, em especial de mulheres e idosos. Sobre esse ponto Leta conta: "por exemplo, ao invés de encher o carrinho de brita, ou carrinho de areia, até lá em cima, colocava meio carrinho [...] então as mulheres entravam na fila com o carrinho, mas saía com o carrinho pela metade. Porque era a maneira de compensar essa coisa da força bruta. [Também tinha] aquela história de fazer 'formiguinha' [fila] pra ir passando a lata de mão em mão". O que Cenir e Leta expõem é que a atuação das mulheres, e sobretudo do trabalho compartilhado desenvolvido entre elas nesses canteiros de obra, propõe uma espécie de adequação sociotécnica do árduo trabalho geralmente verificado nas construções convencionais. Dessa maneira, a presença delas por si só geraria uma alteração do arranjo produtivo baseado na demonstração e no dispêndio exagerado de força e de competição entre os operários (típica da manufatura orgânica, como explica Ferro), como normalmente se opera em obras convencionais hegemonicamente masculino.

No entanto, as atividades do canteiro da FTR não se restringiam apenas a serviços diretamente ligados à construção como é o caso da execução de alvenaria, carpintaria, serralheria e instalações. Dona Solange, moradora do Villarégia, salgadeira de profissão, por exemplo, foi contratada, para trabalhar na cozinha da obra que fornecia alimentação tanto nos dias da FTR quanto nos mutirões (Figura 81). Mesma questão com Gláucia, outra moradora do conjunto, que não tinha experiência ou interesse em obra, mas que segundo ela não foi um problema porque trabalhava na cozinha, onde já tinha conhecimento, ela lembra: "era a primeira a chegar, fazia café pra todo mundo. Trabalhava todo dia".²³

²² SILVA, Elas constroem a vida e também as casas [Entrevista cedida à Juliana Freire, Livia Gonçalves e Mariana Borel], 2020, on-line.

²³ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 07 dez. 2019.



acima

Figura 81: Trabalhadoras das FTRs no preparo de alimentos

Fonte: Acervo Antônia de Pádua, data desconhecida

Outras funções, como vigia, almoxarife, comprador e até mesmo atividades de serviços gerais ou apoio, faziam parte das remunerações possíveis nos canteiros dessa produção. Geralda relata a importância de as FTR possibilitarem a remuneração dos beneficiários em um momento marcado pela recessão econômica de um período de recessão:

a mão de obra do Urucuia e do Villaregia era 90% de mutirante, porque naquela época era época da recessão, ninguém tinha emprego. Então os mutirantes que eram contratados [nas FTRs] recebiam sem carteira assinada e recebiam como serviços prestados. O que que isso possibilita pra gente? Uma qualidade bacana da obra [...] porque eles estavam construindo e além de construir recebiam um dinheiro pra sua sobrevivência pra cuidar da sua família. E estava construindo sua própria casa, né?

Sobre essa remuneração, buscando a desoneração de impostos, tanto Leta quanto Antônia de Pádua explicam que ficou acordado com o poder público e com as associações que, assim como Ipatinga, os trabalhos das FTRs não seriam formalizados por 'carteira assinada'.²⁴ Embora não existisse esse vínculo formal de trabalho, ambas afirmam ter sido levada em consideração a integridade dos trabalhadores uma vez que exigiam a comprovação do recolhimento do INSS para resguardá-los em eventuais problemas de saúde ou mesmo acidentes de trabalho. O valor economizado por essa estratégia era convertido num aumento significativo

²⁴ Na construção civil os encargos sobre os salários podem representar até 112% (SILVA *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013).

da remuneração dos integrantes das FTRs. Leta menciona que as mulheres, por exemplo, eram muito melhor remuneradas nessas obras do que nas 'casas de família' que trabalhavam. Enquanto Cenir explica que passou a ganhar mais do que como sacoleira. O depoimento de Antônia também trata desse aspecto:

Então a gente trabalhava durante a semana remunerado em um processo belíssimo [...] a gente tinha um documento bem simples que a associação era autorizada a pagar essas pessoas sem carteira assinada. Eu lembro que na época a Leta e a gente [coordenação da Asca] foi atrás do Ministério do Trabalho e nos autorizaram a fazer um documento bem bacana que a gente podia pagá-los assim. Por exemplo, o pedreiro se a gente pagaria R\$1000,00, como não pagava impostos, [...] podia passar a pagar R\$2500,00. Então foi muito interessante, um processo belíssimo de valorização do trabalho das pessoas. Pedreiro, servente... todo mundo ganhava bem, razoavelmente bem. [Mas] as pessoas pagavam o INSS, a gente tinha o controle que as pessoas tinham que pagar o INSS, nos apresentavam o recibo e elas recebiam bem.

Leta lembra que o fato de muitos dos trabalhadores das FTRs serem os próprios beneficiários do programa facilitava sua adesão à proposta, segundo ela, "todo mundo topava",²⁵ afinal "como associados da entidade gestora, eram eles os beneficiários dos recursos conquistados e, como prestadores de serviços, em última análise, remuneravam-se a si próprios".²⁶ Ela também recorda que durante as obras do Urucuia, diante da possibilidade de geração de renda nas FTRs, diversas famílias beneficiárias, que eram as priorizadas nesses serviços, mudaram-se para as proximidades da obra.

Sobre a possibilidade de uma pessoa poder se qualificar durante o processo remunerado e participar de diferentes fases da obra, ou seja, ter uma visão integrada da obra, ou o que entendo *desalienada* da produção, Cenir faz uma comparação entre as FTRs da autogestão e as construtoras demonstrando as limitações e desvantagens em se trabalhar nas obras tradicionais:

A relação disso de fazer mais de uma função da obra, não é o caso das construtoras... que é aquilo ali, se é alvenaria, é só alvenaria, se você é [responsável] por reboco, é só reboco, a pessoa não consegue fazer mais nada, não pode colocar pra fazer mais nada e eles não aprendem mais nada. Então

²⁵ SILVA, Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2020, [informação verbal].

²⁶ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.213

nessa parte da autogestão [...] é diferente, você pode fazer uma função e se tiver qualificação outra, você pode fazer outra coisa, *dentro das construtoras você não pode. Você é contratado pra fazer aquilo e pronto, como se fosse um cavalo com aquela viseira*. Então, você só faz aquilo, você só olha pra aquilo, você não consegue aprender outra função, você não consegue, não pode fazer outra função e eu acho isso horrível.

Integrar os beneficiários durante as FTR possibilitou, portanto, diferentes ganhos como o fortalecimento dos laços entre os futuros vizinhos, algo já estimulado pelo próprio mutirão; a capacitação para o exercício de um ofício não-alienado, ou melhor, para exercer um trabalho ao mesmo tempo qualificado e qualificador; e fonte de renda, ou o que Leta denomina ter sido parte de “um grande evento de economia solidária”.

4.3.2.4. O tijolo ideológico e a adequação do canteiro à escala humana

Um aspecto da fase de obra dos conjuntos Villarégia e Urucuia que merece destaque é o da definição da tecnologia construtiva. Desde a concepção arquitetônica esses empreendimentos haviam sido pensados para execução em alvenaria estrutural. No entanto, a escolha do fornecedor dos componentes (blocos), que viria a influenciar a técnica para execução das obras, foi fruto de uma decisão compartilhada entre os beneficiários do programa. A estratégia encontrada pela assessoria para que os futuros moradores pudessem votar conscientes na melhor tecnologia a ser utilizada nas construções foi a de realizar uma competição entre as duas empresas que forneciam sistemas construtivos de alvenarias não armadas.²⁷ Essa disputa tratou da construção concomitante de dois protótipos das unidades habitacionais do conjunto Urucuia; de um lado, a

²⁷ A empresa Usimix-Valemix tinha um sistema racionalizado de fato, que previa articulação dimensional versátil de componentes organizados em “famílias” de diferentes espessuras etc., muito rico de soluções, seguro e durável, se bem construído; já a empresa Sical oferecia um produto de certa forma flexível do ponto de vista dimensional (portanto “adequado” à imprecisão muitas vezes presente na construção convencional), contrabalançada negativamente pelo fato de o bloco Sical exigir trabalho extra, de ajuste dimensional via recorte por serra, incorrendo também em produção de refugo inútil. O primeiro implicava apresentar/propor “outra ordem” no canteiro de obras. Aí seria preciso atenção ao detalhe e à disposição de componentes, engendrados segundo princípios muito bem definidos (prumo, nível, evitar junta a prumo, cuidar da existência de vergas e contravergas etc.). O segundo incorporava uma então nova técnica (concreto celular autoclavado) para produzir um componente mais prático (leve e modificável) e mais rentável (muito maior que outros componentes então disponíveis e por isso com maior rendimento) e, sobretudo, adaptável às condições existentes nos canteiros convencionais. Apesar disso ele pode até ter sido considerado inovação tecnológica.

abaixo

Figuras 82 e 83: Protótipos do Urucuia (na construção à esquerda o sistema da SICAL e à direita da Usimix-Valemix)

Fonte: Acervo de Leta, 1998

tecnologia Usimix-Valemix, vinda de Ipatinga e já testada no conjunto Primeiro de Maio, constituída por uma família de blocos modulares de solo-cimento com adição de resíduos de escória de alto forno; de outro, os blocos de concreto celular autoclavado produzidos pela Sical em fábrica localizada nas vizinhanças ao conjunto (Figuras 82 e 83).

A construção dos protótipos, além de permitir que os moradores acompanhassem de perto o desempenho material de cada um deles, pretendia estimular a concorrência entre fornecedores para adequação dos produtos e dos processos construtivos às demandas das famílias e às exigências da assessoria técnica. Complementarmente, servia também aos propósitos já mencionados de capacitar mão de obra e de demonstrar como o projeto seria materializado.



abaixo

Figura 84: Parte do Centro Comunitário do Villarégia

Fonte: Acervo Leta, data desconhecida

A construção da casa-modelo foi estratégia adotada em outros casos da autogestão, como no Mutirão Primeiro de Maio, uma tentativa de suprir o fato de a etapa de projeto não ter sido realizada com a efetiva participação das famílias e evitar surpresas aos seus futuros moradores. No Villarégia, por exemplo, a área executada do Centro Comunitário (Figura 84) serviu de exemplo e treinamento das equipes às demais construções. Mas, talvez, o fato de sua geometria ser distinta das casas, pode ter levado à incompreensão bem como a antes exposta no relato da moradora que afirmou só entender o projeto após finalizada a construção da moradia.

Sobre a competição entre os protótipos do Urucuia, Leta menciona ter ocorrido uma "cooperação técnica com o mercado", dizendo se tratar de uma parceria vantajosa para os dois lados. Ganhavam as famílias que se beneficiavam da aproximação com uma equipe especializada e da compreensão do projeto executado e ganhavam as empresas na exposição completa de suas tecnologias com possibilidades de acesso a uma nova parcela de consumidores. O estímulo à concorrência entre os fornecedores também permitia comparação entre os sistemas construtivos e possíveis adequações dos produtos e dos processos às demandas de uma produção autogestionária.



ao lado

Figura 85: O "tijolo ideológico" - Bloco Usimix-Valemix encontrado na calçada durante o percurso da entrevista itinerante no Conjunto Urucuia

Fonte: meu acervo pessoal, 2019



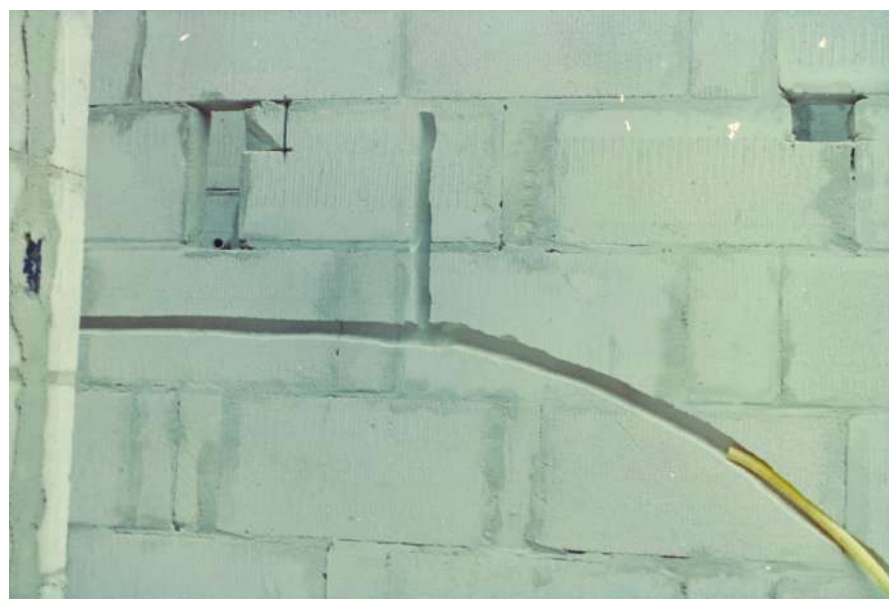
Da disputa, saiu vencedora a tecnologia já experimentada em Ipatinga, ou o que Gustavo denomina ter sido um voto no "tijolo ideológico" (Figura 85). Ideológico, pois foi dada às famílias a chance de escolha e porque a opção foi feita pela tecnologia que se apresentou mais coerente com as propostas da modalidade de autogestão. Mesmo que vindo de mais distante, com acréscimo significativo do custo de frete, foi adotado o sistema Usimix que já havia se provado qualificador da mão de obra nos mutirões de Ipatinga, e que tecnicamente apresentava a melhor solução de racionalização construtiva, além de moderada economia de custos. Leta rememora alguns dos aspectos que levaram à essa decisão.

Eu acho que a [equipe da] Sical tinha assim um convencimento muito grande de que o processo deles era melhor e não deram atenção à uma série de coisas. A fase do protótipo, por exemplo, eu lembro que eu fiz muitas fotos mostrando como que eles [funcionários da empresa] tocavam uma alvenaria racionalizada como [se fosse] uma qualquer. Por exemplo, têm rasgos, porque o Sical é muito fácil de cortar com aqueles cortadores elétricos, então [...] eles vinham, faziam um rasgo na horizontal e a seção do bloco de nove centímetros [...] virava um ponto frágil bem no meio do aparelho, em várias posições. O próprio acabamento que o Sical [demandava]... pela textura dele ...porque a alvenaria deles não foi uma alvenaria bem tocada, eles precisavam fazer [...] um revestimento que acabou onerando muito o custo da obra e ao passo que o Usimix a gente só vinha com a pintura por cima e a alvenaria estava toda bonitinha, toda arrumadinha.

ao lado

Figuras 86, 87 e 88 Inadequações do sistema Sical

Fonte: Acervo Leta, data desconhecida



Ana Schmidt também rememora esses mesmos problemas relatados por Leta ao comparar as duas tecnologias, enfatizando a adequação do sistema da Valemix aos princípios da racionalização construtiva com compatibilização entre estrutura e instalações: "tinha um problema, o Sical tinha uma parede fina de 8 centímetros e tinha que rasgar pra colocar tubulação, eletroduto, fazer as instalações e o Valemix tinha um sistema um pouco mais adequado do ponto de vista de subir as prumadas à medida que vai subindo a parede". (Figuras 86 a 88).

O que as assessoras técnicas expõem é que a Sical teria desenvolvido somente um único componente de alvenaria, mas não um processo construtivo, como é o caso da tecnologia da Valemix. Diante dessas questões, o projeto original, pensado para ser executado em alvenaria estrutural convencional sofreu adaptações à tecnologia escolhida.

Além dos custos e da racionalização construtiva (Figuras 89 a 91), Leta revela outros aspectos também favoráveis ao uso do sistema, tais como o de seu potencial qualificador e de sua adequação à escala humana, isto é, da possibilidade de emprego de mão de obra plural (diversificada), aproximando-o ainda mais da condição de um "tijolo ideológico":

Essa escala pequena da alvenaria estrutural, em termos de trabalho leve, digamos assim, ela é muito mais atraente [...] porque a estrutura de concreto, [...] você faz uma série de procedimentos até que você veja o resultado final, então tem uma coisa ali misteriosa que pode no final não dar certo que, se você usa traço errado, se você vibra errado a forma, se a armadura sai do lugar, são coisas obscuras do processo que vão aparecer depois. *Na alvenaria estrutural não, cada tijolo que você coloca, a coisa é visível. Eu acho, assim, que esse caráter de adequação da alvenaria não é um caráter dirigido à mulher, mas à escala humana.* O dia a dia da obra ele tá evidente a todo o tempo [...] na hora que eu vou concretar uma cinta, um cintamento superior, ou uma verga, ou uma contraverga, mesmo essas [etapas] é tudo muito visível. [...] Não me lembro de situações que fossem assim recorrentes, tipo vai chegar em tal fase e vai precisar de força bruta, não, não tem. Todo o processo ele é possível de ser executado assim, com o somatório de forças leves.



ao lado e na página anterior

Figuras 89, 90 e 91: Execução do aparelho de alvenaria Usimix-Valemix

Fonte: Acervo de Leta, 1998



Contrária à técnica obscura, incompreensível, quase mística, necessária à moldagem do concreto-armado, a alvenaria permite que a obra se materialize tijolo a tijolo. Apreender como cada etapa da construção se desenvolve é, por si só, algo que confere à obra de alvenaria estrutural um atributo palpável, aproxima-a da escala do trabalhador, a tal 'escala humana' mencionada antes por Leta. Além disso, o principal componente utilizado, o bloco/tijolo, é leve, e facilita, portanto, a incorporação de mão de obra plural. No mais, não é porque os homens jovens, trabalhadores mais comuns nos canteiros tradicionais, (supostamente) conseguem dar conta do esforço exigido nas obras de concreto-armado, que eles precisem de fato fazê-lo.

Contudo, a alvenaria estrutural, como exposto na Seção 2.1, sobretudo a partir das contribuições de Baravelli e Shimbo, pode também ser utilizada negativamente para submeter o trabalho nos canteiros à acumulação pela extração de mais-valor e também se valer como instrumento da espoliação de saberes, de retrabalhos, de (ir)racionalização construtiva. Nesse sentido, o sistema da Sical ao desprezar os princípios da racionalização fez uma distorção da alvenaria pela mesma lógica que cabe, por exemplo, ao concreto armado. Houve racionalização do trabalho com foco na operação e não no desempenho do material, ou seja, representou uma racionalização falsa que desprezou a materialidade e o funcionamento (físico) da alvenaria.

Endossando vantagens já mencionadas de um canteiro cujo o arranjo produtivo é adequado a essa escala humana, para Leta “na autogestão, independente até do processo construtivo, tem espaço para qualquer pessoa que queira trabalhar cabe ali. [...] a gente defender a alvenaria estrutural tinha muito a ver com isso, de resgatar um tipo de construção que está mais associada a um cuidado, a uma dedicação do que à força bruta”. Assim como se apregoam essas experiências, a alvenaria estrutural é utilizada como uma tecnologia democrática, o tijolo – ou bloco da Valemix, nesse caso – é mais do que material construtivo, ele é *ideológico*, revelando assim o caráter de um canteiro orientado para o *virtuosismo tecnológico*.

A disputa dos protótipos do Urucuia serviu para que a segunda fase da obra do Villarégia também adotasse a mesma tecnologia, com a vantagem adicional de qualificação dos trabalhadores pela incorporação de mão de obra já formada nas obras da primeira etapa e também do conjunto Havaí que, por sua vez, contaram com Frente de Trabalho Intermunicipal. Leta expõe que a transmissão de conhecimentos adquiridos de um conjunto ao outro foi o que permitiu adequações e melhorias na condução dos procedimentos das obras da autogestão ao longo do tempo.

A escolha do Usimix, no entanto, não agradou a todos. Ainda hoje alguns moradores do Villarégia guardam grande ressentimento e desconfiança em relação à tecnologia e expressam seu descontentamento por terem sido voto vencido no passado. Um deles, Sr. Elton, conselheiro fiscal durante a obra do Villarégia, acredita que o bloco contém material cancerígeno na sua composição, segundo ele, os materiais patológicos “argila e carvão coque com alto índice de enxofre”. Ele também apresenta uma detalhada narrativa mencionando que o material teria sido muito mais caro dentre os três cotados: Braúnas/Jacarandá a R\$280 (descarregado no canteiro); Sical a R\$180 (descarregado no pallet) e Usimix que “Leta trouxe de Ipatinga a R\$600 e nós ainda tivemos que descarregar”. Embora, por falta de documentação, os valores apresentados por Elton não tenham sido conferidos, a informação do sistema ter sido mais oneroso é contestada pelos dados apresentados por outros entrevistados (assessoria e coordenação). Possivelmente, Sr. Elton avalia em sua conta apenas o valor dos componentes, desconsiderando, por exemplo, os custos de assentamento e de revestimentos necessários ao sistema da Sical. Ademais, embora totalmente improcedente, ele revela outra grave desconfiança acerca do processo, uma vez que diz acreditar ter havido enriquecimento por parte da coordenação (incluindo

abaixo

Figura 92: Acompanhamento da execução dos protótipos do Urucuia

Fonte: Fonte: Acervo de Leta, 1998

assessoria técnica) nas obras do Villarégia. Para ele, a simples troca de veículo de um dos membros da assessoria, ocorrida durante a obra, seria um indicativo de que estariam sendo desviados recursos públicos para beneficiamento próprio. Ele sugere uma correspondência entre a escolha do sistema construtivo e esse suposto desvio.

Joaquim e Waldo, moradores do Villarégia envolvidos na construção, também compartilham dessas mesmas dúvidas. Apesar de viverem há 20 anos no conjunto, eles ainda hoje suspeitam da capacidade estrutural do bloco, dizem que não é resistente o suficiente e que é feito de material de baixa qualidade. Segundo Waldo, "o tijolo não presta, solta pó, têm enxofre e faz mal à saúde". Ele ainda afirma "o da Sical teria sido bem melhor", contudo, não comprova defeitos estruturais ou danos de qualquer tipo em sua moradia, que, ainda sem revestimentos, visivelmente, apresenta-se bem conservada e coesa. Já Joaquim, mostrando uma infiltração na parede de sua casa, decorrente do vazamento da tubulação d'água, atribui o problema à formação de mão de obra conduzida no canteiro. Insatisfeito ele conta: "os pedreiros daqui aprenderam aqui mesmo. Não tinha oficial". A prática da capacitação da mão de obra que confere à obra da autogestão um aspecto singular e que acredito deve ser encarada como uma vantagem do processo, é tratada por esse morador como um grave defeito. A fala dele revela um descrédito não apenas da assessoria como do próprio trabalho realizado durante os mutirões e FTR.



A arquiteta Ana Schmidt, em contraposição às desconfianças dos moradores, conta que todas as etapas de produção dos protótipos foram sistematicamente registradas com avaliação dos custos, do andamento e da rapidez no desempenho de cada um deles (Figura 92).²⁸ Praticamente empatados em termos de custo e de tempo de execução, o sistema da Sical perdeu por poucos votos. Ela revela que o receio dos moradores com o sistema Valemix era de dois tipos, o primeiro de morar em uma casa com bloco aparente, sem acabamento,²⁹ e o segundo de executar a construção dentro dos ideais de organização e economia de materiais impostos por uma tecnologia construtiva racionalizada. Nesse sentido, Leta lembra que os moradores que já trabalhavam na construção civil que foram incorporados às FTRs não tinham experiência prévia em alvenaria estrutural, o que possivelmente os levou a descreditar a tecnologia. Trabalhar dentro de uma lógica distinta daquela dos desperdícios, dos excessos e dos improvisos das obras convencionais da manufatura orgânica, como recorrente em construções de concreto armado, para além das características físicas do sistema, parece ter sido realmente o que motivou a desconfiança de moradores como Elton e Waldo, ambos trabalhadores da construção civil antes mesmo de iniciar na obra do conjunto. Sobre a decisão tomada em torno do *tijolo ideológico* Ana Schmidt explica:

A diferença de tempo [de execução] foi pequena, acho que a Sical terminou um pouco mais cedo [...]. Aí ficou de decidir na assembleia e muita gente estava meio que tendendo a escolher a Sical porque eles queriam a casa com reboco, com pintura [...] mais parecida com o sistema convencional. E o tijolo da Valemix fazia [apenas] uma cobertura com um hidrofugante do lado de fora e dentro ficava à vista [...]. [Também] teve que trazer um pouco da mão de obra

²⁸ Ao contrário do caso do Villarégia, no Fernão Dias, segundo apontam lideranças do conjunto, recursos destinados à obra teriam sido desviados pela própria associação. No depoimento de Heitor, uma dessas lideranças, consta: "O nosso Residencial na época foi cotado um custo de R \$2.270.972,19 mil., mas nós devolvemos para o município, depois da obra concluída em 2000, R\$26.000 mil. A associação teve problemas em questão da administração, [...] não posso citar nomes, foi uma administração anterior à da [cita nome de uma das coordenadoras], que ocorreu um desvio de verba. Eu fui o auditor para a conferência de toda a documentação, [a então coordenadora], hoje, ela responde por ser responsável desses processos jurídicos oriundos dessas falhas de outras pessoas" (Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas em 17 de dezembro de 2021, on-line). A partir dessa questão é possível supor que as prévias desconfianças do poder público para com a capacidade das associações e núcleos sem-casa gerirem os recursos públicos só aumentaram.

²⁹ Lopes e Rizek em pesquisa no conjunto apontam que "no Urucuia os moradores preocupavam-se com a progressiva deterioração do material – que apresentava esfarelamento superficial permanente" (LOPES & RIZEK, O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica, 2006, p.73).

de Ipatinga pra ajudar a fazer uma escola de gente pra trabalhar com isso, porque as pessoas ali tinham uma resistência muito grande, elas estavam acostumadas com pá e cimento, [...] [já no sistema da Valemix] tinha que fazer [o assentamento da alvenaria] meio que [como] recheio de bolo, com uma bisnaga, economizando material, inclusive porque a obra é muito mais organizada e mais limpa, [tem] menos desperdício.

Em acréscimo a essas questões, é possível supor que a desconfiança atribuída à coordenação e aos assessores no emprego da tecnologia da Valemix e no suposto e im procedente desvio de recursos é também sintomática da distância entre beneficiários-mutirantes e coordenação. O fato de as famílias não ocuparem a mesma posição dentro do processo e de não terem compreensão suficiente das decisões administrativas expõe as fragilidades dessa produção autoproclamada autogestionária. Claramente, as assembleias e a distribuição do "jornal informativo", assim como as subcoordenações atribuídas aos grupos menores de beneficiários não foram suficientes para que todos se sentissem completamente inteirados de todas as decisões tomadas pelas lideranças e pela assessoria técnica. Esses limites, contudo, não impossibilitaram o envolvimento das famílias e a obtenção de outros ganhos ao longo da produção.

4.3.2.5. Encaminhamento e conclusão das obras

Tanto nas obras do Villarégia quanto do Urucuia o repasse dos recursos funcionava tal como no modelo de Ipatinga, era necessário executar aquilo que estava acordado para receber os valores necessários ao encaminhamento da etapa subsequente, um acordo flexível como apontam as adequações feitas no decorrer das obras desses conjuntos. Leta explica como ocorreu no Urucuia que contou com recursos da CEF:

Tinha um montante mensal que a Caixa [Econômica Federal] que aportava e, em tese, eles faziam a fiscalização para liberação de recursos, mas eles tinham um fiscal que ele era muito simpático à causa, ele cada vez que ia à obra ele ficava encantado [...]. Mas eles não faziam efetivamente a fiscalização não, eles falavam 'o que a prefeitura aprovar nós aprovamos também'. [...] A gente [assessoria] tinha um chamado 'controle de qualidade' nosso, interno. O Alfio [arquiteto da assessoria técnica], o trabalho dele era fazer o controle, medir e discriminar o pagamento [...]. E a prefeitura fazia essa ação, 'bom... a etapa tá cumprida agora vamos passar para outra'.

Contudo, essa facilidade na liberação dos recursos para as obras do conjunto Urucuia não foi uma constante na produção da primeira geração. Maitê, Alicia e Adelaide, então gestoras públicas da URBEL, atribuem à tentativa de controle do poder público a maior parcela da responsabilidade pelos fracassos da autogestão. Como exemplo da represália da URBEL a esse programa elas apontam a interposição de obstáculos para realização de medições e de liberação de recursos para obra do Itatiaia Serrano. Contam que eram necessárias mobilizações mensais das lideranças das associações para que as obras pudessem ser prosseguidas e que as recusas e adversidades nesse processo acarretaram aumento significativo do prazo da conclusão do conjunto habitacional, como explica essa conversa entre as ex-diretoras da URBEL:

[Adelaide] – Eu diria que 70% do sofrimento e dos conflitos são gerados pelo controle que o poder público tenta fazer e não sabe fazer...

[Maitê]: Pelo boicote do poder público...

[Adelaide] – Pois é. E, por exemplo, esse Serrano, foram 32 meses, 34, [mas] poderia perfeitamente ter sido feito em 20 meses, que teria diminuído em 50% o sofrimento e poderia ter gerado um processo...[...]

[Maitê] – Mais construtivo...

[Adelaide] – Mais construtivo, porque o desgaste, pra liberação da parcela que o poder público teria que desembolsar mês a mês, onde eles aprendem a reivindicar é nesse momento (risos). Assim, de fato, (porque) eles já vivem uma luta de saber reivindicar e tal... os líderes, porque as famílias morriam de medo. (Eles diziam): "nós vamos ocupar a prefeitura?". Tinha que ocupar a prefeitura pra prefeitura liberar o dinheiro mês a mês. E o medo que fosse cortado o convênio e o empreendimento paralisasse e o sonho da casa se prolongasse, pra alcançar...[...]

[Alicia] – É uma chantagem...

[Adelaide] – E hoje se você perguntar qual é o fator pior que levou a esse quadro crítico, eu coloco que não é nem essa história deles não serem associados, etc, etc, é o poder público, a forma desigual de estabelecer a parceria, a mudança permanente das regras, o laboratório, pra cada hora que eleger um diretor [da URBEL], aquele diretor já tem que conviver com o problema, ele vai querer fazer seu laboratório naquela experiência... O Serrano viveu isso com vários diretores da URBEL. Então é assim: quem mais atrapalhou, falando rasgado, foi o lado URBEL.³⁰

³⁰ Entrevista concedida a Rede de Pesquisa PROGEST, 2003 [informação verbal].

Geralda lembra que nas reuniões junto à prefeitura a coordenação fazia questão de realizar atas precisas daquilo que estava sendo discutido e acordado. Segundo ela: “a nossa arma eram mesmo os relatórios, eram as atas de todas as reuniões que a gente participava com eles [secretário e prefeito]”. O registro detalhado não era apenas uma maneira de se resguardar, era também uma manifestação da desconfiança constante da associação em relação ao poder público.

No Villarégia, a suspeita da associação para com o poder público se concretizou no descumprimento dos acordos pela PBH. Sem recursos, a prefeitura interrompeu os repasses necessários à conclusão das obras da segunda fase do conjunto Villarégia. Essa intercorrência obrigou a paralisação dos trabalhos dos mutirões e das FTR acarretando atraso de dois anos na entrega das casas. Segundo Antônia de Pádua, a interrupção da obra não foi capaz de desmobilizar o grupo que continuou a se reunir semanalmente, mas, temendo ocupação ou depredação do que já havia sido realizado, a situação impôs à coordenação e às famílias mais próximas trabalhos de vigilância constante na obra ainda incompleta.

Somente após diversas negociações e mobilizações da ASCA junto à PBH é que obtiveram um aditivo para finalização dos serviços. Em novo arranjo, as unidades sequer contaram com acabamentos mínimos, foram entregues no contrapiso. A responsabilidade pela instalação de revestimentos, pinturas e instalação de portas internas ficou a cargo de cada família. A autonomia que cabia a essa personalização não é celebrada pelos moradores que precisaram comprar os materiais necessários e ainda dedicar mais tempo na finalização da moradia, Dona Dalva, uma das mutirantes, revela o seu descontentamento ao dizer “recebemos a casa sem nada”.

Concluídas as obras do Urucuia em maio de 1999 e do Villarégia II em abril de 2000, ocorreram dois principais problemas logo após a entrega das casas às famílias beneficiárias. O primeiro deles referente a questões trabalhistas das FTRs e o segundo, colocado antes quando tratei da Resolução III da PMH, à contestação do valor dos financiamentos.

Sobre esse primeiro problema, Bedê explica que o fato de as FTRs terem se constituído uma modalidade de trabalho informal fez com que algumas poucas famílias abrissem ações trabalhistas contra a associação. A autora ainda expõe “Se, por um lado, as frentes são plenamente justificáveis em empreendimentos cujos beneficiários são famílias de baixa renda, que enfrentam dificuldades

econômicas, por outro lado implicam numa situação de fragilidade jurídica para a associação".³¹ Essa questão, contudo, não foi mencionada pelos beneficiários ao longo da pesquisa do Villarégia. Por sua vez, Antônia de Pádua, quando perguntada especificamente sobre esse tópico, revela que as ações trabalhistas se referiram a ocorrências pontuais tanto no Villarégia quanto no Urucuia e explica que o problema se deu, sobretudo, pela contratação de pessoas que não eram beneficiários diretos do programa. Para ela, a questão foi um choque de realidade para a associação que até então confiante e autocentrada na ideia de que estava suprindo direitos básicos das famílias não enxergaria problemas na própria condução que fazia do processo:

nós tivemos alguns [processos trabalhistas] na obra mesmo [...]. No Villarégia a gente só contratava pessoas que eram parentes de pessoas que vinham morar aqui, mesmo assim algumas... nós tivemos dois casos aqui no Villarégia e acho que uns quatro lá no Urucuia. E a gente respondeu o processo, tudo direitinho, e na verdade... eu acho que, por um lado, foi interessante, porque a gente.... não vou dizer... assim, a gente achava que era Deus, [mas se achava logo] abaixo de Deus, e achava que o que a gente estava fazendo era tudo lindo, tudo maravilhoso, mas a gente percebeu que não era assim, que as pessoas queriam os seus direitos, os outros direitos [...] que não eram aqueles que a gente estava dando [na conquista da moradia]. Porém a gente teve muita chateação nessa época e a gente percebeu que tinha que restringir mais essa questão de contratação também, não dava para contratar o primo, o amigo, o que estava precisando do trabalho, então a gente restringiu mais, só para as pessoas da família, [pessoas] que fossem morar nos conjuntos.

Já o segundo problema é mencionado por assessorias técnicas, lideranças, poder público e moradores. Segundo Ana Schmidt, quando se mudaram, muitos dos familiares dos beneficiários do Urucuia, pessoas que não haviam participado do processo, alheios às decisões de projeto e obra, teriam apontado diversos problemas técnicos nas habitações e na forma de organização do conjunto. Foram feitas reclamações diversas à prefeitura e à assessoria técnica, o que também chegou a constituir ações na justiça contra a assessoria técnica e contra o poder público. A arquiteta expõe a contradição da denúncia ao dizer "o incrível é que a gente era contratado por eles", lembrando que a gestão do processo era das famílias a partir de sua associação à ASCA. Para ela, a situação se deu em

³¹ Bedê, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*, 2005, p.244.

consequência dos valores atribuídos ao financiamento: “Quando a URBEL chegou pra poder definir o valor que eles iam pagar de prestação, eu acho que eles acharam caro.³² Aí começaram a colocar defeito em um monte de coisa e entraram na justiça contra a URBEL e contra a gente [assessoria técnica]”. Segundo a arquiteta, tais problemas eram de pequena importância, facilmente resolvíveis, como conta: “começou essa história de aqui tá vazando, tá minando água de não sei onde, porque a chuva bateu na janela e tem umas frestinhas que eles não podiam pegar uma massa, calafetar”. Sua fala expõe que o que havia sido desenvolvido até aquele momento foi bruscamente interrompido com a mudança de pessoas insensíveis ao processo, levando aos conflitos relatados.

A ideia sustentada pela arquiteta decorre da condição de que ao contrário dos beneficiários-mutirantes, seus familiares não compartilharam de todos os momentos e não se envolveram em profundidade no processo. Para muitos, o contato com essa realidade realmente só se deu quando finalizada a casa. Como revelaram várias mulheres durante a pesquisa de campo, os maridos duvidavam da experiência e de seus resultados. Segundo elas, muitos diziam que era “uma perda de tempo” todo o esforço empreendido por elas naquela experiência. Cabe, portanto, tentar imaginar minimamente qual era o contexto das pessoas não-envolvidas que foram morar no conjunto, de maneira que é possível crer que aqueles que não fizeram parte do todo, veem a casa apenas pelo seu valor de troca, um produto destituído do rico e difícil processo pelo qual se fez. Nesse exercício de imaginação não se pode descartar o papel de “vencidos” que esses familiares (geralmente os maridos das beneficiárias) passaram a desempenhar quando finalmente materializada a luta.

Mas Antônia de Pádua coloca que não foram apenas os pequenos defeitos construtivos que resultaram nessa ação contestatória, mas também o fato de as famílias terem trabalhado durante os mutirões de forma gratuita, como aqui relata:

No Urucuia aconteceu uma coisa meio complicada que uma das pessoas que trabalhou, que foi até da coordenação, ela quando terminou o mutirão, passou um ano, um ano e pouquinho, ela nos levou na justiça, levou a assessoria também, arrumou advogada e [organizou] uma turma aí que começo a dizer que eles não queriam pagar as casas, porque as casas não eram casas dignas, porque tinha trabalhado e o trabalho já estava pago, então foi um momento,

³² Relembrando, o OPH financiou o valor de sete mil reais (R\$7mil) por família parcelados em 18 anos, atualmente o valor médio da parcela é de pouco mais de R\$30,00.

para nós, surpresa, porque eram pessoas que estavam bem próximas da gente. E na verdade até hoje essas pessoas não pagam as suas habitações e tem uma boa turma, a maior parte, paga suas unidades habitacionais, a maioria hoje já tem o título, já tem a escritura, tudo direitinho, e eles brigam sempre que eu passo ali no Urucuia ou mesmo aqui no Villarégia, ontem mesmo eu passei lá e falaram “fulano não paga não, ele vai ter escritura igual a nós? Tem que tirar eles, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê”, então é muito complicado, mas a gente enfrentou essa barra de a Schimdt respondendo processo e a nossa entidade também.

Para a ex-coordenadora da ASCA, esse conflito se iniciou pelo fato de a associação ter se afastado da condição de liderança do grupo assim que finalizadas as obras. Não só o cansaço decorrente da gestão dos empreendimentos, mas também a compreensão de que as famílias os enxergavam controladores no processo teria feito com que os membros da coordenação recuassem dessa posição logo após a entrega das moradias. Antônia explica que o espaço vagado pela associação foi logo ocupado e com isso teria se tornado meio de manipulação e com isso resultado nas mencionadas ações judiciais:

Eu acredito que depois que a gente terminou a obra, a gente era um grupo muito unido e a gente tinha reunião toda semana, então todo mundo da Coordenação saiu muito cansado do processo, então a gente um pouco que deixou. Eu, pessoalmente, eu ouvia muito essas coisas de “Antônia vai mandar na minha casa, vai não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê” então eu quis me retrair um pouco, porque eu fiquei com medo disso. E eu acho que não foi positivo, porque as outras pessoas entraram nesse momento e começaram a fazer uma articulação um pouco contrária, então foi onde, infelizmente, era um grupo coeso, mas é aquela coisa, espaço político vazio outras pessoas ocupam, então eu hoje acredito que seja um pouco isso também.

Com isso ela expõe a fragilidade da coesão do grupo conseguida durante as obras e, de certa maneira, a dependência das famílias em relação às representações ou lideranças. Para Ana Schmidt, a situação poderia ter sido minimizada com um acompanhamento social de pós-morar, ou seja, com a continuidade da organização e das decisões coletivas construídas até então, mas de maneira a abranger a todos os moradores, algo impraticável durante a fase de obras. Essa é a mesma posição assumida por Geralda ao falar que se não fossem esses problemas o processo arregimentado no Urucuia teria potencial pra se tornar referência nacional.

Embora tenham sido pontuais, as ações trabalhistas e judiciais interpostas contra a própria associação logo que finalizadas as obras apontam descompasso importante dos propósitos de comunhão declarados pela ASCA assim como uma enorme distância aos ideais cultivados na origem da produção autogestionária no país. Essa situação, junto com outros pontos da história dos conjuntos da primeira geração indica que de fato houve um processo marcado pela centralização da coordenação em detrimento do fortalecimento da autonomia coletiva das famílias.

4.3.3. Consolidação no pós-ocupação

Para caracterizar o período pós ocupação, parto do relato da Oficina Coletiva, o primeiro contato estabelecido com um grupo amplo de moradores do Conjunto Villarégia.³³

A oficina aconteceu numa quinta-feira, às 19:00hrs, no pátio interno do conjunto. Na montagem, isolamos uma área previamente autorizada por moradores, que intrigados avaliavam de perto nosso movimento. Reservamos uma mesa para o lanche, uma para as fotos impressas e panfletos (com a divulgação da pesquisa) e outra para o equipamento de mídia (projektor e computador).³⁴ A tela de projeção foi fixada de maneira improvisada no guarda-corpo do muro de arrimo e a ligação do projetor só foi possível graças a boa vontade de uma moradora que não só cedeu a energia como também emprestou uma extensão maior, o que viabilizou a conexão no local necessário.

O dia e o horário para o evento foram sugeridos por Gustavo (morador do conjunto e assessor técnico social na fase de obra). Segundo ele, nesse horário as pessoas já chegaram do trabalho facilitando maior mobilização dos interessados. Apesar da divulgação prévia, por meio de contato com Gustavo e outras lideranças locais, não houve uma adesão muito grande ao evento. Estimamos que aproximadamente 30 pessoas compareceram, incluindo crianças. O número não tão elevado de participantes parece ter sido resultado de uma combinação de fatores: chuva durante todo o dia; novena de Natal promovida entre vários moradores e jogo de futebol exatamente no horário da oficina (que

³³ No Rolezinho da Autogestão tivemos contato apenas com moradores previamente organizados por uma das lideranças locais.

³⁴ Para o relato optei pela 1ª pessoa do plural, pois a pesquisa de campo ocorreu no âmbito do projeto de extensão e envolveu uma equipe de alunos voluntários que merece ser aqui considerada.

desconhecíamos até aquele momento).³⁵ As crianças que brincavam de bola no local, empolgadas com a novidade e a ideia de assistir à apresentação, foram fundamentais na divulgação da oficina entre os parentes e os vizinhos, elas se voluntariaram a distribuir os panfletos que imprimimos com as informações do evento e por se agruparem no local foram um atrativo aos demais moradores que passavam pela área no momento.

De início, as fotos impressas, uma seleção daquelas que seriam projetadas,³⁶ foram o centro das atenções, todos os presentes se mostraram muito animados em levá-las como recordação e ali mesmo buscaram distinguir as pessoas nelas representadas. Em decorrência da pouca iluminação na área, a equipe e os moradores usaram os celulares como lanternas para facilitar a visualização. Por demanda de Gustavo, iniciamos a oficina com a explicação do projeto de pesquisa que subsidia esta tese e com a exposição dos conceitos da autogestão, incluindo apresentação dos demais conjuntos autogestionários de BH. Segundo ele, na mesma perspectiva da conscientização histórica da produção do espaço, seria importante lembrar aos moradores a origem do conjunto e os pressupostos orientaram aquela construção. Contudo, notamos que os participantes não se interessaram por essa parte, muitos deles até mesmo permaneceram na mesa de fotos, o que sugeriu modificações para as futuras oficinas — seja na linguagem, seja na total subtração desses itens. Na sequência, apresentamos o vídeo no “Rolezinho da Autogestão” com imagens dos quatro conjuntos visitados em abril daquele ano, momento em que moradores pareceram mais atraídos. Mas foi de fato quando iniciamos a projeção das fotos do processo, da mobilização até o conjunto finalizado, que os presentes verdadeiramente se interessaram. Tal participação, não obstante, ficou relativamente restrita a reconhecimentos e apontamentos de conhecidos e de si próprios, muitos se aproximaram da tela de projeção buscando identificar quem estava representado (Figura 98).

³⁵ Na fase de pesquisa individual perguntamos aos entrevistados se haviam participado da oficina de fotos, muitos dos que não estavam presentes relataram pesar por não terem sido avisados, alguns ainda perguntaram se tínhamos mais fotos, demonstrando grande interesse naquelas memórias.

³⁶ As fotos selecionadas buscaram contemplar diversidade de atividades nas quatro diferentes fases do processo de produção dos conjuntos.

ao lado

Figura 93: Moradores reunidos em frente à tela de projeção (tentativas de autoidentificação) durante a Oficina Coletiva

Fonte: meu acervo pessoal, 2019



Os presentes, então, foram estimulados a descrever as fotos, mas não desenvolveram muitos comentários espontâneos. Muitos pareceram não se recordar exatamente sobre a atividade ou tarefa do momento da foto, ainda que contassem com mais detalhes sobre as pessoas que estavam ali representadas. É importante destacar que já havia se passado 30 anos desde o momento de organização que deu início ao processo, hoje muitos dos beneficiários-mutirantes são idosos, é natural, portanto, que a memória se perca ou fique prejudicada passado tanto tempo. Ninguém soube dizer quem eram alguns dos trabalhadores que aparecem nas fotos ou mesmo os arquitetos assessores técnicos representados em uma das imagens projetadas. Contudo, nos questionários, mencionaram a contribuição de Leta, Ana Schmidt e Alfio Conti, todos arquitetos da assessoria técnica. Identificamos que realmente a mão de obra esporádica de amigos e familiares dos beneficiários, parte da ajuda levada aos mutirões para contribuir na pontuação da família, dificilmente seria reconhecida nas fotos.

As descrições mais precisas foram feitas mesmo por Gustavo. No nosso entendimento, a presença dele interferiu no comportamento dos presentes. Não por sua imposição, mas como se os moradores o tivessem autorizado de antemão para a tarefa de rememorar as ocasiões, um indício da ascendência das lideranças e assessores sobre os moradores beneficiários que não ocuparam lugar de coordenação no processo. Ele falou com bastante precisão sobre cada uma das imagens. Relembrou as celebrações que eram muito frequentes, a visita a Ipatinga, os cursos de formação de mão de obra, as manifestações públicas para pressionar por algum pleito dos moradores ou da ASCA, como quando houve paralisação das

abaixo

Figura 94: Villarégia I recém inaugurado

Fonte: Acervo Ana Schmidt, data desconhecida

construções por falta de recursos, demonstrando seu compromisso com a causa, assim como seu orgulho com a realização do empreendimento. Todos pareceram concordar com o que Gustavo indicava e complementavam sua fala com o que recordavam. As mulheres presentes enfatizaram a condução expressivamente feminina nos canteiros, mencionaram a creche, os árduos trabalhos nos mutirões dos fins de semana e o sistema de pontuação desenvolvido pela ASCA na distribuição das casas.

Uma moradora, filha de uma participante do processo, contou que o mutirão serviu para que os moradores valorizassem mais a casa conquistada, afirmando que nos programas habitacionais convencionais, ou seja, aqueles realizados por gestão pública, as pessoas não dão tanta importância ao imóvel recebido, que logo se mudam e que ali havia sido diferente. Já seu filho adolescente, mostrou-se surpreso com a história contada pelos presentes e impressionado com as fotos do conjunto recém-finalizado (Figura 94), afirmando não ter reconhecido as casas sem as modificações executadas ao longo do tempo.



Notamos que, de uma forma geral, quem ficou até o final da oficina foram justamente os moradores que participaram ativamente do processo e dos mutirões da segunda fase do conjunto. Na fala de diversos deles ficou nítida a separação entre as 23 casas construídas inicialmente das demais 57. Sempre se referiam às primeiras como "lá em cima", dando a sensação de afastamento social entre elas e demonstrando que o grupo da segunda fase é mais unido entre si. Ao final do evento, muitas pessoas se mostraram muito gratas pela exposição de fotos, abraçaram e agradeceram pelo evento. Muitos mencionaram que queriam ter aparecido nas imagens e solicitaram mais fotos. Essa situação, juntamente

com a tentativa de autoidentificação nas fotos projetadas, aponta-me que o processo os traz boas recordações.

4.3.3.1. Inserção urbana, permanência e conflitos

Geograficamente, a região do Barreiro, em que se encontra o conjunto Villarégia, está situada nas franjas da Serra do Rola Moça, fazendo limite com os municípios de Nova Lima, Ibirité e Contagem (Figura 95). Essa é a região de origem dos beneficiários. Como disse, foram eles que fizeram a seleção pelo terreno, ainda que seja necessário destacar que não tiveram muitas opções para essa “escolha”. Antes de residir no Villarégia, muitos viviam em bairros próximos, como Bairro das Indústrias, Betânia, Estrela D’álva, Palmeiras e Vila Cemig. Isso claramente denota distinção aos conjuntos da produção de interesse social hegemônica em que a localização é simplesmente imposta aos beneficiários, independentemente de sua condição prévia.

A inserção urbana do Villarégia, como mencionado antes, foi objeto de disputa no momento de organização do processo e precisou ser reafirmada no decorrer da construção do conjunto. A imagem de satélite de novembro de 2002 comprova que o entorno do empreendimento, apenas dois anos após sua completa conclusão, já estava muito adensado (Figura 96). Isso confirma o que as arquitetas da assessoria colocam sobre terem sido selecionadas áreas consolidadas na cidade para atender aos conjuntos da primeira geração. Ao longo do tempo não se veem alterações drásticas no seu entorno imediato para além de mudanças no padrão construtivo das edificações existentes e o ainda maior adensamento, especialmente, com a construção de novos conjuntos habitacionais.

A localização é um dos pontos positivos mais mencionados pelos moradores que responderam aos questionários da fase de pesquisa individual, mais de 90% deles consideram o conjunto bem localizado (Figuras 97 e 98). Perguntados sobre o motivo da resposta positiva alguns disseram: “Perto de tudo”; “Proximidade com supermercado, escola e posto de saúde”; “Está num ponto bom do Barreiro e faz divisa com a mata da Copasa”; “Tem transporte, acesso ao hospital e estrutura boa”; “Isso daqui é uma maravilha”. Um dos moradores ainda diz que o bairro é muito bom e que melhorou ao longo do tempo, referindo-se a mais serviços disponíveis na região. Já os poucos que reclamaram da inserção urbana são aquelas pessoas que trabalham no Centro de BH e realizam o deslocamento cotidianamente e apontam a distância e o percurso de aproximadamente uma hora em transporte coletivo, como o principal fator negativo. Já uma moradora

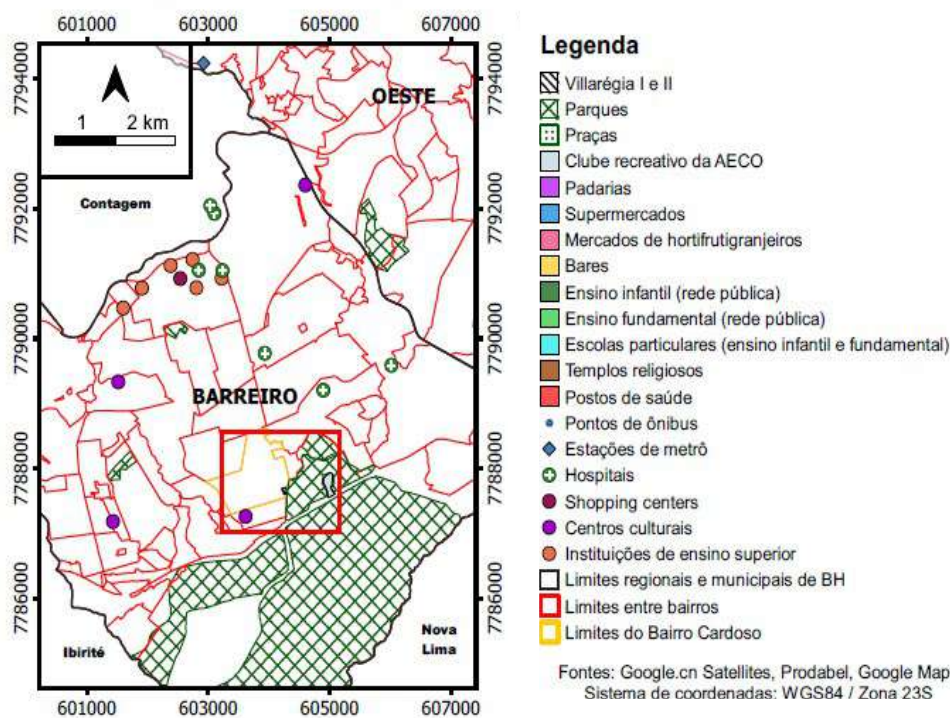
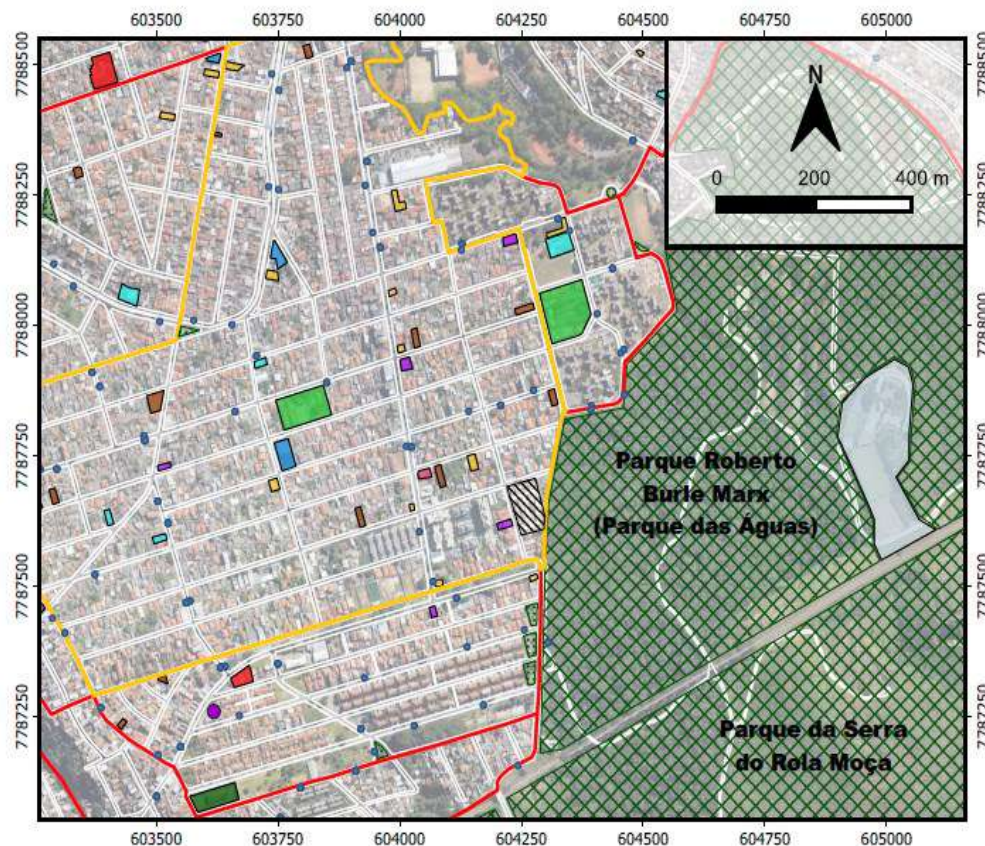
ao lado

Figura 95: Mapa de inserção urbana do conjunto Villarégia

Fonte: Produzido no âmbito do projeto de pesquisa, 2020

jovem diz que faltam opções na oferta de comércios, segundo ela “uma única padaria, um único mercado e uma única farmácia não é o suficiente”.

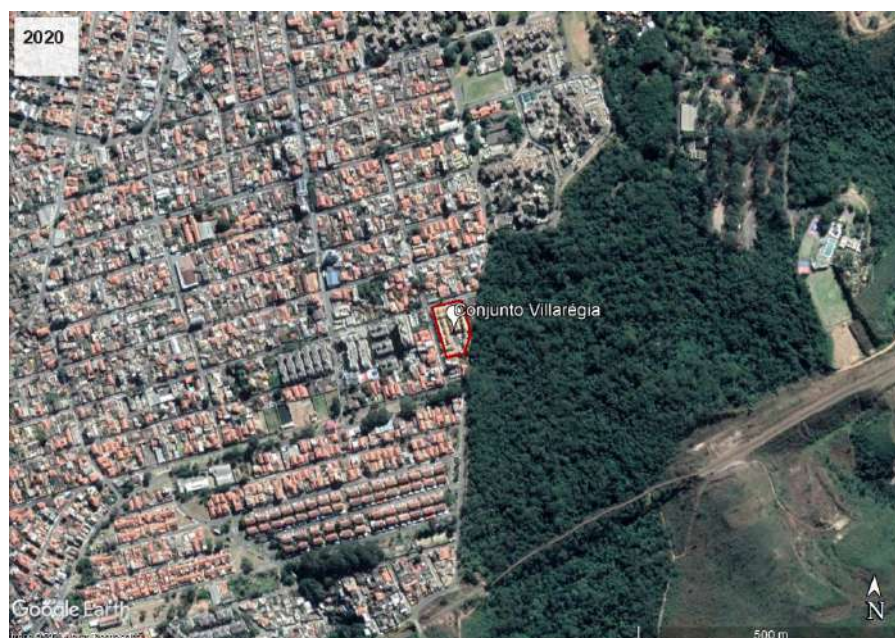
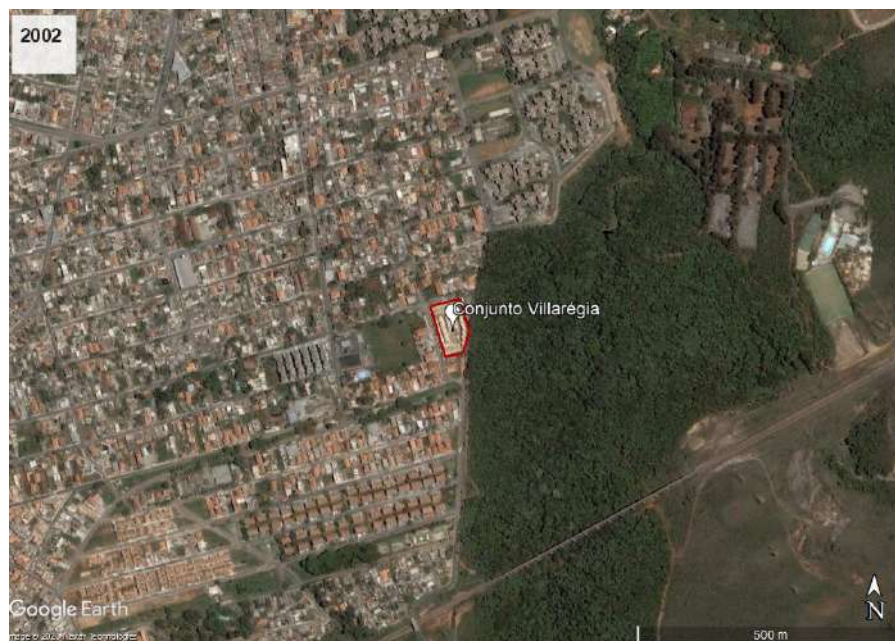
INSERÇÃO URBANA: VILLARÉGIA I E II



ao lado

Figura 96: Localização do conjunto (imagem de satélite de 2002 e 2020)

Fonte: Produzido por mim a partir de imagem do Google Earth, 2020



A pesquisa também aponta que a maioria realiza deslocamentos a pé, para acesso ao posto de saúde (demoram até 30 minutos), à escola, (até 10 minutos) e aos comércios do dia-a-dia tal como mercado, padaria e farmácia (até 10 minutos). Já para idas ao hospital, utilizam prioritariamente transporte público coletivo e em segundo lugar o transporte particular (carro próprio ou de aplicativos). Existem pontos de ônibus próximos acessados em menos de 10 minutos (Figuras 102 e 103).

Figuras 97 e 98: Mapas de equipamentos públicos e estrutura viária nas imediações dos conjuntos Villarégia e Uruçuia

Fonte: produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão, 2022



Equipamentos públicos da área dos Conjuntos Vila Régia I e II e Uruçuia

- | | | | |
|--|---|--|--|
| <p>Conjuntos autogestionários de Belo Horizonte</p> <ul style="list-style-type: none"> Vila Régia I (mais acima) Vila Régia II (acima) Uruçuia (abaixo) <p>Atrativo Turístico</p> <ul style="list-style-type: none"> Parque Ecológico Jardim Burle Marx <p>Malha Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> Praças | <p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> Escolas Municipais de Educação Infantil Escolas Particulares <p>Saúde e bem estar</p> <ul style="list-style-type: none"> Academia da cidade Centro de saúde <p>Limpeza Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> Local de Entrega Voluntária <p>Esporte e lazer</p> <ul style="list-style-type: none"> Clube | <p>Equipamentos Culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> Fotografia Grupo espírita Hospedagem Igreja Locação de equipamentos Loja de automação Loja de vestuário Mercearia Padaria Papelaria <p>Serviços Comerciais</p> <ul style="list-style-type: none"> Açougue Auto escola Bar ou restaurante Casa de construção Casa de repouso Confeitaria Drogaria | <ul style="list-style-type: none"> Perfumaria Pet shop Pista de caminhada Sacolão Salão de beleza Sorveteria |
|--|---|--|--|



Fonte de dados: Prefeitura de Belo Horizonte e Google Maps



Estrutura viária da área dos Conjuntos Vila Régia I e II e Uruçuia

- | | | |
|---|--|---|
| <p>Conjuntos autogestionários de Belo Horizonte</p> <ul style="list-style-type: none"> Vila Régia I (mais acima) Vila Régia II (acima) Uruçuia (abaixo) | <p>Classificação viária</p> <ul style="list-style-type: none"> Arterial Coletora Ligação regional Local | <p>Pontos de ônibus</p> <ul style="list-style-type: none"> Pontos de ônibus |
|---|--|---|



Apesar do conjunto fazer divisa com uma grande área de reserva ambiental que abriga os Parques Roberto Burle Marx e Serra do Rola Moça, contar com algumas praças e com o Centro Cultural Urucuia nas proximidades, apenas 40% dos moradores entrevistados afirmam realizar alguma atividade de lazer ou cultura. Alguns poucos chegam a tratar do parque das águas (dentro do Parque Burle Marx) enfatizando a boa estrutura do local. Sobre outros lugares que costumam frequentar apontam shoppings centers, igrejas e menos frequentes equipamentos de cultura no centro de BH e roda de samba em bairros vizinhos.

Em junho do ano de 2019, quando do início da pesquisa de campo, das 80 famílias originais, segundo informações repassadas por lideranças locais, apenas seis haviam deixado o conjunto. É necessário afirmar que as lideranças não têm qualquer função no controle das saídas e entradas de moradores. Ainda que a evasão aparente ser maior, a pesquisa não constituiu um censo, portanto, não é possível confirmar se de fato esses números procedem. Além da indicação das lideranças, o que sugere que ainda permanece um número grande de beneficiários do OPH, são os resultados da Oficina Coletiva e da Pesquisa Individual em que foram facilmente percebidas as presenças de muitos dos residentes originais ou de seus parentes. Dessa maneira, tomo como verdadeiro o dado de que até aquele momento 93% das famílias que participaram do processo autogestionário permaneciam no conjunto.

Muitos fatores apontam para essa expressiva permanência dos moradores, dentre eles destaco a boa localização do conjunto, o fortalecimento das relações de vizinhança construídas desde a mobilização do grupo, o envelhecimento da população e a casa adaptada para as necessidades, o que tratarei mais adiante. Além desses pontos, o fato de muitos ainda não terem a escritura do imóvel pode ter sido um dificultador da saída deles dali. A escritura, único documento que garante a posse do imóvel, ainda hoje é motivo de dúvidas entre os moradores.

A maioria, 77,8% dos entrevistados, menciona não ter recebido a escritura. O principal motivo seria o fato de ainda não terem concluído o financiamento da casa. Geralda afirma pagar R\$33,00 mensais e que faltam apenas R\$200,00 para a quitação total. Segundo ela, hoje em dia esse valor é irrisório, "é menos do que se gasta na padaria", mas que no passado, a realidade era outra, lembrando o período de recessão e escassez sofrido por muitos.

Se de um lado, o financiamento acessível permite que o valor pago não onere o orçamento familiar, de outro, o longo tempo até sua conclusão gera nos moradores

uma insegurança quanto à posse definitiva. Dona Inês, por exemplo, menciona ainda não ter concluído o pagamento, faltam dois anos, o que ela diz ser um problema imposto pela prefeitura no baixo valor mensal. Conta ter recebido carta da URBEL comunicando o aumento de R\$10,00 na mensalidade, ao que ela reclama ser “um valor mínimo”, já que diz preferir pagar uma parcela mais cara para concluir logo e poder obter a documentação de propriedade. Ela ainda menciona outros conjuntos “mais novos” em que os moradores já finalizaram o pagamento, demonstrando grande receio em ainda não ter a segurança completa da posse de sua casa. No entanto, outros moradores afirmam que a documentação já foi emitida pela prefeitura, ao que Geralda revela que não se trata da escritura, mas apenas de um documento de quitação das parcelas do financiamento.

Já membro Alair da URBEL explica que para os empreendimentos da primeira geração, após o processo de regularização dos conjuntos e mediante a finalização do pagamento do financiamento, há de fato a titulação de propriedade pela PBH às famílias beneficiárias do programa. Ele menciona até mesmo a proposta de “quitação voluntária” realizada por iniciativa da URBEL com debate no CMH que daria descontos “bastante consideráveis” sobre o saldo devedor para incentivar que as famílias concluam a quitação de seus contratos do OPH e recebam a titulação.¹ O agente público ainda esclarece que, por pendências no processo de desapropriação em duas das quatro quadras que compõem o conjunto Urucuia, parte do empreendimento ainda não está regularizado e por isso algumas famílias não podem ser tituladas. Nesse sentido, ele esclarece que regularizar os conjuntos sempre foi um passo seguinte da PMH, mas menos prioritário do que a entrega da moradia.²

Geralda ainda conta que após a conclusão das obras precisariam esperar prazo mínimo de cinco anos para poder se mudar. Claramente essa restrição assim como a falta de titulação da moradia não impediu que alguns dos moradores realizassem “contratos de gaveta” e comercializassem informalmente a habitação antes do período de “carência”, algo que parece ter sido mais frequente no conjunto Urucuia do que no Villarégia. Geralda, que ainda trabalha com o movimento de

¹ Trata-se da Resolução N° LV, de 8 agosto de 2019, que estabelece o “Programa de Quitação Voluntária do financiamento de unidades habitacionais destinadas às famílias provenientes do Orçamento Participativo da Habitação” (BELO HORIZONTE, Resolução N° LV, 2019).

² Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2022, [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas desse agente público, as exceções serão assinaladas.

moradia pela ASCA, comenta que os beneficiários que corrompem o valor de uso da casa ao vendê-la são exceção e não regra no movimento:

Eu costumo dizer, 'ah mas você constrói, aí a pessoa vende... não compensa não' Compensa sim sabe porquê? Porque não é a maioria. Eu trabalho com a maioria, não trabalho com minoria. [...] Então, assim, se teve uma minoria, isso aí é como diria... "unanimidade é burrice".

Já Gustavo menciona que no Villarégia algumas habitações foram ocupadas por novas famílias em decorrência do falecimento do morador original, já outros se mudaram pois "saíram para situações melhores". Sua fala indica, portanto, que a mudança da condição econômica contribui para evasão das famílias desses conjuntos. No entanto, Geralda aponta outras questões que contribuíram para a saída das poucas famílias:

Ó, cada caso é um caso. Aí tem família que teve problema com droga, de ameaça, teve família que a mãe faleceu ou o pai faleceu, deixou pros filhos, os filhos não quiseram morar e venderam... teve vários casos [...]. Não tem um caso que todo mundo foi isso. Foram pouquíssimos, três casos aqui [no Villarégia] [...] foi questão de ameaça mesmo de drogas, [o] filho era traficante, aí o outro não pagou, aí ameaçaram matar a família toda, aí a família saiu. Então, na verdade, é a questão da violência, do tráfico, é que ainda infelizmente prevalece.

O tráfico de drogas é uma questão também mencionada pelos moradores recentes (não mutirantes), ainda que alguns deles o façam de maneira velada, 20% atribui os problemas do conjunto às drogas. Contudo, apenas metade dos entrevistados diz haver algum defeito no conjunto, mencionando tanto aspectos físicos quanto sociais. Já, outros, como Sr. Eliseu, quando perguntados sobre os problemas, dizem que existem 'questões', mas preferem desconversar e não revelar o que consideram por defeitos do conjunto, no caso dele, diz que "tanto faz", pois não sai muito de casa. A falta de respostas que evidenciem os aspectos negativos da área, mais do que indicar que ali não existam defeitos, demonstra que alguns moradores sentem receio em compartilhar seu real ponto de vista. Entendo que isso pode estar relacionado à apreensão em falar mal do processo ou mesmo ao medo de alguma questão do cotidiano do conjunto.

Dentre os problemas de mesoestrutura os moradores revelam a ausência de obras de manutenção e a dimensão das ruas internas, que, segundo eles, poderiam ser

mais largas. Os moradores falam também de uma intervenção da COPASA que teria gerado trincas e rachaduras nas casas (algo que não chamou minha atenção durante as atividades da pesquisa de campo), do excesso de trânsito de caminhões nas vias externas que alterou a pavimentação das ruas e de “calçadas afundando” e expõem o mau cheiro do esgoto. Todos esses pontos foram confirmados nas diversas visitas realizadas ao conjunto.

Sobre as questões sociais, o tráfico de drogas volta a ser mencionado e associado aos “vizinhos problemáticos das 23”, como indica Renato Colotto. Sobre isso, Júlio, também morador do Villarégia II, diz que o conjunto é “97% bom, os meninos revoltados já melhoraram e agora tem mais policiamento”. Outra moradora, Martha, diz que o “fumo” incomoda, segundo ela, “alguns fazem uso de drogas, talvez haja até narcotráfico”. Para além das respostas, o uso de drogas é muito visível, até mesmo durante o dia, como pude perceber ao percorrer as ruas da porção de casas da primeira fase da construção conjunto. Contudo, o tráfico de drogas não é uma questão recente no conjunto, o Centro Comunitário, equipamento batalhado durante as obras, foi demolido entre 2007 e 2008 sob a justificativa desse mesmo problema.

Sobre o problema de drogas no Villarégia, Alair da URBEL diz que “se instalou uma boca de tráfico dentro, na borda do conjunto, [...] com moradores do conjunto participando, isso [...] num dado momento gerou um problema de violência localizado”. Embora o membro da área de Habitação e Regularização Fundiária da URBEL afirme que a situação tenha requerido alguma mediação do poder público, a própria comunidade do conjunto, de forma organizada, teria administrado o conflito denunciando e expulsando o beneficiário em questão. Para ele, o problema é comum à nossa sociedade e não tem relação direta com o fato desses conjuntos terem sido realizados por produção autogestionária. O tráfico de drogas também foi motivo de conflitos em outros conjuntos da primeira geração, como é o caso do Fernão Dias que também foi resolvido pelos próprios moradores, Alair, assim como outros agentes públicos, entende que o fato de as famílias se conhecerem e se relacionarem ao longo do processo as fortalece enquanto grupo de futuros moradores e isso tem impactos positivos e importantes no pós-morar:

são conjuntos normalmente que o pós-morar deles e a adaptação das famílias são extremamente positivas, muito positivas, as famílias têm uma vivência, apesar de [...] alguns problemas, mas que não são relacionados a autogestão especificamente [...]. Esse problema [do tráfico de drogas do Villarégia] ocorreu,

mas não tirou e não comprometeu esse resultado da habitação, dessa mobilização e dessa organização sociopolítica que esses conjuntos acabaram se estabelecendo.

Outra questão que chama atenção sobre a área "das 23" é que ali houve menor aderência ao questionário individual. Muitos dos residentes do Villarégia I não quiseram atender à equipe e os poucos que nos abriam suas portas, em sua maioria, quando explicado sobre do que se tratava a pesquisa, disseram não ter interesse em responder ao questionário. Apenas dois moradores dessa área responderam à pesquisa individual.

A resistência à pesquisa pode ser um indício de que existam problemas tais como os mencionados pelos moradores do Villarégia II. É isso que também confirma a sensação de afastamento social sentida durante a Oficina Coletiva que foi composta basicamente por moradores da segunda fase. Ademais, parece haver no Villarégia I uma maior renovação dos moradores se comparado ao II, muitos se disseram recém-chegados ao conjunto e por isso não saberiam responder às perguntas (mesmo quando informados de que a pesquisa era para qualquer tipo de morador). Joaquim, morador do Villarégia II, comentou que sabia de casas sendo alugadas por R\$750,00, segundo ele, uma situação recente no conjunto (informação de dezembro de 2019). Ainda sobre essa renovação, chamou atenção o comentário de um jovem que, curioso com o movimento da equipe,³ parou-me para saber do motivo de nossa presença no conjunto, quando lhe respondi, um amigo que estava próximo e escutava nossa conversa me disse que quem "invade" casas não deveria responder ao questionário, indicando se tratar da condição da pessoa com quem eu dialogava. A questão da ocupação irregular não chegou a ser tratada por nenhum dos respondentes do questionário individual e nem mesmo pelas lideranças que vivem no Villarégia. Seria esse um problema em curso?

Problemas tanto de ordem técnica quanto social são mencionados por Catarina: "Acúmulo de lixo nas áreas comuns e principalmente a falta de conscientização da vida em coletivo" e também pelo filho de dona Solange, que afirma "Falta de organização e manutenção do bem público". Outra questão que aparece como resultado dos questionários é que não há um expressivo envolvimento dos moradores com entidades ou movimentos sociais. Dentre aqueles que participaram do processo, apenas 36,4% dizem ter vínculo com alguma entidade

³ Todos os membros da pesquisa portavam pranchetas e vestiam coletes com identificação do grupo MOM-UFMG.

ou movimento, dos quais poucos destacam continuar associados à ASCA. A participação em conferências, conselhos, manifestações vinculadas à UEMP, ao Movimento Tarifa Zero e a COMFORÇA, assim como a partidos políticos, aparecem dentre as atividades desempenhadas por essas pessoas.

O depoimento de Dona Inês aponta que o pouco envolvimento dos moradores com causas sociais poderia ser reflexo do longo tempo decorrido do início da luta e do fato de que parte dessa população, já idosa, está cansada e prioriza questões mais vinculadas à própria família. Atualmente ela não tem qualquer vínculo com entidades, movimentos ou atividades em favor da moradia. Contudo, no passado, a moradora diz ter participado ativamente e por muito tempo de uma comissão de trânsito e transporte para conseguir mais linhas de ônibus na região, contudo, conta que desistiu dessa atividade pois não "saíam do lugar e gastava muito com passagens até o local das reuniões".

Já dentre o grupo de moradores que não se envolveram com a produção do conjunto não há qualquer menção a algum tipo de participação ou vinculação a movimentos sociais. Isso parece demonstrar que o processo autogestionário, mesmo tendo como principal fator de aglutinação a conquista da moradia individual, cativou a alguns de seus envolvidos que ainda hoje permanecem minimamente ligados a causas comunitárias.

4.3.3.2. Conquistas e transformações dos espaços individuais e coletivos

As fotos do conjunto Villarégia recém-inaugurado ilustram bem a notável mudança pela qual passou ao longo de seus 20 anos de existência. A apropriação e a personalização dos espaços coletivos e individuais são claras, por isso a surpresa de alguns moradores mais novos ao verem as imagens projetadas durante a Oficina Coletiva, não reconhecerem nelas o conjunto que habitam hoje.

Começando de fora, a pracinha e o estacionamento executados recentemente foram mudanças das áreas coletivas que eu pude presenciar de perto. Na primeira visita, em janeiro de 2019, ainda eram visíveis as ruínas do alicerce da parte do Centro Comunitário demolido, carros abandonados e o uso improvisado da área como estacionamento (Figura 99). Já no retorno, em dezembro daquele mesmo ano, a pracinha concluída, palco da Oficina, tinha o seu uso afirmado pelas crianças no jogo de futebol e no estacionamento formalmente estabelecido com a pavimentação demarcada em vagas em toda área livre (Figura 100).

Figuras 99 e 100: Pátio interno em janeiro de 2019 e dezembro de 2019

Fonte: meu acervo pessoal, 2019
ao lado e abaixo



Geralda, que já foi conselheira do Orçamento Participativo, explica que a praça, apesar de ter sido executada só em 2019, foi obtida com recursos do OP Obras de 2011-2012, o que ela atribui à falta de vontade política das administrações anteriores em realizar a obra que ela considera barata (R\$139mil) se comparada aos recursos milionários necessários para outras intervenções urbanas. Sobre a demanda para recursos do OP ela afirma “por mais problemas sociais que a gente tenha, [...] as pessoas conseguem se comunicar”, ao mesmo tempo que revela que foi necessário empenho das lideranças locais para mobilizar as famílias “batendo de porta em porta”, demonstrando não se tratar de uma iniciativa espontânea. Passados sete anos dessa conquista, Geralda menciona estar cada vez mais difícil fazer com que as famílias se mobilizem em prol do bem coletivo, sugerindo que após a entrega das casas as pessoas teriam se acomodado e passado a pensar de maneira mais individualista. Sugerindo que muitas das conquistas coletivas no pós-ocupação são atribuição das antigas lideranças (ou membros da coordenação), ela se diz cansada do contínuo envolvimento para realizar as mudanças necessárias e revela que gostaria de ter o amparo do poder público para realizar trabalho social na organização das famílias. Preocupada com a imagem que o conjunto passa para o entorno, a liderança busca maior conscientização coletiva para realizar, por exemplo, a pintura dos muros das casas.

O que Geralda expõe contribui para entender o motivo de que na pesquisa individual nem todos os moradores dizem terem sido realizadas conquistas coletivas, apenas 68% reconhecem a obtenção de espaços ou equipamentos. Dentre as respostas somente a praça interna e seu o mobiliário (ainda não instalado), a pavimentação do estacionamento e o recapeamento da Rua Tubarão foram mencionados como ganhos da comunidade local. As mudanças necessárias no conjunto, mesmo que reconhecidas pelos moradores, são articuladas por alguns poucos. Parece persistir assim a dependência às lideranças e aos membros da coordenação que desempenhavam o papel de tomada de decisões durante as fases de organização, projeto e obra. Nesse mesmo sentido, depoimentos de moradores e lideranças do Fernão Dias (dentre eles: Heitor, Luiza e Maria Auxiliadora) também sugerem prevalecer ainda hoje um certo protagonismo de antigas lideranças, ou respectivos representantes das associações, na conquista de equipamentos públicos coletivos e também de outras mobilizações necessárias ao ordenamento do cotidiano do empreendimento.

Gustavo, como exceção, é o único a lembrar do Centro Cultural Urucuia inaugurado em 2008 e conquistado com recursos do OP de 2004. Sob a proposta de levar “arte e cultura para todos”,¹ o espaço é estruturado por salas de oficina multiuso, auditório e anfiteatro que dão suporte a atividades plurais demandadas pela comunidade do Barreiro. Quando visitado em abril de 2019 pude perceber que realmente se trata de uma área bem cuidada e muito apropriada. Devido a sua proximidade ao conjunto Urucuia, provavelmente o Centro Cultural foi fruto de uma maior articulação e apropriação de seus moradores do que do Villarégia. Além desse equipamento, as entrevistas itinerantes no conjunto Urucuia revelaram que existe uma grande horta cuidada por uma de suas moradoras. A horta foi uma apropriação realizada em uma das pontas das quadras do conjunto. Nas narrativas de Ana Schmidt e de Leta são mencionadas que essas áreas foram inicialmente reservadas para receber equipamentos públicos, contudo, a falta de recursos impediu que fossem executadas de imediato.

Leta revela que a assessoria junto à associação propôs que as áreas das pontas das quadras, ocupadas com as instalações provisórias do canteiro de obras, fossem utilizadas pelos moradores na continuidade dos trabalhos formativos feitos durante a construção, como a fábrica de estrutura metálica para os telhados. Contudo, mesmo que a prefeitura não tivesse um plano de ocupação ou recursos para instalar equipamentos coletivos, ela interpôs barreira com a recusa de cessão da área aos trabalhos já encaminhados pelo grupo de moradores. Para Leta, isso impediu que os ideais de coletividade, de trabalho cooperativado e de geração de renda, estimulados durante a obra, tivessem continuidade, em suas palavras:

a gente insistiu muito que a prefeitura nos deixasse ocupar essa área depois, mas não conseguimos não. [...] Porque essas áreas têm um potencial enorme... e é isso, depois de um movimento de trabalho colaborativo, cooperativo, tá tudo preparado pra coisa poder deslanchar. A gente teria que ter uma condição um pouco mais amigável para permitir que esses desdobramentos se consolidassem. Naquelas pontas das quadras, eram áreas de produção e, por exemplo, essa fabriqueta de estruturas para telhado, que ocupava uma área pequena, ela poderia ter se transformado em um trabalho contínuo, numa produção contínua.

A vacância dessas áreas foi comentada pelas lideranças. Elas dizem que já houve tentativa de ocupação irregular, o que, por sua vez, exigiria contínua vigilância por

¹ Dizeres expostos na placa de identificação do Centro Cultural.

parte da população local. Mesmo sem o respaldo do poder público, com o passar dos anos, os moradores do Urucuia fizeram frente à ocupação dessas áreas de duas maneiras. Uma com a ação autônoma na conversão de área sem uso em horta e a outra com as disputas nos OPs de obras. A demanda pelo OP rendeu não somente o Centro Cultural como também a Unidade Municipal de Educação Infantil, a EMEI Solar Urucuia inaugurada em 2014,² instalada em uma das áreas até então vagas do conjunto.

Se houve nesses conjuntos a obtenção de espaços coletivos, na contramão, houve também a apropriação indevida de áreas públicas ou comuns convertidas ao uso particular. No Urucuia, a implantação original previa passagens públicas para ligação facilitada entre ruas paralelas (Figuras 101 a 103). Essas passagens são constituídas de pequenas vias peatonais pensadas para instalação de praças e jardins de uso comum. Ana Schmidt explica que o parcelamento da gleba em quadras extensas, previamente aprovado pela prefeitura, e a movimentação de terra em desníveis com contenção de muro de arrimo, executada pela URBEL (e depois refeita pelas famílias), condicionaram a adoção dessas passagens no projeto. Algumas dessas áreas ainda se mantêm como na proposta inicial (Figuras 104 a 106), podem ser acessadas livremente e utilizadas como espaço público. Contudo, a maioria foi fechada, tornando-se de acesso exclusivo dos moradores que ocupam aquele trecho de quadra. Fechar as áreas impossibilita a apropriação pública das passagens além de conformar barreira ao percurso dos pedestres que precisam fazer trajeto muito mais longo para vencer a distância de um lado ao outro das quadras. A Figura 111 ilustra o exato momento de instalação de estrutura para fechamento de uma das poucas passagens que ainda estavam abertas.



Figura 101: Implantação original do Conjunto Urucuia

Fonte: Acervo Ana Schmidt, anos 1990

ao lado

² Construída pela parceria estabelecida entre a PBH e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

abaixo e ao lado

Figuras 102 e 103: Projeto; e construção das passagens de pedestre no Conjunto Urucuia

Fonte: Acervo de Ana Schmidt, anos 1990



acima à esquerda, à esquerda e acima

Figuras 104, 105 e 106: Passagens ainda preservadas no Conjunto Urucuia; e fechamento de uma das passagens

Fonte: Meu acervo pessoal, 2019

abaixo

Figura 107: Casa de esquina
expandida sobre área pública no
Villarégia

Fonte: Meu acervo pessoal, 2019

No Villarégia, as travessas internas continuam abertas, no entanto, ocorreram outras apropriações de áreas públicas. As praças das esquinas assim como trechos das vias internas foram incorporados aos lotes, possibilitando a alguns moradores um aumento significativo da área útil individual. A conversão da área coletiva em individual é aproveitada para expansão da unidade habitacional, em alguns casos é como garagem privativa (Figura 107). Nesse sentido, os moradores de lotes de esquina foram privilegiados já que dispunham de contato direto com o espaço de uso comum.



Outra intervenção marcante no conjunto Villarégia é a do fechamento do afastamento frontal dos lotes com muros ao longo de todo o alinhamento (Figura 108). Gustavo conta que a partir da demanda das famílias, os arquitetos da

abaixo

Figura 108: Fechamento dos afastamentos frontais no Conjunto Villarégia

Fonte: Meu acervo pessoal, 2019

prefeitura realizaram o projeto e vistoriaram a execução dos muros. Geralda, diz que as famílias eram inicialmente muito "inocentes", pois achavam que conseguiriam viver ao estilo de uma "vila europeia", referindo-se à ideia de os afastamentos se integrarem para extensão da área pública. Já Dona Cláudia lembra que o muro foi construído menos de dois anos após a entrega da casa, segundo ela, "antes a ideia era de uma casa americana", recordando-se da tentativa de ter entradas ajardinadas e sem barreiras tais como as casas dos subúrbios norte-americanos. Se americana ou europeia não é relevante, importa que mesmo diante o fortalecimento das relações de vizinhança, algo que teria sido estimulado ao longo de todo o processo, o plano de ter casas com áreas livres compartilhadas não foi assegurado. A realidade brasileira se fez outra.



O fechamento das passagens no Urucuia e a construção dos muros no Villarégia revelam a insegurança enfrentada nos conjuntos mesmo pouco tempo após a construção, como confirmam os discursos do capítulo anterior. Essa mesma insegurança possivelmente contribuiu para que hoje as atividades comunitárias não sejam tão expressivas quanto aquelas realizadas durante os mutirões. Apesar de 93% dos respondentes do questionário afirmarem conviver com seus vizinhos (fazem questão de dizer que não com todos), menos da metade do total diz participar de alguma atividade em grupo no conjunto. Como ações coletivas mais comuns são apontadas festas, reuniões sobre a área e grupos religiosos. Sobre os eventos, uma moradora conta que "não é constante, mas sempre tem algo", ela cita almoços e festas como a do dia das crianças e menciona a vizinha Elaine como a principal promotora desses eventos. Animada, também fala sobre pequenos shows e festas. Dona Martha também diz que essas atividades são pouco frequentes, mas comenta dos grupos de oração entre os vizinhos do Villarégia II.

Além dos problemas sociais, a falta de espaços coletivos possivelmente contribuiu para que ocorram poucos eventos com ampla adesão das famílias. Por exemplo, quando realizado o Rolezinho da Autogestão em 2019, o pátio central ainda não tinha sofrido intervenção da prefeitura com a obra do OP, portanto, restou-nos reunir em uma das travessas compartilhada entre carros e pedestres (Figura 109). A ausência de calçadas é consequência do fechamento dos afastamentos frontais que também desdobrou na completa impermeabilização do solo. Em alguns trechos, como notado em toda a extensão da travessa Itália, devido ao alto adensamento do conjunto e aos acréscimos feitos nas habitações, há uma sensação de enclausuramento do espaço externo que não estimula sua apropriação. Resta saber se a praça há pouco inaugurada favorecerá uma maior retomada desses moradores ao espaço de uso comum ou se com o tempo ela também será objeto de disputa individual e de conflitos sociais.

Sobre as alterações nas unidades habitacionais, elas são muitas e diversas, demonstrando ter potencial para acompanhar as mudanças impostas pelos ciclos familiares. A maioria das casas visitadas na pesquisa individual abriga duas pessoas (23% das unidades), seguidas de quatro (20%), de cinco (17%), seis e três (13% cada), uma (10%) e uma única família com oito membros (3%). Dentre os respondentes, 56,7% diz que a família sofreu alterações, das quais a expressiva maioria diminuiu (84,6%), consequência do falecimento de algum familiar ou mesmo da mudança de filhos ou de parentes/amigos que viviam de favor. Dos moradores que participaram do processo, apenas um menciona não ter realizado

abaixo

Figura 109: Rolezinho da Autogestão no Conjunto Villarégia

Fonte: Meu acervo pessoal, maio de 2019

alterações na casa, desconsiderando a construção do muro e o acréscimo de cobertura que deu origem à varanda frontal. Por tanto, na prática, todos eles, fizeram alguma reforma.

Essas mudanças, contudo, não são consequência de abertura prevista em projeto, mas sim do fato de que os autoprodutores, como parcela dos sem-casa pode ser caracterizada, já tomam qualquer arquitetura como arquitetura aberta ou flexível. Ana Schmidt revela que apenas uma das duas tipologias do Urucuia foi concebida para sofrer ampliações. Já no Villarégia, consequência da geminação em fita, houve somente a variação de um mesmo tipo de moradia, ora com um quarto no térreo e dois no pavimento superior, ora com os três quartos no superior. Para a arquiteta, as restrições na dimensão do terreno e a imposição do programa com 80 unidades habitacionais assobradadas impossibilitaram estratégias de flexibilidade arquitetônica.



Em contrapartida, a horizontalidade do conjunto e as áreas livres individuais, assim como as públicas (no caso dos lotes das esquinas), foram os fatores que especialmente favoreceram as mudanças das moradias. Além da construção dos muros as alterações mais comuns são vistas nos fechamentos dos afastamentos

frontal e posterior com cobertura, possibilitando apropriações diversas como garagens, varandas, extensões de cozinhas e ampliação das áreas de serviço. Mudanças mais expressivas como a construção de novos cômodos pelas consideráveis ampliações no pavimento superior são também frequentes. Alguns desses casos foram eleitos para a produção de diagramas que ilustram e detalham as transformações das casas do Villarégia (Figuras 110 a 113).³ Exponho a seguir uma breve descrição de cada uma delas.

A casa do Sr. Eliseu é uma dessas que contempla alterações bastante significativas, dentre elas destaco a garagem, possibilitada pela adição de uma plataforma com enchimento de concreto para chegar ao nível de acesso pela via interna; o acréscimo de banheiro em um dos quartos do pavimento superior e de um quarto acima da área de serviço; além de diversas áreas de circulação sem qualquer função aparente. Os cômodos têm fluxo confuso e devido à grande adição de áreas superiores a casa é bem pouco iluminada no pavimento térreo. Apesar dos espaços terem sofrido diversas alterações, Eliseu afirma que gostaria de construir um terceiro andar, ainda que não o faça, pois, segundo ele, "a estrutura não aguenta". O domínio com que ele faz tal afirmação sobre a estrutura foi adquirido de experiências prévias na construção civil, antes mesmo da obra do conjunto, em que ele conta ter trabalhado por pouco tempo contratado como pedreiro de alvenaria. No conjunto, trabalhou como mutirante e como remunerado da FTR, destacando atividades de servente e serviços gerais (carregar carrinho de mão com matérias pesados, limpeza etc.), concretagem, alvenaria, instalação da cobertura e também acabamentos, sendo essa última restrita apenas à sua casa.

Dona Inês, por sua vez, demonstra com orgulho a casa bem cuidada, durante a visita ela detalha os acabamentos e cada uma das várias alterações feitas. Têm destaque a inserção de escada e de laje para acesso ao nível superior a partir da área de serviço, um espaço com pé-direito duplo, vista para a mata e inúmeras plantas cultivadas pela moradora. A antiga cozinha foi transformada em área de armazenagem e transferida para área externa onde há melhores fluxo e iluminação.

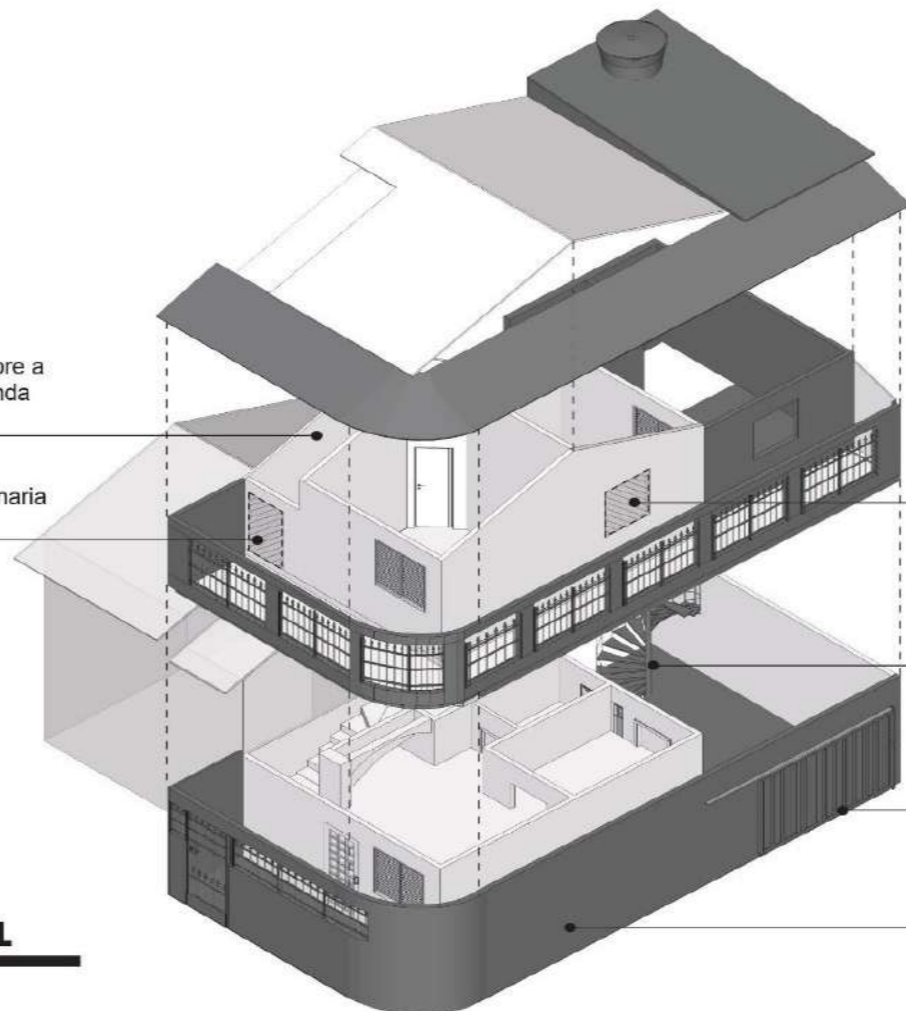
³ Além das casas em análise, os diagramas representam as casas vizinhas (com transparência) para destacar os limites possíveis das ampliações.

Figura 110: Diagrama da casa do Sr. Eliseu

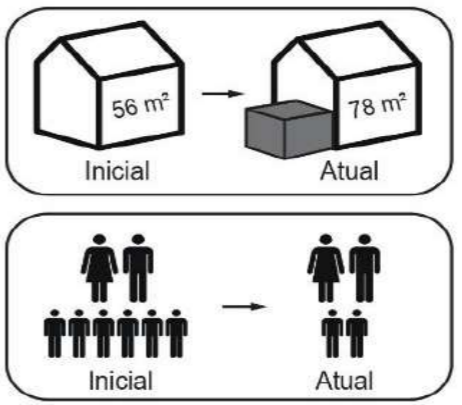
Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



Acréscimo de passarela sobre a escada para acesso à varanda do pavimento superior
Demolição de parte da alvenaria para abertura da porta



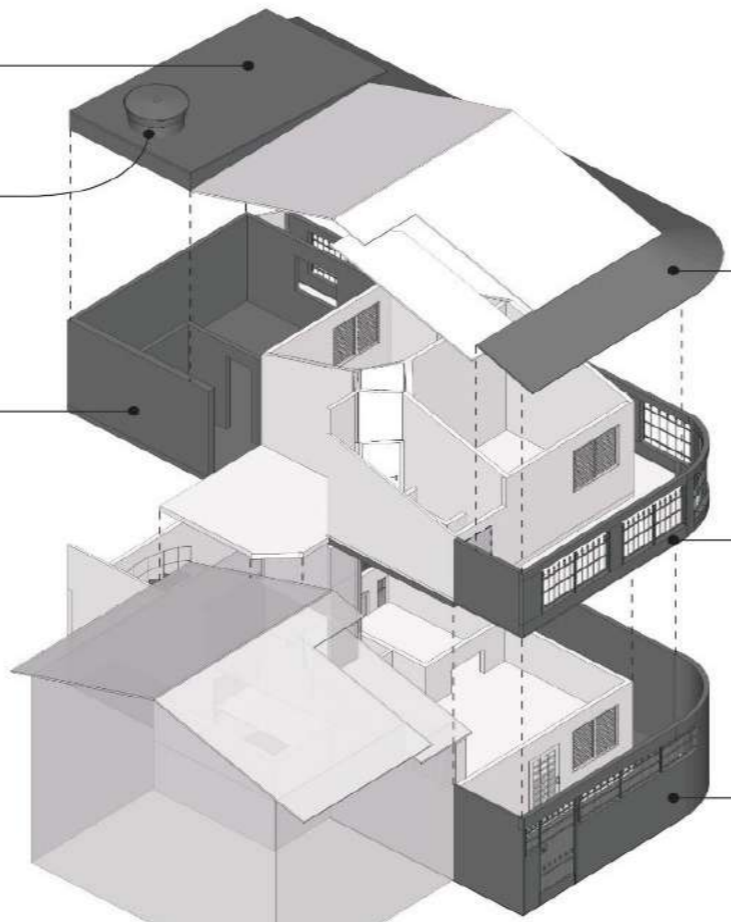
FACHADA FRONTAL



Demolição de parte da alvenaria para abertura da janela
Acréscimo de escada de acesso à suíte
Construção de plataforma e adição de garagem
Construção de muro no afastamento frontal



Acréscimo de telhado sobre nova área
Acréscimo de caixa d'água para abastecimento do banheiro da suíte
Construção da suíte



FACHADA POSTERIOR

Ampliação do telhado
Acréscimo de laje e construção da varanda do pavimento superior
Construção de muro na divisa



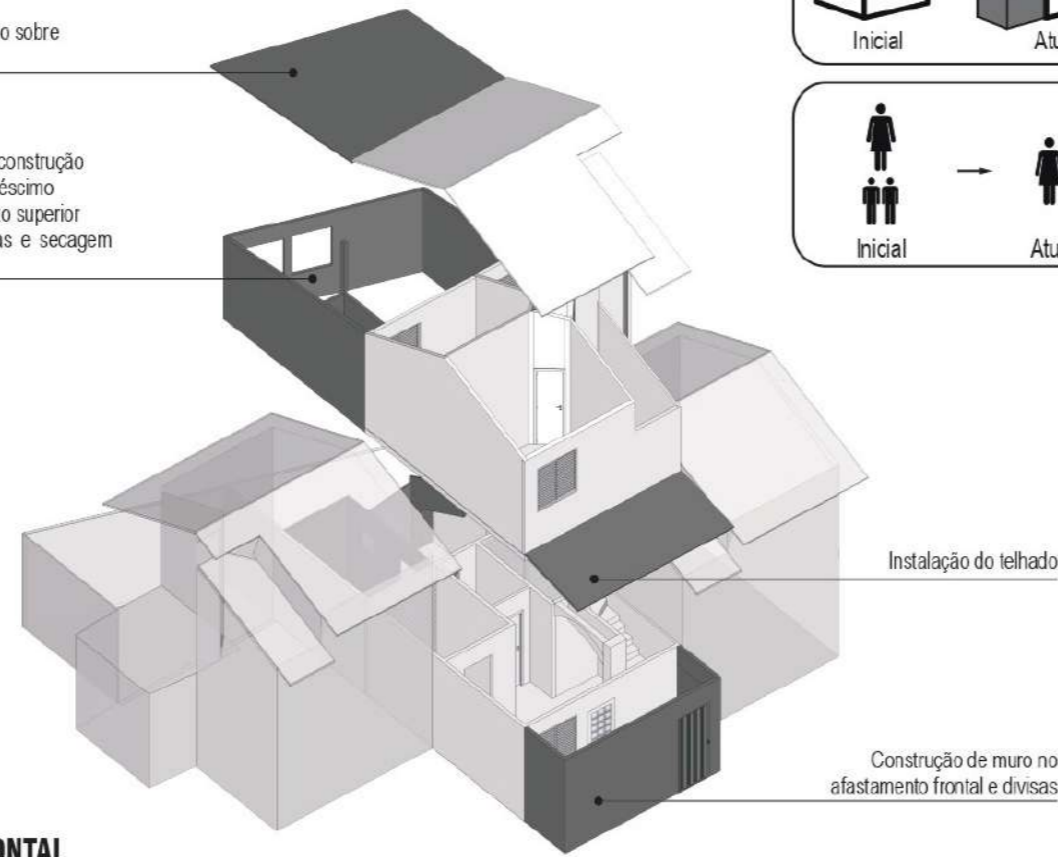
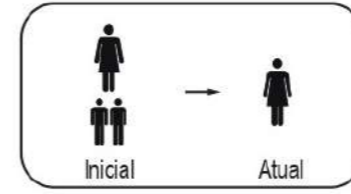
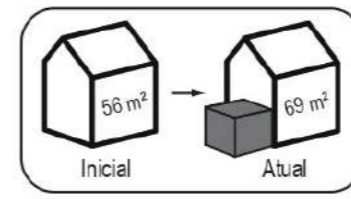
Figura 111: Diagrama da Casa da Dona Inês

Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



Acréscimo de telhado sobre nova área

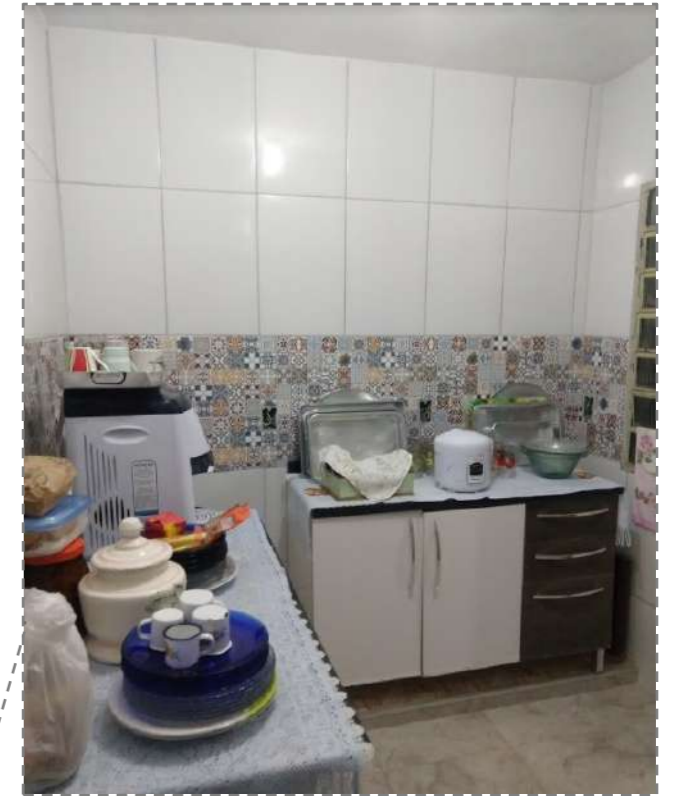
Instalação de laje e construção de paredes para acréscimo de área no pavimento superior (espaço para plantas e secagem de roupas)



Instalação do telhado

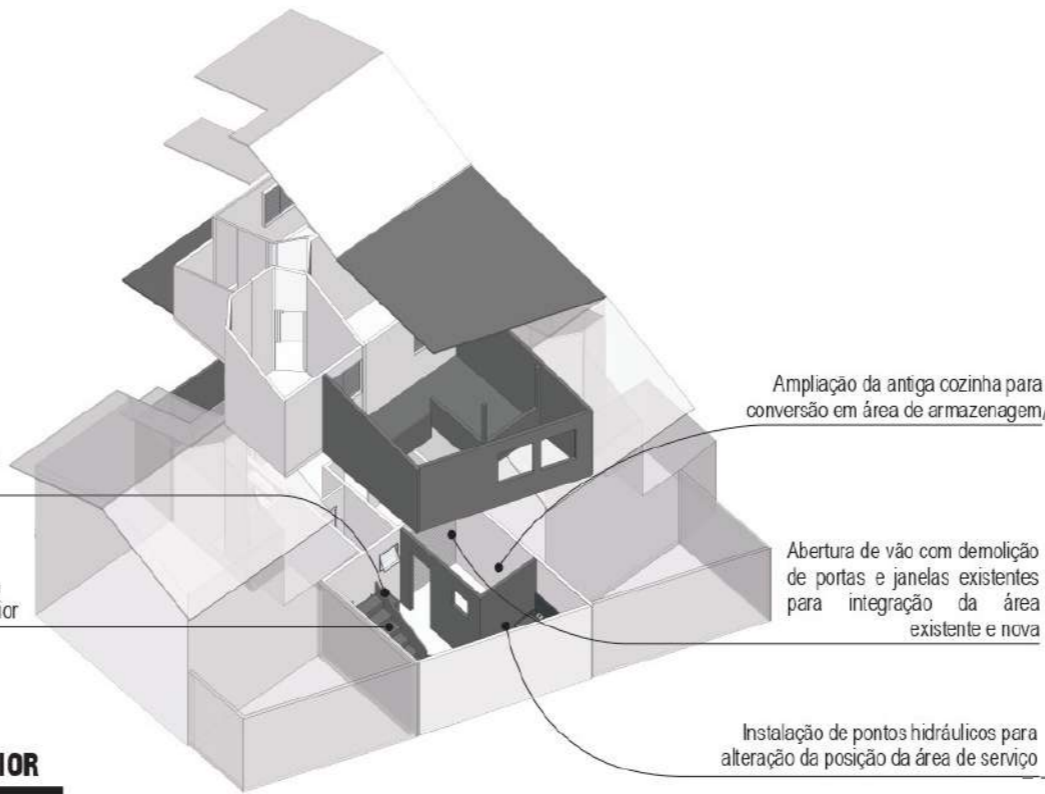
Construção de muro no afastamento frontal e divisas

FACHADA FRONTAL



Instalação de ponto hidráulico e de gás para alteração da localização da cozinha

Construção de escada para acesso ao pavimento superior



Ampliação da antiga cozinha para conversão em área de armazenagem,

Abertura de vão com demolição de portas e janelas existentes para integração da área existente e nova

Instalação de pontos hidráulicos para alteração da posição da área de serviço

FACHADA POSTERIOR



Figura 112: Diagrama da casa do Gustavo

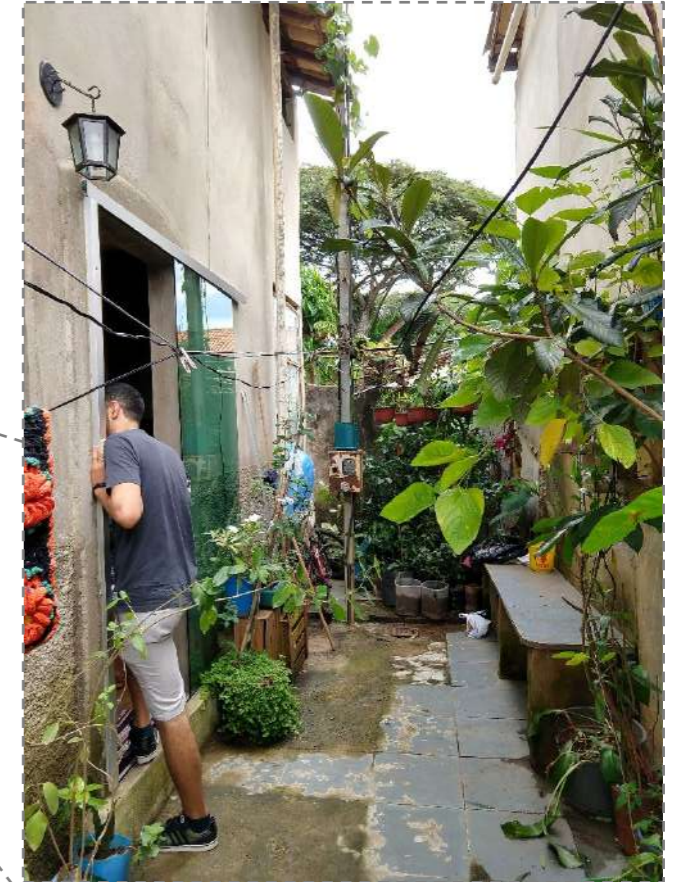
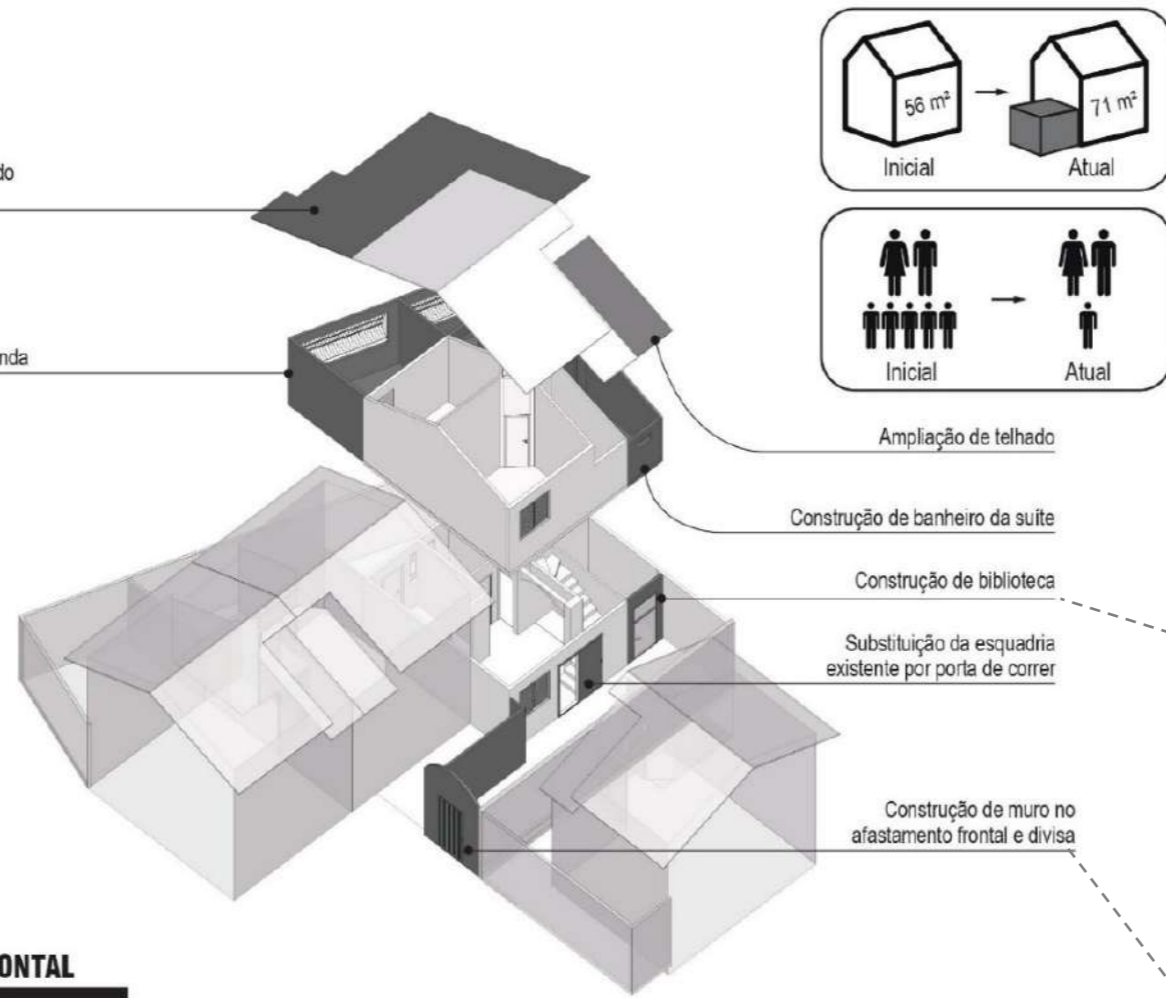
Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



Amplicação de telhado sobre nova área

Construção de varanda

FACHADA FRONTAL

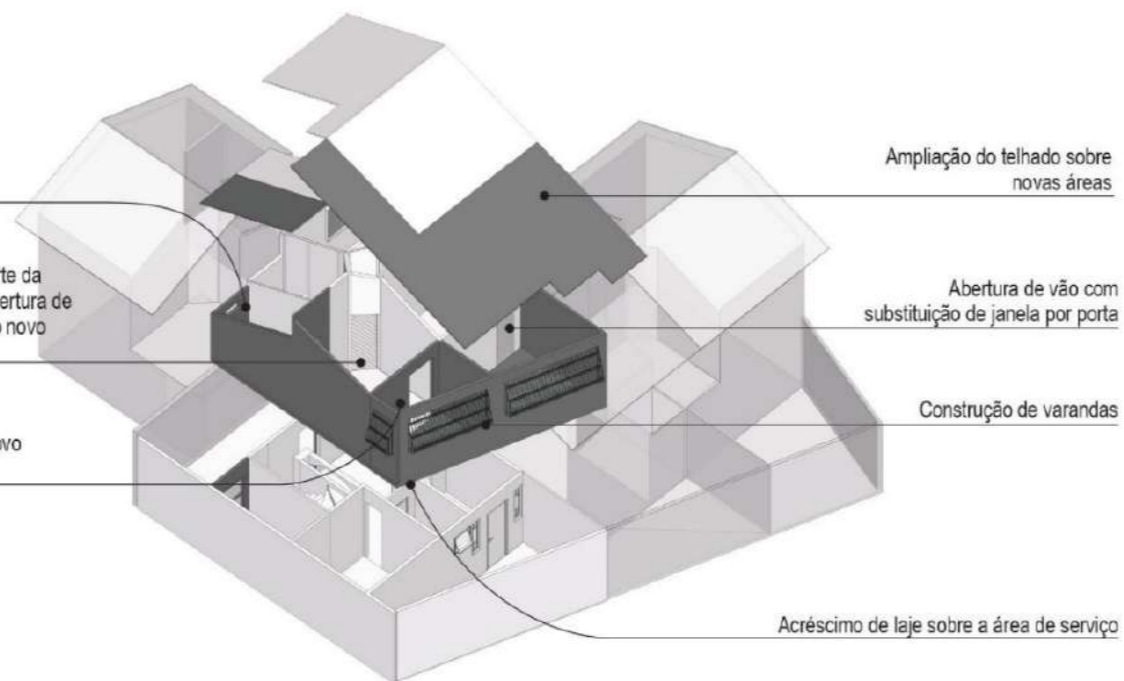


Construção de banheiro

Demolição de parte da alvenaria para abertura de vão de acesso ao novo quarto

Construção de novo quarto

FACHADA POSTERIOR



abaixo

Figura 113: Diagrama da Casa da Geralda

Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



Ampliação de telhado sobre novas áreas

Construção de área multiuso

Demolição de parte da alvenaria para integração da cozinha com área de serviço

Fechamento e ampliação da área de serviço

FACHADA FRONTAL

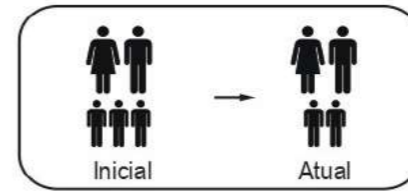
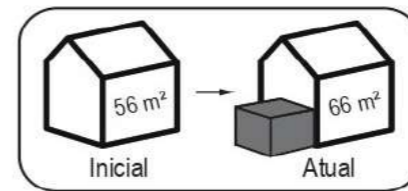


Instalação de toldo

Incorporação do poste de iluminação pública na varanda da casa

Construção de muro no afastamento frontal e divisas

FACHADA POSTERIOR



Construção de novo quarto

Instalação de laje



Ampliação do telhado sobre nova área



Já Gustavo, adicionou um quarto no pavimento superior, um anexo/biblioteca na área externa térrea e cobertura na área de serviço. Ele faz questão de ressaltar que a casa passou de 54m² para 75m².¹ As reformas foram realizadas pelo cunhado e por conhecidos que, segundo ele, não tiveram dificuldades no serviço. Conta que deseja apenas fazer alterações referentes ao acabamento.

Outras reformas, como a de Geralda, envolveram negociações com os vizinhos já que houve apropriação de áreas para além de seu próprio lote. Ela criou um novo quarto no pavimento superior com área de projeção coincidente à área livre do lote da divisa lateral direita. Na casa foram realizadas inúmeras modificações de forma inventiva com aproveitamento total da área disponível e, até mesmo, utilização de área coletiva, como ocorre no fechamento frontal com apropriação de parte da travessa e incorporação do poste de iluminação da via pública ao imóvel. De forma geral, há bom aproveitamento dos espaços, mas o cômodo no pavimento superior parece não ter uso definido, atualmente é usado apenas como área de circulação.

Sobre as dificuldades em proceder tais reformas, alguns poucos moradores entrevistados falam de problemas financeiros, do custo da reforma em si. Contudo, não são expostas dificuldades construtivas como se poderia esperar, por exemplo, na abertura de vãos ou na construção de novas áreas em uma estrutura de alvenaria não orientada pelas premissas da arquitetura aberta ou da flexibilidade construtiva. A facilidade em executar as alterações têm relação com o fato de que a maioria (33,3%) contratou mão de obra profissional da construção (mestre de obra, pedreiro ou servente), seguida de autoconstrução (29,2%), os demais, afirmam ter contado com ajudas de vizinhos do conjunto que trabalharam durante os mutirões ou FTRs (16,7%).² Esses dados demonstram que uma parcela significativa das reformas analisadas contou com os conhecimentos conquistados ou aperfeiçoados durante o processo da produção autogestionária do conjunto.

Como arquiteta, avalio que muitas das soluções de acréscimos recaem em espaços mal ventilados, escuros, aparentemente pouco funcionais e até mesmo com algumas patologias construtivas. Contudo, reconheço que essas moradias são parte de outra realidade, cujo o resultado manifesta as muitas mudanças generosamente acolhidas com o tempo. Mais do que um produto ou do que um

¹ No modelo que realizei aferi apenas 71m².

² Os demais contaram com amigos, familiares ou não souberam/quiseram dizer.

simples abrigo, as casas do Villarégia e do Urucuia se afirmam desde sua origem como um processo. Afinal, a possibilidade de o espaço da casa sofrer adaptações é uma das vantagens arquitetônicas mais importantes na moradia de interesse social. As inúmeras alterações percebidas no conjunto demonstram que a rigidez da estrutura em alvenaria não-armada de uma casa-padrão não se impõe como obstáculo à adaptação, os conhecimentos e as decisões de seus autoprodutores foram instrumentos capazes de flexibilização e consequente atualização.

4.3.3.3. Ganhos subjetivos

Dessa experiência, para além dos ofícios apreendidos com o trabalho de formação e da autonomia possível na manutenção da casa-processo, ganhos subjetivos individuais importantes dessa produção, existe uma transformação social que merece destaque. Trata-se do impacto positivo do processo na vida de mulheres, com valorização de seus conhecimentos e de sua força.

A história de Dona Martha, moradora do Villarégia II, é exemplo de algo que parece ter sido uma constante na vida de muitas mulheres que participaram da experiência da produção autogestionária no país. Antes do conjunto ser construído, Martha morava em uma casa alugada no bairro Betânia, com o marido e os filhos. Em seu relato ela conta que o marido bebia era "muito ciumento" e desconfiava das reuniões da ASCA na igreja do Betânia. Ela fala que o contato e a influência com as pessoas do movimento dos sem-casa foram fundamentais para que ela refletisse sobre o relacionamento com o marido. Ela confidencia que planejou tudo para romper com ele logo antes de mudar para a nova casa afirmando "senão ele nunca mais iria sair".

Essa é uma situação recorrente, algumas dessas mulheres, mesmo antes de receberem a casa, encorajadas pelas condições desses canteiros, viram-se capazes de uma emancipação não experimentada antes. Como indica o depoimento de Adelaide, até mesmo os gestores públicos sabendo da realidade prévia dessas mulheres compreendem as virtudes e a potência do processo autogestionário para elas:

Foi uma experiência muito rica pra elas, principalmente para as mulheres que saem da condição de dona de casa fechada, deprimida tomando diazepan, pra ir para o trabalho braçal e aí começa a ver que ela pensa, que ela raciocina, a ver que ela tem direitos, que ela sabe construir...[...] a riqueza dos depoimentos das mulheres... (elas) falavam assim "olhe, é uma experiência única, mas a

abaixo

Figura 114: Mãe alimentando filho no canteiro do Villarégia

Fonte: Acervo de Leta, anos 1990

gente não pode prescindir dela", em resumo o que elas queriam dizer era isso. Elas falam assim: "é como se eu tivesse nascido de novo", elas falavam isso, é como se tivessem nascido de novo mesmo.

Leta, que presenciou isso de perto — tanto nas experiências de Ipatinga quanto de Belo Horizonte — evidencia o ambiente e as circunstâncias que tiveram impacto na vida delas (Figuras 114 e 115).

Na época da entrega das casas vi mulheres que simplesmente largaram os homens para lá, às vezes até durante o processo de construção, porque tinha essa coisa de integrar a Frente de Trabalho Remunerada e de poder ir para o trabalho levando as crianças. Nesses dois, Urucuia e Villarégia, tinha a equipe que cuidava de criança, então a pessoa podia tranquilamente ir para obra levando as crianças [que] iam para ficar bem cuidadas, iam pra ficar alimentadas e também se divertir porque no meio de um canteiro de obras tinha muito espaço, muita terra. Então todas as condições favoráveis pro trabalho, pra ganhar dinheiro e ainda ganhar dinheiro e quase que se divertindo, porque na frente de trabalho o povo ficava "tricotando". As mulheres lá ... eu penso nesse termo de "tricotar", que é das "doninhas" na mesa de armação, dobrando ferro, gente, aquilo ali, eu adorava ficar escutando as conversas. Porque, é isso, estavam ali trabalhando, aprendendo um ofício, ganhando dinheiro, conversando, trocando ideias, trocando experiências, era uma coisa assim, eu acho, muito mais envolvente para as mulheres.





acima

Figura 115: Crianças brincando nas valas de fundação do Urucuia

Fonte: Acervo de Leta, anos 1990

A noção de que era possível integrar um grupo unido, requisitar e conquistar direitos fundamentais, construir a própria casa, cuidar bem dos filhos e se sustentar autonomamente fez com que mulheres como Dona Martha enxergassem suas forças e se sentissem confiantes para dar um novo rumo para suas trajetórias de vida.

Acredito que são esses exemplos de transformações que contribuem para que a maior parcela dos moradores do Villarégia reconheça e tenha consciência dos ganhos da experiência. Quase 62% dos respondentes do questionário individual afirmam terem utilizado os conhecimentos adquiridos durante o processo em outros aspectos de sua vida. Dentre os ganhos mencionam ter aprendido a conviver em grupo; o aprimoramento de trabalhos que já executavam sem qualificação prévia e a profissionalização; a autonomia embasada em conhecimentos para reformar a própria moradia (alguns mencionam ter domínio de custos e técnicas construtivas); e, sobretudo, a conquista de um novo local para viver. Sobre o nível de satisfação, 62,5% se diz satisfeita; 33,3% muito satisfeita; apenas uma moradora se diz pouco satisfeita (4,2%), sem, contudo, apresentar os motivos; e ninguém mencionou insatisfação com o processo. Perguntados se indicariam a produção de moradias por autogestão para outras pessoas 87% deles

afirmam que sim. Aparecem dentre as justificativas para essa afirmação as seguintes falas: "é a melhor forma de se obter moradia"; "a autogestão dá maior garantia de pertencimento"; "por causa da união"; "por causa do desempenho e da participação".

Contudo, eles não romantizam a experiência ao mencionarem dificuldades e aspectos negativos pelos seguintes pontos: "lutamos muito"; "pelas dificuldades, acho que a autogestão não vai mais funcionar, as pessoas não querem trabalhar tanto"; "não é muito satisfeita, empurrei muito carrinho carregado. Fazia todo o serviço de homem". Mesmo Gustavo e Geralda que participaram ativamente do movimento dos sem-casa, respectivamente como parte da assessoria e como liderança, dizem indicar o processo de autogestão com ressalvas, segundo ele, lembrando o lema do movimento de moradia nacional, deveria haver "menos mutirão e mais autogestão", além da "adequação na situação dos repasses das parcelas da obra", referindo-se às paralisações da construção; segundo ela, "as pessoas atualmente não teriam tanta coragem", indicando as condições exigentes do trabalho mutirante e o longo tempo de dedicação exigido no envolvimento de todo o processo.

Diante da exposição desses estudos de caso é possível dizer que alguns dos aspectos contidos na Resolução da PMH foram alcançados na produção da primeira geração da autogestão. A boa inserção urbana de alguns conjuntos, mesmo que em caráter exceção, assinala grande distinção aos atuais conjuntos da produção de interesse social hegemônica, um ponto de inflexão em relação a políticas públicas habitacionais que tratam de conjuntos em grande escala, afastados de centralidades, de áreas urbanizadas etc. Além disso, facilitando ampliações nas unidades habitacionais e a gestão condominial, quase todos os conjuntos dessa fase são do tipo sobrado.³ De modo evidente, a boa inserção urbana e a pequena escala não eliminam conflitos socioespaciais. Esses pontos, contudo, não podem ser relevados, muito pelo contrário, precisam ser exaltados como grandes potências contidas na gênese do processo da autogestão do Villarégia e de outros conjuntos que compartilham dessas características.

Outro ponto que distingue a autogestão de outras modalidades de produção de moradias se manifesta na possibilidade de adoção das FTR, nas quais houve o encaminhamento das diretrizes de geração de emprego e renda pela qualificação

³ As exceções cabem ao Itatiaia Serrano e ao Fernão Dias.

dos trabalhadores e pela transmissão dos ideais do trabalho cooperativado. Apesar de divergências e dificuldades evidenciadas no discurso dos agentes que participaram desse processo, o OPH, a partir do programa de autogestão, parece se ter traduzido alguns dos objetivos da Frente BH Popular naquilo que cabe à cidadania e ao exercício compartilhado das práticas democráticas de produção na cidade. Foram viabilizados canais para atendimento de demandas coletivas previamente organizadas pelos movimentos populares e também houve, por parte das associações comunitárias, a gestão de recursos municipais.

Contudo, existem limitações nesse cenário. Algumas delas vistas na ausência de alternativas diferentes da produção de moradias e de lotes urbanizados, afinal a propriedade coletiva não foi sequer debatida. Há também grande defasagem entre o número de benefícios disponíveis em comparação ao de famílias a serem atendidas. Outra contradição se revela no suposto incentivo da autogestão apenas para novas construções, já que o acúmulo das experiências do PRODECOM – um modelo de intervenção urbana que preservava a comunidade, ou seja, contrário à proposta condominial – não reverberou na aplicação dessa modalidade em assentamentos existentes. Considerando o conhecimento que os moradores detêm acerca do território autoproduzido, possivelmente os efeitos da produção por autogestão seriam mais efetivos e transformadores em áreas já edificadas.

Muitos dos limites estão contidos na formulação de uma política pública que se inspirou nos contextos uruguaio e paulistano, mas, que, na prática, por causa de uma estrutura sociopolítica distinta, inviabilizou o SMH que previa maiores garantias à autonomia da sociedade civil. Ademais, a falta de recursos e de articulação entre as esferas estadual e federal ameaçou o programa desde sua origem e inviabilizou sua continuidade. Somente em 2004, na gestão do então prefeito do PT, Fernando Pimentel (2001-2008), com a aprovação do PCS é que se viabilizou a retomada das discussões acerca da produção de moradias autogestionárias em BH.

4.4 Segunda geração via conjunto Mar Vermelho I

Diferentemente das administrações municipais anteriores, o governo de Pimentel, a partir do convênio firmado entre a SMAHAB e o PCS, contou com recursos federais para viabilizar a produção de outros sete conjuntos num modelo apregoado como autogestionário. Construídos somente entre 2010 e 2012, os conjuntos Castelo I; Castelo II; Diamante II; Itaipu; Santa Rosa I; Santa Rosa II; e Mar Vermelho I – esse último também amplamente conhecido como Residencial Serra Verde (RSV) – conformam o grupo de empreendimentos da 2ª geração da produção autogestionária belo-horizontina.¹

Nesse período, assim como assinalado na Seção 3.4, ao mesmo tempo em que o Estado apoia e subsidia a produção habitacional autogestionária em escala nacional também impõe processos bastantes burocráticos, aderentes à lógica do financiamento de mercado e limitadores da participação popular num contexto que é também assinalado pela profissionalização das lideranças e ampla desmobilização social. Assim, o retorno da autogestão no município de BH com o PCS significou o aprofundamento das contradições dessa complexa produção.

Da mesma maneira que ocorreu no conjunto Villarégia, o contato inicial com o conjunto Mar Vermelho I se deu a partir da Leta, que também compôs a assessoria técnica da obra nesse empreendimento (Figuras 116 e 117). Além de fotos e diversos documentos sobre o conjunto ela me apresentou à Francisco, participante ativo da fase de construção, atual morador e subsíndico do empreendimento. A partir de Francisco tive contato com outros moradores e encaminhei junto com grupo do já citado projeto de extensão uma Oficina Coletiva e a aplicação de 13 questionários individuais, atividade que foi interrompida em março de 2020 em decorrência da pandemia de Covid-19. Embora tenha sido feito um esforço para retomar as entrevistas com os moradores em formato on-line e para que nos enviassem fotos de suas moradias para verificação de possíveis intervenções, não houve qualquer aderência por parte deles para dar continuidade

¹ Apesar de constarem nos mapas e nas tabelas expostas ao longo do texto, não incluí os conjuntos Jaqueline e Jardim Leblon nessa descrição, pois foram viabilizados a partir do PSH com recursos do governo federal.

ao lado e abaixo

Figuras 116 e 117: Conjunto Mar Vermelho I

Fonte: Meu acervo pessoal, 2020

à pesquisa.² Dessa maneira, as atividades com os moradores se restringiram àquelas realizadas previamente à pandemia.



² Em junho de 2020 entrei em contato com Francisco para que divulgasse no grupo de WhatsApp do condomínio um pedido aos moradores: o de que registrassem suas moradias a partir de fotos com evidência para as reformas. Na ocasião ele se mostrou receptivo à proposta, mas já indicando a baixa adesão do grupo para questões coletivas, disse que seriam poucos os moradores interessados e, de fato, ninguém contribuiu para continuidade da pesquisa após início da pandemia.

Em complemento à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com membros da assessoria técnica e da associação, agentes do poder público e apoiadores. Ademais, compreendendo que a proposta do Mar Vermelho I ocorreu de maneira parcialmente distinta à dos demais conjuntos da 2ª geração— já que sua produção fez parte de um projeto-piloto decorrente de pesquisa financiada pela FINEP com projetos e equipe de assessoria técnica fornecidos por Instituições de Ensino Superior (UFMG e PUC Minas) —³ realizei paralelamente um estudo de caso no conjunto Santa Rosa II. Sendo assim, buscando situar melhor a produção autogestionária da 2ª geração, pontuo algumas questões dessa outra experiência para ilustrar tanto aspectos convergentes como divergentes em relação ao caso do Mar Vermelho I.

4.4.1. Organização e percalços na coesão das famílias

O conjunto Mar Vermelho I decorre do “Projeto Residencial Serra Verde – Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social – RSV”, sob coordenação geral da Profa. Maria Lúcia Malard, da Escola de Arquitetura da UFMG. O projeto do RSV é, por sua vez, fruto de uma ação anterior que envolveu a parceria entre PBH, ASCA, PUC Minas e UFMG, na proposta realizada para o projeto de pesquisa Mutirão São Gabriel (MSG). Também sob coordenação de Maria Lúcia Malard e com financiamento da FINEP/Habitare, a pesquisa do MSG, que ocorreu no período entre 2001 e 2003, propunha “desenvolver procedimentos metodológicos informatizados e participativos, para a produção de moradias em regime de mutirão”.⁴ Como resultado da pesquisa do MSG, a própria FINEP fez uma encomenda às instituições de ensino envolvidas de modo a dar continuidade à parceria estabelecida entre todos esses agentes no encaminhamento do Residencial RSV. Em entrevista, as professoras que compuseram a equipe de assessoria técnica em arquitetura da fase de projeto, Ana Paula Baltazar e Silke Kapp, explicam que a FINEP, buscando aplicar recursos fora do eixo Rio-São Paulo, teria feito um convite diretamente à profa. Maria Lúcia para desenvolvimento de pesquisa cuja a demanda era justamente a de diagnosticar as fragilidades ou possíveis obstáculos dos processos implicados no PCS.⁵

³ Distintamente, os demais conjuntos da 2ª geração da produção autogestionária de moradias contaram com financiamento do OPH.

⁴ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009, p. 24.

⁵ BALTAZAR & KAPP, Entrevista concedida ao projeto de pesquisa ‘Tecnologias Sociais em Conjuntos Habitacionais Autogestionários de Belo Horizonte’, 2021 [informação verbal].

Havendo interesse na condução do projeto, a UFMG encaminhou em junho de 2004 a proposta de trabalho à FINEP e assinou o convênio no valor de R\$1.149.960,00, previsto para durar 30 meses, em abril de 2005. Firmada a parceria entre a FINEP e a UFMG, iniciou-se em junho de 2005 o projeto-piloto do RSV que, segundo seu Relatório Técnico Final, visava: "Elaborar um modelo [...] para viabilizar a construção de moradias de interesse social pelo regime de autogestão, incorporando princípios da economia solidária, da participação comunitária, da inclusão digital e da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental", a partir do projeto e da construção de 77 moradias, financiadas pelo PCS.⁶

Buscando realizar um processo participativo de projeto e inclusão digital; desenvolver soluções de saneamento e conscientização ambiental; promover atividades de geração de renda; e prestar assessoria técnica com capacitação de mão de obra em mutirões para construção e gestão das obras pelos futuros moradores, foram formadas cinco Unidades de Operação (U.O) para condução desse projeto-piloto, a saber: (1) U.O de Operação de Projeto Executivo, coordenada pelo departamento de projeto da UFMG (PRJ-UFMG); (2) U.O Instrucional Informatizada também sob coordenação do PRJ-UFMG; (3) U.O de Saneamento Ambiental, responsabilidade do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA-UFMG); (4) U.O de Assessoria à Execução de Obras coordenada por Leta, vinculada à PUC-Minas;⁷ e (5) U.O de Economia Solidária, sob coordenação do Centro de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Regional (CEDEPLAR-UFMG).⁸

No PCS, da maneira como explicado antes, a análise para concessão de crédito que ocorria de maneira independente para cada uma das famílias, mostrou-se um dos grandes empecilhos dessas experiências. Via de regra, o programa se voltava às famílias organizadas em associações ou cooperativas com renda de até 3 salários mínimos e que não tinham sido beneficiadas anteriormente com quaisquer recursos provenientes de programas habitacionais de escala federal e nem mesmo adquirido imóveis. Além desses critérios, especificamente em Belo

⁶ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde-Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009, p.19.

⁷ Não havendo aceite pela Diretoria da PUC Minas nessa parceria institucional, Leta e a equipe sob sua coordenação foram contratados de maneira independente, como pessoas físicas.

⁸ Inicialmente também estava prevista uma U.O de Pós-Morar que sequer chegou a ser implantada (DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde-Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009).

Horizonte, mediante os instrumentos estabelecidos pela PMH, as famílias precisavam estar vinculadas a algum dos núcleos ou associações de moradia do município cadastrados com a aprovação do CMH. Para os membros do projeto-piloto do RSV que faziam parte da equipe de arquitetura: "Os procedimentos necessários para que uma Associação ou um Núcleo Habitacional se candidatem aos benefícios do PCS com a parceria da PBH são um pouco complexos e extremamente burocratizados, o que certamente dá margem a manipulações políticas de toda sorte".⁹

Diferente dos demais empreendimentos da 1ª geração financiados pelo OPH e também dos da 2ª geração do PCS, o conjunto Mar Vermelho I representou exceção uma vez que não contou com a divisão das famílias de seus núcleos de moradia originais. Por ser uma parceira da FINEP e da PBH no projeto do RSV, a ASCA teve uma condição distinta e, a princípio, privilegiada de poder direcionar as suas vagas conquistadas no OPH de 1994 para um único empreendimento. Portanto, as 77 famílias que viriam a conformar o grupo de moradores do Mar Vermelho I foram selecionadas exclusivamente a partir dessa associação.

Se de um lado, como já posto, a regra que se estabeleceu no OPH — de selecionar famílias de diferentes núcleos para compor o grupo de moradores de cada novo empreendimento — resultou em múltiplos problemas, de outro, o fato de as famílias do Mar Vermelho I serem todas vinculadas à ASCA não foi suficiente para garantir sua efetiva participação no processo e nem mesmo demonstrou que dentre elas se estabeleciam vínculos sociais arraigados.

Os depoimentos de membros da assessoria técnica assim como informações do próprio relatório do projeto revelam que o relacionamento entre as famílias era bastante frágil, a participação delas nas discussões do processo igualmente instável, além de que muitas sequer entendiam minimamente das questões políticas ou institucionais envolvidas naquela produção. Esse último aspecto ficou muito evidente durante a Oficina Coletiva de fotografias, momento em que muitos dos participantes demonstraram total incompreensão de princípios norteadores da produção autogestionária e até mesmo acerca de aspectos concretos do processo vivido na produção do conjunto; já nas entrevistas individuais são poucos aqueles que recordam da fase de organização (mobilização para obtenção de terreno, recursos etc.). Questões como a doação do terreno, definição do tipo

⁹ Ibidem, p. 53.

arquitetônico, interrupção das obras, custos dos empreendimentos e dentre outras, compõem o rol de dúvidas e elementos obscuros a muitas das famílias entrevistadas moradoras do Mar Vermelho I.

O que fica explícito a partir do que contam os agentes considerados na pesquisa é que a ASCA demonstrou baixa capacidade de articulação e mobilização das famílias selecionadas. Passados onze anos desde a conquista do OPH em 1994 e o início efetivo das discussões para produção do empreendimento em 2005, é possível supor que o longo tempo decorrido foi um fator de desmobilização importante desse grupo de sem-casa. Contudo, esse fator não ocorre isoladamente, a própria estrutura burocrática do PCS ao exigir certa experiência das associações impôs um processo conduzido por lideranças que não necessariamente eram beneficiárias diretas do programa. Isso foi o que ocorreu na segunda geração como um todo, inclusive no conjunto Mar Vermelho I, significando na prática que as decisões que a coordenação tomava não lhes afetava diretamente, afinal, os membros da ASCA já haviam sido contemplados com moradias tanto Villarégia quanto no Urucuia e não seriam moradores do conjunto em questão. O depoimento de Antônia de Pádua esclarece que todos os empreendimentos da 2ª geração foram conduzidos por associações pré-existentes formadas durante a década de 1990:

O Mar Vermelho foi [conduzido pela] ASCA. E foi tudo dividido, foram sete empreendimentos na época do Crédito Solidário, então a ASCA ficou com o Serra Verde [ou Mar Vermelho I], a União [Estadual por Moradia Popular] ficou com Castelo I e Castelo II, o grupo da Dona Zizinha ficou com Santa Rosa I e Santa Rosa II, o grupo da Elisângela ficou com Itaipu e o grupo ASCAPAZ ficou com o Diamante, então a gente dividiu entre as associações, que eram aquelas associações que nasceram lá em 1993, que a gente tava mais perto e mais próximo do processo autogestionário.¹⁰

A situação como tratado na Seção 3.4, somada a tantos outros aspectos políticos que moldaram as ações dos movimentos de moradia ao longo dos anos, impôs profissionalização das lideranças e conseqüentemente uma mudança radical de atitude da forma como atuavam na 1ª geração. Práticas de favorecimento e cooptação, como assinala Leta, poderiam ser verificadas dentre aquelas

¹⁰ Diferente das demais associações mencionadas, a UEMP tem origem em 2002, mas sua vinculação à produção autogestionária está atrelada à ASCA, uma vez que passou a ser coordenada por lideranças dessa associação.

desempenhadas abrangentemente pelas lideranças das associações nesse novo contexto de *profissionalização dos gestores da autogestão*.¹¹

Para agravar a situação, como explicam as arquitetas da assessoria de projeto, alguns membros das associações chegaram a compor no mesmo momento o quadro técnico da prefeitura no governo de Fernando Pimentel (PT). O desempenho dessa dupla e ambígua função de coordenação da associação e de agente público, como é de se esperar de uma atuação com interesses conflituosos, teria acarretado entraves ao processo autogestionário do Mar Vermelho I. Como se evidencia a partir da fala de Ana Baltazar: "Foi um momento muito complexo porque [um membro da associação] passou a trabalhar na URBEL [...] e ele era completamente cooptado. Então tudo que dependia da associação brigar na prefeitura, ele amenizava e enrolava a gente, literalmente ele enrolava o processo". Já o depoimento da coordenadora do projeto do RSV, Maria Lúcia Malard, expõe uma possível tendência manipulativa dentre aqueles que compunham a coordenação da ASCA sobre os beneficiários:

Essa moça [liderança] era difícil, ela é muito articulada, fala muito bem, uma grande ascendência sobre o pessoal [...] ela exercia um fácil domínio sobre a comunidade, porque [...] ela conseguia argumentar muito bem e outras pessoas que não concordavam... você via pela linguagem corporal nas reuniões a pessoa abaixando a cabeça, fazendo assim, olhando pro lado, mas não tinha capacidade de verbalização para contrapor.¹²

Além da alegada ineficiência da coordenação da ASCA na organização e na formulação de métodos capazes de manterem as famílias ativas e conscientes de todo o processo e da suposta cooptação exercida sobre elas, alguns dos agentes da assessoria também relatam que a associação delongou a seleção dos futuros moradores. Segundo eles, a indefinição das famílias impactou enormemente as atividades de projeto ao impossibilitar que a equipe responsável por essa etapa trabalhasse com a totalidade dos futuros moradores, obrigando-a muitas vezes a repetir as atividades de capacitação (denominadas *workshops*) para novas famílias que entravam no processo.

¹¹ SILVA, Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras, 2013.

¹² MALARD, entrevista concedida à Disciplina Pflex-Ts, 2019 [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Maria Lúcia Malard, as exceções serão assinaladas.

Além do atraso na definição dos futuros moradores, responsabilidade da Asca, houve uma substituição significativa das famílias, decorrente de interdições provocadas pelos critérios de análise de crédito impostos na operação do PCS, responsabilidade da CEF. Como foi exposto quando da explicação do funcionamento do PCS no capítulo anterior, além de exigir a comprovação de renda, a CEF não admitia que os beneficiários do programa estivessem com “nome sujo”. Dessa maneira, mais da metade das famílias já demoradamente selecionadas pela ASCA precisaram ser substituídas às vésperas do início das obras, o que voltou a ocorrer depois em mais de uma ocasião, da maneira que se apresentará adiante. Segundo Francisco, subsíndico do empreendimento, foram residir no conjunto cerca de 50% das famílias originais. O morador ainda aponta que passada quase uma década da vinculação das pessoas ao núcleo de moradia, muitas delas não resistiram à espera pela casa própria. Sem compreender exatamente como funcionavam os critérios do PCS, ele também afirma que algumas outras famílias foram excluídas do processo:

até a hora que nós assinamos o pré-contrato levou por volta de dez anos, coisa que muita gente até desiste e outros até morrem. Mas teve um caso aqui da Dona Antônia que participou nesse período todo e quando chegou o ‘vamos ver mesmo’ eles não aceitaram, porque a idade dela já estava avançada. E a gente brinca com ela até hoje [...] “é você tá velha mesmo, nem morar você pode mais”.¹³

Maria Lúcia explica que tais impedimentos foram os responsáveis para que o cadastramento dos beneficiários pela CEF durasse cerca de um ano. Enquanto que Ana Paula Baltazar esclarece que a imposição de análise de crédito não era inicialmente compreendida pela assessoria que, de maneira ingênua, acreditando que o PCS seria acessível a todas as famílias, incluindo as que sobreviviam com trabalhos informais e renda inconstante, teria conduzido com elas toda a etapa de projeto. Da maneira como a arquiteta coloca, a situação não apenas atrasou o processo como também interferiu negativamente durante as obras:

O argumento [propagado no PCS] era que até uma manicure ou uma pessoa que vende chup-chup seria aprovada [na seleção da CEF], porque não precisaria de comprovação de renda. Só que não falaram para ninguém que se ela estivesse com um débito de uma parcela de geladeira nas Casas Bahia

¹³ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Mar Vermelho I em 16 mai. 2019.

que ela não iria conseguir entrar no negócio. Isso foi muito perverso, e a gente [assessoria técnica] também não tinha essa informação. A gente foi muito ingênua no processo todo, a gente não sabia o que precisava [e] simplesmente a coisa ia acontecendo. [...] [Então] elas não conseguiram acessar os apartamentos ou o recurso, porque a CAIXA não deixava as pessoas que estavam com o nome no SPC. [...] Não deu para várias famílias, [...] aproximadamente metade que estava, das setenta e tantas no início, elas não conseguiram no final. E aí teve a substituição, que foi um desastre para a obra, aquele tanto de gente caindo de paraquedas lá.¹⁴

Segundo consta no Relatório Técnico Final realizado pelo CEDEPLAR da UFMG, a necessidade de comprovação de renda estável por famílias que não tinham problemas de crédito, levou à seleção majoritária de pessoas assalariadas, isto é, daquelas com condições sociais menos vulneráveis dentre os sem-casa cadastrados nas associações. Para a equipe da U.O de Economia Solidária – responsável pelo diagnóstico dessas famílias – elas tinham “padrão ‘socioeconômico’ elevado” para as propostas de geração de renda que tentavam aplicar durante o processo.¹⁵ É também essa equipe que evidencia que a falta de coesão do grupo, assim como “a fragilidade (ou mesmo inexistência) de laços comunitários entre as pessoas”, somada a essa condição socioeconômica e às diversas substituições no decorrer do processo, apresentaram-se como fatores determinantes para que não se viabilizasse um grupo cooperativo nesse empreendimento.¹⁶ Isso também certamente contribuiu para o baixo interesse das famílias nas atividades participativas propostas em projeto e obra, prevalecendo a disposição delas para conquista da moradia própria a partir de um esquema convencional. É dessa circunstância disfuncional que, acredito, decorrem diferentes problemas que observei no pós-morar como apresentarei adiante.

Maria Lúcia Malard, explicando que a assessoria da UFMG não interferia na decisão dos beneficiários, coloca que os problemas da baixa participação e envolvimento das famílias não devem ser atribuídos exclusivamente às

¹⁴ BALTAZAR, Entrevista concedida ao projeto de pesquisa ‘Tecnologias Sociais em Conjuntos Habitacionais Autogestionários de Belo Horizonte’, 2021 [informação verbal].

¹⁵ Atividades como reciclagem de lixo, produção de esquadrias, bazar de trocas, produção de alimentos e cultivo de horta comunitária. (CEDEPLAR, RSV- Residencial Serra Verde: Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Final, 2009, p. 17).

¹⁶ *Ibidem*.

substituições impostas pela estrutura de comprovação de crédito exigida pela CEF, mas devem também ser parcialmente compartilhados com a ASCA:

Então, foi um processo difícil, não houve uma colaboração, assim, positiva, o tempo todo da Associação não. [...] Às vezes, a CAIXA criava caso com uma determinada família, que não conseguiu comprovar renda e alguém da diretoria da Associação já estava querendo substituir aquela família, aproveitar aquela criação de caso pra dizer "ah, vamos trocar". Aí, dava uma discussão e aí ficava dois meses e a CAIXA empurrava... Então, eu acho simplista a explicação de falar "foi só a CAIXA que pôs os obstáculos". [...] A CAIXA demorou, mas a Associação colaborou pra que o processo também fosse bem amarrado. [Teve] uma falta de transparência [...], [mas] como a gente não interferia nessa parte de quem ia morar onde, de como ia ser o critério... [...] Mas a gente ficava ouvindo as notícias que eles mesmos traziam e a gente cruzava informação com a CAIXA [...] a gente percebia a rigidez por parte da CAIXA de querer que uma família de baixa renda comprovasse renda, quer dizer, uma contradição absurda, e sendo que a CAIXA tem toda a garantia, porque se a família não paga, ela pode tomar o imóvel.

Demonstrando que mais do que uma possível estratégia de favorecimento por parte da ASCA para troca das famílias foi a burocratização imposta pela CEF na comprovação da renda que de fato afetou a seleção do grupo, Leta explica que no conjunto Castelo I, o primeiro empreendimento do PCS contratado na cidade, somente 18 das 80 famílias originais, ou seja 22,5%, foram aprovadas nos critérios da CEF.¹⁷ Da mesma maneira, Marcelo Palhares, arquiteto da assessoria técnica do Santa Rosa II, explica que aconteceu o mesmo nesse outro conjunto da 2ª geração. Segundo o arquiteto, pelos mesmos motivos, de necessidade de comprovação de renda, houve no Santa Rosa II intensa substituição de pessoas que já haviam se envolvido em diversas fases do processo de projeto participativo, recordando:

Teve uma [participante] que era uma senhora que estava quase no fim do processo e foi excluída porque não tinha condição de comprovar renda. Tinha uma renda mínima que eles tinham que comprovar. E ela não tinha toda a

¹⁷ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013.

documentação, então teve [isso de] várias famílias que saíram [do processo].¹⁸

Em relação aos recursos necessários para viabilização dos empreendimentos da 2ª geração é preciso mencionar que o PCS cobria até R\$24.000 por família para aquisição ou construção das moradias. Para o Mar Vermelho I, o valor foi considerado insuficiente, como consta no relatório do projeto RSV, e teria sido inicialmente complementado pela PBH com aporte de R\$5.0000,00, e mais tarde, em 2008, ultrapassado R\$11.000,00.¹⁹ Dessa maneira, para viabilização do empreendimento, a prefeitura, por meio do OPH, teria arcado com complemento importante de quase 50% do valor financiado pela CEF no âmbito do PCS e ainda disponibilizado o terreno,²⁰ minimizando, portanto, problemas comuns a experiências do PCS em outros municípios, como a injusta e desequilibrada competição com construtoras no acesso à terra urbanizada.

Contudo, assim como na 1ª geração, a conquista do solo pelas associações não ocorreu sem percalços. Pelo contrário, o empenho que o prefeito Patrus Ananias teve na defesa dos sem-casa habitarem áreas bem localizadas da cidade — retrato das premissas da administração da Frente BH-Popular —, não se repetiu nesse novo contexto. Isso está expresso, sobretudo, nos casos do terreno do bairro São Gabriel, do Residencial Paineiras e do Mar Vermelho II (descritos a seguir).²¹ Ainda que diante de uma administração municipal de esquerda, ao contrário da postura assumida pela gestão do colega de partido, o governo Fernando Pimentel (PT) impediu a viabilização de dois conjuntos habitacionais pensados em regime de autogestão nessas áreas. Silva cita essas experiências fracassadas para descrever um processo fruto “da má-fé institucional e da má-fé da sociedade sobre as classes destituídas”.²²

Originalmente, o terreno do bairro São Gabriel, localizado na região nordeste da cidade, obtido pela ASCA no OPH de 1994, seria aquele que a associação destinaria às famílias associadas, dentre elas, algumas que vieram a constituir a população

¹⁸ PALHARES, entrevista concedida à Disciplina Pflex-Ts, 2019 [informação verbal]. Considerar a mesma referência para as demais falas de Marcelo Palhares, as exceções serão assinaladas.

¹⁹ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009.

²⁰ Mesmo sendo consultada, a PBH não informou os valores dos subsídios conferidos aos beneficiários para qualquer um dos conjuntos da 2ª geração (vide tabela exposta na Figura 36).

²¹ O que também parece ocorrer no caso do Residencial Mar Vermelho II, inviabilizado na segunda geração da produção autogestionária.

²² SILVA, Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras, 2013, p. 218.

do Mar Vermelho I. Por conta da conquista dessa área é que se desenvolveu a mencionada pesquisa do MSG que chegou a contar com atividades que trataram do reconhecimento do terreno pelas famílias selecionadas e da discussão de soluções de projeto arquitetônico. Localizado em região adensada de BH, suprida de mesoestrutura urbana, próxima à serviços e equipamentos diversos – hospital, posto de saúde, comércios variados, escolas, faculdade, shopping center etc. – o terreno do São Gabriel, assim como o do Fernão Dias da 1ª Geração, após mobilização da população local, passou por uma repentina mudança de uso e deixou de constar como conquista da associação. Em documento disponibilizado por Leta – esboço de um texto seu não publicado – evidenciando mais uma vez que a inviabilidade do terreno para construção de habitação de interesse social decorreu de ações reacionárias da sociedade apoiadas pelo poder público, ela apresenta a explicação para essa alteração:

Esta mudança não “caiu do céu”, mas foi assinada pelo prefeito de Belo Horizonte Fernando Damatta Pimentel, na época em exercício, o qual, fazendo uso de seus poderes e de sua autoridade reverteu em 2002 a decisão popular do OP, curvando-se às pressões da comunidade local, apoiada pelo então vereador Osman Miranda, a qual temia perder tranquilidade e segurança porque segundo ela os futuros moradores eram marginais e criminosos.²³

Diante da mudança de área e da imposição de critérios rígidos estabelecidos pelo PCS, a intensa mobilização que se desenvolveu ao longo de três anos com o grupo de famílias da ASCA na proposta do MSG sucumbiu e parece que é daí que decorreu a baixa participação dos beneficiários na produção do Mar Vermelho I. Afinal, muitos dos que estavam ali organizados acabaram por ser excluídos do processo, outros, tendo perdido o terreno passado longo período de sua conquista e logo quando na iminência de obter a moradia – como sugeria o projeto do MSG – teriam deixado de acreditar na proposta. A entrevista com as professoras Silke Kapp e Ana Baltazar revela que cansados e desconfiados do processo, os beneficiários envolvidos com as discussões do projeto-piloto do RSV temiam se manifestar e prolongar ainda mais a conquista da moradia que naquele ponto lhes parecia quase improvável:

²³ Acervo de Leta, documento sem data.

[Silke Kapp] – Muitas vezes nas reuniões alguém, sei lá, você fazia alguma coisa para tentar estimular as pessoas a opinar, ou questionar alguma coisa, tentando fazer as pessoas entenderem, e na hora que alguém [beneficiário do programa] levantava, ou ameaçava levantar alguma questão, algum outro que estava já mais 'velhaco' no processo falava assim: "não, deixa, deixa, depois a gente resolve isso". Assim, tipo "não vamos atrasar o negócio mais."

[Ana Baltazar] – é, [como se dissessem] "não vamos ficar na peleja mais um ano, né?". E com medo também de perder de novo o empreendimento. Porque teve um, [o terreno do São Gabriel], que foi tão absurdo, que já tinha sido doado, saído [a transferência] no Diário Oficial. Então eles não acreditavam em nada, nem em documento oficial [...]. Então para eles era tudo assim: "pode não dar certo de novo".

Na Oficina Coletiva realizada no Mar Vermelho I, os presentes lembraram que realmente o terreno previsto para o conjunto se localizava no bairro São Gabriel, ao que alguns evidenciaram, restritamente, ter sido uma mudança positiva, já que a área a atual é maior, enquanto outros, discordando, reclamaram da conformação topográfica e da localização afastada do conjunto em relação ao centro de BH e a mais opções de equipamentos e serviços. Quando perguntado sobre esse ponto, Francisco, sem constrangimentos, diz que tanto a declividade da área quanto a proximidade com o conjunto União (Figura 118) foram fatores responsáveis para que os moradores não apreciassem a mudança, embora tivessem que apoiá-la por falta de alternativa: "Sinceramente, nós não gostamos não, mas é aquela coisa não tinha outra opção também". [...] O relevo e na época esse conjunto aqui ao lado, o Vila União, vocês vão desculpar o termo, era uma favelinha feia que dava medo".²⁴

Mas o que aponta a história do processo de conquista da área é que a perda do terreno original não representou apenas a transferência das famílias para uma nova região da cidade, mas especialmente ameaçou e de fato comprometeu a produção autogestionária que vinha sendo desenvolvida nesse conjunto.

²⁴ Na época o conjunto União era uma comunidade formada por pessoas muito carentes, vítimas de chuvas, reassentadas em terreno adjacente à área destinada à construção do Mar Vermelho I. Atualmente o conjunto está estruturado em um condomínio de interesse social promovido por gestão pública.

ao lado

Figura 118: Conjunto União na época da conquista do terreno do Mar Vermelho I

Fonte: Acervo de Leta, data desconhecida



Já o caso do conjunto Paineiras, a partir do que conta uma das pessoas envolvidas, ajuda ampliar a compreensão das dificuldades associadas a conquista de terrenos pelo movimento de moradia. Leta expõe em sua tese que, por meio do OP, o movimento dos sem-casa havia conquistado um terreno em bairro de classe média, o Minas Brasil, bem como recursos do PCS para financiamento de 40 unidades habitacionais que seriam realizadas por processo autogestionário. Contudo, como ela relata, os moradores locais, assim como no caso do Urucuia e do Villarégia, sobressaltados pela ideia de ter como vizinhos pessoas pobres, mobilizaram-se para impedir a instalação das famílias sem-casa naquele bairro. Leta ainda expõe que, após diversas reuniões, a prefeitura teria apresentado um laudo técnico com planilha orçamentária incompatível com os recursos obtidos, atribuindo “custo de R\$460,00/m² de área construída, valor este “indiscutível”, segundo o então secretário adjunto da SMAHAB [Secretaria Municipal Adjunta de Habitação]”.²⁵ Mesmo com diversas reivindicações e resistência por parte dos sem-casa, o custo extraordinário em questão, principalmente quando comparado aos demais empreendimentos do mesmo tipo, teria inviabilizado financeiramente a construção do conjunto. Segundo seu relato, também não teria sido suficiente a apresentação, por parte dos técnicos contratados pela associação, de estudos de viabilidade e nem mesmo do projeto arquitetônico-urbanístico do empreendimento que apontariam outros valores e soluções para a área. Uma situação que teria se apoiado em justificativa técnica improcedente para encobrir decisão política que desfavorecia aos mais pobres.

²⁵ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.220.

Leta ainda relata que a falsa alegação de subtração de paineiras existentes no terreno fez com que a Secretaria tomasse a providência de destinar a área a um parque. Contudo, a preservação das árvores já estava prevista no projeto do conjunto que, sequer, poderia atingi-las como ela bem expõe: “[a]s famílias, ao conhecerem o terreno, imediatamente batizaram o empreendimento de Residencial Paineiras. A manutenção das quatro paineiras não só era desejada como seria injustificada sua remoção, já que localizavam-se na faixa de afastamento frontal obrigatório”.²⁶ Pelo exposto, é possível supor que se tratou de uma medida da prefeitura para não afrontar o eleitorado de classe média local. Afinal, a área não apenas jamais se tornou parque como ainda hoje está desocupada sem cumprir qualquer função social da propriedade. A administração municipal, possivelmente constrangida pelas manifestações dos moradores e temendo má repercussão para sua gestão, teria se esquivado do beneficiamento àqueles que genuinamente necessitavam de habitação, demonstrando aí uma inversão das propostas iniciais da autogestão belo-horizontina e da própria PMH.

Da mesma maneira que o Paineiras, o Conjunto Mar Vermelho II nunca foi executado. Como apontam lideranças da ASCA, o motivo teria sido a pressão exercida pelo governo do estado, que tinha outros objetivos para a área conquistada. No Conjunto Mar Vermelho I quase ocorreu o mesmo. Alguns poucos moradores e as lideranças recordam que logo após problemas envolvidos com o terreno do Bairro São Gabriel foram apresentadas pela PBH novos terrenos para viabilização do empreendimento e que a associação teria se decidido por esse, localizado no Bairro Serra Verde (Figura 124). Contudo, passado algum tempo, foi definido pelo governo estadual, na gestão de Aécio Neves, que seria instalada nas imediações do local a nova sede do governo do estado. Trata-se da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, equipamento inaugurado em 2010, localizado às margens da Linha Verde, por sua vez, uma obra viária vultuosa concluída em 2005. Havia, portanto, interesse do governo em usar a área destinada à ASCA como parte do complexo da Cidade Administrativa, projetada por Oscar Niemeyer.

²⁶ Ibidem.

abaixo

Figura 119: Visita das famílias para reconhecimento da área

Fonte: Acervo de Leta, data desconhecida



A situação é mencionada no relatório técnico final elaborado pela equipe do projeto da FINEP. No documento, expõe-se que sem saber qual a área de demarcação da Cidade Administrativa – por exemplo, se atingiria o terreno conquistado ou mesmo o conjunto vizinho – tanto as famílias do Mar Vermelho I quanto do União passaram a viver um cenário de constante apreensão que durou todo o período da obra.²⁷ Demonstrando a incerteza que atravessou essa produção e a incompreensão dos beneficiários acerca da condução do processo como um todo, Francisco, confere equivocadamente – mas também sem muita convicção – a doação do terreno à Aécio Neves, aquele que, ao contrário, poderia ter inviabilizado o empreendimento:

parece que o Aécio [Neves], [que] na época que era Governador aqui [de Minas Gerais], [...] doou esse terreno. Aí quando eu vi assinatura da doação do terreno eu falei "agora sim", porque não adianta você ter o papel e não ter o terreno físico... papel aceita qualquer coisa, aí quando mostraram lá a documentação do terreno e veio a CAIXA querendo financiar e a prefeitura administrar, aí falei "não, agora a coisa sai".

Para Antônia de Pádua, foi o fato de a obra do Mar Vermelho I já estar aprovada pelo poder público que impediu que o conjunto tivesse o mesmo destino do Paineiras e do Mar Vermelho II. Mas não apenas isso, a liderança menciona que também foi necessária uma articulação da associação e das famílias para exercer pressão junto da CEF para liberação do contrato.

²⁷ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009.

abaixo

Figura 120: Publicação do DOM de Belo Horizonte sobre entrega das chaves do conjunto Mar Vermelho I

Fonte: Belo Horizonte, 2012

Assim, embora publicação do Diário Oficial do Município (DOM) de 9 de novembro de 2012 (Figura 120) – em referência à entrega das chaves do conjunto – exalte sua localização privilegiada por conta da proximidade com a Cidade Administrativa,²⁸ é preciso enfatizar que não havia previsão desse equipamento quando da sua conquista pela ASCA. Na realidade, como apontam os fatos mencionados, essa proximidade não apenas foi ocasional como também acarretou problemas ao grupo.



BELO HORIZONTE

Diário Oficial do Município - DOM

Sexta-feira, 9 de Novembro de 2012
Ano XXVI - Edição N.: 4190

Poder Executivo

Capa

URBEL ENTREGA CHAVES DOS APARTAMENTOS DO CONJUNTO HABITACIONAL MAR VERMELHO

Até terça-feira, dia 13, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) entregará todas as chaves dos 77 apartamentos do Conjunto Habitacional Mar Vermelho, no bairro Serra Verde, em Venda Nova. As famílias beneficiadas são de baixa renda, não possuem casa própria e há mais de 15 anos participam do Movimento pela Moradia Popular. As chaves somente são entregues após cada apartamento ser vistoriado pelo futuro morador, acompanhado por técnicos da Urbel e representantes da associação habitacional, para certificar-se de que está sem defeitos. O residencial, erguido com recursos do programa Crédito Solidário, custou R\$ 4.900.916, não incluindo o valor do terreno que foi doado pela Prefeitura.

As vistorias para entrega de chaves começaram no dia 31 de outubro. A primeira delas ocorreu no apartamento 601, bloco 1, futuro lar da viúva Vilma de Souza Carvalho, de 57 anos. “Lindo demais. Ai, que alegria e emoção!”, comentou, emocionada, no centro da sala, ao lado do filho Bianchi Souza Carvalho, logo após aprovar o imóvel. Ela mora com os dois filhos em um barracão de dois quartos, sala, cozinha e área, alugado por R\$ 550 no Bairro das Indústrias, na região do Barreiro, e há 16 anos participa da Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Região (Asca), um dos 180 núcleos de moradia cadastrados na Urbel. “Participei este tempo todo das reuniões do núcleo. Nos domingos eu e meus filhos trabalhamos nos mutirões carregando tijolo, empurrando carinho de terra e concreto, ajudando na cozinha. A gente tem que lutar, nada cai do céu”, ensina. Os apartamentos de 49 metros quadrados, com ótima luminosidade e ventilação, estão distribuídos em quatro blocos de dois a seis andares. Possuem um quarto, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com o detalhe de que a sala de 23 metros quadrados pode ser dividida em mais um quarto, segundo a conveniência da família. Com as chaves nas mãos, Vilma Carvalho disse que vai dividir a sala, criar mais um quarto e instalar cerâmica no piso.

Engenheiro civil da Urbel, Carlos Alberto Campos, que desde fevereiro último supervisiona o empreendimento, atua nas vistorias. Ele orienta as famílias a não fazer alterações nos apartamentos sem antes consultar os técnicos. “O residencial está praticamente concluído, faltando apenas pequenos detalhes como a pintura de corrimões e de corredores e acabar de gramar taludes”, informa.

Conquista

O Conjunto Habitacional Mar Vermelho foi uma conquista do movimento pela moradia no Orçamento Participativo da Habitação (OPH). Boa parte do empreendimento foi realizado pelo sistema de autogestão, com assessoria técnica coordenada por equipe da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas a conclusão foi viabilizada pela Urbel. **De localização excelente, muito próxima à Cidade Administrativa**, dispõe de estacionamento com 33 vagas, ampla área coletiva interna, rampas de acessos até o quinto andar e nos fundos faz limite com área de preservação ambiental.

Pelas regras do Crédito Solidário as prestações não podem ultrapassar 30% da renda familiar, com o prazo do financiamento oscilando de 220 a 240 meses. A Urbel faz o acompanhamento social das famílias desde o início, inclusive as ajudou na fase de coleta da documentação para aprovação de crédito na Caixa Econômica Federal. Segundo a psicóloga e técnica social da Supervisão de Atendimento dos Programas Habitacionais da Urbel, Kryscia Palhares Napoli, o trabalho social se estenderá por seis meses após a mudança das famílias para os apartamentos. Será dado apoio aos síndicos na tarefa de prestação de contas do condomínio e também na resolução de conflitos que porventura surgirem.

²⁸ BELO HORIZONTE, Urbel entrega chaves dos apartamentos do conjunto habitacional Mar Vermelho, 2012, on-line.

Os obstáculos interpostos pelo poder público para garantia dos terrenos já conquistados pelas associações e núcleos — como ocorreu nos casos do Paineiras, do São Gabriel e do Mar Vermelho II — legitima o senso comum de que aos mais pobres só devem se destinar as mais distantes e piores áreas, revelando-se assim seu apoio ao já mencionado "*apartheid social*". Assim, embora tenha realmente ocorrido a viabilização de conjuntos da produção autogestionária em áreas bem supridas da cidade, é preciso assinalá-la como uma exceção, um parêntesis, e que por isso não deixa de reafirmar a regra. Afinal, uma política de fato deveria cuidar de enfrentar ações opressoras e de suprir as demandas dos grupos mais vulneráveis, atendendo-os tanto qualitativa quanto quantitativamente.

Em síntese, o modelo de gestão que deu origem ao Mar Vermelho I propôs ações coordenadas de cinco grupos de agentes distintos: a PBH como colaboradora na doação de terreno e no subsídio complementar para o financiamento habitacional; a FINEP como financiadora do projeto; a UFMG na concessão de equipe de assessoria técnica responsável pelos projetos, trabalho social e pela obra; a ASCA como associação proponente e organizadora das famílias beneficiárias; e ainda, a CEF, como agente financeiro e operador do PCS.

4.4.2. Um conflituoso processo participativo de projeto

Definido o terreno, paralelamente às discussões para obtenção de recursos e definição das famílias beneficiárias, foi conduzido pela UFMG um estudo de viabilidade para verificar o potencial de ocupação da área em questão. Motivado pelas especificidades do terreno, uma região de encosta íngreme, vizinha à área de preservação ambiental e do assentamento autoproduzido, o Conjunto União, tal estudo — denominado "Plano Diretor Rua Mar Vermelho" — ocorreu em fevereiro de 2005 sem o envolvimento das famílias ou da coordenação da associação. No Plano Diretor do conjunto foram realizadas três propostas prospectivas de implantação e a partir delas definidas diretrizes de parcelamento e setorização de usos para o terreno. A partir disso, buscando dar acessibilidade ao edifício sem uso de elevadores, a equipe de projeto da UFMG tomou como condicionante a ocupação da encosta e a configuração do edifício em seis pavimentos no formato

 abaixo

Figura 121 : *Workshops* de projeto e informática para o Residencial RSV

Fonte: Acervo de Leta, 2005

“em fita”, determinando de antemão muitos dos aspectos da implantação e da volumetria do empreendimento.²⁹

Finalizada a etapa de estudos, teve início, em junho de 2005, o processo de projeto arquitetônico dito participativo.³⁰ Basicamente limitada às decisões de distribuição do espaço interno das unidades habitacionais (divisões e *layout*), essa fase contou com o total de sete *workshops* distribuídos em atividades de projeto e informática (Figura 121). Para a equipe de assessoria técnica esses *workshops* serviriam para habilitar os envolvidos na compreensão da representação de arquitetura (modelos digitais e desenhos técnicos) e com isso apoiar o debate relacionado à análise das soluções arquitetônicas.



Num primeiro momento o *workshop* de projeto foi dedicado às lideranças da ASCA e não aos futuros moradores do conjunto. A partir de um modelo tridimensional das unidades, os participantes dessa oficina discutiram possíveis alterações que eram realizadas em tempo real pelos arquitetos que, por sua vez, atuavam como mediadores dessas soluções. Causa estranhamento que um projeto que se dizia

²⁹ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009.

³⁰ Além do Relatório Técnico Final, alguns trabalhos detalham o processo de projeto do conjunto Mar Vermelho I, são eles: LANA, *O arquiteto e o processo de projeto participativo: o caso do RSV*, 2007; SOUZA, *A participação do futuro morador em projetos habitacionais de baixa renda: estudos de caso*, 2007; SIQUEIRA, *Peso econômico das soluções projetuais nas habitações de interesse social: estudo de caso dos conjuntos habitacionais do Programa de crédito solidário em Belo Horizonte*, 2008;

participativo propunha trabalhar com o grupo que não era o de pessoas que seriam diretamente interferidas por aquelas discussões. Afinal, caberia aos futuros moradores de um empreendimento autogerido – sobretudo, diante da proposta de um projeto participativo – deter o controle do processo desde a sua concepção original. Contradizendo essa ideia, a coordenação do projeto-piloto entendia que a representação das famílias seria suficiente para caracterizar o perfil dos beneficiários, como se servisse de amostra do que demandavam os sem-casa, ou mais abrangentemente, os pobres como um todo. Nesse sentido, interpretava-se que não seria problemático que lideranças e não os moradores efetivos, todos pertencentes ao mesmo grupo social, servissem como referência à condução dessas oficinas. No entanto, como expõe a professora Silke Kapp, essa ideia não era compartilhada pelos demais membros da equipe:

a Maria [Lucia Malard] tinha uma ideia de que [...] os participantes poderiam funcionar quase como um grupo focal ou como representativos, como amostra representativa de um grupo. Então, por exemplo, o fato de a CAIXA trocar a clientela do empreendimento ao longo do processo, ela não via problema nisso, porque ela encarava o processo participativo como se aquilo fosse a participação de um grupo social mais amplo, se bobear, de uma classe. Então, as pessoas que estavam ali, elas não estavam tomando decisões individuais ou particulares sobre nada, e nem particulares daquele grupo, mas sim representativos de uma coisa muito mais ampla. O que a gente não achava nada bom, a gente não concordava com isso, mas no fim das contas esse era o espírito da coisa.

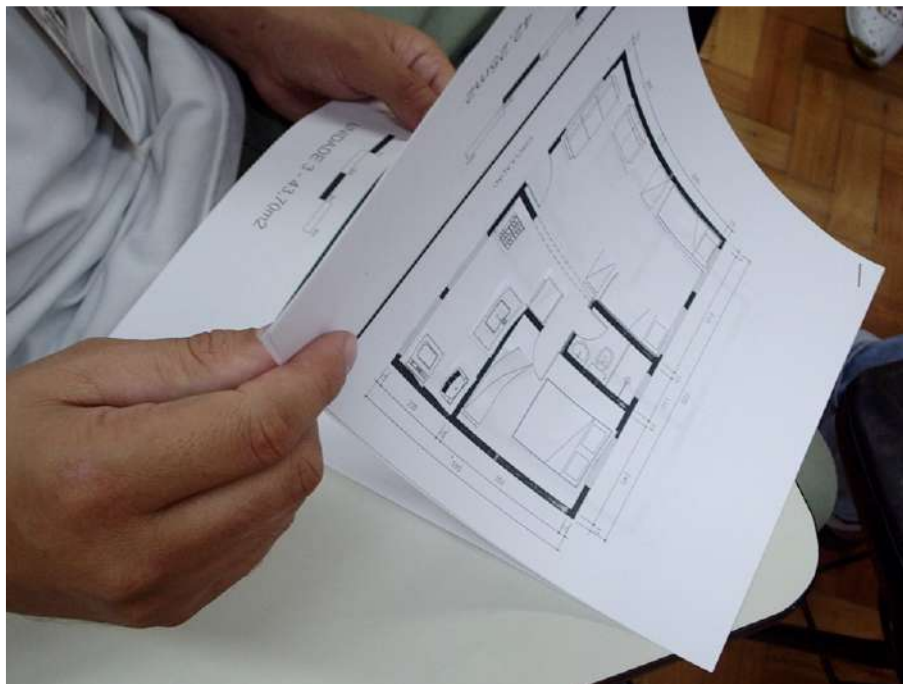
Partindo das decisões tomadas nesse primeiro encontro, os demais *workshops* foram encaminhados com os representantes das famílias previamente selecionadas pela associação, muitas delas excluídas ao final, na fase do projeto executivo, pelas exigências impostas pela CEF. No geral, as discussões de projeto junto dos participantes giraram em torno da proposta de flexibilidade arquitetônica das unidades habitacionais e da prioridade de cômodos a serem ventilados e receberem as maiores áreas. Ana Baltazar explica que mais do que definir o projeto junto das famílias, a intenção era a de compreender suas demandas, “informar o processo de projeto [...] para entender o que era totalmente aceitável e o que era totalmente inaceitável, o que é que podia ser considerado de decisão individual e de decisão coletiva”, de maneira geral, de problematizar as possibilidades de

abaixo

Figura 122: Oficina para discussão de *layout* da unidade habitacional do Mar Vermelho I

Fonte: Acervo de Leta, 2005

ocupação do espaço.³¹ Para tomada dessas decisões foram realizadas conversas com a separação dos participantes em grupos menores e exercícios de distribuição de *layout* em maquete física, modelos tridimensionais digital e diferentes plantas-baixa predefinidos pela equipe de técnicos (Figura 122).³²



Já a partir do que Maria Lúcia explica, é possível compreender que tais interfaces possibilitariam aos futuros moradores não apenas a leitura do espaço a partir do projeto, mas também a manipulação das técnicas de representação. Buscava-se, assim, que o projeto arquitetônico resultante desse processo expressasse as expectativas das famílias. Para a coordenadora, dentre as estratégias adotadas nessa fase a mais bem-sucedida foi a proposta da “mão mecânica”, um exercício em que se colocava um operador do *software* de modelagem tridimensional Sketchup para fazer as operações de interferência na unidade habitacional demandadas pelos participantes do *workshop*, como Maria Lúcia explica:

[A gente] trabalhou muito com SketchUp e sessões em que o estudante [de arquitetura] que manuseava muito bem o programa e muito rápido, atuava como uma “mão mecânica” do pessoal, sabe. [Eram divididos] em grupos de

³¹ BALTAZAR, Entrevista concedida ao projeto de pesquisa ‘Tecnologias Sociais em Conjuntos Habitacionais Autogestionários de Belo Horizonte’, 2021 [informação verbal].

³² Conforme deliberaram em workshop anterior com o grupo das lideranças.

12...13 [participantes que diziam]: "não, tira essa parede daí, põe ali, mexe essa porta". Aí, o pessoal ia se envolvendo, entendendo e tomando decisão, opinando, achando a vida ótima. Funcionou muito isso, tá? Deles sentirem com um poder de decisão sobre as soluções e sem aquele esforço pra propor uma solução, quer dizer, criticando as alternativas que a gente propunha e alterando. Aliás, as decisões sobre a unidade [habitacional], foram tomadas dessa forma.

Demonstrando que existiam importantes divergências de opinião dentro da própria equipe responsável por essas oficinas, Ana Baltazar compreende muito diversamente a efetividade desse exercício:

A [interface] que não deu certo, eu acho, de jeito nenhum, foi essa da mão eletrônica do SketchUp, de ficar lá manipulando o SketchUp e as pessoas sentadas numa mesa falando assim: "Ah, arreda mais pra lá, arreda mais pra cá", porque entrava nesse delírio de... o povo parar pra prestar atenção, ou o negócio fica mexendo de um jeito que eles não estão entendendo muito direito, o que estava mexendo para onde. [...] Essa foi uma das que eram mais usadas, principalmente no início, e acho que não serviu muito.

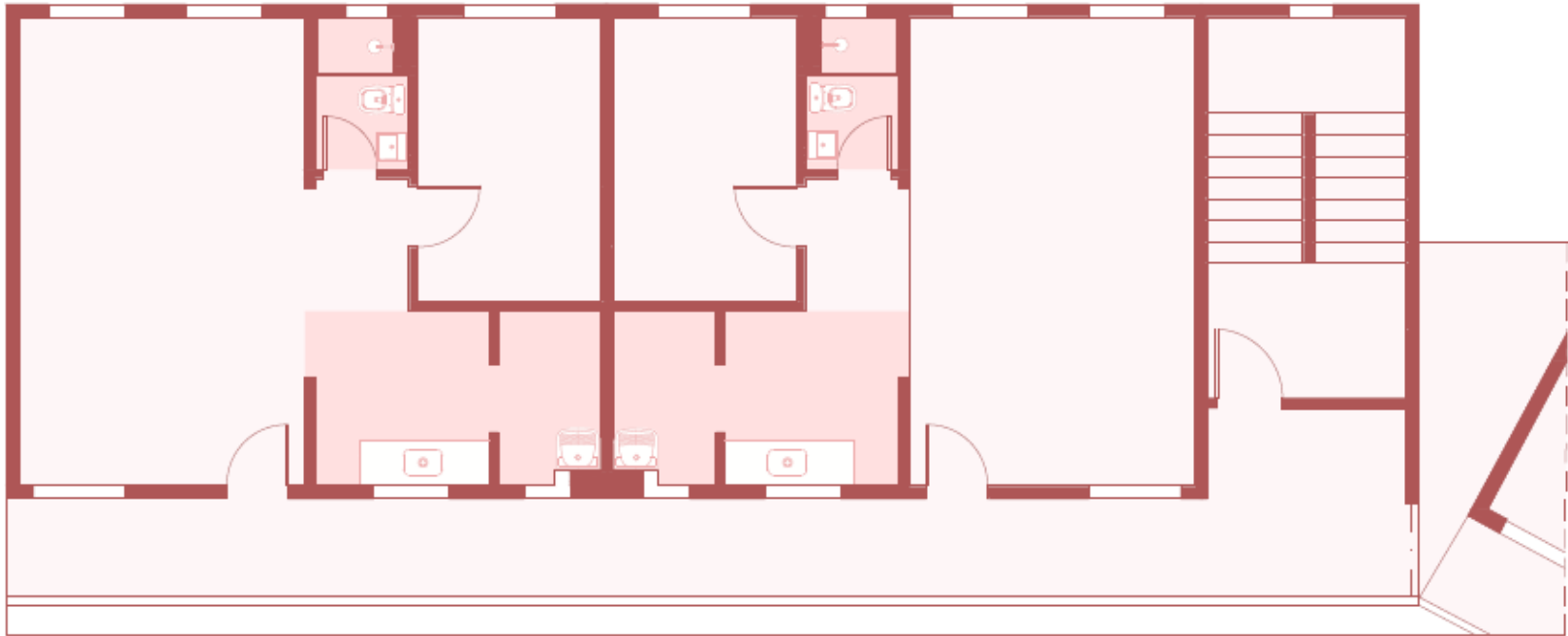
Já um ponto positivo compartilhado pelas entrevistadas, é o da formulação de estratégias projetuais passíveis de readaptação pelo usuário, dito de outro modo, destacam como uma vantagem do projeto aí desenvolvido a adoção dos princípios da "arquitetura aberta".³³ As arquitetas contam que as discussões coletivas realizadas durante as oficinas permitiram que a equipe compreendesse, por exemplo, a preferência das famílias por um único quarto grande no lugar de dois quartos menores ou mesmo em priorização à uma cozinha mais ampla. A partir dessa escuta foi possível que definissem um projeto em que são cômodos fixos a cozinha, o banheiro, a área de serviço e um quarto, enquanto o restante da área é livre, ou seja, atribuição particular de cada família, permitindo assim alguma flexibilidade ao projeto (Figuras 123 e 124).

³³ Inspirada pela proposta de *Open Bulding* concebida pelo arquiteto holandês Nicolaas John Habraken.

ao lado e abaixo

Figuras 123 e 124: Plantas do pavimento-tipo e da unidade habitacional do Mar Vermelho I

Fonte: Produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão com base nos projetos originais, 2022



CONJUNTO MAR VERMELHO
PLANTA BAIXA



CONJUNTO MAR VERMELHO
PLANTA BAIXA



Dessa maneira, mesmo diante da exigência acordada pelos envolvidos de se aprovar uma solução única para todas as unidades habitacionais — mesma área, configuração espacial e número de cômodos—, da imposição do sistema construtivo de alvenaria estrutural e de outras condicionantes determinadas pela legislação local, foi de fato concebido um projeto com alguma abertura a futuras interferências das famílias. Ana Baltazar destaca os principais fatores que possibilitaram tal conformação arquitetônica:

as famílias eram muito díspares, acho que variava de dezesseis membros a dois membros. Então era uma coisa absurdamente díspar para você fazer o mesmo modelo, o mesmo apartamento. E aí a gente sabia que tinha que fazer o mesmo apartamento, os tamanhos tinham que ser os mesmos [...] [mas] uma coisa que era legal da CAIXA era que ela deixava a gente fazer um quarto só, que era um negócio que em vários outros empreendimentos isso não tinha sido possível. Então o fato de poder fazer um quarto só, virou um quarto que era *master*, e todo mundo concordava com esse quarto grande, que era um quarto pra caber uma cama de casal, um berço, um armário, cômoda... E tinha várias possibilidades, de modo que ninguém achava ruim ter um quarto maior, que pudesse ter mais gente dormindo. [...] Dava para fechar quartos que não eram de um tamanho aceitável no código de obras [...], mas como você estava entregando um apartamento que tem um quarto, uma sala grande, uma cozinha e um banheiro ventilado foi possível.

A arquiteta esclarece que se por um lado a CEF permitia que os apartamentos contemplassem apenas um único quarto e com isso foi possível chegar numa solução com certa flexibilidade arquitetônica, de outro, esse mesmo agente impôs restrições ao empreendimento, como a da execução de edificação de uso misto.

Além das unidades habitacionais fazia parte do programa do Mar Vermelho I a construção de um telecentro,¹ área para 33 vagas de estacionamento e seis lojas nos pilotis do edifício, uma maneira de diversificar os usos e de gerar renda para o próprio condomínio. Contudo, no PCS o financiamento era restrito à habitação, portanto, não havia possibilidade de que os recursos fossem destinados para a

¹ O telecentro era uma demanda dada na origem do projeto financiado pela Finep, fazia parte da proposta de inclusão digital. Como coloca Ana Baltazar: "era uma coisa que tinha que ter, independentemente de os moradores quererem ou não. Por isso que todo o processo da inclusão digital teve que ser feito por conta do telecentro para poder justificar para a FINEP os dinheiros das pesquisas, e das interfaces, e da equipe". No entanto, por motivos desconhecidos, o equipamento nunca chegou a ser executado e hoje a área prevista para esse fim foi ocupada como salão de festas do condomínio.

construção de áreas com fins comerciais. A solução encontrada pela equipe de arquitetos da EA-UFMG, em acordo com as famílias que participaram dos *workshops*, foi a de prever o espaço das lojas como estacionamento para posterior fechamento. Mas além das condicionantes do PCS, a PBH também buscava frear a inserção das lojas e impor que o edifício abrigasse tão somente uso residencial. Após diversos debates da equipe de arquitetura com agentes do poder público, finalmente houve autorização por parte da PBH para converter a área determinada em lojas individuais, porém, sem conexão direta como a via pública, como originalmente concebido.

Assim como a CEF, a prefeitura de BH restringiu outros aspectos do projeto. Ainda na fase de concepção da arquitetura, buscando dar maior flexibilidade ao projeto, a equipe técnica chegou a negociar junto à PBH a possibilidade de alterar a legislação para que o banheiro pudesse ser ventilado a partir da área de serviço. A proposta, contudo, foi negada, exigindo, assim, que a ventilação se desse diretamente por uma das duas fachadas livres, o que, conseqüentemente limitou a flexibilidade do projeto. Maria Lúcia ainda menciona a dificuldade em se aprovar pequenos balanços para as áreas de circulação do edifício. Segundo a então coordenadora do projeto, a Prefeitura alegava que a solução arquitetônica encareceria demasiadamente a obra e com isso inviabilizaria a construção. As informações registradas nas entrevistas me levam a crer que qualquer proposta arquitetônica que fugisse à habitação de interesse social verticalizada típica, no formato "H", era vista com ressalvas e até mesmo preterida pelo setor de aprovação dos projetos da prefeitura. Expondo a rigidez do órgão ao projeto do Mar Vermelho I, Maria Lúcia revela:

tivemos muito problemas com a Prefeitura, ficaram falando que era caro, que era caro, que era caro, que era mais caro, porque tinha balanço, tinha varanda em balanço, que era muito mais caro. Aí, tinha uma arquiteta fazendo um mestrado, a Renata Siqueira [...] [sobre] questão de custo e, inclusive, ela fez simulação desse conjunto e de outros [...]. E não tinha nada de que era o mais caro, era perfeitamente compatível com o preço do metro quadrado de outras tipologias. Mas foi dureza, o pessoal da Prefeitura não queria aceitar de jeito nenhum, nós é que solucionamos.

Aqui cabe uma comparação, por isso exponho uma situação análoga, vivida no conjunto Santa Rosa II. Marcelo Palhares, um dos arquitetos que compôs a assessoria do empreendimento, disse em entrevista que, foram realizadas junto dos beneficiários quinze seminários que compuseram o que os seus envolvidos

abaixo e na página seguinte

Figuras 125, 126, 127, 128 e 129:
Seminários de discussão de
projeto com famílias do Santa
Rosa II

Fonte: Acervo de Marcelo Palhares,
2005

trataram por um processo participativo de projeto. As dinâmicas que duraram três meses incluíam capacitação para leitura de projeto, desenho técnico e funcionamento do terreno contemplando os aspectos de insolação, ventilação, circulação, visadas etc. e também atividades em que os técnicos pudessem identificar necessidades e anseios das famílias. Ademais, os procedimentos desenvolvidos pela equipe técnica visavam prepará-los para a compreensão de conceitos diversos, a exemplo da qualidade espacial e ambiental da moradia; relações de vizinhança; condicionantes legais e financeiras e até mesmo aspectos relacionados ao canteiro e à gestão da obra. Para tal, foram concebidas interfaces diversas tais como a reprodução de imagens de obras análogas; maquete geral do terreno, expressando seu relevo, desenho urbano e volumetria das ocupações do entorno para a proposta de distribuição dos módulos habitacionais que levaram a conscientização da inviabilidade de casas individuais em vez de um edifício multifamiliar; distribuição de *layout* em planta definida pelos técnicos; simulação da planta da unidade habitacional na escala 1:1 com uso de blocos estruturais de alvenaria (Figuras 125 a 129).





Dália, moradora do Santa Rosa II, participou da etapa mencionada e faz questão de evidenciar como o processo de projeto, de maneira minuciosa e positiva, teria contemplado a perspectiva dos envolvidos:

Eles [assessores técnicos] 'puxavam bem a mente' da gente, para ver se a gente realmente estava entendendo o que eles estavam passando [...]. Eles colocavam: "Vocês vão querer que o sol bate dentro da casa de vocês de que forma, no quarto, na sala, na cozinha, na área? Como que vocês querem?". Eles pressionavam bastante, como se fosse uma aula... 'puxava bem a mente' da gente. Então, aí a gente foi aprendendo bastante coisa com eles, era muito bom mesmo.²

Marcelo explica que o projeto foi bastante limitado pelo código de obras válido na época e que datava de 1940. Para ele, alguns itens previstos nessa legislação já de

² Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas em 24 de novembro de 2021, on-line.

muito defasada poderiam ter sido flexibilizados para melhorar a qualidade da habitação. O arquiteto explica que algumas soluções, como as dadas para cozinha e quarto, atenderiam bem as demandas das famílias, mas não seriam aprovadas por não terem as áreas mínimas. Mesmo com essas restrições, o projeto foi desenvolvido a partir das questões evidenciadas nas dinâmicas com participação dos beneficiários, dentre elas, a necessidade de se formular uma implantação com pátio central onde todos pudessem se ver e se encontrar; a viabilização de um terceiro quarto em lugar de varanda, já que a maioria das famílias contava com mais de dois filhos; cozinha e área de serviço amplas, haja vista a condição de muitas mulheres trabalharem como cozinheiras, lavadeiras ou passadeiras; ventilação cruzada nas áreas de sala, cozinha e quartos; áreas de circulação coletiva com possibilidade de apropriações diversas.

Para atender a esses e outros pontos tratados junto das famílias, os arquitetos chegaram a uma solução de implantação dividida em três blocos intermediados por praças lineares e conectados por passarelas elevadas permeadas visualmente, que além de circulação foram concebidas com o propósito de servir como áreas de apropriação coletiva, privilegiando assim o espaço público (Figura 130). Ainda que no projeto todos os 50 apartamentos tenham sido concebidos com o mesmo programa (dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço), a equipe conseguiu favorecer três diferentes vantagens – a depender do pavimento em que se encontrava a unidade – que foram negociadas e apoiadas pelos futuros moradores. Para as unidades do térreo, foi previsto um quintal que se desenvolveria ao longo dos afastamentos laterais e posterior e seria acessado pela cozinha e área de serviço; já nos pavimentos intermediários os apartamentos contavam com dois quartos estendidos que se divididos possibilitariam criar um terceiro; enquanto que os apartamentos do último pavimento apresentavam terraço privativo parcialmente coberto. Direcionado à redução dos custos sem comprometimento da área construída, os arquitetos privilegiaram o aumento do tamanho da unidade habitacional em lugar de acabamentos. Assim, segundo informam documentos repassados pela assessoria técnica, no Santa Rosa II teriam conseguido realizar projeto de apartamentos com média de 48m² contemplando as vantagens mencionadas ao mesmo custo de uma unidade habitacional de 42m² no padrão realizado pela prefeitura, ou seja, em prédio com planta "H" com moradias de dois quartos, sala, banheiro e área de serviço sem qualquer flexibilidade ou respeito a composições familiares diversas.

ao lado

Figuras 130: Perspectiva em modelo digital do projeto do Santa Rosa II

Fonte: Acervo de Marcelo Palhares, 2005



Embora apresentasse os aspectos mencionados, a proposta que foi previamente aprovada pelas famílias — que até mesmo já haviam dividido as unidades entre si sem qualquer problema — não foi aquela efetivamente executada (Figura 131). Marcelo Palhares explica que a URBEL teria usado o fato de terem sido incorporadas novas pessoas ao processo (pelo mesmo problema de avaliação de crédito da CEF), assumindo que haveria conflitos entre os vizinhos decorrente das variações de tipos, como uma desculpa sem fundamento para não aprovar o projeto original:

O projeto chegou até o fim, as famílias aprovaram, fizemos o projeto executivo de arquitetura, todos de engenharia respeitando aquilo [que havia sido acordado]. Depois chegou na prefeitura, eles assustaram e voltaram atrás. [...] Ligaram para a gente da URBEL pedindo autorização para fazer algumas modificações [...], aí explicaram que essa história de fazer um apartamento diferente para cada um dava muita briga, que eles vão entrar em conflito e que vai acabar indo para a URBEL para resolver esse conflito. Ai a gente falou "olha, foram eles que resolveram assim, isso foi participativo". Então [teve] uma hora que eu falei que mudou grande parte do grupo e eu acho que a URBEL pode ter usado desse artifício para falar "ah não é a mesma turma que participou, então vamos mudar [o projeto]", mas eu acho que é muito mais preconceito. [...] Então a gente não tem poder de peitar e falar não, não vai mudar. A pessoa que mudou [o projeto] ela assinou a responsabilidade técnica que deixou de ser minha. Eles tiveram que fazer um novo projeto. Pegaram meu desenho, modificaram e alguém assinou. Eles nos chamaram e a gente falou "olha, não concordo com isso de jeito

abaixo

Figura 131: Conjunto Santa Rosa II

Fonte: Meu acervo pessoal, 2021

nenhum”, [mas] eles foram e fizeram. Isso é comum, inclusive [...] quando a própria URBEL contrata, ela paga, você entrega [o projeto], eles vão e constroem outra coisa. É jogar dinheiro público no lixo, mas isso é comum demais.



Já Dália, também recordando essa situação, conta que a prefeitura teria usado de argumentos técnicos — a frisar, bastante contestáveis — para convencer os beneficiários de que o projeto concebido pela assessoria seria impraticável. Não admitindo refutação, o poder público teria chegado ao cúmulo de insinuar que a solução arquitetônica concebida pelo grupo de assessores seria insegura, como se expõe a partir da fala da moradora:

eu sei que quando [o projeto] chegou até a prefeitura, eles falaram “gente, eu quero fazer uma pergunta para vocês, como que nós vamos construir esse prédio, com três quartos, com dois quartos... [...] vocês acham que isso vai funcionar? Vocês não acham que o prédio pode cair não?” Aí [colocou que] tinha que ser igual, tudo padrão. [...] A prefeitura que falou... não teria como fazer o prédio projetado... fazendo... vamos supor que eu queria com três quartos, o vizinho de cima querida com dois, o outro queria com três, então eles falaram que não tinha como funcionar dessa forma.

Quando indagada se os moradores não chegaram a se manifestar contrariamente à imposição de um projeto distinto daquele que haviam concebido em conjunto

com os arquitetos, Dália esclarece que não foram apenas as improcedentes alegações de fundo técnico, mas também a própria condição de fragilidade das famílias que os levou a aceitar a situação sem maiores contestações:

A gente estava desesperado, a gente tava doido querendo nosso apartamento e tinha gente que estava no sufoco, já estava perto de ser despejado, outros moravam em área de risco. Igual no meu caso, não, eu morava numa casa, eu estava tranquila, o lugar era até bom, mas, assim, mas tinha outras pessoas que estavam no sufoco. Então acho que foi aí o motivo da gente não ter dado grito, falado assim, que a gente queria [a opção] com três quartos.

Embora tanto o arquiteto da assessoria técnica quanto a moradora exponham somente a prefeitura de BH, ou especificamente a Urbel, como responsável por essa interposição, consta dentre os documentos do conjunto um ofício da CEF (emitido a partir da GIDUR/BH) com exigência de homogeneização da solução de todas as unidades habitacionais. Nesse documento de 07 de dezembro de 2005, encaminhado à UEMP, apresenta-se: “Referente ao Projeto Arquitetônico: Ressaltamos que os aptos devem apresentar, em um mesmo bloco, solução arquitetônica similar, para evitar problemas de disputas entre vizinhos”.³ Logo, tanto a prefeitura quanto a CEF se apresentaram obstáculos à efetivação da proposta original.

Dessa maneira, além de os apartamentos não contemplarem quartos estendidos, terraços, áreas privativas ou quintais, houve alterações relacionadas ao desenho das coberturas; ao revestimento dos blocos de apartamentos que de alvenaria aparente passaram a receber emboço, reboco e pintura; à diminuição da largura das passarelas, que hoje servem somente como locais de passagem; e a tantos outros elementos que compunham esse que havia sido um projeto amplamente discutido com parte dos futuros moradores.

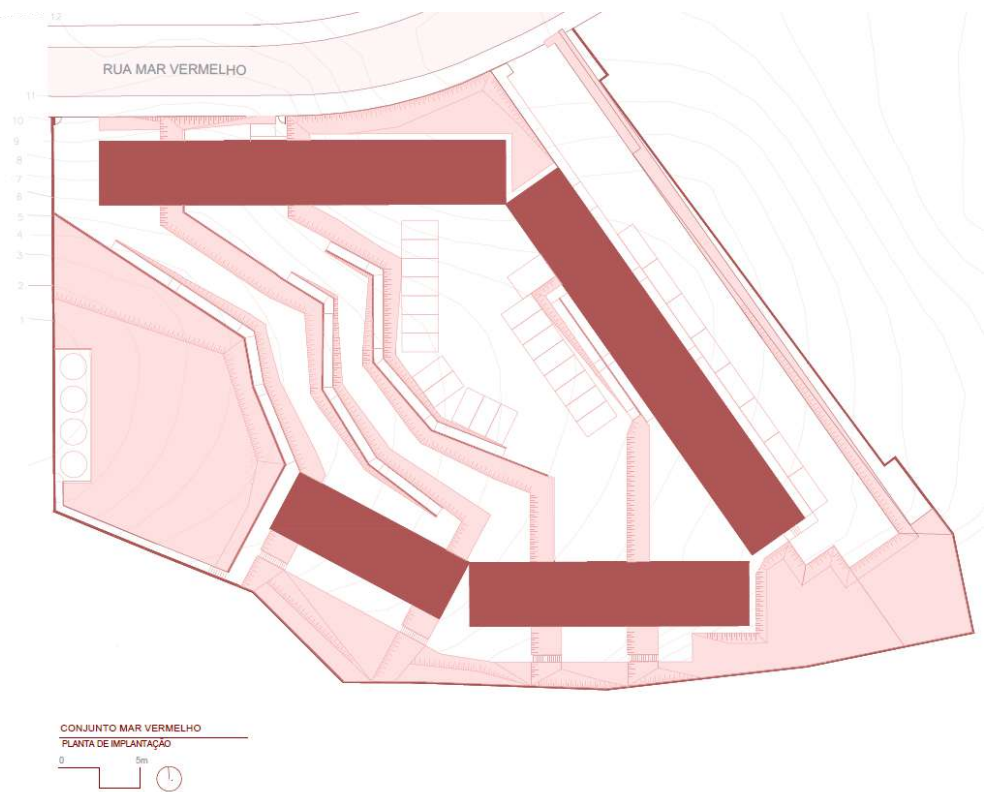
³ GIDUR/BH, Res. Santa Rosa II- Carta Consulta 021691/2004 – APF 0.175.418-25, 2005.



acima e ao lado

Figuras 132 e 133 : Perspectiva em modelo digital e Implantação do conjunto Mar Vermelho I

Fonte: Produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão com base nos projetos originais, 2022



Retornando ao caso do conjunto Mar Vermelho I, a implantação foi apresentada aos participantes a partir do modelo tridimensional previamente concebido pelos arquitetos com base nas diretrizes do estudo de viabilidade (Figuras 132 e 133). E mesmo que seja mencionado no Relatório Técnico Final a ocorrência de discussões conjuntas sobre essa solução, as entrevistas com os assessores técnicos indicam não ter havido significativo envolvimento das famílias para sua definição. Além disso, consta no mesmo relatório:

O partido proposto (moradias em fita) também foi visto de maneira duvidosa por se tratar de algo alternativo ao padrão conhecido por todos. Vários questionavam o fato das pessoas transitarem em frente às suas portas, mas esse receio foi sendo superado na medida em que as explicações da proposta de implantação eram dadas pelos técnicos.⁴

Ao contrário do que aí se apresenta, na fase das entrevistas individuais ficou patente que a situação não foi totalmente superada. Duas moradoras, quando perguntadas sobre possíveis problemas no conjunto, expressaram sem ressalvas seu descontentamento com a falta de privacidade que decorre desse arranjo arquitetônico. Uma delas é Sheila, que indaga “como morar num lugar que todo mundo vê todo mundo?”, ela ainda complementa sua insatisfação dizendo: “meu filho perguntou se a gente não podia colocar uma cerca elétrica nas janelas para dar choque em quem fica bisbilhotando”.⁵ Ao que parece, os moradores foram persuadidos, com argumentos técnicos, da necessidade daquela definição projetual que se alinhava às condicionantes técnico-financeiras, aos parâmetros urbanísticos e também ao princípio de flexibilidade arquitetônica sustentado pela equipe de projeto. É como se estivessem lá mais para validar decisões tomadas previamente pelos arquitetos do que realmente para interferir na proposta. Sem minimizar os problemas do processo de projeto, Ana Baltazar aponta que dificilmente as famílias se recordariam dessa etapa que tratou muito mais de coletar informações para respaldar o projeto do que realizar uma proposta conjunta e de fato participativa:

Mas acho que elas [as famílias] devem lembrar pouco de qualquer coisa, porque elas foram usadas para informar a gente das coisas. Não tinha um envolvimento, não tinha uma construção coletiva, não tinha uma problematização que elas levassem alguma coisa daquilo. A gente meio que forçava uma problematização para informar a equipe técnica. [Mas] no fim acho que não dá para falar que foi de todo ruim porque nós conseguimos fazer um apartamento um pouquinho melhor, mas foi super equivocada o processo todo.

Outra questão a destacar é a do elevado absenteísmo das famílias nessas oficinas de projeto e de informática. Sheila menciona que participou de uma única atividade

⁴ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009.

⁵ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Mar Vermelho I em 19 fev. 2020.

promovida nessa fase, revelando que só não desistiu do processo porque tinha proximidade com uma das coordenadoras da ASCA e que ela a teria convencido da necessidade de continuar vinculada, embora sem participar efetivamente. A baixa participação dessas famílias decorreu tanto da dificuldade em conciliarem trabalho e atividades extra quanto do fraco poder de aglutinação da ASCA. Ana Baltazar coloca que aqueles que eram mais assíduos nas reuniões só o faziam por obrigação imposta pela associação e conseqüente medo de perder sua vaga na fila da habitação. Normas com definição das respectivas pontuações e penalidades em relação às faltas nas reuniões e demais atividades foram aprovadas coletivamente, mas não chegaram a ser aplicadas realmente pela associação. Como tratei antes, as adversidades vividas pelos participantes dos *workshops* os levavam à tentativa de encurtar o processo, evitando, por exemplo, interferências no projeto. Sobre isso, Ana Baltazar menciona:

O povo era meio... meio não, totalmente obrigado a ir. E a gente ficava lá inventando um monte de dinâmicas, fazendo inserção digital, inclusão digital que chamava, e fazendo um monte de experimentos com o povo [...]. Muitas interfaces e um monte de coisas que, na verdade, os caras estão ali fazendo [...] com o maior custo. No fim de semana, à noite, indo para essas reuniões... e na hora de começar a discutir a casa começa a aparecer assim: "não, faz qualquer coisa mesmo, vamos andar para a frente".

Parece que é dessa circunstância que advém a postura de alguns representantes das famílias manifesta na vontade de ser tratados como clientes habituais, isto é, como consumidores que exigem seus direitos, e não como beneficiários de uma política pública que os colocava como participantes ativos da concepção arquitetônica. Maria Lúcia Malard esclarece essa questão ao dizer:

O que chamou muita atenção é que a expectativa das pessoas que vieram à Escola de Arquitetura [para realizar os workshops de projeto e informática], isso na minha avaliação pessoal, era de que eles teriam contato com arquitetos aqui e que teriam a chance de ter arquitetos projetando pra eles. Então, eu achei que eles ficaram meio decepcionados quando a gente [risos] propõe [que eles] projetassem. Teve uma vez que uma senhora ficou até meio irritada, falou que ela veio aqui pra que projetassem pra ela, porque se fosse pra ela mesmo projetar, que ela não viria, [...] ou seja, aquela expectativa de ter um dia de serviço que normalmente a população de baixa renda não tem. Isso pra mim, pelo menos, ficou claro, que a comunidade queria fazer igual

nós todos fazemos: decidir, interferir, julgar, avaliar e falar "isso tá bom, isso tá ruim", mas não queria esse negócio de fazer junto.

Em função desses e de vários outros problemas expostos, mas especialmente da desmobilização e da desorganização dos participantes e da posterior substituição de parte deles é difícil avaliar a eficácia das interfaces e das estratégias propostas no que se refere à ampliação da participação dos moradores nas decisões projetuais. Também não é fácil compreender os efeitos da tecnologia desenvolvida de projeto sobre a qualidade do projeto arquitetônico e sobre o saber apropriado por cada morador. Ao que tudo indica, embora a proposta fosse bem intencionada, houve apenas uma limitada participação e talvez até mesmo um simulacro de projeto participativo.

4.4.3. A obra e o esvaziamento do lema

Mesmo diante de um cenário conflituoso, marcado por diversos impedimentos ao encaminhamento dessa produção, o projeto do Mar Vermelho I foi aprovado em junho de 2006 e o contrato com a CEF assinado em dezembro do mesmo ano. Contudo, as obras só tiveram início em abril de 2007. A demora se deveu ao fato de que o alvará de construção e a licença de supressão vegetal, documentos necessários para dar início à obra, estavam vencidos e só foram liberados respectivamente em março e abril de 2007.⁶

Assim que assinado o contrato com a CEF, antes do início das obras, foi iniciado com as famílias um trabalho, encaminhado pela U.O de obra, de capacitação para a autogestão do empreendimento. Como disse antes, menos da metade das pessoas que participaram das oficinas da fase de projeto foram aprovadas na análise de crédito do PCS e puderam realmente ser incorporadas como beneficiárias do programa. A elaboração do Regulamento de Obra com a descrição dos direitos e deveres dessas famílias, definição dos dias de assembleias, sistema de pontuação e de execução da obra foi uma ação encaminhada nesse momento.⁷ Da mesma maneira que ocorreu nos conjuntos Villarégia e Urucuia, a obra do Mar Vermelho I contou tanto com mutirões quanto com FTRs, sendo que essas últimas privilegiavam pessoas das próprias famílias que manifestavam seu interesse a partir de formulário elaborado pela U.O de obra. Mas diferente dos

⁶ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009.

⁷ Idem.

empreendimentos da primeira geração, como detalharei mais à frente, não foi possível concluir a construção desse conjunto a partir do modelo autogestionário preconizado.

A topografia acentuada do terreno e a própria conformação da edificação foram elementos que exigiram que as primeiras atividades da obra – terraplanagem e fundações em estacas – fossem realizadas por empresas terceirizadas sem a participação dos beneficiários. Durante os serviços de preparação do terreno, foi imposta à equipe da assessoria técnica responsável pela obra a necessidade de estabelecer diálogo com os vizinhos do conjunto União. Em síntese, a proximidade entre o conjunto pré-existente e os lotes do Mar Vermelho I e o fato de não haver delimitação clara ou barreira de qualquer tipo, fez com que os moradores do União se sentissem livres para continuar a usar a área do canteiro de obras próxima às suas casas como espaço de lazer das crianças, área de secagem de roupas, cultivo de horta, dentre outros usos que estavam habituados.

Buscando minimizar os problemas dessa ocupação indevida, sobretudo, da periculosa invasão das crianças no espaço da obra, os técnicos da assessoria previram a construção de um muro para cercamento parcial da área (Figura 134).⁸ Leta, assessora técnica da obra, explica que a construção do muro atendia não apenas a essa demanda por uma barreira física entre os conjuntos, mas também aos propósitos de capacitação da mão de obra para a tecnologia da alvenaria estrutural e de integração das famílias. Sobre essa etapa ela pontua: “No caso do RSV [ou Mar Vermelho I] a nossa sala de aula foi o muro, o muro divisório, então as pessoas do mutirão que quiseram aprender a alvenaria trabalharam aí”. O muro, segundo sua explicação, substituiria a habitação-modelo, ou o protótipo, construído em outras obras da primeira geração com essa mesma intenção. Tentando evitar ou minimizar futuros conflitos entre os moradores do Mar Vermelho I e do conjunto União foi proposto que os vizinhos interessados também pudessem incorporar à FTR formada para construção do muro. FTRs que, pelo menos originalmente, eram organizadas nos mesmos moldes daquelas realizadas durante as obras do Urucuia e do Villarégia, ou seja, a partir de demandas específicas para encaminhamento da obra e por livres associação e organização dos trabalhadores interessados nas atividades.

⁸ Buscando evitar conflitos, a equipe da obra do Mar Vermelho I decidiu por não ocupar a área já previamente usada pela comunidade do União e reserva-la como via de pedestres. Tal impasse é até hoje recordado pelos moradores.



acima

Figura 134: Construção do muro para formação de mão de obra no conjunto Mar Vermelho I

Fonte: Acervo de Leta, 2007

Além da obra propriamente dita, havia a intenção de incorporar o uso de interfaces digitais, previamente concebidas pela U.O de Informática, como instrumento de formação da mão de obra. Dentre elas, consta uma série de jogos com representação análoga à de videogames – “Jogo do canteiro”, “Jogo da Marcação”, “Jogo da Fundação”, “Jogo da Alvenaria” e “Jogo do Telhado” –, que simulavam de maneira bastante simplificada algumas fases da obra como forma de atrair o interesse dos participantes. Os jogos surgiram da necessidade de testar a hipótese de que a “incorporação de tecnologias de ponta do campo da informática potencializando a sedução do videogame, associada a uma abordagem didático-pedagógica construtivista, poderia contribuir para o ensino/aprendizado dos moradores, visando ao incremento de sua participação efetiva no processo, com todas as consequências positivas daí advindas”.⁹ Contudo, mesmo tendo sido realizada parcela da obra em processo autogestionário, o relatório final não contempla uma avaliação da eficácia dos jogos no processo de aprendizagem ou outras possíveis contribuições de sua aplicação. O que ocorreu, segundo aponta o mesmo documento, é que a

⁹ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009, p.115.

insegurança do canteiro, reflexo da violência da região, teria impedido que a assessoria levasse computadores para obra e, conseqüentemente, que essas interfaces fossem usadas durante o processo de construção do Mar Vermelho I.

Contudo, a impossibilidade de uso dessas interfaces não parece decorrer simplesmente da condição de insegurança do canteiro, mas também de uma certa incredulidade de seu potencial didático. Segundo o que apontam as arquitetas envolvidas nessa produção, Ana Paula Baltazar, Silke Kapp e Leta, apreende-se que existiam grandes divergências entre o que intencionavam esses instrumentos e o que de fato seu uso possibilitaria. Para Silke, a proposta recairia na simulação limitada de um canteiro imaginário e por isso seria incapaz de reproduzir e, menos ainda, de informar qualquer comportamento que é de fato exigido numa obra:

aquele joguinho [...] eu acho que se fosse analisar aquilo criticamente, é uma das coisas mais absurdas do mundo, porque é uma tentativa de arquitetos... é aquele negócio do canteiro imaginário, que o Sérgio Ferro fica falando, o canteiro que os arquitetos têm na cabeça, que eles acham que é o canteiro de verdade, e ficam construindo como se fosse daquele jeito. Aquilo é a expressão perfeita desse canteiro imaginário, ou fictício, se quiser chamar assim.

Consonante, Ana Baltazar, entende esses jogos como mera simplificação do trabalho desenvolvido nos canteiros. Sustentando que eles levariam a uma banalização das relações de produção arregimentadas numa obra, ela expõe:

o que eu acho mais grave daquilo ali é assumir que tem uma organização no canteiro que é simplesmente de colocar as coisas no seu lugar, como se isso não mudasse ao longo da obra, como se isso não fosse um acordo entre as pessoas que estão trabalhando, como se isso não fosse um processo. Então a ideia de organização, de construir organização, ela não é posta. [...] É uma lógica que acho que não dá nem para falar que é um canteiro imaginado, porque eu acho que as pessoas têm uma imaginação melhor de um canteiro, mesmo sem nunca ter trabalhado em um. Aquilo era muito um canteiro sem variável nenhuma [...] quase que uma infantilização dos caras [dos operários].

Leta concorda com a perspectiva de Ana Baltazar e Silke Kapp quando afirma que os jogos eram descolados do cotidiano de um canteiro real. Para ela, isso em parte se devia ao fato de que aqueles que os propunham não tinham eles mesmos experiências com obras:

Tinha um problema que era o seguinte: quem sabia operar os recursos de informática não sabia nada de obra [...]. E um outro [problema] que eu acho que é meio que um vício, de na hora que você produz academicamente você se isola da realidade. Então, o [responsável pela interface dos jogos], [...] ele ficava lá trabalhando um tempão e depois chegava com o trem pronto. Aí a gente falava “mas isso não funciona assim” na verdade, na prática, a gente nunca utilizou aquilo como um material instrutivo. Eu acho que ele pode se prestar a isso de... ser um início de conceito, de desenvolvimento de jogos interativos que possam contribuir na fase de produção de alguma coisa, mas efetivamente ele não foi muito adiante.

Paralelamente às atividades de desenvolvimento das interfaces digitais, dos serviços terceirizados de terraplanagem e de fundação, foram planejadas ações para mobilização social dos beneficiários do programa e também de seus familiares.¹⁰ O objetivo era o de envolver os futuros vizinhos em atividades diversas para conseguir uma maior adesão deles nas reuniões quinzenais realizadas na obra. Contudo, haja vista a insignificante participação das famílias, essa frente de mobilização foi cancelada após conclusão da quarta atividade sem participação expressiva.

Em função do lema sustentado pelo movimento de moradia “mais autogestão e menos mutirão”, as obras do Mar Vermelho I previam atividades no canteiro somente a cada 15 dias, aos domingos, com uma assembleia geral por mês (Figuras 135 a 137). Nas assembleias cabia às famílias, por meio de votação, deliberar sobre a aprovação de contas, sobre a utilização de recursos para objetivos não previstos originalmente; possíveis mudanças de regulamento e substituição de famílias. Além de mutirões, poderiam ser desenvolvidos pelos beneficiários ou seus representantes, atividades relacionadas à gestão do empreendimento e à organização e decisão em diferentes comissões (a exemplo de eventos, comunicação, segurança, ética etc.). Dessa maneira, havia a intenção de que as famílias se envolvessem menos na construção e cumprissem um papel mais ativo de gestão das decisões da produção. Evidenciando essa questão, Leta aponta que em relação aos empreendimentos da 1ª geração os mutirões dessa obra equivaleram a 25% do tempo dedicado pelos participantes:

¹⁰ Ao todo foram programadas 14 atividades, dentre elas: visita para reconhecimento do bairro, passeios em grupo em museus e parques de BH, sessões de cinema e oficinas de informática.

abaixo e na página seguinte

Figuras 135 e 136: Mutirões no Mar Vermelho I

Fonte: Acervo de Leta, 2007

a ideia era que a médio prazo as famílias cumprissem muito mais um papel de supervisão e para isso elas precisariam ser formadas, para acompanhamento dos serviços e etc. e ter menos mutirão. Então nós contamos com muito menos mutirão, mesmo as famílias que participavam [...]das frentes de trabalho, porque aí mesmo que ele não tivesse obrigação de cumprir horas, como ele estava lá durante a semana ele estava acompanhando [a obra]. Mas assim, lá era [...] 16 horas por mês, [enquanto que] no Urucuia e no VLR, eram 16 horas por semana, 8 horas no sábado, 8 horas no domingo.





ao lado

Figura 137: Assembleia no mutirão do Mar Vermelho I

Fonte: Acervo de Leta, 2007

Francisco, um dos moradores que participou com assiduidade desses mutirões na condição de representante de sua esposa, lembra que assim como nos conjuntos dos anos 1990 eram realizados serviços para agilizar a obra durante a semana:

passamos a vir todo domingo sim e domingo não, nós vínhamos duas vezes por mês para ajudar em alguma coisa, nem sempre a gente podia ajudar muito, mas, por exemplo, os blocos [de concreto] ficavam lá na rua e a gente vinha no domingo [...] para facilitar para pedreiro e o ajudante lá durante a semana, se não eles iam perder muito tempo.

Contudo, Francisco era exceção dentre os mutirantes. Os membros da assessoria técnica explicam que já durante o encaminhamento dos primeiros mutirões se notou uma baixa presença das famílias, ao que tudo indica, ainda mais expressiva do que aquela que ocorrera durante a etapa do projeto. No geral, menos da metade dos beneficiários ou seus representantes compareciam a essas atividades quinzenais. Da mesma maneira, houve um baixo envolvimento das famílias nas FTRs, especialmente, das mulheres que quase não integraram esses trabalhos, como ficou claro durante a entrevista com Cenir da Silva.

Em parte, o problema decorreu da burocratização imposta pela PBH que, ao que parece, queria inviabilizar o arranjo que se originou em Ipatinga e se consolidou durante a 1ª geração da autogestão no município de Belo Horizonte. Provavelmente alarmados pelas ações trabalhistas pontuais contra os procedimentos das obras do Urucuia e temendo novos desdobramentos, o poder público municipal se manifestou contrário à continuidade dessa modalidade informal de trabalho o que se tornou um grande empecilho à proposta de profissionalização e geração de emprego e renda preconizada aí. Como coloca Leta, a solução para o problema partiu da própria assessoria da obra que apresentou a questão ao Ministério do Trabalho que, não obstante, teria se mostrado muito favorável e aderente a essa estruturação:

Tem uma coisa super importante também [...] que foi a das frentes de trabalho remunerado que eles queriam proibir. [...] [A proibição] veio meio da Prefeitura, os advogados de lá... os procuradores da prefeitura que resolveram que aquilo não era legítimo, que não podia funcionar daquela maneira, que era uma forma de contratação ilegal, que ia dar problema na prestação de contas... eles estavam muito preocupados com o [lado] deles... E nós tivemos que ir ao Ministério do Trabalho, inclusive a gente deu sorte de ser atendidos por um grupo de pessoas que se tornaram entusiastas da

autogestão e eles não só aprovaram como recomendaram aquela forma de [trabalho]... é um parecer bem bacana esse deles.

No entanto, diferente do que ocorreu no Urucuia e no Villarégia, apenas as pessoas que de fato eram vinculadas às famílias beneficiárias poderiam integrar as FTRs sem carteira assinada, os demais precisariam ser formalmente contratados pela associação. Vista a grande desmobilização das famílias, parcela majoritária da mão de obra precisou ser assimilada nessas obras por carteira assinada. A situação não apenas era problemática do ponto de vista financeiro, já que a contratação formalizada onerava os custos com encargos trabalhistas, mas, sobretudo, era também problemática do ponto de vista da produção. Cenir, que atuava como membro da assessoria técnica da obra, recorda que a garantia dada pela carteira assinada comprometia o envolvimento de muitos deles com o trabalho e conseqüentemente interferia na produtividade da obra. Para ilustrar esses problemas ela cita dois casos:

No Serra Verde, na verdade, uma boa parte do pessoal era contratado. [...] Eu lembro que nós tivemos até problema com um contratado lá que nós não pudemos mandar ele embora, ele pegou, pegou, pegou atestado médico, aí ele teve uma garantia de que não poderíamos mandar ele embora, senão ia ter que ressarcir ele com aquele valor, só depois de um tempo que nós pudemos dispensar ele. [...] Teve, eu acho, que duas ações, que eu me lembre, uma foi desse menino que mexia na betoneira que, inclusive, ele reivindicou desvio de função e várias outras coisas, porque, na verdade, nós fizemos errado mesmo, ele era servente, colocamos ele na betoneira, alteramos o salário dele, mas, não colocamos ele para fazer um curso. Isso deu o maior problema, entendeu? Foi bom, assim, serviu de lição para a gente saber que preciso disso, precisa comprovar que tem um curso, que ele está apto a poder assumir aquele cargo né. Então, foi o que sempre pegava atestado médico e teve esse, na verdade, ele teve uma, [...] garantia de uma estabilidade. [...] Então, aí tivemos problema com ele, por causa disso ele levou o RSV na justiça.

As informações que constam no relatório técnico da pesquisa apontam que o elevado absenteísmo dos beneficiários na produção do conjunto seria derivado de dois fatores principais. O primeiro fator, relacionado a uma possível mudança de postura dos sem-casa condicionada pela estrutura de financiamento formatada pelo PCS em que se afirma que o programa:

conferiu cidadania aos sem-casa, na medida em que reconheceu a capacidade desse segmento de se articular e gerir os seus empreendimentos habitacionais, realizando o sonho da casa própria. Essa mudança de política – de doação de casa para financiamento – pode ter ocasionado, também, uma mudança de atitude da parte dos membros do movimento. Uma vez reconhecido o seu direito à moradia e chamado a contrair empréstimo para exercer esse direito, os sem-casa sentiram-se, também, consumidores (ou clientes) e passaram a adotar a postura usual nas relações de consumo que pode ser assim resumida: "eu estou pagando, portanto, exijo os meus direitos de consumidor".¹¹

Embora não proceda a ideia de que houve uma transição entre uma política de doação para uma política de financiamento – uma vez que desde a 1ª geração os beneficiários arcam com o financiamento das moradias pelo OPH e que na 2ª geração houve uma contribuição do poder público municipal com a doação de terrenos e com complementação de aporte financeiro para viabilização das obras – de fato, como abordei no Capítulo 3, verifica-se uma recondução da abordagem dos movimentos de moradia assim como uma nova postura assumida pela população que, recordando Isadora Guerreiro, de um "sujeito político cidadão" passaria à "cidadão consumidor".¹²

Já o segundo fator estaria relacionado às disfunções e esvaziamento da ASCA, tanto em decorrência de sua atuação simultânea na coordenação de outros empreendimentos do PCS quanto do desempenho das principais lideranças em cargos assumidos na UEMP. No relatório, apresenta-se: "[a]s lideranças ficaram, então, sobrecarregadas, pois além de cuidar do encaminhamento das questões políticas mais amplas, tinham que apoiar administrativamente os empreendimentos autogestionários, sem ter as condições logísticas para tanto".¹³ Acredito que se somam a essas questões, o fato de que a associação era composta por lideranças profissionais que não mais se caracterizavam como famílias beneficiárias do programa. Isto é, por pessoas não diretamente impactadas pelas decisões dessa produção.

¹¹ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009.

¹² GUERREIRO, Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular, 2018.

¹³ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009, p.77

Tal profissionalização se torna bastante evidente no depoimento de Antônia de Pádua ao revelar que o trabalho que os coordenadores da ASCA desempenhavam na produção dos conjuntos da primeira geração era uma atividade voluntária enquanto que na segunda passara a ser remunerado e, de certa maneira, formalizado:

A primeira remuneração que nós tivemos... que as pessoas [membros da coordenação da ASCA] tiveram foi no [Programa] Crédito Solidário, que aí a gente falou "não, não dá para as pessoas trabalharem [voluntárias], a gente já trabalha 24 horas" [...] aí a gente teve um salário, cada um de nós, [cita membros da coordenação], tinha um salário para fazer o trabalho. Mas só na segunda geração, na primeira foi tudo voluntário, os coordenadores de grupo tudo voluntário, muito mais na conversa mesmo, na solidariedade, no desejo de ajudar as pessoas.

Leta, por sua vez, revela que a gerência da obra do conjunto Mar Vermelho I sequer era realizada pela ASCA, mas sim pela UEMP. Ocupada de outras obras, a UEMP teria então organizado um modelo de Escritório Central responsável por realizar atividades administrativas necessárias à produção dos conjuntos. Dentre essas atividades, estava listada a compra de materiais de construção, que teria ficado sob incumbência de um parente inexperiente de uma das coordenadoras do movimento, assinalando uma situação de favorecimento por parte das lideranças. Nesse arranjo, apresentam-se dois aspectos problemáticos: o primeiro deles é o de que as obras eram gerenciadas à distância; e o segundo que os trabalhos eram desempenhados por pessoas não necessariamente aptas à sua condução. Mais do que garantir a qualidade da obra, essa estruturação parece ter garantido funções para remuneração das lideranças e de seus aliados. Na entrevista com Leta se revelam essas questões:

Era a UEMP [União Estadual por Moradia Popular que gerenciava] [...]. A gente [assessoria técnica de obra] tinha as atribuições de aprovar todas as coisas e mandar os relatórios, mas teve uma tentativa de fazer como um Escritório Central que concentrasse as obras, todas as obras que foram aprovadas pela UEMP, que tinha a lógica de pensar que podia fazer economia de escala, de ser um comprador forte, para pressionar o mercado, mas que na prática não funcionou, [porque] é muito diferente você gerenciar uma obra na escala da obra ou gerenciar uma obra à distância. Então teve essa história de criar a figura do comprador para todas as obras e que não funcionou. Um filho da [cita uma coordenadora da ASCA] trabalhou nessa época e ele não dava

conta, ele não tinha perfil de comprador. E essa ideia do escritório central, ela tinha até um fundo conceitual que poderia ser interessante, mas, na prática, eu acho que ela foi movida por aquela [...] necessidade de profissionais do movimento se remunerarem. Então, tinha, na planilha de cada obra, tinha um percentual destinado à UEMP, foi acordado entre os empreendimentos que foram aprovados, mas, além desse percentual, o que não cabia virava essa coisa como se fosse realmente trabalho, mas um trabalho meio... um posto de trabalho meio que forçado.

Ademais, é preciso enfatizar a ocorrência de que alguns membros da coordenação ocupavam não somente cargos em movimentos de moradia estaduais e nacionais, mas também cargos públicos. A conjunção desses pontos parece favorecer a hipótese de que a associação estava menos dedicada à gestão do empreendimento do que na primeira geração e conseqüentemente exercia menor influência na organização das famílias ao longo do processo. Portanto, acredito ser possível afirmar que o fraco poder de mobilização da ASCA foi relevante fator explicativo da baixa participação dos moradores.

Além desses dois principais fatores, é válido considerar as várias substituições impostas pela CEF durante a análise de crédito como outra importante questão desmobilizadora dos beneficiários. Tal como apresentei, foi essa análise que acabou por determinar que somente famílias com renda estável e sem dívidas, ou seja, aquelas com alguma segurança financeira, poderiam ser contempladas pelo programa. Tais exigências, foram determinantes para que se encontrem dentre a maioria dos beneficiários desse empreendimento pessoas pouco interessadas no processo formativo decorrente da produção autogestionária. A fragilidade do envolvimento delas é resultado da priorização da conquista da moradia. Como posto anteriormente, a posição que os sem-casa ocupam na sociedade os condiciona a isso. No entanto, outras questões, como possíveis ganhos subjetivos com o processo, conquista de direitos fundamentais, luta coletiva, construção e estabelecimento de relações sociais parecem expressivamente mais relevantes aos beneficiários da primeira do que aos da segunda geração.

Diante dessas diversas dificuldades, a associação e a assessoria usaram de artifícios diversos — como atividades para formação de grupos de trabalho; confraternizações, dentre elas, a do mutirão noturno para plantio de grama que contou com a inauguração de um forno de pizza construído ao final de semana e projeção de filmes (Figura 138 e 139); visitas a outros conjuntos concluídos ou em execução (Figura 140); e pagamento de auxílio transporte do local de moradia do

abaixo

Figuras 138 e 139: Mutirão noturno com exibição de filmes e inauguração do forno de pizza

Fonte: Acervo de Leta, 2007

beneficiário até a obra — para estimular a participação das famílias. Contudo, essas estratégias se mostraram insuficientes e persistiu ao longo de toda a construção por autogestão o baixo envolvimento dos sem-casa nas obras e nas atividades de discussão de sua produção. Algumas pessoas simplesmente desistiram do programa e outras foram excluídas por apresentarem número de faltas acima do permitido pelo regulamento da obra. A situação levou, portanto, à seleção de novos beneficiários alheios às atividades já realizadas.





acima

Figura 140: Visita das lideranças e beneficiários ao conjunto Itaipu

Fonte: Acervo de Leta, 2007

Apesar das várias baixas nesse processo, o arranjo autogestionário, a partir das FTRs e dos mutirões, viabilizou a construção das instalações provisórias do canteiro, a revegetação de taludes e a execução de parte das edificações,¹⁴ além do muro divisório (Figuras 141 e 142). Tanto Francisco quanto Leta lembram que essas atividades eram supervisionadas por um grupo de moradores que compunham a Comissão de Obras. No intuito de delegar às famílias alguma responsabilidade pela gestão do empreendimento, essa Comissão foi formada para conferir os balanços financeiros, os resultados das medições e para se reunirem semanalmente com os técnicos da assessoria e da prefeitura para compartilhamento de informações. Rosana recorda que as pessoas que trabalhavam durante o processo de autogestão supervisionavam a entrega de materiais e chegaram a devolver um caminhão com blocos de concreto alegando que o material era de baixa qualidade, segundo ela, "a gente fica de olho no que é da gente". Essa fala evidencia que quando incorporada a condição de sujeitos da autogestão, a produção autogestionária não admite falhas. Os beneficiários conscientes, ao resguardarem a qualidade dos elementos e materiais construtivos, não somente condicionam o produto, mas também toda uma produção, rompem

¹⁴ Foram executados por produção autogestionária as seguintes partes das edificações: até o quarto pavimento do Bloco A, até o segundo pavimento do Bloco B, até a terceira laje do Bloco C e o primeiro pavimento do Bloco D.

abaixo e na página seguinte

Figuras 141 e 142: Construção do edifício e revegetação dos taludes por autogestão

Fonte: Acervo de Leta, 2008

um dos elos fundamentais do ciclo vicioso que opera a construção de habitações de interesse social.

Embora as famílias – representadas por essa Comissão – tivessem algum controle sobre o que havia sido produzido, sobre os custos e serviços ainda demandados, pairava e ainda paira uma desconfiança delas para com a associação e com a assessoria técnica. Alguns entrevistados na fase de aplicação dos questionários individuais parecem acreditar que havia desvio de recursos e que por isso o processo autogestionário teria sido interrompido e assumido pelo poder público com atuação de construtoras do mercado.



Agnes é uma dessas moradoras. Ela chegou a ocupar o cargo de síndica do conjunto e considera ter domínio sobre as questões administrativas da fase da autogestão, ainda que desconheça diversos fatos. Sobre os aspectos financeiros do projeto da FINEP ela afirma irressignada: "não podíamos dar pitaco no começo". Ilustrando a suspeita de desvio de recursos, ela conta: "[A assessoria] não deu conta de fazer o serviço, aí preferimos entrar com a empreiteira. Foram gastos R\$1,800 mi e pouco. *Isso daqui foi uma lavagem de dinheiro*. [A assessoria] veio com a turma dela, deveria acabar a obra em dois anos e não conseguiram. Fizeram uma varredura e sumiram com tudo. Eu queria que essa turma saísse". Claramente a moradora centraliza na figura da assessoria toda a responsabilidade pelo fracasso da modalidade autogestionária. De forma discrepante, ela ainda acrescenta ao seu depoimento inflamado: "Se ela [a assessoria técnica] tivesse ficado, a construção com certeza seria melhor, mas também não teria dinheiro para finalizar".¹⁵ A partir disso a moradora evidencia três pontos muito significativos da produção do Mar Vermelho I: (1) que embora haja de um lado a desconfiança de que a assessoria seja responsável pela pilhagem (não procedente) da obra, de outro há a crença na sua capacidade técnica, assim como no próprio modelo de produção autogestionária, para gerar um empreendimento de maior qualidade construtiva; (2) que o suposto desvio do dinheiro público é justificado pelo atraso e a não conclusão de determinadas fases da obra; (3) que alguns moradores não têm uma compreensão sistêmica do processo, já que não são mencionados os motivos reais que levaram a paralisação das obras e a compulsória transferência para a modalidade de gestão pública, como tratarei a seguir.

Assim como na primeira geração, membros da assessoria e da associação tinham consciência dessas acusações. Além dos vários problemas expostos antes sobre a dificuldade de coesão do grupo, essa questão parece decorrer de uma comunicação deficitária entre futuros moradores, coordenação e técnicos da assessoria e de uma consequente e generalizada incompreensão dos beneficiários sobre aspectos da produção do empreendimento. Leta, por exemplo, acredita que uma das pessoas que compunha o Comissão de Obras, propositadamente ou não, acabava por deturpar as informações no seu compartilhamento, como se verifica nesse trecho de sua entrevista: "A [menciona uma moradora], é uma que fazia muita crítica, ela era da comissão de obras, ou seja, ela era uma pessoa que tinha a informação, acesso, [mas] não sei se por má fé ou por incapacidade de

¹⁵ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Mar Vermelho I em 19 de fev. de 2020.

compreensão ela saia distorcendo tudo e falando coisa que não era". Como fica evidente nas memórias compartilhadas pelos participantes da Oficina Coletiva, a divergência e o descompasso das informações de fato ocorriam, demonstrando, portanto, que os beneficiários não tinham domínio sobre questões fundamentais desse processo.

A explicação para interrupção das obras é dada por Leta e por Francisco que atribuem à burocracia interposta pela CEF/GIDUR toda a responsabilidade por essa intercorrência. A ex-assessora técnica coloca que devido ao fato de a obra só ter se iniciado em 2007, a planilha orçamentária realizada durante a etapa de projeto apresentava valores defasados de dois anos. Para enfatizar a discrepância entre os preços orçados e aqueles praticados pelo mercado no decorrer da obra, Francisco compara o custo do saco de cimento: "no orçamento do empreendimento o cimento, se eu não me engano, custava menos de R\$9,00 o saco e quando começou mesmo a obra já tava mais de R\$18,00". Não apenas a considerável defasagem dos valores orçados, estimada por Leta em 20%, mas também o próprio sistema de repasse de recursos estabelecido pela CEF colaborou sobremaneira para os impasses vivenciados nessa fase. Em oposição ao que ocorria na primeira geração, os recursos dessas obras eram liberados somente após a execução dos serviços previstos. Portanto, a lógica estabelecida no PCS operava contraditoriamente à estruturação das associações de moradia (como a ASCA) que não têm fins lucrativos e por isso mesmo não dispõem de recursos financeiros para realizar a aquisição de insumos e para executar serviços previamente às medições. Nesse sistema, paradoxalmente, demandava-se das associações na produção autogestionária o mesmo desempenho de uma construtora, isto é, de uma empresa da iniciativa privada na produção de habitações para o mercado.

Leta explica que os canais de diálogo com a CEF para requisição da revisão dos valores só foram abertos no começo de 2008 e que o banco teria indevidamente classificado o pedido como "suplementação de verbas". O modelo, de antemão insustentável, resultou em diversas paralisações da obra do Mar Vermelho I e chegou ao seu ponto mais crítico pouco mais de um ano após seu início, em 31 julho de 2008, quando os trabalhos foram totalmente interrompidos com aproximadamente 40% dos serviços executados.¹⁶ Francisco recorda que as

¹⁶ DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009; SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013.

famílias tinham expectativa de que as obras fossem logo retomadas, mas que por medo de depredação, roubo e invasões — o que era bastante recorrente nesse cenário e já havia ocorrido em outros empreendimentos na mesma circunstância desfavorável — foi preciso que se organizassem para arrecadar dinheiro para contratação de vigia e compra de materiais para finalização de serviços já iniciados:

ela [a CEF] ficava com esse medo de desvio de dinheiro, pra qualquer coisa assim ela vinha medir [a obra]. [...] A gente acostumou a passar 10 dias sem pessoal poder trabalhar, não tinha areia, não tinha cimento [...] e nós juntamos durante a obra e no final de semana do mutirão e [...] fizemos dois bazares aqui para arrecadar dinheiro. Com tudo isso nós conseguimos comprar uns 30 sacos de cimento.

Sem repasses de recursos, as obras ficaram paralisadas durante seis meses no ano de 2008, enquanto técnicos da CEF analisavam a pertinência dessa “suplementação” para continuidade das obras (Figura 143). Para Leta, teria ocorrido protelação da CEF usando tecnicidades como artifício. Por consequência, o projeto do RSV financiado pela FINEP foi encerrado em 31 de outubro de 2008, após três meses da suspensão das atividades, sem a finalização da pesquisa.¹⁷ Sobre esse momento Leta expõe:

já havíamos conseguido reverter a objeção interposta pela CAIXA às medições e liberações parciais das parcelas constantes no cronograma físico-financeiro. Pretendíamos manter um ritmo lento de execução, com liberações parciais de recursos que mantivessem a obra ativa. Contudo, tão logo derrubada a barreira às medições parciais, normativos internos, de uso

¹⁷ É preciso reforçar que o objetivo da pesquisa, financiada pela FINEP, não era elaborar o projeto apenas para o caso específico, mas sim, de realizar de maneira abrangente um modelo que permitisse a construção de habitação de interesse social sob o regime de autogestão. Em termos práticos, tratava-se de elaborar um “relatório com recomendações para futuro desenvolvimento e melhoramento do programa” (DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG, RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final, 2009, p. 228 [tradução minha]). Sobre isso Silke Kapp coloca: “a gente deveria registrar sistematicamente justamente esse tipo de dificuldade, mas o que acabou acontecendo foi que a conclusão do empreendimento, ou pelo menos do projeto e da aprovação, virou fim em si mesmo. [...] Mas, na constelação ali, ficou como se o sucesso da pesquisa fosse o sucesso do empreendimento, como se fosse uma prestação de serviços. Então, acho que nesse sentido, eu considero um pouco uma chance perdida” (BALTAZAR & KAPP, Entrevista concedida ao projeto de pesquisa ‘Tecnologias Sociais em Conjuntos Habitacionais Autogestionários de Belo Horizonte’, 2021 [informação verbal]). Dessa maneira, não pela precoce interrupção, mas sim pela maneira como foi conduzida, a pesquisa não chegou exatamente a cumprir o objetivo proposto.

abaixo

Figura 143: Canteiro com obras paralisadas

Fonte: Acervo de Leta, 2008

restrito da CAIXA, impediriam essa tática de sobrevivência, sob a alegação de que a flexibilização das medições não poderia ser aplicada a duas medições sequenciais.¹⁸



A arquiteta ainda esclarece que apesar do empreendimento dispor de recursos da ordem de R\$930 mil reais – equivalente a 60% do contrato – durante o processo de avaliação da solicitação, que perdurou todo o ano de 2008, o repasse de verbas foi interrompido. Além disso, teriam sido bloqueados pela PBH, aproximadamente R\$320 mil reais, sob a justificativa de que não se podia fazer medições independentes da CEF. No fim de 2008 a CEF deliberou favorável ao pedido de suplementação, mas, para a surpresa da assessoria e da ASCA, considerou que os valores recebidos representavam apenas 33% do total do empreendimento e, embora a construção estivesse executada em aproximadamente 40% dos serviços previstos, entendeu-se que haviam sido liberados 7% além das medições efetuadas até então. Em síntese, a busca por revisão dos valores da planilha orçamentária defasada, “somados aos encargos contratuais, que não cessaram de serem computados durante o período de avaliação da CAIXA e a diferença entre prestações individuais anteriores, gerada com a suplementação na colocação da associação” colocou a associação como devedora de um valor próximo a R\$160

¹⁸ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.222.

mil.¹⁹ Com essa suposta dívida não foi possível dar encaminhamento à obra pela modalidade de autogestão.

Após um ano de paralisação da construção, o poder público assumiu o controle do processo, repassando, por meio de licitação, a finalização do empreendimento para a iniciativa privada. Essa situação ocorreu de forma similar em quase todos os demais empreendimentos do PCS na 2ª geração de BH. Francisco, um dos poucos moradores entrevistados do conjunto que demonstra compreender o processo globalmente, atribui esse quadro de vicissitude tanto à proximidade com as obras da Cidade Administrativa quanto à burocratização da CEF. Enfatizando acreditar que por autogestão o empreendimento teria sido finalizado em prazo inferior ele diz:

eu acho que nós podemos jogar a responsabilidade à duas frentes diferentes: à construção do Centro Administrativo, que elevou o preço de material demais; e à Caixa Econômica que não nos dava o mesmo tratamento que dava para as grandes empreiteiras. Suponhamos que nós precisamos fazer 300 metros de alvenaria, aí a gente ia lá para receber uma certa quantia que não cobria aqueles 300 metros, então nós ficávamos sempre, digamos assim, devendo para a Caixa Econômica. Se ela liberasse para nós da mesma maneira que ela liberava verba para as construtoras em geral teria sido feito tudo na autogestão e com o prazo bem menor.

Já na visão de gestores da URBEL, embora seja reconhecida a exigência da CEF na operação do PCS, esses problemas – como já pontuei na seção 4.1 – decorreriam, sobretudo, da incapacidade da associação e de seus assessores técnicos em lidar com os aspectos financeiros dessas obras. Para Alair da URBEL, haja vista a suposta incompetência das associações, a intervenção do poder público municipal se fez mandatária:

No caso do Crédito Solidário houve um problema muito objetivo: no decorrer do processo de execução dos conjuntos, as entidades, eu acho, que elas se perderam um pouco do ponto de vista da gestão orçamentária e contábil, tanto que eles pediram muita ajuda aqui da nossa equipe, na época da Secretaria de Habitação. Apesar de eu não estar nela, eu já ouvi esses depoimentos e tenho essa avaliação, pedi muita ajuda porque eles se perderam muito na organização contábil e orçamentária desses

¹⁹ Ibidem, p.222.

empreendimentos. [...] Os recursos destinados aos empreendimentos, eles esgotaram, os recursos contratuais esgotaram e o conjunto não estava pronto, ainda tinha itens a executar, isso é um problema gravíssimo porque ele é extremamente real e objetivo. Como que se faria isso? O município teve que socorrer, claro, não poderíamos deixar uma obra inacabada, muito menos habitacional, seria gravíssimo isso e um comprometimento muito ruim. Então, o município socorreu, teve que licitar, claro, porque o município não consegue executar uma obra sem um processo licitatório e teve que assumir esse final por gestão pública. Então, o caso do Mar Vermelho, por exemplo, foi a Riga Engenharia que ganhou a licitação e que concluiu o conjunto. No caso do Santa Rosa, foi a Opaco Engenharia que ganhou a licitação e que concluiu e isso ocorreu em quase todos os empreendimentos do Crédito Solidário, ou seja, os valores disponibilizados pela CAIXA se esgotaram. Evidentemente, a CAIXA é, por si só, uma instituição com sistema muito fechado e, evidentemente, com um grau de responsabilidade muito grande por ser agente financeiro e lidar com recursos públicos até muito vultosos e ela não tinha como assumir a conclusão, ela não poderia fazer um aditivo, então, o município é que teve que socorrer.²⁰

Assim, o que se propaga e se consolida a partir do poder público é a falsa imagem de que as associações não foram capazes de realizar a gestão dos empreendimentos e de cumprir as obrigações acordadas. Consequentemente, persiste a ideia de que a produção autogestionária necessariamente demanda suporte constante do poder público e, em suma, que é uma modalidade problemática, portanto, infundada. Logo, é possível supor que sua invisibilidade se faz pertinente.

Mas é preciso voltar a frisar que a CEF, entidade responsável pela operação financeira do projeto, apesar de ser um banco público, é regido pela mesma lógica que outros bancos privados, a saber, busca a todo custo redução de riscos e garantia de lucro. Dessa maneira, fica bastante evidente que o principal problema gerador da paralisação das obras foi o somatório de atrasos na liberação dos recursos, começando com a delonga na assinatura do contrato pela própria CEF. Consequentemente, chegou-se a uma defasagem nos valores da obra, decorrentes da inexistência de mecanismos de correção por parte desse agente. Como se tratava de um programa inteiramente novo, com procedimentos e critérios de avaliação inéditos, seria até justificável a dificuldade da CEF de prever

²⁰ Entrevista concedida a Giselle Mascarenhas, 2022, [informação verbal].

contratempos. Porém, parece óbvio que um modelo de gestão habitacional deveria conter mecanismos de reajuste dos valores iniciais e alguma flexibilidade para a viabilização do projeto, sobretudo, por ter se tratado de um processo cuja a condição básica era a de envolvimento dos futuros moradores.

Em contraposição ao que expõe o relato já mencionado de Alair, Francisco relembra que não houve uma única licitação para encaminhamento das obras via construtoras, mas sim três. O morador ainda esclarece que os beneficiários não tiveram qualquer participação na escolha das empresas e também não foram incorporados às obras, como até então ocorria nas FTRs: "A empreiteira não contratou ninguém quem fosse possível morador daqui não. [...] Nós também nem escolhemos a empreiteira, foi a prefeitura que escolheu as empreiteiras [...]. Foram três empreiteiras que passaram por aqui". Leta, por sua vez, esclarece que foram somente duas licitações. A primeira delas orçada em R\$3,4 milhões – valor cerca de R\$1,8 milhão acima do atribuído a autogestão – foi assumida por uma construtora que decretou falência após ter recebido o repasse de R\$1,733 milhão. A situação gerou paralisação da obra por mais de um ano e exigiu abertura de segunda licitação no valor R\$1,485 milhão, complementado posteriormente por mais R\$487mil. A arquiteta explica: "O valor final do RSV foi, portanto, de aproximadamente seis milhões de reais, 156% superior ao valor estimado quando fizemos o pedido de suplementação de verbas". Em acréscimo, ela diz que se a obra fosse realizada por autogestão o custo final da unidade habitacional seria de R\$31.000,00 ao passo que na condução pelas construtoras teria passado a extraordinários R\$79.000,00.²¹ Já os dados encaminhados pela CEF apontam que o empreendimento teria custado R\$4.900.916,63 e cada moradia o valor médio de R\$63.648,27, isto é, mais do que o dobro do valor financiado para a autogestão.²²

A obra realizada por gestão pública não somente custou mais aos cofres públicos como também se delongou, sendo finalizada somente no final de 2012, seis anos após o contrato estabelecido com a CEF e dezoito anos depois da conquista de vagas pela ASCA no OP. Somam-se a esses problemas diversas falhas construtivas enumeradas por Francisco: instalação incorreta de esquadrias; pontos insuficientes de energia elétrica; interrupção ou ausência de cabeamento para conexão de internet, tv e telefone; impermeabilização deficiente da caixa

²¹ SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013, p.223.

²² Dados encaminhados em 20 de abril de 2022 a partir do pedido de informação (número de protocolo 18840.000724/2022-41) feito pelo portal Fala.br do governo federal.

d'água; falta de amarração nas telhas da cobertura; caixas de esgoto sem sifão; e tantos outros elementos faltantes ou mau executados que exigiram reparo e causaram prejuízos ao condomínio.

Outros moradores também questionam a segurança estrutural do empreendimento ao relatarem problemas como trincas e fissuras. Por esse motivo, Silvana diz se preocupada: “tenho medo de cair daqui de cima. Tem uma rachadura no prédio todo, meu marido, que entende, falou que é perigoso”.²³ Algumas trincas e fissuras foram de fato observadas nos pavimentos superiores do edifício e parece que é desse conjunto de problemas que provém a ideia, sustentada por alguns dos moradores entrevistados, de que se fosse realizado até o fim por produção autogestionária, o conjunto apresentaria qualidade muito superior. Esse entendimento também se sustenta a partir do fato de que na autogestão, da maneira como apresentei antes, na medida em que participam das obras e das assembleias deliberativas, os moradores adquirem conhecimento sobre o processo e com isso atentam mais para possíveis falhas da produção, isto é, eles têm considerável espaço e autonomia para supervisionar, questionar e interferir nos serviços realizados.

Mas, como já mencionei, mesmo que perdurassem desconfianças, os moradores não participaram da decisão de interromper o processo autogestionário. Ao contrário, muitos deles até hoje não compreendem o que levou ao fim da autogestão e sua retomada pelo poder público com a finalização das obras pelas empreiteiras. Alguns entrevistados recordam apenas que foram impedidos de acessar o canteiro, demonstrando que o algum controle que tinham sobre o processo foi completa e abruptamente retirado. O descompasso das informações e a falta de domínio sobre o que de fato ocorria demonstra que apesar de sustentarem “mais autogestão e menos mutirão” não eram os sem-casa os protagonistas na gestão desse processo. Na prática, houve *menos autogestão e mais gestão pública*, refletindo assim o esvaziamento do lema do movimento.

²³ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Villarégia em 19 fev. 2020.

4.4.4. Pós-ocupação e o aprofundamento das contradições

Entendendo que a Oficina Coletiva é um instrumento útil para perceber se há aderência das famílias a eventos coletivos, como elas relacionam entre si, quais memórias e impressões sobre o processo de produção persistem, inicio a caracterização do pós-ocupação do Mar Vermelho I pelo relato dessa atividade.

A Oficina Coletiva de fotos no Mar Vermelho I aconteceu em 15 de fevereiro de 2020, num sábado e seu início estava previsto para às 15:00hrs, contudo, por falta de participantes, foi necessário adiar para às 16:30hrs. É importante mencionar que o contato para realização da oficina se deu junto ao subsíndico, o Sr. Francisco, que nos disse que faria o convite para o evento pelo mural de avisos do condomínio e pelo grupo de Whatsapp, meios usuais para as comunicações dos moradores. O repasse das informações foi confirmado por Rosana, uma das conselheiras do condomínio, que fez questão de mostrar a mensagem encaminhada aos vizinhos. Segundo Rosana e seu marido, o síndico Marcos, a participação dos moradores em reuniões de condomínio em geral é muito baixa e a mobilização deles para eventos sociais é sempre difícil. A própria oficina serviu para ilustrar a falta de interesse dos moradores por eventos coletivos, pois mesmo residindo aproximadamente 300 pessoas, participaram desse nosso encontro menos de 20, incluindo nessa conta algumas crianças. Importante mencionar que dentre os participantes se faziam presentes diversas pessoas que não mais residem no conjunto, tratava-se de ex-moradores e seus familiares. Notamos que percebendo o baixo comparecimento dos moradores, Rosana e Marcos teriam se movimentado para conseguir que conhecidos – aqueles que se envolveram mais ativamente na produção do empreendimento – participassem da nossa oficina. O que se percebeu a partir dessa situação é que muitos beneficiários do PCS alugaram suas moradias ou as cederam para parentes e conhecidos, o que alguns deles fizeram sem jamais ter residido no conjunto. Em outras palavras, alguns beneficiários nunca foram moradores do Mar Vermelho I. Contudo, ainda que o número de participantes não tenha sido tão expressivo quanto o esperado pelo grupo de moradores, ficou nítido que os poucos presentes conheciam a história do conjunto e estavam dispostos a compartilhar aquilo que recordavam do processo.

O local reservado para a oficina foi o salão de festas do condomínio, espaço que originalmente foi destinado ao telecentro e que hoje conta com mobiliário e demais equipamentos necessários para eventos. A estrutura do local facilitou a montagem

de diferentes áreas para projeção, exposição de fotos e lanche. Para organização do espaço tivemos o auxílio de alguns moradores na limpeza de banheiros, na vedação das janelas para facilitar a visualização da projeção e para recrutar alguns vizinhos. As fotos impressas se mostraram mais uma vez atrativas aos participantes e importantes ao processo de aproximação da equipe aos moradores.

Iniciamos a oficina com breve apresentação do tema da pesquisa e de seus participantes. Tomando como referência a Oficina do Villarégia, não tratamos do conceito de autogestão e nem mesmo fizemos menção ao contexto histórico dessa produção no município. Além dos membros da pesquisa, estavam presentes Leta, que atuou como assessora técnica na fase de obra durante a autogestão, e Silke Kapp, que é coordenadora do grupo MOM e já tinha se envolvido nas discussões do processo de projeto participativo do conjunto.

Em conversa inicial Geralda, então coordenadora da ASCA, foi apontada como liderança de referência da associação, aquela a quem recorriam quando tinham dúvidas ou precisavam de alguma ajuda no processo. Também mencionam, sem muita certeza dos motivos, que parte dos participantes do grupo inicial foi excluído do processo. As primeiras fotos geraram comentários sobre o reconhecimento da área antes do início da obra e sobre a existência do parque com nascentes e curso d'água nas proximidades do terreno. Repassando a troca de terreno, alguns apontaram como positiva a localização do conjunto ao mesmo tempo em que evidenciaram a falta de serviços próximos e maior variedade de comércio. Do mesmo modo, lembraram a realização de "maquetes" para simular a distribuição de cômodos do apartamento em reuniões na PUC e diversos encontros na UFMG para discussões de projeto. Dizem ter tratado de questões tais como: opções por um ou dois quartos; quantidade de janelas para favorecer alternativas de divisão interna; posição do banheiro; cores etc. Nesse ponto fica evidente que houve espaço para tomarem decisões acerca das unidades habitacionais e nenhuma sobre as áreas comuns.

Explicitando que não puderam se envolver na concepção da volumetria ou da implantação, o grupo presente à oficina fez questão de enfatizar a distinção do conjunto Mar Vermelho I em relação a outros conjuntos populares. Nesse sentido, teceram alguns comentários negativos como "o conjunto é muito diferente", "tem muito espaço externo para cuidar, é grande demais", "é de manutenção difícil", destacando a dificuldade em lidar com as áreas comuns. Exemplificaram também

com o problema da encosta em processo de erosão e o excesso de áreas de circulação para limpeza. Ao final desse debate, no que parece ter sido uma tentativa de convencimento – demonstrando haver uma certa autoridade dos atuais administradores do condomínio sobre os demais moradores – o síndico discordou de que a implantação tenha sido um problema, pois, segundo ele, em outros conjuntos de interesse social os blocos de apartamentos são muito próximos uns dos outros e não se tem espaço suficiente para atividades externas, apontando como positivo o empreendimento dispor de áreas amplas e iluminadas.

Sobre a obra, em especial sobre os mutirões, os participantes comentaram a distribuição de tarefas por grupos responsáveis por atividades como: organização e limpeza do canteiro; retirada de pregos das tábuas; cuidado com as crianças; plantio de grama para tratar encosta; "viração de massa" para concretagem das lajes; almoxarifado e cozinha. Leta lembrou que uma das moradoras da vizinhança chegou a fornecer alimentação para os mutirões. As mulheres presentes recordaram que o preparo das refeições ocorria em espaço cedido no Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) nas imediações da obra. Uma das moradoras chegou a reclamar: "só tem retrato de obra e reunião, quem ficava na cozinha não aparece nas fotos". Alguns citaram a construção do forno de pizza que foi criticado pela falta de cobertura por uma moradora que mencionou que a situação impossibilitava seu uso mais frequente. Perguntados sobre experiências prévias em obra, muitos responderam que não tinham, mas que houve alguns treinamentos na PUC. Leta confirmou se tratar do curso Construção e Cidadania. Os participantes também mencionaram que tinham boa relação com os vizinhos do conjunto União, que passou por uma transformação e hoje tornou-se um conjunto habitacional formalizado. Numa confirmação de que as aproximações realizadas durante a fase de projeto funcionaram, eles comentaram que havia respeito entre eles e que os vizinhos "não entravam no terreno sem permissão".

Evidenciando o desconhecimento do grupo acerca de muitas questões importantes do caráter dessa produção, alguns relataram que a mudança da modalidade de gestão do empreendimento teria sido ocasionada pelo fato de que os mutirões eram muito "pesados" e que a mão de obra composta basicamente por mulheres dificultou continuidade por esse arranjo. Um dos participantes chegou a dizer: "o trabalho foi ficando muito pesado para as mulheres, por isso foi necessário contratar uma construtora". Marcos, por sua vez, aponta também a falta de compromisso com o trabalho da parte de alguns mutirantes, apesar de considerar a experiência boa. Já o relato dos demais presentes à reunião, levam a

crer que havia desconfiança acerca da gestão do dinheiro que “estava pouco. Parece haver uma crença generalizada de ter sido por falta de recursos financeiros, ou por uma má administração do dinheiro, que a obra foi interrompida. Contudo, eles não souberam explicar o motivo. Nesse momento, Leta interferiu explicando a difícil relação com a CEF e esclareceu que o orçamento defasado somado ao *boom* de construção daquele momento fez elevar o preço de serviços e materiais. Por fim, ela contou que foram considerados devedores pela CEF e que os repasses não eram suficientes para execução das etapas necessárias. A ex-assessora deixou claro que esses foram os motivos que realmente acarretaram a transferência da autogestão da ASCA para o controle do poder público e a consequente substituição dos mutirões e frentes remuneradas por empreiteiras.

No entanto, confirmando a dificuldade de diálogo entre membros da assessoria técnica e beneficiários, parece que ninguém realmente compreendeu a explicação da Leta. Além disso, os comentários realizados durante a oficina indicam existir até hoje um sentimento generalizado de que onde se lida com dinheiro há corrupção. Também se esclareceu que os presentes têm pouca noção do significado da autogestão e parecem reduzi-la aos mutirões. Ainda, no geral, parecem ter uma imagem muito negativa dessas atividades conduzidas aos finais de semana, como se tivesse sido algo que não deu certo, até mesmo assumindo parte da responsabilidade por isso.

Muitos apontaram prejuízos com a paralisação das obras e lembraram da troca de empreiteiras após a mudança da autogestão para gestão pública. Segundo eles, confirmando o relato de Francisco, ao todo foram três empresas contratadas para finalização dos serviços e que nem tudo foi entregue como previsto. Foram feitas críticas quanto ao longo tempo do processo de produção do edifício. De acordo com uma moradora, melhor seria ter licitado a obra para uma construtora desde o início.

Uma das participantes, Dona Carmen, questionou se de fato eram donos do apartamento, já que até aquele momento não tinham documentação comprobatória da propriedade. Evidenciando seu baixo domínio do processo, essa mesma participante perguntou à Leta o motivo de não terem sido construídas casas geminadas, que, segundo ela, era o prometido inicialmente pela prefeitura. Leta, em resposta, informou que desde sua entrada no projeto estavam previstos apartamentos e não casas.

Quando apresentada a imagem da volumetria final do edifício os presentes lembraram que foi decidido fechar a área do *pilotis* para construção de seis lojas, o que consideram como algo positivo. Já a imagem da perspectiva da unidade habitacional revelou que após a entrega das chaves vários moradores intervieram em seus apartamentos. Uma moradora mencionou que a ideia era entregar um *loft* e que posteriormente poderia ser acrescentado um quarto. Mencionando a falta de revestimentos, disseram que foi um ponto negativo precisar finalizar os apartamentos por conta própria. Apesar disso, há muitos comentários positivos quanto ao empreendimento em si, tal como conotam os termos que apareceram nos comentários dos presentes: "valeu a pena"; "vizinhos todos conhecidos"; "proximidade"; "confiança" "convivência"; "casa própria". Ao mesmo tempo, aparecem também comentários do tipo: "mas não veio todo mundo", "tem penetra" etc.

Ao final da oficina vários moradores e demais participantes (ex-beneficiários e seus familiares) levaram as fotos como recordação e alguns agradeceram pela exposição. Notamos que houve o mesmo tipo de reação observada na oficina do Villarégia, muitos expressaram gosto e alegria em reconhecer os vizinhos e se verem representados.

Como balanço, entendo que a oficina serviu para confirmar a falta de compreensão do grupo sobre o significado do processo autogestionário e sobre elementos básicos da história da produção do conjunto. Também é bastante evidente que não houve autogestão de fato pelos sem-casa, afinal, participaram limitadamente do projeto e da obra, mas não da gestão dos recursos ou de decisões fundamentais do arranjo produtivo do empreendimento. Além disso, essas questões, apesar de o empreendimento ter sido construído a menos tempo, muito diferente do que ocorreu nos conjuntos da 1ª geração, é nítida a renovação dos moradores ao longo dos anos.

4.4.4.1. Entorno, usos e a gestão do cotidiano

O conjunto Mar Vermelho I está localizado à Rua Mar Vermelho, no Bairro Serra Verde que faz parte da Regional Venda Nova, no limite dos municípios de BH, Vespasiano e Santa Luzia (Figura 144). O entorno imediato da área, como tratado antes, tem ocupação marcada pela presença de grandes equipamentos como é o caso da Cidade Administrativa de Minas Gerais, do CEVAE e de uma unidade do Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST-SENAT), além da reserva ambiental do Parque Estadual Serra Verde.²⁴ No entanto, é preciso enfatizar que a situação do Mar Vermelho I é distinta da de outros empreendimentos da 1ª geração, haja vista sua localização não tão privilegiada quanto a dos demais. Quando o terreno foi conquistado pela ASCA, o Serra Verde era um bairro de ocupação relativamente recente e por isso pouco adensado (Figura 145). Era o que poderia ser caracterizado como uma periferia rechaçada da região norte de Belo Horizonte que só ganhou maior visibilidade e conseqüentemente nova dinâmica e desenvolvimento anos mais tarde, especialmente após as mencionadas obras da Linha Verde e da Cidade Administrativa.

Também diferente do que ocorreu no Villarégia e no Urucuia, os moradores do Mar Vermelho I têm origem muito distante do empreendimento. Todos os beneficiários do PCS que responderam ao questionário individual dizem que viviam de aluguel ou de favor em moradias localizadas nas regiões Oeste ou Barreiro da cidade.²⁵ Tais regiões são diametralmente opostas e as mais afastadas da região Venda Nova em que vivem atualmente.²⁶

²⁴ O CEVAE oferta curso sobre educação ambiental e capacita moradores no cultivo de plantas e hortas comunitárias. Já o SEST-SENAT oferece serviços de saúde, cursos de formação e especialização em diferentes áreas do conhecimento e conta com equipamentos de esporte e lazer para seus associados.

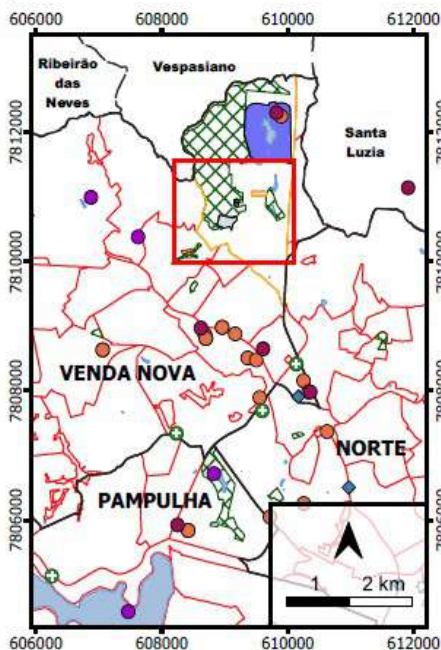
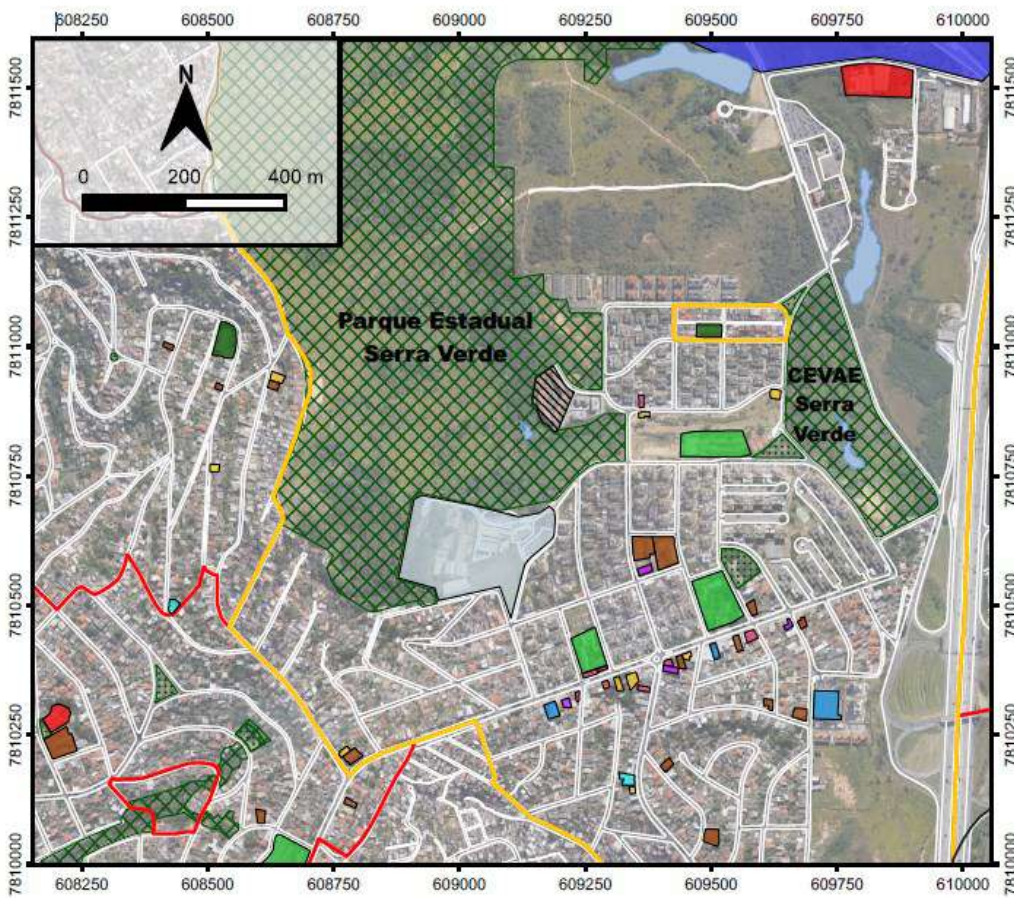
²⁵ Nos bairros: Barreiro, Cardoso, Cabana, Ademar Maldonado, Betânia e Bairro das Indústrias.

²⁶ Uma vez que houve adesão de menos de 17% dos moradores à pesquisa, diferente do estudo de caso do conjunto Villarégia, não usarei estimativas para comentar as respostas das entrevistas feitas no Mar Vermelho I.

ao lado
 Figura 144: Mapa de inserção urbana do conjunto Mar Vermelho I

Fonte: Produzido no âmbito do projeto de pesquisa, 2020

INSERÇÃO URBANA: RESIDENCIAL MAR VERMELHO I / RSV



Legenda

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| Mar Vermelho I / RSV | Templos religiosos |
| Parques | Praças |
| Lagoas | Pontos de ônibus |
| Sest Senat | Estações de metrô |
| Cidade Administrativa | Hospitais |
| Padarias | Shopping centers |
| Supermercados | Centros culturais |
| Mercados de hortifrutigranjeiros | Instituições de ensino superior |
| Bares | Limites regionais e municipais |
| Ensino infantil (rede pública) | Limites municipais da RMBH |
| Ensino fundamental (rede pública) | Limites entre bairros de BH |
| Escolas particulares (inf. e fund.) | Limites do Bairro Serra Verde |
| Postos de saúde | |

Fontes: Google.cn Satellites, Prodabel, Google Maps
 Sistema de coordenadas: WGS84 / Zona 23S

ao lado

Figura 145: Localização do conjunto (imagem de satélite de 2008 e 2022)

Fonte: Produzido por mim a partir de imagem do Google Earth, 2020



Tamanha discrepância resulta do fato de que a ASCA, ligada aos sem-casa do Bairro Betânia e região, foi a única associação contemplada nesse empreendimento. Como já foi assinalado a partir das considerações de Maria Auxiliadora, moradora do Fernão Dias, essa condição contribuiu para que se verifiquem vários problemas no pós-ocupação, haja vista que a priorização de áreas próximas à origem das famílias favorece muitos aspectos a elas imprescindíveis, como é o caso da manutenção de empregos e outras fontes de

abaixo

Figura 146: Proximidade do conjunto Mar Vermelho I com outros conjuntos habitacionais de interesse social

Fonte: Produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão, 2022

renda, o uso de equipamentos já conquistados (escola, creche e posto de saúde) e a continuidade de ciclos virtuosos pré-estabelecidos na vizinhança.

Predominantemente residencial, o bairro conta com diversos conjuntos habitacionais, dentre eles, os de interesse social tal como o União (agora denominado Novo Conjunto União ou Serra Verde) e Minas Caixa (Figura 146). Por ser uma região assinalada por barreiras naturais e físicas – encostas de declividade acentuada; APP com presença de diversas nascentes e cursos d'água; e sistema viário da Linha Verde – o conjunto se articula de maneira precária com os bairros do entorno, a exemplo do Minas Caixa, Europa e Canaã. E embora os equipamentos públicos (creches, escola e posto de saúde) e o comércio local da região – conformado sobretudo por pequenos mercados, bares, padarias/confeitarias, salões de beleza – sejam pouco diversificados e um tanto distantes para percursos a pé (realizados entre 10 e 30 minutos), em sua maioria, os moradores afirmam que o conjunto está bem localizado (Figuras 147 e 148). Mas, contraditoriamente, muitos dos entrevistados dizem também sentir falta de vários serviços, especialmente, de bancos e lotéricas assim como de equipamentos de lazer e esporte que, quando demandados, precisam ser acessados em bairros vizinhos. Além disso, muitas das mulheres falam da insegurança da região e declaram ter receio de caminhar desacompanhadas, mesmo durante o dia. Como exemplo, Rosana descreve o trajeto até o posto de saúde como perigoso. No geral, seja pela insegurança ou pela distância, as pessoas realizam deslocamentos por transporte particular (veículo próprio ou de aplicativos) ou ônibus.



abaixo e na página seguinte

Figura 147 e 148: Mapas de equipamentos públicos e estrutura viária nas imediações do conjunto Mar Vermelho I

Fonte: produzido no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão, 2022

Mencionando as dificuldades para acessar alguns equipamentos, Rosana afirma que já foi feito um esforço por alguns poucos moradores, ao que parece pelo grupo de conselheiros do condomínio, para que reativassem o antigo posto de saúde localizado menos distante do conjunto. Contudo, segundo ela, a tentativa teria sido inútil, visto que a associação de moradores do bairro “tem gestão muito conservadora” e também “não aceita política para conquista de novas áreas”.²⁷ De fato, nenhum dos moradores destacou conquistas de equipamentos coletivos no pós-ocupação. As poucas áreas consolidadas após a finalização da obra se encontram dentro do próprio empreendimento e parecem ser resultado de um esforço contido às poucas pessoas responsáveis pela administração do condomínio.



Equipamentos públicos da área do Conjunto Mar Vermelho I (RSV)

Conjunto autogestionário de Belo Horizonte

Mar Vermelho I

Atrativo turístico

CEVAE Serra Verde

Centro de Inclusão Digital

Centro de Inclusão Digital

Educação

- Escolas Particulares
- Escolas Municipais de Ensino Fundamental
- Escolas Estaduais
- Creches Conveniadas

Esporte e lazer

- Academia à céu aberto
- Campo de futebol

Malha Urbana

Praças

Saúde e bem estar

Centro de saúde

Serviços Comerciais

- Bar ou restaurante
- Cartório
- Confeitaria
- Distribuidora de bebidas
- Igreja
- Loja de automação

Loja de móveis

Loja de vestuário

Salão de beleza

Sorveteria



Fonte dos dados: Prefeitura de Belo Horizonte e Google Maps

²⁷ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Mar Vermelho I em 19 fev. 2020.



Estrutura viária da área do Conjunto Mar Vermelho I (RSV)

Conjunto autogestionário de Belo Horizonte

Mar Vermelho I (RSV)

Classificação viária

Arterial

Coletora

Ligação regional

Local

Faixa de rodagem de rodovia

Faixa de rodagem de rodovia

Pontos de ônibus

Pontos de ônibus



Quando visitei o conjunto pela primeira vez em fevereiro de 2019, Francisco fez questão de apresentar essas intervenções: uma área cimentada que contempla postes de iluminação que é usada como campinho de futebol e outras práticas esportivas (Figura 149); uma área residual gramada que recebeu o plantio de árvores frutíferas; o espaço reservado ao telecentro posteriormente convertido em salão de festas que é atualmente usado para eventos pelos moradores e reuniões de condomínio; e as lojas com usos diversos. Tanto o salão de festas quanto as lojas são alugados por valor simbólico que é revertido para obras e manutenções do próprio condomínio, como se esclarece no depoimento de Francisco:

Quando recebemos o prédio havia-se promessas de ter um Telecentro aqui onde nós usamos hoje como um salão de festas, sala de reunião e com o dinheiro da loja tamo construindo uma quadra pras crianças, não tá ainda no que deveria não, mas tamo chegando lá. Construímos essa quadra, construímos não, estamos construindo essa quadra e temos projeto de fazer uma churrasqueira aqui embaixo nessa área toda [demonstrando parte do espaço externo posterior]. E só para registro, esse lindo pé de manga aqui foi plantado por uma criança que na época tinha três anos de idade.

ao lado

Figura 149: Quadra na área de uso comum

Fonte: meu acervo pessoal, 2020



Em outra ocasião, já em 2020, Rosana nos mostrou sua loja, que é usada para confecção de roupas (Figura 150), e comentou que os demais espaços têm usos produtivos como serralheria, hamburgueria *delivery* e escritório de direito. Os serviços são geralmente fornecidos para os próprios moradores do conjunto. Ela também falou que cobram uma taxa de uso de R\$120,00 para essas lojas e, recordando a proposta original, garantiu que se fossem voltadas para rua – como previsto em projeto, mas vetado pela CEF e pela PBH –, os usos não seriam tão limitados e seria possível aumentar o valor do aluguel.



Figura 150: Apropriação de uma das lojas como espaço de confecção de roupas

Fonte: meu acervo pessoal, 2020

ao lado

Embora grande parte dos moradores afirmem se sentirem minimamente representados pelo conselho responsável pela administração do condomínio,¹ muitos deles dizem desconhecer como são gerenciados os recursos e alguns dão a entender que há uma centralização e até mesmo certa manipulação desse grupo para tomada de decisões.

Ficou nítido durante as visitas ao conjunto que ordem e controle são aspectos muito cultivados pelos responsáveis pela sua administração, ainda que não exatamente priorizados pelos demais moradores com quem conversei. Além de grades colocadas nas portas e janelas de quase todos os apartamentos que indicam problemas de segurança no empreendimento (Figura 151), diversas câmeras de vigilância assim como cartazes com frases sobre organização, limpeza e cuidado estão afixados pelas áreas de uso comum de todo o condomínio (Figuras 152 e 153). Se por um lado tais ações buscam coibir problemas bastante recorrentes em grandes conjuntos habitacionais — como desordem dos espaços compartilhados, tráfico de drogas, roubo e violência — de outro, alguns moradores parecem se sentir reprimidos por essas imposições feitas pelo síndico e seus conselheiros, que também entendendo acabam sendo reforçadas pela concepção panóptica das edificações do Mar Vermelho I. Dentre as pessoas insatisfeitas com essa condição consta Silvana, que diz identificar vários problemas de convívio no condomínio e que eles estariam relacionados à condição de não poderem participar e expressar sua opinião. Sobre esse aspecto ela afirma: “Não tenho muita voz aqui. Nossa opinião não vale de nada. As pessoas daqui têm pouco estudo, não têm sonho, acham que isso daqui é muito bom. É tudo gente muito humilde”,² indicando que, pela condição socioeconômica que ocupam, as famílias seriam facilmente manipuladas por seus representantes.

É possível supor que esse sentimento expressado pela moradora seja um vestígio dos problemas que ocorreram durante a produção do conjunto. Afinal, Francisco e Rosana, ambos conselheiros, dão explicações que confirmam haver espaço para que os moradores se envolvam nas escolhas feitas para o condomínio. Mesmo que eles indiquem que quase todas as decisões do conjunto — desde questões financeiras, passando por reformas, eventos e planejamento para viabilizar projetos futuros — partam desse grupo específico, também esclarecem que são

¹ Realizada por um conselho condominial formado por um síndico, um subsíndico e mais três conselheiros.

² Pesquisa de campo realizada no Conjunto Mar Vermelho I em 19 fev. 2020.

abaixo

Figura 151: Circulação externa aos apartamentos do Mar Vermelho I

Fonte: meu acervo pessoal, 2022

necessariamente convocadas reuniões para definições coletivas. Eles informam que cumprem esse papel proativo e um tanto centralizador não por sua imposição, mas por necessidade. Afirmam que a adesão das famílias às reuniões é muito baixa, normalmente, menos da metade delas participa dessas assembleias deliberativas. Francisco, demonstrando estar ciente do que pensam seus vizinhos comenta: “depois reclamam das ações que a gente toma, que são aprovadas por quem desceu e participou da reunião, depois eles vêm e reclamam em cima disso, mas isso aqui é normal”. Revela-se assim que houve uma transferência da postura pouco participativa, praticada pela maior parte dos beneficiários durante as fases de projeto e obra, para a gestão cotidiana do conjunto.



na página anterior e ao lado

Figura 152 e 153: Avisos e câmara de vigilância nas áreas comuns do Mar Vermelho I

Fonte: fotos de Érico Silva, 2022



Se no Villarégia e no Urucuia são principalmente as antigas lideranças da ASCA que ainda cumprem o papel de administrar a vida coletiva — sobretudo, na articulação para obter obras e manutenções nos conjuntos — no Mar Vermelho I, sem constarem dentre os beneficiários membros da associação, coube às pessoas mais ativas no processo de produção assumir o papel organizador e gestor do empreendimento. Embora Francisco e Rosana afirmem ter ainda contato com membros da associação, sobretudo, na busca por suporte à solução de conflitos internos — como a inadimplência de certos condôminos — fica claro que não há uma relação de dependência tão forte como aquela que se verificou no pós-ocupação do Urucuia com a ascendência de novas lideranças. Os problemas do dia-a-dia são, no geral, mediados e resolvidos internamente por meio da estrutura condominial que as próprias famílias articularam.³

Confirmando que quando incorporados, mesmo que precariamente, os processos e os preceitos da produção autogestionária (e não somente das atividades mutirantes) é possível verificar a persistência do exercício autônomo do processo de trabalho para criar e planejar no pós-ocupação assim como para consolidar laços afetivos que aproximam as famílias, Francisco esclarece:

Por incrível que pareça uma parte da equipe é unida até hoje, às vezes tem que fazer uma capina e junta o mesmo pessoal da equipe de obra praticamente, é só eles que vão. Quando vai fazer algum almoço lá embaixo

³ No Conjunto Santa Rosa II também se organizou uma estrutura de condomínio onde existe um síndico geral e um responsável por cada bloco.

[vai a mesma] equipe que era da cozinha na época [...]. [O processo] foi bom para o crescimento do condomínio para convivência dos futuros moradores e criou também um laço de amizade que não vou te dizer que seja 100%, digamos que 5% dos moradores que estavam no mutirão criaram um laço de amizade que dura até hoje. [...]. Na minha opinião, toda obra pública para moradia deveria ter participação das pessoas que vão morar lá, mesmo que elas não vão para “trabalhar no pesado”, aquelas algumas horas juntas vão melhorar muito o relacionamento [pra] quando eles forem precisar de propriamente morar juntos. Seria importantíssimo continuar, mas eu acho que no Brasil nós não vamos mais esse tipo de integração, não vai ter mais.

Mas como explicita o depoimento, a situação não se transfere à maioria. Na pesquisa realmente se constata que são poucos os moradores que dizem ter contato com os vizinhos e se envolver em eventos coletivos. Apenas algumas festas constituem exceções. A festa junina promovida anualmente por Rosana, por exemplo, é evento mencionado por vários moradores. Sobre essas atividades, Francisco conta: “lá embaixo, no salão, a gente faz uma reunião, a gente toma uma cerveja, joga truco de vez em quando, mas não é sempre não e são poucos. E nós também fazemos nossas festas juninas lá embaixo e desce praticamente 90% dos moradores”. Bem menos frequente são aqueles que afirmam ter algum vínculo com movimentos sociais, participar de atividades em favor da moradia ou ainda ter incorporado conhecimentos ou reconhecer transformações advindas dessa experiência.⁴

Em contraste, Dona Rosa, assim como várias mulheres da primeira geração, revela que a participação no processo de autogestão teve um peso importante na sua vida. Pelo que ela relatou, o marido tinha problemas com alcoolismo e a agredia com frequência. Depois que ela começou a se envolver na mobilização pela construção do conjunto, de cujos encontros relatou ter gostado muito de participar, acionou a polícia e conseguiu afastar o marido. Sendo assim, é possível inferir que a participação nos encontros e no mutirão a investiu de coragem para dar nova direção a sua vida e, além de tudo, serviu como uma distração da situação dolorosa pela qual passava na época e como fonte de esperança em um futuro mais estável.

⁴ Somente uma moradora, conselheira do condomínio, afirmou ainda participar das reuniões da ASCA, enquanto outra diz frequentar atividades da Pastoral da Moradia.

abaixo

Figura 154: Unidade habitacional sem modificações no Mar Vermelho

Fonte: Meu acervo pessoal, 2020

4.4.4.2. Intervenções na moradia flexível

Além das alterações pontuais verificadas nas áreas comuns do conjunto, foram observadas diversas reformas nas unidades habitacionais. Motivada pela diversidade das famílias e de seus variados modos de morar – a lembrar, resultado da participação de alguns dos futuros moradores na etapa de projeto – a possibilidade negociada junto à CEF de se construir um único quarto viabilizou interferências em quase todos os apartamentos do conjunto. Arlete é uma das poucas que preserva a moradia tal como foi entregue (Figura 154). Reclamando da falta de um segundo quarto e do desnível entre a cozinha e a sala que “molha tudo” quando faz limpeza, ela explica que tem vontade de fazer modificações, que só não são realizadas por falta de recursos financeiros.



Já nas demais unidades visitadas as intervenções são restritas. Afinal, diferente das casas assobradas do Urucuia e do Villarégia que dispõem de áreas livres individuais, no Mar Vermelho I elas se aplicam à um apartamento em conjunto habitacional multifamiliar sem chance de ampliações. Dito isso, é notável que as oportunidades ofertadas por esse projeto minimamente flexível são muito bem aproveitadas pelos moradores. Os diagramas a seguir ilustram arranjos diversos dessas intervenções (Figuras 157 a 159). Observam-se além da pintura e instalação de novas esquadrias, revestimentos e armários, os fechamentos da sala para acréscimo de um ou até dois quartos, a delimitação ou ampliação da área de

abaixo

Figuras 155 e 156: Distribuição espacial do apartamento sugerida no manual de utilização do imóvel e planta da unidade habitacional do Mar Vermelho I com anotações realizadas pela moradora

Fonte: Meu acervo pessoal, 2020

cozinha, a troca da posição de pontos hidráulicos para facilitar alterações na área de serviço, dentre outras alterações mínimas.

Em sua maioria, os moradores não relatam terem enfrentado dificuldades para proceder essas reformas que foram executadas por profissionais da construção civil ou por alguém da própria família. Como registro do que pode ou não ser alterado, alguns deles ainda guardam os projetos repassados pela assessoria técnica (Figura 155). Nos desenhos técnicos se observam algumas anotações com o planejamento da reforma (Figura 156). Somente Sheila, que vive em um dos pavimentos finalizados pelas empreiteiras que acabaram por assumir a obra, destacou que o marido, que é pedreiro, encontrou problemas para intervir no imóvel. Ela elenca os desafios: "paredes fora de nível, de esquadro, tudo desregular" e evidencia que "a reforma não ficou 'lá aquelas coisas'". Ela também fez questão de enfatizar que só foi possível fazer as alterações pois o marido tem experiência com obras.

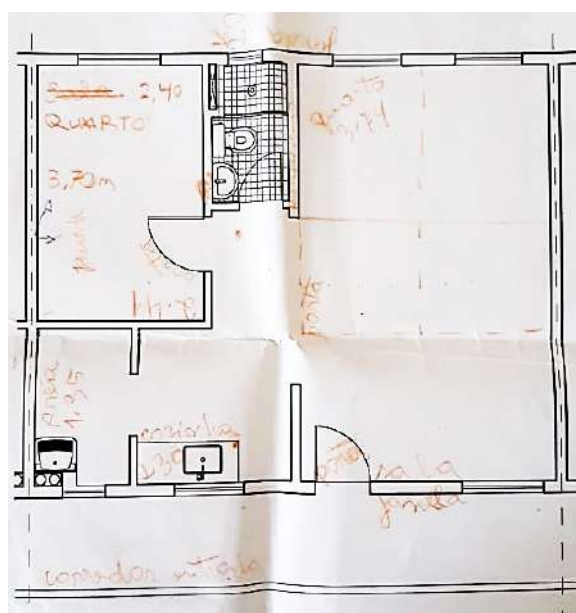
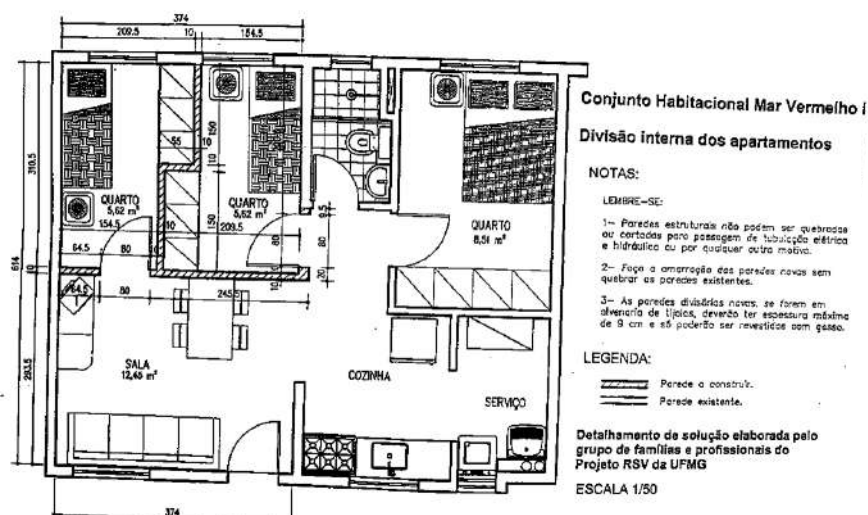


Figura 157: Diagrama do apartamento de Rosana e Marcos

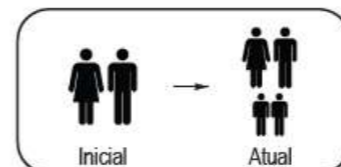
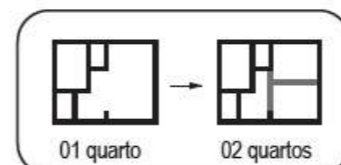
Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



Instalação de cerâmica nos pisos e paredes (cozinha e área de serviço)

Instalação de piso cerâmico e pintura nas paredes

Acréscimo de ponto hidráulico para máquina de lavar



Instalação de bancada alta para refeições

Instalação de armários



FACHADA FRONTAL

Construção de paredes para acréscimo de quarto

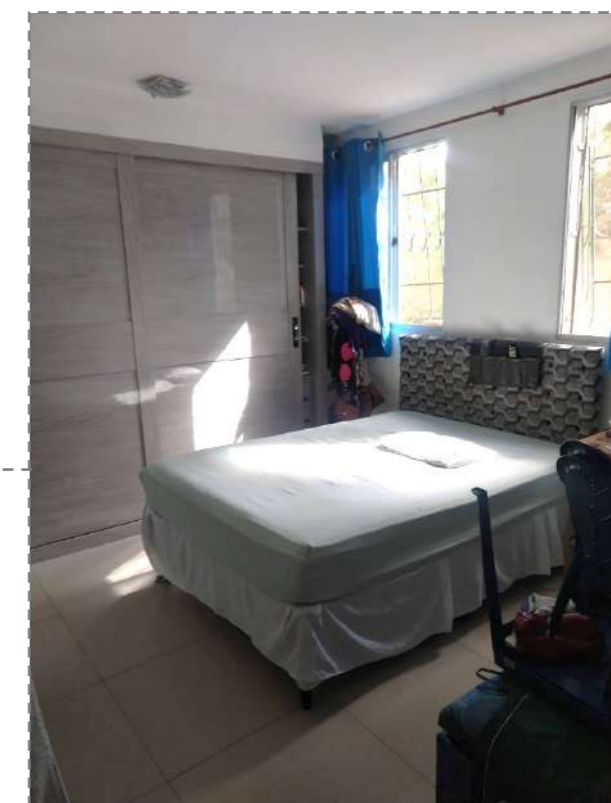
Inversão da posição da bancada com a do fogão

Instalação de piso cerâmico e pintura nas paredes dos quartos

Instalação de box e cerâmica nos pisos e paredes

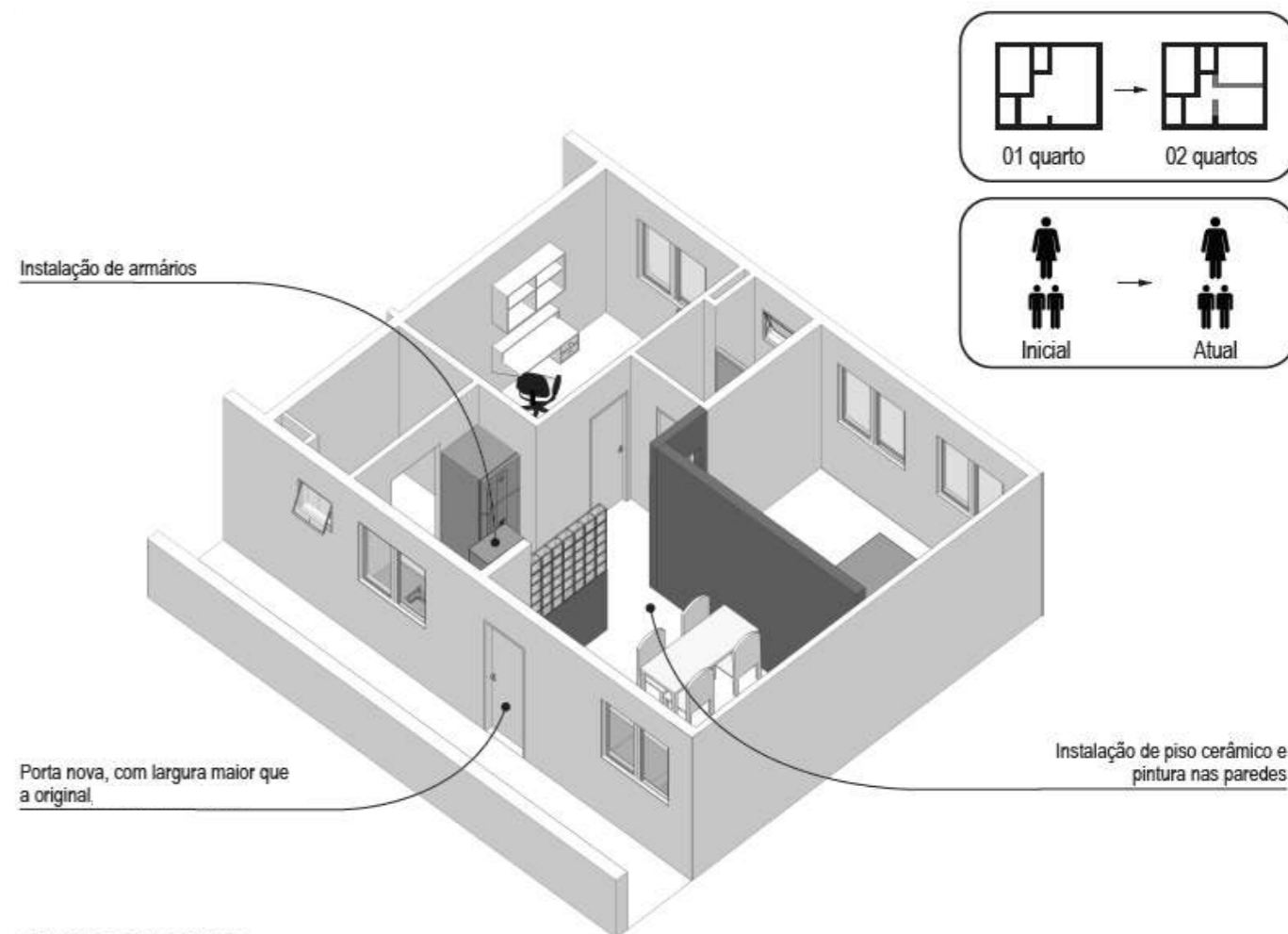
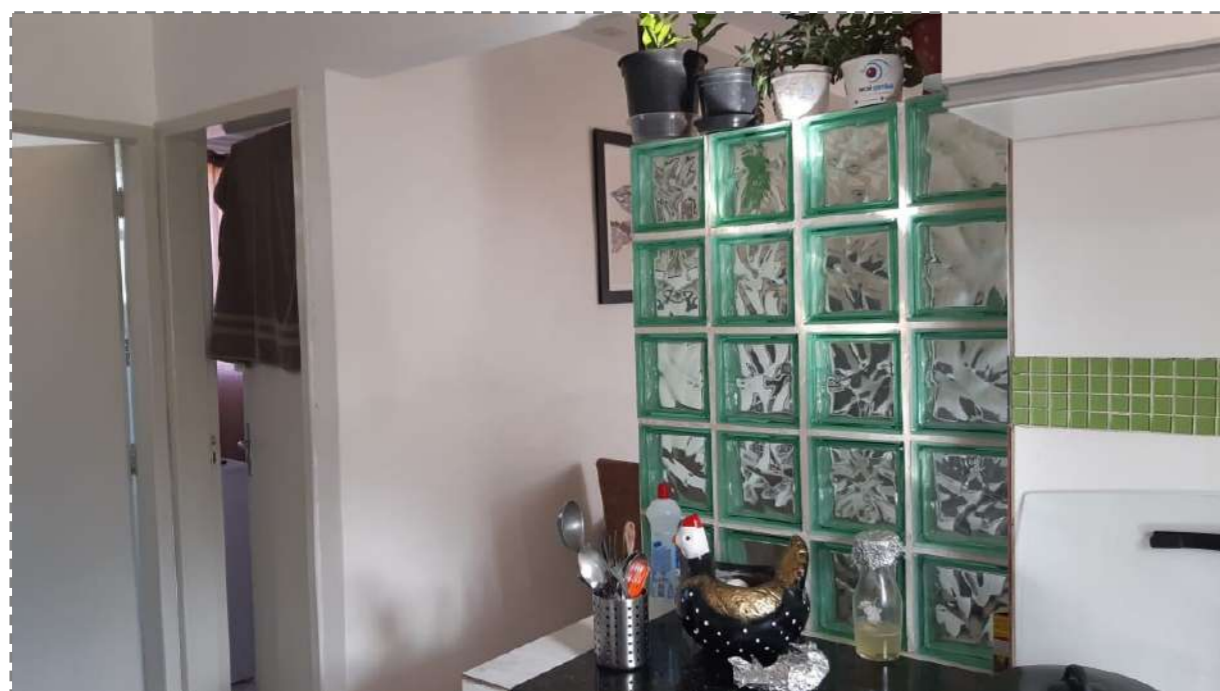
Instalação de armários

FACHADA POSTERIOR

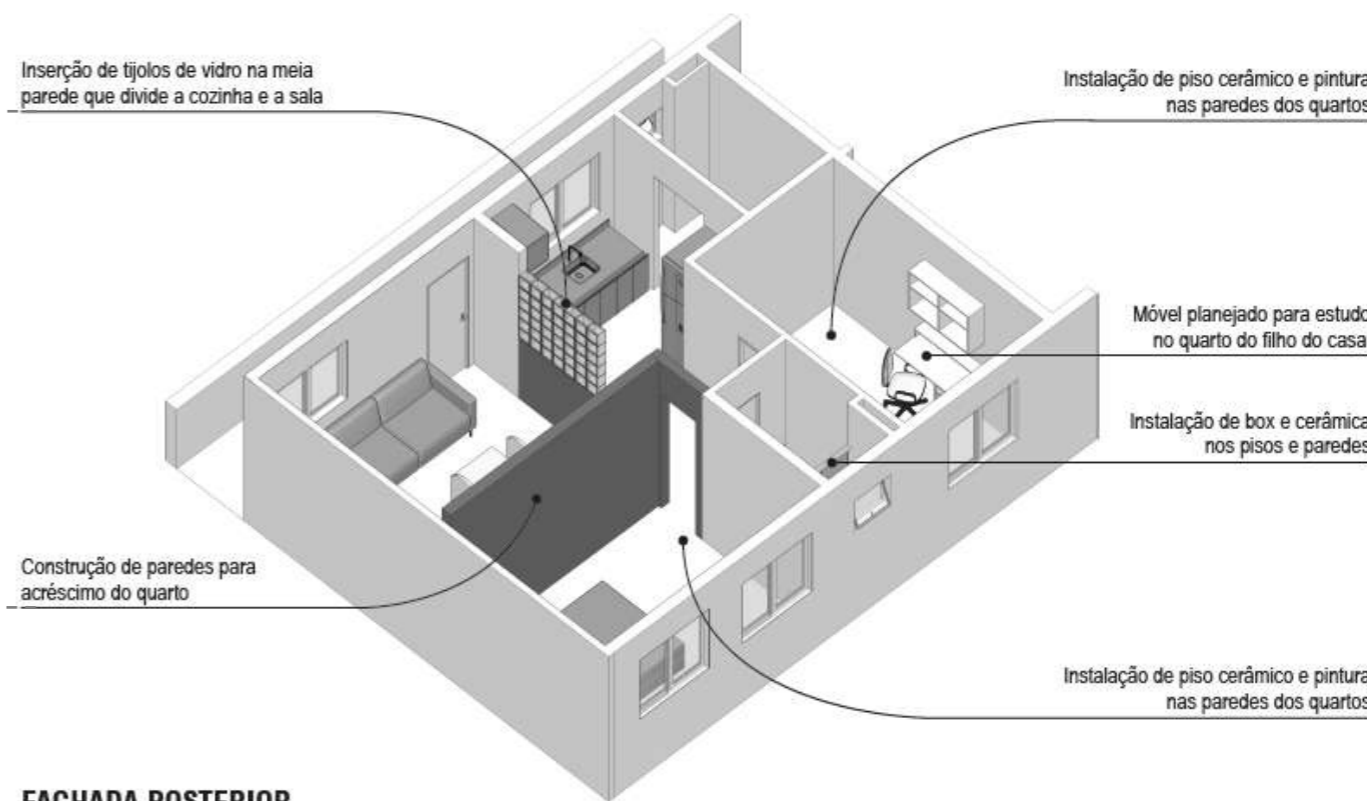


abaixo
 Figura 158: Diagrama do apartamento de Marluvia

Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



FACHADA FRONTAL

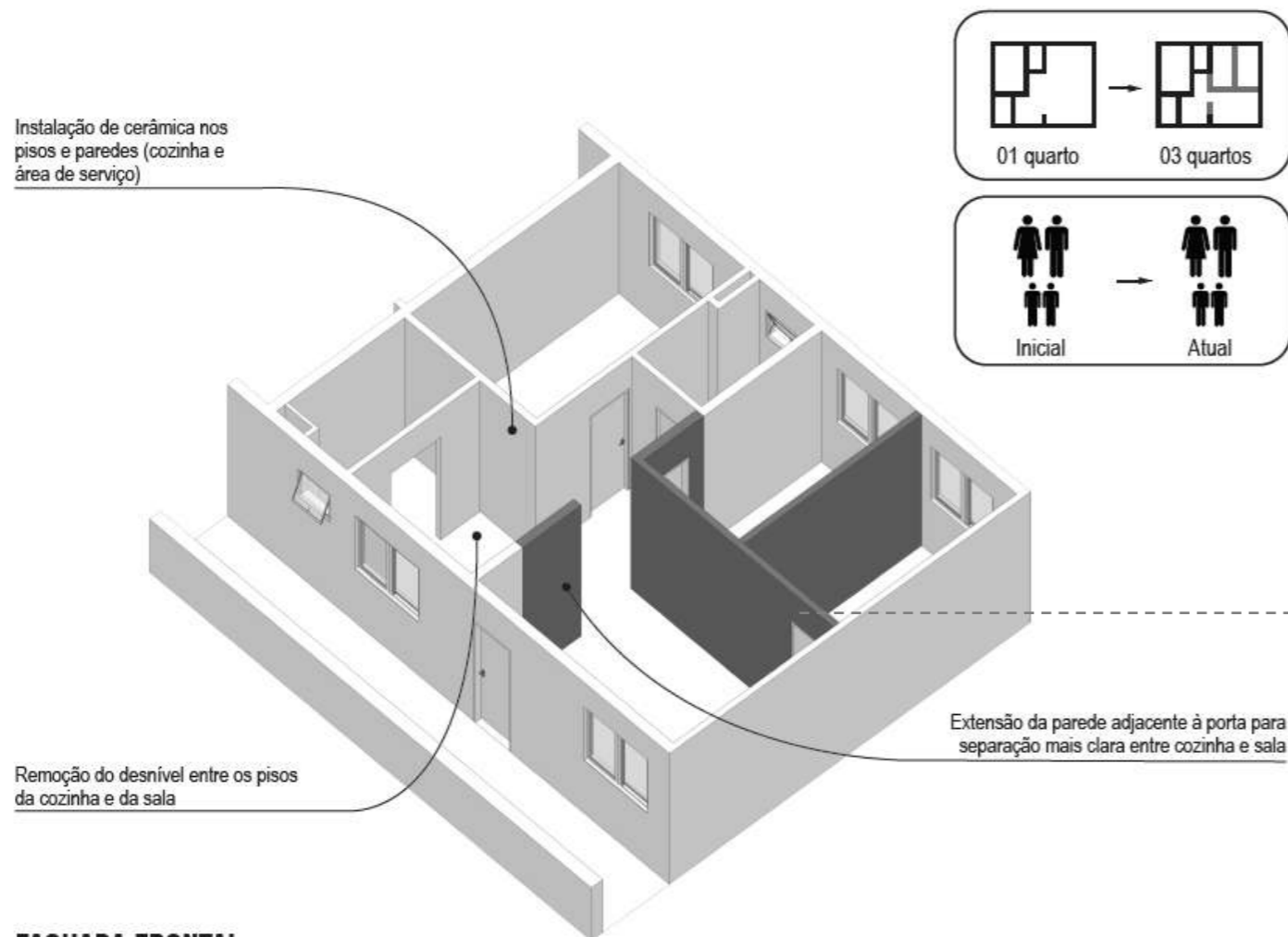


FACHADA POSTERIOR

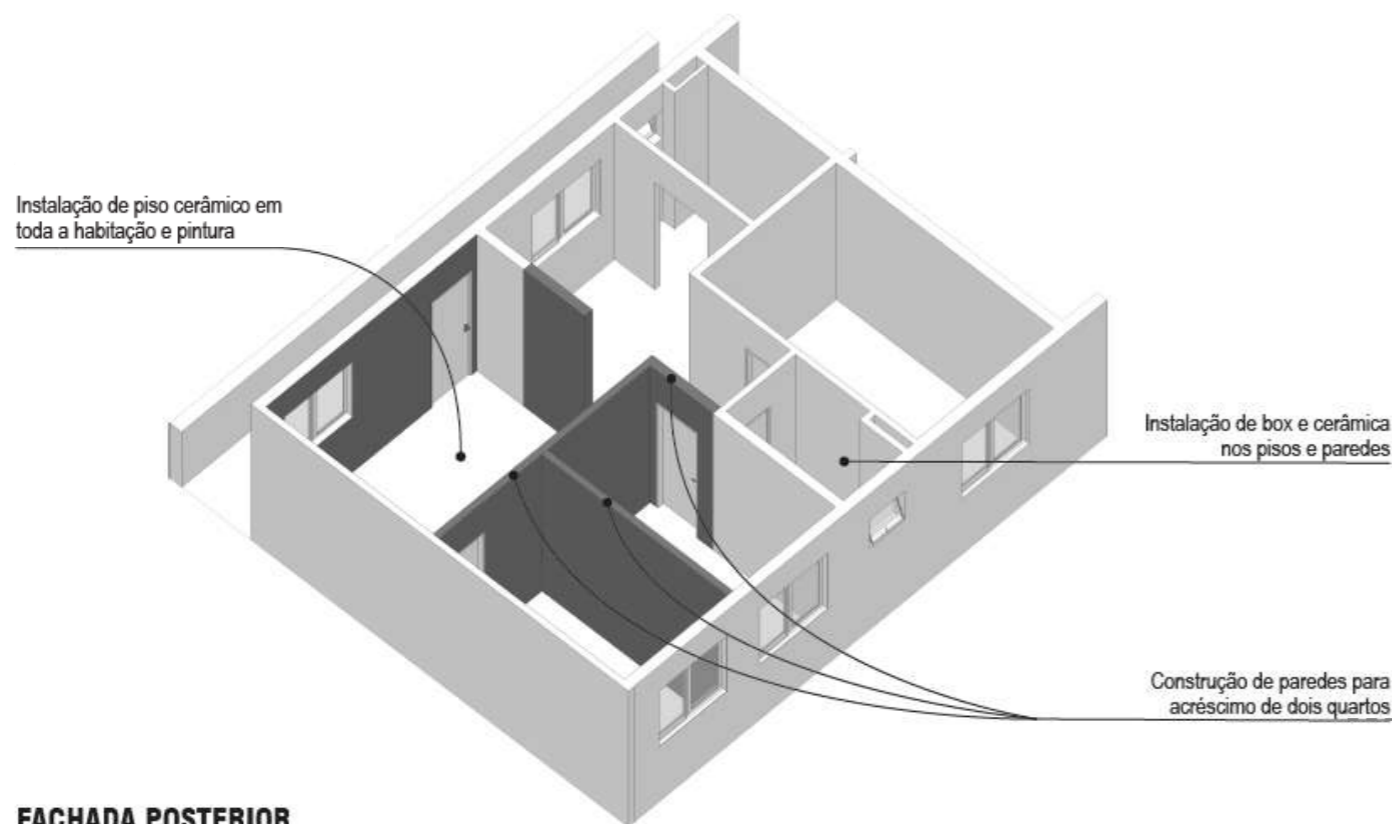
ao lado

Figura 159: Diagrama do apartamento de Rita

Fonte: Produzido por mim a partir de dados da pesquisa, 2020



FACHADA FRONTAL



FACHADA POSTERIOR

Uma crítica que pode ser aplicada a projetos de habitação que adotam a lógica da arquitetura aberta (*Open Building*), como ocorre no Mar Vermelho I, diz respeito ao modo como se articulam as decisões entre a instância comum (suporte) e a instância individual (recheio). Em teoria, o suporte deveria ser fruto das decisões tomadas conjuntamente pelos moradores, mas a separação do edifício entre uma instância fixa e outra modificável deu margem para que a estrutura permanente fosse decidida de forma heterônoma, isto é, sem qualquer tipo de participação. Na medida em que as possibilidades de modificação se restringiram ao espaço particular da habitação as relações também ficaram potencialmente mais precárias, afinal, inibiram articulações coletivas e reflexão sobre o espaço de uso comum.

De todo modo, é preciso reconhecer que a flexibilidade dada no projeto da unidade habitacional, convertida nessas várias reformas, faz frente à padronização e à rigidez típicas das habitações de interesse social. Embora muito limitadas, as intervenções nos apartamentos do Mar Vermelho I demonstram que houve uma tentativa bem sucedida de ultrapassar as limitações impostas pelas tecnicidades e burocracias do poder público e, sobretudo, de considerar e respeitar minimamente o perfil das famílias.

4.4.4.3. Fragilidade de permanência e outras adversidades

Segundo Francisco, nem mesmo 40% dos beneficiários do programa (aqueles que passaram pelo crivo da CEF) foram de fato morar no conjunto. Além de dizer que existem vários apartamentos ocupados por parentes, que moram ali de favor, e que outros dez apartamentos estariam alugados para outros residentes, o subsíndico aponta um problema ainda mais grave, o da vacância de várias unidades habitacionais. Ele confirma que são pelo menos sete apartamentos, ou seja, quase 10% do total de unidades habitacionais, que hoje estão sem qualquer uso (Figura 160). Mostrando um dos apartamentos vazios ele diz: "Tem gente que até hoje não deu as caras não alugou e nem apareceu. [...] Tem vários, tem alguns que até reformaram e não vieram". Ele afirma que já denunciou a situação à URBEL — órgão que entram em contato sempre que necessário — e acredita que essas pessoas não poderão receber a escritura do imóvel que deverá ser repassado a outro sem-casa cadastrado em um dos núcleos de moradia existentes.

ao lado

Figura 160: Apartamento sem uso no conjunto Mar Vermelho I

Fonte: Meu acervo pessoal, 2022



Confirmando a informação repassada pelo morador, Alair explica que a URBEL tem conhecimento de apartamentos vazios nos conjuntos Castelo I, Castelo II e Mar Vermelho I e que essas unidades já teriam sido identificadas. Segundo ele, em alguns casos, a família "apareceu" alegando ainda ser dona do apartamento. Em outros casos, estão em contato com os síndicos para que cuidem dos apartamentos. Diz também que estão em meio ao processo de elaboração de uma proposta a ser apresentada no CMH para reintegração dessas moradias, isto é, para ocupação deles por famílias do passivo do OPH. Em detalhamento ele expõe: "a gente tem que aprovar um critério dentro do Conselho e fazer a escolha, a seleção dessa família, de uma maneira formal, transparente, porque senão, se a gente tratar isso de uma maneira discricionária, provavelmente nós vamos cometer aí algumas irregularidades e vamos abrir brecha para outras situações que não são, digamos, aceitáveis ou recomendadas". Alair ainda acrescenta que a delonga nessa efetivação se deve ao fato de que estavam aguardando a resolução da situação junto à CEF, mas que como o Banco não agiu, vão ter que começar o processo de reintegração de maneira independente.

Além dos conjuntos mencionados pelo gestor público, também verifiquei vacância no Santa Rosa II. Na ocasião da minha primeira visita ao empreendimento, o grupo de moradoras entrevistadas mencionou haver entre cinco e sete apartamentos (aproximadamente de 10 a 14%) nessa condição. Curioso é que a nossa reunião foi feita em um desses apartamentos, no caso, o imóvel se encontrava totalmente mobiliado, mas sem ocupação permanente. Dália, a responsável pelo bloco em

questão, tinha as chaves e nos afirmou que sempre se reúnem ali quando necessário, pois a família beneficiária não vive de fato no condomínio. Nas suas palavras: “eles vêm, pagam o condomínio, mas ninguém mora”.¹

Em várias das entrevistas realizadas — até mesmo naquelas com os conselheiros do condomínio — pelos comentários, geralmente entrelinhas, que são feitos pelos moradores, é possível perceber um sentimento generalizado de que não gostariam de continuar a residir ali e que, talvez, até mesmo não precisem da moradia. Como exemplo dessa situação consta o depoimento de Arlete que afirma: “Tenho vontade de me mudar daqui. Aqui não quero fazer nada. Na outra casa tenho novos móveis”. Ao revelar ter outro imóvel, perguntei a ela a respeito, ao que ela disse orgulhosa ser proprietária de uma casa no município de Sarzedo em terreno de 360m² com quintal. Ela ainda contou sem constrangimentos que só aguarda o documento de propriedade do imóvel para poder se mudar do conjunto: “meu esposo está deprimido, virou outro por ter que morar aqui, não gosta de apartamento. *Muita gente mora aqui contra a vontade. Não vim com a intenção de morar, apenas de pegar o documento*”. Além disso, mencionou que o aluguel no conjunto custa R\$600,00, dando a entender que pretende alugar o apartamento assim que obtiver o título de propriedade.²

Mesmo que não o façam de maneira tão explícita quanto Arlete, outros moradores também insinuam o desejo de se mudar, enquanto outros afirmam já ter adquirido nova residência, lote ou sítio onde se dizem mais satisfeitos do que no conjunto. Para Francisco, o problema não é recente, pois bem como foi colocado muitas famílias beneficiárias nunca chegaram a realmente residir no Mar Vermelho I. Das palavras do morador se apreende que muitas dessas famílias realmente não tiveram intenção de fazê-lo: “Olha, assim, [pra] te falar bem específico o porquê, é difícil, mas uma boa parte usou isso aqui como especulação imobiliária”. Portanto, não é incorreto dizer que resultaram da produção autogestionária conjuntos financiados por recursos públicos (federal e municipal) com unidades habitacionais de interesse social sem qualquer uso e com inúmeras outras alugadas em decorrência de posturas “especulativas”.

Frente ao passivo de mais de 1.600 unidades habitacionais conquistadas pelos sem-casa no OPH, fora o já mencionado enorme déficit quantitativo e qualitativo

¹ Pesquisa de campo realizada no Conjunto Santa Rosa II em 25 mai. 2019.

² Pesquisa de campo realizada no Conjunto Mar Vermelho I em 19 fev. 2020.

de moradias na cidade, essa condição se faz absurdamente alarmante e intolerável. Se a vacância dos imóveis e essa denominada especulação podem indicar uma precariedade na fiscalização da PBH e da CEF, elas são também, sem dúvida, sintomáticas do processo ainda mais contraditório e fragilizado encaminhado na segunda geração da produção autogestionária

Pelos motivos expostos, muito mais demandada nesse cenário do que nos conjuntos da primeira fase, a documentação definitiva do imóvel parece ainda muito distante de ser obtida pelos moradores do Mar Vermelho I. Rosana e muitos outros explicam que ainda não começaram a pagar as parcelas do financiamento. O motivo, contudo, é diferente daquele que inviabiliza a regularização do conjunto Uruçua. Alair explica que cinco dos sete conjuntos do PCS já estão fundiária e urbanisticamente regularizados, contudo, para todos eles o problema da titulação está diretamente relacionado à ocupação das unidades habitacionais por famílias que não são as beneficiárias originais, ou seja, por pessoas que não firmaram o contrato com a CEF. Segundo seu relato, enquanto tiverem apartamentos ocupados por locatários ou outros residentes que não as famílias originais, a CEF se negaria a iniciar o processo de aplicação de financiamento até mesmo para aqueles já identificados beneficiários do PCS. Alair expõe que o município já propôs para a CEF a disponibilização de uma equipe para fazer a atualização cadastral das famílias desses conjuntos, identificar os beneficiários e isolar os casos com pendências, de maneira que a instituição tivesse condição de aplicar o financiamento e resolver juridicamente os casos isolados. As superintendências regionais teriam aprovado a ideia, mas não foi realizada pois, segundo o entrevistado, o departamento jurídico da CEF em Brasília não aceitou a proposta. Alair diz que essa é uma pendência que vem se estendendo há vários anos, embora o município tenha todo interesse em resolvê-la, como aqui se verifica:

a CAIXA tinha que assinar um contrato de financiamento com alienação fiduciária, trocar esse contrato por um outro para que ela pudesse [...] começar a cobrar das famílias o valor [...]. [Mas] tinham apartamentos que já não estavam ocupados pela família original, num percentual até nem tão alto [...], e aí a CAIXA simplesmente disse: "Não, mas não podemos, nós temos que fechar todos os contratos, tem que ser de uma só vez". [...]. Agora, inclusive, há mais ou menos um ano e meio, nós tomamos uma decisão, que é noticiar a CAIXA [...] para que ela comece a cobrar das famílias e tal. [...] Nós não ficamos parados, só para vocês entenderem onde está a responsabilidade e a atribuição nesses casos. [...] Nós fizemos uma proposta

clara para a CAIXA, o pessoal de Belo Horizonte aceitou essa proposta, achou super interessante. E o que que é? É a gente ir lá, fazer a atualização do cadastro, a gente presta esse serviço, e temos condições de prestar, vamos lá, pegamos as famílias que são originais, separamos essas famílias, a CAIXA aplica financiamento nelas para que a gente possa começar a titulá-las também e o que é pendência, separa como pendência, vamos resolver juridicamente as pendências. [...] Só que o jurídico de Brasília não aceitou e as Superintendências Regionais só fazem o que Brasília manda, claro, pois a instituição é uma instituição só. Então nós estamos com essa “pendenga”.

Apesar do membro da URBEL afirmar que as famílias têm ciência desse quadro, nenhum dos entrevistados expôs esse motivo para explicar a ausência da documentação. Indicando que o Mar Vermelho I é um dos empreendimentos ainda não regularizados pela PBH, alguns dos moradores dizem que o problema se deve a processos trabalhistas abertos por contratados das FTRs e que a PBH seria a responsável por esse atraso (situação exposta por Cenir no item “A obra e o esvaziamento do lema” da Seção 4.4). Perguntada se o imóvel tem escritura, Rosana, por exemplo, menciona que não, pois: “não passaram nenhuma parcela ainda. A gente quer pagar, porque quer que seja da gente”, fazendo referência a necessidade de registrar a propriedade. Ela acrescenta ainda que existem acertos a se fazer em relação ao processo de aprovação do conjunto junto à prefeitura: “não sei exatamente o que alegam [referindo-se aos técnicos da Prefeitura], parece que temos pendências relacionadas a causas trabalhistas, da época da autogestão, e questões com o corpo de bombeiros”. As dúvidas sobre esse tópico são verbalizadas por muitos moradores e parecem afligir em especial àqueles que estão interessados na comercialização do imóvel.

Tudo aponta que os problemas que ocorreram ao longo do processo de projeto e de construção – como as substituições impostas pela CEF e o baixo poder de mobilização da ASCA no engajamento das famílias para as atividades propostas – somadas aos conflitos da paralisação das obras; à transferência compulsória da autogestão para a gestão pública sem explicações claras; e também à localização afastada da região de origem dos beneficiários, são os principais fatores responsáveis por haver nesse conjunto não apenas pequena participação em decisões coletivas, mas também para que se observe um pós-ocupação caracterizado pela fragilidade de permanência das famílias e por outras adversidades que marcam não só esse conjunto, mas também toda a segunda geração.



Considerações Finais: possibilidades e limites

Partindo do pressuposto de que os capítulos anteriores já apresentaram ponderações a partir das descrições e narrativas contempladas pela pesquisa que levam a conclusões parciais, numa tentativa de responder a algumas das questões postas na Introdução, faço aqui um balanço da produção autogestionária de moradias de BH no entrelaçar das possibilidades e dos limites de suas duas gerações.

Sabendo como funcionam os canteiros de obras da produção convencional de moradias dos pobres no Brasil – vide as várias considerações expostas no Capítulo 2 – e que junto à penúria que encaminha os sem-casa à luta por moradia também se acrescentam outras destituições básicas como o emprego e a educação, é preciso reconhecer que, da maneira como estão organizados os canteiros da autogestão analisados, existem diversas transformações nas relações e nas forças produtivas com ganhos inquestionáveis a seus envolvidos. Isso ocorre especialmente no que concerne às possibilidades de alguma participação e interferência nas fases de projeto e obra que são convertidas em experimentação e adaptação construtiva; de resgate da transmissão de conhecimentos; de capacitação de mão de obra; de geração de trabalho e renda aos beneficiários; e de catalização de processos coletivos com estímulo aos arranjos cooperativos e conscientes de produção.

Mas como já esperado, revistas as posições dos agentes e os recursos que operam a produção habitacional no país, as burocracias institucionais se colocaram como grandes empecilhos à construção de práticas alinhadas às intenções da autogestão. Dito isso, embora se conformem *cotas apaziguadoras*, as experiências autogestionárias resultantes desses contraditórios programas públicos demonstram que houve alguma participação assim como certo grau de autonomia coletiva para encaminhamento das decisões da produção. As pequenas interferências que as famílias fizeram em projeto, mesmo quando não havia sido previsto espaço para tal; as adequações nos procedimentos de execução e nas relações de produção nos canteiros; o controle na seleção dos componentes e dos materiais construtivos; e o constante exame e diligência para com o trabalho desempenhado são alguns dos muitos aspectos que demonstram terem sido propiciadas nas duas gerações dessa produção *laboratórios para exercício de autonomia*. Compõem o quadro de fatores e elementos que

contribuem para essa condição: a autonomia, mesmo que limitada, das associações na gestão dos recursos financeiros e no encaminhamento da organização dessa produção; as assembleias para repasse e discussão de informações entre todos os envolvidos; a flexibilidade e a disposição das coordenações e das assessorias técnicas em criar um ambiente propício ao diálogo e às interferências das famílias; deliberações em coletivo; e os mutirões e as FTRs que oportunizaram a auto-organização na divisão das tarefas e a aproximação dos futuros vizinhos; dentre tantos outros.

No resgate da produção encaminhada nessas experiências, importa evidenciar que os arranjos autogestionários não eram direcionados aos interesses capitalistas. Afinal, a gestão desses empreendimentos foi feita por associações ou núcleos de moradia sem fins lucrativos. Já na execução, os poucos serviços que não foram realizados por mutirão ou FTRs, no geral, contaram com a atuação de empresas de pequeno porte. E, se de um lado é reconhecida a persistência da informalidade na contratação dos trabalhadores da construção civil, como de fato ocorreu nas FTRs, de outro é preciso evidenciar que havia melhor remuneração do trabalho do que nas obras convencionais. Em acréscimo, esses trabalhadores também tinham possibilidade de integrar serviços em diferentes fases da obra e, com isso, adquirir visão abrangente da produção. Somadas, essas questões indicam ter havido o refreamento da reprodução de condicionantes da precariedade como se vê na ampla terceirização ou subcontratação de mão de obra desqualificada tão notável na produção de interesse social convencional. Ganhos que, contudo, não minimizam as práticas de divisão hierárquica entre encarregados e serventes que se reproduziam com certa frequência nas obras durante a semana.

Nesse contexto, não se pode desprezar o fato de que durante a primeira geração a gestão cuidadosa dos recursos pela associação, apoiada pela assessoria, gerava economia de recursos que se convertiam em melhorias nos empreendimentos. O Centro Comunitário do Villarégia, a adição de área nas unidades habitacionais do Urucuia e a aquisição de materiais de maior qualidade em várias obras dessa fase podem ser exaltados como exemplos de economias revertidas em benefício dos próprios moradores. Economias essas que em uma obra convencional seriam inquestionavelmente assimiladas na forma de lucro pelas construtoras sem qualquer compensação aos trabalhadores ou aos futuros moradores.

Ademais, quando se trata de mutirantes e membros das FTRs que são beneficiários ou mesmo ex-mutirantes, os trabalhadores desses canteiros precisam ser encarados diferentemente daqueles típicos operários de obras orientadas para a acumulação do capital, que tem por condição básica o trabalho fragmentado e comandado de fora do canteiro. O que se altera com a produção por autogestão é que a esses executores não cabe apenas a condição de operários, mas, sobretudo, a de beneficiários e, pelo menos no discurso, também a de gestores da produção. Como beneficiários da política pública, os mutirantes zelam pelo desempenho do processo e pela qualidade do produto executado.

Também distinta da condição de mero trabalhador da construção civil empresarial, os beneficiários-operários desses canteiros se apropriaram daquilo que é fruto de seu trabalho. Não há, portanto, completo estranhamento consequente de uma atividade abstrata e parcializada comum aos canteiros tradicionais. Disso decorre o esmero que bem caracteriza essa produção. O cuidado fica patente quando lembradas as situações em que as famílias chegaram a devolver materiais/elementos construtivos buscando preservar a excelência de suas futuras habitações. Da mesma maneira, quando se rememora que os serviços executados pelo poder público nas obras de contenção do Urucuia, por exemplo, foram deficientes e precisaram ser reparados pelos mutirões. E mesmo quando se constata inúmeras falhas e problemas construtivos no Mar Vermelho I, gerados pelas interferências de diferentes construtoras que, até mesmo no imaginário daquelas pessoas mais críticas e desconfiadas do processo, poderiam ter sido evitados ou minimizados se as atividades tivessem sido concluídas por autogestão.

Essas obras também refletem que ao se pautarem e se interessarem pelas especificidades de cada realidade local, parte dos técnicos que assessoraram as associações na organização do canteiro – aqueles que acreditavam no potencial qualificador e aglutinador dos mutirões – propuseram-se a outras práticas de atuação e com isso trabalharam de modo a tentar romper a rígida divisão que se estabelece entre o trabalho intelectual desempenhado por eles e o trabalho braçal que cabe aos operários. Nesses canteiros, dentre outras iniciativas, foram feitas adaptações a depender da disposição ou do interesse dos participantes, permitiu-se e, mais ainda, estimulou-se a livre organização dos mutirantes para desempenho das tarefas assim como autonomia das FTRs para condução dos serviços. As visitas a outros empreendimentos da autogestão, a produção de protótipos/casas-modelo ou os exercícios construtivos (como o muro no Mar

Vermelho I e o Centro Comunitário no Villarégia) devem, portanto, ser interpretados como exemplos de experimentação e capacitação construtiva; de tentativas de minimização da distância entre o projeto e a execução; e de adequação dos produtos e dos processos construtivos à produção autogestionária.

Em síntese, o canteiro da violência; da exploração; da alienação; da competição entre equipes; e exclusivamente da força bruta, retrato da produção hegemônica da moradia empresarial; ou o da autonomia da precariedade, como contempla a autoprodução; cede lugar ao canteiro da festa; das trocas de conhecimento; da qualificação da mão de obra; das pequenas adequações sócio tecnológicas; da inclusão e da coesão do grupo; do 'tijolo ideológico' e outros virtuosismos tecnológicos.

Ademais, diante da marcante presença das mulheres, e também de idosos, como representantes ou beneficiários das famílias sem-casa no processo de obtenção da moradia da PMH, reconheço que esse arranjo produtivo rompe com essa que é uma das mais significativas características da construção civil no país, a da predominância da mão de obra masculina e jovem nos canteiros de obras. Sendo notável a expressão de uma mão de obra atípica, os canteiros de obras das experiências investigadas quase que naturalmente incorporaram pequenas adequações aos processos de trabalho em consideração à capacidade física e à habilidade individual dos trabalhadores disponíveis. Além da livre escolha dos mutirantes para definição de quais serviços desempenhariam, o que consequentemente refletia um trabalho cooperativado, realizado em meio a pessoas com afinidades em comum; o uso de elementos pré-fabricados leves como visto com o emprego dos blocos de alvenaria da Usimix-Valemix e da estrutura metálica para cobertura do Urucuia; o desincentivo ao uso da força bruta de maneira injustificada, como se propôs com o "trabalho de formiguinha" no carregar compartilhado de materiais e de elementos pesados; e a presença da creche com a coletivização do trabalho de reprodução são alguns dos aspectos virtuosos contidos nesses canteiros que possibilitaram, sem prejuízos à produtividade da obra, a ampla atuação de mão de obra mais plural. Inferindo-se daí que o maior cuidado com o coletivo, a preocupação com a totalidade e a motivação gerada pelo trabalho compartilhado, dada a presença feminina, contribuiu para a maior qualidade construtiva da obra e em alguns casos até mesmo para a redução do tempo previsto de execução.

Embora realmente a presença das mulheres fosse menos efetiva nas FTRs do que nos mutirões e isso seja indubitavelmente um aspecto desfavorável do processo, é preciso reconhecer que o ganho obtido aí se refere à oferta de oportunidades que são normalmente negadas a elas em decorrência das noções preconceituosas que permeiam a construção de gênero arraigadas em nossa sociedade. Haja vista a possibilidade indistinta para que qualquer um pudesse aderir aos cursos de formação de mão obra ou mesmo incorporar às FTRs e com isso ter perspectiva de profissionalização e fonte de renda. A lembrar, nos canteiros das obras da manufatura heterogênea visitados durante minha pesquisa de mestrado, compreendi que ainda que o discurso da empresa em análise utilizasse a tecnologia pré-fabricada como uma suposta vantagem para incorporar mão de obra feminina, na prática, as poucas mulheres presentes no canteiro desempenhavam exclusivamente atividades restritas, de limpeza e acabamento. Naquela situação, tais atividades eram distribuídas sob a alegação de serem as mulheres mais 'cuidadasas' e 'caprichosas' do que os homens, ideias historicamente naturalizadas pelo patriarcado. Contudo, isso se provou apenas uma estratégia de *marketing* das empresas, uma vez que para os serviços direcionados às operárias pouco importavam o sistema construtivo e as máquinas sofisticadas ali incorporadas. Já nos canteiros da produção autogestionária, tanto a tecnologia quanto as relações de produção são organizadas com a intenção da redenção de toda a violência experimentada nos canteiros tradicionais. Citando Leta, elas não são apenas adequadas à mulher como, sobretudo, à 'escala humana'.

Em que pesem essas vantagens, não se pode esquecer que os procedimentos que se aplicam à produção da moradia por autogestão estão intrinsecamente associados a sobretrabalho, como bem é denominado o trabalho gratuito desempenhado aos finais de semana, no parco tempo livre de que dispõem esses trabalhadores. Como se revelam nos depoimentos de lideranças e agentes do poder público, com o emprego da mão de obra mutirante se conseguia economia na ordem de 20% do valor total dos empreendimentos da primeira geração. Isto é, o mutirão garantia o barateamento da construção a partir do desempenho de um trabalho totalmente gratuito que sequer se convertia na desoneração dos custos do financiamento às famílias beneficiárias do programa de autogestão municipal. Os vários depoimentos dos mutirantes, tanto da primeira quanto da segunda geração, não deixam margem para que se duvide do quão árduo, sofrido e desgastante eram essas atividades.

Além disso, particularmente na primeira geração, esse trabalho gratuito também se estendeu com muita evidência às lideranças e aos assessores técnicos que desempenhavam parte ou a totalidade do processo voluntariamente. A situação percorreu desde as atribuições de organização, sensibilização e manutenção das famílias em núcleos e associações,³ como desempenhado pelo movimento de moradia muito previamente à assinatura dos convênios; passando pelo trabalho social não previsto em planilha orçamentária, feito durante e após a conclusão das obras do Villarégia e outros empreendimentos; até as inúmeras atividades conduzidas pela assessoria técnica de obra sem o compatível pagamento. Portanto, mutirantes, técnicos e lideranças do movimento de moradia contribuíram, mesmo que não intencionalmente, para isso que pode ser descrito como um processo de encobrimento da falta de remuneração de um trabalho imprescindível ao encaminhamento do processo autogestionário.

Outro aspecto problemático bastante evidente é que face às regras heterônomas e os diversos limites institucionais impostos pelos programas públicos, parte dos sujeitos que incorporam o papel de beneficiários ou mutirantes demoraram ou mesmo não chegaram a ter oportunidade de se entenderem efetivamente como autogestores dessa produção. Na prática, a participação ou o controle do processo não se estendeu a todos. Pois, embora os canteiros fossem organizados de maneira a diluir a distintiva divisão social do trabalho que opera na manufatura da construção civil, as atividades de negociação com o poder público, a compra, o planejamento, a organização e o controle das obras ficavam restritos a um número reduzido de pessoas. Em outras palavras, a gestão do empreendimento propriamente dita cabia quase sempre às lideranças e seus aliados mais próximos e aos técnicos diplomados da assessoria. A condição da mestra de obras Cenir – que de ex-mutirante do Urucuia passou a desempenhar a função de assessora técnica no Mar Vermelho I – apesar de indicar o potencial de formação contido na autogestão é apenas fortuita, excepcional.

Esforço importante que trabalhou de modo a compensar essa divisão foram as comissões formadas na obra do Mar Vermelho I, em que alguns beneficiários puderam integrar o grupo de pessoas que tinham oportunidade de se reunir semanalmente com o poder público e acompanhar de perto as decisões do empreendimento. Mas é claro que outras condições – como o fato de a obra ter sido gerida por membros das associações que não eram beneficiários do PCS; o

³ Trabalho desempenhado em inúmeras manifestações, ocupações, assembleias e reuniões.

baixo interesse geral das famílias nas atividades propostas; e a precoce interrupção do processo — se sobrepuseram desfavoravelmente a uma possibilidade de maior interferência dos beneficiários.

Como expressam os processos trabalhistas encaminhados ao final das obras e as desconfianças que os beneficiários ainda hoje guardam sobre as associações e as assessorias na gestão dos recursos financeiros — comuns tanto à primeira quanto à segunda geração — muitas famílias realmente não conseguiram compreender e absorver a totalidade daquela organização e nem mesmo os motivos de terem sido tomadas determinadas decisões. É nítido que se estabeleceu grande afastamento entre lideranças ou membros da coordenação e entre moradores/beneficiários. Cientes das críticas e desconfianças, se verdadeiramente conduzida pela ideia de autonomia coletiva das famílias sem-casa, caberia às associações e aos técnicos da assessoria a criação de estratégias de minimização da distância estabelecida internamente ao grupo. Assumir, de antemão, a assimetria imposta pela posição ocupada por cada um desses agentes poderia ter sido útil para combater os entraves aí expostos. Acredito que nessa produção não houve preparação para o exercício do confronto, inevitável em situações inéditas quanto as enfrentadas nos casos aqui descritos. Pelo contrário, parece ter ocorrido sua supressão, ao ponto de mais de 20 anos depois alguns moradores ainda expressarem mágoas por supostamente não terem tido espaço e voz no processo.

Assim, mesmo que fossem estimuladas assembleias para compartilhamento de informações e tomada de algumas decisões em caráter coletivo; visitas a empreendimentos fruto de experiências análogas dentro e fora da cidade; participação em manifestações, em caravanas e tantas outras atividades para cultivar as premissas da produção autogestionária e a conscientização da luta envolvida nessa produção, não houve ampla compreensão dos beneficiários/mutirantes de que faziam parte de um processo maior. Em outras palavras, muitos não parecem ter tomado consciência de que sua função ali não se concentrava apenas na construção e na obtenção de moradias, mas, primordialmente que fazia parte da construção da luta pelos seus direitos com desdobramentos possíveis a outros cidadãos. Esse aspecto aponta para um necessário aprofundamento das formas de mobilização e construção de grupos conscientes da importância e do alcance das quais participavam. A pobreza provoca muitas vezes a visão de foco, restringida pela urgência das necessidades básicas. Como incorporar nessa luta esforços ainda maiores dos que

enfrentaram? Esse é um dilema que se coloca para as pesquisas da pedagogia sócio-espacial.

Nas pesquisas de campo ficou evidente que são poucos aqueles que incorporaram a dimensão política e de transformação social que carrega e impulsiona a produção autogestionária em sua origem. Muitos não demonstram sequer compreender o significado da autogestão e a reduzem às atividades mutirantes. Já outros poucos, assinalando haver um importante legado desse processo produtivo, ainda hoje se mantêm engajados em causas ou movimentos sociais. Geralmente se trata daqueles sujeitos que tiveram papel mais ativo durante o processo autogestionário e que conseqüentemente têm maior domínio de informações e recordam de mais detalhes da história da produção dos conjuntos e da luta por moradia na cidade. Em especial, permanecem na luta aqueles que ocuparam cargos de liderança popular, de coordenação das associações/núcleos de moradias e que posteriormente assumiram profissionalmente algum lugar no movimento. A profissionalização das lideranças é outro tema importante que merece ser tratado em profundidade por outras pesquisas.

No pós-ocupação dos conjuntos da primeira geração são geralmente essas mesmas pessoas que desempenham o papel de articulação do grupo para tomada de decisões relacionadas à gestão cotidiana do empreendimento, à organização de eventos e à obtenção de equipamentos públicos. E mesmo que ao longo do tempo essa dependência seja diluída — como se vê em festas organizadas por moradores 'comuns' no Villarégia— é possível verificar que a separação que se instituiu originalmente entre beneficiários e coordenadores é ainda persistente. Com isso é possível inferir que não houve nessa produção alteração daquilo que de fato se opera de maneira generalizada em nossa sociedade. Afinal, a subalternidade nada mais é do que uma condição arraigada.

Logo, embora o contexto formativo que os representantes das famílias se envolveram indicasse direcionamento aos aspectos de ajuda mútua, de economia solidária, de trabalho cooperativado, de incentivo ao encontro e à tomada de decisões coletivas, dentre tantos outros, eles não foram totalmente sustentados ou mesmo compartilhados por aqueles que viriam a habitar a casa e a constituir a comunidade dos conjuntos. Ao contrário do que poderia apontar um processo coletivo baseado no modelo de autogestão, sequer houve nessas experiências interesse pelo uso comunal da terra. Ademais, a consolidação da vida em coletivo no pós-ocupação das duas gerações sinaliza outras divergências. Seja no

fechamento para apropriação particularizada de áreas comuns no Villarégia e no Urucuia ou na desmobilização dos moradores do Mar Vermelho I para realizar decisões coletivas, verifica-se uma tendência ao individualismo, como no restante da sociedade em que vivemos.

Não sendo direcionada ao mercado, a moradia produzida nesse contexto também deveria evidenciar a sobreposição do valor de uso em detrimento do valor de troca. Entretanto, é preciso reconhecer que ocorre um grande descompasso dos ideais anticapitalistas alimentados pelo movimento de moradia quando dado o aluguel e a vacância de imóveis ou mesmo quando verificada a "postura especulativa" de alguns moradores que tão somente aguardam a documentação definitiva da propriedade para sua comercialização. Essas situações – verificadas tanto no Mar Vermelho I quanto no Santa Rosa II – perpassam toda a segunda geração e avalio que, mais do que as poucas vendas ou transferências que ocorreram ao longo de 20 anos no Villarégia e no Urucuia, são mais sérias e expõem com maior evidência a dificuldade de encaminhar princípios teóricos a uma realidade permeada por outros pressupostos.

Isso, contudo, não indica necessariamente que os ideais de coletividade que foram encorajados pelo movimento popular durante as ocupações e ações insurgentes de luta por moradia ou pelas associações durante os mutirões ou até mesmo pelo contexto de estruturação da política pública de habitação no município não foram apreendidos pelo grupo de beneficiários. Muito menos que se constituíram "comunidades ilusórias", como se expõe na crítica pessimista de Chico de Oliveira que coloca em xeque todo e qualquer aspecto vantajoso obtido com a produção autogestionária. Ora, o modo de produção capitalista não cultiva os ideais da autogestão, pelo contrário os combatem ao se orientar a ações individualistas, imediatistas e materialistas. As posturas desempenhadas nessa conjuntura são somente reflexo de uma sociedade que reproduz acriticamente os valores aos quais está submetida. Não resta dúvidas, que, quando muito, a produção autogestionária é somente um hiato no processo social.

Essas questões também somente reforçam o que já foi dito sobre os beneficiários se envolveram nessa causa não por interesse aos princípios de igualdade e autonomia que envolve a ideia abrangente de autogestão – algo que seria esperado de uma comunidade que tivesse sido efetivamente educada/formada para a gestão democrática do espaço – mas, sobretudo, em busca da moradia própria. Atitude essa que é completamente compreensível e esperada quando

relembradas as condições adversas em que essas pessoas viviam. Logo, a excepcionalidade ou surpresa na avaliação desses empreendimentos seria se os grupos sócio-espaciais ali organizados, mesmo diante as tamanhas violência e expropriação que estão continuamente submetidos, conseguissem se converter em pequenos polos virtuosos de autonomia coletiva.

Mas ainda que sejam muitos os obstáculos enfrentados pelos sem-casa, é nítido nas narrativas de diversos moradores que o processo autogestionário propiciou ganhos que não se resumem à conquista da moradia. Além do ativismo político e social de algumas pessoas ainda envolvidas com movimentos sociais, o orgulho que muitos sentem em terem participado do processo e a qualificação adquirida, levada por uns como profissão, refletem que houve ações conscientes e transformadoras entre os beneficiários que experimentaram a produção autogestionária. Nessa direção, não se pode esquecer do empoderamento experimentado por muitas mulheres ao constatarem a capacidade antes atribuída de forma exclusiva aos homens. Por causa daquilo que foi aprendido e conquistado pela autogestão, mulheres como Dona Martha e Dona Rosa (moradoras do Villarégia e do Mar Vermelho I) conseguiram dar uma guinada em suas vidas ao se libertaram da opressão vivida em relacionamentos abusivos.

A verificação da existência, mesmo que reduzida, de festas, redes solidárias e conquistas coletivas no pós-ocupação dos empreendimentos sugere que os vínculos de solidariedade, comunhão e coletividade firmados durante o processo – sobretudo durante os mutirões da primeira geração – ainda se preservam minimamente no cotidiano desses conjuntos. Isso significa que alguns envolvidos foram capazes de transpor os aprendizados desse processo para os outros âmbitos de sua existência.

Também vale destacar que os produtos executados a partir do arranjo autogestionário apresentam inegável qualidade construtiva e espacial, superiores as da habitação social de mercado. Na busca por otimização de custos, mas sem imposição de uma padronização uniforme, resultaram soluções de moradias diversas, geralmente maiores e acredito – que pela participação ou interferência que minimamente se promoveu na etapa de projeto – também mais adequadas às necessidades de cada família do que aquelas produzidas por gestão pública. Certa abertura dada para se promover alterações – seja ela decorrente de um projeto minimamente flexível, como ocorre no Mar Vermelho I ou dos próprios tipos, como constam os sobrados com áreas livres do Urucuia e do Villarégia –

possibilitaram transformar o que poderia ser um mero produto em processo. E como processo, o espaço da casa é abrigo de necessidades singulares, espaço produtivo e não apenas reprodutivo, espelho da autonomia herdada da autoprodução (de antes do envolvimento com o processo) e da adquirida com a obra do próprio conjunto.

É claro que no contexto examinado, se realmente pretendido o alcance de *outra hegemonia*, não bastaria que os canteiros de obras contemplassem as mencionadas adequações em seus arranjos de produção ou que o pós-ocupação refletisse tais ganhos. Mais do que isso, todo o processo precisaria visar a emancipação rumo a uma transformação social integral. Obviamente, uma mudança radical de sociedade não se faz em experiências isoladas, é preciso, no mínimo, formar uma rede solidária para além da escala micro local de alcance desses conjuntos. Mas, há de se reconhecer, que em meio a urgência da conquista da moradia e a tentativa de responder às burocracias impostas pelo poder público de fato restou pouco tempo e energia para que o movimento viabilizasse a formação política necessária para que fossem abrangentemente cultivados os ideais de uma luta anticapitalista. Valendo-se das fissuras entreabertas pelo Estado resultaram da precária estabilização dessa rede heterogênea experiências que muitas vezes se limitaram à arranjos de sobrevivência.

Tal como foi bastante reforçado neste texto, a condição de *cota apaziguadora* que bem caracteriza essa ambígua *autogestão institucionalizada* se mostra limite intransponível à autonomia plena das associações na condução do processo. O poder público, ao propor regras, normas, cronogramas, orçamentos e tantos outros instrumentos reguladores tendo como referência uma produção habitacional convencional, estabeleceu programas que praticamente reduziram o papel do movimento de moradia à construção de empreendimentos. Assim, coube a eles o gerenciamento das obras, mas não da política pública.

Especialmente na segunda geração, o enrijecimento burocrático visto na operação do PCS ameaçou e restringiu ainda mais o potencial transformador contido na produção autogestionária. Formam o conjunto de múltiplos obstáculos colocados pelo poder público (municipal e federal), o que Jessé Souza denomina *má-fé institucional*, para operacionalização dessa produção pelos sem-casa: a divisão das famílias em diferentes associações; a substituição de terrenos já conquistados; a interposição de critérios de análise de crédito incoerentes com o público alvo do programa; o incompatível sistema de medições para liberação de

recursos; a morosidade e a rigidez do processo de correção monetária; a tentativa de inviabilização das FTRs; as restrições da legislação municipal e federal para concepção de empreendimentos mistos com unidades habitacionais flexíveis; e o emprego de tecnicidades contra os pobres por meio de linguagem técnica inacessível a eles para que não se executasse aquilo que foi acordado em processo participativo de projeto.

Logo, se de um lado, era realmente o movimento de moradia, a partir de seus núcleos e associações, que deveria gerir essa produção, coordenando as tarefas do canteiro e fazendo diversos encaminhamentos, de outro, não se pode esquecer que ele sempre esteve submetido às concessões do Estado. Um Estado, que, a reforçar, opera sob a ótica da produção heterônoma hegemônica e desde a origem do programa de autogestão municipal se mostrou reticente à proposta e atuou de modo a desestimulá-la e hoje parece querer apagá-la da história. Avalio que decorre dessa condição parte considerável da constatada invisibilidade dessa potente iniciativa.

Invisibilidade que é também, sem dúvida, consequência da ameaça que essa alternativa de produção de moradias delinea contra as práticas irrestritamente inescrupulosas das empresas construtoras, ou em última análise, contra a hegemonia do capital. Afinal, durante a vigência do PCS essa produção — então ampliada a todo o território nacional — passou a disputar parcela do mercado da construção habitacional com o setor privado. Mas a ameaça não se restringe à tal concorrência. A autogestão de moradias também contesta os interesses capitalistas quando, por exemplo, dá possibilidade de os pobres residirem em áreas bem inseridas da cidade, perturbando assim a segregação sócio-espacial estrutural; bem como quando produz habitações de reconhecida qualidade construtiva sem a lucrativa interferência de construtoras; sem falar quando combate a exploração dos trabalhadores da construção civil como bem se apresentavam as práticas não subordinadas e de aumento da remuneração da mão de obra como visto nas FTRs; ou ainda quando minimamente abala as estruturas de poder ao transferir parte do controle de uma política pública aos movimentos populares organizados.

São esses mesmos fatores que levaram à invisibilidade da produção autogestionária já praticada, que, acredito, também impedem a viabilização de novas experiências. No cenário atual, ainda que existam marcos regulatórios que apontem a autogestão como uma modalidade possível (e desejável) para a

produção de moradias em BH, o discurso consolidado somado à prática hoje encaminhada pelo poder público revela seu descrédito. Da difícil rememoração desses exemplos de indubitável potência se evidencia seu possível apagamento. Urge que o movimento de moradia junto de seus apoiadores se reorganize de modo a combater a inércia que acomete a produção autogestionária de moradias de BH.

Compreendendo que as características observadas nos casos estudados poderiam ser generalizadas a todos os conjuntos, isto é, que foram tratados aqui casos típicos, representativos de toda a produção autogestionária de BH, o recurso à história e a verificação da realidade desses e de outros conjuntos avaliados pela pesquisa compreendida em torno desta tese me possibilitam dizer que seus limites ficam claros: na restrição de recursos; na divisão dos núcleos de moradia originais; no sobretrabalho dos mutirões; na *má fé da sociedade*, como nas tentativas de impedimento na instalação dos conjuntos em áreas já adensadas, o denominado *apartheid social*; na desconfiança do poder público para com o potencial dos pobres autogerirem o processo e nas suas conseqüentes ações de boicote na liberação dos recursos e paralisação das obras; na centralização do processo por parte da associação em detrimento de ações pedagógicas para compartilhamento das famílias; no processo demorado e incerto; e demais restrições do contexto sócio-político que fizeram da autogestão de BH uma experiência majoritariamente voltada para conquista da moradia e não para formação política e emancipatória de seus envolvidos.

De outro lado, retomando os princípios da *hermenêutica das emergências* sobretudo, da ideia de valorização dos pequenos ganhos de autonomia, reforço as possibilidades presentes nas experiências analisadas. Elas se concentram nas oportunidades de qualificação do trabalho; na casa como parte de uma experiência e não como um mero produto; no canteiro como espaço de trabalho cooperativado não heterônomo ou desqualificador; na busca por práticas construtivas adequadas à escala humana e ao combate ao alheamento característico da construção civil; na possível realização da emancipação feminina; na disponibilização de terrenos e de financiamento subsidiado pelo poder público municipal; numa produção que conforma um *laboratório para exercício de autonomia* das associações para gerir recursos públicos e fazer pequenas adaptações no decorrer do processo; e nas oportunidades de fortalecimento do grupo, seja nas FTRs, nos mutirões, nas diversas mobilizações vinculadas ao movimento de moradia e à associação, nas ações comunitárias no pós-ocupação e tantos outros. Tais ações, ainda que sejam

pequenas e localizadas, apontam para uma subversão do canteiro convencional. Indiscutivelmente a autogestão de moradias põe em pauta alternativas à problemática produção convencional de moradias dos pobres no país.

Considerando todos os percalços presentes desde a organização do movimento de moradia na cidade; passando pela formulação do programa de autogestão na estruturação da PMH; até chegar ao pós-ocupação dos conjuntos; e não esquecendo da dureza do sobretrabalho contido nos mutirões, confirmo que as experiências autogestionárias aqui investigadas se fizeram de fato *outros canteiros*. Retomando a Sérgio Ferro, parece-me, pertinente e correto dizer que elas realmente se constituíram a partir de “um chão menos destruído, menos corrompido”. Assim sendo, reconheço que apesar de todas as inúmeras dificuldades e contradições que decorrem desses diferentes arranjos produtivos, a autogestão é um direito do qual não podemos prescindir. E não somente para a produção de moradias, mas para atendimento aos direitos constitucionais e à realização de um ideal de sociedade mais igualitária e equilibrada.

Diante dessas considerações, é premente que essas experiências sejam amplamente difundidas e reconhecidas e igualmente que se perceba que outros modos de produzir moradias de interesse social no país são possíveis e necessários. Acredito que rememorar a história dessas experiências faz parte do ato de celebrar a conquista e a materialização de uma luta coletiva atravessada por dificuldades. Assim, buscando denunciar e ao mesmo tempo combater a invisibilidade da produção autogestionária de moradias de BH, esta tese visou a recuperação de sua história pela perspectiva de múltiplos agentes num processo de pesquisa que se constituiu ele próprio uma experiência de conscientização sócio-espacial.



Referências

ALVES, Ana. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2010, p. 71-96.

ALVES, Lara. Déficit Habitacional: Com cerca de 500 mil famílias sem-casa, MG é o 2º com maior déficit no Brasil. *O Tempo*, Belo Horizonte, 26 de julho de 2021, on-line. [<https://www.otempo.com.br/cidades/com-cerca-de-500-mil-familias-sem-casa-mg-e-o-2-com-maior-deficit-no-brasil-1.2516703>, 22/07/2022]

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX, *Coleção Habitare*, 2007, p. 12-41.

BALL, Michael. O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação, v. 36, *Espaço e Debates*, 1992.

BALTAZAR, Ana Paula; Kapp, Silke. Por uma mobilização sócio-espacial. In: *VI Enanparq*. Brasília: FAU-UnB, 2021.

BARAVELLI, José. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação de Mestrado. Or. Reginaldo Ronconi. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

BARAVELLI, José. *Trabalho e tecnologia no programa MCMV*. Tese de Doutorado. Or. Ermínia Maricato. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.

BASTOS, Clarissa; KAPP, Silke. Produção habitacional de interesse social por autogestão: o desenho emancipado. In: *II Congresso Brasileiro e I Iberoamericano de Habitação Social*. Ciência e Tecnologia. Florianópolis: 2006.

BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993/1996*. Dissertação de Mestrado. Or. Heloísa Soares de Moura Costa. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais 2005.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Habitação. *Resolução n.º II do Conselho Municipal De Habitação*, de 01 de dezembro de 1994. Aprova a Política Habitacional para o município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: CMH, 1994. [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2018/documentos/resolucao_2_politica_municipal_de_habitacao_cmh_dezembro2016.pdf, 22/07/2022]

BELO HORIZONTE. *Lei n.º 6326 de 18 de janeiro de 1993*. Dá nova regulamentação ao fundo municipal de habitação popular e dá outras providências. Belo Horizonte: 1993. [<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1993/632/6326/lei-ordinaria-n-6326-1993-da-nova-regulamentacao-ao-fundo-municipal-de-habitacao-popular-e-da-outras-providencias>, 22/07/2022]

BELO HORIZONTE. Lei nº 6508 de 12 de janeiro de 1994. Cria o Conselho Municipal de Habitação e dá outras providências. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1994. [<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237872/lei-6508-94>, 22/07/2022]

BELO HORIZONTE. *Novos Registros*, 2018, on-line. [<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/projetos/novos-registros>, 22/07/2022]

BELO HORIZONTE. Poder executivo. Urbel entrega chaves dos apartamentos do conjunto habitacional Mar Vermelho. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, MG, Ano XXVI - Edição n. 4190, 9 nov. 2012, on-line. [<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1090277>, 22/07/2022]

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Memória do Orçamento Participativo 94 a 97*. Belo Horizonte: Administração de Patrus Ananias, 1996.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - CMH. *Resolução n.º LII do conselho municipal de habitação, de 27 de dezembro de 2018*. Aprova a revisão da Resolução nºII do CMH. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, 2018. [<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1205086>, 22/07/2022]

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - CMH. *Resolução n.º III, de 08 de fevereiro de 1996*. Estabelece normas para o financiamento e concessão de subsídios aos beneficiários dos programas habitacionais desenvolvidos com recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular e dá outras providências. Belo Horizonte: CMH, 1996.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, [2013] 2019, p. 101-112.

BITTENCOURT, Rafael. *Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15)*. Dissertação de Mestrado. Or. Denise Morado Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema [1975]. In: Ermínia Maricato (ed.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 37-70.

BONDUKI, Autoconstrução e Habitação: Memórias e Reflexões sobre a Contribuição de Chico de Oliveira. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BONDUKI, *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho [1979]. In: Ermínia Maricato (ed.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

BOURDIEU, Pierre. O campo dos poderes locais [2001]. In: Pierre Bourdieu. *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, p. 171-189.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: Francisco de Oliveira et al. (eds.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 15-20.

BRASIL. Agência Brasileira da Cooperação. Projeto BRA/09/004: fortalecimento da CAIXA no seu processo de internacionalização e de fomento a ações voltadas ao desenvolvimento humano local. Brasília, p. 111. 2004

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, 22/07/2022]

BRASIL. Ministério das Cidades. *Instrução normativa MCid nº39, de 28 de dezembro de 2005*, 29 dez. 2005, on-line. [https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-39-2005_75605.html, 22/07/2022]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Ação de Apoio à Produção Social da Moradia*, 14 abr. 2011, on-line. [https://antigo.mdr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=112:acao-de-apoio-a-producao-social-da-moradia&catid=67:programas-e-acoas, 22/07/2022]

BRASIL. Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), 2022, on-line. [<https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>, 22/07/2022]

BURGUIÈRE, Elsa et al. *Produção social da moradia no Brasil: Panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2016.

CARRASCO, Cristina. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres [2001]. In: Miriam Nobre Faria (ed.) *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003, p.11-59.

CARVAJAL, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 2, 2019, p. 74-87.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, III: O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1990] 1992.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMG. CEDEPLAR. *Relatório Final Projeto Serra Verde Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social – Processo Economia Solidária*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Nações Unidas. *Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe*. Nações Unidas. Santiago: Nações Unidas, 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Nações Unidas. *Mulheres afrodescendentes na América Latina: Dívidas de igualdade*. Santiago: Nações Unidas, 2018.

CONTI, Alfio. A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito. Dissertação de Mestrado. Or. Maria Lúcia Malard. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

CORIAT, Benjamin. Travailler en chantier. Quelques tendances de la recherche actuelle. *Formation Emploi*. n.6, 1984, p. 90-98;

CRUZ, Luciana da. Ocupação é uma Luta Feminista [2019]. In: Thiago Canettieri et al. (eds.). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020, p. 237-262.

CUNHA, Gabriel Rodrigues da. Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, 2019, p. 142-153

DAGNINO, Renato et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Lassance Jr. et al. (eds.) *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 65-81, 2004.

DAGNINO, Renato. *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DAGNINO, Renato. *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG. PRJ. *RSV- Residencial Serra Verde- Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social: Relatório Técnico Final*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. DIEESE. A construção civil e os trabalhadores: panorama dos anos recentes. *Estudos e Pesquisas*, n. 95, 2020, p. 41, 8. [<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq95trabconstrucaocivil.pdf>, 21/07/2022].

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico. *História e Perspectivas*, v. 27, n. 50, 2014, p. 89-146.

D'OTTAVIANO, Maria Camila (ed). Habitação, autogestão & cidade. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2021.

DRAGO, Felipe. Programa Crédito Solidário: avanços em direção à autogestão ou Cavalo de Troia dentro das "muralhas" do confronto político?. In: Luciana Lago (ed.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012, p. 49-69.

DURAN, Sabrina. *Contra Conduitas: Por trás do Tapume*. São Paulo: Escola da Cidade, 2017.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, v. 4, 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume, 1996.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. A cadeia produtiva da construção acelerando a retomada brasileira pós-pandemia. In: *14º Congresso Brasileiro da construção*. São Paulo: 2021, on-line. [<https://www.fiesp.com.br/observatoriodaconstrucao/congresso-brasileiro-da-construcao/>, 22/07/2022]

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Obras paradas: desperdício de recursos e futuro. In: *13º Congresso Brasileiro da construção*. São Paulo, 2019, on-line. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5667481/mod_resource/content/5/Construbusiness-2019.pdf, 22/07/2022]

FEDERACIÓN URUGUAIA DE COOPERATIVAS DE VIVIENDA POR AYUDA MUTUA. FUCVAM. *Declaración de Principios*. Paysandú: 1999, on-line. [<https://www.fucvam.org.uy/wp-content/uploads/2017/08/Declaraci%C3%B3n-de-Principios.pdf>, 22/07/2022]

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, [2004] 2017.

FEENBERG, Andrew. Critical theory of technology: An overview. In: Gloria Leckie; John Buschman (eds.) *Information technology in librarianship: New critical approaches*, 2008, p. 31-46, 2008.

FERREIRA, João. *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo brasil urbano*. São Paulo: Fundação para Pesquisa em Arquitetura e Ambiente, 2012.

FERREIRA, Regina. *Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado*. Tese de Doutorado. Or. Orlando Alves dos Santos Júnior. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Regina. A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes. In: Luciana Lago (ed.) *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012, p. 139-185.

FERRO, Sérgio. Depoimento a um pesquisador [2000]. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 277-298.

FERRO, Sérgio. Nota sobre "O vício da virtude". *Novos estudos CEBRAP*, 2006, 229-234.

FERRO, Sérgio. A Produção da Casa no Brasil [1969]. In: *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.61-101.

FERRO, Sérgio. Concrete as Weapon. *Harvard Design Magazine*, n.4. 2018, p. 8-33.

FERRO, Sérgio. Conversa com Sergio Ferro mais uma peça na construção de um debate. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 12, 2002, p. 10-32.

FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho [1976]. In: *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 105-138.

FERRO, Sérgio. O concreto como arma. *Revista Projeto*, São Paulo, v. 111, 1988, p. 128-129.

FERRO, Sérgio. Prefácio: "Trabalhador coletivo" e autonomia. In: *USINA: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2015, p.21-34.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx, por uma concepção expandida do Capitalismo. *Revista Direito e praxis*, v. 6, n. 10, [2014] 2015, p. 704-728.

FRASER, Nancy; SOUZA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, 2020, p. 261-288.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1974] 2013.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Léo. Epistemologia da laje. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 31, 2019, p. 153-172.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. *Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Or. Maria Fernanda Salcedo Repolês. Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*. Rio de Janeiro: 2022, on-line. [<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs>, 22/07/2022]

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, [2014] 2018.

GAMA, Ruy. História da Técnica no Brasil Colonial. In: Milton Vargas (ed.). *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*, São Paulo: Unesp, 1994, p.49-66.

GOBIERNO DE CANELONES, *FUCVAM firma convenio por cartera de tierras con la intendencia de canelones*. Canelones, 06 de abril de 2011, on-line. [<https://imcanelones.gub.uy/es/noticias/fucvam-firma-convenio-por-cartera-de-tierras-con-la-intendencia-de-canelones>, 22/07/2022].

GONÇALVES, Bella (relatoria). *Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia*. Belo Horizonte: Câmara Municipal De Belo Horizonte, 2020.

GUERREIRO, Gabriela; Lourenço, Iolando. Primeiro projeto de iniciativa popular aprovado hoje na Câmara tem assinatura de Lula. *Agência Brasil*, 03 de junho de 2004, on-line. [<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-06-03/primeiro-projeto-de-iniciativa-popular-aprovado-hoje-na-camara-tem-assinatura-de-lula>, 22/07/2022].

GUERREIRO, Isadora. *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*. Tese de Doutorado. Or. Vera Maria Pallamin. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar [1975] 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. PNAD Contínua- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *Outras formas de trabalho*, 2018. [<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24091&t=sobre,21/07/2022>]

KAPP, Silke et al. Loteadores associativos: uma contextualização. *Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis*, v. 5, 2014, p. 26–35.

KAPP, Silke et al. Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. IV, 2005, p. 34-42.

KAPP, Silke. A outra produção arquitetônica. In: Rodrigo Duarte; Imakulada Kangussu. *Estéticas do Deslocamento*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 22, 2020.

KAPP, Silke. Experiências em AT e suas questões. *Assistência Técnica e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, 2014, p.113-123.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, 2018, p. 221-236.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Metropolitan Vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian City. In: *4th International Congress on Construction History*. Paris: 2012. p. 3-10.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto Lúcio. Marco teórico da Rede FINEP de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 2013, p. 94-120.

KOURY, Ana Paula (ed.). *Arquitetura Moderna Brasileira- Uma crise em desenvolvimento: Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

KOURY, Ana Paula. Planejamento habitacional e sistemas construtivos (1964-1986): apontamentos para um debate. *Anais ENANPUR*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2011.

KOWARICK, Lucio. *Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAGO, Luciana (ed.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2012.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 15, n. 14-15, 2006, p. 339-352.

LAW, John. *After Method: Mess in social science research*. New York: Routledge, 2004.

LAW, John. *Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade*. [1992], 2013. [<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>, 21/07/2022].

LAW, John. Technology and heterogeneous engineering: the case of Portuguese expansion. In: Wiebe Bijker et al. (eds.). *The social construction of technological systems*. Cambridge: MIT Press, p. 111-134, 1987.

LEFEBVRE, Henri. Alternatives. In: *The Survival of Capitalism*. London: Allison and Busby, 1976, p. 120-127.

LEFEBVRE, Henri. Problemas teóricos da autogestão. *GEOgraphia*, Niterói; Universidade Fluminense, vol. 19, n. 41, 2017, p.135-141.

Lefèvre, Rodrigo. Entrevista a Renato de Andrade Maia [1974]. In: Ana Paula Koury (ed.). *Arquitetura Moderna Brasileira- Uma crise em desenvolvimento*: Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2019. p. 57-80.

Lefèvre, Rodrigo. Projeto de um acampamento de obra: uma utopia [1981]. In: Ana Paula Koury (ed.). *Arquitetura Moderna Brasileira- Uma crise em desenvolvimento*: Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2019. p. 197-202.

LOPES, João Marcos de Almeida. O Anão Caolho. *Novos Estudos*, n.76, 2006, p. 219-227.

LOPES, João Marcos de Almeida. *Sobre arquitetos e sem-tetos*: técnicas e arquitetura como prática política. Tese (Livre Docência), São Carlos: Universidade de São Paulo, 2011.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: Aduino Lucio Cardoso; Alez Kenya Abiko (eds.). *Procedimentos de Gestão Habitacional para população de Baixa Renda*. Porto Alegre: ANTAC, v. 5, 2006, p. 44-75.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Ocupações Urbanas em Belo Horizonte: Conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, n. 35, 2017, 182-216.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio-uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

MAMARI, Bruno. Turnover na construção civil: uma análise de fatores que levam a alta rotatividade de funcionários. In: *XXXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Joinville: ABEPRO, 2017. [<http://www.abepro.org.br/biblioteca/,21/07/2022>]

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?) [1978]. In: André Gorz (ed.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.37-78.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível [1976]. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 71-93.

MARICATO, Ermínia. Indústria da Construção-Reflexão Sobre o "Atraso Tecnológico". *Boletim Paulista de Geografia*, n. 64, 1986, p. 115-126.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Orlando Alves dos Santos Junior (eds.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 165-195.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, [1844] 2004.

MARX, Karl. *O Capital [Livro I]*: crítica da economia política, [1867] 2011.

MASCARENHAS, Giselle. *Fragmentos do Canteiro: a produção habitacional sob a ênfase da racionalização construtiva*. Dissertação de Mestrado. Or. Roberto dos Santos. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. *Hegemonia*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022, on-line. [<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>, 21/07/2022]

MINAS GERAIS. *PRODECOM: três anos de atividade*. Belo Horizonte: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 1982.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: Luciana Lago. *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012.

MORAIS, Livia. *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Or. Heloísa Soares de Moura Costa. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

MORICE, Alain. Os peões da construção civil em João Pessoa. *Espaço e Debate*, v. 36, 1992, p. 35-46.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: economia solidária e utopia. *Otra economía*, v. 2, n. 3, 2008, p. 27-40.

NASCIMENTO, Denise Morado et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana. In: Caio Santo Amore. *Minha Casa. E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 195-228, 2015.

NUNES, Tiago de Garcia. Autogestión desde la perspectiva marxista: Retos y posibilidades de la resistencia del trabajo asociado bajo el capital. *Trabajo y sociedad*, v. 22, n. 37, 2021, p. 379-396.

OJEDA, Igor. Pela quinta vez, fiscais apontam trabalho escravo em obra da MRV. *Repórter Brasil*, 2014, on-line. [<https://reporterbrasil.org.br/2014/12/construtora-mrv-e-flagrada-com-escravidao-pela-quinta-vez/>, 21/07/2022]

OLIVEIRA, Danielle et al. Política municipal de habitação em Belo Horizonte – o Residencial ASCA: um estudo do Programa de Autogestão. In: Adauto Lucio (ed.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Portalegre: ANTAC, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, [1973] 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, n.74, 2006, p. 67-85.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio [1979]. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 11-19.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: Francisco de Oliveira et al. (eds.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 21-28.

PELLI, Víctor Saúl. Notas para uma Tecnologia apropriada à construção na América Latina. In: Lucia Mascaró (ed.). *Tecnologia & Arquitetura*. São Paulo: Nobel, p. 11-32, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, 1992, p. 200-215.

RAHNEMA, Majid. Participation. In: Wolfgang Sachs. *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. Nova Iorque: Zed Books, 2010. p. 127-144.

RUDDICK, Sara. *Maternal thinking: Toward a politics of peace*. Boston: Beacon Press, [1989] 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALÁRIO, Construção Civil – Salários 2022, Tabela Salarial, Quanto Ganha a Categoria. São Paulo, 2022, on-line. [<https://www.salario.com.br/tabela-salarial/>, 22/07/2022].

SANTO AMORE, Caio. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco*, São Paulo, anos 90 e atualidade. Or. Maria Ruth Amaral de Sampaio. São Paulo: Curso de Pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos-Cebrap*, v. 3, n. 79, 2007, p. 71-94

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Cynthia. *A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. Tese de Doutorado. Or. Paulo César Xavier Pereira. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Roberto E. dos. *A armação do concreto no Brasil: história da difusão do sistema construtivo concreto armado e da construção de sua hegemonia*. Tese de Doutorado. Or. Bernardo Jefferson de Oliveira. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SHIMBO, Lúcia. *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese de Doutorado. Or. Cibele Saliba Rizek. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010.

SHIMBO, Lúcia. *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*. Tese (Livre docência). São Carlos: Universidade de São Paulo, 2020.

SHIMBO, Lúcia. Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, v.35, n. 2, 2016, p. 119-133.

SILVA, Margarete. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. Tese de Doutorado. Or. Silke Kapp. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SILVA, Margarete. *Diretrizes para Projeto de Alvenaria de Vedação*. Dissertação de Mestrado. Or. Fernando Henrique Sabbatini. São Paulo: Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2003.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Autogestão, "Autoplanejamento", Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. *Revista Cidades*, v. 9, n. 15, 2012, p. 59-93.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, v. 7, n. 11, [2006] 2010, p. 13-47.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, [1998] 2009.

TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995.

TURNER, John. *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo*. La Rioja: ed. Pepitas, 2018.

URUGUAY. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social del Uruguay. *Ley N° 13728: plan nacional de viviendas de 17 de dezembro de 1968*. Montevideo: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1968. [<https://www.impo.com.uy/bases/leyes-originales/13728-1968>, 22/07/2022]

USINA CTAH. Arquitetura, Política e Autogestão: Um Comentário Sobre os Mutirões Habitacionais [2008]. In: *Usina: Entre Projeto e o Canteiro*. São Paulo: Ed. Aurora/Publication Studio São Paulo, 2015, p. 93–105.

VARGAS, Milton (ed.). A Tecnologia na Engenharia Civil. In: *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 225–245.

VARGAS, Nilton. Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional [1979]. In: Afonso Carlos Corrêa Fleury; Nilton Vargas (eds.). *Organização do Trabalho*. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

VARGAS, Nilton. Tendências de mudança na indústria da construção. *Revista Espaço & Debate*, v. 12, n. 36, 1992, p. 47–53.

WERNECK, Gustavo. A BH das 200 enchentes. *O Estado de Minas*. Belo Horizonte, Caderno Gerais, 7/1/2012, [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/01/07/interna_gerais.271132/a-bh-das-200-enchentes.shtml, 21/7/2022]



Apêndice A-Síntese das demandas de informações junto à PBH

Solicitação de Informação	Data de solicitação	Requerimento	Data de resposta	Órgão respondente	Conteúdo da Resposta	Análise da resposta	Situação da resposta
LAI - 31.00079475/2020-67	02/12/2020	Informações sobre: -as datas de início e de conclusão das obras; -grupo político/entidade/movimento social ou associação responsável pela condução do processo autogestionário; -programas/políticas públicas e parcerias envolvidos; -recursos financeiros empregados para a produção de cada empreendimento.	30/12/2020	Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção	(1) Tabela com informações gerais dos conjuntos, contendo: (A)nº de unidades habitacionais; (B)ano de conclusão; (C)forma de gestão; (D)fonte de recurso/programa; (E)programa	Não foram informadas: (A) data de início das obras; (B) grupo responsável; (C) recursos financeiros empregados. Apontam que os conjuntos: Dom Silvério; Santa Rosa I e II; Castelo I e II e Deuslene foram conduzidos por gestão pública e autogestão. Os demais conjuntos são identificados como conduzidos por autogestão. Apontam que todos os conjuntos são vinculados ao OPH.	Incompleta
LAI - 31.00022251/2021-96	29/01/2021	A) Custo do terreno; B) Custo do projeto; C) Custo da assessoria técnica (quando for separada da equipe de projeto); D) Custo da infraestrutura; D) Custo total das edificações ou custo m² da habitação; F) Custo total do Conjunto; G) Área da unidade habitacional (m²); H) Número de quartos; I) Grupo político/entidade/movimento social/associação ou núcleo responsável pela condução do processo junto à PBH;	19/02/2021	Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção	"Em resposta à demandante, informamos que as informações solicitadas são de empreendimentos concluídos há cerca de 20 anos, pelo Município de Belo Horizonte, sendo que a maior parte de seus documentos foram encaminhados ao Arquivo Público e, desse modo, é necessário solicitar o desarquivamento para consultas e respostas. Considerando o atual momento de pandemia, o Arquivo Público encontra-se com os atendimentos presenciais temporariamente suspensos. Assim, será necessário um prazo mais prolongado para a busca das informações e, por isso, orientamos ao demandante entrar em contato pelo e-mail habitacao@pbh.gov.br, para os devidos acertos."	Considerando a dificuldade de acesso aos arquivos públicos em meio à pandemia, a PBH informa não dispor das informações sistematizadas e digitalizadas acerca da autogestão, dizendo se tratar de produção concluída há 20 anos. A informação procede apenas parcialmente, haja vista que parcela considerável dos conjuntos é de aproximadamente uma década mais recente.	Não realizada (indicada nova solicitação)
E-mail intitulado "Informações dos conjuntos da autogestão (OPH)" à Diretoria de Habitação e Regularização da PBH	19/02/2021	Mesma demanda do dia 29/02/2021 acrescentada do item: J) Sistema estrutural adotado nas edificações (alvenaria estrutural, concreto armado etc.);	24/02/2021	Diretoria de Habitação e Regularização Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL	Encaminharam os seguintes documentos: (1) "CONJUNTOS HABITACIONAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO: PRODUÇÃO PÓS 1993" produzido por DHA/ DVEH em 2012 e revisado em 2014 (formato PDF). O documento se trata de um dossiê que contempla informações básicas¹ todos os conjuntos da PMH realizados entre 1993 e 2012, incluem-se conjuntos realizados em diferentes modalidades de gestão e; ¹Informações básicas: programa/recursos; forma de gestão; nº de u.h; tipologia; nº de pavimentos; nº de dormitórios; área útil da u.h; custo total; se foi financiado; regional; localização; endereço; e imagens do google maps e street view). (2) Tabela "Empreendimentos _ Autogestão" com os seguintes dados: (A) Localização; (B) Zoneamento; (C) Área do Terreno; (D) Nº de Unidades; (E) Tipologia e Nº de pavimentos; (F) Nº de quartos; (G)Área da U.H; (H) Custo total à época; (I) Entidade (incompleta); (J) Data de conclusão.	Em busca realizada online (google e site da PBH) não há qualquer registro do documento "Conjuntos Habitacionais da Política Municipal de Habitação". Nessa resposta não foram informados: (A) Custo do terreno; (B) Custo do projeto; (C) Custo da assessoria técnica; (D) Custo da infraestrutura; (E)Custo total das edificações ou custo do m² da habitação; (F) Sistema estrutural adotado: Também estão confusas as informações sobre os grupos responsáveis pela condução do processo, já que ora se apresentam assessorias técnicas, ora associações ou movimentos de moradia e ora construtoras. Nessa resposta há divergência das informações repassadas na demanda LAI - 31.00079475/2020-67, pois aqui informam que "os empreendimentos do Programa Crédito Solidário do governo federal foram realizados em cogestão com a PBH. Durante a obra houve mudança de Autogestão para Gestão Pública", portanto, não procede a informação anterior de que apenas os conjuntos Dom Silvério, Deuslene, Santa Rosa e Castelo seriam realizados em autogestão e gestão pública. Ademais, os conjuntos Dom Silvério e Deuslene não fazem parte do PCS e são apontados nesse documento como produzidos por autogestão e não como co-gestão, como a tabela enviada no dia 30/12/20 informa. A resposta também é mais clara no que se trata dos Programas relacionados à cada conjunto, haja vista aqui a especificação dos Programas PBH, Programa de Subsídio Habitacional (PSH) e PCS em adição à informação genérica anterior de um único Programa OPH.	Incompleta

Solicitação de Informação	Data de solicitação	Requerimento	Data de resposta	Órgão respondente	Conteúdo da Resposta	Análise da resposta	Situação da resposta
LAI - 31.00360686/2021-42	28/09/2021	A) Ano dos fóruns (OP ou OPH) que deliberaram a destinação de recursos; B) Ano em que foram efetivamente firmados os convênios com as associações; C) Projeto arquitetônico (planta e implantação) dos conjuntos da autogestão; D) Lista de grupos de assistência ou assessorias técnicas atualmente cadastrados junto à PBH; E) Lista de núcleos de moradia atualizada; F) Data da última rodada do OP e do OPH no município de BH; G) Passivos do OPH.	26/10/2021	Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção a partir de documentos da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) e informações do Gabinete do Vice-Prefeito (GVP)	"1 - Ano dos fóruns (OP e OPH) que deliberaram a destinação de recursos para viabilização dos seguintes Conjuntos: Deuslene I e II. Recursos aprovados no OP 1995 e OPH 1996; Vilarégia I e II: OP(s) 1994; 1995 e OPH(s) 1996 e 1997; Dom Silvério I e II: OPH(s) 1996 e 1997; Urucuia: OP(s) 1994 e 1995 e OPH; Fernão Dias: OPH(s) 1996 e 1997; Itatiaia Serrano OPH(s) 1996 e 1997; Mar Vermelho I. Recursos aprovados nos OPH(s) 1998 e 2001/2002; Santa Rosa I e II. Recursos aprovados nos OPH(s) 1998 e 2001/2002; Jardim Leblon: OPH(s) 1997 e 1998; Jaqueline: OPH(s) 1997 e 1998; Castelo I e II: Recursos aprovados nos OPH(s) 1998 e 2001/2002 2- Segue o arquivo em anexo projeto arquitetônico, com implantação e planta da unidade habitacional do referidos conjuntos. 3 - Lista de grupos de assistência ou assessorias técnicas atualmente cadastrados junto à PBH; Atualmente, a URBEL não possui grupos assistenciais ou assessoria técnicas cadastradas. 4- Listas de núcleos de moradia atualizada: Segue anexa a Planilha com o nome dos Núcleos de Moradia, ativos e inativos, separados por regional, porém os dados pessoais foram tarjados em função da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados. 5- Data da última rodada do OP e do OPH no município de BH, isto é, qual o ano de interrupção de cada uma dessas instâncias de participação; O Orçamento Participativo teve recursos aprovados em assembleias públicas, pela última vez, no ano de 2015. As assembleias públicas de aprovação de recursos do Orçamento Participativo da Habitação foram realizadas pela última vez no ano de 2006, relativas aos recursos do quadriênio 2007 / 2010. 6- Passivos do OPH, ou seja, recursos conquistados via OPH que ainda não foram efetivados. Os recursos aprovados no OPH e que ainda não foram realizados correspondem a 1646 unidades habitacionais. Esses recursos foram aprovados nos OPH(s) 2003 / 2006 e 2007 / 2010." GVP: "Durante um período as rodadas do OP Regional e OP Habitação eram unificadas e depois foram separadas. Até a rodada do OP 1995 temos algumas informações dos empreendimentos do OP Habitação, que seguem anexas com o título "Empreendimentos OP por Habitação""."	Informa-se nesta resposta que os projetos dos Conjuntos Deuslene II e Vilarégia II não foram encontrados, contudo, ao analisar o material dos Conjuntos Deuslene I e Vilarégia I, verifiquei, conforme dados coletados em campo e o número de unidades habitacionais, que a segunda etapa de ambos os conjuntos está considerada nos projetos enviados. A situação demonstra desconhecimento dos técnicos acerca da produção. O único documento não enviado se trata do projeto arquitetônico do Conjunto Itatiaia Serrano que foi substituído pela documentação duplicada do Conjunto Deuslene. No documento "LAI 368606 anexo OPH saldo núcleos" há detalhamento do passivo do OPH por núcleos de moradia. A tabela "Empreendimentos OP por Habitação" não apresenta dados da produção solicitada, mas sim de recursos distribuídos no OP Regional que tratava da temática da habitação, portanto, não dizem respeito aos empreendimentos com atendimento ao público do OPH.	Completa (exceto pelo projeto do Cj. Itatiaia Serrano)
LAI - 31.00422117/2021-08	17/11/2021	Projeto arquitetônico (implantação, plantas e cortes das unidades-tipo) do conjunto habitacional Itatiaia-Serrano.	26/11/2021	Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção	Projeto do Conjunto Itatiaia Serrano (digitalização do projeto arquitetônico aprovado)	Documento de acordo com a solicitação	Completa
LAI - 31.00422342/2021-44	17/11/2021	Entrevistas com agentes do poder público: (1) Entrevista com técnico(s) da PBH que participou de aprovação de projetos dos conjuntos habitacionais realizados pela modalidade de autogestão no município. Foco da entrevista: caracterização dos projetos e de seus processos de aprovação (parâmetros definidos pela PBH e parceiros e a interlocução com os agentes da produção); (2) Entrevista com técnico da PBH que participou da aprovação e/ou fiscalização das obras dos conjuntos habitacionais realizados pela modalidade de autogestão no município. Foco da entrevista: caracterização dos conjuntos (localização e qualidade construtiva); funcionamento dos processos de vistoria/medição; interlocução com os agentes da produção e liberação de recursos; avaliação da produção e procedimentos de regularização dos imóveis; (3) Entrevista com técnico da PBH que seja membro do Conselho Municipal de Habitação e que tenha participado das discussões acerca da elaboração da Resolução LII. Foco da entrevista: linhas programáticas e forma de gestão por autogestão (debate acerca da aprovação da resolução, programas habitacionais e demais estratégias tratadas no Conselho para atendimento da população sem casa).	07/12/2021	DITR - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte	"Informamos a V. Sa que, de acordo com a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, pedimos que realize o agendamento das entrevistas seguindo a orientação abaixo: Itens 1 e 2 - deverão ser agendados pelo e-mail habitacao@pbh.gov.br Item 3 deverá ser agendado pelo e-mail dpr.urbel@pbh.gov.br ou pelo telefone 3277-6400"	Foram encaminhados os e-mails com as solicitações de entrevistas.	Não realizada (foi feita nova solicitação em nome do Prof. Dr. Roberto dos Santos)

Solicitação de Informação	Data de solicitação	Requerimento	Data de resposta	Órgão respondente	Conteúdo da Resposta	Análise da resposta	Situação da resposta
E-mail intitulado "Agendamento de entrevista: LAI - 31.00422342/2021-44" à Diretoria de Projeto e Obras (DPR) da URBEL	09/12/2021	(1) Entrevista com técnico da PBH que seja membro do Conselho Municipal de Habitação e que tenha participado das discussões acerca da elaboração da Resolução LII. Foco da entrevista: linhas programáticas e forma de gestão por autogestão (debate acerca da aprovação da resolução, programas habitacionais e demais estratégias tratadas no Conselho para atendimento da população sem casa;	13/12/2021	DPR URBEL	Ligação da DPR da URBEL com agendamento da entrevista com os membros da URBEL para o dia 21/12/2021	Conforme agendamento, a entrevista ocorreu no dia 21/12/2021 e tratou de aspectos das Resoluções II e LII do Conselho Municipal de Habitação e de questões referentes à produção por autogestão. Foi exposto que apenas o Cj. Itaipu teria sido conduzido do começo ao fim em regime de autogetsão, contudo, são apontadas falhas construtivas que precisaram de posterior intervenção do poder público. A fala dos entrevistados aponta uma certa desarticulação entre o que prevê a resolução LII sobre a modalidade de co-gestão e o que entendem os agentes públicos, já que mencionam que as obras que se iniciaram por autogestão e posteriormente passaram a ser conduzidas por gestão pública são consideradas co-gestionárias. Esse entendimento é diferente daquilo que preconiza a resolução no sentido de uma "divisão de gerenciamento da produção do programa habitacional", em que as tarefas seriam previamente compartilhadas entre o poder público e o movimento e não uma divisão "forçada" por uma suposta incapacidade da associação em conduzir o processo. É mencionada a impossibilidade de condução total de uma obra a partir do trabalho mutirante. Há uma comparação direta entre as obras realizadas com mão de obra mutirante em relação à produção empresarial, como se essa última fosse a referência ou o modelo a ser alcançado. É indicado membro da área de Habitação para esclarecimento de questões específicas sobre os conjuntos da autogestão, contudo, os contatos feitos com esse setor não obtiveram qualquer retorno.	Completa
E-mail intitulado "Solicitação de entrevista: LAI - 31.00422342/2021-44"	09/12/2021 e 27/12/2021	(1) Entrevista com técnico(s) da PBH que participou de aprovação de projetos dos conjuntos habitacionais realizados pela modalidade de autogestão no município. Foco da entrevista: caracterização dos projetos e de seus processos de aprovação (parâmetros definidos pela PBH e parceiros e a interlocução com os agentes da produção); (2) Entrevista com técnico da PBH que participou da aprovação e/ou fiscalização das obras dos conjuntos habitacionais realizados pela modalidade de autogestão no município. Foco da entrevista: caracterização dos conjuntos (localização e qualidade construtiva); funcionamento dos processos de vistoria/medição; interlocução com os agentes da produção e liberação de recursos; avaliação da produção e procedimentos de regularização dos imóveis;	Não respondido	Diretoria de Habitação da URBEL	Os dois e-mails com as solicitações de entrevista referente à demanda 'LAI - 31.00422342/2021-44' não obtiveram qualquer resposta	Não se aplica	Não realizada
LAI - 31.00422156/2021-22	17/11/2021 09/12/2021	(1) Valor do aporte financeiro (por família) feito pela Prefeitura de BH para viabilizar a construção de cada um dos conjuntos da produção por autogestão. Isto é, o subsídio concedido pelo poder público às famílias dos seguintes conjuntos: -Deuslene (Visconde do Rio Branco); -Vila Régia I e II; -Dom Silvério I; - Diamante II -Uruçuia (Residencial ASCA); -Fernão Dias; -Itatiaia Serrano; -Mar Vermelho I (RSV); -Santa Rosa I e Santa Rosa II; -Jardim Leblon; -Jaqueline; -Castelo I e Castelo II; Abertura de recurso relacionada a incompletude de informações	02/12/2021 21/12/2021	DITR - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)	Além de informações já enviadas anteriormente (nº de unidades, ano de conclusão e formas de gestão) apresenta em tabela (formato PDF) para os conjuntos Villarégia, Itatiaia-Serrano, Fernão Dias, Havaí, Deuslene e Uruçuia as seguintes informações : (A) fonte dos recursos; (B) preço médio de venda ao beneficiário*; (C) valor médio pago pelo beneficiário*; (D) subsídio médio auferido pelo beneficiário dos conjuntos*; (* venda com financiamento subsidiado conforme Resolução III do Conselho Municipal da Habitação destinada aos participantes do programa ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA HABITAÇÃO. Fonte: cadurbel nov/21 OFÍCIO 505/2021/URBEL/SUTRANSP, elaborado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) informando: "Em atenção ao expediente em epígrafe, a URBEL informa que os processos nos quais podem estar as informações solicitadas por Vsª estão sendo reunidos em um só local, para que possam ser disponibilizados para a sua pesquisa, que deverá acontecer de forma presencial e por agendamento. É importante esclarecer ainda que os dados solicitados são obtidos apenas por consulta à fonte primária, nos processos dos seguintes conjuntos habitacionais: Jaqueline, Jardim Leblon, Santa Rosa I e II, Castelo I e II, Residencial Mar Vermelho I e Diamante II. O agendamento deverá ser feito através do telefone 31 3277-6933."	A resposta está incompleta uma vez que para os conjuntos: Jaqueline, Jardim Leblon, Santa Rosa I e II, Castelo I e II, Residencial Mar Vermelho e Diamante II não são informados os aportes realizados pelo poder público por família, o que era exatamente o objeto da solicitação. São apresentados na forma de gestão autogestão os conjuntos: Villarégia, Itatiaia-Serrano, Fernão Dias, Havaí, Uruçuia, Jaqueline, Jardim Leblon, Residencial Mar Vermelho I e Diamante II. Os demais conjuntos são atribuídos a forma mista entre gestão pública e autogestão. Assim, mais uma vez, os dados são divergentes em relação às informações repassadas anteriormente. Diferente dos conjuntos da primeira geração, não são repassadas as informações solicitadas para os demais conjuntos. É indicado que haverá reunião dos materiais (processos dos conjuntos) em um único local para posterior disponibilização e consulta.	Incompleta

Solicitação de Informação	Data de solicitação	Requerimento	Data de resposta	Órgão respondente	Conteúdo da Resposta	Análise da resposta	Situação da resposta
LAI-31.00047900/2022-53	27/01/2022	Concessão dos projetos arquitetônicos (implantação, plantas e cortes das unidades-tipo) dos conjuntos habitacionais Havaí I e II e Itaipu.	10/02/2022	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)	Conforme manifestação da URBEL, possui arquivos com pranchas disponíveis referentes ao projeto arquitetônico dos Conjuntos Habitacionais Havaí (2 pranchas Quadra 70 e 2 pranchas Quadra 69) e Itaipu (5 pranchas), tendo em vista não ser possível enviar os arquivos através do sistema bhdigital e em atenção à solicitação da demandante, pedimos que a mesma entre em contato com a URBEL pelo e-mail dveh.urbel@pbh.gov.br	Os projetos foram posteriormente encaminhados, conforme solicitação.	Completa
LAI - 31.00047961/2022-55	27/01/2022	<p>Informações relacionadas ao conjuntos Havaí (I e II) e Itaipu:</p> <p>-Fonte do recurso de financiamento e/ou Programa (apenas para o Itaipu);</p> <p>-Ano do OP ou OPH que destinou os recursos para tais empreendimentos;</p> <p>-Custo médio da unidade habitacional de cada um desses conjuntos;</p> <p>-Entidade/núcleo de moradia/associação responsável pela gestão;</p> <p>-Nome da assessoria Técnica (apenas para Itaipu).</p> <p>-Valor do convênio (apenas Itaipu);</p> <p>Já para os conjuntos: Dom Silvério II, Diamante II, Castelo I e II, Santa Rosa I e II e Mar Vermelho I, o seguinte conjunto de informações:</p> <p>-Valor do convênio;</p> <p>-Custo médio da unidade habitacional;</p> <p>- Nome da assessoria técnica;</p>	04/02/2022	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)	<p>(1) Tabela em arquivo .xlsx com as seguintes informações dos conjuntos Havaí I e II, Itaipu, Dom Silvério, Santa Rosa I e II, Castelo I e II, Mar Vermelho I e Diamante II:</p> <p>(A)nº de unidades habitacionais;</p> <p>(B)ano de conclusão;</p> <p>(C) ano OP ou OPH;</p> <p>(D)forma de gestão;</p> <p>(E) fonte de recursos;</p> <p>(F) custo médio da UH;</p> <p>(G) base do preço (data);</p> <p>(H) Custo total do CH (conjunto habitacional);</p> <p>(I) Entidade Habitacional/Construtora</p>	<p>Não foram informadas:</p> <p>(A) Entidade habitacional ou construtora responsável pela gestão da obra do conjunto Havaí I e II (segundo tabela, informação não disponível);</p> <p>(B) Assessoria técnica do Itaipu;</p> <p>(C) Valor do convênio do Itaipu;</p> <p>(D) Valor do convênio dos Conj. Dom Silvério, Santa Rosa I e II, Castelo I e II, Mar Vermelho I e Diamante II;</p> <p>(E) Nome da assessoria técnica dos Conj. Dom Silvério, Santa Rosa I e II, Castelo I e II, Mar Vermelho I e Diamante II;</p> <p>Apontam que o conjunto Itaipu foi conduzido por gestão pública.</p>	Incompleta

Apêndice B- Tabela de atividades desenvolvidas entre 2019 e 2022

ATIVIDADE	DATA	ENTREVISTADO(S)/PARTICIPANTE
Coleta de documentos dos conjuntos Primeiro de Maio, Villarégia, Urucuia e Mar Vermelho I	08/01/19	Leta (arquiteta da assessoria técnica dos conjuntos habitacionais Primeiro de Maio, Villarégia, Urucuia, Itatiaia Serrano e Mar Vermelho I)
Visita de campo Cj. Villarégia e Urucuia	12/01/19	Antônia de Pádua (moradora Villarégia e ex-liderança ASCA); Gustavo* (morador Villarégia, assistente social e assessoria); Cenir (moradora Urucuia, mutirante, assessora técnica na segunda geração e pedreira)
Visita de campo Cj. Castelo II	02/02/19	Dona Ingrid (moradora e mutirante Castelo) e seu filho William
Visita de campo Cj. Mar Vermelho I	10/02/19	Francisco (subsíndico Mar Vermelho I)
Visita de campo Santa Rosa II; Itatiaia Serrano	15/02/19	Mônica Bedê (poder público); Cleusa (Itatiaia Serrano); Sandra (síndica do Santa Rosa)
Visita de Campo com alunos da disciplina da graduação (Villarégia e Urucuia)	04/04/19	Renato Colotto (arquiteto- assessoria Villarégia e Urucuia)
Rolezinho da autogestão (Villarégia; Urucuia; Serrano e Fernão Dias)	04/05/19	Diversos moradores e lideranças
Entrevista narrativa	16/05/19	Marcelo Palhares (arquiteto que fez parte da assessoria técnica responsável pelo projeto do Santa Rosa II)
Entrevista narrativa	23/05/19	Ana Schmidt (arquiteta responsável pelos projetos do Villarégia e Urucuia)
Entrevista narrativa	26/05/19	Francisco (subsíndico Mar Vermelho I)
Entrevista narrativa	25/05/19	Moradoras do Cj. Santa Rosa II (Salette, Máisa e outras*)
Entrevista narrativa	09/06/19	Geralda* (ex-secretária da ASCA)
Entrevista narrativa	13/06/19	Maria Lúcia Malard (coordenadora do projeto FINEP para o Cj. Mar Vermelho I)
Entrevista	20/08/19	Carlos Medeiros (ex-secretário SMAHAB)
Exposição IAB e roda de conversa	27/08/19	Moradores, lideranças e técnicos (assessoria e poder público)

Oficina Coletiva no Cj. Villarégia	05/12/19	Diversos moradores
Aplicação questionário individual Cj. Villarégia	07/12/19	Diversos moradores (Geralda; Solange; Eliseu; Gláucia; Martha; Elton; Lúcio e outros) *
Aplicação questionário individual Cj. Villarégia	09/12/19	Diversos moradores (Inês; Rodrigo; Júlio; Gustavo)*
Aplicação questionário individual Cj. Villarégia	10/12/19	Diversos moradores
Aplicação questionário individual Cj. Villarégia	11/12/19	Diversos moradores (Joaquim; Waldo e outros) *
Oficina Coletiva no Cj. Mar Vermelho I	15/02/20	Diversos moradores (Rosana; Marcos e outros) *
Aplicação questionário individual Cj. Mar Vermelho I	19/02/20	Diversos moradores (Rosana; Silvana; Marlúcia; Rita; Arlete e outras) *.
Entrevista (virtual)	20/05/20	Leta
Entrevista (virtual)	09/09/2021	Mônica Bedê
Entrevista (virtual)	02/10/2021	Antônia de Pádua
Visita de campo no Conjunto Santa Rosa II	18/10/2021	Salete e Silvia
Entrevista (virtual)	19/10/2021	Ana Paula Baltazar e Silke Kapp (arquitetas da assessoria técnica no projeto RSV para o Mar Vermelho I)
Entrevista (virtual)	06/11/2021	Dália* (moradora do Santa Rosa II)
Visita de campo no Conjunto Fernão Dias	24/11/2021	Helena* (moradora do Fernão Dias)
Entrevista narrativa	30/11/2021	Maria Auxiliadora* (moradora Fernão Dias)
Entrevista (virtual)	30/11/2021	Luíza* (moradora do Fernão Dias)
Entrevista (virtual)	17/12/2021	Heitor* (liderança do Fernão Dias)
Entrevista (virtual)	21/12/2021	Membros da URBEL
Entrevista (virtual)	03/02/2022	Alair* (membro da diretoria de Habitação e Regularização Fundiária da URBEL)
Entrevista (virtual)	09/03/2022	Leta e Cenir (discussão sobre as FTRs)

*Nomes fictícios de entrevistados que são mencionados ao longo do texto